

Anais do

1º CONGRESSO ESTADUAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

Saúde, Educação e Gestão: Desafios e perspectivas



2013

ISSN: 2318-2296

Patrocínio:



Apoio:



Realização:



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SÃO CAMILO

www.saocamilo-es.br



10, 11, 12 e 13 de junho de 2013

Editores: Gilson Silva Filho; Viviane Cristina Ambrosio Turino; Enaylle Feijoli Faria; Luan Faitanin Volpato e Fernando Cavalcanti de Sales Júnior

ISSN: 2318-2296

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO ESPÍRITO SANTO

OBS. O conteúdo de cada trabalho é de responsabilidade dos autores

Rua: São Camilo de Lellis, 01 – Paraíso

CEP: 29.304.910 Cachoeiro de Itapemirim – ES

Site: www.saocamilo-es.br / Telefone: 28 – 3526.5911 ramal: 5940



Comissão organizadora:

Gilson Silva Filho – PRESIDENTE

Professor Doutor do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo /
Coordenador Geral de Pós – Graduação

Rosane Campos – VICE–PRESIDENTE

Professora Doutora do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo /
Coordenadora do Curso de Engenharia Civil

Regina Helena Souza Ferreira

Assessora de Ensino do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo

Cesar Ricardo Maia Vasconcelos

Professor Doutor do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo

Cintia Cristina Lima Teixeira

Professora Mestre do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo /
Supervisora de Estágio Supervisionado

Matheus Carvalho de Mattos

Professor Mestre do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo /
Coordenador dos Cursos de Sistema de Informação e Análise e Desenvolvimento de
Sistema (ADS)

Claudia Moreira Herh Garcia

Professora Mestre do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo
Coordenadora do Curso de Direito do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo

Fernando Santos Moura

Professor Especialista do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo

Viviane Cristina Ambrosio Turino

Auxiliar Administrativo

João Luiz Rezende Avelar Junior

Auxiliar Administrativo

Jhéssica Marques Fonseca

Auxiliar Administrativo



Fernando Cavalcanti de Sales Junior
Graduando de Ciências Biológicas

Eryka da Silva Oliveira
Graduando de Ciências Biológicas

Pedro Teixeira Vargas
Graduando de Ciências Biológicas

COMISSÃO CIENTÍFICA:

Gilson Silva Filho
Professor Doutor do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo /
Coordenador Geral de Pós – Graduação

Rosane Hein Campos
Professora Doutora do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo /
Coordenadora do Curso de Engenharia Civil

Cesar Ricardo Maia Vasconcelos
Professor Doutor do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo

Cíntia Cristina Lima Teixeira
Professora Mestre do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo /
Supervisora de Estágio Supervisionado

Carla Roberta do Nascimento
Professora do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo /
Gerente da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Simone Debruin
Professora Mestre do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo
Supervisora de Monitoria do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo

Claudia Moreira Herh Garcia
Professora Mestre do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo
Coordenadora do Curso de Direito do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo



SUMÁRIO

SAÚDE (RESUMO EXPANDIDO).....	09
A ENFERMAGEM NA EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO DO CANCER DE MAMA A PARTIR DA ADOLESCÊNCIA.....	10
OS DESAFIOS DE SE TORNAR UM CUIDADOR FAMILIAR DE PACIENTES COM SEQUELAS DE AVE.....	15
A IDENTIFICAÇÃO DE INTERNOS ALCOOLISTAS EM INSTITUIÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS.....	20
TERCEIRA IDADE E SUA VULNERABILIDADE EM CONTRAIR HIV/AIDS.....	25
BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO RESISTIDO NO TRATAMENTO DE IDOSOS COM OSTEOPOROSE.....	28
 EDUCAÇÃO (RESUMO EXPANDIDO)	 34
A OLIGARQUIA SOUZA MONTEIRO NO ESPÍRITO SANTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	35
O PIBID COMO MECANISMO DE INTERAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO BÁSICA.....	41
O PIBID E O USO DA IMPRENSA PERIÓDICA NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA PRÁTICA POSSÍVEL.....	46
SONG FOR A CHANGE.....	50
ECO-GUARDAS CURUMIM: FORMAÇÃO DE GUIAS AMBIENTAIS MIRINS.....	54
CACHOEIRO: DO CAFÉ À ILUMINAÇÃO ELÉTRICA.....	60
A INFLÊNCIA DAS TIC'S NA APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA	73
A INFOGRAFIA MULTIMÍDIA COMO RECURSO FACILITADOR NA COMPREENSÃO DE NOTÍCIAS E NO ENSINO-APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA.....	79
EDUCAÇÃO DIGITAL NA TERCEIRA IDADE: POSSIBILIDADES PARA UM ENVELHECIMENTO BEM-SUCEDIDO?	85
“EJA: SOBRE A POLÍTICA DO ENSINAR, DA LEGALIDADE E DO CURRÍCULO” ..	92
JORNAL ITABIRA E CACHOEIRANO: DISCURSOS JORNALÍSTICOS.....	111
JUVENTUDES E SUAS LINGUAGENS: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?	116
MALA LITERÁRIA.....	122



NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	125
O USO DE VÍDEOS NA EDUCAÇÃO.....	131
REFLEXÃO SOBRE AS MARCAS DA ORALIDADE PRESENTES EM TEXTOS ESCRITOS DE ALUNOS DE 5º ANO.....	137
SISTEMA DE APOIO À AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.....	143
UMA BREVE ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO: FERRAMENTA PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	151
WEB GOOGLE DRIVE SPREADSHEET: ABORDAGEM SOBRE COLETA, TABULAÇÃO E ESTATÍSTICA DE DADOS PARA PESQUISA CIENTÍFICA UTILIZANDO MÉTODOS DE PESQUISA QUANTITATIVA.....	157
O MOVIMENTO OPERÁRIO NO ESPÍRITO SANTO: UM ESTUDO DE CASO - A GREVE DE 1908.....	164
O DIREITO NOS ANOS DE CHUMBO.....	170
O PIBID E OS FAZERES DOCENTES NA FORMAÇÃO DE PROFESSOR.....	175
RASTROS DA NORMOSE INFORMACIONAL.....	180
ESTUDOS DOS CASOS DE DEFLOREMENTO NA COMARCA DE ITAPEMIRIM DE 1930 À 1939.	186
BERNADINO DE SOUZA MONTEIRO: UM CORONEL DA PRIMEIRA REPÚBLICA EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.....	192
A RELAÇÃO PORTO/CIDADE EM ITAPEMIRIM ENTRE OS ANOS DE 1840 A 1890.....	198
JOGOS AFRICANOS.....	204
REFLEXÃO SOBRE AS PRESSÕES E AS MÁSCARAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE À LUZ DA OBRA DE JORGE AMADO “A MORTE E A MORTE DE QUINCAS BERRO D’ÁGUA”	209
DESENVOLVENDO A PERCEPÇÃO LÓGICA COM A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS NOS ÚLTIMOS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I.....	216
A APRENDIZAGEM MATEMÁTICA NOS 6ºS E 7ºS ANOS: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA DE ENSINO.....	221
GÊNERO E VIOLÊNCIA: AS QUESTÕES MORAIS QUE ENVOLVEM A VIOLÊNCIA FEMININA NA DÉCADA DE 30.....	227
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA: A MOTIVAÇÃO NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE TEXTO.....	233



EDUCAÇÃO (ARTIGO COMPLETO)	239
RELAÇÕES (IN)VISÍVEIS: OS CRIMES DE HOMICÍDIO DE MULHERES EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES.....	240
MAPA CONCEITUAL: UM RETRATO HIPERTEXTUAL DA MENTE HUMANA.....	258
PARTIDOS POLÍTICOS E PRESIDENTES NO BRASIL: NOTAS EXPOSITIVAS.....	268
NOVO INSTITUCIONALISMO E ANÁLISES DO PODER LEGISLATIVO	281
MORTES NO TEMPO: ANÁLISE DAS PERMANÊNCIAS HISTÓRICAS DE ASPECTOS POTENCIALIZADORES DO CRIME DE HOMICÍDIO EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, ES.....	307
DIREITO (RESUMO EXPANDIDO)	325
QUAL A VERDADE SOBRE A VIOLÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO?	326
A QUESTÃO DA UTILIZAÇÃO DE TERMOS TÉCNICOS PROCESSUAIS PENAIS POR DETENTOS SOB A ÓTICA DA SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA.....	331
A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (OU NÃO) NOS CRIMES DE HOMICÍDIOS EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES, DE 2007 A 2010.	336
O IPTU PROGRESSIVO (INSTRUMENTO DA POLÍTICA URBANA): UMA DA ANÁLISE DE SUA UTILIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO.....	342
A TEORIA DA JUSTIÇA SEGUNDO JOHN RAWLS: DA CONCEPÇÃO À APLICABILIDADE SOCIAL.....	348
PADRÕES DE ORGANIZAÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL: A RELAÇÃO ENTRE EXECUTIVO, LEGISLATIVO, PRESIDENTES E SISTEMA PARTIDÁRIO.....	354
DIREITO (ARTIGO COMPLETO)	360
A VALORAÇÃO DO PRECEITO DA BUSCA PELA FELICIDADE ENQUANTO AXIOMA DE INSPIRAÇÃO DO DIREITO DAS FAMÍLIAS.....	361
O PRECEITO CONSTITUCIONAL DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO ENQUANTO VETOR DE CONFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	377
NOTAS AO MEIO AMBIENTE CULTURAL: O IMPACTO DO EMPREENDIMENTO HUGO AMORIM RESIDENCIAL NA AMBIÊNCIA DA IGREJA NOSSO SENHOR DOS PASSOS.....	392
O DIREITO MINERÁRIO COMO POTENCIALIZAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	411



O MEIO AMBIENTE CONSOANTE A ÓTICA JURÍDICA: A CONCREÇÃO DOS	438
O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO ORDENAMENTO BRASILEIRO: A CONSOLIDAÇÃO DOS VALORES DE VULNERABILIDADE.....	463
A (IM)POSSIBILIDADE DA FUNGIBILIDADE DO PEDIDO DAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	485
A VARIÁVEL POLÍTICA NA ACUMULAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA – UMA AGENDA DE PESQUISAS.....	494
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA DO CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO: A INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 45 E 46, DA LEI 8212/91.....	519
ENGENHARIA (RESUMO EXPANDIDO)	531
RESPOSTAS BIOMÉTRICAS DE <i>Zea mays</i> L SOB DIFERENTES CONDIÇÕES DE LUMINOSIDADE.	532
RESPOSTAS ECOFISIOLÓGICAS DE <i>Zea mays</i> L SOB DIFERENTES CONDIÇÕES DE LUMINOSIDADE.	537
CIÊNCIAS AMBIENTAIS (RESUMO EXPANDIDO)	543
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MICROCORREDOR BURARAMA-PACOTUBA- CAFUNDÓ E BACIA DO RIO ITAPEMIRIM, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES....	544
BIODIVERSIDADE DE CRISOPÍDEOS (NEUROPTERA: CHRYSOPIDAE) NA ILHA DOS MEIRELLES NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, ESPÍRITO SANTO (BRASIL).	549
CIÊNCIAS EXATAS (RESUMO EXPANDIDO)	558
SELEÇÃO DE GENÓTIPOS DE FEIJÃO-CAUPI PARA A PRODUÇÃO DE GRÃOS VERDES ATRAVÉS DO ÍNDICE DE SELEÇÃO DE MULAMBA E MOCK..	559
AVALIAÇÃO PÓS-COLHEITA DOS ATRIBUTOS DE QUALIDADE EM HÍBRIDOS DE MAMOEIRO.....	564
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: FORMANDO SABERES.....	570
INFLUÊNCIA DA TEMPERATURA NO AMADURECIMENTO DA BANANA PRATA-ANÃ.....	575
QUALIDADE DE SEMENTES DE TRÊS GENÓTIPOS DE MARACUJAZEIRO.....	581
EFEITO DA TEMPERATURA NA QUALIDADE PÓS-COLHEITA DE BANANA GENÓTIPO PA 42-44.....	586



GESTÃO (RESUMO EXPANDIDO)	591
FRUTICULTURA NORTE FLUMINENSE: UMA TENTATIVA DE REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA.....	592
GESTÃO (ARTIGO COMPLETO)	598
A IMPLANTAÇÃO DA CONTROLADORIA: BUSCA DE RESULTADOS PARA UMA ORGANIZAÇÃO, UTILIZANDO O PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE. UMA NECESSIDADE FUNDAMENTAL PARA AS ORGANIZAÇÕES.	599



SAÚDE

Resumo Expandido



A ENFERMAGEM NA EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO DO CANCER DE MAMA A PARTIR DA ADOLESCÊNCIA

LOURENÇO, Verônica da Costa¹
NEVES, Retielly Cássia das²
GONÇALVES, Mirela Dias³

INTRODUÇÃO

O Câncer de mama representa a maior causa de morte entre mulheres, o que faz o assunto sempre ser abordado pela mídia, mas não somente pela sua mortalidade as consequências estéticas e emocionais são os fatores mais temidos entre a população feminina.

Segundo Silva (2011) é raro acontecer antes dos 35 anos, o risco cresce com a idade, porém vem atingindo um maior número de mulheres jovens. O câncer de mama vem permanecendo como o segundo tipo de câncer mais frequente no mundo chegando a dobrar as taxas de incidência nos últimos 30 anos, sendo assim a prevenção o principal objetivo dos programas de saúde pública, (KIM, 2010).

Entretanto, durante um evento na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Ação Global 2013, em que o curso de enfermagem foi responsável pela educação em saúde, com a prevenção do câncer do colo uterino e de mama foi observado a carência dessa informação pela população mais carente, principalmente em adolescentes do sexo feminino e masculino com vida sexual ativa, sabendo-se que essa faixa etária está fora da idade de risco, a informação precoce, o auto cuidado é a fator fundamental para prevenir e detectar o câncer de mama em fase inicial.

¹Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário São Camilo-ES, reti_neves@hotmail.com

²Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário São Camilo-ES, veclourenco@hotmail.com

³ Professor Orientador: Mestrando em Enfermagem no Processo do Cuidar no São Camilo-SP, Especialista em Saúde da Família – UFJF, Enfermeira e Professora universitária do Centro Universitário São Camilo – ES, mireladg2013@gmail.com Cachoeiro de Itapemirim – ES, maio de 2013



MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada contou com trabalho de campo com orientação direta e coleta de dados durante o período do evento Ação Global do dia 13 de maio de 2012. A orientação contou com material referente a mama feminina, que consta diversos achados durante o autoexame, desde a mama normal, alterada pelos hormônios no período menstrual e a alteração proveniente do câncer de mama inicial e avançado, conhecida como Mamamiga. Contou ainda com um questionário, a qual as mulheres abordadas respondiam livremente sem que houvesse identificação das mesmas. Para o embasamento científico, conhecimento e preparação houve a participação em Minicurso com tema Educação em Saúde, leitura de artigos utilizando como descritores, Neoplasias da mama, Neoplasias da Mama masculina, com idioma em português, ano de publicação de 2010 a 2012 na Foram encontrados 218 artigos a qual selecionamos 8 e por exclusão a qual tendo como critério a prevenção utilizamos 4.

DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que o câncer de mama é infrequente em mulheres abaixo dos 35 anos, mas quando ocorre, passa a ter uma mortalidade ainda maior. Sendo assim, a prevenção é primordial entre todas as mulheres em idade fértil.(LIMA 2011).

Lima (2011) enfatiza ainda que por ser uma idade em os índices são raros de acometimentos, o diagnóstico é feito tardio, em fases avançadas da doença.

Tem-se como fatores de risco a idade avançada, gravidez após aos 35 anos, o ato de não amamentar, a menopausa tardia, hábitos de vida e influencia familiar e sabendo que um dos fatores de risco para o desenvolvimento da doença é a menarca precoce, e uso de anticoncepcionais, fato que vem acontecendo cada vez mais cedo atualmente.(SILVA 2011). A prevenção iniciada aos jovens agregam benefícios a saúde individual e coletiva.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram realizadas pesquisas através de um questionário com entrevistas individuais e orientação em pequenos grupos de no máximo 5 pessoas, em que além da educação em prevenção, era possibilitada a apalpação na Mamamiga, o qual se observou a grande dificuldade do toque, a vergonha era o fator predominante. Ao serem orientadas a tocar a Mamamiga como se realizasse o autoexame, o toque de forma incorreta e ineficaz era pertinente.

Na análise quantitativa foram realizadas dinâmicas em grupos de até 5 pessoas em diversos pontos do evento no dia 18 de maio de 2013, em que aguardavam para ser atendidos em diversas áreas, sendo o enfoque principal nas que buscavam atendimento em saúde. O tempo médio gasto para cada grupo foi de 30 minutos, a qual a participação, e orientação focavam-se em áreas a qual tinham mais dúvida. O questionário aplicou-se somente as mulheres, em um total de 34.

As perguntas referentes ao questionário foram:

1. Faixa Etária: () 20 a 29 anos, () 30 a 39 anos, () 40 a 49 anos, () 50 a 59 anos, () 60 a 69 anos, () 70 a 79 anos, () 80 anos ou mais.
2. Realiza o auto exame das mamas: () mensalmente, () esporadicamente, () não realiza;
3. Não realiza o autoexame das mamas por que: () não ouviu falar sobre, () não sabe como fazê-lo, () não o considera importante, () há outro motivo (citar):
4. Já realizou apresentou anteriormente alguma doença nas mamas? Se sim qual?
5. Já realizou outro tipo de exames nas mamas: () ultra-som, () mamografia, () biópsia.
6. Há casos de parentes próximos com cancer de mama: () mãe, () irmã, () filha, () avó, () Tia materna, () tia paterna.



7. Em sua vida: () Teve a primeira menstruação com 10 anos ou menos, () Teve menopausa após 52 anos, () Nunca teve filhos, () A primeira gravidez foi após 35 anos, () Usou anticoncepcional ou fez tratamento com hormônios, () Tem uma alimentação rica em gorduras.

Do resultado do questionário,

Faixa etária de 20 a 29 -----03

Faixa etária de 30 a 39----- 09

Faixa etária de 40 a 49 ----- 08

Faixa etária de 50 a 59----- 07

Faixa etária de 60 a 69-----04

Faixa etária de 70 a 79-----Nenhum

Faixa etária de 80 a mais -----Nenhum

Faixa etária menor de 20 anos-----03

16 mulheres não realiza o auto exame

10 mulheres realiza esporadicamente

08 mulheres realiza mensalmente

Das 34 mulheres 03 tem história de câncer na família

3 relataram que já apresentou anormalidade na mama.

04 mulheres não considera importante o autoexame.

08 mulheres informou que não sabe realizar o auto exame.

01 mulher informou que faz ultrassonografia e mamografia

19 mulheres informaram que já fez a mamografia

15 mulheres não realizam exames de ultrassonografia e mamografia

Destas 34 mulheres, todas têm um ou mais fatores de risco, em destaque para menstruação precoce.

Foi verificada que a metodologia aplicada, fez-se eficaz na orientação, esclarecimento a respeito da prevenção e detecção precoce no câncer de mama.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Câncer de mama é uma doença grave que precisa ter melhor divulgação na população, principalmente no público mais jovem e também no sexo masculino, pois existe uma deficiência muito grande de informação no tema, e para que se realize de forma correta. Acreditamos que dessa forma, a prevenção com o autoexame das mamas seja mais eficaz nas detecções precoce.

REFERÊNCIAS

LEITE, Franciele Marabotti Costa et al. A Estratégia de saúde da Família e o Rastreamento do Câncer de Mama. **Revista Espaço para a Saúde**. [internet]. Londrina, v. 12, n. 1, p. 1-9, 2011. Disponível em <<http://www.ccs.uel.br/espaco/parasaude/v12n2/estrategia.pdf>> Acesso em 10 mai. 2013.

SILVA, Pamella Araújo da, RIUL, Sueli da Silva. Câncer de mama: fatores de risco e detecção precoce. **Revista Brasileira de Enfermagem**. [internet]. Brasília, v. 21, n. 1016, p. 21, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v64n6/v64n6a05.pdf>> Acesso em 10 mai. 2013.

KIM, Daniel Dongiu, et al. Saber é prevenir: uma nova abordagem no combate ao câncer de mama. **Ciência & Saúde Coletiva**. [internet]. v. 15, n. 1, p. 1337-1381, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15s1/047.pdf>> Acesso em 14 mai. 2013.

LIMA, Ana Lívia Pontes de et al. Rastreamento oportunístico do câncer de mama entre mulheres jovens do Maranhão, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. [internet]. Rio de Janeiro, v. 27, n. 7, p. 1433-1439, jul, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n7/18.pdf>> Acesso em 14 mai. 2013.



OS DESAFIOS DE SE TORNAR UM CUIDADOR FAMILIAR DE PACIENTES COM SEQUELAS DE AVE

NEVES, Retielly Cássia das¹
GONÇALVES, Mirela Dias²

INTRODUÇÃO

O acidente vascular encefálico (AVE) consiste na perda súbita da função cerebral pela ruptura do suprimento sanguíneo sendo classificado em duas grandes categorias: o AVE isquêmico, quando ocorre oclusão de uma artéria que irriga determinada região encefálica, privando-a de oxigênio e nutrientes. E o AVE hemorrágico, quando ocorre a ruptura de um vaso sanguíneo encefálico. (ANDRADE et al, 2008).

É a terceira causa de óbitos no Brasil, mas tão sério quanto a mortalidade são as sequelas ao paciente. Cerca de 30% a 40% apresentam distúrbios motores, sensoriais, da fala, sexual, do sono, ansiedade e depressão entre outras o tornando dependente. (ANDRADE et al, 2008).

É neste contexto que surge o cuidador domiciliar, uma importante ferramenta para a reabilitação do enfermo, e que na grande maioria por falta de recursos financeiros torna-se responsabilidade de um membro familiar movido pela disponibilidade, sem nenhum preparo técnico, o que acarreta uma sobrecarga pessoal do cuidador. (MOREIRA, 2010).

O AVE torna-se um desafio social, pois compromete o próprio indivíduo e os que o cercam. (CLOCK et al, 2009).

¹Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário São Camilo-ES, reti_neves@hotmail.com

² Professor Orientador: Mestrando em Enfermagem no Processo do Cuidar no São Camilo-SP, Especialista em Saúde da Família – UFJF, Enfermeira e Professora universitária do Centro Universitário São Camilo – ES, mireladg2013@gmail.com

Cachoeiro de Itapemirim – ES, maio de 2013



MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para esta pesquisa trata-se de uma revisão integrativa em bases de dados científicas, na Biblioteca Virtual em saúde, como Scielo e periódicos nacionais, entre 2006 a 2010. A pesquisa foi realizada no período de 15 de setembro a 4 de novembro de 2012, utilizando os descritores cuidadores, acidente vascular cerebral, com o idioma em português. Dos artigos encontrados foi utilizado 9 do qual atendia sobre o tema escolhido. Os critérios para inclusão e exclusão para seleção dos artigos foram o enfoque principal no cuidador de pacientes com sequelas de AVE.

RESULTADOS

Silveira (2010) enfatiza em seus estudos que o AVE pode ser considerado mais incapacitante que fatal, os pacientes apresentam sequelas que afetam principalmente as limitações de movimento que acarretam a perda de autonomia, tanto motora quanto emocional.

Tal dependência acarreta uma pessoa destinada ao cuidado do paciente, e que na maioria dos casos é um membro familiar, sem preparo técnico, potencializado por falta de recursos financeiros, e trata-se de uma situação bem complexa, demandando ao membro que aceitou a tarefa, cuidados para si próprio, já que o paciente apresenta instabilidade de humor, insatisfação com suas limitações e desconfiança em seu cuidador que se empenha e esforça em realizar as atividades. (MENDONÇA, 2007).

A preocupação do cuidador tem como fonte principal o sofrimento do acamado, e negligências com sua própria saúde são corriqueiras que acarreta sobrecarga física e mental, aliado a falta de ajuda de outro membro familiar, sendo as tarefas atribuídas somente a ele, essas mudanças podem levar o cuidador a



desenvolver graves problemas de saúde, inclusive o isolamento social, devido a sobrecarga de atividades (CLOCK et al, 2009).

Segundo Mendonça (2007), o cuidador enfrenta sentimentos amplos, como medo, impotência diante da incapacidade, revolta pela obrigação de cuidar devido ao vínculo familiar, e principalmente de sofrimento, ao lidar com as angustias do paciente e sofre a ele.

Cuidar de um familiar portador do AVC mobiliza muitos sentimentos antagônicos em curto espaço de tempo: amor e raiva, paciência e intolerância, carinho, tristeza, irritação, desanimo, pena, revolta, insegurança, negativismo, solidão. Todos estes sentimentos suscitam muitas dúvidas quanto aos cuidados, medo de ficar doente, medo de o paciente estar sofrendo, medo de o paciente morrer. (SILVEIRA, CALDAS, CARNEIRO, 2006).

A pesquisa realizada por Mendonça (2007), é demonstrada a necessidade do cuidador contar com uma pessoa para ajudar, para dividir as atribuições. Assim contaria com um tempo em prol dele, onde poderia buscar uma ajuda assistencial social, participações comunitárias ou grupais reduzindo o auto índice de estresse.

Os mecanismos ou estratégias elaboradas pelos cuidadores representam sua sobrevivência diante da situação. Com o passar do tempo, vão adquirindo prática no seu fazer, sabedoria para enfrentar a situação sem sobressaltos e, ao final desse processo, conseguem relaxar um pouco e extrair lições para suas vidas a partir do vivido (MACHADO, 2009, p.250).

A realidade vivida pelo cuidador familiar requer intervenção ainda no hospital durante a internação, com orientações sobre os cuidados a serem prestados em domicílio após a alta, já que a falta de informação é o principal fator das sobrecargas pessoais, assim como o cuidado de forma ineficaz ao paciente. (ANDRADE, 2008).

A equipe de saúde, ao realizar visitas domiciliares periódicas são fundamentais possibilitando a adequação do cuidador em lidar com as mudanças em seu estilo de vida. (CLOCK et al, 2009, p.94).

Dentre as orientações destaca-se o estímulo ao paciente pelo cuidador, para que ele adquira ao máximo de sua independência. (MOREIRA, 2010).



Clock et al,(2009), enfatiza que o cuidador familiar quando bem orientado, se torna mais preparado para as intervenções adequadas, sem prejuízo a saúde física e emocional, tanto do paciente com sequelas de AVE quanto dele próprio, trazendo benefícios na reabilitação precoce e no cuidado correto. Uma parceria entre equipe de saúde e o cuidador familiar propicia essa realidade.

DISCUSSÕES

As dificuldades acerca desses cuidadores, são muitas, entre elas podemos dizer que a alteração na vida diária, falta de orientação, múltiplas emoções que vão desde a alegria ao sentimento de revolta, falta de um membro familiar para a divisão de tarefas, estresse, desgaste físico e principalmente isolamento social devido ao cuidador viver em função do paciente. Tais dificuldades afetam na qualidade do cuidado prestado, porém a orientação e serviços de apoio de uma equipe multidisciplinar da saúde, trazem maior segurança e tranquilidade à reabilitação e recuperação do paciente com sequelas de AVE, e em consequência ao cuidador familiar designado para a função

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a experiência vivenciada pelo cuidador na assistência ao paciente com sequela de AVE, quando não orientado, pode representar um risco à saúde do trabalhador, que por vezes se esquece de si mesmo para cuidar do outro.

Vale ressaltar que os fatores físicos e emocionais recorrentes, podem torná-los mais vulneráveis, entretanto observou-se que o cuidador familiar, apresenta sentimentos de felicidade e aprendizado, que aliados a atenção dos serviços públicos e uma orientação eficaz pela equipe de saúde, contribui para qualidade de vida do cuidador e consequentemente do ser cuidado, a quem ele presta assistência.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luciene Miranda de et al. A Problemática do Cuidador Familiar do portador de acidente vascular cerebral. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. [internet]. São Paulo, v. 43, n. 1, p. 37-43, 2008. Disponível em < <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=511642&indexSearch=ID>> Acesso em 20 out. 2012.
- CLOCK, Dayane; GODOY, Gentil Moraes; PETRY, Gilmar; CAPISTRANO, Juracy Werneck; SPENA, Roberto José. Quem cuida do cuidador. **Caderno de Publicações Acadêmicas. Florianópolis**, Instituto Federal de Santa Catarina, v.1, n.1, p. 92-95, 2009. Disponível em: < <http://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/publicacoes/article/view/79>>. Acesso em 16 set. 2012.
- MACHADO, Ana Larissa; JORGE, Maria Salete Bessa; FREITAS, Consuelo Helena Aires. A vivência do cuidador familiar de vítima de Acidente Vascular Encefálico: uma abordagem interacionista*. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.62, n.2, p. 246-251, mar./abr. 2009.
- MENDONÇA, Fernanda de Freitas; GARANHANI, Mara Lúcia; MARTINS, Vera Lúcia. Cuidador Familiar de Sequelados de Acidente Vascular Cerebral: Significados e Implicações. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p.143-158 Rio, 2008.
- MOREIRA, Rafaella Pessoa et al. Cuidador de cliente com acidente vascular encefálico: associação com diagnósticos de enfermagem. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. [Internet], v. 12, n. 3, p. 425-430, 2010. Disponível em: < <http://www.fen.ufg.br/revista/v12/n3/v12n3a02.htm>> Acesso em 25 set. 2012.
- SILVEIRA, Silvana Rocha et al. Análise do Perfil Funcional de Pacientes com quadro clínico de Acidente Vascular Encefálico (AVE). **Ensaios e Ciência: C. Biológicas, Agrárias e da Saúde**. v. 14, n.1, p. 15-28, 2010.



A IDENTIFICAÇÃO DE INTERNOS ALCOOLISTAS EM INSTITUIÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS.

RIBEIRO-ANDRADE, Érica Henrique.¹
GOMES, Gilberto.²

INTRODUÇÃO

A atual realidade de algumas clínicas de recuperação e comunidades terapêuticas espalhadas no território brasileiro implica que internos dependentes químicos das mais variadas substâncias recebam o mesmo tratamento, não relevando os aspectos peculiares em questão. O presente artigo ocupa-se em fazer esta análise em uma Comunidade Terapêutica para Dependentes químicos, numa cidade do interior do Rio de Janeiro.

MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo trata-se de um dos desdobramentos da pesquisa *Drogadição e Livre Arbítrio* realizada em uma Instituição para recuperação de sujeitos drogadictos³. Nesta primeira investigação contamos com a realização de entrevistas semi-estruturadas com 18 sujeitos internos, seguindo posteriormente à análise qualitativa dos dados em função dos objetivos específicos postulados. Um rico banco de dados foi gerado a partir dos relatos obtidos e novas análises têm sido implementadas desde então.

¹ Mestranda em Cognição e Linguagem do Programa Interdisciplinar de Mestrado da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF/RJ, ericahribeiro@yahoo.com.br

² Professor Orientador: Doutorado pela Université de Paris VII (1998), com tese sobre a teoria da consciência. Mestrado pela PUC-RJ. Graduado em Psicologia (UFRJ) e Medicina (UNI-RIO). É professor associado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF/RJ, ggomes@uenf.br.

³ Esta pesquisa foi desenvolvida vinculada ao Curso de Mestrado em Cognição e Linguagem do Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual Norte Fluminense/RJ.



Optamos no presente artigo por uma abordagem *quanti-quali* do referido banco de dados, passando a estabelecer novos objetivos de investigação, que foram embasados teoricamente por meio de pesquisa bibliográfica. Na análise quantitativa intencionávamos verificar qual a incidência de sujeitos internos em função de problemas com o álcool. Para a análise qualitativa, apoiamo-nos nos princípios da Análise de conteúdo conforme Bardin (1979) a fim de identificar qual o padrão de uso de álcool encontrado entre os sujeitos da pesquisa que mencionaram em sua entrevista o referido hábito.

DESENVOLVIMENTO

O álcool age como um depressor do Sistema Nervoso Central, ocasionando alterações de vários níveis. Variáveis como quantidade da dose, velocidade de ingestão, sensibilidade do indivíduo e tolerância desenvolvida, irá influenciar a manifestação destas alterações, que podem apresentar-se em nível de comportamento, funções cognitivas e até funções motoras do sujeito alcoolista (Scivoletto & Andrade, 1997, p. 112).

O CID-10 propõe que um diagnóstico de SDA ocorra quando da identificação de pelo menos 3 dos sintomas característicos que são: 1) Compulsão por consumir a substância; 2) Dificuldades em controlar o consumo da substância; 3) Abstinência; 4) Tolerância; 5) Abandono de interesses alternativos em favor do uso da substância; 6) Persistência do uso mesmo diante de consequências evidentes negativas do uso. O CID-10 ainda prevê que a síndrome de dependência pode ser relacionada às mais variadas substâncias psicoativas, e pode ser chamada também de alcoolismo crônico, dipsomania e drogadição.



Padrões de uso e Substâncias de abuso

Padrão de Consumo	Consumo de baixo risco, Recreativo	Uso nocivo ou abusivo	Dependência/ Adicção
Quantidade Da Substância	Pequenas quantidades/doses da substância. Pouca frequência.	Média frequência com quantidades/doses maiores.	O consumo é freqüente, compulsivo.
Comportamentos e conseqüências esperadas	Precauções para Prevenção de acidentes e de outras complicações.	O consumo quase sempre estará acompanhado de complicações como: acidentes, brigas, perda de compromissos. Geralmente acarreta conseqüências sociais para o usuário.	O consumo busca à evitação de sintomas de abstinência e geralmente será acompanhado por problemas físicos, psicológicos e sociais. Presença de complicações crônicas relacionadas ao consumo. como a síndrome de abstinência, a cirrose hepática, desnutrição, entre outras.

Tabela 1 Padrões de Uso de Substâncias Químicas. Dados extraídos do Guia Prático de Uso, Abuso e dependência de Drogas do Estado de São Paulo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os resultados, 61% dos sujeitos internos mencionaram o álcool como um antecedente às demais drogas ou mesmo como a principal substância de abuso. Destes, 27% revelaram ingerir o álcool apenas socialmente, 27% relataram fazer um uso nocivo da substância, e 46% apresentaram um padrão de consumo de álcool em caráter de adicção, permitindo-nos classificá-los como alcoolistas.

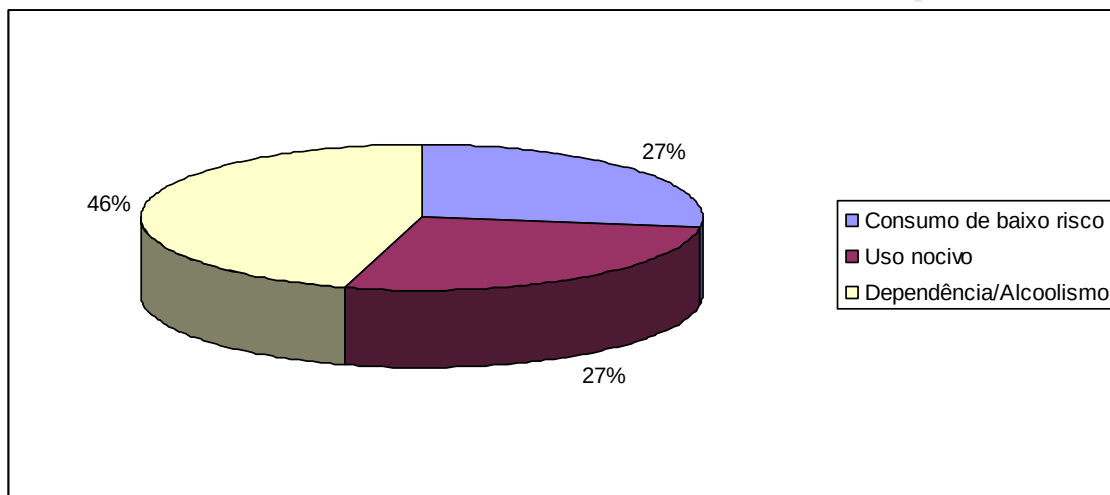


Alguns aspectos são relevantes do ponto de vista de uma melhor clarificação destes dados. Dos sujeitos alcoolistas apenas dois relataram o álcool como única substância de abuso. Para estes o álcool já havia deixado por si só, um rastro de perdas cumulativas que os levaram a busca da internação. No entanto, os demais sujeitos alcoolistas relataram em suas histórias adictivas o gradativo envolvimento com drogas ilícitas, sobretudo o crack. Para estes, o alcoolismo serviu como porta de entrada para outras drogadições, compondo um cenário de comorbidade entre as substâncias.

Ao somarem a dependência do álcool a outras dependências, o processo de recuperação e as possibilidades de recaída tornam-se fenômenos ainda mais complexos. O que talvez exigisse também um tratamento diferenciado. De acordo com as entrevistas, entendemos que as metodologias são utilizadas indiscriminadamente a todos os sujeitos internos. Inferimos que isto ocorre, entre outras variáveis, em função da falta de conhecimento por parte dos bem intencionados responsáveis pela condução da referida instituição, bem como a falta de recursos para investimentos mais profissionalizados.



Padrão de consumo identificado entre os internos que mencionam o Álcool



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos a importância das instituições voltadas à recuperação de sujeitos drogadictos, desenvolveram um critério de classificação e identificação do consumo de drogas em função do tipo de substância e possíveis comorbidades. Inferimos que tal clarificação poderá favorecer o emprego de metodologias de intervenção diferenciadas para as problemáticas específicas identificadas. O fato de serem internos juntos, drogadictos e alcoolistas, pode favorecer a evitação dos segundos envolverem-se futuramente com outras drogas por assistirem o processo tão doloroso de tratamento dos primeiros. No entanto, “misturados” corremos o risco de confundir as mazelas, e também as necessidades. Sugerimos que novos estudos sejam feitos, visando o desenvolvimento de técnicas que favorecem a ambos os grupos, e outras que os considerem em suas peculiaridades.

REFERÊNCIAS

Bardin L. (1979). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.



BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. SVS/CN-DST/AIDS. **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas**/Ministério da Saúde. 2. ed. rev. ampl. – Brasília:Ministério da Saúde, 2004.

GIGLIOTI A., & BESSA, M. A. (2004). **Síndrome de Dependência do Álcool: Critérios Diagnósticos**. Revista Brasileira de Psiquiatria, 26(Supl I): 11-13.

GRAEFF, Frederico Guilherme. **Drogas Psicotrópicas e seu modo de ação**. 2ª. edição, São Paulo: EPU, 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CID-10: **Classificação Internacional de Doenças**. São Paulo: EDUSP, 1994, 1ª ed.

RAMOS, S. P., & BERTOLOTTE, J. M. (Orgs.) (1997). **Alcoolismo hoje**. Porto Alegre: ArtesMédicas.

ROSELLI, Ana Cecília Petta; RIBEIRO, Marcelo. (Orgs). **Guia Prático de Uso, Abuso e Dependência de Drogas da Cidade de São Paulo**. Acesso em 10/04/2013.

http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/infanciahome_c/dr_drogadicao/dr_doutrina_drogadicao/Guia%20Pratico%20sobre%20%20Uso%20e%20Dependencia%20de%20Drogas.pdf

SCIVOLETTO, S., & ANDRADE, A. G. **Complicações Psiquiátricas pelo Uso de Álcool**. In: Ramos, S. P., & Bertolotte, J. M. (Orgs.) (1997). *Alcoolismo hoje*. Porto Alegre: ArtesMédicas.



TERCEIRA IDADE E SUA VULNERABILIDADE EM CONTRAIR HIV/AIDS

GOMES, Élida Lúcia ¹
BARROS, Jacqueline Damasceno de Castro ²

INTRODUÇÃO

A população idosa vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, o que faz a todos atentarem para a melhor qualidade de vida na terceira idade. Um assunto que muitas vezes acaba ficando esquecido na qualidade de vida do idoso é a sexualidade. Por este pensamento errôneo expõem-se esse grupo ao risco de adquirir doenças sexualmente transmissíveis (DST), como HIV/AIDS. Segundo estudos a incidência de AIDS praticamente dobrou na população idosa nos últimos dez anos. (FIGUEIREDO e TONINI, 2010)

O principal objetivo deste trabalho é identificar a vulnerabilidade da população da terceira idade em contrair HIV/AIDS, levando em consideração a necessidade de desenvolvimento de novas ações de prevenção.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo fundamentou-se em quinze artigos científicos e acervos bibliográficos do CUSCES e foi realizado no período de março a maio de 2013. Os descritores utilizados foram Saúde do Idoso e Sexualidade na Terceira Idade. Foram excluídos os artigos que tratavam de outras Doenças Sexualmente Transmissíveis que não fossem HIV/AIDS.

¹ Discente do 7º período do Curso de Enfermagem do Centro Universitário São Camilo-ES - elidaluciagomes@hotmail.com

² Professora orientadora: Docente do curso de Enfermagem do Centro Universitário São Camilo-ES - jacquelinebarros@saocamilo-es.br Curso de Graduação em Enfermagem - Cachoeiro de Itapemirim – ES - 201



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o avanço da medicina que trouxe medicamentos contra a impotência e o aumento da expectativa de vida tem feito crescer o número de idosos sexualmente ativos. Uma pesquisa feita no Mato Grosso mostra que pessoas acima de 50 anos de idade têm uma vida sexualmente ativa, 73,1% fez sexo no último ano e apenas 22,3% usaram preservativo na última relação, ao contrário da população de 15 a 24 anos, onde 57,3% usaram na última relação. Sendo assim, além dos jovens o idoso fica exposto ao risco de doenças sexualmente transmissíveis, como HIV/ AIDS. Este fato fica mais evidente quando observa-se, que por vezes, a sociedade faz associação das DST's a grupos de riscos, dando a impressão de que se o indivíduo não pertence a este grupo não irão se contaminar pela doença. Por isso devem-se avaliar fatores de riscos por comportamentos e não por grupos, considerando assim as práticas que levam o indivíduo a um menor ou maior grau de exposição. (LOPES, 1993)

De acordo Smeltzer e Bare (2013) a ideia de sexualidade nesta fase da vida é pouco aceita por familiares e até por profissionais, o que preocupa, pois acaba dificultando o diagnóstico, visto que o organismo do idoso já apresenta alterações fisiológicas próprias da idade. Deste modo é feita uma extensa investigação e exclusão de outras doenças para optar pelos testes laboratoriais para diagnóstico de HIV. Este fator deve ser trabalhado nos profissionais de saúde, principalmente os enfermeiros das unidades básicas que geralmente tem o primeiro contato com o paciente, por meio de atualizações para que este possa ter consciência da importância do seu papel na prevenção e diagnóstico da doença. Desta maneira poderão ser eficazes não apenas no diagnóstico, mas também na orientação da família e cuidadores que por vezes tem o mesmo pensamento errôneo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão HIV/AIDS na terceira idade deve ser estudada mais afundo, para que seja trabalhado primeiro o profissional de saúde e posteriormente a pessoa idosa. Quando trabalhar os profissionais, principalmente os enfermeiros, esses se tornarão mais abertos ao assunto, o que propicia maior liberdade de esclarecer sobre a questão ao paciente e também aos familiares. São também de extrema importância as ações e programas de prevenção que ainda representa um desafio para as políticas de saúde, pois devem ser desenvolvidas em locais frequentados por estes e com linguagem específica para este grupo.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida; TONINI, Teresa. **Gerontologia: Atuação da Enfermagem no Processo do Envelhecimento**. 1ª ed. Yendis, 2010.

LOPES, Gerson. **Sexualidade Humana**. 4ª ed. Medsi. 1993.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G.; BRUNNER & SUDDARTH. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara –Koogan, 2013.



BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO RESISTIDO NO TRATAMENTO DE IDOSOS COM OSTEOPOROSE

GUIDI, Adriana¹
PIASSI, Daniela Marchiori²
RIBEIRO, Cristina³
SANTOS, Helio Gustavo⁴

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é processo biológico dinâmico e progressivo que atinge o indivíduo, no qual ocorrem mudanças morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas atingindo o ser humano como um todo, causando assim, maior vulnerabilidade do organismo e favorecendo o surgimento de quadros patológicos (SILVA e FERRARI, 2011).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se o crescimento de cerca de 25 milhões de pessoas idosas em 2020, sendo que 15 milhões provavelmente serão do sexo feminino (SANTOS e BORGES, 2010; SIQUEIRA et al, 2008).

Dentre os declínios funcionais do processo de envelhecimento, a redução de densidade mineral óssea (DMO) assume particular importância pelo potencial desenvolvimento da osteoporose e por elevar o risco de fraturas em ambos os sexos (JOVINNE et al 2006). Outra característica do envelhecimento é a sarcopenia, a qual se apresenta com fraqueza muscular que leva à diminuição da capacidade funcional do idoso (COSTA et al, 2012).

¹ Graduanda do 3º período em Fisioterapia pelo Centro Universitário São Camilo-ES

² Graduanda do 3º período em Fisioterapia pelo Centro Universitário São Camilo-ES

³ Co-orientadora. Fisioterapeuta. Especialista e Mestre em Gerontologia

⁴ Orientador. Fisioterapeuta e Educador Físico. Professor do Centro Universitário São Camilo. Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente. Associado Membro da Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO). Membro da Sociedade Brasileira de Fisioterapia Esportiva (SONAFE-ES). Sócio da International Federation of Sports Medicine - (FIMS).



Conhece-se que o risco de fraturas está completamente ligado à diminuição típica na massa óssea durante o envelhecimento. Uma das melhores maneiras não-farmacológicas para este quadro são os exercícios físicos ao longo da vida. Todavia, nem todos os exercícios têm os mesmos efeitos positivos sobre a massa óssea. Os exercícios de força são um estímulo positivo para melhorar e manter a massa óssea durante o processo de envelhecimento (CABELLO et al, 2012).

Pretendeu-se, através desta investigação, verificar na literatura científica a influência do exercício físico resistido na prevenção e no tratamento da osteoporose em idosos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi sustentado através de uma revisão sistemática de literatura, com a utilização das bases de dados eletrônicas Literatura LatinoAmericana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura do Caribe em Ciências da Saúde (MedCarib) e PEDro (Physiotherapy Evidence Database) .

A seleção dos artigos científicos estabeleceu os seguintes critérios: apresentar como objeto de estudo idosos acometidos por osteoporose, conter informações sobre a prática de exercício físico resistido, e terem sido publicados a partir do ano 2000.

Os procedimentos foram organizados na seguinte sequência: na primeira etapa, realizou-se um levantamento de artigos encontrados com os descritores propostos; na segunda, ocorreu uma leitura e seleção criteriosa dos artigos para a formação de um banco de dados sistematizado. Os dados de todos os artigos incluídos foram coletados e armazenados em novo banco de dados.

As buscas Foram realizadas nas bases de dados com os seguintes descritores na língua portuguesa: Osteoporose; Exercício resistido; Trabalho de carga; Idosos; Envelhecimento.



RESULTADO E DISCUSSÃO

O envelhecimento é um processo natural do ser humano e caracterizado por diversas alterações nos sistemas orgânicos. As alterações fisiológicas ocorridas com o envelhecimento geralmente estão associadas a abusos de longo prazo como má nutrição, tabagismo, exercícios inadequados e exposição a agentes nocivos. Porém não deve ser dito que todas as doenças podem ser prevenidas por uma vida saudável. O sedentarismo é um fator que atinge várias classes sociais e faixas etárias. Isto está relacionado ao incremento tecnológico que facilita as atividades realizadas diariamente. Devido esta facilitação não ocorre sobrecarga adequada aos sistemas cardiorespiratório e músculo-esquelético, havendo necessidade de uma prática regular de atividade física para manutenção das capacidades funcionais (MAZO, 2001).

Para que ocorra a homeostase do sistema esquelético tem-se a necessidade de que ocorra uma remodelação óssea equilibrada, ou seja, uma dinâmica balanceada entre a atividade dos osteoblastos e osteoclastos (ANDIA, CERRI e SPOLIDORIO, 2006; CAVALHEIRO, 2009).

Deslandes (2012) mostra ainda que ao longo dos anos, o tecido ósseo passa por várias fases de adaptação aos estímulos mecânicos que lhe são submetidos, sejam eles decorrentes de atividade muscular ou da ação da gravidade. Todavia, sob efeito de inatividade física e se os estímulos mecânicos forem reduzidos (desuso), a perda de massa óssea se mostra bastante significativa, pois a reabsorção óssea supera a formação óssea. Se por outro lado, os estímulos mecânicos forem frequentes isso reforça a deposição de novo tecido ósseo e consequente aumento de massa óssea.

A suplementação de cálcio e vitamina D atuam de forma muito importante no tratamento e na prevenção da osteoporose (CAVALHEIRO, 2009; SANTOS, BORGES, 2010). Uma das funções dos ossos é a de armazenamento de cálcio,



que, quando ingerido em quantidades adequadas, ajuda a aumentar sua concentração no sangue e nos ossos (SANTOS e BORGES, 2010).

Para Santos e Borges (2010), quanto à prevenção da perda óssea, os exercícios de alto impacto mostraram-se também eficientes, pois esse tipo de exercício exige maior resistência óssea, expondo, assim, esses ossos a episódios de estresse, o que por um lado causa efeitos positivos quanto à rigidez desses ossos, mas que por outro lado pode causar fraturas quando eles são expostos a extremo grau de estresse.

Por meio da contração muscular, o exercício físico transmite carga aos ossos, o que beneficia a densidade mineral destes (SANTOS e BORGES, 2010). Para tanto, Guyton e Hall (2002), argumenta que a deposição do osso depende da força que esta sendo aplicada sobre ele, assim, quanto maior for a carga, maior será a ativação dos osteoblastos e o crescimento ósseo.

Os exercícios de extensão isométrica de tronco, quando realizados em posição antigravitacional, são eficientes para a diminuição do risco de fraturas vertebrais, pois melhoram a densidade mineral óssea das vértebras e fortalecem a musculatura da região posterior do corpo, fato este que é muito importante, pois entre os idosos portadores de osteoporose há uma grande incidência de fraturas na região vertebral; sendo assim, esse tipo de exercício pode então prevenir possíveis fraturas no idoso osteoporótico (SANTOS e BORGES, 2010).

Para Cabello (2012), o exercício de força é um poderoso estímulo para melhorar e manter a massa óssea durante o processo de envelhecimento. Siqueira et al (2008) é enfático ao comparar a autopercepção de saúde com atividade física que demonstra, de acordo com a literatura, que pessoas mais ativas classificam sua saúde como melhor do que a dos sedentários. Mesmo que não tenha como se interromper o relógio biológico, mudanças no estilo de vida podem retardar os efeitos do processo de envelhecimento, tais como alimentação saudável e prática de atividade física (DESLANDES, 2012).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou verificar a importância do exercício resistido como forma de minimizar a perda de densidade óssea (osteoporose) do indivíduo idoso. Dessa forma, percebemos que a relação exercício resistido e osteoporose são eficientes em se tratando de tratamento para reduzir a ação da osteoporose.

Contudo, o exercício resistido vem apresentando resultados consideráveis no tratamento da osteoporose sendo importante na prevenção e no tratamento desta e outras patologias.

REFERÊNCIAS:

CABELLO A. Gómez, ARA I. , AGÜERO A. González, CASAJÚS J. A. , RODRÍGUEZ G. Vicente. **Effects of Training on Bone Mass in Older Adults.** Sports Medicine, V. 42, Abril 2012.

COSTA Paiva L; FILARDI S; PINTO, Neto AM; SAMARA A; MARQUES, Neto JF. **Impacto degenerative radiographic abnormalities and vertebral fractures on spinal bone density of women with osteoporosis.** São Paulo Med J, 2002.

DESLANDES, Andrea. **The biological clock keeps ticking, but exercise may turn it back.** Arquivos de Neuro-Psiquiatria. V.71, n.2, Feb/2013.

MAZO, G. Z.; LOPES, M.A.; BENEDETTI, T. B. **Educação física e o Idoso: concepção gerontológica.** Porto Alegre: Sulina, 2001.

NETTO, Francisco dos Santos Ribeiro, FANTINI, Luciano, TAGLIATI, Juliano, JUNIOR, Jose Marques **Novo. Atividade física e osteoporose; proposta de intervenção e de atuação da educação física.** Revista Vida e Saúde. V. 2, n. 2, abril/ maio 2003.

NORDSTROM, Anna; TERVO Taru; HOGSTROM, Magnus. **The Effect os Physical Activity on Bone Accrual, Osteoporosis and Fracture Prevention,** The Open Bone Journal, 2011.



REBELATTO, José Rubens; MORELLI, José Geraldo da Silva. **Fisioterapia Geriátrica: A Prática da Assistência ao Idoso.** 1 ed. São Paulo, Editora Manole Ltda, 2004.

SANTOS, Marcelo Lasmar dos; BORGES, Grasiely Faccin. **Exercício físico no tratamento e prevenção de idosos com osteoporose: uma revisão sistemática,** Fisioter. Mov., v. 23, n.2, abr/jun 2010.

TAKAHASHI, Sandra Regina da Silva. TUMELERO, Sérgio. **Benefícios da atividade física na melhor idade.** Revista Digital - Buenos Aires - Ano 10 - Nº 74 - Julho de 2004. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd74/idade.htm>. Acesso: 15 de setembro de 2011.



EDUCAÇÃO

Resumo Expandido



A OLIGARQUIA SOUZA MONTEIRO NO ESPÍRITO SANTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

FIGUEIREDO, Maycon Lino de Almeida¹
BAIENSE, Marcelo Rodrigues²
LUBE, Diogo Pereira³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da mais importante oligarquia capixaba Primeira República: os Souza Monteiro. O patriarca dessa eminente família foi o capitão Francisco de Souza Monteiro, um dos maiores políticos e fazendeiro da região, casado com Henriqueta. Do enlace matrimonial entre Francisco e Henriqueta resultou 11 filhos, quase todos ligados a vida política e pública do Espírito Santo: Jerônimo e Bernardino (ambos foram governadores – dizia-se a época Presidentes do estado), Antônio e José foram políticos. Fernando de Souza Monteiro foi o segundo bispo diocesano do estado, Maria casou-se com o importante político e deputado federal sulista Manoel Leite de Novaes Melo, Bárbara foi a genitora de Carlos Lindenberg, senador e governador do estado, e Henriqueta casou-se com Florentino Ávidos. Bernardino casou-se com Iná, filha do então senador pelo Espírito Santo Gil Goulart, que havia sido uma importante liderança política em Cachoeiro durante Império.

CARONE (1975, p. 277) esclarece que o “[...] fenômeno oligárquico e sistema partidário, contrapõe-se a maioria dos casos em que o poder se manifesta através da ação de uma oligarquia - que pode ser familiar ou identificada com uma pessoa que não governa, mas que a regula”. Após a morte de Francisco de Souza Monteiro, seu filho Bernardino Monteiro, junto com seu

¹ Graduando do 5º período do Curso de licenciatura em História do Centro Universitário São Camilo- ES, maycon-lino-01@hotmail.com;

² Graduando do 5º período do Curso de licenciatura em História do Centro Universitário São Camilo

³ Professor orientador: Pós-graduado em História, Centro Universitário São Camilo- ES, diogolube@saocamilo-es.br;



irmão, Jerônimo Souza Monteiro consolidaram a oligarquia mais forte do cenário político capixaba revezando-se no controle da política capixaba de 1908 a 1930.

A proposta do trabalho é analisar as características que fazem dos Souza Monteiro uma das mais poderosas e prestigiadas oligarquias de seu tempo. Também se destaca a forte oposição que a família oligárquica sofria.

MATERIAIS E MÉTODOS

No desenvolvimento da pesquisa, que está em andamento, esta sendo utilizado como corrente teórica a Nova História Política, bem como a História Regional, por se tratar de um assunto histórico ligado ao Espírito Santo e ao município de Cachoeiro de Itapemirim. Assim a pesquisa está subsidiada por uma bibliografia que se reporta a literatura acadêmica/política capixaba, mas, também, recorre a autores clássico, que retratam o cenário político nacional da Primeira República. Também, recorreu-se a fontes documentais como o jornal *O Cachoeirano*.

DESENVOLVIMENTO

Proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, foi organizado um governo provisório presidido pelo marechal Deodoro da Fonseca. Em resumo, “[...] a República foi uma filha muito parecida com a velha mãe monarquia.” (FRANCO, 1975, p.145). O que ocorreu foi um rearranjo entre as classes que foram sustentáculo do Império, especialmente a classe urbana, representada pelos profissionais liberais, e os latifundiários. Assim as forças políticas continuaram extremamente ligadas às elites. Entre os fatores que contribuíram para constituir esse processo pode-se citar a abolição da escravidão (13/05/1888), pois isto fez com que o imperador perdesse o apoio da poderosa classe rural, especialmente os senhores de escravos do vale do Paraíba e da



baixada Fluminense.

Por todos os cantos do país, de modo especial nas regiões produtoras de café, evidencia-se a formação de grupos que apoiavam o ideal republicano. Conforme adverte Saletto (2008, p. 01),

Como em outras regiões do país, foi a abolição da escravatura que enfraqueceu a monarquia perante os proprietários rurais, tornando-os mais receptivos à propaganda republicana realizadas pelos clubes, que se multiplicavam, principalmente no sul da província, região de fazendas de café (cultura em expansão e prosperidade), que mantinha estreito contato com o Rio de Janeiro.

Elaborada a nossa primeira Constituição de acordo com RESENDE (2006, P. 93) “O modelo da Constituição republicana de 1891 é a Constituição dos Estados Unidos da América. Com ele, enquadra-se o Brasil na tradição liberal norte- americana de organização federativa e do individualismo político e econômico.” Assim, ao invés de favorecer a participação popular no sistema político republicano, o novo modelo reforçou o individualismo político/econômico e a dominação política de uma minoria sobre a maioria da população. Esse panorama favorecerá a formação de grupos exclusivamente fechados responsáveis por comandar e controlar os mecanismos políticos e econômicos nos estados: as oligarquias.

No Império o voto fora de caráter elitista, pois foi censitário. Com a República fixou-se o sistema de votação direto e universal. Foram considerados eleitores os cidadãos brasileiros, alfabetizados, maiores de 21 anos, excetuando-se alguns grupos como os mendigos, os militares de baixa patente, os padres e as mulheres. Além do liberalismo político excludente destaca-se o federalismo. Para RESENDE (2006, p.93), O federalismo deixa os estados recém-criados com liberdade para apropriar-se das terras não exploradas, fazer acordos e convenções entre si, criar e cobrar impostos sobre a exportação de produtos, cobrar impostos interestaduais, tomar empréstimos no exterior, autonomia para criar sistema judicial e eleitoral próprios, organizar o aparato militar. Assim a luta



pela hegemonia política nos estados foi uma constante onde evidenciou-se a formação de facções políticas partidárias antagônicas alicerçadas pelas oligarquias, a nível estadual e federal, compostas por grupos ou famílias, unidos por laços de sangue ou por interesses em comum que confrontam-se visando liderar a política estadual. Na edição do jornal O Cachoeirano (19/01/1916) destaca-se um artigo que demonstra a dimensão das rivalidades político/oligárquicas dentro do estado no período da Primeira República:

De passagem por esta cidade, o celebre capitão da polícia Ramiro Martins, tio do sr. Bernardino Monteiro e seu principal janizaro, blasonou, pelos cafés, ameaças a toda gente, fazendo a apologia do assassinato do dr. Pinheiro Junior. Que o Sr. Bernardino não allegue ignorancia desse proceder. Fiquem os monteiristas certos de que não nos deixaremos escochar como carneiros e nem a epoca actual é de irresponsabilidade como nos transacto governo. Para os fatos acima, chamamos a atenção do Sr, Presidente do Estado, cujos protestos de tolerancia e respeito á livre manifestação do pensamento são bem conhecidos.

Ao intitular o Capitão Ramiro Martins de “janizaro”, uma espécie de guarda particular dos sultões da Arábia, percebe-se um deboche demasiado direcionado a oligarquia monteirista, onde

Característico também é o uso de forças armadas locais para auxílio aos governos ameaçados – tanto federal como estaduais. Sua ação faz-se paralelamente às forças oficiais – Força pública e exercito, mas conservando sempre sua própria individualidade. (CARONE, 1975, p. 259).

Essa postura agressiva exposta no periódico permite concluir que era um periódico de oposição aos Souza Monteiro. No entanto o quem escreveu o artigo não tratou de forma agressiva a imagem do governador do estado Marcondes Alves, já que fatalmente visava conquistar a simpatia do governador, a favor da oposição, o qual seria um poderoso aliado considerando que a sua situação diante da máquina pública e partidária lhe colocava em uma situação privilegiada. Sintomático são as arbitrariedades e perseguições políticas,



conforme atesta o periódico. Vale lembrar que nesse contexto os assuntos eram resolvidos a bala. Daí a necessidade de capangas que executam sorrateiramente o extermínio de um oponente do Cel. que se sinta lesado, enganado ou traído.

Resultado que ilustra bem o artigo foi que a oposição as praticas despóticas e oligárquicas começou a acentuar-se na organização das chapas para as eleições para o executivo estadual em 1916. Por dois mandatos seguidos os Monteiros estiveram na liderança da política estadual (1908-1912 Jerônimo e 1912-1916 Marcondes Alves). Assim na fase final da corrida eleitoral a oposição, liderada pelo candidato a presidência Pinheiro Junior seduziu e atraiu para sua agremiação o vice- candidato da chapa situacionista Alexandre Calmon, também conhecido como Cel. Xandoca, importante político de São Mateus e região norte do estado. Assim, após apurada a eleição, criou-se uma duplicata do executivo e legislativo estadual sendo a facção pró-monteirista empossada já que contava como apoio da legislatura anterior que controlava a comissão verificadora de poderes estaduais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa não chegou a um resultado final, já que está em curso. O resultado preliminar apontou que após 1908 os monteiros dão inicio a mais longa e próspera oligarquia de tipo familiar que se teve notícia no estado. Em diversos momentos a oposição, representada por grupos alijados e desejosos pelo poder manifestou, por meio de jornais, enfrentamentos, manifestações, a vontade de ocupar o posto que há décadas os monteiros ocuparam, liderando a política capixaba soberanamente até a Revolução de 1930.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O Cachoeirano 18/11/1989 e 19/01/1916 (jornal, fonte primária).

CARONE, Edgard. **A República Velha**: instituições e classes sociais. 3.ed. São Paulo: Difel, 1975.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Problemas políticos brasileiros**. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975, 223 p.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge et. al.. **O Brasil republicano**: O tempo do liberalismo excludente. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 89-119.

SALETTTO, Nara. **A política capixaba na Primeira República**, 2008.



O PIBID COMO MECANISMO DE INTERAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO BÁSICA

SILVA, Lunielly Ribeiro Rodrigues¹
MARVILA, Caroline Garcia²
MARVILA, Rosiana Garcia³
FRANCISCO, Alda Maria Silva⁴

INTRODUÇÃO

A educação vem se delineando ao longo do tempo, reinventando, melhorando, incentivando, enfim, tentando acompanhar as tecnologias atuais e despertando mais interesses pelos discentes do século XXI. Para isso o Estado vem modificando bases e diretrizes, criando bolsas iniciação docente, bolsas e descontos e financiamentos para licenciaturas, a fim de incentivar e melhorar a educação no Brasil.

A fim de ressaltar a importância de uma melhor formação para os professores e salientar o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) como uma das estratégias institucional para uma melhor formação de professores licenciados em Matemática, em busca de um desenvolvimento completo das competências acadêmicas para a formação de um cidadão consciente e ativo em meio à sociedade a qual está inserido.

Para construir academicamente um cidadão de múltiplas competências, ações devem ser realizadas com os alunos a fim de desenvolver o raciocínio lógico e proporcionar o relacionamento entre os conhecimentos aprendidos na escola com

¹ Graduanda do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo ES-lunielly_rodrigues@hotmail.com

² Graduanda do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo ES - caarol.g.m@hotmail.com

³ Graduanda do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo ES- rosiana2002@hotmail.com

⁴ Professora orientadora, Mestre do Centro Universitário São Camilo ES- aldamariaf@saocamilo-es.br



suas necessidades profissionais e sociais e não fundar numa educação descontextualizada e focada no acúmulo de informações.

Assim, este trabalho tem como problema de pesquisa: Como melhorar/aprimorar a formação docente?

Deste modo, o Pibid busca proposições afirmativas para relacionar a experiência construída em uma instituição de ensino superior, ou seja, o aluno como um futuro professor, assim ele vivencia o dia a dia da sua profissão em uma escola da rede pública, interagindo e vivenciando o conhecimento abstrato e técnico com a realidade que por ele consequentemente será vivida.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa se nas experiências obtidas no programa do Pibid, cujas ações desenvolvidas são estudos, observações da realidade escolar, com encontros, discussões, seguidos da elaboração de um Plano de Intervenção para atender as escolas de acordo com suas especificidades e necessidades para melhoria do processo ensino-aprendizagem da matemática

INTERAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO BÁSICA

A formação de um profissional de educação vai além do acúmulo de conhecimentos. É preciso oferecer aos graduandos oportunidades que favoreçam a construção de competências e habilidades relacionadas com a prática docente de um futuro professor coerente com a referida LDB. Ao longo de anos, foi debatido esse assunto e em resposta a essa indagação foi criado o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

A educação é uma das dimensões essenciais na evolução do ser humano, pois em cada conquista rumo à civilização, faz-se presente junto a esta, a



necessidade de transmissão aos semelhantes. Assim, pode-se dizer que a educação nasce como meio de garantir às outras pessoas àquilo que um determinado grupo aprendeu.

Com a educação, o homem pode se instrumentalizar culturalmente, capacitando-se para transformações tanto materiais, quanto espirituais. A educação é o cerne do desenvolvimento social. Sem ela, até mesmo as sociedades mais avançadas retornariam ao estado primitivo em pouco tempo. Ela oferece uma base de conhecimento para todas as pessoas.

Segundo Paulo Freire (2000):

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que fizemos e o que fazemos. (FREIRE, 2000, pag.67).

A matemática é componente importante na construção da cidadania, por esse motivo o ensino da mesma de qualidade se faz eficaz e influente no desenvolvimento intelectual e social do educando para a tomada de decisões, pois apela para a criatividade. Ao mesmo tempo, a matemática fornece os instrumentos necessários para uma avaliação das conseqüências da decisão escolhida.

O Pibid, sem dúvida, constitui-se numa das alternativas potenciais para fortalecer a formação inicial, considerando as conexões entre os saberes que se constroem na universidade e os saberes que cotidianamente são produzidos e se entrecruzam nas unidades escolares. A experiência real do professor em exercício na educação básica é relevante por enriquecer a formação inicial e profissional dos licenciandos, bolsistas do programa, uma vez que estes entram em contato direto com a realidade vivenciada diariamente pelos professores de ensino fundamental. (SCHÖN, 2000):



“O estudante reflete sobre o que escuta o instrutor dizer ou o vê fazer e também reflete sobre o ato de conhecer na ação envolvido na sua performance. E o instrutor, por sua vez, pergunta-se o que essa estudante revela em termos de conhecimento, ignorância ou dificuldade e que tipos de respostas poderiam ajudá-la” (SCHON, 2000, p.128).

A melhoria da formação de professores é uma discussão antiga e alvo de debates acadêmicos. Buscando maior qualidade, novos caminhos foram constituídos pelas Instituições de Ensino Superior (IES), nesse sentido o Ministério da Educação criou em 2009 o PIBID, proporcionando a possibilidade de antecipar o vínculo entre os futuros professores e as salas de aula da rede pública por meio dessa iniciativa o PIBID faz uma articulação entre a Educação Superior, a escola e os sistemas estaduais e municipais de Educação Básica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer do Pibid tem-se notado que os alunos apresentando dificuldades matemáticas e que a interação professor regente e acadêmico bolsista têm contribuído para melhoria no processo ensino e aprendizagem destes alunos, além de oportunizar elaboração de materiais didáticos metodológicos para serem aplicados nas aulas de matemática e nos momentos de reforço no contraturno.

Nesta perspectiva, o Pibid é um caminho muito importante para a iniciação docente, pois a formação de professores representa um dos elementos fundamentais por meio dos quais a didática intervém e contribui para melhoria da qualidade do ensino.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o papel do professor de matemática é mediar o conhecimento a todos os alunos e o graduando tem a oportunidade de iniciar o seu conhecimento prático com auxílio do Pibid.

O compromisso que assumi com a sociedade em transpor o conteúdo de uma forma clara aos seus aprendizes, e ele tendo consciência da importância da matemática na vida de um aluno, suas importâncias e aplicações, faz com que esse profissional depare-se com dificuldades, acertos, erros, para lucidar cada vez melhor a matemática para os alunos.

Esse apoio sócio político, institucional e docente ao graduando é de suma importância para uma desenvoltura exemplar quando professor, assim além do estágio obrigatório, o discente de matemática tem mais uma opção para interagir com os discentes de ensino fundamental, se comportando e aprendendo na prática a ser professor.

Vale ressaltar que esse graduando, desde já se depare com várias “barreiras e dificuldades” que são vividas diariamente pelo professor titular e o discente tem a oportunidade de apreender com a desenvoltura do professor titular a driblar, minimizar e até mesmo sanar essas “barreiras e dificuldades”, mas a alegria de ser professor transpassa as dificuldades, principalmente a de lecionar matemática em uma instituição pública de ensino.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23ª. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 2000.

SCHÖN, Donald A. **Educando o Profissional Reflexivo: Um novo design para o ensino e a aprendizagem**; tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.



O PIBID E O USO DA IMPRENSA PERIÓDICA NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA PRÁTICA POSSÍVEL

SANTOS, Luma Karla Schulz¹

SILVA, Izabella Quinta²

SANTOS, Jaqueline Ramalho Nogueira³

INTRODUÇÃO

A utilização de jornais e revistas em sala de aula ajuda na formação de alunos e cidadãos críticos e pensantes. Essas fontes propiciam a análise de fatos e acontecimentos de uma determinada época, pois é possível encontrar nelas diferentes aspectos reais e reconstituições de fatos históricos de um determinado período, de um passado presente. O contato com fontes periódicas proporciona ao aluno um melhor contato com os fatos e acontecimentos ocorridos no decorrer da história do país e do mundo, levando-a a uma melhor fixação dos conteúdos explicados em sala de aula.

MATERIAS E MÉTODOS

Demonstração do trabalho desenvolvido nos laboratórios de pesquisa histórica aos alunos da EMEB PROF. VALDY FREITAS, parceira do Pibid/Centro Universitário São Camilo, destacando-se o trabalho de conservação e restauração de documentos históricos e sua importância para o conhecimento da história de um povo. Aplicação de oficina sobre a conservação e restauração de documentos históricos e análise do Jornal O Cachoeirano, edição especial, em comemoração a

¹ Graduando do curso de História no Centro Universitário São Camilo–ES,

² Graduando do curso de História no Centro Universitário São Camilo–ES,

³ Graduada em História, Faculdade de Filosofia Madre Gertrudes de São José – Mestre em Ciência Política-UCAM/ IUPERJ - jaquelinesantos@saocamilo-es.br
Cachoeiro de Itapemirim – ES, maio de 2013.



Proclamação da República. A atividade foi realizada no LAPHIS (Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas).

DESENVOLVIMENTO

A Incorporação de novas práticas no ensino de História tem sido cada vez mais necessária dentro do ambiente escolar. Dentro dessas novas práticas de ensino podemos utilizar a imprensa periódica, com o intuito de levar o aluno a fazer uma análise crítica de matérias apresentadas pelo professor. Os jornais e revistas são importantes fontes históricas, que guardam consigo informações sobre o passado e o presente, pois é através deles que podemos resgatar fatos e acontecimentos ocorridos em uma determinada época, FONSECA (2009, p 186) diz que:

“ Como qualquer outra fonte , os jornais e as revistas são importantes registros de dimensões históricas do passado e do presente. Por meio deles é possível captar evidências das mudanças, das rupturas, das continuidades, por exemplo, dos projetos políticos, dos movimentos sociais, e etc.”

É importante ressaltar que a análise de periódicos deve ser feita com cuidado. O professor deve antes de realizar o trabalho com os alunos contextualizar para os mesmos o período a ser discutido e analisado para que os alunos possam realizar uma análise sobre o documento. A incorporação de novas práticas no ensino de História tem sido cada vez mais necessária dentro do ambiente escolar para que o aluno possa desenvolver outras práticas que o auxiliem na fixação do conteúdo.

Ao começar uma discussão sobre o determinado conteúdo, o professor pode e deve recorrer aos jornais e revistas, fazendo um confronto entre as informações contidas nessas fontes. Podemos citar como exemplo a discussão sobre a proclamação da República em 1889, em que o docente pode recorrer aos jornais da



época, fazendo assim um confronto entre os que apoiavam a República e os que não apoiavam.

Em Cachoeiro, por exemplo, poder ser utilizado como O Cachoeirano, que após a Proclamação da República Brasileira, foi editada uma edição comemorativa em homenagem a República Federativa do Brasil e ao governo provisório, enaltecendo assim a nova fase da política brasileira

É possível encontrar nos jornais vários de tipos de notícias, anúncios e propagandas, que podem ajudar na construção da história de um determinado lugar, por conter ali diversos aspectos da realidade vivida em uma determinada época que possam constituir objetos para o ensino de História, como nos relata FONSECA (2003,p. 212)

“ A imprensa fornece materiais provenientes de diversas fontes, possibilitando, por exemplo, a análise de pontos de vista de diversos autores , especialistas e testemunhas da história. Permite a aquisição de dados estatísticos sobre diferentes aspectos da realidade e a reconstituição histórica de fatos, sobretudo no passado recente. Apresenta imagens, charges, histórias em quadrinhos, crônicas , mapas, poesia, canções, dossiês sobre diversos assuntos que constituem objetos do ensino de História”.

É preciso lembrar que o uso da imprensa periódica não está restrito ao ensino de História, mas as outras áreas que compõe a formação do aluno dentro ambiente escolar. Neste sentido a escola passa a desenvolver no aluno o gosto pela leitura, pela pesquisa, tornando-os assim cidadãos críticos e pensantes

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebemos a importância da utilização da imprensa de periódicos como auxílio ao ensino de história dentro do ambiente escolar e sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem do aluno, como estímulo para fixação de conteúdos aplicados em sala de aula.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que as novas práticas para o ensino de história são essenciais para aguçar no aluno o interesse pelo estudo da disciplina, e que a utilização de periódicos são importantes aliados do professor em sala de aula, pois faz com as aulas sejam melhor aproveitadas pelos alunos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BITTENCOURT, Circe. (org.). **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto. 1997.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.

_____. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

NIKITIUK, S.L.(org.). **Repensando o ensino de História**. São Paulo: C, 1996.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.



SONG FOR A CHANGE

ALVES, Rayane Mantovanelli¹

MOURA NETTO, Elis²

TEIXEIRA, Marcos³

LAMONATO, Sandra Regina Ferreira Cancell⁴

INTRODUÇÃO

Diante do desafio de ensinar, a maior virtude do professor é a sua capacidade de diferenciar sua metodologia para conseguir atingir todos os diferentes níveis culturais encontrados em uma sala de aula. Para tal um dos recursos mais apropriados e dinâmicos é a música. Por ela consegue-se alcançar diferentes realidades sociais muito mais facilmente do que com uma abordagem considerada padrão, que é a escrita e a oralidade na apresentação de conteúdo.

Este projeto vem com o objetivo de mudar a realidade atual de desinteresse dos estudantes pela Língua Inglesa. Muitos não acreditam que realmente haja alguma importância em aprender Inglês, porém, hoje em dia o mercado de trabalho exige o conhecimento de uma segunda língua e mostrando de forma prazerosa que a Língua Inglesa pode ser interessante e até mesmo divertida de aprender.

Através da música, os alunos podem aprender Inglês de forma dinâmica e com o passar do tempo, este vai reconhecendo a importância da Língua, a encaram de forma menos pesada, mais atraente e assim, se tornam mais interessados pela mesma.

¹ Graduanda do Curso de Letras/ Inglês do Centro Universitário São Camilo-ES, ray-granger@hotmail.com

² Graduando do Curso de Letras/ Inglês do Centro Universitário São Camilo-ES, elisnetto@ymail.com

³ Graduando do Curso de Letras/ Inglês do Centro Universitário São Camilo-ES, marcosteixeiradasilva@hotmail.com

⁴ Professora Orientadora/ Especialista em Estudos Linguísticos: Língua Inglesa do Centro Universitário São Camilo – ES, sandralamonato@saocamilo-es.br



Além destes aspectos é importante ressaltar a intenção de mudar todo um contexto escolar, trazendo aulas diferentes e apresentando uma proposta que interesse aos alunos. Espera-se que o interesse dos próprios professores mude, quando projetos são pensados pode-se também estar ajudando outros professores, compartilhar ideias e mostrar diferentes formas que talvez outro docente não conheça e a partir de um projeto como este ele possa utilizar estes métodos em suas aulas futuras.

DESENVOLVIMENTO

A música atinge muito mais que o conhecimento imediato que é pedido dos alunos. O uso de instrumentos ou canções, por exemplo, pode criar um conhecimento real e duradouro. Ouvir uma canção pode despertar os sentidos e estimular o cérebro do aluno, além de poder estimular o trabalho em equipe e também a cooperação entre os estudantes que pode ajudar na formação do caráter do aluno, que é também um objetivo do professor:

“Sonhamos com uma escola que, sendo séria, jamais vive sisuda. A seriedade não precisa ser pesada. Quanto mais leve é a seriedade, mais eficaz e convincente é ela. Sonhamos com uma escola que, porque é séria, se dedique ao ensino de forma não só competente, mas dedicada ao ensino e que seja uma escola geradora de alegria. O que há de sério, até de penoso, de trabalhoso, nos processos de ensinar e aprender, de conhecer, é não transforma este, "que fazer" em algo triste. Pelo contrário, a alegria de ensinar e aprender deve acompanhar professores e alunos em suas buscas constantes. Precisamos é remover os obstáculos que dificultam que a alegria tome conta de nós e não aceitar que ensinar e aprender são práticas necessariamente enfadonhas e tristes. É por isso que eu falava de que o reparo das escolas, urgentemente feito, já será a forma de mudar um pouco a cara da escola do ponto de vista também de sua alma” (FREIRE. P; 2000)



METODOLOGIA

Na situação específica abordada como professores de Inglês, o primeiro obstáculo encontrado é a motivação dos alunos para aprender a língua. Com a música esse interesse pode ser despertado. Ao ouvir uma música a qual os alunos gostem, mas não conhecem o significado, estes são estimulados a procurar respostas e descobrir o que se é dito durante a canção. Sendo assim, o aluno vem a desenvolver seu vocabulário na Língua Inglesa, e observando a letra da música tem a oportunidade de identificar de que maneira usar determinada palavra ou expressão.

Na realização de tal ação, é necessário conhecer os alunos. Uma pesquisa de preferência pode ser muito bem aproveitada para se conseguir o máximo de uma música, pois se a sugestão parte dos alunos o interesse será muito maior.

Pode-se citar também o filme “Adorável Professor” como um possível exemplo para ilustrar como a música é um elemento importante na transformação da realidade de uma escola e de aproveitamento dos alunos em sala de aula.

Pode-se ainda traçar um paralelo entre música e educação. Não se cria um bom ambiente escolar sem ter como fator principal o elemento humano, o sentimento. A música é criada para demonstrar sentimentos, situações que lembraremos e marcaram as nossas vidas. O objetivo principal é desenvolver essa sensação, gerar estas lembranças e sentimentos em nossos alunos. Quando se consegue marcar nossos estudantes desta forma, se torna mais fácil e prático o processo educacional, alunos que criam esse laço tornam as aulas mais eficientes. O fator sentimental contribui para a melhor assimilação dos conteúdos ensinados. Sendo assim, quando se tem alguma emoção ou sentimento vinculado à lembrança do momento da aprendizagem, este conteúdo terá mais facilidade de assimilação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado esperado de um projeto como este é sempre positivo. Sabe-se que dificuldades são uma realidade e que não existe sala de aula que irá receber e aceitar o projeto com a participação e cooperação de todos sem exceção. Um estímulo é o suporte de todo grupo docente, compartilhando a responsabilidade de mudar o panorama escolar, este é dever como graduandos de licenciatura, especialmente em uma Língua Estrangeira.

É possível notar uma empolgação com relação aos alunos em conversas sobre o projeto deste ramo, musical. A expectativa é crescente para que sejam colhidos bons frutos quando as ideias forem postas em prática. A maior apreensão é saber se a longo prazo, o objetivo de modificar, nem que seja de forma singela a realidade dos estudantes que hoje são aulas cansativas e repetitivas, pode ser alcançado.

REFERÊNCIAS

CASTRO, André; GUERRA, Aurilene; NASCIMENTO, Roseane. **A Música como Instrumento de Aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Fundamental** [Internet]. Pernambuco [2001]. Disponível em: http://www.neurobiologia.org/ex_2011.2/10_trabalho_AURILENE_OK_.pdf

GOBBI, Denise. **A música enquanto estratégia de aprendizagem no ensino de língua inglesa** [Internet]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3066>

PEREIRA, Erica. **O Ensino da Língua Inglesa com música**. [Internet]. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/porta/artigo.asp?artigo=1483>

WOYCIECHOWSKI, Élio. **Música: Uma proposta para o ensino de língua inglesa na escola pública**. [Internet]. Paraná. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1807-8.pdf>



ECO-GUARDAS CURUMIM: FORMAÇÃO DE GUIAS AMBIENTAIS MIRINS

FALQUELO, Grazielle Dalbó¹
ATAIDE, Julielson Oliveira de²
TEIXEIRA, Cíntia Cristina Lima³
SILVA, Marilene Dilem da⁴
SILVA-FILHO, Gilson⁵

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) é uma ferramenta fundamental utilizada como prática inovadora em diferentes áreas do conhecimento, tendo como principal objeto a educação o meio ambiente em âmbito nacional (ARENDR, 1989). As distintas ações e projetos de desenvolvimento impulsionados pelas atividades de extensão em resposta às novas demandas geradas pela transição ambiental do meio rural, são exemplos de Educação Ambiental (CARVALHO, 2001). A EA é muito importante para a integração do ser humano com o meio ambiente.

No Brasil um dos principais assuntos em destaque é o meio ambiente tanto nos projetos de recuperação, mais principalmente nas catástrofes que vem ocorrendo, como a explosão da plataforma de petróleo no Golfo do México e a tsunami causada pelo terremoto no Japão, que causou grandes prejuízos na fauna e flora da região. Os sinais dos efeitos ambientais são inconfundíveis principalmente característicos do impacto na economia gerada pelo desequilíbrio ecológico-ambiental (PHILIPPI; PELICIONI 2005).

A educação ambiental é considerada como agente difusor dos conhecimentos

¹ Bióloga, Especialista em Educação Ambiental.

² Graduando em Ciências Biológicas, Centro Universitário São Camilo, Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim

³ Doutoranda em Produção Vegetal (UENF) - Profa. do Colegiado de Ciências Biológicas do Centro Universitário São Camilo, Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim.

⁴ Professora e Coordenadora dos cursos de Ciências Biológicas do Centro Universitário São Camilo, Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim.

⁵ Dr. Em Ecologia e Recursos Naturais (UENF) – Prof. do Colegiado de Ciências Biológicas do Centro Universitário São Camilo, Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim.



sobre o meio ambiente e indutor de mudança dos hábitos e comportamentos compatíveis com a preservação voltados principalmente para a educação popular para obter conscientização sobre a importância do meio ambiente para o ser humano (CARVALHO, 1992; CARVALHO, 2001). A conscientização pode ser obtida mediante a utilização dos recursos associados aos trabalhos de campo, estudos da fauna e flora ambiental e temas polêmicos sobre o ambiente de forma lúdica e associativa. Estes tipos de atividades vêm sendo incorporados no contexto da educação ambiental (SERES, 1991; CARVALHO, 1992; CRESPO, 1998; CARVALHO, 2001).

Uma forma de dinamizar o processo do ensino da Educação Ambiental é mediante a formação de uma equipe de difusores que possa estar disseminando o conhecimento, a conscientização sobre as questões ambientais. Além da importância de mantê-lo na linguagem específica para cada difusor.

A implementação de um programa de formação de guias mirins “Eco-Guardas Curumim” para atuar como difusores do conhecimento e conscientização ambiental podem proporcionar resultados significativos quanto à preservação e manutenção do ambiente. Além de formar futuros avaliadores e difusores da importância da natureza para as gerações futuras.

MATERIAL E MÉTODOS

O Projeto “Formação de Eco-Guarda Curumim” foi desenvolvido em 4 localidades da região serrana do estado do Espírito Santo. A formação ocorreu na área do Parque Estadual da Pedra Azul 20° 26’ S / 40° 57’ O, Parque Estadual do Forno Grande 20° 31’ S / 41° 05’ O, na região de Venda Nova do Imigrante 20° 19 S / 41° 07’ O, e no reservatório de abastecimento do Município de Venda Nova .

O trabalho foi desenvolvido em duas etapas. A primeira etapa, desenvolvida em 2010, referiu-se ao programa de formação de Eco-Guardas Curumim, e a segunda, desenvolvida em 2011, proporcionou a avaliação prática do curso de



formação

Os temas foram trabalhados de forma explicativa e descritiva, aplicação de questionários, com abordagem quantiquantitativa, e foram utilizados para a realização do trabalho, material bibliográfico e documental e aulas de campos pela região.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O programa de formação de Eco-Guardas Curumim é o único curso de formação de monitores e guias da região Sul do Estado do Espírito Santo. A formação possibilitará que os Eco-Guardas atuem, em um futuro próximo, como multiplicadores e gestores ambientais mirins.

Os resultados foram obtidos em duas partes. A primeira parte foi obtida mediante a aplicação de um questionário que proporcionou a obtenção do conhecimento prévio dos participantes. A segunda mediante ao acompanhamento do trabalho realizado, o qual evidenciou o nível de agregação de conteúdo pelas crianças.

Foi constatado que os alunos demonstraram um interesse ímpar para o conhecimento das formas de vida animal e vegetal presentes na região de Mata Atlântica. Durante o curso também foi bastante frisado por algumas crianças o interesse em fazer curso de Ciências Biológicas.

Para o conhecimento dos futuros Eco-Guardas sobre os animais silvestres eram restritos a aves, macacos, cobras, onça, devido algum tipo de contato ou visualização *in loco*. Dentre os animais da Mata Atlântica, o Mico Leão Dourado foi o principal foco quanto ao conhecimento das espécies ameaçadas de extinção.

Isto demonstra o forte impacto da mídia televisiva e ilustrativa utilizada durante a formação dos Eco-Guardas. Também pela palestra ministrada de forma lúdica pelo superintendente do IBAMA, com foco na fauna ameaçada e os problemas constantes de tráfico de animais silvestres.



A participação ativa do Eco-guardas Curumim nas atividades práticas, após o curso de formação, proporcionou uma vivência das crianças com as questões ambientais e a mobilização de seus pais para luta contra a degradação ambiental, munidos da consciência ecológica e de educação de qualidade no contexto ambiental.

As atividades desenvolvidas no âmbito da Educação Ambiental podem favorecer à escolha logo cedo de uma carreira a ser seguida pelos participantes. A formação crítica e avaliativa da criança participante foi devido a interatividade e multidisciplinaridade abordada durante o curso. Ao ser executado o plano de ação do curso o educando pôde criar uma forma de entendimento e de atuação da prática social, conforme a sua compreensão anterior do meio, e modificada pelo conhecimento atual (GUIMARÃES, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa foi essencial para a formação crítica das questões ambientais e para o conhecimento da fauna e flora, das características e a situação real da Mata Atlântica na região do Sul do estado do Espírito Santo.

Entendendo as limitações dos resultados do programa de formação, o trabalho de Educação Ambiental abordado no curso foi muito proveitoso, evidenciado pelo altruísmo demonstrado por alguns alunos durante o programa.

A partir da percepção da transformação das concepções de ambiente os Eco-Guarda Curumim, os alunos desenvolveram a criticidade esperada de ser alcançada, mesmo dos alunos que não se apresentava muito empenhado com o curso na fase inicial.

Devido ao elevado índice de frequência constatado no decorrer do curso, mediante a participação dos Curumins durante as discussões sobre as questões



ambientais e do bom comportamento em casa, relatado pelos pais pelo incentivo dos alunos na coleta seletiva do lixo, sugere-se que o curso seja repetido.

A prática desenvolvida pelos Eco-guardas Curumim de forma gloriosa sugere que o programa de formação de guardas ecológicos mirins “Eco-guardas Curumim” seja mantido e repetido anualmente de forma a almejar um número muito maior de crianças e pais.

O sucesso obtido garante a além da repetição a proposição de aperfeiçoamento do programa, na busca de solucionar ou, pelo menos, amenizar os problemas ambientais existentes, além de transmitir e conscientizar a comunidade local quantos aos problemas ambientais.

REFERÊNCIA

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

BRASIL mostra realidade no Golfo do México após vazamento e Katrina BBC, disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/08/100825_ale_florida_apresentacao_rc.shtml). Acesso em 03/03/2011.

CARVALHO, I. C. M. Educação, meio ambiente e ação política. In: ACSELRAD, H. (Org). **Meio ambiente e democracia**. Rio de Janeiro, IBASE, 1992.

CARVALHO, I. C. M. Qual **Educação Ambiental: Elementos para um debate sobre Educação Ambiental e Extensão Rural** . Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun, 2001

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: A formação do sujeito ecológico**. Ed. Cortez, 2004.

CRESPO, S. (coord). **O que o Brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade**. io de Janeiro: MAST/ CNPQ e ISER, 1998

GUIMARÃES, M. **A Dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papirus, 1995.



MARCATTO, C. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

PHILIPPI, A. J.; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**, Barueri, São Paulo: Manole, 2005

SERRES, M. ***O contrato natural***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

TAVARES, M. G. De O.; MARTINS, E de F.; GUIMARÃES, G. M. A. **A Educação Ambiental, Estudo e Intereção do Meio**, Conectar Revista Iberoamericana de Educación, Principal OEI, 2010.



CACHOEIRO: DO CAFÉ À ILUMINAÇÃO ELÉTRICA

BOSIO, Raquel Gomes¹;
CAVALCANTE, Luciana Tenório²;
GOMES, Valtair³;
LUBE, Diogo⁴

INTRODUÇÃO

Como é de conhecimento público, o Espírito Santo foi por muito tempo apenas uma barreira verde para proteger as Minas Gerais. Não existiam estradas e as vilas eram poucas e distantes umas das outras. Finalmente no século XIX, mais precisamente em 1824, tornamo-nos uma província, ou seja, teremos agora um presidente provincial.

Vias de acesso são criadas na província do Espírito Santo, mas a fase do ouro já havia acabado, portanto, era necessário a província buscar a sua economia de sobrevivência de outra forma. A província torna-se então comercializadora de gênero alimentício de base como mandioca, milho, entre outros, mas esse comércio não satisfazia a todos, visto que só os ricos podiam mandar por conta própria suas produções para outras províncias. Então o café é introduzido na província, pois este é o produto de grande destaque no cenário nacional. O advento do café na província faz ruir vertiginosamente as florestas para dar lugar às plantações; essa nova cultura traz um grande número de imigrações, que faz com que a população da província aumente consideravelmente. A província começa então a florescer.

¹ Graduanda do 5º período do Curso de História do Centro Universitário São Camilo – ES, raquel_gbosio@hotmail.com;

² Graduanda do 5º período do Curso de História do Centro Universitário São Camilo – ES, lucianadearaujoferreira@hotmail.com

³ Graduando do 5º período do Curso de História do Centro Universitário São Camilo – ES, valtair10@hotmail.com

⁴ Professor orientador: Diogo Lube, Centro Universitário São Camilo-ES, diogolube@hotmail.com
Cachoeiro de Itapemirim – ES, maio de 2013.



Inicialmente o café era escoado apenas nos lombos dos burros. Em 1828, haviam pouco mais de 100 burros, mas esse número cresce a medida que a produção cafeeira aumenta, já que só eles são capazes de transportar o café.

O historiador Ormando Moraes vem falando em seu livro “Por serras e vales do Espírito Santo” que:

“atravessando serras e vales, enfrentando caminhos e picadas mal abertos, cheios de pedras, buracos, atoleiros e precipícios, dias seguintes, sob o sol ou sob a chuva, foi a epopeia das tropas e dos tropeiros transportando a produção do Espírito Santo, especialmente o café”.⁵

O café começa a expandir-se mais e mais e assim, são abertas estradas e criadas ferrovias para facilitar o escoamento da produção. Nesse período algumas cidades começam a se destacar mais que outras principalmente as do sul da província.

1. A província e o café

Com a prosperidade gerada pelo café a província começa a participar mais ativamente dos acontecimentos do Império. Essa prosperidade também possibilita o surgimento de escolas, bibliotecas, grandes lojas, hospitais, entre outros. A província começa a modernizar-se. Surgem então vários jornais, entre eles o Cachoeirano. Com o declínio do Império, surgem vários clubes republicanos na província, o primeiro é fundado na Vila de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim. Este clube tinha forte ligação com o Cachoeiro.

Outros grupos republicanos surgem na província, mas o de Cachoeiro foi o que mais se destacou, e centralizou a campanha republicana no Espírito Santo.

⁵ MORAES, Ormando. *Por serras e vales do Espírito Santo: a epopeia das tropas e dos tropeiros*. 2. ed. p. 13



A República é proclamada, o país é dividido em Estados, esses Estados passaram a ter mais autonomia, podiam escolher seus representantes. Nesse cenário diversos grupos republicanos brigam pelo poder, o que torna o início da república muito conturbado. Surgem revoltas populares como a da Vacina, de canudos, etc.

No Espírito Santo também não é diferente, pois Afonso Cláudio também é destituído após poucos meses de governo. Os governantes se sucederam, o que demonstra a confusão em que vivia a República nos primeiros anos. A Constituição de 1891 foi modificada com menos de um ano de vigência, demonstrando claramente as incertezas que vigoravam entre os comandantes do poder.

Nesse período, predominou a política do café com leite, que possibilitou a supremacia de São Paulo (grande produtor de café) e Minas Gerais (grande produtor de leite), no cenário nacional, revezando-se na ocupação da presidência da República. Localmente, o poder estava concentrado nas mãos dos chefes regionais, que controlavam o processo eleitoral, manipulando o resultado das eleições sempre em favor das elites rurais.

No Espírito Santo, como nos demais estados do Brasil durante a Primeira República, predominou o poder de uma oligarquia, aqui representada pela família Monteiro.

Nos municípios o controle dos coronéis sobre os votos permite a eleição de candidatos com prestígio local, fora das chapas propostas pelos partidos estaduais, representantes dos interesses das oligarquias no poder. A fraude é a Tónica das eleições na República oligárquica. São muitos os subterfúgios de falseamento das eleições. Para ganhá-las, os coronéis providenciam, muitas vezes, para que os trabalhadores aprendam a assinar o nome. Assim, nas eleições, à vista dos capangas de seus patrões, eles podem assinar, melhor dizendo, desenhar o nome no livro de ata da votação. Esse



voto aberto, portanto facilmente controlado, é chamado “voto de cabresto”. (Brasil republicano)

Economicamente, o café foi a nossa maior riqueza. Graças a ele, tornou-se possível a realização de inúmeras obras públicas.

2. A República dos coronéis:

Proclamada a República, de 1889 até o advento da revolução de 30, predominou no Brasil uma política voltada para os interesses das elites regionais, que tinham na figura do coronel seu principal expoente. O termo coronel se originou da patente da Guarda Nacional, concedida aos fazendeiros, e, às vezes, também a comerciantes. A eles cabia o exercício do poder político.

A origem do coronelismo tem base nos primeiros tempos coloniais, sendo resultado do processo de colonização do Brasil. Grandes extensões de terras foram entregues nas mãos de proprietários rurais, possibilitando o surgimento de grupos sociais baseados em fortes vínculos pessoais. Indivíduos se colocavam sob a proteção desses senhores, que, por sua vez, recebiam respeito e solidariedade. Quanto mais pessoas tivessem sob sua proteção, maior o prestígio do senhor.

O poder do coronel dependia em grande parte de suas qualidades pessoais e de seu poder de liderança. Nem sempre, portanto, a sucessão do coronel se dava de forma hereditária. Às vezes, o coronel indicava outra pessoa para sucedê-lo.

A autoridade do coronel sobre parentes e dependentes era muito grande. Seu prestígio advinha da proteção que assegurava a familiares e amigos, da distribuição de empregos públicos, de empréstimos de dinheiro, apoiando seus protegidos para cargos eletivos, ou ainda por ser benfeitor de igrejas e patrocinador de festas.



3. O coronelismo no Espírito Santo

Embora o coronelismo apresente características comuns em todo o país, no Espírito Santo teve características próprias. Suas raízes estariam na estrutura econômica que aqui vigorou a partir do século XIX, marcada pela monocultura do café. Além disso, aqui existiram coronéis proprietários de grandes fazendas, principalmente no sul do Estado, e pequenos e médios fazendeiros no resto do Estado. Devemos citar também os donos de vendas na área rural, que tinham as mesmas funções e poderes políticos de um coronel fazendeiro.

Os coronéis conseguiam fortalecer sua autoridade graças a uma série de arranjos. O depoimento de Carlos Lindemberg, que por duas vezes governou o Estado, torna-os evidentes:

Na época de fazer a inscrição eleitoral, nós éramos chamados pelos candidatos para fazer o Constitui. Era o seguinte: o sujeito passava uma procuração que dizia: constituo meu procurador o Coronel Antônio de Souza Monteiro, para fim de me alistar como eleitor e assinava. Fazíamos isso com a letra ruim, e confundia-se com a letra de colonos que, geralmente não era boa.⁶

As fraudes eleitorais eram uma constante: ganhava o candidato que as forças políticas mais poderosas desejassem. Quase sempre ganhava o candidato apoiado pelo governo. Segundo ainda Carlos Lindemberg, “[...] porque as eleições eram feitas as vésperas ou nas antevésperas. E nós fazíamos as procurações para alistar as pessoas [...] e obviamente alistavam seus correligionários”.

Caso acontecesse de a oposição ganhar a eleições, restava o parecer das Comissões de Verificação de Poderes, que, em geral, expurgavam candidatos

⁶ SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: estado, interesse e poder*. Vitória: FCAA/SPDC, 1995, p. 84.



indesejáveis, alegando que teriam ocorrido fraudes e irregularidades nas eleições, impedindo assim a posse dos vitoriosos.

Um exemplo ilustrativo ocorreu nas eleições de 4 de março de 1906, quando os adeptos de Muniz Freire saíram vitoriosos, após terem anulado 47 das 74 seções eleitorais existentes no Estado.

No Espírito Santo, a partir de 1908, quando foi eleito Jerônimo Monteiro, a oligarquia comandada por ele conseguiu se manter no poder até os anos 30, quando ocorreu o golpe.

4. A Usina elétrica de Cachoeiro

Cachoeiro de Itapemirim era uma região cuja economia se baseava essencialmente na lavoura de café e nos desdobramentos dessa atividade econômica. Embora houvesse um processo de industrialização incipiente, foi a disponibilidade de infraestrutura – incluindo-se aí a oferta de energia elétrica e de cursos de água que pudessem ser aproveitados para esse fim – que atraiu os interesses estratégicos dos governantes estaduais e dos empreendedores particulares para a região.

Cachoeiro de Itapemirim já se constituía em um polo de atração micro-regional. Próspera por suas terras ocupadas pelo café, atraía, desde cedo, importante infra-estrutura de transporte, que colocava o município em contato mais rápido com o Rio de Janeiro, o mais importante centro do país e capital nacional, por onde escoava boa parte do café nacional. (BITENCOURT, 1989:118)

Daí em diante o município se tornou um dos mais importantes polos industriais capixabas, exercendo papel relevante na produção de toda a riqueza do



estado, e consolidando ainda mais sua posição de proeminência conquistadora no período do café.

Fábricas de tecidos, de cimento, de óleos, serrarias, usinas de açúcar e novas unidades de produção de energia elétrica, dentre outras atividades, passaram a se instalar na região. Empregos surgiram, e com isso o comércio ampliou seu mercado consumidor, tornando-se também uma atividade econômica importante para o município.

Tudo isso torna Cachoeiro da primeira metade do século XX uma cidade dinâmica, progressista, moderna e de enorme destaque político no cenário estadual e nacional.

Mas apesar disso, Cachoeiro, na segunda metade do século XIX, sequer dispunha de iluminação pública de qualquer natureza.

Era comum, nas festas, que os moradores pusessem os lampiões para fora de casa para iluminar as ruas.

Assim, em 6 de janeiro de 1887, foi implantado o primeiro sistema de iluminação pública, contado com 24 pontos e utilizando um dispositor belga à base de querosene. De acordo com o historiador local Manoel Gonçalves Maciel, “em 1895, a iluminação pública de Cachoeiro estava sendo pessimamente feita. Os lampiões eram muito sujos, cobertos de poeira e forneciam luz embaçada e insuficiente” (1992:226).

Com o insucesso do sistema de lampiões, o presidente da Câmara Bernardo Horta lança um edital para a instalação do novo modelo de iluminação pública, dessa vez utilizando a grande novidade da época: a energia elétrica. No edital fica aberto o recebimento das propostas, seguido das normas que as regem.

Conforme o fragmento do jornal O Cachoeirano:

O cidadão Bernardo Horta de Araujo, presidente do governo municipal da cidade de Cachoeiro de Itapemirim do Estado do Espírito Santo, etc.



Faz saber que, em virtude da resolução deste governo em sessão de 26 de fevereiro passado chama a concorrência pública para o estabelecimento da luz eléctrica para uso público e particular desta cidade, devendo os srs. proponentes remeterem suas propostas devidamente instruídas dentro do prazo de sessenta dias a contar da data de publicação deste, devendo ser feito o serviço de iluminação sob as condições seguintes: 1ª Todo material á empregar será de primeira qualidade. 2ª A luz será de lâmpada incandescente e de arco voltaico. 3ª As lâmpadas terão a intensidade de 16 á 32 vellas de accordo com ás instancias que guardarem entre si; [...] (O Cachoeirano 08/04/1902).

A instalação da iluminação pública elétrica em Cachoeiro, antecipada em oito a dez anos em relação aos municípios da atual Grande Vitória, se deu fundamentalmente pelas próprias condições econômicas que a cidade vivia, com uma prosperidade que, de certa forma, estimulava os avanços sociais e de qualidade de vida. Ressaltando-se que Cachoeiro de Itapemirim foi a primeira cidade do Espírito Santo e a décima⁷ do Brasil a ter esse tipo de serviço, pode-se perceber a prosperidade que o município gozava na época.

4.1. A construção da usina

A construção da usina de força motriz, que produziria energia elétrica para o sistema de iluminação pública de Cachoeiro de Itapemirim foi relativamente rápida. Lançando o edital em abril de 1902, já em outubro a unidade energética iniciava suas atividades. O responsável pelo projeto e pela execução técnica da obra foi o engenheiro Florentino Ávidos, que, mais tarde, viria a ser governador do estado. A

⁷ Alguns autores afirmam que Cachoeiro foi a terceira cidade do Brasil a ter iluminação elétrica.



obra foi acompanhada por uma empresa alemã, a *Siemens & Holkes*, por meio do engenheiro germânico Adolf Von Langek, responsável por acompanhar o projeto.

A “pequena usina pioneira” (1982:74), nas palavras de Bittencourt, tinha uma potência de 70 HP e utilizava as águas do Rio Itapemirim, na altura da então Ilha da Esperança, perto da ponte de madeira com pilares de pedra, pilares estes que ainda resistem ao tempo.

A Ilha da Esperança, que pertence a Márcia Lima de Almeida Ramos, foi comprada pela municipalidade para gerar a força motriz a fim de abastecer as 154 lâmpadas espalhadas pela cidade. A ilha foi rebatizada de Ilha da Luz, como até hoje é identificada, embora em anos recentes tenha se tornado o local de referência para o sistema de abastecimento de água da cidade.

A potência não era seu maior destaque, e sim a importância política e econômica de ser a primeira unidade produtora de energia do estado do Espírito Santo. Com essa iniciativa pioneira, em 1910 seria instalada no Rio Fruteiras uma usina com 3.000 HP de potência, que forneceria energia para as indústrias que se estabeleciam na região durante o ciclo de industrialização iniciado naquele período, no qual Cachoeiro teve papel fundamental.

4.2. A usina é inaugurada

Inaugurar uma usina de força motriz e dar início ao processo de eletrificação da cidade em 1902 não era pouca coisa. Os municípios que hoje fazem parte da Grande Vitória só alcançariam esse de oito a dez anos depois. Naturalmente, tal avanço merecia uma grande comemoração. E assim aconteceu.

De fato, a iluminação pública à base de eletricidade foi inaugurada em Cachoeiro de Itapemirim no dia 1º de novembro de 1903, com uma grande festa, contando com bandas do próprio município e de Muqui, que animavam a multidão



em meio a discursos e foguetórios no local onde hoje estão a Praça Jerônimo Monteiro e o prédio do Banco do Brasil.

Mas o início das obras da usina de força motriz da Ilha da Luz foi fato igualmente marcante na vida da cidade. Esse evento aconteceu no dia 8 de outubro de 1902. O Jornal O Cachoeirano faz uma pequena referência ao evento no dia seguinte, destacando-o como a festa do progresso em Cachoeiro de Itapemirim:

Foram hontem solemne e oficialmente inaugurados, na ilha da Luz, os trabalhos para o estabelecimento da uzina fornecedora de Luz electrica para illuminação desta cidade, serviços contractados pelo governo municipal com distincto engenheiro e nosso amigo Sr. Dr. A. Gonçalves Neves. Estiveram presentes a esses actoexmo. sr. bispo diocesano d. Fernando Monteiro, que conferiu a benção a esses trabalhos, representantes de todas as corporações desta cidade, muita exmas. Familiares, distinctos cavalheiros e numeroso daremos mais amplo por menores dessa festa do progresso. (O Cachoeirano 08/10/1902)

Na edição seguinte, em 12 de outubro, o principal órgão da imprensa cachoeirense de então traz uma longa reportagem em que não faltam elogios à iniciativa, o registro das autoridades e uma fiel descrição do acontecimento.

Conforme o fragmento do jornal O Cachoeirano:

Conforme noticiamos na ultima edição effectuou-se a inauguração solemne e official dos serviços de obras para o fornecimento de luz electrica a esta cidade á 8 do corrente, ás onze horas da manhã.



O local escolhido pelo contractante com o governo municipal é uma ilha do rio Itapemirim existente entre as fazendas Cachoeira Grande e Aquidaban, que presta-se pela collocação e altura e por meio de um canal que será construído especialmente a fornecer queda d'água sufficiente a produzir força superior a 80 cavallos.

Essa ilha foi adquirida por compra pelo governo municipal de sua proprietária a exma. sra. d. Márcia Lima de Almeida Ramos que sempre revelou toda boa vontade na realização desse melhoramento.

O evento foi animado pela banda O Guarany. Dom Fernando Monteiro, bispo diocesano, irmão de Jerônimo e Bernardino Monteiro e uma das mais importantes personalidades políticas de todo o estado na época, circulou pelas instalações, abençoando máquinas, pilares e outros pontos da obra.

As palavras da ocasião foram proferidas pelo cônego Azambuja Meirelles. Uma ata foi assinada pelo presidente do Governo Municipal, Bernardo Horta, junto a Antônio Gonçalves Neves, vencedor da concorrência para a construção da usina, debaixo de uma frondosa árvore centenária que até hoje é preservada. “Em seguida batida a estaca inicial foram, pelo Presidente do Governo Municipal, declarado oficialmente inaugurados os serviços para a iluminação eléctrica da cidade do Cachoeiro de Itapemirim” (O Cachoeirano, 12/10/1902)

De acordo com a historiadora Maria Stella de Novaes,

O povo de Cachoeiro transportou-se, a pé, a cavalo, de trem, para assistir a benção das obras iniciais da usina, cerimônia realizada ao espoucar de foguetes e dinamites, com discursos, a música do Grupo Guarany, regido pelo maestro Arnulfo Matos (1968:355)



CONCLUSÃO

A construção da usina elétrica deu o início da trajetória que levaria Cachoeiro de Itapemirim a ser a primeira cidade do Espírito Santo a ter iluminação pública à base de energia elétrica, situando o município e seus ativos habitantes em posição confortável, até mesmo em relação aos residentes na capital.

A energia elétrica passava a ser condição essencial para o processo de industrialização. Por que passava o país e, naturalmente, no qual buscava se inserir o Espírito Santo. Por isso não tardou a se multiplicarem as usinas de produção de energia, com potência muito superior à usina da Ilha da Luz, cujo modesto objetivo era sustentar apenas o sistema de iluminação pública de Cachoeiro.

Existem registros de que, já em 1913, o sistema de iluminação pública de Cachoeiro apresentava limitações, incorrendo em interrupções frequentes, o que nos leva a crer que a pequena pioneira já não dava conta do crescimento da cidade.

Além disso, as usinas próximas passaram a enviar energia para as indústrias que se instalavam em Cachoeiro de Itapemirim, que passou a ser um dos grandes consumidores de eletricidade do Espírito Santo nas primeiras décadas do século XX.

Assim, a primeira usina de energia elétrica do Espírito Santo e uma das primeiras do Brasil foi perdendo espaço e importância, vindo a ser desativada definitivamente em 1934, sem pompa, sem festa, sem foguetório, passando a figurar exclusivamente na memória da cidade, assim como a Ilha da Luz relembrando tempos de pioneirismo e superação, quando a população ainda reduzida da cidade festejava em uníssono suas grandes conquistas.

REFERÊNCIAS:

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vol. 8. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.



MORAES, Ormando. **Por serras e vales do Espírito Santo: a epopeia das tropas e dos tropeiros**. 2. ed. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1989.

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A república e o Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Multiplicidade, 2005.

MARIN, Andréia; Saldanha, Jefferson Mendes; Silvestre, Michelle Scarpi; Silva, Priscila Moreira da. **Vestígios da história sul capixaba em 11 narrativas**. 1 ed. Vitória: Flor & Cultura, 2011



A INFLÊNCIA DAS TIC's NA APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA

ESPÍRITO SANTO, Janete Araci do¹
ANDRÉ, Bianka pires²

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é verificar a influência das TIC's – Tecnologias da Informação e Comunicação na aprendizagem de Língua Portuguesa da Educação Básica.

Nossa expectativa é que os resultados confirmem que o ato de ler assume realmente um papel importante para um melhor desenvolvimento da compreensão textual e por isso acreditamos que o uso das novas tecnologias na escola tende a contribuir para o prazer de aprender, garantindo melhores resultados na aprendizagem, pois a interação direta do indivíduo com o mundo faz com que professor e aluno possam ser construtores de seu próprio conhecimento, buscando a superação das velhas metodologias, instrumentalizados pela tecnologia inovadora como uma ferramenta imprescindível para que o meio educacional esteja em sintonia com a época em que estamos vivendo.

Sendo assim, propusemos neste trabalho apresentar algumas discussões e reflexões acerca das contribuições das TIC's para a aprendizagem de Língua Portuguesa dos alunos de uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental a fim de verificar de que forma as novas tecnologias podem auxiliar para o redimensionamento do ensino e da aprendizagem da língua e teceremos ainda, algumas considerações acerca da influência das TIC's no cotidiano dos alunos, a

¹Mestranda em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense "Darci Ribeiro"-RJ, janeteesanto@hotmail.com

²Professora Orientadora: titulação, Universidade Estadual do Norte Fluminense "Darci Ribeiro"-RJ, biankapires@gmail.com



partir de um estudo feito em uma escola pública da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ

METODOLOGIA

Fez-se, primeiramente, um trabalho exploratório numa escola pública da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, com o objetivo de perceber como os profissionais da educação veem esse novo processo de mudanças na Educação. Os resultados obtidos não atenderam o objetivo principal da pesquisa, uma vez que se constatou que os docentes da escola pesquisada não utilizavam as TIC's em suas práticas pedagógicas. Optou-se, então, por buscar respostas para as questões expostas, fora da sala de aula. Investigando a frequência do aluno no uso da Internet; para quais finalidades estes alunos usavam estes recursos; onde usavam; e como estes alunos estavam sendo auxiliados pelas novas tecnologias, no aprendizado da leitura, escrita e compreensão de textos.

O público que constituiu a amostra foi composto de 22 estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, entre 14 e 17 anos. A turma escolhida para estudos é constituída de alunos de vários bairros da cidade e distritos vizinhos e todos estão na faixa etária regular e não trabalham.

Trabalhou-se com os alunos em horários pré-definidos e acordados com a professora de Língua Portuguesa, durante o segundo semestre do ano de 2012.

Aplicou-se um questionário biográfico individual com a finalidade de colher informações e assim traçar um perfil do cotidiano destes alunos. O questionário foi estruturado com perguntas abertas e fechadas. Após um breve esclarecimento a respeito do trabalho; dos objetivos das atividades; e da forma como elas deveriam ser desenvolvidas, os alunos responderam perguntas a respeito de seus gostos, interesses em atividades que envolvem o uso de computador, a frequência com que acessam a *Internet*, os sítios que costumam navegar, se possuem cadastro em



alguma rede social, se dominam a linguagem virtual, o que pensam sobre a escrita nas redes sociais e se há possibilidade de se confundir a escrita manuscrita pautada na norma culta da língua portuguesa e a escrita da *Internet*, durante a execução de suas atividades escolares.

Em seguida, foram realizadas atividades com textos com linguagem padrão e com linguagem virtual (comumente utilizada nas redes sociais) com questões de língua portuguesa, que pudessem demonstrar a capacidade de leitura, da escrita e da compreensão de textos de cada um dos alunos. E para que tivéssemos amostras suficientes para nossa análise coletamos, também, as médias de Língua Portuguesa dos alunos da turma escolhida na secretaria da escola.

Com as amostras pôde-se cruzar informações que serviram de aportes para as discussões e reflexões acerca da influência das TIC's na aprendizagem de Língua Portuguesa.

DESENVOLVIMENTO

As escolas, atualmente, encontram-se diante de novos desafios trazidos pelas novas tecnologias. Não há como dissociar tecnologia da escola uma vez que estamos vivendo em uma sociedade competitiva e exigente condicionada pela era digital e pela necessidade de constante atualização. Por isso, é necessário refletir sobre a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) nas atividades e currículos escolares.

Os PCNs (2000) relatam que o professor atual deve valorizar e promover a interação e a participação do aluno com o mundo. Contudo, a interação entre os seres humanos, nas mais diversas situações de comunicação, depende da existência e funcionamento da língua.

De acordo com Moran (2004), as possibilidades de utilizar as novas tecnologias a favor da Educação são múltiplas e por isso o docente depara-se com



um novo desafio de ensinar e aprender. Este princípio aplica-se, não só para os professores de Língua Portuguesa, mas também aos professores das outras áreas de conhecimento. Sabe-se que a utilização das TIC's na educação torna o ensino mais eficaz e eficiente, promovendo um ambiente em que professor e aluno possam construir seus saberes de forma mediada e interativa.

Sendo assim, a inserção das inovações tecnológicas pode trazer ao ensino de Língua Portuguesa grandes contribuições, uma vez que na sala de aula como um espaço e com o professor consciente de seus objetivos de ensino, seja desenvolvido um trabalho com os alunos, voltado para a leitura e a compreensão de textos disponíveis na mídia, bem como desenvolver diferentes habilidades no contexto social em que estão inseridos.

Para Valente (1997, p. 1) "Uma das tentativas de se repensar a educação tem sido feita por intermédio da introdução do computador na escola". Desse modo, percebe-se que o ensino deve ser repensado e refletido, pois as TIC's trazem consigo uma possibilidade de mudar a realidade de nosso sistema educacional.

Conforme estudos de Valente (1997) sobre o aprendizado da língua, verifica-se que os alunos possuem grandes dificuldades de leitura e escrita, deixando preocupados os profissionais da área. Muito se tem discutido com a intenção de reverter tal quadro, mas os resultados ainda não satisfazem aos pesquisadores nem a sociedade. Assim, o computador pode ser uma das formas de incentivar o aluno a desenvolver e praticar de um modo diferente e interativo as novas formas de leitura e escrita, ou seja, utilizando esta nova ferramenta o aluno terá acesso aos mais diversos tipos de texto, assim como escrever mensagens, conversar no MSN, pesquisar e produzir trabalhos solicitados pelos professores, divulgar opiniões nas redes sociais, enfim, desenvolver as habilidades de leitura, compreensão e escrita desde outras perspectivas.

Constata-se que as TIC's cumprem com variadas funções e além de gerar novos conhecimentos servem de elemento auxiliar na prática docente, facilitando os trabalhos dentro e fora da sala de aula, possibilitando o acesso aos recursos mais



diversos e variados para a busca de informações, diversificando as atividades sugeridas pelo professor, trazendo para o ambiente escolar uma nova proposta de ensino e formação do cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados desta pesquisa, pôde-se perceber que o aluno, fora do ambiente escolar, está fazendo uso das TIC's nas mais diversas modalidades, como o *Facebook*, o *Youtube*, o *MSN*, os *Games*, e chega à escola automotivado à aprendizagem, através de mídias e isso deve ser aproveitado para o trabalho do professor, sendo necessário que este se atente para essas práticas, capacite-se e utilize essas ferramentas como facilitadoras da aprendizagem do educando.

Observou, também, através da pesquisa é que as TIC's não estão sendo utilizadas para o ensino da língua portuguesa, ou seja, o docente não está sabendo *linkar* o ensino à realidade dos seus alunos, deixando-os à *mercê* de um aprendizado deficiente.

Portanto, apesar de as pesquisas revelarem que a maioria dos alunos possuía computador e celular e sabia utilizá-los, não se pode afirmar que estes fatores possam contribuir para a aprendizagem de Língua Portuguesa, já que, baseado nas atividades propostas constatou-se que o aluno sabia usar a linguagem digital, mas não possuía domínio da linguagem padrão e não sabia em que situação adequar estas duas linguagens.

Além disso, pôde-se perceber também, que não há aprendizagem da língua portuguesa no ambiente virtual fora da sala de aula, sem um acompanhamento específico. As TIC's só poderão contribuir para o ensino aprendizagem da língua se houver orientação do profissional pedagógico ou se houver interesse pessoal do aluno. As ferramentas, por si só, não ajudam os alunos, uma vez que estes sujeitos



pesquisados só usam o computador para interesses considerados distantes aos objetivos da aprendizagem.

Sendo assim, pôde se concluir que os alunos não estavam aproveitando as TIC's, que são uma fonte imensurável de informações, para seu próprio aprendizado da Língua Portuguesa. Eles não sabiam pesquisar, expressar-se e comunicar-se com destreza. Eles não tinham orientações de especialistas, para buscar informações, pesquisar e comunicar-se na internet, mas eram capazes de aprender bem rápido como fazê-los, mesmo que não os fizessem com a qualidade desejada. Os alunos nem sempre adquirem essas habilidades e competências linguísticas, por si mesmos. Daí, a necessidade do suporte do professor, com papel muito maior de mediador do que de transmissor do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural/ orientação sexual**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MORAN, José Manuel. A contribuição das tecnologias para uma educação inovadora. Contrapontos. **Revista de Educação da Universidade do Vale do Itajaí**, v. 4, n. 2, maio/ago. 2004. p. 347-356.

VALENTE, José Armando. **O computador auxiliando o processo de mudança na escola**. 1997. Disponível em: <<http://www.nte-jgs.rct-sc.br/valente.htm>>. Acesso em: 27 set. 2011.



A INFOGRAFIA MULTIMÍDIA COMO RECURSO FACILITADOR NA COMPREENSÃO DE NOTÍCIAS E NO ENSINO-APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA

MACIEL, Ruana¹
NUNES, Milena Ferreira Hygino²
SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a importância da infografia como recurso facilitador na compreensão de notícias e no ensino-aprendizagem. Com base em teóricos como Valero Sancho, José Manoel De Pablos e Alberto Cairo, dentre outros, a pesquisa mostra o valor dos infográficos para os leitores da nova geração, predominantemente visuais, ao facilitar o entendimento do leitor e o aprofundamento de aspectos específicos e singulares de determinado assunto.

O trabalho fez-se pertinente pelo fato de a representação imagética estar cada vez mais presente no âmbito da comunicação e, ao mesmo tempo, a tendência humana à comunicação visual permanece e se acentua nos dias atuais.

Em linhas gerais, entende-se por infografia a apresentação do binômio imagem + texto (conciso) em qualquer suporte (impresso ou eletrônico) para transmitir mensagens. Tal recurso, em muitos casos, é utilizado para passar informações complexas e/ou técnicas, como as de ciência, política, economia, estatística, tecnologia e outras que o texto só conseguiria detalhar através de narrativas muito longas.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, ruanamcl@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, milena.hygino@gmail.com

³ Doutor em Comunicação pela UFRJ. Professor e coordenador do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, chmsouza@gmail.com

Campos dos Goytacazes – RJ, maio de 2013.



Ao se empregar a infografia multimídia como instrumento para compreensão de determinados temas, inclusive no processo ensino-aprendizagem, acredita-se que haja um melhor entendimento do assunto abordado, seja pela dinamicidade ofertada pela multimídia, seja pela linguagem mais simples e objetiva.

MATERIAL E MÉTODOS

Ao explorar as particularidades da infografia multimídia, bem como seu potencial de auxiliar na compreensão de textos jornalísticos, o presente projeto propõe, inicialmente, a realização de uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de dialogar com as investigações já realizadas sobre o objeto de estudo escolhido.

Em seguida, pretende-se eleger, dentre os estudantes universitários do curso de Ciências Sociais da UENF, que atendem aos critérios estabelecidos (aderência às discussões sociopolíticas e faixa etária entre 20 a 30 anos), os que irão participar da pesquisa de campo, com o intuito de averiguar como as funcionalidades (multilinearidade, hipertextualidade e interatividade) das infografias multimídias auxiliam na compreensão dos assuntos abordados.

A pesquisa de campo consistirá em mostrar aos participantes um infográfico multimídia que contenha as funcionalidades informadas e, em seguida, aplicar um questionário (que está em processo de elaboração) relacionado à imagem apresentada. A pesquisa será qualitativa, em relação ao problema, e exploratória e explicativa, quanto aos objetivos.

DESENVOLVIMENTO

A base da infografia encontra-se nos primórdios da comunicação humana, existindo antes mesmo de o homem ter desenvolvido os primeiros signos da escrita.



As representações gráficas presentes na pré-história já tinham a finalidade de combinar desenhos e conceitos e com isso, organizar a informação que se desejava passar. Desse modo, a junção de imagem e texto, mesmo na sua esfera evoluída de representar uma informação, não deve ser tida como uma nova técnica oriunda de avanços tecnológicos e sim como uma técnica milenar que se aprimorou e se manteve fiel a sua função, que é a de comunicar. Logo, a infografia não é produto atual da era da informática e sim da vontade humana de aprimorar sua comunicação iniciada na era do traço (PABLOS, 1998).

Segundo Sancho (2001), o homem moderno entende melhor o que vê do que aquilo lhe é contado. Ele destaca que “[...] em qualquer caso é mais interessante manipular e utilizar uma imagem para comunicar, ensinar ou descobrir acontecimentos, ações ou coisas” (SANCHO, 2001, p. 18).

Pablos (1998) conceitua a infografia como “[...] a apresentação impressa (ou em suporte digital posto na tela dos modernos sistemas online) de um binômio imagem + texto: bl+T”. Já Sancho (2001, p.21) nos diz que “[...] a infografia é um conjunto organizado de linguagens, em colaboração ou em sínteses, que permitem representações comunicativas mais visuais do que os textos”. No entendimento do autor, a infografia pode ser justificada como um tipo de comunicação informativa ou documental que se apresenta nos meios editoriais impressos como jornais, revistas e livros, que tem como finalidade acompanhar ou substituir o texto ou a fotografia.

Para Colle (1998, p.1), “[...] a infografia é a disciplina do desenho gráfico orientada pela produção de unidades informativas verbo-icônicas chamadas de infográficos”. Ainda de acordo com ele, trata-se de um novo tipo de discurso no qual se utiliza uma combinação de códigos icônicos e verbais para transmitir uma informação ampla e precisa, para a qual o discurso verbal seria complexo e requereria mais espaço.

Cairo (2008) define a infografia como uma representação diagramática de dados e, portanto, o componente central de qualquer infografia é o diagrama (representação abstrata de uma realidade). “[...] uma infografia não tem por que ser



publicada em um jornal para ser considerada como tal. Qualquer informação apresentada em forma de diagrama é uma infografia” (CAIRO, 2008, p. 21).

Uma variação da infografia é a multimídia, que combina diferentes mídias como, texto, diagramas, vídeo, áudio, gráficos etc. Quando aportada no ambiente da internet, a infografia ganha a prerrogativa de incorporar elementos multimídias, que são: imagens em movimento, som, ilustração, animação, **fotografias e vídeos**, daí a nomenclatura **infografia multimídia**. Neste formato, a leitura se torna multilinear ou não-linear, permitindo que o leitor guie sua própria leitura e interaja com o infográfico.

Fernández-Ladreda (2004) defende que a infografia multimídia proporciona organização e estrutura dos conteúdos e não só o acesso à informação. Assim, dotada de “autonomia hipertextual”, a infografia possibilita uma interface própria, permitindo uma apresentação mais completa dos conteúdos.

De acordo com Cairo (2008, p. 79), nela é possível observar que “[...] todas as ferramentas comuns nos meios audiovisuais cabem na visualização interativa”. Sancho (2001) entende que a infografia de suporte e confecção eletrônica é desenvolvida com a intenção de ser útil à comunicação, dotada de propriedades e características visuais.

Especificamente quanto ao uso de infográficos no processo de ensino-aprendizagem, há interessante material para educadores que se permitam lidar com novas tecnologias e recursos auxiliares em sala de aula.

O uso de textos integrados a imagens, como ocorre nos infográficos, é especialmente útil para alunos novatos, ou seja, com pouco conhecimento prévio sobre determinado assunto. [...] Sendo assim, disciplinas como Física, Química, Biologia, História, Geografia, entre outras, podem fazer amplo uso deste gênero como uma forma de facilitar a compreensão de conteúdos mais complexos; de fenômenos não visíveis a olho nu; de causas de fenômenos naturais como raios, furacões ou tsunamis; do funcionamento de sistemas e máquinas, ou mesmo para facilitar a retenção do conteúdo pelo aluno (COSTA, TAROUÇO, BIAZUS, 2011, p. 11).

Vê-se que a infografia multimídia, assim como permite melhor compreensão das notícias no âmbito jornalístico, pode também ser usada na vertente educacional,



como recurso facilitador no ensino-aprendizagem de assuntos complexos em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os infográficos multimídia permitem mostrar uma grande quantidade de dados, explicar como sistemas funcionam ou explicitar ideias, através de notas visuais. Quando utilizado por professores como recurso auxiliar no ensino de temas específicos, o infográfico torna-se um importante aliado, pois possibilita que as informações sejam passadas de forma mais clara e concisa e dinâmica, principalmente quando o tema exige maior detalhamento.

A evolução das tecnologias, bem como o desenvolvimento de eficientes *softwares*, permitiu o aprimoramento da infografia multimídia e, com isso, proporcionou aos leitores experiências de maior interação e dinamicidade. Pois a infografia multimídia vai muito além da mera explanação informativa: ela traz à luz aspectos específicos e singulares de determinado assunto. Através dela, o leitor tem a possibilidade de observar, visualizar a informação e os dados ali apresentados e não apenas ler sobre esta informação. Não se trata de dar um sentido simplificado à informação que se deseja transmitir, mas sim permitir que esta informação seja aprofundada e explorada pelo leitor.

REFERÊNCIAS

CAIRO, Alberto. **Infografia 2.0**. Ed. Alamut. 2008.

COLLE, Raymond. **Estilos e Tipos de Infógrafos**. In: Revista Latina de Comunicación Social, 1998. Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/02mcolle/colle.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2013.



COSTA, Valéria Machado da; TAROUCO, Liane Margarida Rockenbach; BIAZUS, Maria Cristina Villanova. **Criação de Objetos de Aprendizagem baseados em infográficos.** In: Anais do Sexto Congresso Latinoamericano de Objetos de Aprendizagem. 2011. Disponível em: http://laclo2011.seciu.edu.uy/publicacion/laclo/laclo2011_submission_68.pdf. Acesso em: 25 maio 2013.

FERNÁNDEZ-LADREDA, Rafael Cores. **Infográficos multimedia:** el major ejemplo de noticias hipertextuales. 2004. Disponível em: <<http://www.mediaccion.com>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

PABLOS, Jose Manuel de. **Artigo Siempre ha habido infografia.** In: Revista Latina de Comunicación social. 1998. Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/88depablos.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

SANCHO, José Luis Valero. **La infografía:** técnicas, análisis y usos periodísticos. València: Universitat de València; Castelló de la Plana: Publicaciones de la Universitt Jaune I; Barcelona: Universitat Pompeu Fabra; Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, Servei Publicacions, D.L. 2001.



EDUCAÇÃO DIGITAL NA TERCEIRA IDADE: POSSIBILIDADES PARA UM ENVELHECIMENTO BEM-SUCEDIDO?

MACIEL, Priscila Cristina da Silva¹
ISTOE, Rosalee Santos Crespo²
ISTOE, Sérgio Elias³
CRESPO, Ludmila Crispim Tavares⁴

INTRODUÇÃO

Insere-se um período marcado por grandes transformações tecnológicas, que estão contribuindo para o aumento da expectativa de vida e sucessivamente para o aumento inquestionável da população idosa. O idoso passou a ser um sujeito mais ativo e participativo na sociedade, onde necessita e busca a fazer parte dos benefícios trazidos pelo universo tecnológico.

Todavia, as mudanças na pirâmide etária tornam-se um novo desafio social emergente. A população idosa vem conquistando novos espaços, reformulando o próprio conceito do que venha ser idoso, e assim observa-se a produção uma nova conscientização sobre as possibilidades do envelhecer, e por que não de forma bem sucedida?

As discussões sobre o tema envelhecimento bem-sucedido pode parecer soar como recente, mas desde década de 50 o campo da gerontologia busca investigar as inúmeras facetas do processo de envelhecimento. Desde então, vários debates tem surgido, a fim de compreender e oportunizar ao individuo idoso possibilidades para um envelhecer ativo e realmente satisfatório, na medida em que o contexto sociocultural seja propício para construções positivas deste envelhecer.

¹ Mestranda em Cognição e Linguagem (UENF), Psicóloga - priscila.c.smaciell@hotmail.com

² Professora Orientadora (UENF), Doutora em Saúde da Criança e da Mulher (FIOCRUZ, Mestre em Psicologia da Saúde (UMESP) - rosaleeistoe@gmail.com

³ Administrador. Especialista em Administração, Gestão e Economia Empresarial e Gestão EmpresarialEstratégica (USP/SP). Aluno Especial do Programa Pós-Graduação em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

⁴ Aluna Especial do Mestrado em Cognição e Linguagem (UENF); Graduação em Fisioterapia (Universidade Estácio de Sá).



A partir das considerações apresentadas, torna-se cada vez mais necessário estudar mecanismos que auxiliem essa crescente população a vivenciar um envelhecer saudável e com qualidade de vida, onde as tecnologias podem somar esforços significativos para a conquista de um envelhecer bem-sucedido.

Nesse contexto, o presente trabalho pretende apresentar a percepção dos idosos sobre o processo da educação digital apontando as influências e desafios deste contexto, bem como possibilidades para o envelhecimento bem-sucedido, a partir da participação nas aulas de informática por este público. Os dados foram coletados junto a idosos que frequentam a “Oficina Digital”. Tal atividade vem sendo realizada em aulas semanais de informática básica para a terceira idade com duração de duas horas, sob a coordenação do Projeto de Extensão “Terceira Idade em Ação” da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, localizada na Cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa foi realizada com amostra de 12 idosos que frequentam desde agosto de 2012 a “Oficina Digital”. Tal oficina vem sendo realizada em aulas semanais de informática básica para a terceira idade com duração de duas horas, sob a coordenação do Projeto de Extensão “Terceira Idade em Ação” da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, localizada na Cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

Este estudo foi desenvolvido através de uma abordagem qualitativa e quantitativa, observação participante nas aulas de informática, aplicação de questionários para o levantamento demográfico e realização de entrevistas não diretivas semi-estruturada e grupal. Do ponto de vista dos objetivos, este se caracteriza por uma pesquisa explicativa e descritiva. Para a análise dos dados foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2009).



Nesse sentido foram construídas as seguintes etapas para análise de dados: Construção do Corpus, através das falas durante as oficinas; Seleção das unidades de análise, em que se selecionou como unidade de contexto um parágrafo; Preparo do material; Recorte e classificação das falas.

Todos os indivíduos envolvidos na pesquisa tiveram seu nome preservado e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, considerando os princípios éticos estabelecidos pela Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

Para composição deste estudo os idosos participantes responderam em um único dia o questionário demográfico e por um período de 6 meses as aulas de informática foram observadas e construído um diário de campo, onde eram anotadas as observações pertinentes a pesquisa.

No fim dos 6 meses de oficina foram realizadas as entrevistas semi-estruturada de forma coletiva durante 3 encontros, onde a amostra foi subdividida em 2 grupos de 6 para a melhor obtenção dos dados.

RESULTADOS E DISCURSSÃO

Os dados demográficos demonstram que o grupo pesquisado é predominantemente feminino (83%), com faixa etária entre 61 e 70 anos, (média de idade 63 anos), casados (67%), com ensino médio completo (64%) e aposentados (83%). Possuem computador em casa (83%), e (83%) utilizam o computador e suas interfaces há 5 meses, porém a grande maioria (92%) relataram que não possuíam conhecimentos prévios em informática antes de iniciarem a Oficina de Informática no projeto referido neste trabalho.

As questões norteadoras das entrevistas foram: *Porque escolheu participar de uma oficina de informática para terceira idade? O que colaborou para o seu aprendizado na Oficina Digital? Até o momento, você pode destacar alguma mudança produzida em sua vida após o processo de inclusão digital?*



Este estudo pretende utilizar como fonte de referência à teoria enunciada por Rowe e Kahn (1987) denominada como perspectiva biomédica e psicossocial para um envelhecimento bem-sucedido, a fim de identificar na categorização das respostas e observações das oficinas, se o processo de inclusão digital corrobora como um instrumento para aquisição do envelhecimento bem-sucedido.

4.1 Dados da Pesquisa

1. *Porque escolheu participar de uma oficina de informática para terceira idade?*

No que se refere às condições motivadoras dos idosos pesquisados, para início do processo de educação digital, foi identificado 4 categorias a partir das unidades de análise a seguir, visto que estão numeradas de acordo com a frequência das respostas:

1º Atualização <i>“Quero me atualizar com as notícias do mundo...estar por dentro dos acontecimentos...”</i> <i>“Aprender nunca é demais, estou meio fora do ar...”</i>	2ª Autonomia <i>“...Não quero incomodar ninguém, as vezes tenho que pedir as coisas ao meu neto, e você sabe, nem sempre querem fazer...”</i> <i>“Tem dias que fico querendo ver alguma coisa no computador, mas tenho que ficar pedindo, aí eu desisto...”</i>
3º Necessidade <i>“Tenho DVD, TV de led e até impressora, e fico lá parada sem saber fazer nada...”</i> <i>“Quero falar com minha filha pela internet, ela mora lá no Japão...”</i>	4º Incentivo <i>“Minha filha disse vai lá, aprende que você vai gostar muito, mas eu não sei não...”</i> <i>“Ah, meu marido falou para eu fazer e ensinar a ele...”</i>

Fonte: próprio autor

2. *O que colaborou para o seu aprendizado na Oficina Digital?*

Quanto aos facilitadores percebidos pelo grupo durante a realização da “Oficina Digital”, são estes foram categorizados de acordo com o quadro a seguir:



Fonte: Próprio Autor

Homogeneidade da turma <i>"...ter pessoas com os mesmos problemas e com a mesma faixa etária me ajudou a superar o meu medo de computador..."</i> <i>"Se tivesse jovens eu não entraria não...ficaria com vergonha..."</i>
Receber ajuda dos colegas e monitores <i>"...aqui eu me sinto em casa, e aprendi não ter vergonha de errar porque quem sabe ajuda..."</i>
Ter computador em casa <i>Mesmo eu não mexendo muito, tem dia que eu ligo meu computador em casa e vou tentando...acho que isso me ajuda..."</i>
Estar em grupo <i>...Acho importante ser em grupo, porque tiramos dúvidas, aprendemos, e damos risadas...isso é muito bom...se fosse só eu não teria graça!"</i>
Conteúdos relacionados com a vida <i>"Aprendi a digitar melhor números e letras porque aqui aprendemos a digitar as nossas receitas..."</i>

3. Até o momento, você pode destacar alguma mudança produzida em sua vida após o processo de inclusão digital?

Já no que as mudanças percebidas pelos idosos após o processo de educação digital, destacam-se as seguintes categorias:

• Auto-valorização do aprendizado - a percepção da melhora no próprio rendimento os motiva ainda mais para a aprendizagem, desmistificando crenças - <i>"Aprendi coisas que nem pensei que iria aprender, até comprei um livro sobre informática...quero aprender mais sobre isso..."</i>
• O aumento da confiança para lidar com novas tecnologias (celular, eletrodomésticos, caixas eletrônicos, etc) - <i>"No próximo mês vou comprar um notebook, acho que já passou da hora..."</i>
• Socialização – Relacionamentos com pessoas da mesma faixa etária / diminuição do isolamento e solidão - <i>"Sou a primeira chegar nas aulas, porque gosto de conversar, bater papo, não consigo perder a aula...os amigos me fazem esquecer o tempo..."</i>
• Melhoria no desenvolvimento de atividades rotineiras que utilizam raciocínio ou memória, atualização e ampliação do conhecimento - <i>" Eu passei a ficar mais atenta e rápida nas coisas em que eu precise pensar...ah, os meus dedos ficaram mais soltos..."</i>

Fonte: Próprio Autor



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que ficou claro nesta pesquisa é que a inclusão digital é percebida por este público como um desafio, mas que pode ser vencido onde a idade pode ser apenas um indicador de passagem do tempo, não constituindo um fator limitador, mas um desafio. Buscam ainda se sentir parte integrante de uma sociedade excludente.

O processo de inclusão digital permite ao indivíduo idoso vivenciar um universo em potencial, que estimula suas capacidades físicas e cognitivas, aproxima as relações sociais e podendo corroborar para a prevenção de doenças, sendo estes o tripé da perspectiva biomédica e psicossocial do envelhecimento bem-sucedido proposto por Rowe e Kahn (1997).

Estar incluído digitalmente é estar incluído socialmente, estreitando as lacunas existentes entre as gerações favorecendo a autonomia e independência, que constituem fatores relevantes para a qualidade de vida na terceira idade. A inclusão digital mesmo com tantos desafios aparentes, se mostra uma ferramenta cheia de possibilidades. Educar o idoso para reconhecer e acreditar em suas reais capacidades, desenvolver seus talentos, ensiná-los a colocar o conhecimento a serviço de sua construção como sujeito, criar oportunidades para que aprenda a enfrentar os obstáculos e preconceitos sociais são ações que significam contribuir para promover a construção de um novo envelhecer – ativo, consciente e independente. O resultado deste processo é a melhoria na qualidade de vida desses indivíduos e o sentimento de satisfação que é gerado quando se possibilita integrá-los na modernização.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Paula. **Perspectiva Psicossomática do envelhecimento**. Revista Portuguesa de Psicossomática. Porto, ano/vol. 6, n. 001, 2004.



ARCURI, I. G. Velhice: da gerontofobia ao desenvolvimento humano. In: CÔRTE, B.; MERCADANTE, E. F.; ARCURI, I. G. (org.) **Velhice, envelhecimento e complex(idade)**. São Paulo: Vetor, 2005.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. (2003) Estatuto do idoso. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em 01/07/2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/perfilidoso. Acesso em 19 de Julho de 2012.

KACHAR, V. Longevidade: um novo desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Terceira idade e informática: aprender revelando potencialidades**. São Paulo: Cortez, 2003.

NERI, A. L.; CACHIONI, M. **Velhice bem sucedida e educação**. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (Org.). *Velhice e sociedade*. Campinas: Papirus, 1999.

ROWE, J., & KAHN, R. (1997). **Successful aging**. *The Gerontologist*, 37(4)



“EJA: SOBRE A POLÍTICA DO ENSINAR, DA LEGALIDADE E DO CURRÍCULO”

ATHAYDE, Simone Machado de¹
FRAGA, Elizangela Ribeiro²

INTRODUÇÃO

Discutir sobre as teorias que dialogam sobre a EJA é sinônimo de (re) significação de uma prática educativa que valoriza essa modalidade de ensino como um processo de aprendizagem em que os sujeitos que dela fazem parte sejam capazes de se tornarem independentes, críticos, capazes de transformar o contexto social o qual estão inseridos. De acordo com Freire (1996, p. 102), a política do ensinar é uma especificidade humana, engajada no diálogo, na escuta e no comprometimento. Com o objetivo de anunciar à todos os envolvidos com essa modalidade de ensino, o valor de uma prática educativa que considere: os sujeitos da EJA como protagonistas de seus fazeres; a especificidade humana engajada em diferentes exigências; o reconhecimento legal e um currículo que valorize a dialogicidade, foi significativo a realização de uma metodologia de trabalho pautada na pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, permitindo dessa forma o estabelecimento de modelos teóricos de referências.

A prática educativa dos profissionais que atuam na EJA deve ser realizada a partir das experiências vivenciadas pelos sujeitos da EJA, que de acordo com Arroyo (2007), continuam sendo vistos pelas carências escolares – alunos evadidos, reprovados, defasados, com problemas de aprendizagem,

¹Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia “Madre Gertrudes de São José”, especialização em Psicopedagogia e mestranda em Políticas Sociais. Professora do Centro Universitário São Camilo – ES. Email: athaydesimone@hotmail.com.

²Graduada em Pedagogia pela UFES, especialização em Gestão Escolar e mestrado em Educação. Coordenadora pedagógica da EJA na Secretaria Municipal de Educação da Serra - Email: elizangela_fragayahoo.com.br.



entre outros. Além disso, embora o direito à educação básica tenha sido estendido aos jovens e adultos na Constituição Federal de 1988, como resultado do envolvimento dos diversos setores progressistas no processo constituinte, por meio da mobilização em favor da ampliação dos direitos sociais e das responsabilidades do Estado no atendimento às necessidades dos grupos sociais mais desfavorecidos, para Arroyo (2007), o direito à educação desses jovens e adultos continua sendo visto sob a ótica da escolarização, da universalização do ensino fundamental. Assim sendo, a EJA só será reconfigurada se essa forma de percebê-la for revista, se “[...] o direito à educação ultrapassar a oferta de uma segunda oportunidade de escolarização, ou na medida em que esses milhões de jovens-adultos forem vistos para além dessas carências” (ARROYO, 2007, p. 23).

As práticas pedagógicas contrapõem os discursos que apontam segundo Paiva (2004), uma educação de jovens e adultos que promova processos de aprendizagem pelos quais seus sujeitos se tornem independentes, capazes de aprender por si próprios, com condições de acompanhar a velocidade e complexidade dos acontecimentos que os cercam e pelos quais os sujeitos se produzam e se humanizam, ao longo de toda a vida. Ouso-me mencionar em minhas escrituras que tais processos estão engajados na política do ensinar.

EXIGÊNCIAS DO ENSINAR: UMA POLÍTICA DA ESPECIFICIDADE HUMANA

Segundo Freire (1996), a política do ensinar é uma especificidade humana contemplada em algumas exigências: segurança, competência profissional e generosidade; comprometimento; compreensão de que a educação é uma forma de intervenção no mundo; liberdade e autoridade; tomada consciente de decisões; saber escutar; reconhecer que a educação é ideológica; disponibilidade para o diálogo e querer bem aos educandos.

A primeira exigência expressa a segurança com que a autoridade docente se move uma a outra, a que funda na sua competência profissional. Nenhuma



autoridade docente se exerce ausente desta competência. O professor que não leva a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua sala de aula. De acordo Freire: [...] a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor (1996, p.103)

Indispensável à autoridade em suas relações com as liberdades é a generosidade. Não há nada que mais inferiorize a tarefa formadora da autoridade do que a mesquinhez com que se comporte.

Para Freire (1996), a arrogância farisaica, malvada, com que julga os outros e a indulgência macia com que se julga ou com que julga os seus. A arrogância que nega a generosidade nega também a humildade. Que não é virtude dos que ofendem nem tampouco dos que se regozijam com sua humilhação. O clima de respeito que nasce ou pelo menos deveria nascer de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos assumem eticamente, autêntica o caráter formador do espaço pedagógico. Ele diz que “[...] o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdades, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia” (p. 105). E afirma que:

Me movo como educador porque, primeiro, me movo como gente. Posso saber pedagogia, biologia como astronomia, posso cuidar da terra como posso navegar. Sou gente. Sei que ignoro e sei que sei. Por isso, tanto posso saber o que ainda não sei como posso saber melhor e mais autenticamente quanto mais eficazmente construa minha autonomia em respeito à dos outros (p.106).

O comprometimento é a segunda exigência que a política do ensinar. De acordo com Freire (1996), não se pode ser professor sem se pôr diante dos alunos, sem revelar com facilidade ou relutância a maneira de ser, de pensar politicamente. Para ele, não podemos escapar à apreciação dos alunos. E a maneira como eles nos percebem têm importância capital para nosso desempenho:



Daí, então, que uma de minhas preocupações centrais deva ser a de procurar a aproximação cada vez maior entre o que digo e o que faço, entre o que pareço ser e o que realmente estou sendo (p.108).

Portanto, essa exigência nos conduz ao caminho do diálogo, da transparência e da observação perante aos educandos da EJA.

Além disso, Freire pontua:

Saber que não posso passar despercebido pelos alunos, e que a maneira como me percebam me ajuda ou desajuda no cumprimento de minha tarefa de professor, aumenta em mim os cuidados com o meu desempenho. Se a minha opção é democrática, progressista, não posso ter uma prática reacionária, autoritária, elitista. Não posso discriminar o aluno em nome de nenhum motivo. A percepção que o aluno tem de mim não resulta exclusivamente de como atuo mas também de como o aluno entende como atuo. (p.109).

Recordo-me de um fato ocorrido no tempo em que eu atuava na EJA, onde pude ser um educador que fora percebida de fora positiva pelos meus educandos. Um deles, mecânico, pai de família, chegava atrasado todas as noites para a primeira aula (quinze minutos), ainda com as mãos de graxa (o tempo não dera para lavá-las bem): “Professora vou ter que parar de estudar, pois só a senhora e mais outra professora compreende meu atraso. Já conversei com os outros e eles não aceitam, como meu patrão. Preciso desse emprego”.

A terceira exigência está pautada na premissa de que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

Freire (1996), nos diz que a intervenção além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu *desmascaramento*. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas *reprodutora* nem apenas *desmascaradora* da ideologia dominante. Ele diz ainda que neutra, “indiferente” a qualquer destas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a de sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser. É um erro decretá-la como tarefa apenas reprodutora da ideologia dominante como erro é tomá-la como força de desocultação da



realidade, a atuar livremente, sem obstáculos e duras dificuldades. Erros que implicam diretamente visões defeituosas da História e da consciência. Freire explicita:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto ou aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais (p. 115).

Liberdade e autoridade é considerada por Freire (1996), a quarta exigência. Para ele, a liberdade sem limite é tão negada quanto a liberdade asfixiada ou castrada. Ela amadurece no confronto com outras liberdades, da defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor, do Estado.

É válido observar como, de modo geral, os autoritários consideram, amiúde, o respeito indispensável à liberdade como expressão de incorrigível espontaneísmo e os licenciosos descobrem autoritarismo em toda manifestação legítima da autoridade. A posição mais difícil, indiscutivelmente correta, é a do democrata, coerente com seu sonho solidário e igualitário, para quem não é possível autoridade sem liberdade e esta sem aquela.

Já a quinta refere-se a tomada consciente de decisões, em que Freire (1996), vem retratar o professor democrático, coerente, competente, que testemunha seu gosto pela vida, sua esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa de ser autenticamente vivido.

Ensinar exige saber escutar, sendo esta a sexta exigência que Freire (1996), denuncia o valor da escuta no processo de desenvolvimento da linguagem oral:

[...] é preciso que quem tem o que dizer saiba, sem dúvida nenhuma, que, sem escutar o que quem escuta tem igualmente a dizer, termina por esgotar a sua capacidade de dizer por muito ter dito sem nada ou quase nada a ter escutado (p.131- 132).



Para Freire (1996), a verdadeira escuta não nos diminui em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de opor, de posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar ou melhor, me situar do ponto de vista das ideias. O bom escutador fala e diz sua posição com desenvoltura. Precisamente porque *escuta*, sua fala discordante, em sendo afirmativa, porque escuta, jamais é autoritária.

Já a sexta exigência está vinculada ao reconhecimento que a educação é ideológica. O discurso ideológico informa Freire (1996), nos ameaça de *anestesi*ar a mente, de confundir a curiosidade, de *distorcer* a percepção dos fatos, das coisas, dos acontecimentos. Não podemos escutar, sem um mínimo de reação crítica discurso como estes:

“Você sabe com quem está falando?”

“Que vergonha, homem se casar com homem, mulher se casar com mulher.”

Disponibilidade para o diálogo é a sétima exigência proclamada por Freire (1996). Aqui o autor revela que o professor não deve poupar oportunidade para testemunhar aos alunos a segurança com que se comporta ao discutir um tema, ao analisar um fato, ao expor sua posição em face de uma decisão governamental.

Como educadores e educadoras progressistas não apenas podemos desconhecer a televisão mas devemos usá-la, sobretudo, discuti-la.

A oitava e última exigência diz respeito ao querer bem aos educandos. Conforme Freire (1996), não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que o professor será tão melhor quanto mais severo, frio, distante e “cinzento” se ponha nas suas relações com os alunos, no trato dos objetos cognoscíveis que deve ensinar. A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade:

O que não posso obviamente permitir é que a minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade. Não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor bem querer que tenha por ele (p. 160).

Refletir sobre as exigências estudadas por Freire (1996), é (re) significar a prática educativa na EJA. É fazê-la acontecer na afetividade, na alegria, na capacidade científica, no domínio técnico a serviço da mudança ou,



lamentavelmente da permanência do hoje. Nosso trabalho é realizado com gente, miúda, jovem ou adulta, mas gente em permanente processo de busca.

A EJA E SUAS ESPECIFICIDADES

As ideias e práticas vigentes precisam ser revistas à luz da concepção mais ampla da EJA nas suas vertentes de escolarização como uma modalidade de educação básica e como direito de cidadania, ou seja, como um modo próprio de fazer educação, determinado pelos sujeitos jovens e adultos que a escola recebe.

Sabe-se atualmente, que a EJA inclui adolescentes, jovens, adultos e idosos, o que, em algumas escolas, vem provocando conflitos significativos, merecedores de uma discussão em torno desses sujeitos, de diferentes valores, interesses e linguagens, visando encontrar formas adequadas que facilitem o diálogo COM e ENTRE eles.

Hoje, mais do que nunca, a educação e a aprendizagem dos adultos constituem a chave indispensável para liberar as forças criativas das pessoas, dos movimentos sociais e das nações. A paz, a justiça, a autoconfiança, o desenvolvimento econômico, a coesão social a solidariedade continuam a ser metas e obrigações indispensáveis que terão de ser perseguidas, reforçadas por meio da educação e aprendizagem dos adultos.

Fernandes (1989, p. 31 - 32), sinaliza que a escola situa-se no eixo entre o sistema de ensino, que coordena tão harmoniosamente quanto possível a interdependência e a interação produtiva do conjunto de escolas assim, concebidas, e a nação, que retira de ambos a seiva de sua mudança sociocultural e de sua comunidade política. Esboço que corre o risco de ser caricatural. A educação escolar precisa entrar em conexão com certos processos históricos, que foram interrompidos pelo Estado Novo, pela ditadura militar e pela chamada “nova República”: a revolução democrática, entendida nesse plano como processo global de transformação da sociedade e de crescente distribuição igualitária das oportunidades educacionais; a



descolonização como auto emancipação cultural da escola, do sistema de ensino e da nação; a revolução nacional, concebida como liberação dos oprimidos, dentro e fora das escolas, e de expansão da capacidade criativa e a multiplicação do talento interno, de modo a vincular-se a universidade e a pesquisa à promoção de descobertas que tornem supérfluos os acréscimos culturais e o desenvolvimento da civilização como um controle direto, por dentro e a distância da nossa vida por potências e grandes empresas estrangeiras.

Essas revoluções, segundo Fernandes (1989), são consideradas produtos da ação coletiva dos homens. Se não florescerem dentro das escolas, não farão parte das estruturas mentais dos brasileiros. Elas terão um âmbito sob o capitalismo e outro, bem distinto sob o socialismo. Isso também deve ser aprendido, para que os estudantes e os adultos, que receberem uma educação democrática pluralista, saibam qual é o significado da ordem social vigente, de sua reforma ou de sua negação e destruição. A escola que prende a imaginação humana ao meio social imediato sacrifica a percepção de alternativas que provêm das correntes mundiais da evolução do homem e da civilização. Cumpre assim, quebrar essas cadeias por meio de uma educação escolar implantada em sua época histórica.

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça (Declaração de Hamburgo sobre a EJA)³

³ Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, in Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea 1996-2004, Brasília: MEC/UNESCO, 2004, pp.41-42.



Não se pode considerar a EJA apenas como um processo inicial de alfabetização. A EJA tem a finalidade de buscar formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania. Assim sendo, isto requer algo mais desta modalidade que tem diante de si sujeitos maduros e talhados por experiências mais longas de vida e trabalho.

Considerá-los como sujeitos significa levar em conta, nas relações que com eles estabelecemos, que eles tem desejos, ideias, opiniões, capacidade de decidir, de criar, de inventar. É considerar, portanto, que essas relações não devem ser unilaterais – do professor para o estudante da EJA – mas relações dialógicas – entre o professor e o estudante da EJA.

O indivíduo que teve sua formação suspensa, qualquer tenha sido o motivo, busca restabelecer sua caminhada escolar de modo a readquirir a oportunidade de um ponto igualitário no jogo de conflito da sociedade.

A educação é indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea. Gradativamente ela vai se impondo cada vez nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos, possibilitando ao indivíduo jovem e adulto (re) significar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado.

Diante desta perspectiva, a educação de jovens e adultos representa uma forma de concretizar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, apresentar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura.

A este contexto promissor, é relevante mencionar que a EJA é uma promessa de qualificação de vida para todos, inclusive para os idosos, que muito têm a ensinar para as novas gerações. Os brasileiros estão vivendo mais. Esta realidade esperançosa e ao mesmo tempo problemática, se completa, por vezes, a falta de opções para as pessoas da terceira idade poderem desenvolver seu potencial e



suas experiências vividas. Para a família e para a sociedade a consciência do idoso ainda está por se generalizar.

Muitos jovens ainda desempregados, empregados em ocupações precárias podem encontrar nos espaços e tempos da EJA, seja nas funções de reparação e de qualificação, seja na função qualificadora⁴, um lugar de melhor capacitação para o mundo do trabalho e para a atribuição de significados às experiências socioculturais trazidas por eles. A função qualificadora é também um apelo para as instituições de ensino e pesquisa no sentido da produção adequada de material didático que seja permanente enquanto processo, mutável na variabilidade de conteúdos e contemporânea no uso de e no acesso a meios de eletrônicos da comunicação.

A educação escolar se organiza sobre dois fundamentos: os conteúdos de ensino e a forma de abordá-los nas práticas escolares. Dessa forma, ela deve se preocupar com a seleção dos conteúdos que serão ensinados e os processos para que isso seja efetivamente implementado.

Os termos “jovens” e “adultos” sinalizam que, em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzem à realização de si ao reconhecimento do outro como sujeito.

De acordo com o contexto supracitado, a educação de jovens e adultos está pautada na práxis de uma educação de qualidade, comprometida com as camadas populares objetivando superar as diferentes formas de exclusão e discriminação existentes em nossa sociedade.

⁴ Embora não oposta a ela, a função qualificadora não se identifica com a qualificação profissional (nível técnico) tal como posta no Parecer 16/99. Isso não retira o caráter complementar da função ora descrita que pode ter lugar em qualquer momento da vida escolar ou não. Eis por que o nível básico da educação profissional pode ser uma expressão da função qualificadora tanto quanto aprendizados em vista de uma reconversão profissional.



EJA: AMPARO LEGAL

Para muitos, a EJA está vinculada a uma trajetória histórica que vem dos programas de educação popular destinados à alfabetização de pessoas da cidade e do campo, percurso marcado pela presença de educadores, com destaque Paulo Freire. A lembrança desse ilustre educador nos chama a atenção para o fato de que, ao adentrar os muros escolares, a EJA se institucionaliza e, nesse processo, veste a roupa de uma escola tradicional, prisioneira de uma “forma escolar” que favorece a homogeneização dos sujeitos que a frequentam.

Paiva (2006), faz uma importante análise dos sentidos da EJA na atualidade, mostrando que posteriormente à Conferência de Hamburgo realizada em 1997 pela UNESCO, um novo sentido foi dado à EJA, passando do direito ao aprendizado da leitura e escrita ao direito à educação continuada, a saber: como exigência do aprender por toda a vida, independente da educação formal e do nível de escolaridade, o que inclui ações educativas de gênero, de etnia, de profissionalização, questões ambientais, etc. A autora menciona que é necessário estabelecer novos sentidos à EJA, entre os quais se destacam a busca de uma sintonia entre o projeto político pedagógico da instituição de ensino e a realidade dos sujeitos da EJA. Salienta que a sala de aula da EJA congrega alunos e professores, sendo todos sujeitos jovens e adultos possuidores de saberes adquiridos ao longo da vida e praticantes das artes de fazer”

Frigotto (2004), em suas teorias revela que o conhecimento constitui importante elemento para que os jovens e adultos trabalhadores compreendam a realidade na qual estão inseridos e dessa forma, possam de forma gradativa transformá-la.

No que tange às Constituições Brasileiras, de uma forma ou de outra, todas trataram do tema educação. Mas, segundo Saviani (1996), com o advento da República, a escola pública fez-se sentir na história da educação brasileira. Com efeito, é a partir daí que o poder público assume a tarefa de organizar e manter



integralmente escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino a toda população, o que foi materializado na instituição da escola graduada a partir de 1980, no estado de São Paulo de onde irradiou ou deveria irradiar para todo país.

Para este trabalho, será focada a Constituição da República Federativa do Brasil (CF), promulgada em 05 de outubro de 1988 por ser a que está em vigência, apesar das alterações promovidas pelas várias Emendas Constitucionais.

Vejamos que a Carta Magna traz em seu bojo a educação e trabalho como direitos sociais, Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, capítulo II – Dos Direitos Sociais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (texto original)

Já no Título VIII – Da ordem social, Capítulo III – Da educação, da Ciência e do Desporto, a Seção I – Da Educação, declara:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado como a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente

O texto original deste inciso contemplava apenas o ensino fundamental como obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria. Em 1996, a Emenda Constitucional 14 alterou sua redação acrescentando a palavra assegurada (mantida na EC 59), alegando não ser possível obrigar aos jovens e adultos a frequência, mas assegurar sua oferta.

Como se pode perceber, passaram-se 21 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988 para que a educação básica tornasse obrigatória e gratuita, isto implica dizer que, a partir de 2009, todos os brasileiros têm



direito à educação básica, podendo requerer a sua oferta a qualquer tempo e lugar no Brasil.

A partir do momento que se oficializa o direito ao ensino fundamental aos sujeitos da EJA, e posteriormente, o direito ao ensino médio e educação profissional, implica dizer que campanhas de alfabetização e exames supletivos passaram a representar descumprimento à CF de 1988.

Neste sentido, Bobbio (2004, p.26) diz que o problema mais urgente que temos que enfrentar não é o problema do fundamento, mas o das garantias.

Assim sendo, faz-se necessário despender esforços para garantir aos sujeitos da EJA, a educação a que têm direito e, mais que isso, que eles percebam e se posicionem como detentores de direitos.

O art. 214, através da EC 59, promove uma alteração muito significativa para a educação nacional ao trazer o plano decenal de educação, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – melhoria da qualidade do ensino; IV – formação para o trabalho; V – promoção humanística, científica e tecnológica do país; VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

É importante destacar que a universalização e manutenção de uma educação de qualidade dependem de vontade política e de fatores econômicos.

A partir desta Constituição, a educação recupera a situação de ser considerada um direito de todos e, neste contexto legal, inserem-se às legislações pertinentes a educação de jovens e adultos, a educação do campo e do indígena. Mas, vale destacar, mais uma vez, a importância da participação da sociedade organizada para estas conquistas.



O artigo 22, inciso XXIV, determina como competência privativa da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional e, com este respaldo, em 20 de dezembro de 1996 foi aprovada a Lei Nº 9394 que estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN).

Trinta e cinco após a promulgação da primeira LDB (Lei 4.024, de 20.12.1961) foi sancionada a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 934, no dia 20 de dezembro de 1996. Entretanto a gestação do projeto original remonta ao ano de 1987.

Ainda que o texto aprovado não tenha sido a versão elaborada pela sociedade, ele representou alguns avanços sociais como a existência dos artigos 39 a 42 para tratar exclusivamente da Educação Profissional e os artigos 37 e 38 para tratar da Educação Profissional e os artigos 37 e 38 para tratar da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Serão tratadas em espaço próprio as questões legais relacionadas à educação profissional e à educação de jovens e adultos (através do PROEJA).

Mas, vale destacar alguns artigos e parágrafos relacionados com o trato da educação como direito, da educação profissional e da EJA, a saber:

Art. 1º, § 2º: A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art.35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:



IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I – articulada com o ensino médio;

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do *caput* do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II – concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Art. 37 . A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.



CURRÍCULO: A VALORIZAÇÃO DA DIALOGICIDADE

De acordo com Sacristán (2000, p.32), o currículo é a expressão da função socializadora da escola. É um instrumento que cria toda uma gama de usos, de modo que é elemento imprescindível para compreender o que costumamos chamar de prática pedagógica. Além disso, está estritamente relacionado com o conteúdo da profissionalização dos docentes. O que se entende por bom professor e as funções que se pede que desenvolva dependem da variação nos conteúdos, finalidades e mecanismos de desenvolvimento curricular.

No currículo se entrecruzam componentes e determinações muito diversas: pedagógicas, políticas, práticas administrativas, produtivas de diversos materiais, de controle sobre o sistema escolar, de inovação pedagógica etc.

Diante de tudo que fora tecido, o currículo, com tudo o que implica quanto a seus conteúdos e formas de desenvolvê-los, é um ponto central de referência na melhoria da qualidade do ensino, na mudança das condições da prática, no aperfeiçoamento dos professores, na renovação da instituição escolar em geral nos projetos de inovação dos centros escolares.

Ferraço (2011, p.115), cumpre considerar que, num currículo como processo de conversação e ação complexa, o conhecimento acadêmico, a subjetividade e a sociedade estão inextricavelmente unidos. É essa ligação, essa promessa de educação para nossa vida privada e pública que a teoria do currículo deve elaborar, persistindo na causa da educação pública, para que um dia as escolas possam trabalhar a diferença e afastar a exclusão e a desconexão. Quando assim fizermos, as escolas não serão mais fábricas de competência e de conhecimento, nem negócios acadêmicos, mas escolas: locais de educação para a criatividade, a erudição, a intelectualidade interdisciplinar, os saberes transversais, a comunicação, a afetividade cooperativa, a forma de afetar e ser afetado na produção de cooperação para o trabalho coletivo.



É nesse desejo social da coletividade definida como um corpo político que se inscreve a perspectiva do currículo como conversação e ação complexa conectada a uma produção de subjetividade *inventiva/criativa*.

Cabe ressaltar que a “técnica da conversa”, é, antes de tudo, a arte da conversa, e sua finalidade não é homogeneizar os sentidos fazendo desaparecer as divergências, mas procurando emergir a convergência das/nas/ com as diferenças.

Em termos de conversação, há, de fato, muitas possibilidades de se alcançar “noções comuns” nas relações, visto que as conversações se constituem não apenas como vínculo para se chegar a um conjunto de acordos ou consensos, mas tem um fim em si mesmas na medida em que se trata do primeiro produto material partilhado daquela relação. “Em qualquer caso, entretanto, reconhece-se o sucesso do encontro em seus resultados afetivos, sempre que os corpos em presença experimentarem afetos aumentativos de alegria e potência” (TEIXEIRA, 2008, p. 9 -10).

Portanto, são os afetos que dão consistência aos vínculos e/ou instituem os laços sociais pela confiança recíproca estabelecida.

No currículo vivido na plataforma da EJA, fundamental é o estabelecimento de confiança recíproca como base para a ocorrência da aprendizagem configurada como uma “zona de comunidade” que necessita ser potencializada por intermédio da valorização da dialogicidade, que de acordo com Freire (2005, p.89), é a essência como prática de liberdade.

O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, nas relações eu-tu. Se é dizendo a palavra com que, “*pronunciando*” o mundo, os homens se transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 2005, 91).

Segundo Freire (2005, p.91), a conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens. Ter o diálogo explícito no currículo da EJA é uma forma de



garantir o aprendizado com significado, com sentido dos sujeitos que fazem parte dessa modalidade de ensino.

Não há o diálogo verdadeiro se não há em seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar crítico. Pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade. Este é um pensar que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático. Não se dicotomiza a si mesmo na ação. “Banha-se” permanentemente de temporalidade cujos riscos não teme. (FREIRE, 2005, 95).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter acesso às teorias do pensamento pedagógico de Freire em relação à prática docente nos faz refletir sobre a EJA, sobre os sujeitos que dela fazem parte. Sujeitos esses amparados legalmente, amparados também pelo contexto sócio-histórico que revela em suas ações uma identidade cultural que deve ser valorizada pela escola com o objetivo de transformar suas realidades. Para compreender a prática educativa do século XXI, é necessário tomar posse das teorias desses dois expoentes. Assim sendo, colocar em práxis essa valorização é acreditar no reconhecimento de uma EJA que faz a diferença em nossa sociedade. As considerações sobre o currículo foram aqui apresentadas como forma de estabelecer um diálogo acerca do papel e importância da identidade cultural ser garantida e valorizada no cotidiano das salas de aula da EJA.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Currículo e educação básica: por entre redes de conhecimento, imagens, narrativas, experiências e derives**. Rio de Janeiro: Rovel, 2011.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 40ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Sujeito e conhecimento: os sentidos do ensino médio.** In: FRIGOTO, G. e CIAVATTA, Maria (Orgs.) Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC/SETEC, 2004.

PAIVA, Jane. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.33, p.519-539, set./dez.2006.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil:** o papel do Congresso nacional na legislação do ensino. Campinas: Autores Associados, 1996.

TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. **As redes de trabalho afetivo e a contribuição da saúde para a emergência de uma concepção de público.** Disponível em: www.corposem.org/rizoma/redeafetiva. Acesso em: 09 julho. 2012.



JORNAL ITABIRA E CACHOEIRANO: DISCURSOS JORNALÍSTICOS

GOMES, Crisleine Vieira¹
CARDOSO, Fabiana²
SANTOS, Jaqueline Ramalho Nogueira³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho expõe um estudo preliminar sobre a importância política do jornal “Itabira”, fundado no ano de 1905, no município de Cachoeiro de Itapemirim e sua diferença no discurso político para o jornal “Cachoeirano” fundado no ano de 1877. O jornal, criado pelo jornalista Luiz de Loyola e Silva, circulou na cidade por um período de um ano, deixando espaço vago a interpretações pela falta de fontes sobre o material e a forma com a qual se referia ao seu “nobre irmão”, palavras usados por seu criador ao se referir sobre o “Cachoeirano. O trabalho pautou-se no que levou nossa pesquisa a caminhar por uma catalogação dos dados para chegarmos ao ponto central de nossa investigação que se trata de uma comprovação do período de existência do jornal como também se ele mantinha discurso de imparcialidade e de uma posição apolítica. Os resultados da análise confirmaram as indagações levantadas, que foram as de que o jornal seguia uma linha política não declaradamente, diferentemente do “Cachoeirano”, como também esclareceu as dúvidas presentes a respeito da duração do jornal.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa se realizou através da coleta de dados dos jornais “Cachoeirano” e “Itabira”. Os dados coletados foram confrontados para uma análise comparativa, usando também dados a nível estadual e nacional. A discussão levou

¹ Graduada do curso de História no Centro Universitário São Camilo–ES, fabiana.cardosobia@hotmail.com;

² Graduada do curso de História no Centro Universitário São Camilo – ES, crispinkss@hotmail.com;

³ Graduada em História, Faculdade de Filosofia Madre Gertrudes de São José – Mestre em Ciência Política-UCAM/ IUPERJ - jaquelinesantos@saocamilo-es.br
Cachoeiro de Itapemirim – ES, maio de 2013.



em conta trabalhos de diversos autores como embasamento teórico, por se tratar uma das fontes de conteúdo inédito.

DISCURSOS DOS JORNAIS CACHOEIRANO E ITABIRA

O presente estudo faz uma discussão inicial sobre conteúdo do jornal “Itabira”, esse existiu no período de 1905 a 1906, tendo como seu fundador e redator Luiz de Loyola e Silva, como também do jornal “Cachoeirano. Tendo Cachoeiro de Itapemirim como sua terra natal, ambos os jornais circularam sob o teor de fortes agitações republicanas, foi feito para complemento de nossa pesquisa uma abordagem política e econômica da cidade, destacando a importância da imprensa regional, para este município que estava em pleno desenvolvimento. A pesquisa vem para contribuir sobre o tema pouco explanado, expondo junto a isto alguns dados que até então se apresentavam de maneira confusa, o que é comprovado através das referências que em geral traziam somente dados de fundação e o nome de seu redator, no que diz respeito ao “Itabira.

Buscou-se discutir seu conteúdo jornalístico e sua história analisando os dois pontos por um viés político, não podendo haver uma dissociação dos temas, devido ao cenário e as formas como os jornais do período surgiam.

A análise serviu para esclarecimento de fatos políticos como também para percebemos as disputas entre os próprios jornais, como foi o caso do “Itabira” com o “Cachoeirano”. Por conseguinte ocorrendo um enriquecimento dos dados referentes ao jornal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas dúvidas da pesquisa ainda não foram totalmente sanadas, devido a escassez de material sobre o assunto, como o porquê de fundar o “Itabira” depois de já ter tido e suas mãos o jornal mais importante de Cachoeiro no período que era o



“Cachoeirano”, visto que ambos tiveram Luiz de Loyola como seu criador. Esses dados foram obtidos em algumas páginas do “Itabira” no qual não fica claro o motivo da passagem do seu primeiro jornal para as mãos de seu irmão João Loyola, após quatro anos de sua existência.

Em contrapartida a história do periódico em análise, ficou mais clara com as confirmações ou descoberta de alguns dados, como seu período de existência que perdurou de 1905 à 1906. A própria análise de seus textos seria um dos principais pontos relevantes deste material, pois serve de conteúdo para exame de um período de suma importância para sua cidade natal Cachoeiro, em um momento que esta despontava no cenário estadual, graças a sua influência no setor econômico sendo uma das grandes produtoras de café de onde saíam os representantes políticos mais influentes.

Outro ponto de grande relevância seria o fato de compreender porque seu redator um homem de contatos no meio político procurou publicar um periódico no qual desde o início de suas publicações anunciava-se apolítico, sendo um defensor republicano, em um momento em que este tipo de jornal surgia justamente com a finalidade de atender a questões políticas, com ligação a clubes republicanos ou a conservadores.

Desde os primeiros estudos sobre nossa fonte de pesquisa nos chamou a atenção o fato de esta receber o mesmo nome do primeiro jornal no sul do estado e, por conseguinte em Cachoeiro de Itapemirim, o que talvez possa ser explicado por neste período não haver o que hoje chamamos de plágio, que seria cópia de algo já existente, o que torna o episódio mais compreensível até porque os dois jornais seguiam linhas políticas distintas. O primeiro de 1866 era conservador e o segundo republicano.

Durante todo o estudo realizado as comparações com o “Cachoeirano” se tornaram inevitáveis, por se tratarem de jornais que contaram com um mesmo criador e por encontrarmos informações suas em seu “irmão mais novo” o “Itabira”,



como o fato de neste último encontrarmos críticas ao primeiro quanto a sua forma de conduzir o jornal, sendo um defensor inquestionável da república.

Assim o “Itabira” se demonstrou um jornal de dados pouco utilizados, no que diz respeito à imprensa e com um viés político moderado, ao não expressar em sua capa ser um republicano ou conservador ao contrário daquele que chamamos seu “irmão” o “Cachoeirano”, jornal de dados extremamente políticos. Neste sentido analisar a trajetória de seu dono Luiz de Loyola e Silva se tornou algo de grande importância para compreendermos o motivo da existência deste periódico, diante do momento de extremas agitações pela recém instalada República.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: 1850 – 1888**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.221.p.

BITTENCOURT, Gabriel. **Notícias do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.217p.

BRITTES, Juçara Gorski (Org.). **Aspectos Históricos da Imprensa Capixaba**. Vitória: 2010.260.p.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Pontos e Bordados: Escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ufmg, 1999.p.460

ITABIRA. Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, 1905 a 1906.

MARTINUZZO, José Antônio (Org.). **Diário Capixaba: 115 anos da Imprensa Oficial do Espírito Santo**. Vitória: 2005.230.p.

MATTEDI, José Carlos. **História da Imprensa Oficial do Espírito Santo**. Vitória, 2005.140.p

OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. 2.ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 2008.727.p.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.237.p.

ROSA, Afonso Cláudio. **História da propaganda republicana no estado do Espírito Santo**. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002.163.p.



SALETTTO, Nara. **Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da Primeira República**, 2005. (inédito). p.21.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 501p.



JUVENTUDES E SUAS LINGUAGENS: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?

PESSIN, Gisèle¹
GUIMARÃES, Décio Nascimento²
ISTOE, Rosalee Santos Crespo³
ANDRÉ, Bianka Pires⁴
TAVARES, Ludmila Crespo Crispim⁵

INTRODUÇÃO

Na mídia e em produções acadêmicas, a juventude tem sido representada como um problema, sendo condicionada por estereótipos, mitos e preconceitos. Essas representações são carregadas de significados negativos e influenciam diretamente as relações dos jovens com a sociedade, sobretudo com as instituições, em especial a escola.

Mais do que um problema social, a juventude constitui um segmento da população que além de sofrer fortemente as consequências de problemas sociais, vivencia inúmeros desafios, dentre eles, a falta de oportunidades e de reconhecimento na sociedade. A saída para muitos é o acolhimento e o espaço de expressão possibilitados pelas culturas juvenis.

Cabe ressaltar que esses jovens estão nas escolas e que nem sempre os espaços educativos estão abertos à diversidade e aos modos de expressão juvenis. Nessa direção, a partir de revisão bibliográfica, o presente estudo objetiva proporcionar reflexões acerca da relação das instituições educativas e as culturas juvenis com suas diferentes linguagens. Reconhecendo as barreiras que comprometem essa relação, pretende-se possibilitar a construção de espaços

¹ Mestranda em Cognição e Linguagem (UENF), Psicóloga Escolar – gisapessin@hotmail.com;

² Mestrando em Cognição e Linguagem (UENF), Pedagogo – decio.guimarães@yahoo.com.br;

³ Professora Orientadora (UENF), Doutora em Saúde da Criança e da Mulher (FIOCRUZ), Mestre em Psicologia da Saúde (UMESP) - rosaleeistoe@gmail.com;

⁴ Professora Orientadora (UENF), Doutora em Educação (Universitat de Barcelona), Mestre em Comunicação e Educação (Universitat Autònoma de Barcelona);

⁵ Aluna Especial do Mestrado em Cognição e Linguagem (UENF); Fisioterapeuta;



inclusivos e menos engessados, dispostos à formação de cidadãos críticos e participativos, em sociedades cada vez mais multiculturais.

JUVENTUDE: UM CONCEITO PLURAL

O conceito de juventude tem sido abordado a partir de diferentes concepções. Para definir o marco etário, no Brasil costuma-se utilizar os critérios estabelecidos pela ONU e por instituições oficiais (como o IBGE), localizando tal faixa etária entre os 15 e 24 anos. Considerando que o marco etário não é suficiente para situar a juventude, alguns autores (LEÃO, 2011; ESTEVES e ABRAMOVAY, 2007) afirmam que a mesma trata-se de uma construção histórica e social na qual se cruzam as diversas posições sociais ocupadas pelos sujeitos e seu grupo de origem, bem como as representações sociais dominantes em seu dado contexto.

Léon (2005) ainda destaca a possibilidade de observar a juventude enquanto processo de construção de identidades que tem por característica a diversidade. Deve-se considerar portanto, a existência de profunda variação de modos de existência de acordo com as situações sociais e trajetórias pessoais dos indivíduos concretos (FREITAS, 2005).

Por estarem em realidades não homogêneas, afetados por diversas questões, os jovens irão construir identidades plurais, que se protagonizarão nas culturas juvenis (MARTINS e CARRANO, 2011). Dayrell (2001) as define como modos de vida específicos e práticas que expressam a pertença a um determinado grupo, com uma linguagem específica, assim como rituais e eventos que orientam sentidos.

Scanella (2008) esclarece que para as correntes sociológicas geracionais, as culturas juvenis definem-se pela relativa oposição à cultura dominante das gerações anteriores. Na direção das perspectivas classistas, Martins e Carrano (2011) afirmam serem as culturas juvenis, formas de expressão, contestação e resistência às problemáticas vivenciadas.



Segundo Pais (2005), é o espaço da rua que geralmente fornece afirmação das culturas juvenis, o que não acontece nas instituições particulares. A expressão concreta desse processo é representada por exemplo, pelos movimentos culturais que contém iniciativas que negam processos de marginalização, como o Movimento Hip Hop através do RAP, do break (dança de rua) e do grafite.

As identidades juvenis são portanto, uma construção que se logra no visual, na fala, nas formas de comunicação e de consumo, com recurso a múltiplas estratégias cênicas (CANCLINI 1995 apud, PAIS, 2005), que constituem linguagens, que nem sempre são objeto de reconhecimento social.

Além da linguagem verbal, o corpo muitas vezes é linguagem, sendo palco de investimentos de preocupações estéticas e do consumismo (BUENO FISCHER, 2008; PAIS, 2005). Clubbers, emos, góticos, mauricinhos e patricinhas, revelam em sua aparência, modos de pensar e existir.

Diante das considerações disponíveis na bibliografia a respeito do tema, cabe partilhar com Dayrell (2001), a ideia de que o processo de construção das culturas juvenis tem de ser entendido no contexto da origem social e das condições concretas de vida na qual os jovens estão sendo socializados. Ignorar seu jeito de ser e suas “linguagens variadas” é rejeitar o contexto sócio-histórico e cultural em que se constituem enquanto sujeitos (ou assujeitados) na sociedade.

As Culturas Juvenis e a Escola

A expansão da escolarização trouxe para a escola sujeitos que não se faziam presentes. Os professores e a instituição são confrontados com um novo perfil de aluno, com outras culturas, experiências e práticas sociais. De acordo com Damasceno (2008), os alunos que chegam à escola são sujeitos socioculturais, com um saber, uma cultura, mas, também com um projeto fruto das experiências individuais.



Leão (2011) discute que muitas vezes, a instituição escolar não consegue dialogar com esses alunos. Parte-se da ideia de um aluno ideal, motivado para a árdua tarefa de estudar, marcado pela identidade de estudante.

A escola conta com mecanismos de silenciamento que promovem a invisibilidade das práticas que não se encaixam nos cotidianos escolares institucionalizados e pouco abertos para as expressividades das culturas juvenis (MARTINS e CARRANO, 2011).

Para Silva (2009), se as culturas juvenis e a vida do jovem não podem ficar fora do ambiente escolar, a música, a dança, a arte e a ação precisam ter o seu lugar assegurado na educação. Os jovens expressam a diversidade cultural: uma mesma linguagem pode expressar múltiplas falas, e por isso a educação e seus processos deve ser compreendida para além dos muros escolares (LEÃO, 2011).

Fanfani (2000) discute que as escolas devem ser flexíveis, reconhecendo os jovens e seus direitos. Devem ainda, desenvolver competências e conhecimentos transdisciplinares, facilitando a construção de um projeto de vida para os mesmos.

É preciso entender o universo em que estão mergulhados, repensar o currículo, e se utilizar das linguagens da juventude (SILVA, 2009). Martins e Carrano (2011) também mostram alguns caminhos, afirmando a importância da escuta e da utilização de linguagens em comum, para que a escola tenha condições de comunicar-se com o jovem.

O jovem constitui de fato um ator social que também, contribui na construção da sociedade, através da crítica, da contestação e da criação (DAMASCENO, 2008). Parafraseando Pais (2005, p. 64), talvez com os jovens seja possível aprender as “várias caras da cidadania”, e aprender a planejar melhor as ações e práticas, a partir do lugar em que eles existem, vivem esse expressam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As culturas juvenis são resultado de diversos elementos da cultura globalizada, todavia, ainda tem baixa visibilidade no contexto escolar, e representam



nesses espaços, transgressões que precisam ser “abafadas”, para que se perpetuem os ideais homogeneizadores. O que acontece é que essas tentativas muitas vezes não são bem sucedidas, e acabam provocando efeitos contrários e muitas vezes indesejáveis.

Se a escola deseja saber lidar com os jovens, precisa incluí-los no processo educativo, não somente transmitindo conhecimentos já prontos, mas conhecendo-os, buscando compreender suas linguagens, favorecendo espaços de expressão. Considera-se ainda, que é fundamental que a escola se coloque para além de seus muros, e busque articular as relações que permeiam os processos de ensino-aprendizagem ao o contexto em que os jovens constroem suas realidades e subjetividades.

Faz-se necessário ainda, realizar pesquisas que deflagrem o modo pelo qual as instituições educativas tem lidado com o jovens e suas manifestações, bem como acessar as representações que orientam essas relações, na tentativa de produzir reflexões importantes e acessíveis a educadores e demais profissionais que se apresentam enquanto atores no processo de desenvolvimento desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 05-06, dic. 1997 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000200004&lng=es&nrm=iso>. Acesso julho 2012.

ABRAMOWAY, M.; CASTRO, M. G (Orgs). **Juventude, Juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006.

BUENO FISCHER, R.M. Mídia, juventude e educação: modos de construir o “outro” na cultura. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 16, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/epaa/v16n2>>. Acesso em julho 2012.

DAMASCENO, M. N. **Juventude: educação e cidadania no contexto da diversidade cultural**. Trabalho apresentado no IV Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 25 a 28 de junho de 2008. Disponível em:< <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/186.pdf>>. Acesso em julho 2012.



DAYRELL, J. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2001. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/objuventude/upload/acervo/2b8a46416944af8dfcd752bd8533952d.tese%20Juarez.pdf>>. Acesso em julho 2012.

FANFANI, E. T. **Culturas jovens e cultura escolar**. Documento apresentado no seminário “Escola Jovem: um novo olhar sobre o ensino médio”. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Coordenação-Geral de Ensino Médio. Brasília. de 7 a 9 de junho de 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CultJoEsc.pdf>>. Acesso em 28 julho 2012.

LEÃO, G. Entre sonhos e projetos de jovens, a escola. In: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Orgs). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011. pp. 99-116

LÉON, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 09-18.

MARTINS, C. H. DOS S.; CARRANO, P. C. R.; A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Educação**, v. 36, n. 1, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/2910/1664>>.. Acesso em 27 julho 2012.

PAIS, J. M. Jovens e cidadania. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 49, set. 2005. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_ar_text&pid=S0873-65292005000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em julho 2012.

SILVA, J. M. da. O Jovem no mundo e o mundo dos jovens. In: CAVALCANTE, M. H. K.; SOUZA, R. A. de. (Orgs.). **Culturas Juvenis: dinamizando a escola**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009. p.7.



MALA LITERÁRIA

ALMEIDA VAGO, Moacir de¹
LAMONATO, Sandra, R.F.C²

INTRODUÇÃO

De acordo com o diagnóstico realizado pelos professores no primeiro semestre de 2012 (dois mil e doze) as turmas de 5º (quinto) a 8º (oitavo) anos do ensino fundamental II (dois) demonstraram algumas dificuldades em estarem lendo, pronunciando e escrevendo certas palavras em Inglês, o que possibilitou o professor a uma reflexão ao problema, levando a hipótese de isso estaria ocorrendo pela falta de estímulo à leitura.

Em sua grande maioria os professores reclamam da falta de interesse dos alunos pela leitura, seja ela em sua própria língua, ou em língua estrangeira. Ler e escrever bem na língua materna é muito importante para o crescimento profissional e pessoal, ao aprender outra língua é fundamental a leitura e a escrita, para que o vocabulário se aprimore e o aprendiz se torne comunicativamente competente.

O incentivo pela leitura é um hábito que deve ser estimulado desde as séries iniciais, ler, além de ser um hábito saudável é um ótimo meio de se aprender a escrever e falar melhor na língua inglesa, quanto mais lermos mais o nosso vocabulário é aprimorado, e mais fácil se torna escrever textos coerentes, pois a gama de vocabulários se tornará abrangente.

MÉTODOS

Ler e escrever bem demanda da necessidade da leitura, a leitura quando desenvolvida cria uma possibilidade infinita de imaginação, ela é capaz de nos levar a “mundos” diferentes e distintos, e para que isso se torne realidade oficinas de

¹ Graduando do Curso de Letras/ Inglês do Centro Universitário São Camilo-ES, moavago@hotmail.com

² Professora Orientadora/ Especialista em Estudos Linguísticos: Língua Inglesa, Centro Universitário São Camilo – ES, sandralamonato@saocamilo-es.br



leituras serão realizadas com os alunos, lendo juntamente com os mesmos, mostrando imagens e vídeos fazendo com que o aluno mexa com o interno em sua mente, montando cenas e mexendo com o imaginário.

Os alunos então, portando de tudo o que lhe foram apresentados, textos, imagens e vídeos, estarão sendo propostos a criarem suas próprias histórias, partindo de sua vivência de cada dia e de tudo aquilo que foi dito nos encontros das oficinas de leitura. Após a confecção e correção dos textos, os alunos partirão para uma nova etapa, que será a criação de um blog, este blog, será um dos meios de mostrar o trabalho realizado pelos alunos, outra forma de expor o trabalho é a criação de um “varal” literário, onde os alunos estarão pendurando suas histórias que ficaram expostas além no blog também neste varal que será fixado na escola.

De pouco a pouco a semente da curiosidade é plantada dentro de cada aluno, ler se tornará um hábito de que ele sentirá falta quando não praticado, cada página terá um “sabor” diferente, o gosto do novo, do inexplorado.

DESENVOLVIMENTO

O incentivo pela leitura é um hábito que deve ser estimulado desde as séries iniciais, ler, além de ser um hábito saudável é um ótimo meio de se aprender a escrever e falar melhor na língua inglesa, quanto mais lermos mais o nosso vocabulário é aprimorado, e mais fácil se torna escrever textos coerentes, pois a gama de vocabulários se tornará abrangente.

O ponto de partida para o desenvolvimento das Aulas de Língua Estrangeira Moderna é o texto, não apenas do ponto de vista discursivo, mas também através da prática da leitura e do desenvolvimento de estratégias da leitura, unindo oralidade, escrita e compreensão auditiva.

Considerando a prática discursiva ao redor dos Parâmetros Curriculares, compreende-se que, ao apresentar um texto ao aluno, abre-se a possibilidade de explorar todas as quatro práticas discursivas: a leitura, a oralidade, a escrita e compreensão auditiva, sendo que, em situações de comunicação elas não aparecem isoladamente, pelo contrário, são influenciadas umas pelas outras. Daí a necessidade de se apresentar ao aluno textos de diversos gêneros textuais, para que haja uma comparação de forma coerente, compreendendo as diferenças estruturais, reconhecendo autores, e possível interlocutor, possibilitando também um confronto com as



experiências de leituras já obtidas pelo aluno em vivência de sua língua materna, preparando-o não somente para a aprendizagem de uma língua estrangeira, mas também formando um crítico capaz de atuar na sociedade. (MAMELLI N. Rafaelle) "A Inclusão da Literatura Inglesa na Grade Curricular"

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de tudo aquilo que estará sendo colocado em prática em sala de aula, a avaliação de se realmente está sendo algo proveitoso e extingam-se para os alunos, ocorrerá durante toda a aplicação do projeto, acontecendo através da observação dos interventores, das atividades propostas aos alunos, através da desenvoltura nas oficinas, se o aluno realmente está interessado, se ele está participando efetivamente, mostrando suas ideias e expondo suas dúvidas. Além das oficinas de leitura o aluno não só estará em contato com os livros, mas também com o computador, na criação do blog, o que trará os alunos em contato com as novas tecnologias, que é também um meio de incentivo à leitura.

O projeto ainda está em fase de desenvolvimento na escola, os encontros ainda estão sendo realizados e a desenvoltura dos alunos é notável a partir do momento que eles deixam de serem apenas ouvintes, mas passam a se tornar escritores de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

CEREJA, R.W. **Ensino de literatura:** uma proposta dialógica para o trabalho com literatura – São Paulo: Atual, 2005.

GERALDI, W.J. **O texto na sala de aula.** 4.ed. – São Paulo : Ática, 2006.

NOGUEIRA, Rafaelle. **A Inclusão da Literatura Inglesa na Grade Curricular** [Internet], Disponível em:< <http://www.arcos.org.br/artigos/a-inclusao-da-literatura-inglesa-na-grade-curricular/> >. Acesso em: 21 maio. 2013.



NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO: A importância da motivação no processo de ensino-aprendizagem

VAZ, Ana Carolina de Sousa¹
MÜLLER, Paula Alice Dodó²
BERSÓT, Vanessa de Castro³
SOUZA, Carlos Henrique Medeiros⁴

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda sobre o caráter motivacional das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) no processo ensino/aprendizagem. Ele foi elaborado com a pretensão de contribuir para uma aprendizagem mais significativa e preocupada com o cenário social e tecnológico atual das escolas.

As tecnologias da informação e comunicação estão trazendo novos desafios pedagógicos para as escolas, trazendo a necessidade de se repensar a educação, os educadores e os educandos.

O que vem se tornando comum nas salas de aulas são alunos com celulares, em redes sociais, checando e-mails e até mesmo em busca de notícias, ou seja, a inserção das TICs no contexto escolar vem sendo feita através dos alunos, que trazem de casa seus aparelhos e os utilizam durante as aulas para diversos fins.

O presente artigo busca conhecer e analisar as consequências dessas ações na aprendizagem dos alunos. Objetiva-se verificar se - As novas tecnologias da comunicação podem provocar motivação nos alunos? Quais são os efeitos da inserção destas novas tecnologias no contexto escolar?

¹ Mestranda do Curso de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense-RJ, carolinasousavaz@hotmail.com;

² Mestranda do Curso de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense-RJ, paulatombos@hotmail.com;

³ Mestranda do Curso de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense-RJ, vanessabersot@hotmail.com

⁴ Professor Doutor em Comunicação e Mídia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ, chmsouza@gmail.com.



O trabalho está sustentado teoricamente em Souza (2008), Bzuneck (2001) e outros, que defendem a motivação como uma condição para a aprendizagem significativa.

DESENVOLVIMENTO

AS TICs NO PROCESSO EDUCACIONAL

Observa-se nas escolas que o uso das TICs já está incorporado no cotidiano dos alunos, que utilizam celulares e computadores a todo o momento. Essas atitudes e modos de se comunicar, também podem ser entendidos como cibercultura, ou seja, é cultura permeada pelas novas tecnologias.

Essas tecnologias proporcionam novas formas de interação e diversão, criando um novo espaço de sociabilidade, comunicação e de inclusão: o ciberespaço. (LÉVY, 1998).

Do mesmo modo, pressupõe-se que é a cibercultura e no ciberespaço em que o sujeito se inventa e reinventa, criando sua identidade diferenciando-o muitas vezes do longínquo mundo social.

Além disso, SOUZA e GOMES (2008, p. 60-61) chamam a atenção do fato das novas tecnologias contribuírem para a interação social, descrevem que:

A grande contribuição das novas tecnologias de informática e comunicação é que, ao mesmo tempo que elas rompem as barreiras espaço-temporais, possibilitando a comunicação à distância e em tempo real de múltiplos sujeitos geograficamente dispersos, fornecem estruturas técnicas para a comunicação e o acesso à informação em rede.

Assim, entende-se por cibercultura: os estilos de vida, atitudes, tradições e rituais transmitidos a partir de uma convivência tecnológica, ou seja, comportamentos mediados pelas tecnologias informáticas, perpassando pela comunicação e a informação via Internet. Segundo MATTOS, SOUZA e MANHÃES



(2012, p.183) cibercultura “(...) representa o conjunto de costumes, conhecimentos, efeitos e impacto do avanço tecnológico em nossa vida cotidiana, do pessoal ao profissional”.

A escola, sendo utilizada como espaço de interação social e tecnológica, é vista como um meio primordial para maior aquisição de conhecimentos. Em consequência, perpassa-se por viagens infinitas, com alcances jamais imaginados.

Lévy (1999, pg. 117) considera que:

(...) navegar no ciberespaço equivale a passear um olhar consciente sobre a interioridade caótica, o ronronar incansável, as banais futilidades e as fulgurações planetárias da inteligência coletiva. O acesso ao processo intelectual do todo informa o de cada parte, indivíduo ou grupo, e alimenta em troca o do conjunto. Passa-se então da inteligência coletiva para o coletivo inteligente.

Nesta perspectiva, a escola deverá proporcionar uma oportunidade de interação social, que se constitua em um elemento motivacional fundamental da construção do conhecimento.

Neste processo educativo as TICs podem contribuir por ser um meio de acesso à informação, sendo um instrumento de transformação da informação e de produção de nova informação.

SOUZA e GOMES (2008) afirmam que “nos ambientes de aprendizagem online as contribuições são livres e a participação espontânea numa escolha franca dos assuntos que mais lhe dizem respeito, ou que mais aguçam seu interesse. O aprendiz seleciona e transforma a informação obtida nos ambientes virtuais de aprendizagem e constrói novas ideias ou conceitos baseados em seus conhecimentos atuais e prévios”.

A MOTIVAÇÃO NA APRENDIZAGEM

O atual modelo educacional tem apresentado dificuldades em motivar os seus alunos. Apesar da resistência institucional, as pressões pelas mudanças são cada



vez mais fortes. A tecnologia vem trazendo novas formas de comunicação, de pesquisa e diversão, que vem se tornando cada vez mais atrativas.

Do ponto de vista do processo de ensino-aprendizagem, não só o que se ensina está em mudança devido ao uso da Internet, mas também a forma como se ensina está a transformar-se.

A motivação, em Psicologia, refere-se ao impulso interno que leva à ação do indivíduo. Bzuneck (2001) afirma que “a motivação, ou o motivo, é aquilo que move uma pessoa ou que a põe em ação ou a faz mudar de curso” (2001, p.9).

Compreende-se a escola como uma instituição social com compromissos ligados à construção de conhecimentos, de técnicas e de habilidades, além de ações voltadas para aspectos de personalidade moral, visando à convivência social. A função da escola vai além das questões pedagógicas e por isso, configura-se a extrema importância da motivação nesse espaço.

Observa-se que existe um conflito cultural entre o saber escolar e o saber que vem sendo produzido pelos meios de comunicação. Barbosa (2001) afirma que se esse conflito não é decorrente do veículo em si, da gramática ou da articulação da linguagem, mas do seu suporte.

No entanto, o fato de mudar o meio em que a educação e a comunicação entre alunos e professores se realizam traz mudanças ao ensino e à aprendizagem que precisam ser compreendidas ao tempo em que se analisam as potencialidades e limitações das tecnologias e linguagens empregadas para a mediação pedagógica e a aprendizagem dos alunos (ALMEIDA, 2003, p. 329).

A escolha das tecnologias da informação e comunicação como instrumento motivador na escola caracteriza-se pelo cenário atual, onde a sociedade está interligada às redes. O interesse alimenta o esforço na busca exploratória que desencadeia o conhecimento, e os portões se abrem. É necessário, portanto, que o trabalho do sujeito seja pautado na necessidade pessoal e no interesse, que ele queira fazer o que faz, que deseje agir e não seja obrigado a agir, e, que possa direcionar seu engajamento e sua atividade. (SOUZA e GOMES, 2008, p. 93)



Compreende-se que as novas tecnologias da comunicação podem provocar motivação nos alunos, tendo em vista que a articulação entre tecnologia e educação auxilia na construção de novas ideias ou conceitos baseados em seus conhecimentos atuais ou prévios e na aproximação da informação. Conhecimento e informação estão interligados, mas o segundo só se transforma no primeiro quando o sujeito consegue ligar a informação nova com conceitos ou proposições relevantes preexistentes em sua estrutura cognitiva. (SOUZA e GOMES, 2008, p. 118-119)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de que haja um ambiente escolar voltado para o incentivo e o manuseio das TICs, faz-se necessário uma reflexão e principalmente uma atuação de forma significativa e ampliada por parte da própria escola. Deste modo, a escola proporcionará um trabalho diferenciado, com diversidades de metodologias pedagógicas, e a construção de novos processos de ensino-aprendizagem, estimulando assim, a motivação dos educandos, colaborando para melhor aquisição de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. "Educação à distância na Internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem". In: **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.2, p.327-340, jul./dez. 2003.

BZUNECK, J. A. A. **Motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BZUNECK, J. A. A. **Motivação para aprender: aplicações no contexto educativo**. /Evely Boruchovitch, José Aloyseo Bzuneck, Sueli Édi Rufini Guimarães (organizadores). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v.1. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. in A era da informação: Economia, sociedade e cultura.



LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1999.

MORAN, José Manuel. **“Ensino e aprendizagem inovadora com tecnologias audiovisuais e telemáticas”**. In: MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos SOUZA, Carlos Henrique Medeiros. **Comunicação, Educação e Novas Tecnologias**. Ed. FAFIC. Rio de Janeiro 2003.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de e Gomes, Maria Lúcia Moreira. **Educação e Ciberespaço**. Brasília. Editora Usina de Letras, 2008.

MATTOS, M.C; SOUZA, C.H.M; MANHÃES, F.C. **A Dromocracia Cibercultural nas Redes Sociais Digitais**. Revista Científica Internacional. ISSN: 1679-9844. Edição 21, volume 1, artigo nº 10, Abril/Junho 2012.



O USO DE VÍDEOS NA EDUCAÇÃO

TERRA, Valkiria Rizo¹
FIORINI, Daniela Bissoli²

INTRODUÇÃO

Atualmente o mundo globalizado nos oferta uma gama de avanços tecnológicos, os quais aprendemos a conviver com eles e a usá-lo em prol de facilitar a nossa vida diária, mas não temos todo o conhecimento para manipulá-los corretamente. Esse fato também permeia os espaços escolares, onde dispomos da tecnologia, mas na maioria das vezes, não sabemos utilizá-las como ferramenta pedagógica, proporcionando novas experiências e conhecimentos. O que se verifica é que alunos e professores vivem constantemente o desafio de romper com a tradicional postura educacional baseada apenas em livros didáticos e aula expositiva, pois esse modelo já não atende mais o sujeito da pós-modernidade. O presente artigo nos ajudar a problematizar a necessidade de praticas pedagógicas, que visem o uso das novas tecnologias educacionais, pois entende-se que educação e mídia é uma discussão muito presente no meio acadêmico, mais ainda requer muita reflexão e pesquisa.

A abordagem do uso de vídeos na escola é importante para os trabalhos educacionais, através dele as aulas se tornam dinâmicas motivadoras, possibilitando o desenvolvimento de várias atividades, que podem ser trabalhadas e adaptadas à nossa realidade, relacionando aos temas e assuntos de sala de aula. Usando a programação dos vídeos, conseguimos como docentes elevar o nível da qualidade de ensino, evitando assim o grande índice de evasão e reprovação.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário São Camilo- ES; valkiria.terra@hotmail.com

² Professor Orientador; Especialista; Centro Universitário São Camilo-ES; danielafiorini@saocamilo-es.br
Cachoeiro de Itapemirim – ES, maio de 2013.



DESENVOLVIMENTO

O uso das tecnologias, especialmente dos vídeos, deve ser incentivado como forma de enriquecer as aulas e utilizar os espaços alternativos que a escola oferece, levando os alunos a terem contato com essas possibilidades de ensino. O uso de vídeos não melhora a relação pedagógica, nem a qualidade da aula, mas ajuda bons professores a tornarem suas aulas mais atrativas para os alunos, pois ao trazer situações cotidianas e contextualizadas as tecnologias acabam contribuindo para maior assimilação dos conteúdos pelos alunos. O vídeo está vinculado à televisão e o seu uso é bastante aceito pelos alunos, que o acolhem como lazer e não como aula.

Existem alguns critérios que devem ser levados em consideração, na hora em que os professores forem escolher um filme, como: adequação ao assunto e aos alunos, simplicidade, precisão, facilidade de manuseio, atratividade, validade e pertinência. Ao escolher um filme, o professor deve analisar suas características, tempo de duração e horário a ser apresentado, pois filmes longos podem deixar os alunos dispersos e pode haver a perda de controle da aula.

Não se pode deixar que o uso dos vídeos em sala de aula, seja apenas uma forma de entretenimento para os alunos, deixando de cumprir a função pedagógica a que se destina que é enriquecer, aproximar e trazer o cotidiano para dentro da sala de aula. O vídeo é um auxílio, um artefato ilustrativo, para melhor ajudar na aula, devendo ser utilizado através de um planejamento do docente, fazendo com que o vídeo seja dado ao aluno com uma proposta, e não apenas por ser cômodo. Além do mais, a educação é uma das áreas que mais deve estar adepta às mudanças, na qual podemos incluir as mudanças tecnológicas.

Alguns autores, tais como Moran (2005) e Marcondes Filho (1998), são favoráveis a utilização do vídeo como suporte a educação e suas justificativas são as maneiras como o vídeo interfere em várias áreas do indivíduo, tais como a comunicação sensorial, emocional e racional. Marcondes Filho (1998) indica a



utilização do vídeo como suporte à educação formal e não formal, pois, “desperta a curiosidade, prende a atenção, parte do concreto, mexe com a mente e o corpo do telespectador, educa mesmo sem fazer tal afirmação, procura inovar, entre outros fatores”. No entanto Moran (2005) vai mais adiante quando diz que o vídeo e a TV tocam todos os sentidos humanos.

Os meios de comunicação, principalmente a televisão, desenvolvem formas sofisticadas multidimensionais de comunicação sensorial, emocional e racional, superpondo linguagens e mensagens, que facilitam a interação, com o público. A TV fala primeiro do “sentimento” - o que você sentiu”, não o que você conheceu; as ideias estão embutidas na roupagem sensorial, intuitiva e afetiva. A televisão e o vídeo partem do concreto, do visível, do imediato, próximo, que toca todos os sentidos. Mexem com o corpo, com a pele, as sensações e os sentimentos - nos tocam e “tocamos” os outros, estão ao nosso alcance através dos recortes visuais, do close, do som estéreo envolvente (MORAN, 2005).

Moran (2005) enfatiza pontos importantes na utilização de vídeos e de TV na educação: auxilia o despertar da curiosidade, permite compor cenários desconhecidos pelos alunos, permite simulações da realidade, reproduz entrevistas, depoimentos, documentários, auxilia no desenvolvimento da construção do conhecimento coletivo pela análise em grupo e o desenvolvimento do senso crítico.

As tecnologias são pontes que abrem a sala de aula para o mundo, que representam, medeiam o nosso conhecimento do mundo. São diferentes formas de representação da realidade, de forma mais abstrata ou concreta, mais estática ou dinâmica, mais linear ou paralela, mas todas elas, combinadas, integradas, possibilitam uma melhor apreensão da realidade e o desenvolvimento de todas as potencialidades do educando, dos diferentes tipos de inteligência, habilidades e atitudes (MORAN, 2005).

Para Moran (2005), um bom vídeo é interessante para introduzir um novo assunto, para despertar a curiosidade, a motivação para novos temas. Isso facilitará o desejo de pesquisa nos alunos para aprofundar o assunto do vídeo e da matéria.

Vídeos podem ser utilizados para enriquecer aulas presenciais e em educação à distância; os professores podem produzir vídeos, assim como os próprios alunos, como atividades de criação. Vídeos podem, também, ser utilizados para registrar o progresso dos alunos em atividades e resoluções de problemas, dentre várias outras aplicações. (POWELL, 2008).



Os vídeos podem ser didáticos ou complementares. Os vídeos didáticos são preparados em função de uma área de estudo; enquanto os vídeos complementares podem contribuir com o assunto estudado, mas os seus conteúdos não fazem parte de uma área de estudo especificamente. Atividade de produção de vídeo realmente é muito válido, pois se estuda de uma forma diferenciada, produz um cenário empolgado, aprende e produz de uma forma gostosa e prazerosa, e por fim, você realmente aprende o assunto de uma maneira super legal. Pois foi interessante, e te chamou a atenção. Além disso, nos tempos de hoje, tudo vai para internet, os alunos podem postar seus trabalhos no youtube.

Apesar de todos os aspectos positivos citados é preciso atentar que pode ocorrer o uso inadequado do vídeo como recurso tecnológico educacional. Moran (2005) alerta para algumas situações nas quais o vídeo pode ser mal utilizado: para cobrir ausência do professor, vídeos com conteúdo fora do contexto da matéria, uso de apenas esse tipo de recurso para ministrar aulas, sem discussão do conteúdo ou ligação deste com o assunto estudado. Essas práticas desvalorizam o uso desse recurso, diminuem a sua eficácia e provocam empobrecimento das aulas. Além disso, para o aluno, o uso do vídeo pode passar a ser equivocadamente associado à falta de aula, passatempo ou falta de conteúdo para a disciplina trabalhada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola deve assumir esse novo desafio da era midiática, sendo difusora de novas tecnologias, de novos conhecimentos, a fim de permitir que seus alunos tenham chances de participar da concorrência de mercado de trabalho, cada vez mais exigente. Toda a tecnologia, principalmente a TV e os vídeos, motivam os alunos a obter informações e linguagens que estão inseridas no cotidiano. Com os recursos audiovisuais mais próximos da sensibilidade do aluno é possível inserir atividades que sejam dinâmicas, significativas, interessantes e motivadoras.



Vivenciar experiências que trazem sensações e emoções estimulam os sentidos e alteram a rotina em sala de aula.

De acordo com a LDB 9394/96 - Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no seu artigo 32 – item II, o aluno do ensino fundamental, deve ser levado a compreender o seu ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores em que se fundamenta a sociedade:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006) [...] II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.(BRASIL, 1996)

Sendo assim, vídeo educacional, entre outras vantagens citadas anteriormente, pode favorecer não só o desenvolvimento da percepção artística por meio do uso de imagens, textos, sons, movimentos, cores, cenários além de relações espaciais, como também a interação com as tecnologias. Deve ser acompanhado de proposta pedagógica consciente das exigências de uma educação transformadora que priorize a criatividade, a pesquisa e a formação para a cidadania.

Conclui-se que o uso de vídeo em sala de aula se constitui como uma ótima opção de recurso tecnológico adequada para o uso na educação desde que sejam observados os principais aspectos discutidos acima: utilização de maneira adequada, com o devido planejamento e que seja utilizado combinado com outras mídias e outros recursos didáticos.

Referências

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília : 1996.



MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão: a vida pelo vídeo**. São Paulo: Moderna, 1988.

MORAN, José Manuel. **Integração das Tecnologias na Educação. Desafios da televisão e do vídeo à escola**. Secretaria de Educação a Distância, SEED. 2005

POWELL, Arthur Belford. **O uso do vídeo e da Internet para estudar a aprendizagem e o ensino**. Minicurso oferecido durante a 31ª Reunião Anual da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação. CaxambuCaxambu, 20 a 21 out. 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/3minicurso/minicurso%20-%20gt19%20-%20int.pdf>>. Acesso em: dezembro 2012.

TORRES, Vladimir Stolzenberg. **O uso de vídeos como um recurso de apoio didático**. 1998.



REFLEXÃO SOBRE AS MARCAS DA ORALIDADE PRESENTES EM TEXTOS ESCRITOS DE ALUNOS DE 5º ANO

Ferreira, Dhienes Charla¹
Barroso, Priscila de Andrade²
Pessanha, Shayane Leal³
Luquetti, Eliana Crispim França⁴

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho consiste em evidenciar a presença de marcas da oralidade em textos produzidos por alunos do quinto ano do primeiro segmento do Ensino fundamental da Região Norte-fluminense a partir de reflexões sobre ensino de língua portuguesa. Tomando como base a concepção e mediação pedagógica no contexto educacional, partimos da premissa de que o objetivo no processo de aquisição da leitura e escrita é formar o indivíduo competente linguisticamente, de modo que, seja captar de usufruir da língua em diferentes situações. Para tal estudo remetemo-nos nas pesquisas de TRAVAGLIA(1997), FREIRE(1988), LABOV(1995), LUQUETTI(2010), dentro outros. Conforme os tempos mudaram, a necessidade de concatenar a escrita à vida social exigiu uma profunda adaptação no trabalho do profissional docente: ensinar a modalidade culta da língua, discutindo as variações presentes na língua utilizada no cotidiano do espaço que abrange as práticas comunicacionais de seus alunos. Tal exigência tende com os anos a se tornar cada vez maior. Sendo assim, um ensino da língua que se vise somente “o alfabetizar pelo alfabetizar” é insuficiente para a formação de um cidadão consciente de seus

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), dhienesch@hotmail.com;

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), cilabarroso@yahoo.com.br;

³ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), shayaneleal@hotmail.com;

⁴ Professora orientadora: Doutora em Linguística, professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), elinafff@gmail.com.
Campos dos Goytacazes-RJ, Maio de 2013.



direitos e deveres, bem como, da construção autônoma do conhecimento de mundo e de texto/contexto.

MATERIAL E MÉTODOS

A análise foi realizada em cinco tipos de textos: narrativa de experiência pessoal; narrativa recontada; descrição de local; relato de procedimento; e relato de opinião. A amostra foi selecionada do *corpus* “A língua falada e escrita na região norte - noroeste Fluminense” realizado pelo *Núcleo de Estudos Linguagem e Educação* sob a coordenação da professora Eliana Crispim França Luquetti, professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). A análise é constituída de textos escritos de alunos do quinto ano do primeiro segmento do Ensino Fundamental.

DESENVOLVIMENTO

William Labov, em 1963, elaborou uma interessante pesquisa lingüística na ilha de Martha's Vineyard, um lugar relativamente isolado, situado perto da costa do estado de Massachusetts, nos Estados Unidos. Pelo resultado das análises, pôde-se perceber que os fatores *distribuição geográfica* e *faixa etária* foram importantes no sentido de que a zona rural, exatamente a faixa populacional que, apesar do processo de recessão econômica na ilha, decidiu por lá permanecer, mantiveram traços lingüísticos típicos da ilha. Esses informantes constituíam os que mais reagiam à invasão dos veranistas. Essa reação revelava, através da demarcação lingüística, um sentimento positivo em relação à ilha. A partir daí, Labov propôs a noção de *orientação para a identidade*. Assim, diz LABOV (1995):

Nosso desejo é entender a estrutura interna do inglês vineyardense, incluindo as diferenças sistemáticas que já existem e as mudanças



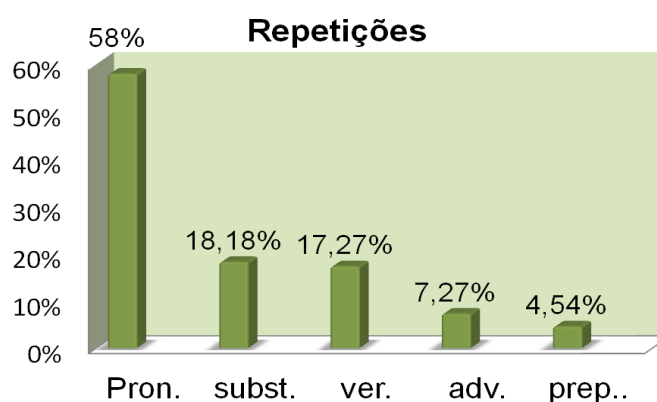
que estão ocorrendo agora na ilha. Para tanto, selecionaremos para estudo um aspecto lingüístico característico de Martha's Vineyard com mais amplo espectro possível de variação e o mais complexo padrão de distribuição. (LABOV, 1995, p. 25).

Essa noção indica uma atitude positiva em relação ao local, contrariamente àqueles que, possuindo um sentimento negativo em relação ilha, rejeitavam a norma local, adotando uma pronúncia mais próxima ao inglês padrão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do corpus analisado percebeu-se que a variação oral da língua fez-se presente em todos os textos. Tal fato sob a ótica do ensino tradicional voltado para a gramática normativa é considerado erro de uso da língua, principalmente no que se concerne à língua escrita. Entretanto, essa perspectiva de ensino que pretende excluir as marcas da oralidade na escrita não se efetiva na prática, pois não impede o uso dos termos da língua falada nas produções escritas.

Gráfico 1: Ocorrências de repetições

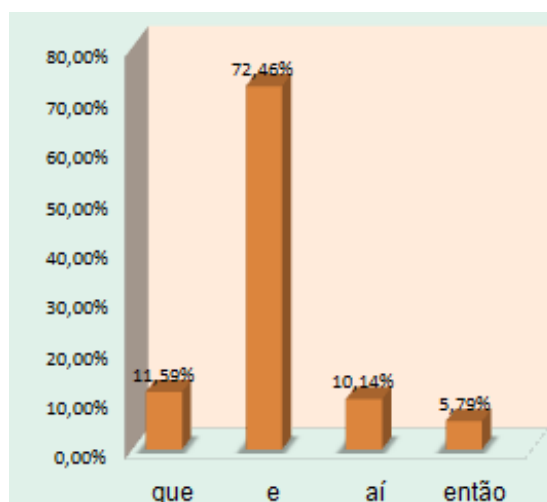




Quadro 1: Ocorrências de repetições

Marcadores conversacionais	Ocorrências
que	8
e	50
aí	7
então	4

Gráfico 2: Ocorrências de marcadores conversacionais



Quadro 2: Ocorrências de marcadores conversacionais

Repetição	Ocorrências
Pronomes	58
Substantivos	20
Verbos	19
Advérbios	8
Preposições	5



Tal fato confirma a importância da oralidade da língua. Vale salientar que a mesma é fundamental para evolução da língua e transformações no uso da língua escrita. Dessa forma, a análise da amostra evidenciou que:

- A língua escrita não pode ser definidas como um arranjo de propriedades formais, invariáveis, e distintas da língua falada;
- A variação oral da língua fez-se presente em todos os textos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos, pode-se dizer que um ensino da língua que vise somente à memorização de regras gramaticais é insuficiente para a formação do aluno. Como a linguagem é formada pela interação social, é fundamental que o trabalho do professor seja voltado à reflexão do uso da língua em diferentes situações de comunicação. Partindo-se do pressuposto de que nenhum discurso é totalmente neutro, o objetivo da linguagem parece ser o de alcançar algum efeito junto à outra pessoa. Por esse prisma, os professores de todas as modalidades de ensino e áreas de conhecimento são convidados a construir consciência sobre o mundo em que estão situados, oportunizando aos alunos a se envolverem em situações que sejam favoráveis ao conhecimento e valorização das variedades linguísticas. Bem se aceita, que nessa prática educativa o que se busca alcançar, é necessariamente o desenvolvimento integral da competência comunicativa no alunado, que é objeto, no qual, os efeitos e fins são esperados. Pretende-se com esta pesquisa contribuir para articulação entre a teoria produzida no meio acadêmico e a escola, local em que se vivenciam todos os enfrentamentos oferecidos pelo ensino.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Silva Figueiredo. **A geografia lingüística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

ELIA, Sílvia. **A unidade lingüística do Brasil**. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.



FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1988.

LABOV, W. **Principles of linguistic change.**Vol. I: Internal factors. Cambridge: Blackwel, 1995.

LUQUETI, Eliana; ARRUDA, Sérgio. **Políticas linguísticas na escola: a conscientização linguística na formação do professor.** In PEIXOTO, Maria Cristina; AZEVEDO, Leny; ANDRADE, Marcelo. *Formação de professores: percursos investigativos no cotidiano escolar*, MG: Unimontes, 2010. p. 151-164.

MARTINET, André. **Funcion y dinámica de las lenguas.** Madrid: Gredos,1993.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca.** Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NÓVOA, Antonio. **Professores na virada do milênio:** do excesso dos discursos à pobreza das práticas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.25, n.1, p. 11-20, jan/jun. 1999.

Parâmetros curriculares nacionais de Língua Portuguesa. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf> > acesso Abril de 2013.

ROSSI, Nelson. **Atlas prévio do falares baianos.** São Paulo: Ática,1994.

SILVA NETO, Serafim da. **História da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento:** caminhos e descaminhos. Revista Pátio – Revista Pedagógica de 29 de fevereiro de 2004, pela Artmed Editora.

TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários.** Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n13/n13a02.pdf>> acesso em abril de 2012.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus.** São Paulo: Cortez, 1997.

ZÁGARI, Mário R. L. **Esboço de um Atlaslingüístico de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.



SISTEMA DE APOIO À AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

OLIVEIRA, Fabio Machado de ¹
TOTTI, Maria Eugênia Ferreira ²

INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação, conta com um sistema de avaliação que visa normatizar e melhorar os índices da educação superior. As primeiras iniciativas governamentais nessa área datam de 1960 e tem como objetivo garantir um mínimo de qualidade no âmbito das graduações.

De acordo com o tema abordado neste trabalho, o propósito deste artigo é apresentar um estudo de caso referente à implantação e consolidação de um sistema informatizado com tecnologias focadas em computação nas nuvens, que permitiu uma automação dos processos de avaliação institucional e trouxe uma série de benefícios para a instituição e toda comunidade acadêmica. Então a pesquisa apresenta a seguinte questão: **Será que recursos tecnológicos baseados em informações mensuráveis apontam o caminho a ser seguido pela IES? Os recursos tecnológicos atuais possibilitam uma consolidação da avaliação institucional com base em critérios do MEC?**

Contudo, para alcançar esses questionamentos se faz necessário seguir um caminho na pesquisa que aponte para o seguinte objetivo geral: **Propor uma análise do sistema de avaliação institucional informatizado em uma instituição de ensino superior.**

¹ Mestrando de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, fabiomac@gmail.com;

² Professor Orientador: Prof. Dr. Maria Eugênia Ferreira Totti, meftotti@gmail.com
Campos dos Goytacazes – RJ, maio de 2013.



MATERIAL E MÉTODOS

Partindo do pressuposto de que a pesquisa bibliográfica é o caminho para conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais (LAKATOS, 1992, p.43), o artigo concentrou-se, no primeiro momento, na pesquisa bibliográfica acerca do SINAES e suas implicações, a partir do ano de 2004 quando se transformou em Lei(10.861), instituindo o sistema SINAES.

O passo seguinte foi promover análises após a implantação de um sistema informatizado que permitisse a realização da avaliação institucional em suas diferentes dimensões, logo após o final do período de aplicação, foi observada a geração de relatórios e informações pertinentes ao processo.

Outras técnicas de engenharia de software também foram aplicadas e corroboram com a necessidade de quem está sendo submetido a um dos processos, culminando em uma análise holística e rápido *feedback* para identificação de vulnerabilidades durante um procedimento real, validando a proposta da pesquisa. Nesse contexto, faz-se fundamental, pois “o avanço técnico/científico depende de um trabalho desenvolvido mediante a utilização de métodos que permitem separar o verdadeiro do falso” (FILHO & SANTOS,1998).

A pesquisa foi realizada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, no estado no Espírito Santo e apresenta abaixo uma tela do módulo de avaliação que poder ser observado na Figura 1.

1º CONGRESSO ESTADUAL DE PÓS-GRADUAÇÃO 2013
Saúde, Educação e Gestão: Desafios e perspectivas

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO

fafia **SisAcad**
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre
CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - CPD-FAFIA
www.fafia.edu.br

Data: Aqui data
Usuário: Aqui nome de usuário

« VOLTAR **SisAcad - Secretaria Geral** LOGOUT »

DIREÇÃO SECRETARIA BIBLIOTECA SETOR DE REPROGRAFIA TESOURARIA LABORATÓRIOS SALAS DE AULA CANTINA INSTALAÇÕES FÍSICAS AUDITÓRIO CURSOS

COORDENAÇÃO

Nesta etapa você avaliará a estrutura física e de funcionamento dos diversos setores que compõem a organização da Instituição. Você avaliará assinalando um dos seguintes quesitos:
MS – MUITO SATISFEITO S – SATISFEITO I – INSATISFEITO

BIBLIOTECA – SETOR 3

	MS – MUITO SATISFEITO	S – SATISFEITO	I – INSATISFEITO
1 - Quanto ao atendimento aos usuários	☐	☐	☐
2 - Quanto à atualidade do acervo bibliográfico	☐	☐	☐
3 - Quanto aos títulos disponíveis em cada área	☐	☐	☐
4 - Quanto às condições de conservação do acervo	☐	☐	☐
5 - Quanto ao horário de funcionamento	☐	☐	☐
6 - Quanto à infra-estrutura	☐	☐	☐

Salvar Dados da Avaliação

Figura 1 – Tela de um módulo do sistema de auto-avaliação
Fonte: O autor

A Figura 2 mostra como foi realizada a extração de informação por meio de linguagem estruturada de consulta (SQL) para posterior tratamento e geração de conhecimento.

```

Query - dbasisacad on postgres@fafia-srv01.servftp.com:5432 *
SQL Editor | Graphical Query Builder | dbasisacad on postgres@fafia-srv01.servftp.com:5432 *

-- EXECUTAR OS PASSOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS - CPA
-- total de docentes
select * from cpa_dicentes where semestre='2012/2'

-- PASSO 1
-- listagem de docentes que responderam a avaliação
select distinct coddocentes,nome from cpa_dicentes where semestre='2012/2' order by nome

-- OBS.: RELATORIO DETALHADO POR QUESTÃO X RESPOSTA
-- RESPOSTA 01 - REFERENTE A PERGUNTA 01
-- sempre
select count(resp1) from cpa_dicentes where semestre='2012/2' and resp1='a'
--nunca
select count(resp1) from cpa_dicentes where semestre='2012/2' and resp1='n'
--as vezes
select count(resp1) from cpa_dicentes where semestre='2012/2' and resp1='a'

-- RESPOSTA 02 - REFERENTE A PERGUNTA 02
-- sempre
select count(resp2) from cpa_dicentes where semestre='2012/2' and resp2='a'
--nunca
select count(resp2) from cpa_dicentes where semestre='2012/2' and resp2='n'
--as vezes
select count(resp2) from cpa_dicentes where semestre='2012/2' and resp2='a'

Output pane
Data Output | Explain | Messages | History
count bigint
1 546

```

Figura 2 – Consultas SQL
Fonte: O autor



DESENVOLVIMENTO

No início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) foi construída uma proposta que no ano 2004 se transformou em Lei(10.861), instituindo o sistema SINAES.

[...] O objetivo do SINAES é assegurar o processo nacional de avaliação da IES, de cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes, buscando a melhoria da qualidade do ensino superior no país.

Os resultados da avaliação devem subsidiar os processos de regulação e supervisão da educação superior que compreendem as ações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, e credenciamento e credenciamento de IES.

Sendo assim, o SINAES apresenta três grandes pilares: (1) avaliação institucional; (2) avaliação de cursos e (3) avaliação do desempenho dos estudantes.

Esses pilares são atendidos pelos processos de avaliação in loco para os itens um e dois, e complementados pela organização e avaliação interna de cada IES.

O pilar três é atendido pela realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o ENADE.

Conforme apontado pelo INEP (2009), o SINAES é composto por instrumentos avaliativos articulados, bem como agentes externos e internos que operam através de procedimentos metodológicos e operacionais comuns.

Macedo; Munes (2010) afirmam que o processo de auto-avaliação institucional impulsiona um forte processo interativo na comunidade acadêmica e o envolvimento de todos no processo vai assegurar os resultados positivos esperados e apontar as propostas que sanem as fragilidades encontradas. Por isso que a ideia de um sistema com interface de acesso via internet, encontrou respaldo, pois conseguiu alcançar todos que estariam fisicamente no ambiente acadêmico ou fora dele.

Para Losina (2010) as instituições de ensino precisam atender ao novo perfil de aluno e as TIC's continuam modificando a forma como as pessoas se comunicam e se relacionam.



Capra e Castell (apud SCHLEMMER; FAGUNDES, 2000), enfatizam a necessidade do rompimento com modelos pré-estabelecidos, atentando para o novo caminho que se apresenta. O mundo vive na Era da Informação e a sociedade em rede substituirá a sociedade centrada no trabalho para uma sociedade da educação. Para os autores, considerar novas formas de pensar a educação, o desenvolvimento humano e da sociedade passa pela necessidade da inventividade, criatividade, novas formas de trabalho e novas metodologias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Escott; Polidori (2010) relatam que na universidade onde atuam foi criado um aplicativo em 2009 que atende as demandas institucionais específicas de cada aplicação do processo de auto-avaliação, adequando os públicos que serão consultados, os instrumentos a serem aplicados de forma a atender as expectativas em consonâncias as 10 dimensões da Lei do SINAES.

O sistema implantado em questão é uma experiência que está consolidada e atuante na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre. Esse sistema também atende as dimensões da Lei do SINAES e proporciona: unicidade dos dados institucionais; participação não obrigatória da comunidade acadêmica; acesso aos formulários de questões via internet e suporte técnico pela GTI (Gestão das Tecnologias da Informação) à comunidade acadêmica e administrativa, durante todo o período de auto-avaliação. Encerrado o período de coleta de dados inicia-se o processo de consultas e extração de informação para organização de relatórios quantitativos e qualitativos referente a cada dimensão submetida na auto-avaliação.

Abaixo na Figura 3 segue o exemplo de um relatório gerado no final:

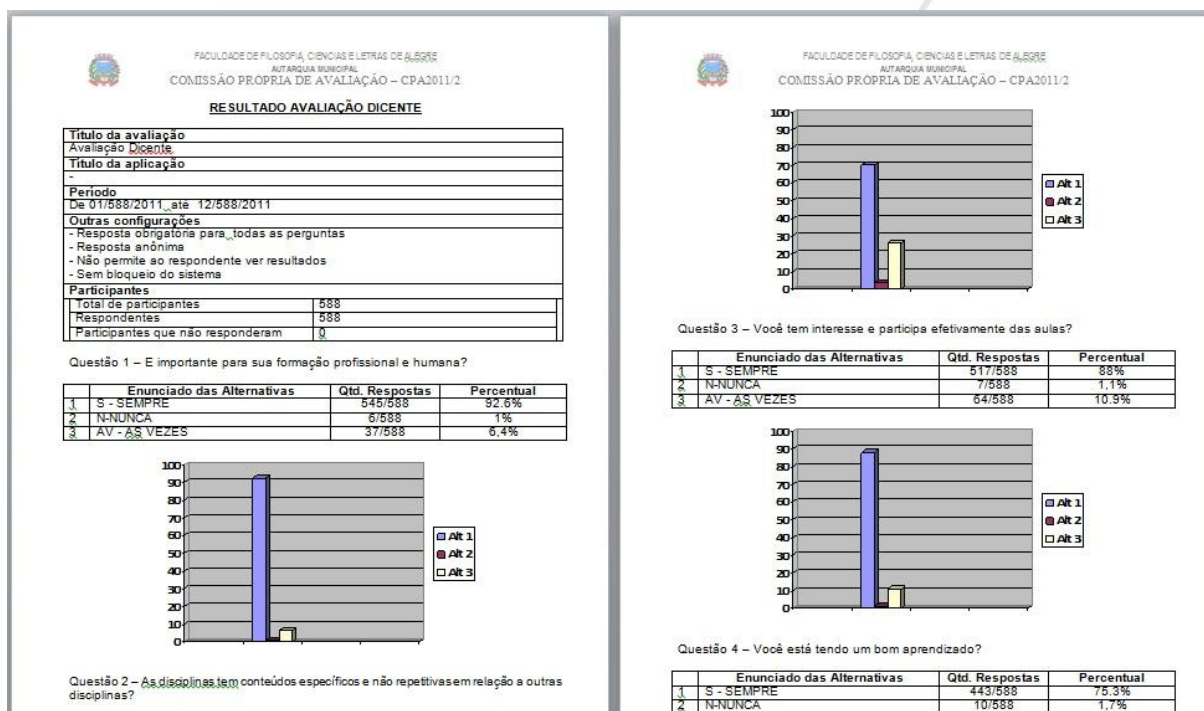


Figura 3 – Relatório gerado à partir das informações extraídas do sistema

Fonte: O Autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica apontou como resultado uma eficaz mudança no ensino nas IES referente às necessidades mapeadas após o processo de avaliação interna. Essa postura pode ser considerada e observada em uma série de melhorias nos serviços prestados pelas instituições.

Atualmente, o uso das TIC's nas avaliações institucionais proporcionam economia de recursos materiais (papel, energia, funcionários e etc...), além disso melhoram a organização e manipulação dos dados coletados, destacando o fato de ampliar e facilitar o acesso aos instrumentos avaliativos. Notou-se que o tratamento de uma grande massa de dados foi rápido e eficaz na produção de conhecimento relativo ao contexto de demandas dentro dos resultados esperados, com a aplicação da auto-avaliação.



De modo geral essa pesquisa encontrou uma experiência muito positiva, dessa forma as tecnologias da informação e comunicação constituem uma eficaz e poderosa ferramenta de trabalho que pode e deve ser aplicada no contexto das avaliações institucionais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João Alberto Arantes. **Tecnologia da informação: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Scortecci. 2006, p. 38

BERTOLIN, Júlio C. G. **Indicadores em nível de sistema para avaliar o desenvolvimento e a qualidade da educação superior brasileira**. *Avaliação (Campinas)*, Jun 2007, vol.12, no.2, p.309-331. ISSN 1414-4077

DARDENGO, Vilma Maria. **Avaliação Institucional: a tessitura de uma experiência**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2007. 120p. v0.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes**. *Avaliação (Campinas)*, 2010, vol.15, no.1, p.195-224. ISSN 1414-4077

ESCOTT, Clarice Monteiro; POLIDORI, Marlis Morosini. **Avaliação e Inovação com TI no Centro Universitário Metodista – IPA**. In: LEITE, Denise (Org). **Inovação, Avaliação e Tecnologias da Informação**. Porto Alegre: Ed. Pacartes, 2010. 157 p. Disponível em: <http://paginas.ufrgs.br/inov/pesquisas/Livro%20TI%20Denise%20Final%2015%2021%20palotti%20alteracoes%20final2.pdf>. Acesso em: 27 nov 2010.

INEP. **Sistema Nacional De Avaliação Da Educação Superior: da concepção à regulamentação**, 5ª ed., revisada e ampliada – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009. 328p.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Altas – 4ª Ed. 1992, p. 43.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação**. *Avaliação (Campinas)*, 2010, vol.15, no.1, p.177-194. ISSN 1414-4077



LOSINA, Rodrigo. Uso da Tecnologia da Informação na Avaliação de Reação de Estudantes de Cursos Profissionalizantes. In: LEITE, Denise (Org). **Inovação, Avaliação e Tecnologias da Informação**. Porto Alegre:Ed. Pacartes, 2010. 157 p. Disponível em: <http://paginas.ufrgs.br/inov/pesquisas/Livro%20TI%20Denise%20Final%2015%2021%20palotti%20alteracoes%20final2.pdf>. Acesso em: 27 nov 2010.

MACEDO, Silvana Alves; NUNES, Reginaldo de Oliveira. Auto-Avaliação Institucional: instrumento norteador efetivo de investimentos da IES. **Revista Científica FACIMED**. Volume 2, Número 2 – 2010. Disponível em: <http://www.facimed.edu.br/site/revista/pdfs/4b4f2491ac02449831f7ca1a797a55d0.pdf?PHPSESSID=452875e17aeac07b42a561d2fb344226>. Acesso em: 27 nov 2010.

POLIDORI, Marlis Morosini. **Políticas de avaliação da educação superior brasileira**: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e... outros índices. *Avaliação (Campinas)*, Jul 2009, vol.14, no.2, p.439-452. ISSN 1414-4077

SCHLEMMER, Eliane; FAGUNDES, Léa da Cruz. Uma Proposta Para Avaliação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem na Sociedade em Rede. PGIE-UFRGS. Informática na Educação: **Teoria & Prática**. V. 3 Nº 1, Setembro, 2000. Disponível em: <http://www.sbc.org.br/bibliotecadigital/download.php?paper=766> . Acesso em: 27 nov 2010.



UMA BREVE ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO: FERRAMENTA PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

ASSIS, Andreia Silva¹
SILVA, Liz Daiana Tito Azeredo²
DIAS, Rachel Alice Mendes da Silva³
LUQUETTI, Eliana Crispim França⁴

INTRODUÇÃO

Sabendo da importância que o livro didático assume no processo de ensino-aprendizagem nos dias atuais, ele se tornou objeto de preocupação não apenas das autoridades competentes, mas também de pesquisadores da educação cientes dos prejuízos que podem acarretar o uso indevido desse material. E essa preocupação não é em vão: muitas vezes ele se torna o único material de consulta do aluno, tornando-o um único meio de se alcançar o conhecimento. No entanto, sabemos que por melhor que seja o livro didático não substitui o professor, tão pouco pode ser considerado místico e sagrado. Partimos da premissa que a utilização do livro didático está presente no processo de ensino, e muitos, entre pais, professores e comunidade escolar, acreditam que o sucesso educacional está restrito ao seu uso contínuo e minucioso, não devendo o professor e não podendo o aluno deixar de cumprir qualquer tarefa proposta por ele.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo fazer uma breve análise acerca da utilização do livro didático, adotado para o primeiro ano do Ensino Fundamental da rede municipal da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ, como instrumento no processo de ensino-aprendizagem pelo professor. Sabemos que

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem/UENF – RJ : andreiad.silva@hotmail.com/ CAPES

² Aluna do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem/UENF – RJ : lizdaiana@ig.com.br / FAPERJ

³ Aluna do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem/UENF – RJ : chelalice@yahoo.com.br / FAPERJ

⁴ Orientadora. Doutora em Linguística. Professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF – RJ: elinafff@gmail.com. Campos dos Goytacazes – RJ, abril de 2013.



muitas vezes, o livro didático não contempla a realidade do aluno, e isso sem dúvida acarreta perdas lastimáveis, no entanto, como teremos livros que abordem questões regionais se não temos “fábricas didáticas” em todas as localidades? Acreditamos que cabe ao professor fazer as pontes necessárias para que essas perdas sejam mínimas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A metodologia adotada para esse estudo contemplou uma abordagem qualitativa, priorizando os aspectos dinâmicos, complexos e subjetivos dos significados que os professores atribuem as suas práticas escolares referentes à alfabetização, focando na análise de livros didáticos.

Portanto, selecionamos o livro didático, organizado pelo grupo Expoente, adotado pelas turmas do 1º ano nas escolas municipais de Campos dos Goytacazes. O livro é constituído em quatro unidades, cada uma em torno de uma temática específica com as seguintes partes: Ciências Sociais, Ciências Naturais, Noções lógico-matemáticas, Linguagens.

As atividades propostas com o objetivo de ativar conhecimento prévio foram encontradas 12 questões voltadas para perceber os conhecimentos que os alunos já possuem sobre determinado conteúdo. Na parte de exploração dos vocabulários e imagens, encontramos 9 atividades que remetem a categoria exploração dos vocabulário. Já no aspecto da produção textual, verificamos que o livro propõem atividades significativas de acordo com a proposta da unidade em questão, depois de cada texto trabalhado existe um espaço para o aluno produzir um pequeno texto e também ilustrá-lo.

Com esses apontamentos sobre o livro didático analisado, verificamos uma grande diversidade de gêneros textuais explorados, oferecendo ao aluno a compreensão e/ou aprofundamento da diversidade de textos que circulam na



sociedade. No que concerne às atividades de compreensão, encontramos uma variedade de categorias que permitem aos alunos desenvolver importantes habilidades, como ativar conhecimentos prévios, levantar hipóteses, entre tantas outras.

Constatamos que o livro apresenta coerência com a perspectiva do letramento, com significativos textos e atividades que envolvem os diversos gêneros textuais. No entanto, verificamos também que por ser um livro didático oriundo de outra região do Brasil, não aborda questões referentes às riquezas locais assim como a história e a origem de seu povo. Como constatamos, não existe livro perfeito, existe livro de acordo com as propostas sugeridas para um bom processo de ensino-aprendizagem, e este livro em questão está amparado no PCN para o ensino satisfatório de crianças do 1º ano do Ensino Fundamental. Mais uma vez ressaltamos que cabe ao professor, importante instrumento mediador do conhecimento, fazer as adaptações e pontes que julgar necessário para que o conteúdo do livro didático encontre sentido para cada indivíduo em sala de aula, levando-se em consideração sua realidade e seus conhecimentos prévios.

DESENVOLVIMENTO

Os livros didáticos sempre foram motivos de preocupação do Estado, e na tentativa de seu controle, foi criado o Decreto-Lei 1006 em 1936 a Legislação do Livro Didático para fiscalização de sua produção, importação e utilização. No entanto, desde esse período, o livro já era considerado um forte instrumento de educação política e ideológica.

O livro didático não pode ser encarado como único instrumento no processo de ensino-aprendizado, devendo o professor ter em mente seu papel enquanto mediador do conhecimento, e dar ao livro didático o valor que realmente tem diante



da magnitude do processo do saber: o de suporte didático. Por melhor que seja o livro didático, ele não substitui a ação do professor.

Dessa forma, encontramos em SILVA (2009, p.113):

(...) a importância do livro didático não está apenas no papel que ele exerce no processo ensino-aprendizagem, mas, também, pela função política e ideológica que cumpre como ferramenta do sistema educacional, o qual, como diria Bourdieu, tem, além de suas funções específicas, as de operar como um aparelho ideológico do estado, no caso o Estado brasileiro, tendo em vista a atuação deste em relação ao livro didático. SILVA (2009, p.113)

Em se tratando de uma clientela carente, sem preparo e inexperiente, não podemos esperar que saibam e tenham consciência da natureza do livro didático ao estudá-lo. Até mesmo porque são crianças do 1º ano do Ensino Fundamental, não tem experiência para determinarem o que há de melhor para os mesmos, por isso precisam que seus docentes tenham a consciência de observar, analisar e fazer as correções necessárias no livro didático com o intuito de promover uma educação de qualidade e uma base forte que de sustentação para os conhecimentos que virão nos anos posteriores.

Assim, no momento da escolha do livro, o professor observa se o mesmo contempla as propostas apontadas pelo PCN e se está de acordo com sua realidade escolar, já que durante certo período de tempo apenas duas pessoas o terão como instrumento de apoio: o professor e o aluno. No entanto, com uma grande diferença, o professor escolheu o livro didático de acordo com sua metodologia e necessidades que julga como primordial aos seus alunos e ao aluno é dado o direito de usá-lo sem escolha. LUQUETTI & CRISÓSTOMO (2010)

Nesse sentido, não pode o professor ter os fatos expostos no livro didático como verdades universais e metodologias infalíveis, pois refletem o olhar do autor no ano em que o livro foi publicado.



CONCLUSÃO

Os livros didáticos, com algumas exceções, sempre foram considerados de qualidade imprecisa, não cumprindo seu objetivo de amparar o processo educativo. No entanto, sua qualidade tem melhorado consideravelmente nos últimos anos.

Acreditamos que os livros didáticos precisam ser melhorados ainda mais em alguns aspectos, mas o que os torna ineficazes para um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz não são suas situações ideológicas, mas sim a forma como alguns educadores tem tomado a partir dele.

Como já foi dito, o livro didático deve ser apontado apenas como um auxílio pedagógico para as aulas, e não como manual rígido para uma dar aula, como se ele fosse uma fonte legítima de transmissão do conhecimento. A falácia que se tem propagado no meio educacional é que se o professor cumprir o que está determinado pelo livro didático, tem-se uma educação de qualidade. No entanto, temos que estabelecer o que queremos educar e para que queremos, de forma a sabermos que metodologias devemos adotar.

REFERÊNCIAS

- LAJOLO, Marisa. **Livro Didático: um (quase) um manual de usuário.** Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1033/935>>. Acessado em: 03 de Maio de 2013.
- LEITE, Rose Mary. **A ideologia contida nos livros didáticos.** (Centro Universitário Franciscano de Santa Maria) Disponível em <<http://celsul.org.br/Encontros/07/dir2/14.pdf>> acessado em 06 de maio de 2013.
- LUQUETI, Eliana; ARRUDA, Sérgio. **POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA ESCOLA: A CONSCIENTIZAÇÃO LINGUÍSTICA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR.** In PEIXOTO, Maria Cristina; AZEVEDO, Leny; ANDRADE, Marcelo. *Formação de professores: percursos investigativos no cotidiano escolar*, MG: Unimontes, 2010. p. 151-164.



- LUQUETTI, Eliana Crispim França; CRISÓSTOMO, Monique Teixeira. **A ideologia presente nos livros didáticos de língua portuguesa.** Trabalho apresentado na V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2010.
- SILVA, Edissa Fragoso da. **Leitura do texto literário museificado no manual de Língua Portuguesa.** Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes – RJ, 2009.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento:** caminhos e descaminhos. Revista Pátio – Revista Pedagógica de 29 de fevereiro de 2004, pela Artmed Editora.



WEB GOOGLE DRIVE SPREADSHEET: ABORDAGEM SOBRE COLETA, TABULAÇÃO E ESTATÍSTICA DE DADOS PARA PESQUISA CIENTÍFICA UTILIZANDO MÉTODOS DE PESQUISA QUANTITATIVA

SOUZA, Marcos de¹
BRANDÃO, Desirre Marques²
SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de³

INTRODUÇÃO

Ao se ter a pesquisa científica como objeto de estudo, optou-se inicialmente por apresentar o conceito de Método Científico. Descartes – Filósofo, Físico e Matemática da Era Moderna - ao apresentar seu discurso sobre Método Científico afirmou:

“Não se deve aceitar jamais com verdadeira alguma coisa de que não se conheça a evidência como tal, isto é, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, incluindo apenas, nos juízos, aquilo que mostrar de modo tão claro e distinto ao espírito que não subsista dúvida alguma.” (Michel, 2009, p.34)

Assim, o método tenta captar e compreender a realidade, estabelecendo formas de como se chegar a um resultado. Esse percurso de construção dará origem à pesquisa científica. Michel (2009) e Richardson (2010), afirmam que a metodologia é o processo pelo qual se busca respostas para resolução de problemas, necessidades e dúvidas.

Dentre os vários métodos de pesquisa existentes e de suas várias divisões didáticas, este artigo dará um destaque mais amplo à Pesquisa Quantitativa que, segundo Michel (2009) parte do princípio de que tudo é quantificável. Tal modalidade de pesquisa quantifica desde a coleta de dados até o tratamento dessas informações. Wainer (2010) afirma ainda que tal modalidade realiza a comparação de resultados e utiliza técnicas estatísticas e escala numérica.

¹ Mestrando em Cognição e Linguagem - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

² Mestrando em Cognição e Linguagem - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

³ Doutor em Comunicação - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador do curso de Cognição e Linguagem - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Fixando a atenção neste momento nas Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs, por meio de serviços hoje disponibilizados na internet, acredita-se que existem mecanismos facilitadores que auxiliem no momento da coleta, tabulação e a análise de dados, bem como na estética da pesquisa de uma forma geral, principalmente na construção de tabelas e gráficos. Assim, tais serviços agilizariam o processo de pesquisa, principalmente se esta for de caráter quantitativo. O serviço *Google Drive SpreadSheet*, de responsabilidade da empresa *Google* é um dos serviços disponibilizados na internet e que está acessível para ser utilizado por qualquer pessoa, para armazenamento de dados virtuais, criação, alteração e compartilhamento de documentos, inclusive de forma colaborativa e simultânea.

A partir das expectativas geradas pela utilização das tecnologias como meio de facilitar a pesquisa, sugere-se a seguinte problemática: De que forma seria possível coletar, tabular, gerar estatísticas e gráficos de forma ágil e eficiente na elaboração de artigos científicos baseados na metodologia de pesquisa quantitativa?

Este resumo expandido tem como objetivo apresentar o ambiente *Google Drive* como meio tecnológico de facilitação no processo de pesquisas científicas de caráter quantitativo. Justifica-se a importância desse tema, uma vez que a cada ano, é exigido dos pesquisadores, tanto alunos de pós-graduação quanto professores universitários, um número considerável de publicações e produções científicas, tanto para validar o curso no qual estão inseridos, como para ampliar as pesquisas sobre um determinado assunto de qualquer área do conhecimento.

Portanto, observando que a produção científica é uma exigência para o funcionamento de cursos, como também o momento de investigação e produção de conhecimento acerca de um determinado objeto de estudo, momento este que se valida um pensamento empírico, as ferramentas tecnológicas podem facilitar e agilizar o processo de produção científica.



MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente, será apresentada as modalidades de pesquisa, em especial a metodologia de Pesquisa Quantitativa. Em seguida, será apresentado o ambiente *Google Drive*, especificamente sua ferramenta *SpreadSheet* – “Formulários” como um importante instrumento tanto para coleta de dados como organização, geração de estatísticas, estética na formatação de gráficos e planilhas, que pode otimizar tempo de construção de um trabalho científico.

DESENVOLVIMENTO

Por Método Michel (2009) enfatiza que se trata de um conjunto de procedimentos sistemáticos, utilizado para a obtenção de um resultado desejado, caracterizado por se assemelhar a um norteador de processo investigativo, levando o pesquisador a uma resposta, uma solução. Richardson (2010) corrobora com Michel (2009) acrescentando ainda que a partir dos resultados obtidos através da pesquisa, pode-se interpretá-los fundamentando-os em teorias existentes.

Uma das características básicas do Método Científico de acordo com Mazzotti; Gewandsznajder (1999) é o fato de se resolver problemas através de hipóteses, que devem ser testadas por meio de observações ou experiências. Segundo Marques (2010) “Pesquisa é buscar um centro de incidência (...) um pólo preciso das muitas variações de saberes que se irradiam a partir de um mesmo ponto”. (p.93).

Richardson (2010), Zetti (1996) afirmam que o método quantitativo tenta garantir inicialmente a precisão de resultados e margem de segurança quanto às inferências. Michel (2009) acrescenta que tal pesquisa surge do princípio de que tudo pode ser quantificável e que informações e opiniões podem ser traduzidas em forma de números.

Poppoer (1972) corrobora com Michel (2009) e vai além: acrescenta que os resultados da pesquisa quantitativa permitem verificar a ocorrência ou não das hipóteses iniciais. De acordo com Richardson (2010, p.89), a pesquisa quantitativa



é permeada por três estágios sendo i) planejamento ii) coleta de dados iii) análise da informação que, com suas características específicas, respondem e auxiliam etapas de sua pesquisa.

De acordo com Michel (2009) a pesquisa é dividida apontando os meios e os fins. A tabela 1 abaixo evidencia tal divisão:

Tabela 1: Classificação da pesquisa

Quanto aos meios	Quanto aos fins
Pesquisa bibliográfica	Pesquisa básica
Pesquisa prática	Pesquisa aplicada
Pesquisa de campo	Pesquisa de inovação tecnológica
Pesquisa empírica	Pesquisa descritiva
Pesquisa-ação	

Fonte: Michel, 2009, p. 45

Para acessar o ambiente de Formulários do *Google Drive*, é necessário possuir uma conta *Google*⁴ - conta esta que oferta diversos serviços na web. Após efetivar o *login* (entrar) no *Google Drive*, estarão disponíveis serviços como criação de arquivos de texto, planilha, apresentação, desenho e, dentre eles, a criação de formulários, muito utilizado em pesquisas, mas que antes desta ferramenta, eram produzidas em papel. O ambiente ainda permite realizar upload e download de diversos formatos de arquivos, organizar os diretórios, compartilhar documentos/diretórios e sincronizar os documentos com dispositivos móveis.

Após acessar o ambiente e através do endereço eletrônico *drive.google.com* e realizar o *login*, será apresentado ao usuário uma interface amigável, de fácil usabilidade e navegação. Para criar um documento novo de formulário, basta clicar no botão "Criar" localizado no lado esquerdo superior da tela e selecionar a opção Formulário.

⁴ Empresa Norte Americana que disponibiliza diversos serviços web. www.google.com.br

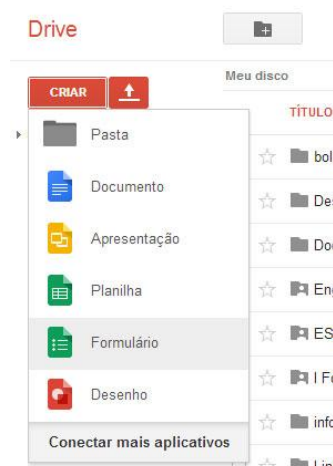


Figura 01 - Criar novo documento Formulário.

Fonte: Google

Em seguida, o ambiente apresentará uma mensagem de boas vindas, quando for a primeira vez que for utilizada e será apresentada as principais funcionalidades da ferramenta, dentre elas, destacam-se em forma de manual eletrônico as opções: 1. Crie - Crie formulários rapidamente com atalhos do teclado e alterações salvas automaticamente; 2. Compartilhe - Construa formulários com outras pessoas em tempo real; 3. Envie - Convide participantes para responder por e-mail ou por redes sociais; 4 Análise - Envie as respostas para uma planilha para realizar análises detalhadas. Seguindo as orientações através do tutorial midiático eletrônico, os pesquisadores poderão elaborar seus questionários.



Figura 02 - Tela de boas vindas.

Fonte: Google



RESULTADO E DISCUSSÃO

Dentre os tipos e características apresentados sobre pesquisas, quanto aos meios e aos fins, abordadas pela autora Michel (2009) especificada às características de pesquisas quantitativas, realizou-se a descrição do ambiente Google Drive e a ferramenta Formulários, onde se percebeu que todas as ferramentas desse meio tecnológico podem ser utilizadas na construção de um instrumento de coleta de dados, além de auxiliar no tratamento dos dados pelo pesquisador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos conceitos teóricos abordados sobre Metodologia da Pesquisa Científica, percebe-se um vasto número e diferentes tipos e estruturas de pesquisas, possibilitando assim, ao pesquisador, encontrar a melhor solução sobre qual modelo de pesquisa irá utilizar para solução de determinado problema abordado na metodologia. A resolução PJR/JL - Resolução CFE nº 05/83 – de 10/03/83, segue como marco incentivador para que as Instituições de Ensino Superior, especificamente pós-graduação *Stricto sensu* atendendo as exigências do MEC - Ministério da Educação para o devido funcionamento e credenciamento de cursos, venham a produzir mais e mais pesquisas científicas, ampliando o potencial de produção como o conhecimento sobre um objeto de estudo, seja ele de qual área do conhecimento for.

Sobre a Pesquisa Quantitativa, constatou-se que se refere a uma pesquisa onde o objetivo é quantificar dados. Dessa forma, informações podem ser traduzidas em números nos quais para obter resultados consideráveis e cruzamento de informações, faz-se necessário ao pesquisador. Como característica dessa modalidade de pesquisa, destaca-se a necessidade de conhecimento sobre estatística e de algumas de suas subdivisões, por exemplo: percentual, média,



moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação e análise de regressão para a tabulação de dados coletados. Tais dados coletados permitem ao pesquisador verificar a ocorrência ou não da hipótese da pesquisa.

O ambiente Google Drive, utilizando a ferramenta “Formulário”, possibilita ao pesquisador realizar coletas de dados de forma ágil, eficiente e fácil, quebrando assim, paradigmas de tempo, espaço geográfico, mão de obra e reduzindo ao mínimo taxa de erros ao se tratar de Pesquisa Quantitativa. Cabe ao pesquisador elaborar um questionário com perguntas fechadas e de bom entendimento para o pesquisado.

REFERÊNCIAS

MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 3 ed. Unijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Leaning, 1999.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências**. 2 ed.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3 ed. 11 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CFE nº 05/83. **Fixa normas de funcionamento e credenciamento dos cursos de pós-graduação stricto sensu**. Brasília, 1983.



O MOVIMENTO OPERÁRIO NO ESPÍRITO SANTO: UM ESTUDO DE CASO - A GREVE DE 1908

CORREIA, Isaac de Almeida¹
MOREIRA, Edilson Salôto²
PARIS, Romulo Paneto³
COSTA, Marco Aurélio Borges⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar o Movimento Operário e os grupos de trabalhadores urbanos da federação do Espírito Santo nas primeiras décadas do século XX, verificando se havia algum tipo de consciência política por parte dos operários ou algum tipo de organização de classe procurando relacioná-los ao contexto nacional, usando como estudo de caso a greve realizada no ano de 1908 pelos ferroviários da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Outra temática abordada será a maneira como se tem escrito a história do Espírito Santo, ou seja, como o tema da greve foi abordado por alguns autores a partir da análise da imprensa da época.

Os principais objetivos deste trabalho são: comparar a situação dos grupos formados pelos operários que viviam no Espírito Santo com a vida do proletariado dos grandes centros urbanos da época; apresentar, através do estudo de caso, que

¹ Graduando do 5º período do Curso de História, participante do Grupo de Estudos em Instituições, Violência e Cidadania no âmbito do Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas - LAPHIS - do Centro Universitário São Camilo - ES isaac-correia@hotmail.com;

² Graduando 5º período do Curso de História, participante do Grupo de Estudos em Instituições, Violência e Cidadania no âmbito do Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas - LAPHIS - do Centro Universitário São Camilo - ES, edilsonsaloto@gmail.com;

³ Graduando do 5º período do Curso de História, participante do Grupo de Estudos em Instituições, Violência e Cidadania no âmbito do Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas - LAPHIS - do Centro Universitário São Camilo - ES, romulo.historia20@gmail.com;

⁴ Professor orientado: Doutorando em Ciências Humanas - Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (capes 7); Professor e coordenador do Grupo de Pesquisas em Instituições, Violência e Cidadania e do Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas - LAPHIS no Centro Universitário São Camilo - ES; Pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (UFRJ)



não havia mobilização político operária no Espírito Santo e nem consciência de classe no período estudado neste trabalho e que existiam grupos de trabalhadores, mas não compunham uma classe e nem organizaram a greve com interesses políticos; e investigar a forma que alguns escritores mencionaram o episódio da greve criando equivocadamente o mito da presença do Movimento Operário e da consciência de classe por parte dos trabalhadores no Espírito Santo.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a confecção do trabalho, a metodologia utilizada consiste em uma revisão bibliográfica acerca da história do Movimento Operário no Brasil, para comparar o contexto do Espírito Santo com os grandes centros urbanos do início do século XX, análise da imprensa local com destaque para o jornal *Cachoeirano* que circulava no Espírito Santo a época da greve.

Outro método empreendido nesse trabalho é o estudo das bibliografias ditas tradicionais referentes a historiografia espiritossantense, que relatam sobre o fato estudado aqui, a greve.

DESENVOLVIMENTO

O ponto de partida acerca de qualquer assunto que envolva trabalhadores urbanos, deve ser a questão terminológica, ou seja, é necessário fazer uma análise com relação à conceituação de alguns termos para que não haja algum entendimento errôneo em torno dessa linha de pesquisa. É comum haver uma certa confusão acerca do conceito do Movimento Operário. Segundo Hobsbawm (2000) o Movimento Operário é a organização política em forma de sindicatos ou partidos políticos. Outro conceito relevante para o tema é o da classe operária, que segundo Thompson (1989, p. 304) surgiu a partir da experiência própria dos trabalhadores,



formando um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade, ou seja, a consciência de classe só existe a partir da interação e divisão de experiências, isso de forma gradual, entre os operários criando uma espécie de identidade coletiva.

No início do século XX existe um princípio de industrialização no Brasil para desenvolver a infra-estrutura ligada ao sistema cafeeiro. Isso fez com que surgissem agrupamentos de trabalhadores nos centros urbanos, como a cidade do Rio de Janeiro. Embora houvesse uma certa industrialização, as empresas criadas no período da Primeira República serviam de sustentação para essa infra-estrutura da dinâmica cafeeira que a época sustentava a economia brasileira, mostrando ainda o caráter agroexportador do país como uma permanência do período imperial, ou seja, não existia um projeto de industrialização a nível nacional para o país e sim "ilhas industriais" voltadas quase exclusivamente para ao sistema cafeeiro por intermédio da iniciativa privada.

Um aspecto importante dessa infra-estrutura é a construção, ampliação e manutenção da malha ferroviária brasileira para exportação do café, logo, temos uma parcela dos trabalhadores urbanos que são os ferroviários, que possuem características peculiares que os diferencia dos trabalhadores fabris devido ao seu regime de trabalho, pois não possuem uma sede fixa evitando a solidariedade entre os membros desse grupo, já os trabalhadores fabris possuem um elo que os liga, assim eles desenvolvem a solidariedade que é o ponto de partida das instituições políticas como sindicatos ou mesmo partidos políticos.

O desenvolvimento do Movimento Operário nas grandes cidades brasileiras, onde se concentravam as "ilhas-industriais" levou um bom tempo para eclodir as manifestações políticas, pois o processo de conscientização da classe trabalhadora foi lenta. Cláudio Batalha ilustra isso com os seguintes dizeres "A formação de classe é um processo mais ou menos demorado, cujos resultados podem ser verificados na medida em que concepções, ações e instituições coletivas de classe, tornam-se uma realidade" (2006, p.163).



Existem registros de que ao final do século XIX começara no Brasil, a partir do surto de industrialização citado acima e o desenvolvimento da classe dos trabalhadores urbanos, a organização política operária com a criação do Partido Operário e a realização do I Congresso Operário Brasileiro por volta do ano de 1890. Nesse começo de organização as principais bandeiras defendidas foram: "eleição direta em todos os postos eletivos pelo sufrágio universal, determinação de um salário mínimo, jornada de oito horas de trabalho e proibição de trabalho de crianças de doze anos." (REZENDE,1990: 9). Esse foi o início da conscientização política por parte da classe trabalhadora, logo passava a existir aí o que hoje podemos chamar de Movimento Operário.

TRABALHADORES URBANOS E O MOVIMENTO OPERÁRIO NO ESPÍRITO SANTO

O caso da industrialização no Espírito Santo é peculiar, pois o interesse da infra-estrutura cafeeira não partiu de iniciativa privada, mas sim do Estado. O desenvolvimento dessa infra-estrutura criou um grupo de trabalhadores livres, que fugiam da dinâmica fabril de possuir uma base fixa de trabalho. Os ferroviários se enquadram nesse perfil, inclusive é um dos primeiros grupos de trabalhadores urbanos existentes na federação, sobretudo na região sul devido a construção e manutenção da Estrada de Ferro Leopoldina. Mesmo a dinâmica da ferrovia não favorecer a solidariedade entre os operários eles se uniram e organizaram uma greve, no ano de 1908, que teve como um dos principais objetivos segundo o jornal O Cachoeirano datado de 21 de Novembro de 1908, o pagamento dos salários atrasados e a melhora nas condições de trabalho.

A partir de uma análise do relato é possível perceber que houve uma mobilização motivada por um conjunto de fatores isolados e não de viés político, logo é possível criar uma hipótese de que a greve de 1908 não tem ligação com o movimento operário, pois não havia uma organização política por parte dos



trabalhadores e também não caracterizava consciência de classe, pois não existia coerência entre o grupo. Diferente do que se tem escrito sobre essa greve por autores como José Teixeira de Oliveira e Evandro Moreira. O primeiro, que utiliza a notícia do jornal escreve que a manifestação foi pacífica e criou uma áurea em torno da greve como se fosse a grande manifestação operária do início do século XX no Espírito Santo. (2008, p. 443). Já o segundo autor, Evandro Moreira, dá a entender em seu livro *Cachoeiro uma história de lutas*, que a "greve foi o primeiro grande movimento operário do Espírito Santo" (2004, p.162). Lembrando dos termos ao início deste ensaio, o Movimento Operário possui tendências políticas, o que não está presente na greve ocorrida em 1908 na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, pois após a manifestação não houve continuidade da mobilização operária ou alguma formação de instituições políticas. Para Schayder (2011, p.14-15) a história regional tem sido escrita de forma tendenciosa atendendo a interesses do Estado, empresa e mídia, portanto isso afeta de forma incisiva a veracidade histórica.

PERIÓDICOS

O Cachoeirano - Cachoeiro de Itapemirim, 21 de Novembro de 1908.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, Claudio. **Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva.** in. **O tempo do liberalismo excludente:** da Proclamação da República à Revolução de 30. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. - (O Brasil Republicano; vol.1). p. 161-189.

HOSBBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho** – Novos Estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MOREIRA, Evandro. **Cachoeiro, uma história de lutas.** Vol. I - 1539 a 1930. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 2004. p. 162-163.



OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. Vitória: APES, 2008. p. 443.

REZENDE, Antônio Paulo. **História do Movimento Operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990. p. 8-23.

SCHAYDER, José Pontes. **Como se tem escrito a história do Espírito Santo: Pequeno ensaio das "histórias miúdas" de dois imigrantes portugueses**. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult, 2011.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (A força dos trabalhadores; vol.3).



O DIREITO NOS ANOS DE CHUMBO

CORREIA, Isaac de Almeida¹
Oliveira, Igor Souza²
COSTA, Marco Aurélio Borges³

INTRODUÇÃO

O golpe militar de 1964 marcou profundamente as instituições nacionais. Por mais que tenha havido esforços no sentido de atribuir legitimidade ao regime que se instalava pela força das armas e legalidade que lhe revestisse de alguma autoridade, as evidências históricas revelam que mesmo instituições republicanas tidas como inabaláveis e inatacáveis sob pena de ruir toda a estrutura política nacional como Supremo Tribunal Federal foram afetadas pela ruptura da ordem legal.

A perseguição a ministros e a redução das atribuições da suprema corte são alguns dos exemplos da constante intervenção do poder executivo tomado de assalto pelos militares sobre os demais poderes, constituindo uma clara usurpação das funções democráticas tripartites que caracterizam uma república democrática.

Mesmo diante da resistência inicial, marcada pela renúncia e protesto de diversos Ministros da Suprema Corte nacional, a hipótese que orienta a pesquisa “O Direito nos anos de Chumbo”, em curso no âmbito do Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas do Centro Universitário São Camilo é de que ultrapassadas as primeiras relutâncias e eliminados os obstáculos, o poder executivo na figura dos governos militares, em especial da “linha dura” a partir da constituição

¹ Acadêmico do curso de História. isaac-correia@hotmail.com

² Acadêmico do curso de Direito. igor_souza_93@hotmail.com

³ Professor Orientador Coordenador do grupo de estudos em Instituições, Violência e Cidadania e o Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas do Centro Universitário São Camilo - ES; Doutorando em Ciências Humanas – Sociologia, pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (capes 7); Pesquisador associado Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (UFRJ); bolsista Cnpq. marcobcosta@gmail.com



de 69, impuseram um regime no qual estava ausente qualquer forma de tripartição de poderes, sistemas de controles ou independência entre poderes.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa em tela motivou-se a partir de uma razoável quantidade de volumes de publicações do Supremo Tribunal Federal, Ministério da Justiça e outros similares da década de 60, 70 e 80 que estavam para ser descartados, e que puderam ser aproveitados mediante parceria estabelecida com a Biblioteca do Centro Universitário São Camilo - ES. Depois de resgatados, catalogados e higienizados, deu-se início à elaboração de uma linha histórica com os atos políticos e jurídicos mais relevantes do período militar visando estabelecer uma amostragem dos volumes a serem observados, com o objetivo de identificar manifestações, pareceres, decisões, súmulas e demais textos jurídicos que permitam a constatação da influência, dependência, submissão, subserviência ou enfraquecimento institucional do Supremo Tribunal Federal diante do poder executivo, então sob controle dos militares.

DESENVOLVIMENTO

O Supremo Tribunal Federal, assim como as demais instituições garantidoras da democracia nacional, acabou também submetido pela força imposta pelos militares ao tomarem o poder e a radicalização do regime a partir de 68. O que no início eram sugestões de expurgo da imprensa e indiretas (algumas vezes diretas) dos novos governantes e seus apoiadores, em especial dirigidas aos ministros Evandro Lins e Silva e Hermes Silva, tidos pela imprensa como “elementos reformistas” colocados no Tribunal pelo presidente deposto João Goulart, além do eminente estudioso da política nacional Victor Nunes Leal, já ministro desde 1960, se tornou efetiva intervenção em 16 de janeiro de 1969, quando o Presidente Costa



e Silva “aposentou” os referidos ministros, apesar da Constituição de 1967, Carta Política instituída já no decurso do Regime Militar, não conferir tal possibilidade (BRANCO LUIZ, BARBOSA, 2009, p. 6878 [12]). Em geral, já desde os primeiros Atos Institucionais exarados pelos militares no governo já se iam reduzindo gradativamente a autonomia, a independência e a liberdade do Supremo Tribunal Federal para exercer seu papel tradicionalmente reservado nas democracias constitucionais.

É inegável que em seus primeiros momentos o governo militar que se instalara no Brasil buscou alguma forma de manutenção de supostas garantias legais ou constitucionais, do que podemos considerar exemplo a manutenção da Constituição de 46 e a própria contenção dos militares em desarticular de imediato o Supremo Tribunal Federal.

Um aspecto especialmente relevante do golpe brasileiro, se comparado aos golpes chileno e argentino, foi a participação de juristas civis, que não apenas conferiram legitimidade jurídica aos atos dos militares como também estabeleceram vínculos entre as forças armadas e o Judiciário civil (CASTRO, 2011, p.2).

Apesar desse esforço por legitimidade e legalidade, a nosso ver não cabe uma compreensão de que não havia já naquele momento a instalação de um “estado de exceção”. Como nos diz Agamben (2004), não é incomum que esse estado apresente-se em certos casos como num patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (p.13), muito mais em época em que tal modalidade de governo já se mostrava como um paradigma de governo cada vez mais constante no contexto internacional de autoritarismos à esquerda e a direita do espectro político. É o próprio Agamben que nos adverte que *“O estado de exceção não é um direito especial (como o direito da guerra), mas, enquanto uma suspensão da própria ordem jurídica, define seu patamar ou seu conceito limite.”* (p.15)

No decorrer do período militar, vencidos os relutantes e expurgados e aposentados os discordantes, a imagem geral que prevalece é a de que o STF tornou-se uma instituição de pouca relevância no exercício de suas funções, haja visto, ainda, a constituição autoritariamente posta em curso a partir de 69 e a



intervenção cada vez mais intensa dos militares na vida político-jurídica do país. Analisando as notícias dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo entre 1979 e 1988, Fabiana Oliveira (2004) observa que

As notícias fazem referência às vantagens de que desfrutavam os ministros do Tribunal e ao fato de o STF abster-se de decidir questões relevantes para a vida política do país (p.104).

Um indício claro de como o STF se “despolitizou”, voltando-se a questões de ordem estritamente jurídica em uma época em que a própria legitimidade da estrutura jurídica do país estava em suspenso.

Outra evidência da hipótese – a ser demonstrada - de que o STF sucumbiu às constantes intervenções dos governos militares no sentido de enfraquecê-lo e retirá-lo a autonomia se fez presente já no processo de redemocratização, na discussão da lei da anistia. Segundo Ricardo Silveira Castro (2011)

A filiação da Suprema Corte à teoria do acordo bilateral (representado pela Lei de Anistia) pode ser explicada, em boa medida, graças à proximidade do Judiciário e a ordem autoritária do regime militar que assombrou o Brasil em 1964.(p2)

Houve episódios nos quais se “ventilou” alguma resistência da corte nos anos mais duros da ditadura militar, como nos diz Rodrigues

Em 1971, o STF julgou constitucional a lei da censura prévia, editada pelo Governo Médici. Vencido o Ministro Adauto Lúcio Cardoso manifestou sua indignada repulsa diante daquela decisão, despiu sua capa, atirou-a em sua curul e abandonou acintosamente o recinto. Todos os jornais, no dia seguinte, deram grande cobertura ao ocorrido, inédito na vida do STF. Evandro comenta que o gesto de Adauto foi teatral, mas diz que tal reação depende do temperamento de cada um. "A verdade, parece-me, é que a atitude do Ministro Adauto Lúcio Cardoso foi única, continua única, e provavelmente nunca se repetirá". Foi, assim, muito valioso o depoimento do Ministro Evandro Lins e Silva ao CPDOC, publicado com o título de O Salão dos passos perdidos. (2002, p. 480).

Adverte porém Furmann que, de fato, o ministro citado no fato não se revoltou contra a lei de censura prévia, que já estava em pleno funcionamento, e sim contra uma decisão a ser proferida por seus colegas que decidiria que a corte não teria mais poder de decidir sobre a guarda constitucional, esvaziando-se totalmente de suas funções históricas nas democracias modernas.



Com base nesses indicativos iniciais, o prosseguimento da pesquisa buscará avaliar diretamente na produção do STF, em especial no período de 1969 a 1979, já identificado como o principal para o estudo proposto (embora não desprezando os demais períodos), dados empíricos que, combinados à análise histórica, confirmem a hipótese da submissão do judiciário ao executivo e a suspensão da autonomia entre os poderes, caracterizando no âmbito da Ciência Política do Direito a existência no Brasil daquele período de um clássico “estado de exceção”, ou “Ditadura Constitucional”, segundo modelo proposto por Agamben.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo. Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, Fabiana Luci. O Supremo Tribunal Federal no processo de transição democrática: Uma análise de conteúdo dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. **REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA** Nº 22: 101-118 JUN. 2004

CASTRO, Ricardo Silveira. O papel do Supremo Tribunal Federal na legitimação do simulacro de legalidade da ditadura militar brasileira: a ADPF 153. **XII Salão de Iniciação Científica** – PUCRS, 03 a 07 de outubro de 2011 Disponível em <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/SIC/XII/XII/7/6/4/5.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2013.

RODRIGUES, Leda Boechat. 2002. História do Supremo Tribunal Federal. Tom. 4. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FURMANN, Ivan. O Supremo Tribunal Federal e o regime militar de 1964. **Revista Jus Navigandi**. Disponível em <http://jus.com.br/revista/texto/20557/o-supremo-tribunal-federal-e-o-regime-militar-de-1964#ixzz2U8vEV3wl>. Acesso em 05 de maio de 2013.

BRANCO LUIZ, Edson Medeiros; BARBOSA, Leonardo Figueiredo. O STF e os primeiros anos da ditadura militar: um estudo de caso sobre os poderes constituídos entre 1964 a 1969. Anais do **XVIII Congresso Nacional do CONPEDI**, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009. Disponível em http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/1990.pdf. Acesso em 30 de abril de 2013.



O PIBID E OS FAZERES DOCENTES NA FORMAÇÃO DE PROFESSOR

BICALHO, Augusta Maria¹
COELHO, Ana Rita Louzada²
SANTOS, Jaqueline Ramalho Nogueira³
SILVA, Marilene Dilem da⁴
FRANCISCO, Alda Maria Silva⁵

INTRODUÇÃO

Hoje mais do que nunca é necessário investir na formação de professores visando atender as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para que se possa proporcionar ao futuro docente, aquisição de novos conhecimentos de modo a enfrentar os desafios e as novas demandas que surgem para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

A docência exige uma verdadeira construção de conhecimentos teóricos e pedagógicos para que se consiga desenvolver um trabalho didático-pedagógico de forma a articular teoria com a prática.

Nesta perspectiva os Cursos de Licenciaturas devem ser espaços de discussão e de construção coletiva de conhecimento para melhoria da formação do futuro professor e do processo ensino-aprendizagem na Educação Básica, preparando os acadêmicos para atuarem de forma a organizar, facilitar, mediar, incentivar e avaliar nas suas respectivas áreas do conhecimento. Para isso, devem receber uma formação de conteúdos específicos e pedagógicos que dê condições para repensar a prática docente.

O professor é hoje visto como um elemento-chave do processo de ensino-aprendizagem. Sem sua participação empenhada é impossível imaginar qualquer transformação significativa no sistema educativo, cujos problemas, de resto, não cessam de se agravar [...] (PONTES, 1994, p.37)

¹ Professora Doutora do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo augustabicalho@samocamilo-es.br

² Professora especialista do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo anaritalouzada@saocamilo-es.br

³ Professora Mestre do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo jaquelineramalho@saocamilo-es.br

⁴ Professora Mestre do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo mdilem@saocamilo-es.br

⁵ Professora Mestre do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo aldamariaf@saocamilo-es.br



A educação exige hoje, exige profissionais com fazer pedagógico voltado para a realidade do aluno buscando o seu desenvolvimento pleno, além de todo um trabalho contextualizado, integrado e de forma interdisciplinar para que haja diálogo entre as disciplinas. Daí a importância de estudos e discussões dos fazeres docentes contemplando a tríade ensino, pesquisa e extensão.

Assim, este trabalho enfoca as ações desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) pelos acadêmicos dos Cursos de Ciências Biológicas, História, Letras, Matemática e Pedagogia em 5 escolas públicas na Região de Cachoeiro de Itapemirim, que objetiva promover a troca de experiência entre acadêmicos e docentes visando à articulação dos saberes e fazeres adquiridos no decorrer de sua formação com a prática escolar dos professores regentes, de forma a enfrentar os desafios da educação, com diálogo reflexivo para enriquecimento de seus conhecimentos proporcionando articulação teoria e prática.

MATERIAL E MÉTODOS

Em 2012 tivemos aprovado na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 5 subprojetos dos Cursos de Licenciaturas de Ciências Biológicas, História, Letras, Matemática e Pedagogia no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) sendo 10 bolsas para acadêmicos de cada curso atuar em 5 escolas públicas, sendo 3 da Rede Municipal e 2 da Rede Estadual, iniciando em agosto de 2012 até julho de 2013.

Neste contexto, este projeto realiza a interação entre todos os envolvidos por meio de reuniões, grupo de estudos visita as escolas pelas Coordenações de Áreas, planejamentos, elaboração e aplicação de um plano de intervenção, além de possibilitar aos acadêmicos conhecimentos da realidade escolar de acordo com cada escola para atender suas especificidades e necessidades para melhoria do processo ensino e aprendizagem. Todas as ações resultam em reflexão, análise e discussão para o aperfeiçoamento da prática pedagógica de forma a contribuir para



o crescimento profissional dos envolvidos e para a melhoria da aprendizagem dos alunos.

OS FAZERES DOCENTES NO PIBID

A formação de professores deve ir além do acúmulo de conhecimentos teóricos. É preciso oferecer aos graduandos oportunidades que favoreçam a construção de competências e habilidades relacionadas com a prática docente de um futuro professor. O Pibid é um programa que se constitui em uma experiência de formação na perspectiva ação-reflexão-ação com teorias e práticas pedagógicas exercidas em espiral tendo como fundamento o aluno como centro do processo ensino e aprendizagem, o professor como elemento incentivador e mediador desse processo, o acadêmico como elemento de interação no processo e a valorização plena de todos os sujeitos envolvidos.

O fazer dos acadêmicos nas escolas perpassa pela interação, troca e experiências com o professor regente, monitorado por uma professora supervisora da própria escola e articulado por uma professora coordenadora de cada área específica da Instituição de Ensino Superior (IES). Todos atuando para a melhoria de sua formação acadêmica e do processo de ensino e aprendizagem dos alunos da Educação Básica. De acordo com Pires (2002):

[...] atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende que venha a ser desempenhado nas suas práticas pedagógicas. Ninguém promove o desenvolvimento daquilo que não teve oportunidade de desenvolver em si mesmo. (PIRES, 2002, p.48)

O Pibid, constitui um programa alternativo para re - significar a formação inicial, promovendo as conexões entre os saberes que se constroem na universidade e os saberes produzidos no cotidiano escolar. Assim, a experiência real do professor em exercício na educação básica é de suma importância para enriquecer a formação inicial e profissional dos acadêmicos bolsistas do programa, uma vez que estes



entram em contato direto com a realidade escolar e com a prática dos professores de ensino fundamental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebe-se a importância de se repensar a práxis pedagógica, pois são inúmeros os desafios enfrentados pelos acadêmicos e professores para que consigam se tornar um bom profissional. Desafios que vão desde domínio dos conteúdos, de novas tecnologias, prática na sala de aula, criatividade dentre outros.

A confiança e a reciprocidade entre os membros de uma equipe constituem condição essencial para o bom funcionamento de uma unidade social de trabalho, caracterizada a partir do desenvolvimento da ética entre os companheiros de trabalho e do espírito de credibilidade. (LUCK, 2010, p, 92)

Apesar do trabalho ainda está em andamento, já realizamos dois Seminários Institucionais além de participação ativa na Semana de Ação Mundial (SAM). acreditamos que para isso todos devem buscar a cada dia acompanhar a evolução da sociedade, dos conhecimentos, buscando desenvolver sua prática com eficácia, sendo um sujeito ativo do processo, sendo capaz de intervir, construí-lo e reconstruí-lo, para que se consiga desenvolver um trabalho que proporcione mudanças significativas na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje mais do que nunca fica claro que o papel do professor das diferentes disciplinas é de incentivar e mediar o conhecimento dos alunos. O Pibid tem conseguido mostrar isso aos acadêmicos por meio da interlocução deles com os professores regentes das escolas envolvidas no programa, o que tem a oportunizado a aquisição de seu conhecimento prático.

Daí a importância de um processo de formação de professores, que promova cada vez mais estudos, reflexões e discussões dos saberes e fazeres docentes.



Neste contexto, o Pibid oferece tais condições, além de oportunizar aos acadêmicos e professores refletirem sua prática pedagógica, contribuindo para uma re-significação da mesma nas escolas e por outro lado oportuniza as Instituições reavaliar seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) buscando ultrapassar as barreiras, enfrentando os desafios, sendo articuladores e mediadores do processo ensino-aprendizagem nos espaços que ocupam. Luck (2010) afirma que:

Destaca-se que o trabalho de qualquer profissional da educação só ganha significado e valor na medida em que esteja integrado com os demais profissionais da escola em torno da realização dos objetivos educacionais, [...] dar unidade aos esforços pela interação de segmentos e construção de uma ótica comum, a partir de valores e princípios educacionais sólidos e objetivos bem entendidos. (LUCK, 2010, p.91)

REFERÊNCIAS

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 8ªed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2010.

PIRES, Célia Maria Carolina. **Currículo de matemática: da organização linear a idéia de rede**. São Paulo: FTD, 2000.

PONTES, J. P.(1994). **O desenvolvimento profissional do professor de Matemática. Educação e Matemática.** [www.educ.fc.ul.pt/...pt/94-Ponte\(Educ&Mat\).doc](http://www.educ.fc.ul.pt/...pt/94-Ponte(Educ&Mat).doc) Acessado pela Internet em 15/12/2012.



RASTROS DA NORMOSE INFORMACIONAL

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de ¹
MANHÃES, Fernanda Castro ²
SILVA, Carla Cardoso ³
CARMO, Gerson Tavares do ⁴
ISTOE, Rosalee Santos Crespo ⁵

Resumo:

Este resumo expandido propõe tecer algumas considerações à cerca das potencialidades do ciberespaço como instrumento de desenvolvimento social permitindo a pesquisa, partilha da memória, da percepção e da imaginação do indivíduo. Dentro deste contexto destaca-se a Normose, que caracteriza os aspectos patogênicos da cultura informacional. Esta pesquisa tratou do seguinte problema: De que forma a normose pode ser desencadeada pelas facilidades e hábitos impostos pelas Novas Tecnologias de Informação? A metodologia utilizada foi uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo.

Palavras Chaves: Normose; Normalidade e Excesso de Informação;

Introdução

Os pesquisadores Pierre Weil, Jean-Yves Leloup e Roberto Crema (2003) afirmam que os costumes sociais são resultados de “(...) normas que adotamos,

¹ Doutor em Comunicação pela UFRJ, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF; e-mail: chmsouza@uenf.br.

² Pós Doutoranda em Cognição e Linguagem; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF; email: castromanhaes@gmail.com

³ Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF; email: carlacardos@gmail.com

⁴ Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF; email: gtavares33@yahoo.com.br

⁵ Doutora em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF; email: rosaleeistoe@gmail.com



mais ou menos conscientemente, mediante a imitação de nossos pais e educadores”. (WEIL, LELOUP e CREMA, 2003, p.14).

Os mesmos autores (2003, p.14), acrescentam ainda que essas normas deveriam ter a função de “(...) preservar nosso equilíbrio físico, emocional ou mental, bem como a harmonia e a qualidade de vida. Assim há uma crença bastante enraizada segundo a qual tudo o que a maioria das pessoas sente, acredita ou faz”, deve ser considerado normal.

Entretanto, nem todas essas normas são benevolentes, mas pelo contrário, algumas delas são hábitos nocivos que, no cotidiano, geram sofrimentos, mas, “(...) como são dotadas de um consenso social, as pessoas não se dão conta de seu caráter patogênico”. (WEIL, LELOUP e CREMA, 2003, p.22).

Essa seria, portanto, segundo os autores, uma Normose, uma normalidade doentia, conjunto de normas, conceitos, valores, estereótipos, hábitos de pensar ou de agir, que são aprovados por consenso ou pela maioria em uma determinada sociedade, mas, no entanto, podem provocar sofrimento, doença e morte. É algo patogênico e letal, executado sem que os seus autores e atores tenham consciência de sua natureza patológica. (WEIL, LELOUP e CREMA, 2003, p.22).

Weil, Leloup e Crema caracterizam ainda que o indivíduo normótico mantém o seguinte comportamento: “1. É um hábito de pensar, sentir e agir; 2. Aceito como normal por consenso social; 3. Tem natureza patogênica ou letal; 4. E gênese pessoal ou coletiva, mediante um processo introjetivo”. (WEIL, LELOUP e CREMA, 2003, p.23).

Todo o tipo de normose mantém, portanto, um caráter automático e inconsciente. “(...) os seres humanos, por preguiça e comodismo, seguem o exemplo da maioria. Pertencer à minoria é tornar-se vulnerável, expor-se à crítica. (...) nesse sentido, toda normose é uma forma de alienação”. (WEIL, LELOUP e CREMA, 2003, p.24). E percebemos então que, na verdade, o que é considerado bom e normal em uma época ou cultura, pode não o ser em outra realidade.



Inspirada nas denominações de Neurose⁶ e Psicose⁷, a Normose relaciona-se com as duas patologias ao menos nos seguintes níveis:

1. No nível da pessoa, da gênese e da manifestação de sua patologia, pode-se procurar a influência da normose nesses aspectos; 2. No nível do terapeuta, podem-se questionar certos comportamentos terapêuticos como sendo influenciados por uma normose, abrangendo identificações e projeções *contratransferenciais*. (WEIL, LELOUP e CREMA, 2003, p.90).

A normose é um sofrimento como a neurose e a psicose e o consenso de conformidade que a rodeia impede os sujeitos de serem quem realmente são, pois têm que corresponder à imagem que os outros têm deles. “Ela surge quando o sistema se encontra predominantemente equilibrado e mórbido. Então, ser normal passa a ser ajustar-se à patologia reinante mantendo, assim, o *status quo*”. (WEIL, LELOUP e CREMA, 2003, p.36). Entretanto, “(...) o fato de não nos tornarmos nós mesmos pode ter conseqüências não só em nosso interior, mas também em torno de nós”. (Idem, p.70).

Os autores observam que há variações de normose: as gerais – que atingem a toda a população mundial, ou parte dela – e as específicas. A normose geral é aquela que pode levar a um suicídio coletivo; é a criada pela ditadura masculina, por exemplo, que se caracteriza pela repressão do feminino.

Já as normoses específicas são as alimentares, as políticas, as ideológicas, as bélicas, a consumista, a da informática – uso excessivo da tecnologia a serviço

⁶ **Neurose:** reação excessiva da mente e do sistema nervoso aos distúrbios físicos ou a experiências desagradáveis. Ausência de compreensão a respeito do estado anímico da doença neurótica faz que as pessoas se tornem pouco compreensivas, intolerantes e neuróticas. A neurose, em outras palavras, é uma doença causada por motivos inconscientes, geralmente vantajosos ao neurótico. Os tipos mais comuns de neurose são: 1. Neurastenia; 2. Histeria; 3. Hipocondria.; 4. Ansiedade. Fonte: <http://pt.scribd.com/doc/36906891/NEUROSE>. Acesso em 28.02.2011.

⁷ **Psicose:** No decurso do século XIX o termo psicose espalha-se sobretudo na literatura psiquiátrica de língua alemã para designar as doenças mentais em geral, a loucura, a alienação, sem implicar aliás uma teoria psicogenética da loucura. (p. 502). Para Freud (1924), as psicoses são distúrbios resultantes de conflitos entre Ego e realidade (mundo externo). Fonte: Vocabulário de Psicanálise de Laplanche e Pontalis (1988). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-6564200000100012&script=sci_arttext. Acesso em 09.03.2011.



de valores destrutivos –, a normose informacional, entre outras, visto que o número de normoses específicas é muito grande, e a lista só aumenta a cada dia.

Antes de dar prosseguimento com a normose específica selecionada para essa pesquisa, a Normose Informacional, é válido ressaltar que o reconhecimento e tomada de consciência por parte das pessoas sobre as normoses é fundamental para essas transformações sociais. As normoses do alcoolismo e do tabaco são algumas delas. Resultados de normoses bem estruturadas em todo o mundo, foram modelados por propagandas que relacionavam essas práticas à juventude, aventura, beleza, além de movimentar grandes indústrias.

Entretanto, nota-se que há uma fase de tomada de consciência, exemplificadas pelos avisos em propagandas e até criação de leis governamentais, de que essas dependências devem ser reduzidas. Há 20 anos, era mais do que normal fumar. Quem não fumasse não era visto como “normal”, já que os modelos de beleza dos filmes e da TV fumavam com muito charme e as pessoas comuns também queriam ter esse glamour. Atualmente, no Brasil, particularmente, busca-se uma diminuição dessa prática, considerada uma anomalia, pois sabe-se que a mesma traz conseqüências maléficas à saúde do indivíduo. (WEIL, LELOUP e CREMA, 2003, p.86).

Os mesmos autores ainda ressaltam que a tomada de consciência dessa realidade poderá facilitar “uma profunda mudança na visão de e na consideração de certas opiniões, hábitos e atitudes comportamentais considerados *normais* e *naturais* pelas mentes mais desatentas e adormecidas.” (WEIL, LELOUP e CREMA, 2003, p.14).

CONSIDERACOES FINAIS

Essa pesquisa nos permite compreender que é possível identificar sintomas classificados por autores e pesquisadores como característicos da Normose Informacional. O problema foi tratado tendo como base um levantamento



bibliográfico sobre os principais conceitos que envolvem algumas questões desta ampla temática que se torna cada vez mais pertinente na sociedade do século XXI.

É propício ressaltar que as tecnologias da Internet, as redes de relacionamento e afins não são as culpadas por esse excesso, e são importantes para as transformações sociais que se passam na contemporaneidade, mas cabe ao ser humano saber utilizá-las de forma saudável.

Compreende-se finalmente que este estudo pode colaborar de forma positiva para a propagação sobre os riscos e danos da normose à saúde e que, por meio do conhecimento, será possível influenciar a tomada de consciência sobre a importância de se criar filtros e que é possível se dosar a utilização das ferramentas da web, sem comprometer seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A.A. **A condição da informação. São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.

BRAGA, Ryon. **O Excesso de Informação – A Neurose do Século XXI**, <http://www.mettodo.com.br/pdf/O%20Excesso%20de%20Informacao.pdf>, acesso em 12.12.2010.

BRUM, Larissa Cristina Cruz. **Normose na Sociedade em Rede: Paradoxos diante do Fluxo Informacional.** Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós Graduação em Cognição e Linguagem, CCH, UENF, Campos dos Goytacazes/RJ, 2009.

FELINTO, Erick. **A Religião das Máquinas – Ensaio sobre o imaginário da Cibercultura.** Porto Alegre: Sulina, 2005.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência – Inteligência-O Futuro do Pensamento na Era da Informática.** São Paulo. Editora 34, 15ª impressão, 2008.
RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Coleção Cibercultura. Porto Alegre. Sulina. 2009.



SABER, Marina Medina. **Efeitos da sobrecarga da Informação no cotidiano de jornalistas em Campo Grande – MS**. Dissertação apresentada para a titulação de mestre em Ciência da Informação em Brasília, 2006.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano – Da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo. Editora Paulus. 2ª edição. 2004.

SIMMEL, Georg. **A ponte e a porta**, 1909, traduzido pela professora Simone Carneiro Maldonado (DCS-UFPbem), <http://www.scribd.com/doc/28055369/A-Ponte-e-a-Porta-Georg-Simmel>, acesso em 29.11.2010.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de, MANHÃES, Fernanda Castro e KAUARK, Fabiana. **Metodologia da Pesquisa: Um guia Prático**, 2010.

_____ e GOMES, Maria Lúcia Moreira. **Educação e Ciberespaço**. Brasília. Editora Usina de Letras, 2009.

_____. **Comunicação, Educação e Novas Tecnologias**. Ed. FAFIC. Rio de Janeiro; 2003.

TOFLER, Alvin. **O Choque do futuro**. Rio de Janeiro: Record, 1970.

WEIL, Pierre, LELOUP Jean-Yves e CREMA, Roberto. **Normose – A patologia da normalidade**. Campinas – SP. Verus Editora. 2003.

_____. **A normose informacional**. Ciência da Informação. V29, n.2. Brasília. Maio-agosto, 2000.

WURMAN, Richard Saul. **Ansiedade de Informação: como transformar informação em compreensão**. São Paulo: Cultura, 1991.



ESTUDOS DOS CASOS DE DEFLORAMENTO NA COMARCA DE ITAPEMIRIM DE 1930 Á 1939.

FERREIRA NETO, Luiz Carlos¹
AZEVEDO, Marcos da Silva²
COSTA, Marco Aurélio Borges³

INTRODUÇÃO

A honra da mulher no final do século XIX e início do século XX era legitimada pela virgindade, ou pelo casamento, compreendendo assim que o homem era o legitimador desta honra, a mulher não poderia conhecer seu próprio corpo, pois sua sexualidade a colocava em um lugar de inferior, era comum a mulher sentir vergonha de não ser mais virgem, mesmo estando casada ou até mesmo sentir vergonha de estar menstruada, mulheres solteiras que perdiam a virgindade, perdiam também o direito de ser respeitadas, ou até mesmo de constituir posteriormente uma família, e se tivesse um casamento ilegítimo os homens não se sentiam responsabilizados por manter a relação tendo a mulher que arcar com as consequências caso separassem.

Na Comarca de Itapemirim nas décadas de 1930-1939 os processos de defloramento, ajudam mostrar como a mentalidade social interiorana, que seguia o modelo patriarcal e elitista das grandes metrópoles, onde a mulher bem vista é uma mulher requintada com bons modos, doce meiga, e sempre pronta a servir o homem, perder a virgindade antes do casamento era o mesmo que perder qualquer direito a ter uma vida social, respeito ou até mesmo o direito de formar uma família.

A mulher sempre teve um papel fundamental na história, mesmo que durante o decorrer da história esta importância fosse renegada ou subjugada, a principal justificativa pelo fato de pesquisar sobre a história das mulheres, é poder mostrar a

¹ Acadêmicos do 5º período de História do Centro Universitário São Camilo-ES

² Acadêmicos do 5º período de História do Centro Universitário São Camilo-ES

³ Doutorando em Ciências Humanas/ Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro; professor de Sociologia e Antropologia do Centro Universitário São Camilo – ES, onde coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em Cultura, Violência e Cidadania e o Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais – LAPHIS



grande importância da mulher na construção de nossa história, e como as mulheres durante milênios foram descaracterizada por sua condição física, nascer mulher era o mesmo que nascer sem direito a voto ou a liberdade, pois estar condicionada a condição de dona do lar, objeto de procriação era apenas uma das formas de tornar a mulher escrava de sua condição. A pesquisa sobre a descaracterização da mulher perante o judiciário nos crimes de honra (defloramento) na Comarca de Itapemirim na década de 1930 a 1939 e seu impacto na mentalidade social, insere nos esforços de formular hipóteses e teorias que possam explicar e resgatar a história da mulher interiorana do ES, a mulher que tenta ter sua honra restaurada, para que seu caráter não seja perdido perante a sociedade. Uma outra justificativa pelo fato de pesquisar a história sobre gênero, principalmente sobre a mulher, é saber que ainda há uma lacuna na história desta mulher interiorana, que nos autos criminais por muitas vezes é tida como uma mulher de caráter frágil onde o homem a engana afim de obter seu tesouro mais secreto, que é a sua sexualidade, depois a abandona, e ao requerer seu direito que na verdade é o direito da sua família, (a restauração da honra), é descaracterizada perante um judiciário, que tem a mentalidade inserida no contexto social da época ou seja uma mentalidade patriarcal.

Considerando como hipótese que a descaracterização da mulher perante o judiciário, é uma forma que o réu encontra para obter sua absolvição, isso nos leva a outra hipótese que o caráter da mulher no meio social na décadas de 1930-1939 na Comarca de Itapemirim é tido como meio de classificação, ou seja, é possível que provar que a ofendida era uma mulher fora dos padrões de requinte, ou que não era moça de bons modos era a forma mais eficaz do réu conseguir sua absolvição, uma outra hipótese é que ao decorrer do processo criminal é possível que nos processos de defloramento, o judiciário tender a atender aos apelos dos depoentes que dizem ser ex namorados das vítimas, como forma de difamá-la, ou aos apelos dos réus que sempre tentam descaracterizar a vítima, principalmente nos casos onde a vítima se



amancebava com o réu e posteriormente o réu a abandonava, pois julga-se que mulher honrada não poderia ter uma relação não legítima.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa qualitativa através do uso de documentos se dá primeiro através da escolha de documentos que possibilite o progresso da pesquisa, e como no caso o tema tratado tem um viés histórico, social político, é viável e imprescindível a utilização de documentos criminais da Comarca de Itapemirim na década de 1930 a 1939 como fonte de pesquisa. Processos criminais desta época, que se encontram depositados no LAPHIS, laboratório de pesquisas históricas e sociais, tendo como enfoque a análise de conteúdo, para (BARDIN 1977) o termo “Análise de conteúdo” designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas desta mensagem).

Para a realização da pesquisa será necessária alguma etapa como separação de documentos criminais que abordam o tema proposto, análise destes documentos levando em conta vários fatores pertinentes à pesquisa como, cor da vítima, idade da vítima, classe social em que a vítima se insere, se é rica ou pobre, laudo do corpo de delito, característica das testemunhas, fala das testemunhas, características do réu, cor, idade, classe social, fala dos juristas, e no caso de utilização de jornais, o foco da análise é achar notícias ou informações que possam contribuir sobre o contexto da época em que se passa o processo, se há alguma notícia relatando o crime, se houver, como esta notícia é dada qual é o peso para o homem e para a mulher, estas informações serão importantes para saber qual era o grau de desclassificação que uma mulher submetida a um processo de defloração poderia sofrer, os jornais e os documentos criminais selecionados para a pesquisa, seguirão a data prevista no tema.



DESENVOLVIMENTO

Os estudos sobre os crimes e honra ajudam a destacar o caráter feminino principalmente no final do século XIX e início do século XX como um caráter, subjugado e controlado por uma mentalidade patriarcal e elitista, o crime de defloração baseava-se no ato sexual consentido sem o uso da força, mas sim através de sedução, engano ou fraude com uma jovem de menor idade e ainda virgem. segundo (CASTRO,1932,p.57) “O crime de defloração foi o dispositivo legal que visava proteger a honra sexual das “mulheres honestas”. Definido como cópula completa ou incompleta com mulher virgem, de menor idade, tendo na grande maioria dos casos, como consequência o rompimento da membrana hymen, obtido o consentimento da mulher por meio de sedução, fraude ou engano.” CASTRO 1932 mostra como a questão da honra é muito importante para que a mulher dita como honestas, mulheres de família, requintadas, prontas a cuidar da família. A mulher mesmo estando no lugar de vítima no processo de defloração ela sempre é tida como o objeto principal de análise do judiciário, “(...) Nos crimes de amor as ofendidas se tornavam mais que os acusados o centro da análise do julgamento. Os juristas avaliam se o comportamento e os atos facilitavam e justificavam a ocorrência de uma agressão” (Esteves 1989p43), este texto que Martha Esteves de Abreu (1989), escreve em seu livro Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro, ajuda a dar uma compreensão de o fato da vítima ser mulher, seu comportamento e sua conduta sempre vai ser estudada com cautela pelo judiciário, que a qualquer momento pode considerar que a mulher facilitou o crime, por isso é fundamental provar que a mulher é uma mulher de boa conduta como forma de resguardar principalmente a honra da família segundo. FAUSTO, 2001:

“O alvo principal da proteção legislativa era, entretanto, a “honra”, corporificada na mulher, através da definição dos crimes de estupro (artigo 269) – atos pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não – e defloração (Artigo 267), consiste



em “deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”³. Mas não se trata principalmente de proteger a “honra” como atributo individual feminino” (FAUSTO, 2001, p.195.)

É importante destacar que o conceito de honra da mulher era mais uma forma do homem afirma-se como dominador, dono da sexualidade feminina, é o que diz (SOIBET 2011), no seu texto intitulado: Mulheres pobres e violência no Brasil urbano, segundo a autora para a sociedade nesta época, ferir a honra feminina era um verdadeiro atentado a propriedade do marido ou do pai, a autora procura deixar claro como a mulher mesmo tendo seus direitos individuais, era portadora de uma dominação masculina, autores como (ALGRANTI 1993) afirma que a mulher honesta era aquela virgem enquanto solteira, fiel quando casada e casta ao tornar-se viúva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A virgindade era muito prezada naqueles tempos, pois, a pureza antes do casamento era uma forma de mostrar, e de certa forma uma prova que a dama era de família honrada. Manter a “flor” antes do casamento era requisito de confiança, pois no Brasil, que tem sua grande maioria esmagadora da época católica casar-se com uma moça pura como a “virgem Maria” padroeira do país torna o casamento puro e digno, Estes estigmas contribuía ainda mais para colocar a mulher em uma condição de submissão a regras morais que permeavam a sociedade da época. Por isso é importante destacar que o conceito de honra da mulher era mais uma forma do homem afirma-se como dominador. (SOIHERT 2011) procura deixar claro como a mulher mesmo tendo seus direitos individuais, era portadora de uma dominação masculina.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Viveiros de, Os delitos contra a honra da mulher, Rio de Janeiro:Ed Freitas Bastos, 1936.

FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984.



SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia: Condição Feminina nos Conventos e Recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB, 1993.

ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Bell Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.



BERNADINO DE SOUZA MONTEIRO: UM CORONEL DA PRIMEIRA REPÚBLICA EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

FIGUEIREDO, Maycon Lino de Almeida⁴
SANTOS, Adilson Silva⁵

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de uma das figuras mais emblemáticas da política capixaba na Primeira República: Bernardino de Souza Monteiro. Nascido em Cachoeiro de Itapemirim, em 1864, na fazenda Monte Líbano. Era filho do capitão Francisco de Souza Monteiro, um dos maiores fazendeiros da região, e de Henriqueta Rios. Contribuiu para consolidar, junto com seu irmão, Jerônimo Souza Monteiro, a oligarquia mais forte do cenário político capixaba, dominando os mais altos cargos da política municipal, estadual e federal de 1908 a 1930.

Bernardino Monteiro, como quase todos os políticos de seu período, começou sua carreira política no município fazendo de Cachoeiro de Itapemirim seu principal campo e reduto de atuação política, tanto que, por exemplo, fora o único político a ocupar por quatro quadriênios seguidos o cargo de governador (vereador) municipal, entre 1896 e 1912. No entanto, sua carreira política ganhou notoriedade e envergadura quando o seu irmão, Jerônimo Monteiro, foi eleito governador do estado, em 1908, dando início a mais longa e próspera oligarquia de tipo familiar no Espírito Santo que perdurou até 1930: os Monteiro.

CARONE (1975, p. 277) esclarece que “[...] fenômeno oligárquico e sistema partidário, contrapõe-se a maioria dos casos em que o poder se manifesta através da ação de uma oligarquia - que pode ser familiar ou identificada com uma pessoa que não governa, mas que a regula”. Com a sua família ditando as regras da política

⁴ Graduando do 5º período do Curso de licenciatura em História do Centro Universitário São Camilo-ES, maycon-lino-01@hotmail.com;

⁵ Professor orientador: Mestre em História, Centro Universitário São Camilo-ES, adilson santos@saocamiloes.br;
Cachoeiro de Itapemirim - ES, maio de 2013.



estadual, Bernardino elegeu-se deputado estadual (1907-1909), senador (1909-1916 e 1921-1930) e presidente (governador) do estado entre 1916 e 1920. Protagonizou duas graves crises políticas no estado: a Revolta da Xandoca (1916) e a cisão da oligarquia quando ele e Jerônimo não chegaram a um acordo sobre o seu sucessor no cargo de governador estadual, em 1920.

A proposta do trabalho é analisar as características que fazem de Bernardino Monteiro um dos mais poderosos e prestigiados chefes políticos de seu tempo, ou seja, um tipo clássico de coronel. Bernardino se sobrepõe ao irmão, Jerônimo, e torna-se o mais poderoso e eminente dirigente da oligarquia capixaba liderando-a de 1920 até 1930, ano de sua morte.

MATERIAL E MÉTODOS

No desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada como corrente teórica a Nova História Política, bem como a História Regional, por se tratar de um assunto histórico ligado ao Espírito Santo e ao município de Cachoeiro de Itapemirim. A pesquisa está subsidiada por uma bibliografia que se reporta a literatura acadêmica/política capixaba, mas, também, recorre a autores clássicos, como Victor Nunes Leal e Edgard Carone, que retratam o cenário político nacional da Primeira República. Também, recorreu-se a fontes documentais como o jornal *O Cachoeirano*, relatórios de governo, atas da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, subsidiado pela bibliografia sobre o tema.

DESENVOLVIMENTO

Bernardino de Souza Monteiro apresenta características típicas de um clássico coronel da Primeira República. Em artigo intitulado “A trajetória de Bernardino de Souza Monteiro no Governo de Cachoeiro de Itapemirim (1896-1912)”, SANTOS (p. 179) afirma que

Bernardino de Souza Monteiro nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, sul da província do Espírito Santo, no dia 6 de outubro de 1864, na fazenda Monte Líbano. Era filho do capitão Francisco de Souza Monteiro e D. Henriqueta Rios de Souza, que era filha do fazendeiro e comerciante Bernardino



Ferreira Rios e D. Demethildes Rios. Casou-se com Inah Diniz Goulart, filha de Gil Diniz Goulart, advogado e importante liderança política local (...). Não obstante isso, graduou-se advogado em 1893, vindo atuar em Cachoeiro em 1894 (...).

A citação é bastante esclarecedora e expõem dados que atestam que Bernardino Monteiro foi um clássico Coronel da República Velha. Bernardino nasceu em berço de ouro. Seu pai, Francisco, foi um grande latifundiário e prestigioso político cachoeirense. “Essa fazenda tinha em torno de mil alqueires, um cafezal de mais de 200 mil pés [...] estava avaliada em 400 contos de réis e produzia entre 8.000 e 10.000 arrobas de café” (SANTOS, 2012, p. 34). Assim sendo, quando Francisco de Souza Monteiro faleceu, em 1871, um dos filhos que vai ater-se a administração dessa fazenda, será Bernardino Monteiro que, até emergir para política a nível estadual e federal fez carreira em Cachoeiro como advogado. A respeito do coronel “A sua formação é vária, mas a característica fundamental é a posse da terra, base da produção para o mercado exterior e interno e a única forma que permite a grande exploração regular do trabalho e acumulação de riquezas”. (CARONE, 1975, p. 154). Portanto, era Bernardino um dos herdeiros da vastidão de terras que seu pai possuía e, fatalmente, isso aumentou sua influência social, política e econômica.

De acordo com CARONE (1975, p. 157), “Outro caso característico de toda a oligarquia agrária brasileira é o bacharelismo: os fazendeiros fazem de seus filhos doutores, ao invés de os destinarem a escolas técnicas e agrícolas; o ideal, nas famílias ricas, é ter alguém bacharel”. O bacharel em direito era extremamente influente fora dos tribunais. Nos jornais, por exemplo, eram exímios escritores, dissertando sobre temas relativos à justiça, as leis etc.; nos partidos políticos, eram eloquentes oradores, pois o conhecimento jurídico que detinham, aliado à boa oratória, fora um aspecto notável. Além disso, muitos bacharéis costumavam prestar serviços a uma ampla parcela da população estabelecendo uma relação clientelística, o que aumentava ainda mais o seu prestígio. Bernardino, como um homem de seu tempo, formou-se advogado em São Paulo, em 1893 e enquadra-se nesse perfil,

Outro traço singular de todas as oligarquias foi a interligação, ou seja, a junção entre um seleto grupo de famílias prósperas, marcado por casamentos arranjados, a fim de manter o poder e liderança e de potencializar a atuação política dessas famílias nas regiões sob sua influência. Com Bernardino, conforme adverte SANTOS (p. 180),



Além da herança política paterna, Bernardino recebeu de outro político, seu sogro Gil Diniz Goulart, importante cabedal. Gil Goulart militou nas fileiras do Partido Liberal com relevante atuação na política municipal, tanto como vereador, quanto como presidente da Câmara Municipal, além de deputado da Assembléia Provincial (1884), no império, e deputado estadual e senador, na República. Com a morte do pai (22/04/1887) e, posteriormente, do sogro, Bernardino assumiu o posto de liderança municipal, seguindo os passos de seus predecessores e aproveitando-se do prestígio deixado por eles. (SANTOS p. 180).

As ligações matrimoniais fazem-se quase sempre dentro de um estreito círculo, e há mesmo casos de enlacs entre famílias agrárias prósperas e decadentes, que assim encontram a possibilidade de ascensão social. (CARONE, 1975). Assim sendo, Bernardino herdou os legados políticos de seu pai e de seu sogro, Gil Goulart, expoentes da política sul capixaba em fins do século XIX e início do século XX, no caso do sogro.

LEAL (1975, p. 22) afirma que “Em alguns lugares é o padre quem funciona como líder intelectual, aliado dos “coronéis”, papel geralmente desempenhado pelos “doutores”. Em tal hipótese a influência moral do ministério religioso contribui para aumentar o seu prestígio político.”. No Espírito Santo, o segundo Bispo diocesano foi D. Fernando de Souza Monteiro, um dos grandes articuladores da oligarquia Monteiro e irmão de Jerônimo e Bernardino. Segundo NOVAES (1979, p. 73)

Dotado de elevado conhecimento dos homens e dos fatos, prudente e conciliador, amigo, tanto do Cel. Henrique da Silva Coutinho quanto do Dr. Moniz Freire, em cujo Governo recebera finezas, Dom Fernando exercia, pela força de sua personalidade a apurada inteligência, ação nobre e segura em benefício da coletividade.

Assim, D. Fernando conciliou e apaziguou as correntes políticas, a situacionista liderada por Henrique Coutinho com a oposição dirigida por Moniz Freire, trazendo o nome de Jerônimo Monteiro, na época residente fora do estado, como figura neutra e conciliadora da política espírito santense, que elegeu-se presidente do estado em 1908 dando início a oligarquia Monteiro. Fatalmente D. Fernando transformava os púlpitos, o altar das Igrejas capixabas, em verdadeiros palanques à medida que propalava os benefícios que a oligarquia Monteiro trazia ao estado. Sem sombra de dúvidas esse fator foi agregado à atuação política de Bernardino. Coincidência ou não, após a morte do eminente Bispo, em 1917, a paz política reinante no estado desapareceu. Além disso, ocorreu a cisão interna da



oligarquia em 1920 opondo Bernardino e seu irmão Jerônimo, sagrando-se vencedor da disputa, Bernardino liderou a oligarquia até 1930.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da pesquisa apontou que Bernardino de Souza Monteiro apresentou durante sua carreira política o perfil de típico coronel: foi herdeiro de uma das maiores fazendas produtoras de café da região sul, a Monte Líbano, o que o caracteriza como típico coronel latifundiário; fez sólida carreira política em estância municipal (1896-1912); herdou o legado político de seu pai Francisco de S. Monteiro e do seu sogro Gil Goulart, poderosos e influentes políticos capixabas em fins do século XIX; foi bacharel em direito, o dito Doutor, traço típico do coronelismo da Primeira República; contou com a influência ideológica do Bispo Diocesano D. Fernando para solidificar a oligarquia capixaba e potencializar o seu poder; foi membro de suma importância e comandou a mais importante oligarquia capixaba da Primeira República: os Monteiros.

SANTOS (2011, p. 195) sintetiza o que representou Bernardino Monteiro para a política capixaba durante a Primeira República:

Depois de ter sido governador estadual, Bernardino não mais exerceu cargos em âmbito municipal em Cachoeiro de Itapemirim, embora continuasse muito poderoso na região. Ele faleceu no dia 1º de março de 1930 e foi um homem da Primeira República: nasceu e morreu, politicamente, sob a vigência, a influência e as especificidades desse período histórico.

REFERÊNCIAS

CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1975.



LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo**, no Brasil. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

NOVAES, Maria Stella de. **Jerônimo Monteiro sua vida e sua obra**. Vitória. Arquivo Público Estadual. 1979. 244 p.

SANTOS, Adilson Silva. **Bernardo Horta e a política de Cachoeiro de Itapemirim (1887-1913). Cachoeiro de Itapemirim**: Cachoeiro Cult, 2012. 195p.

SANTOS, Adilson Silva. **A trajetória de Bernardino de Souza Monteiro no Governo de Cachoeiro de Itapemirim (1896-1912)**. In: MARIN et al. **Vestígios da História Sul Capixaba**. Cachoeiro de Itapemirim: flor&cultura editores, 2011. cap. 8, p.177-198.



A RELAÇÃO PORTO/CIDADE EM ITAPEMIRIM ENTRE OS ANOS DE 1840 A 1890

MACHADO, Lucas da Silva¹
SANTOS, Wanderson Gomes do²
VALE, Fernando Eustáquio do³
COSTA, Marco Aurélio Borges⁴

INTRODUÇÃO

O presente texto refere-se a uma pesquisa de conclusão de curso do Centro Universitário São Camilo, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim - ES. A temática em questão é a relação histórica porto/cidade tendo como foco o porto de Itapemirim - ES, considerando sua relevância no espaço/tempo que vai de 1840 a 1890, uma vez que esta relação entrelaça-se à questões econômicas e sociais, considerando a importância desse porto e da região de Itapemirim - ES, no período em questão. A Relação Porto/ Cidade vem tratando de diversos fatores, tais como: Qual surgiu primeiro, o porto ou a cidade? Porém, essa pergunta é de pouca relevância para a pesquisa, tendo em vista que os portos foram introdutores urbanos ao longo que surgiram (ORNELAS. 2008). Também surgem as perguntas: quais foram os fatores, como sociais, políticos, econômicos, que influenciaram para que a atividade portuária se iniciasse? Perguntas pelas quais nos fazem remeter a uma análise histórica, com o intuito de compreendê-las.

Ornelas (2008) e Ferreira (2010), em suas respectivas pesquisas sobre a relação portos/cidade de Santos e Rio de Janeiro, utilizam uma tabela desenvolvida

¹ Graduando do 5º período do Curso de História do Centro Universitário São Camilo – ES, lucas.ds.machad@gmail.com;

² Graduando do 5º período do Curso de História do Centro Universitário São Camilo – ES, wanderson-gomes-santos@hotmail.com;

³ Graduando do 5º período do Curso de História do Centro Universitário São Camilo – ES, fernando_fev@hotmail.com;

⁴ Doutorando em Ciências Humanas - Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (capes 7); Professor e coordenador do Grupo de Pesquisas em Instituições, Violência e Cidadania e do Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas - LAPHIS no Centro Universitário São Camilo - ES; Pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (UFRJ), marcobcosta@gmail.com



por Holly (1989) para compreender a sequência cronológica de evolução portuária europeia, que vai da idade média até a década de 1990. Esta tabela é dividida em cinco etapas dentro deste espaço tempo, nos revelando a evolução portuária e não é somente utilizada para países da Europa, pois, “as características principais de cada fase destacada pelo autor são visíveis não somente na Europa como no resto do mundo” (FERREIRA, 2010, p.3).

O período de estudo desta pesquisa abrange a segunda etapa do modelo desenvolvido por Holly, um período em que portos e cidades passam por mudanças significativas e, portanto, alvo de investigação por parte de diversos investigadores de diferentes áreas do conhecimento (ORNELAS 2008).

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa iniciada no ano de 2011 tem como embasamento documentos provinciais, bibliografias de estudiosos da temática que envolve o tema: Relação Porto/Cidade, com o intuito de entendê-la. Para isso, serão analisados trabalhos semelhantes, que, provam a relação existente entre os portos e o desenvolvimento das cidades estudadas.

DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho pretende realizar um resgate da localidade de Itapemirim – ES, e de boa parte da região sul do Espírito Santo, com o foco econômico, tendo em vista que a região sul do Espírito Santo tinha características diferentes das demais regiões capixabas, fazendo com que a mesma fosse uma zona economicamente ativa, pois mantinha suas atividades em polos econômicos diferentes, açúcar e café. Isto fazia com que esta região tivesse uma economia



independente em relação às demais regiões da província, incluindo até mesmo a capital (QUINTÃO 2010).

O Porto de Itapemirim, desde seus primórdios, era responsável pelo escoamento da produção realizada na região, tanto no período do açúcar quanto no período do café. A ascensão do açúcar no início do século XIX, propiciou a criação da Vila de Itapemirim, com isso, a mesma obteve novas obrigações, como as construções de uma cadeia, de um quartel e da Câmara Municipal, órgãos administrativos fundamentais para o bom funcionamento da vila (Marin; Silva, 2011).

Em meados do século XIX, o café passa a ganhar espaço no cenário econômico brasileiro devido ao aumento da procura pelo mesmo de vários países europeus e pelos Estados Unidos (QUINTÃO 2010). Não demorou muito tempo para que o café ultrapassasse o açúcar nas exportações brasileiras, e, já na primeira metade do século XIX, era o principal produto de exportação nacional.

O Espírito Santo seguiu essa tendência econômica, e também passou a produzir café. Devido ao seu modo de cultivo mais viável e menos oneroso, que cana-de-açúcar, até as importantes regiões produtoras de açúcar da província passaram a cultivá-lo, com isso, logo se tornou o principal produto de exportação.

Neste cenário se destaca a região sul capixaba. (QUINTÃO 2010). A navegação a vapor, no Rio Itapemirim, tornou-se de grande importância para o escoamento do café, fazendo com que melhorias fossem feitas para a mesma alcançar diversas regiões até chegar ao Porto de Itapemirim, de onde toda essa produção era levada para o Porto do Rio de Janeiro, em grandes navios, para serem exportados. Isto culminou com grande destaque da Vila do Itapemirim para a província do Espírito Santo (BLANCO; CAVALINI; MACHADO. 2007).

A vila do Itapemirim passou a ganhar cada vez mais destaque a partir da década de 1840. Com o surto do café, a receita do sul tendia a crescer, podendo se observar em um intervalo de 25 anos, entre os anos de 1842 a 1867, o um aumento de mais de 100% na receita da região, fazendo com que Itapemirim fosse responsável por 28% da receita do estado (RELATÓRIO DA PROVÍNCIA DO



ESPÍRITO SANTO, 1841- 42, 1867). Já no ano de 1883-84 o sul foi responsável por mais da metade de toda arrecadação do Espírito Santo (Quintão. 2010). Devido a essa relevância, pode-se observar, em um relatório do presidente da província no ano de 1848, um pedido do administrador da mesa de rendas de Itapemirim para que nela fosse construído um armazém apropriado no porto da cidade (RELATÓRIO DA PROVÍNCIA 1848 p. 33).

Esse destaque, na arrecadação, se deu devido ao surto cafeeiro que a região sul sofreu se tornando responsável por mais da metade de toda exportação do café nos anos de 1883-1884 da província (QUINTÃO, 2010). No período em que o café se tornou o principal produto da economia capixaba a Vila do Itapemirim foi responsável por mais da metade das exportações do açúcar. Consequentemente, se tornou grande exportador de aguardente, efetuando 100% de todo o escoamento deste produto no ano de 1851 (BLANCO; CAVALINI; MACHADO. 2007).

No ano de 1857 o Porto de Itapemirim exportou 17% do café, 63% do açúcar e 98,5% de aguardente, de toda província. No ano de 1863 o Porto de Itapemirim foi responsável por 27% do café, 63% do açúcar e 59% da aguardente, de toda exportações da província. Nos anos de 1873 e 1883-84 o Porto exportou respectivamente 46, 27% e 57,58% de todo café da província (RELATÓRIOS DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NOS ANOS DE 1857; 1863; 1864; 1873; 1883-84).

Com o aumento das exportações feitas pelo seu porto, observa-se um aumento populacional na Vila do Itapemirim, o que no ano de 1839 a população desta vila representava 2.332 habitantes da província, no ano de 1872 era de 28.177 ultrapassando da capital (QUINTÃO. 2010).

Não pode se negar a importante relevância que a Vila do Itapemirim teve para a Província do Espírito Santo, no século XIX, como no caso estudado, entre os anos de 1840 a 1890, pode-se analisar que com o aumento das exportações, via Porto de Itapemirim, fazia com que a região obtivesse prestígio na província, além de provocarem números populacionais, e de receita arrecadada maiores que de todas



as regiões das terras capixabas.

Este destaque fez com surgisse, posteriormente, na capital o desejo de centralizar a economia capixaba, pois neste momento a capital possuía apenas a centralidade política da província, enquanto o sul mantinha a econômica. Esse desejo se materializa com a construção da estrada de ferro, ligando o Sul a capital, culminando com o declínio na relevância econômica do Porto de Itapemirim

REFERÊNCIAS

RELATÓRIOS da Província do Espírito Santo nos anos de 1839; 1845; 1848; 1852; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1864; 1867; 1868; 1873; 1883 e 1884. Disponível em <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em 29 de Março de 2013.

BITTENCOURT, Gabriel. **A Ocupação do Território e o Problema da Mão-de-Obra.** IN: BITTENCOURT, Gabriel. **Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1535 – 1980).** Rio de Janeiro/ Vitória: Livraria Editora Cátedra em convenio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987, p. 31-52.

BITTENCOURT, Gabriel. **Formação Econômica do Espírito Santo. O Café e os esforços industrializastes.** IN: BITTENCOURT, Gabriel (org). **Espírito Santo: Um Painel da Nossa História.** Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes do Espírito Santo, 2002.

BITTENCOURT, Gabriel. **Noticias do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.

BLANCO, G. O. CAVALINI, C. R. S. MACHADO, L. S. Nascimento e Morte: **Uma Análise da População Escrava de Itapemirim-ES no Período de 1860-1870.** Dissertação (Trabalho de conclusão de Curso) – Centro Universitário São Camilo. Cachoeiro do Itapemirim – ES. 2007.

BRANDÃO, Ana Maria. et al. Itapemirim/ Marataízes. **Resgate Histórico, Cultural e Econômico.** Cachoeiro de Itapemirim: S. E., 1999



Encontro Nacionais dos Geógrafos. XVI, 2010, Porto Alegre. **Os Efeitos Sócio-Espaciais na Evolução da Relação Cidade Porto no Rio de Janeiro.** Rio Grande Sul: ISBN, 2010. p. 10.

HESS, Regina Rodrigues/ FRANCO, Sebastião Pimentel. **A República e o Espírito Santo** – 2ª ED., Vitória, ES: Multiplicidade, 2005.

MARIN, A., SILVA P. M. **A História do Escravismo em Itapemirim: Princípio, Meios e Fim.** In: MARIN, Andréia et al (Org). Vestígios da História sul capixaba em 11 narrativas. Vitória: Flor&Cultura, 2011. p. 64-102.

ORNELAS, Ronaldo dos Santos. **Relação Porto/Cidade: O Caso de Santos.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a Interiorização da Capital.** Vitória: Secult, 2010.



JOGOS AFRICANOS

BARCELOS, Isabele Tavares¹
GOMES, Bruna Silva²
NASCIMENTO, Allan Almeida³
PACHECO, Roberta Turino⁴
FRANCISCO, Alda Maria Silva⁵

INTRODUÇÃO

Tivemos aprovada a dez anos atrás a Lei 10.639/03 que tornou obrigatório que as escolas de Educação Básica pública e privada trabalhem a História e a Cultura Afro-Brasileira. Essa lei é resultado, também, de antigas reivindicações e negociações entre o Movimento Negro e os órgãos do Estado, com destaque àqueles ligados à Educação.

Esta legislação abre uma nova demanda no campo educacional brasileiro. Mais do que propor um reconhecimento da história da África, da releitura da história do Brasil, das relações raciais e do seu ensino, ela mobiliza uma dimensão delicada, ou seja, o reconhecimento da diferença afrodescendente e indígena com o claro propósito de reinterpretar e ressignificar a história e as relações étnico-raciais no Brasil por meio dos currículos da educação básica (LIMA et al, 2009, p. 13).

Nesta perspectiva temos como objeto de pesquisa os jogos africanos e a importância dos povos e da cultura africana no ensino e desenvolvimento da matemática, por ser a matemática é, sem dúvidas, uma das disciplinas mais temidas em âmbito escolar.

Para tanto, enfocaremos alguns aspectos que julgamos imprescindíveis como: momentos importantes da história que culminaram em grandes descobertas

¹ Graduanda do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo-ES, isabeletb16@hotmail.com.br

² Graduanda do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo-ES, bruna.sgomes@bol.com.br

³ Graduando do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo-ES, almeida_975@hotmail.com

⁴ Graduanda do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo-ES, robertaturino@hotmail.com

⁵ Professora orientadora:mestre, Centro Universitário São Camilo-ES, aldamariaf@saocamilo-es.br



matemáticas e a importância dos povos africanos na construção da matemática, o resgate dos valores africanos presentes na matemática, bem como o desenvolvimento do pensamento matemático por meios desses jogos.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa é de caráter qualitativo e exploratório, uma vez que buscaremos fazer levantamentos bibliográficos, entrevistas com professores de matemática analisando sua experiência e práticas realizadas com o problema a ser pesquisado com o foco no trabalho com jogos africanos no ensino da Matemática em turmas do 9º ano, agregando não só conhecimento matemático, mas também conhecimento cultural.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Percebe-se que para muitos alunos a matemática é vista como uma disciplina que requer destreza e maestria, e, muitas vezes, dotada de um teor abstrato que não os levam a relacionar o que aprendem em sala de aula com o seu cotidiano. Além disso, perceber-se também que as pessoas tem dificuldade de associar ou sequer associam a importância dos povos africanos na construção da matemática.

Este trabalho está ainda em andamento em fase de levantamento de dados finais.

Os Jogos Africanos na Matemática

Trabalhar na matemática os jogos africanos é uma questão que abre uma grande possibilidade para conhecimento de um continente que muito contribuiu para



a história da matemática e povos que contribuíram para o crescimento do nosso país.

Este fazer ajudará na superação do racismo, discriminação e preconceito na escola, uma vez que oportuniza o conhecimento da trajetória histórica, costumes e práticas cotidianas possibilitando, desconstruir a visão negativa dos africanos e dos afrodescendentes.

O racismo é visto como um problema cultural, moral, de mentalidades, logo seu combate passa a ser caracterizado como uma intervenção educativa, pedagógica e, conseqüentemente, dar ênfase em intervenções no sistema escolar, visto como um dos espaços educativos por excelência, como um espaço pedagógico e cultural capaz de mudar imaginários, valores, culturas e condutas (ARROYO apud GOMES, 2007, p. 113).

Estamos buscando unir essas vertentes através do trabalho do ensino da matemática em turmas do 9º ano por meio dos jogos africanos e que os mesmos podem contribuir para o desenvolvimento do raciocínio, enriquecimento cultural.

Os jogos africanos podem também tornar as aulas mais prazerosas e ao mesmo tempo, mostrar ao aluno a importância do continente africano na construção do conhecimento matemático, sem perder nosso foco que é trabalhar conceitos e conteúdos.

[...] queremos provocar outros sentidos para o currículo que possam favorecer movimentos em direção à desconstrução, à rasura de conceitos enclausurados que, de tão acostumados a esse confinamento, costumam perceber a potência e a riqueza da vida direcionada para pensar-sentir o que é currículo. Tendo como motivação essa busca [...] defende a urgência de se pensar a escola contextualizada em meio à complexidade e às tensões vividas na/da sociedade contemporânea, assumindo-a em sua tessitura social e em sua força inventada de outros mundos, de outras possibilidades de vida para todos aqueles que frequentam. (FERRAÇO, 2011, P.11)

Assim consideramos importante agregarmos mais conhecimento étnico racial a essa bagagem que os alunos levarão para a nova etapa de estudos, que é o



ensino médio. Quando trabalhamos jogos de forma coesa e eficaz, temos uma elevação no desenvolvimento de diversos fatores ligados exatamente ao aprendizado de nossos alunos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático e do cumprimento de regras. Esse conceito é defendido por muitos estudiosos que acreditam e defendem que a ação do indivíduo sobre o objeto é fundamental para a construção do aprendizado e cumprimento de regras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltarmos nossos olhos para a África é reconhecermos e assumirmos a importância de uma cultura que contribuiu para a construção de nossa identidade. Unir História e Matemática mostra que é possível sim trabalharmos com a interdisciplinaridade. Conseguir identificar as principais dificuldades do educando é poder romper com pré-conceitos de que a matemática é um “bicho de sete cabeças”. Queremos mostrar que é possível fazer uma matemática agradável e que vá de encontro ao gosto dos alunos.

[...] a escola, sobretudo, a pública deverá inserir a questão racial no seu projeto político-pedagógico, tomá-la como eixo das práticas pedagógicas e articulá-la nas discussões que permeiam o currículo escolar... A escola brasileira ao ser indagada pelo Movimento Negro pela implementação de uma educação antirracista vive uma situação de tensão entre configurar-se, de fato, como um direito social para todos e, ao mesmo tempo, respeitar e reconhecer as diferenças (GOMES, 2007, p. 102).

A construção da pesquisa encontra-se em andamento e será finalizada ao final do curso de Licenciatura em Matemática, como trabalho de conclusão de curso. Enfim, visamos alcançar através do trabalho com jogos africanos o rompimento das barreiras impostas pela nossa educação tipicamente europeia, como a brasileira.



REFERÊNCIAS

BATLLORI, Jorge. **Jogos para treinar o cérebro**. Tradução de Fina Iñiguez. São Paulo: Madras, 2007.

BORIN, J. **Jogos e resolução de problemas: uma estratégia para as aulas de matemática**. São Paulo – SP: IME-USP, 1996.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação Matemática da Teoria a Prática**. São Paulo/Campinas: Papirus, 1996.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Currículo e educação básica: por entre redes de conhecimentos, imagens, narrativas, experiência e devires**. Rio de Janeiro: Rovel, 2011.

GOMES, Nilma Lino (org). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LIMA, Augusto Cesar Gonçalves, et al (orgs). **Diálogos interculturais, currículo e educação: experiências e pesquisas antirracistas com crianças na educação básica**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.



REFLEXÃO SOBRE AS PRESSÕES E AS MÁSCARAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE À LUZ DA OBRA DE JORGE AMADO “A MORTE E A MORTE DE QUINCAS BERRO D’ÁGUA”

GOMES, Agiane da Penha¹
RODRIGUES, Suzane C. Dalvi²
BRITO, Fábio Ferreira³

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido tem como objetivo abordar os inúmeros conflitos sociais nos quais diariamente nos vemos envolvidos, tendo por aporte teórico principal a obra de Jorge Amado “A morte e a morte de Quincas Berro d’Água”.

Todo ser humano possui uma identidade e passa por toda a vida em uma constante metamorfose: ganha e perde valores, à medida que se dá seu desenvolvimento como pessoa e aumenta o seu conhecimento de mundo. No entanto, muito de nossos valores e pensamentos, vão sendo, muitas vezes, massificados pela pressão social à qual somos submetidos a fim de sermos aceitos em determinado grupo, e esquecemos da nossa realização pessoal.

O ser bem sucedido e a ascensão financeira são, normalmente, os pré-requisitos exigidos para pertencer ao grupo de reconhecimento social e prestígio. Para isso, para que o outro possa nos reconhecer como sujeitos-sociais, travamos uma verdadeira batalha para obtermos ascender socialmente.

Quincas Berro d’Água tece o caminho oposto. Ele procura a realização, não pelo reconhecimento da alta sociedade, mas pela satisfação de seu desejo de liberdade das “amarras” sociais. Quincas não usa máscaras, ele não quer ser e nem seguir modelos, ele quer viver uma vida sem normas, embasada na libertação, na

¹ Graduanda do curso de Letras-Literatura do Centro Universitário São Camilo-ES, agianegomes@hotmail.com;

² Graduanda do curso de Letras-Literatura do Centro Universitário São Camilo-ES, suzanecdalvi@hotmail.com;

³ Professor orientador: Especialista, Centro Universitário São Camilo- ES, fabiobeninca@gmail.com
Cachoeiro de Itapemirim- ES, Maio de 2013.



amizade, no desapego, na simplicidade. Em sua Odisseia ao inverso, Quincas, o nosso anti-herói evidencia o fato de que precisamos poucas coisas para sermos realmente felizes.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente resumo expandido foi construído a partir de pesquisa bibliográfica e descritiva, acrescido a discussões realizadas no espaço Acadêmico da instituição educacional Centro Universitário São Camilo.

DESENVOLVIMENTO

A obra amadiana “A morte e a morte de Quincas Berro d’ Água”, datada de 1959, está inserida no contexto literário da segunda fase do Modernismo, normalmente catalogada como romance regionalista. Dentro da subdivisão da literatura de Jorge Amado, ela encontra-se localizada nas “crônicas de costumes”, as quais retratam os comportamentos sociais de pessoas dentro de um grupo.

A referida obra relata acerca da vida e morte (ou mortes, a saber: a morte social, a física e a que chamaremos de imaginária) de Joaquim Soares da Cunha, ou como se pode chamar, “Quincas Berro d’Água”. Para entender o curso da narrativa, faz-se necessário saber que Joaquim Soares da Cunha já fora um homem socialmente respeitado:

[...] de boa família, exemplar funcionário da Mesa de Rendas Estadual, de passo medido, barba escanhada, paletó negro de alpaca, pasta sob o braço, ouvido com respeito pelos vizinhos, opinando sobre o tempo e a política, jamais visto num botequim, de cachaça caseira e comedida. (AMADO, 1959, p. 4)



No entanto, apesar de o protagonista dispor de prestígio social, ser admirado e respeitado, como nos mostra o fragmento supracitado, ele era infeliz quanto a sua realidade, uma vez que ele não dispunha de uma personalidade própria.

De acordo com o Dicionário de Filosofia (1993), personalidade é o conjunto estruturado e estruturante de características que o distinguem dos outros indivíduos. Na realidade, Joaquim estava perdido dentro do grupo social a que pertencia e procurava outro em que sua personalidade fosse respeitada. Por isso, em determinado momento, cansado de seguir as inúmeras convenções a que estava preso, rompe com os paradigmas sociais em busca da realização própria. De acordo com Bock, Furtado e Teixeira (1999) grupos sociais são pequenas organizações de indivíduos que possuem objetivos comuns. No entanto, o protagonista estava inserido em grupo que não tinha nada em comum com ele, e, por conseguinte, ele sentia-se frustrado e apático às situações cotidianas, o que pode ser percebido na passagem a seguir em que Vanda, a filha de Quincas, recorda a presença do pai no ambiente familiar. “Era curioso: não se recordava de muitos pormenores ligados ao pai. Como se ele não participasse ativamente da vida da casa. Poderia passar a lembrar-se de Otacília, cenas, fatos, frases, acontecimentos onde a mãe estava presente.” (AMADO, 1959, p.13)

Ao abandonar o grupo de prestígio, Joaquim procurava a Felicidade. De acordo com o dicionário de Filosofia (1993), felicidade é satisfação de todas as inclinações, resultado do desabrochar do conjunto das virtualidades do homem. Sendo assim, no momento em que Joaquim Soares da Cunha cedeu às inclinações interiores ele tornou-se Quincas e encontrou o papel social no qual se encaixa.

Contudo, ao romper com antigos paradigmas, dentro do grupo a que pertencia, tal organização tornou-se avessa a Quincas e à nova maneira que ele encontrou para viver, ao ponto de seu nome não ser pronunciado e seus feitos não serem comentados na presença inocente das crianças (AMADO, 1959), visto que, para ela, o protagonista não correspondia mais ao



papel que lhe fora atribuído, ou ainda porque a presença de Quincas esse desejo intrínseco de liberdade e os outros integrantes daquela sociedade tinha medo de se deflagrar também.

Morgan (1977) relata que, para que algumas pessoas tenham o sentimento de amor próprio, essas necessitam receber aprovação de outro indivíduo, ou seja, a admiração de si mesma parte de fora para dentro. No entanto, outras pessoas têm o amor próprio como sentimento de autorrespeito, desconsiderando a opinião do outro a seu respeito na formação da realização própria. É por esse fato que Quincas precisou abandonar a sociedade que o tinha como homem-modelo, para encontra-se em um grupo em que não havia modelos.

O grupo social ao qual, inicialmente Joaquim Soares da Cunha fazia parte era marcado por valores e padrões diretamente ligados aos fatores sociais, em que as relações se estabeleciam por interesses e não ligadas a sentimentos. As pessoas estavam envoltas em máscaras sociais para cumprir os papéis que lhes eram impostos. Ao retirar essa máscara, Quincas rompe com a aparente harmonia nesse contexto, evidenciando os jogos de interesse e a futilidade aí presente. Desta forma, Quincas se torna incômodo aos olhos da burguesia, por ser a contestação de uma cultura que preza o ter e o status como fundamentais para o alcance da felicidade suprema. Sendo o paradoxo dessa psicologia, Quincas encontra a felicidade através da negação do status, do dinheiro, das convenções e do reconhecimento público e passa a viver de forma simples, humilde e afetuosa na qual encontra sua plenitude.

Como na sociedade a que Joaquim pertencia, nós também vivemos em um meio com rigorosos padrões, sejam eles de beleza, poder, prestígio, de ostentação que nos condiciona a uma incansável busca por ascensão social para que sejamos recebidos e admirados em nossos grupos. No entanto, essa procura pelo reconhecimento social, normalmente frustra-nos e nos destrói como pessoas



autônomas, indivíduo de identidade própria, transformando-nos em seres massificados e sem amor próprio, visto que, para recebermos o respeito dos outros indivíduos de nosso grupo, muitas vezes, se faz necessário, abrir mão de nossa essência, a fim de obedecer aos padrões sociais, tornando-nos seres mascarados, como os compositores João Bosco e Aldir Blanc retrataram na música Fantasia:

Olhando na quarta-feira as ruas vazias
Com os garis dando um jeito em nossa moral
Custei a compreender que fantasia
É um troço que o cara tira no carnaval
E usa nos outros dias por toda a vida
Dizendo: "Olá! Como vai?" e coisas assim
O nó da gravata apertando o pescoço
Olhando o fundo do poço e rindo de mim
Ria, rasguei a fantasia, ria
Queimei a garantia, ria
Tô solto por aí
Doido, eu danço de Pierrot, triste
Morrendo em meu amor, ria
(BOSCO, BLANC)

Também Oswaldo Montenegro, em uma de sua mais célebre canção, retrata essa pressão social que sofremos, a fim de que possamos abandonar nossos princípios e aspirações que nos levariam a uma vida satisfatória, como a que Quincas conquistou, para seguir as diretrizes sociais.

Se alguém disser pra você não cantar
Deixar teu sonho ali pr'uma outra hora
Que a segurança exige medo
Que quem tem medo Deus adora
Se alguém disser pra você não dançar
Que nessa festa você tá de fora
Que você volte pro rebanho.
Não acredite, grite, sem demora...
Eu quero ser feliz agora
(MONTEGRO, 2011)



A narrativa amadiana lança um desafio à sociedade moderna, a qual é chamada a também romper, assim como Quincas, com os estereótipos pré-definidos que nos condicionam a uma vida apática e de sentimentos superficializados, colocando em cheque nossa dependência pelo dinheiro, pelo poder, pela ostentação, mostrando que a felicidade se faz através da conquista do respeito pelo o que se é e não pelo que se tem. Quincas alerta para o despertar da procura pelo conhecimento, respeito e identidade próprios, rompendo com as amarras que a sociedade lhe impunha no intuito de encontrar a realização pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou refletir sobre a teia social na qual estamos presos, mesmo que inconscientemente. Através da obra, o resumo procurou demonstrar que a realização pode ser encontrada fora dos padrões de status e prestígio social, como demonstrou o personagem Quincas Berro d' Água. O indivíduo não deve deixar que sua identidade seja alienada pelas diversas pressões sofridas para que esse se enquadre nas convenções sociais. As pessoas precisam tirar as máscaras que lhe são impostas e se impor de forma autônoma, independente do que os preceitos determinem.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **A morte e a morte de Quincas Berro d' Água**. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 1959.

BOCK, Ana Mercês Bahia, FURTADO, Odair, TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 13.ed. São Paulo: Editora Saraiva. 1999.

BOSCO, João. Letras.mus.br. **Fantasia**. Disponível em: <http://letras.mus.br/joao-bosco/46517/>



DE PASSAGEM. Oswaldo Montenegro. São Paulo: Oswaldo Montenegro **Produções Artística Ltda.** 2011. Direção /produção de estúdio: Alexandre Meu Rei.

DUROZOI, Gérald. **Dicionário de Filosofia.** Campinas: Papirus, 1993.

MORGAN, Clifford T. **Introdução à Psicologia.** São Paulo: McGraw – Hill do Brasil. 1977. P.50-71.



DESENVOLVENDO A PERCEPÇÃO LÓGICA COM A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS NOS ÚLTIMOS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

SANTOS, Renata Soares dos¹
SILVA, Weslen de Oliveira²
RIBEIRO, Gracieli Carvalho Ribeiro³
MOTA, Bruno Lopes⁴
FRANCISCO, Alda Maria Silva⁵

INTRODUÇÃO

A educação hoje exige dos professores de Matemática, um repensar do fazer pedagógico, buscando trabalhar com a metodologia de resolução de problemas para uma reconstrução prática, pós-moderna e legitimadora do saber, pois a matemática tem toda sua trajetória histórica de escolarização com intensa reflexão conceitual e metodológica, ela é considerada a disciplina que mais reprova. Daí a importância de se promover estudos e reflexões para buscar a cada dia uma transformação na melhoria do ensino da matemática.

Percebe-se que os fatores geradores de descontentamento de alunos e professores frente à Matemática, pelas falhas na aprendizagem e a falta de domínio dos pré-requisitos, atividades descontextualizadas e outros.

Daí a importância da aplicação de atividades que se distanciem do mecanicismo tradicional e que de fato agucem a curiosidade e o sentido matemático

¹ Graduanda do 5º período do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo-ES, renatass92@gmail.com

² Graduando do 5º período do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo-ES, wil.errar@hotmail.com

³ Graduanda do 5º período do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo-ES, gracieli_carvalho@hotmail.com

⁴ Graduando do 5º período do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo-ES, brunocoordenador@hotmail.com

⁵ Professor orientador: Mestre, Centro Universitário São Camilo-ES, aldamariaf@saocamilo-es.br



a partir da descoberta do caminho para solução do problema e das operações matemáticas ou mentais.

Este trabalho teve seu despertar ao participar do Grupo de Estudo e Pesquisa no Curso de Matemática (GEPs) e se firmou na disciplina pesquisa em Matemática.

Trabalhar com resolução de problemas matemáticos vai além das possibilidades de contextualização, engloba leitura, interpretação, concentração e raciocínio lógico-matemático.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada para essa pesquisa é fundamentada na pesquisa bibliográfica e na teoria de grandes autores, encontradas em livros e artigos periódicos. As impressões e aprendizagem construídas ao longo do semestre, com a disciplina “Pesquisa em Matemática” também são de grande importância para a realização desse trabalho.

PERCEPÇÃO LÓGICA NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

A Educação é o eixo que fundamenta e norteia a vida dos cidadãos em geral, e as diversas áreas que fazem parte da complexidade do ensino surgiram para facilitar o entendimento da vida em sociedade. A Matemática, como uma dessas grandes áreas, tem como função primordial desenvolver meios e métodos do homem calcular e fazer operações necessárias a sua própria sobrevivência, nessa sociedade cada vez mais dinâmica e competitiva.

Nessa perspectiva, o professor de Matemática necessita ter todo seu empenho voltado para a aprendizagem concreta do aluno e precisa cada vez mais de uma visão que alie fórmulas a criatividade, para que os significados dessa ciência tornem-se aparentes. A resolução de problemas, bloco imprescindível na



educação matemática, surge então como meio altamente eficaz de traduzir o pensamento matemático em linguagem, em prática para a vida.

Contudo, frente ao distanciamento dessa disciplina pelos alunos ainda ocasionada pelas dificuldades de aprendizagem, e as perspectivas do Governo para os próximos anos, faz-se necessário um revigoramento do ensino a partir da origem desses problemas. Isso indica que o ensino fundamental I precisa cada vez mais fomentar o raciocínio lógico-matemático dos alunos, bem como a aplicação dessas habilidades no cotidiano.

A importância da resolução de problemas matemáticos vai além das possibilidades de contextualização, ela engloba ainda o desenvolvimento da concentração e do raciocínio, talvez os fatores geradores de descontentamento de alunos e professores frente à Matemática, pelas falhas de aprendizagem. A necessidade da aplicação de atividades que se distanciem do mecanicismo tradicional e que de fato agucem o sentido matemático, a partir da descoberta das primeiras operações matemáticas, é que se trata esse trabalho.

Acredita-se que a aprendizagem significativa em Matemática é o viés necessário para que o aluno perceba o quão importante é esse ramo do conhecimento na vida em sociedade. A resolução de problemas, como um dos pilares necessários à educação em Matemática, detém enormes possibilidades de mostrar ao aluno que realmente os números são parte crucial de nossas vidas. De acordo com Devlin (2009, p. 235), “nas mãos de uma pessoa capaz de dominar os procedimentos abstratos e simbólicos ensinados na escola, estes são extremamente poderosos”.

Segundo os PCN's de Matemática (BRASIL, 1998), “a resolução de problemas possibilita aos alunos mobilizar conhecimentos e desenvolver a capacidade para gerenciar as informações que estão ao seu alcance”. Desse modo, quanto mais precocemente os alunos passarem a resolver esses problemas, do mesmo modo terão oportunidades de ampliar seus conhecimentos acerca de conceitos e procedimentos matemáticos.



A pedagogia tradicional ainda vigente nas escolas, principalmente nas de ensino primário, tem ocasionado um aprendizado maquinal e focado somente na dimensão dos números. Entretanto, percebe-se que a Matemática é uma ciência que ultrapassa as barreiras do pensamento puramente exato, tornando-se ponto de encontro entre as outras áreas do conhecimento humano. Desse modo, somente as habilidades com as quatro operações matemáticas não têm se mostrado de fato eficientes para um aprendizado significativo.

“Na verdade, em nenhum outro setor do conhecimento as possibilidades de compreensão dos vínculos entre a teoria e a prática são mais ricas que a Matemática. Tal relação, por se apresentar excessivamente simplificada em outros setores, possibilita caricaturizações onde as vias fundamentais para a sua compreensão não são devidamente consideradas ou às vezes, sequer percebidas”. (MACHADO, 1989, p.93)

Para compreender melhor a importância da resolução de problemas, acredita-se que os conteúdos a serem trabalhados possam ser de forma contextualizada, introduzindo conhecimentos alusivos à realidade e ao contexto social enfatizando que essa ciência é muito utilizada na resolução de diversas situações problema do cotidiano. Os alunos devem entender quais são os objetivos dos conteúdos matemáticos que estão estudando, a partir da promoção do diálogo entre professor e estudante, e a interação da turma para criar um clima propício à aprendizagem.

“Assim, cabe ao professor planejar situações de aprendizagem que desenvolvam na criança habilidade de pensar, levando-a lidar com situações-problemas que encontra dentro e fora da escola, de maneira inteligente e habilidosa. (MAGNO, 1993 p.135)”

Ressalta-se que o desenvolvimento dessa metodologia não pode estar somente vinculada aos métodos tradicionais, onde os conteúdos são passados e repassados várias vezes da mesma forma, mas sim, de modo a reformular o conceito ampliando à disciplina e a percepção lógica dos alunos. Assim esse



método, somado ao convívio social do aluno e à sala de aula, tende a desenvolver o cognitivo de forma mais qualitativa.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Frente a todo conhecimento adquirido até agora nesse trabalho, vimos que muito há a ser feito para que a resolução de problemas matemáticos torne-se fato corriqueiro nas aulas de 4º e 5º anos do ensino fundamental. Por essa razão, a pesquisa ainda está em andamento, para que novos resultados e conclusões sejam avaliados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resolução de problemas tem grande poder motivador para o aluno, pois o envolve em situações novas e em diferentes atitudes e conhecimentos. Por essa razão, esse meio de se calcular utilizando fatos cotidianos, é também responsável pelo amadurecimento do pensamento lógico-matemático dos estudantes.

Há uma grande dificuldade dos professores do Ensino Fundamental II para trazer o interesse dos discentes para a resolução dos problemas porque geralmente estes chegam sem experiências como essas no 6º. Logo, esse obstáculo também se estende à formação inicial dos pedagogos.

Compreende-se que não é suficiente ensinar a resolver problemas, mas também incentivar os alunos e propor situações problemas a partir da realidade que o cerca, levantando questionamentos para facilitar e ampliar o seu aprendizado. Já que, assim que uma determinada situação é considerada um problema, logo implicará em um processo de reflexão e de decisões quanto ao caminho a ser utilizado para sua resolução.



REFERÊNCIAS

DEVLIN, Keith. **O instinto matemático**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 269 pg.

MACHADO, Nilson José. **Matemática e realidade: análise dos pressupostos filosóficos que fundamentam o ensino da Matemática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1989. 103 p.

MAGNO, Beatriz Helena. **Didática da Matemática: a construção do conhecimento nas séries iniciais do primeiro grau**. 1 ed. Rio de Janeiro: Nablá. 1993. 150 p.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação. Brasil, 1998. Disponível em: < portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro03.pdf>. Acesso em 17 de Maio de 2013.



A APRENDIZAGEM MATEMÁTICA NOS 6^{os} e 7^{os} ANOS: UMA ABORDAGEM METODOLOGICA DE ENSINO

ZANCANELLA, Bárbara Nolasco Araujo¹
SOUZA, Edmárcio Moté de²
SILVA, Fábio Igor Borges Pereira da³
MOTA, Bruno Lopes⁴
FRANCISCO, Alda Maria Silva⁵

INTRODUÇÃO

Educação é o processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, a fim de melhor se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo.

Nesse contexto a educação matemática se estabelece como um princípio norteador das representações lógicas matemáticas, do raciocínio lógico, dos cálculos e, sobretudo dos números.

Assim, este trabalho objetiva descobrir qual a melhor maneira que os alunos, de 6º e 7º ano, aprendem a matemática, se é de forma concreta, de forma abstrata ou de forma concreta e abstrata.

Esta pesquisa se iniciou em 2013, com o intuito de gerar um artigo científico no fim do ano, e conta com alguns resultados obtidos pelo subprojeto de matemática do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que foi aprovado em 2012 na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e conta também com alguns resultados obtidos no Grupo de

¹ Graduanda do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo-ES barbara.araujo04@hotmail.com

² Graduanda do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo-ES edimarcimote@gmail.com

³ Graduanda do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo-ES fabioigorborges@hotmail.com

⁴ Graduando do Curso de Matemática do Centro Universitário São Camilo-ES brunocoordenador@hotmail.com

⁵ Professora Orientadora: Mestre, Centro Universitário São Camilo ES aldamariaf@saocamilo.es.br



Estudos e Pesquisas (GEP). Nesses dois grupos estão sendo pesquisados e trabalhados metodologias de ensino que visam melhorar a educação do Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS

Nossa proposta de pesquisa surgiu através do trabalho realizado pelo Grupo de Estudo e Pesquisa (GEP) e Programa institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID). Realizando nas escolas parceiras de Cachoeiro de Itapemirim ES, nos 6^{os} e 7^{os} anos uma proposta de ensino abstrato, e em um segundo momento um enfoque no ensino concreto da matemática.

Utilizando como embasamento teórico autores como, Isabel Maria Sabino de Farias; Josete de Oliveira Castelo Branco Sales; Maria Margerete Sampaio de Carvalho Braga; Maria do Socorro Lima Marques França e Zoltan Paul Dienes, que fundamentarão nossa pesquisa.

Focaremos, sobretudo no relato de experiência que nos norteará a conclusões pertinentes acerca do questionamento que motiva nosso trabalho: os alunos dos 6^{os} e 7^{os} anos do Ensino Fundamental aprendem matemática com metodologias didáticas abstratas e/ou concretas?

APRENDIZAGEM MATEMÁTICA: PROCESSO DE ENSINO COM METODOLOGIAS ABSTRATAS E/OU CONCRETAS

Para muitos alunos a matemática é vista como uma disciplina rigorosa, formal e totalmente abstrata. Ocasionalmente a dificuldade dos alunos em fazer relação do que aprendem em sala de aula com seu cotidiano. É quase impossível compreender matemática fazendo apenas uma representação mental do conteúdo proposto. Daí a necessidade em se estabelecer um conectivo entre abstrato e concreto.

Parece impossível se fazer alusão à noção de infinito enquanto se considerar que o essencial de uma proposição é o seu conteúdo, isto



é, a representação mental da qual é símbolo; mas esta dificuldade desaparece se admite exatamente o contrário, ou seja, que o essencial de uma proposição é sua forma, dito de outra maneira é inútil uma proposição evocar uma representação que não seja a percepção dos sinais (símbolos) com os quais é escrita". (Dieudonné, 1962, citado por Rouche et al., 1991.)

Sendo que o papel do professor é fazer relação entre esse universo matemático e o cotidiano desse aluno contemporâneo que é sujeito sócio e histórico cultural.

É no espaço do diálogo e do conflito, constituído por sujeitos criativos e desejosos de liberdade, que as mudanças são forjadas, diuturnamente. A aula se constitui, por conseguinte, como um lugar privilegiado para a efetivação do processo de aprendizagem, pois, nesse espaço-tempo, professores e alunos podem desenvolver ações interativas, de forma a transformá-la em um campo de debates sobre os temas em foco. (FARIAS, SALES, BRAGA, FRANÇA, p. 156, 2009)

Esse novo contexto sugere aos docentes desde a sua formação acadêmica que tracem um conectivo didático em sua metodologia de ensino entre a matemática abstrata e a matemática concreta, pois, o processo de interação entre aluno, professor e praticas pedagógicas se estabelece de forma determinante no ensino da matemática nos 6^{os} e 7^{os} anos do ensino fundamental.

Segundo Keith Devlin em seu livro O instituto matemático, 2009, o ensino escolar é totalmente diferente da matemática utilizada na rua. Isso se dá, pois o professor não tem utilizado o cotidiano dos alunos para transmitir o conteúdo, tem ficado apenas no abstrato. Ensinar e se fazer entender devem ser os principais objetivos do planejamento diário do professor. Planejamento esse que deve considerar o contexto histórico, social e cultural dos alunos, pois o planejamento de um professor não deve seguir um modelo único que transcende anos ou até mesmo, décadas de utilização, com apenas modificações mínimas.



É um truísmo que os conceitos matemáticos são construídos a partir de variáveis matemáticas. A priori, para a aprendizagem efetiva de um conceito matemático, todas as variáveis matemáticas inerentes deveriam ser variadas na experiência do aprendiz. (DIENES, p34, 1975.)

A aprendizagem efetiva do aluno é determinada pelas relações que lhes são permitidas fazer entre o conteúdo estudado e a realidade do mesmo. Relações essas, que podem ser feitas através dos instrumentos de ensino utilizados pelo professor.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Nosso estudo compreende matemática abstrata como um ramo da matemática que busca ensinar de uma forma metodologicamente tradicional e conteudista. Ou seja, o ensino da disciplina matemática através do imaginário do aluno, sem demonstrações práticas do conteúdo ensinado.

A matemática concreta por outro lado pode ser entendida como uma estratégia de ensino que traça um conectivo entre o conteúdo ensinado e o contexto histórico social em que o aluno está inserido. Usando como ferramentas de ensino qualquer instrumento passível de demonstração prática do conteúdo abordado.

Considerando que, essas ferramentas possam ser jogos, formas geométricas planas e espaciais, material dourado entre outros. Ou seja, tudo o que compreende o Laboratório Matemático.

Assim, nossa pesquisa permanece em andamento, para a construção de resultados que nos permitam compreender se os discentes aprendem matemática com metodologias abstratas e/ou concretas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos um trabalho que terá como objetivo esclarecer aos docentes, discentes e a todos os demais interessados, como os alunos dos 6^{os} e 7^{os} anos do ensino fundamental aprendem matemática, se é de forma abstrata e/ou concreta.

Com o decorrer de nossa pesquisa, vemos que a resposta está cada vez mais nos direcionando a hipótese por nós sugerida, que a aprendizagem concreta e abstrata não devem ser transmitidas de forma única. Deve-se haver um trabalho onde o professor deverá utilizar os dois métodos juntos, de forma que o concreto venha afirmar o abstrato, ou ainda de forma que o concreto venha formar o abstrato.

REFERÊNCIAS

DEVLIN, Keith. **O Instinto Matemático**, Califórnia, EUA, Record, 2009, 272p.

DIENES, Zoltan Paul. **O Poder da Matemática: Um Estudo da Transição da Fase construtiva para a Analítica do Pensamento Matemático da Criança**. São Paulo. EPU. 1975. 174 p.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; SALES, Josete de Oliveira Castelo Branco; BRAGA, Maria Margerete Sampaio de Carvalho; FRANÇA, Maria do Socorro Lima Marques. **Didática e docência: aprendendo a profissão**, Brasília, Líder, 2009, 180 p.

MAIA, Lícia de Souza Leão. **MATEMÁTICA CONCRETA X MATEMÁTICA ABSTRATA: MITO OU REALIDADE**, Pernambuco, 2000, 21p.



GÊNERO E VIOLÊNCIA: AS QUESTÕES MORAIS QUE ENVOLVEM A VIOLÊNCIA FEMININA NA DÉCADA DE 30

VIEIRA, Felipe Gonçalves¹
Borges, Marco Aurélio²

INTRODUÇÃO

A análise dos conflitos sociais presentes nas diferentes redes de interação social a partir de processos criminais sofre com a veracidade proposta pela oficialidade do documento e a real percepção das partes envolvidas no processo. Além das questões jurídicas a serem analisadas, é imprescindível a importância da compreensão das questões morais que constituem estes conflitos, uma vez que estes determinam os padrões a serem considerados como importantes ou não para a conclusão do caso.

O trabalho em andamento procura abordar a relação entre as concepções morais de gênero sobre a mulher durante a década de 30 e a maneira como as autoridades utilizaram destas premissas para resolver os processos criminais que envolveram a violência moral ou física/moral – partindo da ideia de que “na ausência da violência moral, a existência da violência física seria uma mera abstração” (OLIVEIRA, 2008, p. 1) – da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, região sul do Espírito Santo, que envolveram a violência contra a mesma.

¹ Graduado em licenciatura Plena em História pelo Centro Universitário São Camilo-ES;

² Doutorando em Ciências Humanas - Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (capes 7); Professor e coordenador do Grupo de Pesquisas em Instituições, Violência e Cidadania e do Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas - LAPHIS no Centro Universitário São Camilo - ES; Pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (UFRJ).



MATERIAL E MÉTODOS

A realização deste trabalho se utiliza de processos criminais disponíveis no Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas do Centro Universitário São Camilo. A pesquisa, realizada no próprio laboratório, levantou seis processos criminais que envolvem mulheres e estes estão sendo analisados e relacionados a bibliografias referentes ao tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Dentro das análises acerca da formação do papel social da mulher, o auxílio de fontes jurídicas é fundamental para que o pesquisador possa compreender quais as concepções existentes em determinado período histórico e como essas são impostas pelo grupo social dominante. Outro fator de importância para a realização dessas pesquisas são os conflitos sociais observáveis em toda interação social, uma vez que estão presentes nos processos criminais, verdadeiros “porta-vozes” dos padrões morais delimitados.

Entretanto, os conflitos fazem parte das relações sociais, visto que toda interação social tem uma dimensão normativa e que toda relação está sujeita a conflitos e, dessa forma, as disputas sobre direitos seriam constitutivos da vida social (OLIVEIRA, 2010, p. 456). Dentro desta perspectiva, é necessário pensar as dimensões normativas de um ponto de vista em que sua constituição é variável dentro de espaços e tempos diferentes. Portanto, ao analisar a violência contra a mulher é indubitável compreender que esta normatização de padrões esteve vinculada a um papel social relegado ao âmbito doméstico, levando a mulher a funções consideradas secundárias pela mentalidade dominante. Ainda dentro desta reflexão, Oliveira (2010) esclarece, com muita precisão, que este fator simbólico é fundamental para a resolução destes conflitos a partir da jurisdição que, em muitos



momentos não está de acordo com a realidade original das partes existentes. Elucidando muito bem a reflexão, o pesquisador explica dizendo que

(...) o simbólico para o qual gostaria de voltar minha atenção no momento se traduz na maneira como os direitos são vividos pelos atores que se envolvem nessas relações conflituosas. Isto é, como os direitos são vividos e como ganham sentido para as partes (...). (OLIVEIRA, 2010, p. 7).

No caso da violência contra a mulher, estas questões simbólicas estão presentes no momento em que os detentores da lei não levam em consideração a omissão e indiferença pelos sentimentos que se veiculam em direção a mulher, provocando, o que a historiadora Maria Beatriz Nader (2007) denomina de dor moral, que se resume na impossibilidade feminina de comprovar materialmente um fenômeno abstrato e sutil (NADER, 2007, p. 10). É a partir deste ponto que se torna importante os estudos sobre a violência contra a mulher e o seu simbolismo a partir dos estudos de gênero.

Dessa forma, para não cair em interpretações duvidosas, torna-se de extrema importância a análise da violência contra a mulher a partir da questão moral que a mesma envolve. Os padrões impostos pela elite dominante geraram em determinados períodos modelos morais que deveriam ser obedecidos pelas diferentes camadas sociais, entretanto, o maior problema a ser abordado, é que nem todos os grupos sociais – principalmente os menos privilegiados – compreendiam os costumes adotados pela elite. Dessa forma, o pesquisador precisa entender que em um processo criminal há o que o autor Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2010) denomina de “verdade lógica do contraditório”, em que, “(...) a chamada verdade real é definida unilateralmente pelo juiz, com base em sua autoridade institucional, e seu livre convencimento (motivado) não é produto de um processo de esclarecimento argumentado (...)” (OLIVEIRA, 2010, p. 6-7). Esta questão de uma “verdade” existente no processo cria empecilhos, pois a jurisdição, durante muito tempo, estava a serviço para a manutenção da ordem social vigente.



Durante as primeiras décadas do século XX, a questão moral em torno da condição social da mulher era voltada para condicionamento da mesma a um modelo de relação de gênero que condizia com a sua submissão ao homem. Seu papel estava limitado à vida doméstica e sempre em função do marido, do pai ou do companheiro. Para isso, a ciência justificava a condição maternal da mulher a partir de sua suposta fragilidade, recato, afetividade predominante e o controle de sua própria sexualidade (SOIHET, 1997, p. 363). Comportamentos femininos que ultrapassassem essa realidade eram considerados subversivos.

Todas estas características – e outras mais – puderam ser observadas por meio da pesquisa realizada nos processos criminais que envolveram mulheres na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, durante a década de 30, preservados no Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais do Centro Universitário São Camilo-ES. A jurisdição e as autoridades do período analisado estiveram em congruência com os modelos culturais impostos, dessa forma, foi possível observar a falta de coerência entre a realidade das partes e a “verdade lógica” extraída dos casos estudados.

É possível observar estas características a partir do caso ocorrido no dia 05 de maio de 1930, em que Maria Corrêa, de 25 anos de idade, cor parda e “ex-amásia” de Dyonisio Ferreira de Oliveira, 40 anos, chauffer profissional, alfabetizado e casado. Neste processo, em que os dois se envolveram em uma briga, percebeu-se que nenhuma testemunha se propôs a defender a vítima e, inclusive, ressaltaram o comportamento de Maria como uma “mulher de mau procedimento”, enquanto o de Dyonisio como “homem direito e trabalhador” (Processo, Nº tombo 98).

Nenhuma das testemunhas afirmava a real origem da briga entre os dois, levando a discussão do processo à questão do comportamento de Maria e sua conduta de mulher agressiva e causadora de desonra, tornando isto um denominador para a resolução do processo, em que o réu é condenado a três meses de prisão, mas o indulto concedido pelo advogado é concedido pelo juiz graças ao bom comportamento relatado pelas testemunhas.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após as análises obtidas por meio dos processos estudados, foi possível perceber que, dentre os seis processos as mulheres abordadas viviam em uma condição de pobreza, analfabetismo, minoridade e como trabalhadoras domésticas, com apenas uma exceção, a de uma professora alfabetizada.

Outro fator observado foi a posição assumida pelas testemunhas, que em raros momentos procuravam apoiar a vítima em questão e, em geral, exaltavam as qualidades do réu e os motivos pelos quais o mesmo não poderia ser condenado, contribuindo dessa forma para a desvalorização de maiores interpretações na tentativa de evitar a unilateralidade constantemente presente nos processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dos processos criminais do Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas, foi possível observar como a jurisdição e as autoridades de determinado período são influenciadas pelos moldes morais vigentes. Também foi possível observar como a condição social na qual os envolvidos no processo se encontram foi um fator de grande importância para o fechamento do processo. Por fim, ficou claro como o comportamento das mulheres, desvirtuadas ou não do modelo vigente, contribuiu para que as autoridades estivessem contra ou a favor do caso em que se envolveram.

REFERÊNCIAS

NADER, Maria Beatriz. **Violência sutil contra mulher: manifestações históricas**. In: LIMA, Lana Lage; NADER, Maria Beatriz (ORGs). Família, mulher e violência. Vitória: EDUFES, p. 9-17. 2007



NADER, Maria Beatriz. **Violência sutil contra mulher: manifestações históricas.** In: LIMA, Lana Lage; NADER, Maria Beatriz (ORGs). Família, mulher e violência. Vitória: EDUFES, p. 9-17. 2007.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. **Dimensão simbólica dos direitos e a análise dos conflitos.** Revista de Antropologia, São Paulo, USP, V. 53, N° 2, 451-473, dezembro. 2010.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Existe violência sem agressão moral? Revista Brasileira de Ciências sociais. V. 23, N° 67, p. 135-193, março. 2008.

Processo de N° tombo 98 datado de 05 de maio de 1930, disponível no Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas (LAPHIS) do Centro Universitário São Camilo-ES.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org). História das mulheres no Brasil. 2ªEd. São Paulo: Contexto, p.362-400. 1997.



TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA: A MOTIVAÇÃO NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE TEXTO

BRANDÃO, Desirre Marques¹

MARTINS, Analice de Oliveira²

INTRODUÇÃO

Os diversos processos históricos possibilitaram grandes transformações no texto que sofreu impactos em sua estrutura e meios de divulgação. Passou dos relatos orais para a forma impressa do tipógrafo até as mídias digitais. Possuía uma estrutura linear e atualmente ganhou um aspecto não linear, devido à influência das mídias digitais. E, devido às mudanças que vêm ocorrendo, o que se discute atualmente é a forma como o texto é produzido, disseminado e lido pela sociedade, já que muitos acreditam que existe a tendência de os livros acabarem.

Evidencia-se a mudança estrutural do texto, não apenas a partir de seu suporte, mas também pelas formas de leituras. Jean Clément (apud SUSSEKIND, 2003) afirma que o significado do texto não é mais lido de maneira linear e sim em seu eixo paradigmático. Nessa nova configuração, a formatação eletrônica do texto, agora com novo suporte e nova forma de leitura, ganha, também, outro nome: hipertexto. Este vem permeado de “percursos de leitura motivados”, isto é, links, “caminhos prontos”, desenvolvidos pelo responsável pela inserção do livro ou texto no ambiente virtual da internet.

¹ Mestranda do curso Cognição e Linguagem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, desirre.brandao@gmail.com

² Professora Orientadora: Doutora em Estudos de Literatura, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, analice.martins@terra.com.br
Campos dos Goytacazes – RJ, junho de 2013



Apesar de Lévy (1996) afirmar que o hipertexto é uma matriz de textos potenciais, ele também afirma que alguns deles vão se realizar sob o efeito da interação com o usuário. Caso o usuário não possua maturidade para interagir com o texto disponível em meio eletrônico, repleto de links e caminhos a serem percorridos, um texto pode não ser atualizado, como afirma Nóbrega: “Tudo indica que essa rapidez reduza a reflexão e crie uma leitura mais dispersa, o que pode fazer implicações para outros tipos de leitura, inclusive de textos impressos”. (2009, p. 194)

Dessa forma, há que se enfatizar que não é apenas o suporte para o texto que vem sendo alterado, mas as formas de leitura. Quando se leva tal realidade para o ambiente escolar, percebe-se que as novas formas de leitura, produção e disseminação dos textos – através dos meios eletrônicos e das tecnologias – podem auxiliar bastante nos processos de ensino e aprendizagem. Mas, se os alunos Nativos Digitais – que possuem características bastante peculiares de indivíduos que nasceram sob a influência das tecnologias – não apresentarem motivação, as aulas podem não atingir os objetivos propostos.

Um aluno, de acordo com Neves; Boruchovitch (2006) é intrinsecamente motivado quando se mantém na tarefa pela atividade em si, por esta ser interessante, envolvente e geradora de satisfação. Por outro lado, pode-se dizer que um aluno é extrinsecamente motivado quando o seu objetivo em realizar uma dada tarefa é o de obter recompensas externas, materiais ou sociais.

Neves; Boruchovitch (2006) destacam ainda que a partir do momento em que a criança nasce já apresenta interesse e curiosidade, apresentando prontidão para aprender e explorar. As autoras destacam que esta é uma tendência motivacional natural, sendo um elemento principal para o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo do indivíduo. Porém, Furlan Durão (2011) enfatiza que a baixa qualidade motivacional pode acarretar em resultados negativos tanto no desenvolvimento acadêmico quanto na atuação dos estudantes como cidadãos. Portanto, é necessário compreender os motivos que levam os estudantes a realizar atividades



específicas, como a leitura e produção de texto. Ela ainda enfatiza que essas comprovações corroboram a necessidade de se desenvolver a motivação para aprender e, para isso, o professor envolvido com a educação necessita conhecer, compreender e avaliar a motivação dos seus alunos.

(...) No ambiente escolar, existem crenças, compartilhadas entre pais, professores e alunos, de que os estudantes não são motivados para escrever, de que o desempenho na produção de textos dos aprendizes poderia ser melhor. De fato, quando se remete à qualidade da educação no país, sabe-se que os estudantes poderiam ter melhores rendimentos, principalmente quanto às habilidades de Língua Portuguesa. Essa realidade é um agravante muito expressivo no processo de ensino e aprendizagem e pode causar implicações não apenas para o estudo da linguagem, mas para a qualidade do contexto escolar com um todo, visto que a capacidade de ler, compreender e escrever é necessária em todas as disciplinas escolares e na sociedade. (FURLAN DURÃO, 2011, p. 18)

Este resumo, baseado no Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Pós-Graduação Stricto sensu em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, propõe a reflexão acerca dos processos de Produção de Texto no ambiente escolar e de como a motivação, atrelada principalmente ao uso de ferramentas tecnológicas, pode auxiliar o aluno a produzir textos, através da “Atualização” – conceito este proposto por Lévy (1999).

PROBLEMA

De que forma as tecnologias de informação e comunicação podem intervir na motivação para os processos de atualização (LEVY, 1999) e consequentemente, de produção de texto?

HIPÓTESES

Prensky (2001) e Voigt (2007) salientam que os Nativos Digitais estão acostumados a receber informações muito rapidamente, tendo preferência por



interpretar os gráficos antes do texto em vez do contrário, lerem aleatoriamente (como em um hipertexto), realizando múltiplas tarefas, além de trabalharem melhor quando ligados a uma rede de contatos (redes sociais). Nóbrega afirma que:

Enquanto no texto impresso a leitura tende a ser mais cartesiana, na tela alternam-se os processos de aprendizado cognitivo. Os recursos da tecnologia quebram a linearidade, possibilitam saltos na leitura feita do começo para o meio, para o fim. (NÓBREGA, 2009, p. 154)

Dessa forma, acredita-se que os alunos, por serem Nativos Digitais, podem se sentir motivados quando são utilizadas as TICs, durante as aulas de Língua Portuguesa, principalmente nos momentos de leitura e produção de texto que ocorrem na escola.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para conduzir esta pesquisa, será adotada uma abordagem descritiva/comparativa e de caráter qualitativo e quantitativo. A pesquisa descritiva, como destaca Michel (2009), se propõe a verificar e a explicar problemas, fatos ou fenômenos da vida real, com a precisão possível, observando e fazendo relações, conexões, partindo da influência que o ambiente exerce sobre eles. Trata, em geral, de levantamento de características de uma população, um fenômeno, um fato, ou o estabelecimento das relações entre variáveis controladas. Está relacionada diretamente com a pesquisa qualitativa, já que colhe, interpreta e discute fatos e situações. Optou-se por tal pesquisa, já que a complementação qualitativa auxilia no levantamento de outros significados presentes na pesquisa quantitativa, que não podem ser apenas quantificados no contexto investigado, permitindo ao pesquisador o acesso a informações relevantes que assegurem um melhor entendimento do objeto em estudo.



Sendo assim, o estudo será desenvolvido com os alunos pertencentes ao 9º ano do Ensino Fundamental de Escolas Municipais do município de Atílio Vivacqua, município este localizado ao sul do Estado do Espírito Santo. Justifica-se a escolha dessa determinada série, pois o ingresso no Ensino Médio, em algumas instituições se realiza por meio de Avaliação Objetiva e Discursiva, e a produção de texto, nesses casos, soma um peso muito alto em tais processos avaliativos. Dessa forma, também é uma forma de averiguar se os alunos conseguem transformar uma informação em conhecimento, ou seja, se conseguem compreender textos, acrescentando a ele o conhecimento que já possuem antes de lê-lo. Como instrumento para coleta dos dados, optou-se pela utilização de um questionário, elaborado com afirmações que visam avaliar a Motivação Intrínseca e Extrínseca dos alunos. O questionário seguirá o esquema da Escala Likert. Tal escala propõe cinco opções que, de acordo com Pereira (1999), se tornaram paradigma “da mensuração qualitativa” já que se fundamentam no estabelecimento de afirmações sobre o problema da pesquisa. A escolha deste instrumento de pesquisa deve-se também à sua praticidade e à sua abrangência em relação aos pesquisados. O questionário elaborado (Anexo 2) está dividido em duas partes: A primeira irá traçar as características pessoais do respondente (levando-se em consideração que há alunos em idade defasada na referida escola) e a segunda, com afirmações e 5 opções de resposta (Concorda fortemente- 5; Concorda-4; Nem concorda nem discorda – 3; Discorda-2; e Discorda fortemente-1). As afirmativas serão direcionadas aos alunos selecionados para o estudo, focando a motivação dos mesmos. Os questionários serão aplicados durante a aula de Língua Portuguesa, no Laboratório de Informática, aplicados em data a ser definida.

De posse dos questionários, o procedimento será o tratamento estatístico-descritivo, inicialmente, através de análise quantitativa, retirando-se a média da soma obtida através da escala. De acordo com os resultados obtidos, as justificativas das respostas relacionadas a cada questionamento serão categorizadas, analisadas e discutidas.



REFERÊNCIAS

FURLAN DURÃO, Heloíse Jaqueline. **Motivação para produzir textos na escola: elaboração de instrumento avaliativo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2011/2011_-_DURAO_Heloise_Jaqueline_Furlan.pdf. Acesso em: 5 mar 2013.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

_____. **As Tecnologias da Inteligência – O Futuro do Pensamento na era da Informática**, Ed. 34, 1998.

_____. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia da pesquisa científica em ciências sociais**. 2 ed, Atlas: São Paulo, 2009.

NEVES, Edna Rosa Correia; BORUCHOVITCH, Evely. **Escala de Avaliação da Motivação para Aprender de Alunos do Ensino Fundamental (EMA)**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 20(3), 406-413. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a08v20n3.pdf>. Acesso em: 03 mar 2013.

NÓBREGA, M. H. **O impacto da comunicação eletrônica na produção de textos**. **Estudos Linguísticos**. São Paulo, 38. p. 145 – 156.

PEREIRA, J.C.R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. São Paulo: Edusp, 1999.

PRENSKY Marc. **Nativos Digitais, Imigrantes Digitais** 2001. Disponível em: http://depiraju.edunet.sp.gov.br/nucleotec/documentos/Texto_1_Nativos_Digitais_I_migrantes_Digitais.pdf >. Acesso em: 26 ago de 2012.

VILLAÇA, Nízia. **Impresso ou eletrônico? Um trajeto de leitura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

VOIGT, Emilio. **A ponte sobre o abismo: educação semipresencial como desafio dos novos tempos**. **Estudos Teológicos**, v. 47, n. 2, p. 44-56, 200. Disponível em: http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4702_2007/ET2007-2c_evoigt.pdf. Acesso em: 26 ago de 2012.



EDUCAÇÃO

Artigo Completo



RELAÇÕES (IN)VISÍVEIS: OS CRIMES DE HOMICÍDIO DE MULHERES EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES

Marcelle Ferreira Lins¹
Marco Aurélio Borges da Costa²

Resumo

O presente artigo propõe a reflexão acerca da mulher inserida em um contexto contemporâneo, em que as representações de gênero são o cenário para as motivações dos crimes de homicídios contra mulheres. Discute-se a violência em seu ápice e as permanências históricas do sistema patriarcal na mentalidade masculina e coletiva que pressupõe a dominação sobre o outro. Os dados utilizados foram coletados na Delegacia de Crime Contra a Vida de Cachoeiro de Itapemirim – ES diretamente nos inquéritos policiais de homicídios dolosos entre os anos de 2005 a 2010. Apesar da nova condição da mulher no mercado de trabalho, sua conquista ao decorrer da história e luta por reconhecimento e igualdade, as vítimas de homicídio destoam desta realidade. Destacam-se entre o perfil destas, o mesmo pano de fundo, situações e a questão da vulnerabilidade social em que se encontram tornando-as invisíveis perante a sociedade, mas visíveis nas estatísticas de violência contra a mulher.

Palavras – chave: homicídio, dominação, gênero

¹ Graduada em História, participante do Grupo de Estudos em Instituições, Violência e Cidadania no âmbito do Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas – LAPHIS – do Centro Universitário São Camilo - ES

² Coautor - Doutorando em Ciências Humanas - Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (capes 7); Professor e coordenador do Grupo de Pesquisas em Instituições, Violência e Cidadania e do Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas - LAPHIS no Centro Universitário São Camilo - ES; Pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (UFRJ).



Abstract

This article proposes a reflection about the woman inserted in a contemporary context, in which the representations of gender are the scene for the motivations of crimes of homicide against women. It discusses the violence at its apex and the historical continuities of the patriarchal system in male mentality and collective which presupposes the domination over the other. The data used were collected at the Police Station of Crime Against the life of Cachoeiro de Itapemirim – ES – directly in law enforcement investigations of murders between the years 2005 to 2010. Despite the new condition of women in the labor market, its conquest to the course of the history and struggle for recognition and equality, the victims of murder distune this reality. Notable among these the profile, the same backgrounds, situations and the question of social vulnerability in which they are making them invisible to society, but visible in the statistics of violence against women.

Key words: homicide; dominance, gender

Introdução

A morte por homicídio tem sido um problema extremamente relevante no Brasil e na América Latina nas últimas décadas, em especial a partir dos anos 80 (IMBUSCH, MISSE e CARRIÓN, 2011, p.95). A alta incidência de mortes violentas é costumeiramente associada à grande desigualdade social e de oportunidades no continente, com uma justaposição de extrema pobreza com extrema riqueza, sustentada num processo de exclusão social, fragilidade institucional, corrupção policial, déficit legal, uma cultura machista, dentre outros fatores que acabam conduzindo a um tipo de “cultura da violência” (idem, p.89). Nesse aumento, se insere o da violência letal contra a mulher colocando o Brasil na sétima posição (em 100 mil mulheres) do ranking entre 89 países (WAISELFISZ, 2012, p.16). Na região



sudeste, o ES está entre os que mais ocorrem feminicídios, com destaque para a capital Vitória (MENEGHEL, HIRAKATA, 2012, p.568).

No Brasil, as discussões acerca da violência contra a mulher tornaram-se questão de saúde pública e tiveram maior visibilidade a partir da Lei Maria da Penha, de 2006, que criminaliza a agressão específica e pune. Em 2012, a Lei Maria da Penha, torna-se Ação Penal Pública Incondicionada. Assim, não se faz necessário a representação da vítima para dar início a ação, qualquer pessoa que presenciar a agressão poderá denunciar. Anteriormente, a vítima poderia denunciar e logo após retirar. Neste âmbito, observa-se que após sucessivas agressões, que a vítima faz a denúncia e ao perceber sua dependência econômica, arrepende-se do ato e novamente se submete a situação. Outro ponto a ser discutido, é a interpretação de seu papel como mulher, que deverá ser obediente e aceitar as imposições de seu parceiro.

A criação da DEAM (Delegacia Especial de Atendimento a Mulher) foi mais um passo a garantia do direito e proteção a vítima, devido esta sofrer preconceito dos policiais ao fazer a denúncia. Embora as mudanças na mentalidade da sociedade, estes ainda refletem seus julgamentos e interpretações pessoais carregadas de historicidade.

As relações afetivas, sob o conceito de gênero, tornaram-se ao longo dos anos um dos principais instrumentos de análise das condições em que vivem as mulheres em relação aos homens e demais aspectos da vida social, objeto de estudo em questão. Os homens e mulheres na atualidade refletem o ciclo da permanência de uma mentalidade histórica em que o homem deverá ser o cetro da relação, o mantenedor e referência.

Durante os processos históricos a violência contra a mulher se apresentou sob diversas faces no âmbito sócio-político-cultural. Esses processos enraizaram-se na sociedade e permanecem na época presente. A relação de dominação é aceita inconscientemente e institucionalizada pela própria mulher que só reconhece a



dignidade no homem se este superá-la visivelmente, pensamento dominante nos estratos sociais mais baixos. Segundo Bourdieu:

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção de avaliação e de ação que são constitutivas dos *habitus* e que fundamenta aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. (BOURDIEU, 2002, p.24).

Faz parte do processo culpabilizar a mulher por essas estruturas de dominação, como se a submissão fosse uma opção, um meio de vida a ser escolhido pelos indivíduos. O ajustamento é inconsciente e a dependência objetiva. Não basta se tornar consciente e ter vontade para se emancipar da dominação.

O homem como macho alfa tem necessidade de manter o respeito entre os outros, a honra masculina perante a sociedade, também veiculada pelas religiões. A questão econômica influencia bastante no comportamento masculino, a partir do ponto que este se sente humilhado pela falta de dinheiro, e violenta a mulher para ter o respeito que a sociedade não lhe dá pela sua condição social. Assim em sua relação afetiva, para a manutenção deste respeito, faz-se necessário o uso da violência corretiva.

(...) a permanência deste comportamento, mentalidade que permite ao homem o pensamento de poder e violência sobre a mulher, por desde este período ser permitido socialmente e de atores destes atos não serem punidos nem excluídos socialmente. (ELIAS, 1994, p.192)

O homem que nesta violência chegasse ao crime de homicídio seria absolvido pela sociedade, pois a culpa de tal ato era dada a vítima e não ao agressor,



principalmente se a mulher fosse suspeita de adultério. Em todo o momento, subentende-se que esses “tipos de mulheres” tiveram o que mereciam.

A impunidade destes casos começa a findar a partir dos anos 80, consequência das transformações acerca dos papéis sociais. As mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, assumem conquistas políticas, as proibições visíveis foram abolidas. Paralelamente, os crimes passionais tiveram maior expressividade, e “a tese que há tempos assegura a impunidade de autores de crimes semelhantes: a legítima defesa da honra” (PRIORE, 2011, p.211) já não é satisfatória a sociedade.

Embora o senso comum e a própria lei tratem do crime de homicídio como um acaso fatalista totalmente fora do controle humano, à experiência sociológica vem mostrando que as mortes violentas, no seu conjunto, são previsíveis (SOARES, 2008,p.27). E nesse conjunto, subconjuntos podem ser identificados e delimitados com características específicas que permitem um maior conhecimento e previsibilidade do fenômeno.

Nesse trabalho, buscou-se identificar nos subconjuntos dos crimes do homicídio aquele que Klarissa Silva (2006, p.47) definiu como homicídios por **motivos amorosos**

(...) onde os antecedentes indicavam brigas entre pessoas íntimas, casais de namorados, cônjuges, amantes e, ainda, retaliação devido a rompimento da relação por uma das partes. Geralmente, enquadrados nos incisos I, II, III e IV do artigo 121.”

Para isso, tomou-se como referência a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no sul do estado do Espírito Santo, e por meio dos dados coletados diretamente em inquéritos policiais, buscou-se conhecer mais profundamente o perfil das mulheres vítimas de homicídio durante certo período, situando-as dentro de um contexto de insulto moral, de desprezo social.



Estudar os crimes de homicídio permite a compreensão de nuances, caracterização da situação, indicativos de violência passional que precedem o crime e que podem ser evitadas. Evidencia tanto a atuação do contexto macro que produz uma vida de desrespeito social da qual emergem a maioria das vítimas para o crime em questão, como destrinchar os conflitos específicos, localizados que confirmam o macro que, em seu conjunto, o produzem.

Nessa direção, após oferecer detalhes de como se realizou e vem se realizando a pesquisa, buscou-se discutir o perfil dos homicídios de mulheres no campo estudado à luz da teoria do reconhecimento e seus desdobramentos.

1 Metodologia

As discussões aqui apresentadas se sustentam em incursões de campo na Delegacia de Crimes Contra a Vida, coletando dados e realizando entrevistas. Tais pesquisas estão em andamento no Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura Violência e Cidadania do Centro Universitário São Camilo – ES, em Cachoeiro de Itapemirim.

Alguns dos dados citados foram coletados diretamente nos inquéritos policiais, na Delegacia de Crimes Contra a Vida. A opção por essa estratégica de coleta de dados traz o benefício de ter acesso às nuances do acontecimento, sendo possível, na leitura do documento, captar algo sobre o momento em que se deu o fato e outras subjetividades implícitas. Por outro lado, são notórias as críticas aos procedimentos policiais e judiciais no que se referem à investigação criminal, além de que os dados da polícia, ao menos no Espírito Santo, apresentam divergências quantitativas com os do DATASUS e outros. O inquérito é, ainda, uma peça administrativa, o que traz limite às afirmações e impõe cuidados no que se refere ao olhar de quem investiga.

Cachoeiro de Itapemirim, conta com cerca de 190 mil habitantes e se localiza na região sul do Espírito Santo, um dos estados líderes nos rankings nacionais de



homicídios. Trata-se de um campo interessante para essa pesquisa, já que apresenta características típicas de uma cidade de padrão médio, e mesmo estando bem inserida no contexto de uma economia moderna e ativa, preserva os dilemas clássicos da convivência com a tradição. A cidade apresenta números absolutos de homicídios relativamente baixos, em comparação a outros municípios do Espírito Santo, que tem alcançado níveis estarrecedores nas taxas de homicídios por 100 mil habitantes. Tal fato torna menos complexo o trabalho de análise quantitativa, permitindo o aprofundamento qualitativo dos casos.

2 Desenvolvimento

Neste trabalho, vamos focar os homicídios de mulheres, dos quais se possam extrair informações sobre o cenário para esses conflitos e eventos. Dessa forma, apresentamos um perfil das vítimas femininas de homicídios no município pesquisado, buscando trazer para o palco da discussão a relação dessas vítimas com um contexto de desrespeito, descon sideração, de desprezo social.

Assim, nos anos de 2005 a 2010, Cachoeiro de Itapemirim registrou 253 assassinatos – de acordo com os dados apurados diretamente na Delegacia de Crimes Contra a Vida do município. Dessas 253 vítimas, 23 são mulheres , 11 estão relacionados a crimes passionais, 3 são crianças, 3 envolvem uso de entorpecentes, 2 estupros seguidos de morte, 1 briga familiar, 1 testemunha , 1 execução e 1 homicídio casualidade.

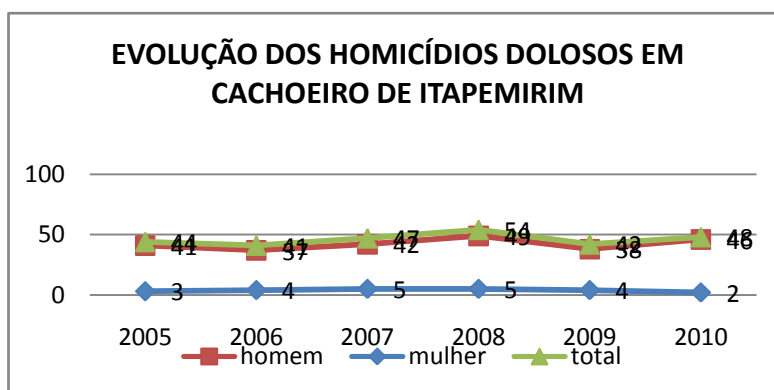


Gráfico 1 - Fonte: GEP em Cultura, Violência e Cidadania CUSC-ES.



Devido ao número baixo de ocorrências no município, pudemos observar mais atentamente os inquéritos e traçar um embrionário perfil. Constatou-se que as vítimas femininas de homicídios variam entre dezoito e vinte cinco anos, geralmente de cor branca e parda, diferente do padrão masculino, que são pardos e negros. Entre elas, 48% solteiras, e 35% estão em situação conjugal não definida, residiam com um companheiro em situação de amasia.

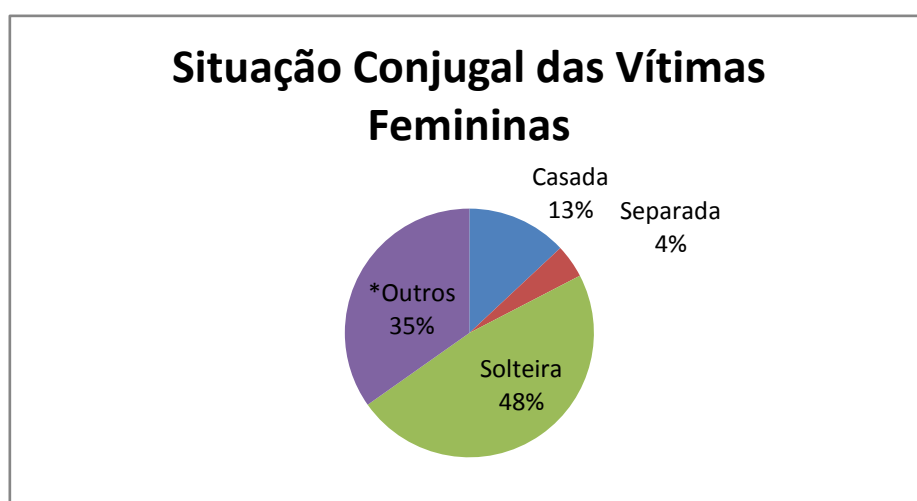


Gráfico 2 - Fonte: GEP em Cultura, Violência e Cidadania/ CUSC- ES.

Com relação à situação conjugal, é fato que as vítimas regularmente casadas são a minoria das vítimas. A maior parte são mulheres solteiras ou em relacionamentos precários. Para Meneghel e Hirakata

Entre os fatores socioeconômicos e demográficos associados ao assassinato de mulheres pelos parceiros, incluem-se a pobreza das famílias, a disparidade de idade entre os cônjuges e a situação marital não formalizada. (2011, p.566)

No que se refere à cor, é importante destacar que o trabalho de campo mostrou que há certa dificuldade na identificação correta da cútis, com uma fronteira muito tênue entre o que se considera pardo e branco. A observação dos inquéritos revela



que não há uma distinção clara, tornando complexa a tarefa de determinar mesmo em um número pequeno de casos a tendência da violência doméstica direcionada à uma composição étnica específica, embora tudo nos sugira que seja maior entre pardos e negros.

Em relação à motivação para os homicídios, podemos ver abaixo que a maior parte das mortes se dá em relações afetivas/familiares. Das 15 mortes constatadas nessa rubrica, 11 foram por ciúmes segundo o que foi possível depreender a partir da análise dos inquéritos.

Seis dessas vítimas tinham mais de 30 anos, sendo três casadas e as outras três amasiadas. O que se pretende a partir desses dados é a prevenção dessas situações, pois são mortes (mal)anunciadas(GOMES, 2010). Confundem-se esses crimes com romantizações e não se discute as estruturas sociais baseadas no gênero e relações de poder nas entrelinhas desses casos.

De acordo com Campbel (2002), os relatórios nacionais norte americanos indicam que as mulheres são mais freqüentemente assassinadas pelos seus parceiros e ex- parceiros masculinos – maridos, amantes e namorados - do que por qualquer outro agente. Nestes crimes Waiselfsz (2011) destaca que 40% dos homicídios femininos no Brasil acontecem na residência evidenciando o fator da mulher estar historicamente associado ao ambiente privado. Ocorre no calor da discussão, associado ao valor intrínseco de posse do outro, no caso sua companheira e a impossibilidade de aceitar a traição ou a suspeita desta.

Foram averiguadas informações sobre a vida profissional da vítima. Considera-se esse dado de grande importância, pois se refere diretamente a terceira esfera do reconhecimento segundo elaborado por Honneth (2003) que se define pela contribuição do indivíduo à sociedade e o retorno dessa contribuição na forma de estima social.

A hierarquização do valor das profissões e a destinação das menos valorizadas para os grupos historicamente excluídos criam um padrão, reforçando a ideia de descartabilidade e invisibilidade já presente desde a escravidão. No caso da mulher,



ainda há uma “(...) divisão de gênero do trabalho que exclui as mulheres das profissões melhor remuneradas e não reconhece a necessidade de remuneração pelo serviço doméstico.” (CASTRO, 2010, p.5). A esfera econômica, interfere nas relações em que se percebe a necessidade do trabalho de ambos, mas intimamente ocorre a frustração do homem, por não por não ser o único mantenedor do lar. O desprezo pelo serviço doméstico vem do próprio companheiro, pois seria mais que a obrigação.

Homicídios Femininos – Profissão			
2005		2006	
Vendedora Autônoma	1	Doméstica	2
Do Lar	1	Desocupada (recém nascida)	1
Não Consta	1	Não Consta (recebia pensão do pai)	1
2007		2008	
Desocupada	1	Garçonete	1
Estudante	2	Do Lar	2
Do Lar	1	Vendedora	1
Doméstica	1	Doméstica	1
2009		2010	
Desempregada	1	Prostituta	1
Desocupada (2 e 9 anos)	2	Costureira	1
Do Lar	1		

Tabela 1- Fonte: GEP em Cultura, Violência e Cidadania/ CUSC- ES.

Como se pode ver na tabela acima, não constam entre as vítimas advogadas, professoras, gerentes, executivas ou outras ocupantes de funções de maior prestígio social. Salvo o início de 2011 quando ocorreu o assassinato de uma advogada no município que mobilizou toda a imprensa e autoridades políticas, as vítimas de homicídio do município, em geral, são mulheres atuantes em profissões de baixo prestígio social, invisíveis aos olhos da mídia e indiferentes aos interesses políticos, não sendo suas vidas suficientemente importantes para motivar reações tão indignadas quanto foram as referentes à morte da advogada.



2.1 Reconhecimento e insulto moral

Transformações sociais a partir dos últimos duzentos anos vêm modificando esse quadro. A proposta de igualdade de status propalada pelo discurso da cidadania em substituição à hierarquização tradicional (MARSHALL, 1967) alcançou também as questões de gênero, que hoje se apresentam como um complicado emaranhado de relações que trazem a tona conflitos não superados na busca dessa igualdade. Para além da política de cidadania, surge uma expectativa de reconhecimento, ou consideração, como prefere denominar Luis Roberto Cardoso de Oliveira (2010, p.110), por parte das mulheres, antes privadas dos direitos civis e políticos.

(...) prefiro falar em desconsideração ao invés de falta de reconhecimento para enfatizar o insulto moral que se faz presente quando a identidade do interlocutor é indisfarçavelmente, e por vezes incisivamente, não reconhecida. Isto é, o reconhecimento de uma identidade autêntica não é apenas uma questão de cordialidade em relação ao interlocutor, mas uma obrigação moral cuja não observância pode ser vista como uma agressão, ainda que não intencional, por parte daquele que nega a demanda por reconhecimento.

A posse do próprio corpo é um detalhe fundamental nessa relação. A mulher, que antes pertencia ao homem (como o escravo pertencia ao seu dono), agora pertence a si mesma. Em resistência a esse fato, as permanências históricas do machismo se manifestam no imaginário masculino evocando a honra ferida do macho, que em defesa dessa dignidade desatualizada e por não “considerar” a mulher proprietária legítima de si, sente-se, quando abandonado ou “substituído” por qualquer motivo (inclusive justos), como tendo sido “roubado”, “passado para trás”, “traído”. Situação essa que exige uma reparação que não lhe será dada pela justiça, já que é, nos tempos atuais, reprovada socialmente.



Esse elemento pode ser observado em diversos dos crimes cujos autores são companheiros e ex-companheiros. Constituí-se em negação à pessoa do direito de si, do direito do próprio corpo, ferindo a mais básica das relações de reconhecimento, conforme nos lembra Axel Honneth

As formas de reconhecimento do amor, do direito e da solidariedade formam dispositivos de proteção intersubjetivos que asseguram as condições de liberdade externa e interna, das quais depende o processo de uma articulação e de uma realização espontânea de metas individuais de vida; além disso, visto que não representam absolutamente determinados conjuntos institucionais, mas somente padrões comportamentais universais, elas se distinguem da totalidade concreta de todas as formas particulares de vida na qualidade de elementos estruturais. (1993, p.274)

A constatação desse tipo de motivação nos permite conjecturar a permanência de aspectos de uma sociedade patriarcal, permeada por valores em que o homem é o cerne social e que “o principal papel feminino na sociedade é ser mãe, e muitas mulheres são convencidas disso”.

A condição de posse do parceiro é reforçada pela dependência econômica da mulher, que no âmbito do trabalho doméstico, não se mantém e nem aos filhos sem reportar-se ao parceiro, levando-o a ampliar a sensação de propriedade/proprietário. Segundo Castro (2010), referindo-se a teoria da justiça de Nancy Fraser

(...) a mulher dona de casa que não recebe nenhum tipo de remuneração por seu trabalho doméstico sofre um tipo de exploração econômica, mas ao mesmo tempo, ela sofre os efeitos da dominação cultural masculina que desvaloriza o trabalho doméstico por considerá-lo inferior aos outros tipos de trabalho exercidos pelos homens. (p.3)



Buscando compensar essa igualdade proposta, mas não transformada em prática social, vem se criando políticas públicas emancipatórias, compensatórias e criminalizantes. A principal delas, a lei Maria da Penha, voltada especificamente para combater a violência contra a mulher, segundo Lana Lage (2010,p3) surgiu de uma contexto político favorável, a partir da

(...) condenação do Estado brasileiro pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres, junto à crescente insatisfação com o tratamento dado à violência de gênero nos JECrims (...)

Sua especificidade em relação à proteção especial da mulher é seu mérito e o motivo de seu questionamento, já que, de acordo com seus críticos, ela fere a isonomia entre os gêneros, constituindo-se em uma forma de afronta à igualdade constitucional entre homens e mulheres. A isonomia entre os tipos jurídicos são um problema clássico na legislação brasileira. Homens, mulheres, homossexuais, negros, índios, etc. Em relação à mulher, entra em cena a questão moral mais do que a econômica, que acaba por vezes superando em importância o direito à integridade, como chama a atenção Glauce Passos de Souza, Defensora Pública do estado do Rio de Janeiro, quando analisa contextualmente os art's.215 e 216 do Código Penal que pressupõe doutrinariamente que para ser vítima de fraude sexual, é preciso que a mulher seja "honesta", criando um tipo penal aberto (2005,p.181) que protege apenas aquelas que vivem segundo os princípios morais de quem vai atendê-la na delegacia ou julgar seu agressor.

Estudos recentes apontam para algumas limitações no que se refere à aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Vê-se que a questão moral ainda é um entrave no tratamento da agressão contra a mulher, reduzindo o efeito das intervenções.



O que se tem observado nas pesquisas, é que o ciclo de desenvolvimento do ambiente tenso que muitas vezes culmina no crime de homicídio se dá em um quadro muitas vezes ignorado por quem atende a mulher vítima das agressões e julga os agressores. A mulher que chega ao ponto de buscar o apoio do Estado para suas questões domésticas, contrariando o entendimento comum de que *“em conversa de marido e mulher ninguém mete a colher”*, espera não somente um atendimento na dimensão dos seus direitos como pessoa humana e de seus interesses diversos e de seus filhos. Espera uma reparação da moral, às vezes mais agredida do que o próprio corpo. Espera reconhecimento por parte de quem lhe atende da legitimidade da sua queixa, o que esbarra no preconceito, no legalismo, na frieza e na indiferença dos operadores do direito (OLIVEIRA, 2008). Com a questão reduzida a termo e rapidamente despachada diante do excesso de audiências, processos, papéis, etc, apesar da severa punição prevista pela lei, o conflito continua mal resolvido, pois aquele que mais devia consideração à mulher queixosa é justamente quem lhe nega, e os frios papéis e apressados/atrasados procedimentos judiciais não solucionam o caso, mesmo prendendo o ofensor. Como aponta Lana Lage, a própria severidade da lei é hoje um desestímulo à denúncia.

Se, na vigência da 9.099/95, a pouca gravidade ou mesmo desmoralização da pena – como foi o caso do pagamento de cesta básica – eram argumentos favoráveis para não registrar; no contexto da Lei Maria da Penha, é justamente a gravidade da pena – tendo em vista as relações afetivas, familiares e de dependência econômica entre a vítima e o agressor – que é alegada para desestimular o registro. (2010,p.7)

O que de fato faz-se necessário destacar, é que na raiz do problema está o ressentimento, a sensação de ofensa moral de homens e mulheres que permeiam diversas reações violentas que terminam em homicídios, pode-se dizer por que não foram tratados a contento durante os eventos preliminares que costumam preceder o



crime fatal, muitas vezes sendo ignorados pela própria polícia e Justiça. A violência física, como arrisca afirmar Oliveira (2008, p.135) na ausência de ofensa moral, acaba por se tornar mera abstração. Por outro lado, a ofensa moral pode tomar ares de agressão mais do que a própria agressão. Não se podem ignorar nessa equação os sentimentos morais do homem. O homem, sentindo-se ofendido em sua moral pelas cobranças em casa ou pelo comportamento da mulher em busca de emancipação, por vezes já massacrado por sua vida na “rua” onde seus valores não têm valor e ele mesmo não goza de consideração por seus pares no espaço público, não percebe a remuneração do seu trabalho como justa, é “coisificado” por seu empregador e pela sociedade em geral; tudo isso somado ao seu ambiente de socialização onde se sustentam percepções machistas da vida, o torna uma verdadeira “bomba relógio” (HAEGERICH, HALL, 2011). Longe de uma discussão ética se justos ou injustos, eles existem e atuam diretamente nos conflitos, influenciando-os e, dependendo de sua intensidade, levando-os a fins trágicos.

Conclusão

Se os conflitos íntimos que resultam na morte de tantas mulheres ano após ano podem ser vistos sob a ótica do desrespeito, da desconsideração, do insulto moral, e isto fica evidente quando observados os homicídios femininos sob o prisma macro, também não se pode negar, como bem lembra Werneck evocando Simmel, que o conflito é a negação da indiferença, ou seja, é uma forma de sociabilidade (2012, p.337), e as percepções sobre papéis sociais interferem diretamente nessas relações. Um reconhecimento errôneo (TAYLOR, 2000) é uma forma de reconhecer diferente da invisibilidade a que se refere Honneth (2004).

O fato dessas relações de poder nas relações serem invisíveis aos olhares da sociedade tornam estas vítimas cada vez mais subjugadas e subestimadas em suas histórias de vida. O estudo destes 11 casos demonstra que os temas e enredos são repetitivos e iguais. Homens e mulheres de baixa escolaridade, em relacionamentos com a presença constante de discussão.



O caráter afetivo das relações primárias gera de ambas as partes uma expectativa maior de reconhecimento. O próprio Simmel (op.cit WERNECK, 2011, p.142) já destacava a importância das relações primárias e a intensidade das expectativas no escopo dessas relações. É justo supor que se as diversas formas de negação do reconhecimento e de feridas morais que os autores conceituam em termos como desrespeito, invisibilidade, sofrimento, desprezo social, insulto moral, dentre outros, causam prejuízos no apoio social dos indivíduos, provocando processos de desafiliação social, aumentando a vulnerabilidade e predispondo para um contexto de violência (RENAULT, 2008, p.323), mais intensos poderão ser esses efeitos quando tais fatos se dão no âmbito de uma relação íntima.

Segundo Renault (2008, 326) existe limites de um sofrimento normal quando referente a dores toleráveis próprias da existência social. Por outro lado, além desses limites, o sofrimento normal pode se elevar a um estágio “anormal”, marcado por uma situação na qual o indivíduo pode perder a capacidade de se defender do sofrimento ou passa a fazê-lo de formas contraditórias e insatisfatórias (idem,p.327). Em condições sociais ainda mais graves, esse sofrimento pode apresentar características severas ou patogênicas, provocando uma luta desesperada que sacrifica funções psíquicas, podendo induzir uma passagem da lógica do enfrentamento do sofrimento a uma lógica autodestrutiva de excitação dolorosa, marcada por uma pulsão de morte (idem,p.329).

Em uma visão mais ampla dos homicídios de mulheres na cidade estudada, mulheres que compartilhavam de um contexto social de desrespeito, de ausência de estima social e vulnerabilidade. No contexto mais específico, mulheres em situação amplamente desfavorável diante de seus parceiros, cujo final não foi nada feliz.

REFERÊNCIAS

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador - Uma história dos costumes**. Vol 1. Ed. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1994.



FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano – A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2ª ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CAMPBELL, D., SHARPS, P., GARY, F., CAMPBELL, J., LOPES, L.,. "Intimate Partner Violence in African American Women". **Online Journal of Issues in Nursing**. Vol. 7 No. 1, Manuscript 4. January 31, 2002 Available: www.nursingworld.org/MainMenuCategories/ANAMarketplace/ANAPeriodicals/OJIN/TableofContents/Volume72002/No1Jan2002/AfricanAmericanWomenPartnerViolence.aspx

CASTRO, Susana de. Nancy Fraser e a teoria da justice na contemporaneidade. **Revista Redescritões** – Revista on line do GT de Pragmatismo e Filosofia Norteamericana Ano 2, Número 2, 2010. Disponível em http://www.gtpragmatismo.com.br/redescricoes/redescricoes/ano2_02/1_castro.pdf.

GOMES, Izabel Solyszko. FEMICÍDIO: (A mal) anunciada morte de mulheres. **R. Pol.Públ.São Luís**, v.14, n.1, p.17-27, jan. /jun. 2010.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**, a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, Axel. Visibilité et invisibilité. Sur l'épistémologie de la "reconnaissance". In **Revue du Mauss**. Nº23. De la reconnaissance. Don, identité et estime de soi. Paris, 2004.

IMBUSCH, Peter; MISSE,M.; CARRIÓN, Fernando. Violence research in Latin American and Caribbean: a literatura review. **International Journal of Conflict and violence**. IJCV. Vol. 5 (1) 2011.pp 87-154.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUSA, Fernando Carlos de; SOUZA, Suellen André de. **Os desafios da lei Maria da Penha como política pública de gênero**. Fazendo gênero nº9. Diásporas, diversidades e deslocamentos. Florianópolis, Santa Catarina. De 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278354398_ARQUIVO_Artigo_Final.pdf

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Naomi. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 3, June 2011 . Available from <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000300015&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Sept. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102011000300015>.



OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de.. Existe violência sem agressão moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 23 n.o 67. São Paulo, junho de 2008. p.135-193.

PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na História do Brasil.** São Paulo: Planeta, 2011.

_____. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Klarissa Almeida. **Tipologia dos homicídios consumados e tentados:** Uma análise sociológica das denúncias oferecidas pelo Ministério Público de Minas Gerais – comarca de Belo Horizonte, 2003 a 2005. Dissertação (mestrado em sociologia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não matará.** Desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008.

SOUZA, Glaucê Passos de. A Ação Penal de Iniciativa Privada e os Crimes contra os Costumes. In AMORIM, Maria Stella de; LIMA, Robert Kant de [et al.] (Orgs.) **Ensaio sobre a Igualdade Jurídica:** acesso à justiça criminal e direitos de cidadania no Brasil. Lúmen Juris. Rio de Janeiro, 2005.p 179.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos.** Edições Loyola. São Paulo, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Bertrand Brasil, 2ª ed. Rio de Janeiro, 2002

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil.** 1ª ed. SP: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

_____. **Mapa da Violencia 2012 atualização: Homicídio de mulheres no Brasil.** FLACSO BRASIL, 2012.

WERNECK, Alexandre V. O “egoísmo” como competência: um estudo das desculpas dadas nas relações de casal como forma de coordenação entre bem de si e moralidade. In **Revista de Antropologia.**, São Paulo, USP, 2011, V. 54 Nº 1..., 133-190.



MAPA CONCEITUAL: UM RETRATO HIPERTEXTUAL DA MENTE HUMANA

TONELLI, Elizangela³
SANTOS, Talita Nascimento dos⁴
DEPS, Vera Lúcia⁵

RESUMO

Este artigo propõe uma revisão bibliográfica dos conceitos, características e benefícios dos mapas conceituais associados à teoria cognitivista da aprendizagem significativa de David Ausubel. Tal estudo visa ainda investigar por meio de publicações científicas como esta representação gráfica do conhecimento pode se constituir em uma ferramenta no processo de aprendizagem tanto para estudantes quanto para professores como forma de potencializar a compreensão e o uso dos conceitos adquiridos.

Palavras-chave: Cognitivismo, Aprendizagem Significativa, Subsúncos, Mapa Conceitual.

ABSTRACT

This paper proposes a bibliographic review of the concepts, characteristics and benefits of conceptual maps associated with Ausubel's Cognitivist theory of significant learning. This study aims to research through scientific publications how this graphic representation of knowledge may turn into a tool in the learning process to students and teachers as a way to intensify the comprehension and the use of acquired concepts.

Keywords: Cognitivism, Significant Learning, Subsumers, Conceptual Maps.

3 Mestranda do Programa de Cognição e Linguagem, Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro/RJ, eliztonelli@gmail.com;

4 Mestranda do Programa de Cognição e Linguagem, Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro/RJ, ta.nascimento@gmail.com;

5 Professora Orientadora, Pós-doutorado em Psicologia da Educação do Programa de Cognição e Linguagem, Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro/RJ, mielveh@unef.br;
Campos dos Goytacazes - RJ, Maio/2013.



INTRODUÇÃO

Há tempos a psicologia vem buscando entender de que forma o indivíduo atribui significados as coisas e abstrai um aprendizado significativo acerca dos mesmos. Esse processo de capacidade de compreensão humana está intrinsecamente ligado aos ciclos de ações que fazem o homem evoluir como um ser pessoal e social dentro da dinâmica do processo de atribuição de significado, ou seja, trata-se de um ciclo em nossa estrutura cognitiva no qual novos conceitos vão sendo adquiridos e novos conceitos vão modificando conceitos preexistentes dando a estes características mais inclusivas, o que nos torna mais aptos a um maior poder de compreensão e discussão acerca do contexto que nos cerca.

Segundo Hunt (*apud* MOLINA *et al*, 2006, p.25) o desenvolvimento da capacidade de aprender talvez seja o compromisso mais importante do indivíduo do século XXI. Logo, é proposta da educação favorecer a aquisição do conhecimento por meio de uma aprendizagem significativa. Porém uma das maiores dificuldades do educador é encontrar uma estratégia ou ferramenta de ensino que favoreça esse processo e que produza efeitos mais eficazes no momento de checar os conhecimentos adquiridos.

Assim, a produção e a divulgação do conhecimento tem despertado a procura de técnicas que permitam facilitar o aprendizado. Por essa razão a representação gráfica definida sob a forma de mapa conceitual vem sendo utilizada e tem se mostrado uma ferramenta eficaz na organização das ideias e na promoção de um aprendizado significativo. De acordo com Soto (2004, p.147) com essa técnica é possível desenvolver potencialmente a compreensão do que se lê, o pensamento reflexivo, pensamentos de significados, relações espaciais, raciocínio dedutivo e indutivo e até mesmo melhor a oralidade e a compreensão verbal.

Mediante a relevância a que se propõe o uso dos mapas conceituais como instrumentalização da aprendizagem significativa, o objetivo desse trabalho é investigar de que forma a representação do conhecimento se constitui como uma ferramenta facilitadora no processo de ensino e aprendizagem tanto para estudantes



como professores, bem como seu uso em outras formas de organização do pensamento cognitivo. Como âncora para o entendimento do funcionamento dos mapas conceituais, faz-se necessário, porém de forma sucinta, a revisão bibliográfica acerca dos estudos da psicologia cognitivista bem como a proposta ausubeliana presente na teoria da aprendizagem significativa a fim de entender de que forma os conceitos novos interagem com os conceitos específicos hierarquizados na estrutura cognitiva do indivíduo e com a relação que eles tem com a proposta de uso dos mapas conceituais.

1. UMA BREVE ABORDAGEM ACERCA DA PSICOLOGIA COGNITIVISTA

As ações do homem seja no âmbito pessoal como no social requer tomada de decisões as quais o levam a uma reflexão gradual ou até simultânea que consiste em ver, compreender e agir. A tomada de decisão por vezes, não é simplesmente fruto daquilo que desejamos, mas sim resultante daquilo que está estabelecido por lei ou pelo senso comum. A psicologia cognitivista, dessa forma, encontra foco no estudo da dinâmica da consciência, de como o homem desenvolve a “compreensão” do que está a sua volta, ou seja, “o estudo parte das ações do indivíduo a partir da tomada de consciência que ele tem de sua ação” (MOREIRA e MASINI, 1982, p. 2).

Diferente do behaviorismo que, segundo Ausubel (1980) é de natureza periférica, resumindo o aprendizado a estímulo e resposta, o cognitivismo procura descrever como ocorre a formação de conceitos, a natureza da compreensão de estrutura e sintaxe da linguagem, bem como o que acontece quando o homem se situa e organiza o mundo ao seu redor distinguindo, sistematicamente, o igual do diferente.

Moreira e Masini (1982) definem cognição como o processo através do qual o mundo de significados tem origem. À medida que o homem vai se relacionando com o mundo ele passa a atribuir significados a tudo que está ao seu redor. Esses significados são pontos de partidas para a atribuição de outros significados. Daí



origina-se então a estrutura cognitiva que passa a ser uma “âncora” para os demais significados subsequentes.

Portanto, a psicologia cognitivista atenta-se com o processo de compreensão, significação, transformação, armazenamento e uso das informações contidas na estrutura cognitiva do ser humano com o intuito de identificar seus padrões de mudanças.

2. A PROPOSTA DE APRENDIZAGEM AUSUBELIANA

De acordo com Ausubel o aspecto mais importante no processo de ensino e aprendizagem é “aquilo que o aprendiz já sabe”, pois o aprendizado parte do aluno e não simplesmente do conceito que lhe é ensinado. O ensino nesse caso, entra como um “facilitador” e só “é efetivo na medida em que manipula as variáveis que regulam a aprendizagem”. (AUSUBEL *et al*, 1980, p.13)

Ausubel, um dos representantes do cognitivismo, atenta que ao falar-se em aprendizagem, deve-se encará-la como um processo de armazenamento de informação, condensação em classes mais genéricas de conhecimentos que são assimiladas a uma estrutura no cérebro do indivíduo de modo que possa ser manipulada e utilizada posteriormente. Sendo assim, aprendizagem significa organização e integração de um conceito na estrutura cognitiva, que como outros cognitivistas pensam, é onde essas informações se organizam e interagem. Segundo Moreira e Masini:

“Novas ideias e informações podem ser aprendidas e retidas na medida em que conceitos relevantes e inclusivos estejam adequadamente claros e disponíveis na estrutura cognitiva do indivíduo e funcione, dessa forma, como ponto de ancoragem para as novas ideias e conceitos”. (AUSUBEL, apud in MOREIRA e MASINI, 1982, p. 4)

Quando há interação entre a nova ideia e os conceitos já pré-existentes na estrutura cognitiva, de forma claramente articulada e precisamente diferenciada, ou seja, consciente e substantiva, e não arbitrária, ocorre a aprendizagem significativa, ou seja, “o material novo, ideias e informações que apresentam uma estrutura lógica,



interagem com conceitos relevantes e inclusivos, disponíveis na estrutura cognitiva, sendo por eles assimilados”. (AUSUBEL, *apud in* Moreira e Masini, 1982 p.4)

Esses conceitos específicos são definidos por Ausubel como “subsunçores” que existem na estrutura cognitiva do indivíduo. Os subsunçores funcionam como “âncoras” para os novos conceitos tornando o aprendizado substancialmente significativo.

Ausubel considera a estrutura cognitiva como uma estrutura hierárquica de conceitos na qual elementos mais específicos de conhecimento são ligados e assimilados a conceitos mais gerais, mais inclusivos. Quando a nova informação é potencialmente significativa o próprio subsunçor é modificado e diferenciado. Esse processo de “subsunção” pode ser descrito, pelo princípio da assimilação, que pode ser representado da seguinte maneira:

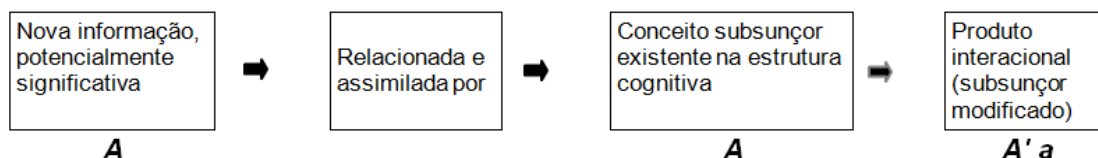


Figura 1: Princípio de Assimilação

Fonte: (Moreira e Masini, 1982)

Conforme explica Moreira e Masini (1982), a assimilação é um processo que ocorre quando um conceito ou proposição **a**, potencialmente significativo, é assimilado sob uma ideia ou conceito mais inclusivo, já existente na estrutura cognitiva, como um exemplo, extensão, elaboração ou qualificação do mesmo. Tal como mostra a figura 1, não só a nova informação **a**, mas também o conceito subsunçor **A**, com o qual ela se relaciona, é modificado pela interação, sendo assim, **a'** e **A'** são coparticipantes de um novo conceito que na verdade é o subsunçor modificado.



A medida que a aprendizagem significativa ocorre, novos conceitos vão sendo formados, elaborados e diferenciados em decorrência das interações que ocorrem na estrutura cognitiva do aprendiz. Esse processo é facilitado quando elementos mais gerais, mais inclusivos são apresentados em primeiro lugar e progressivamente diferenciados por detalhes e especificações. Ausubel chama esse processo de “diferenciação progressiva”, que deve ser considerado no ato da elaboração dos conteúdos a serem ensinados, pois segundo ele é mais fácil captar aspectos diferenciados de um todo a partir de um conceito mais inclusivo do que chegar ao todo a partir de aspectos diferenciados.

Contudo, é preciso que essa diferenciação também explore as relações entre as proposições e conceitos de forma a evidenciar as diferenças e similaridades para que essas hierarquias conceituais surtam efeitos no processamento e assimilação da informação. Ausubel chama esse tipo de programação de “reconciliação interativa”.

Porém, Novak (1977) argumenta que para um maior sucesso na reconciliação integrativa deve-se organizar o ensino “descendo e subindo” nas estruturas conceituais hierárquicas à medida que uma nova informação é apresentada, ou seja, os conceitos subordinados devem está interligados aos conceitos gerais e vice-versa (AUSUBEL, *apud in* MOREIRA e MASINI, 1982, pp 24-25).

3. MAPAS CONCEITUAIS: CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS

Em sentido mais amplo, mapas conceituais são diagramas indicando relações entre duas ou mais dimensões de um conjunto de conceitos de tal forma que as relações entre eles sejam evidentes. Os conceitos aparecem dentro de caixas enquanto que a relação entre eles é feita por frases de ligação. Essas frases são chamadas de “proposição” e possuem funções estruturantes desenvolvendo um papel fundamental na representação da relação entre dois conceitos ou mais. Na figura abaixo se pode visualizar um exemplo de mapa conceitual que trata do assunto em questão:

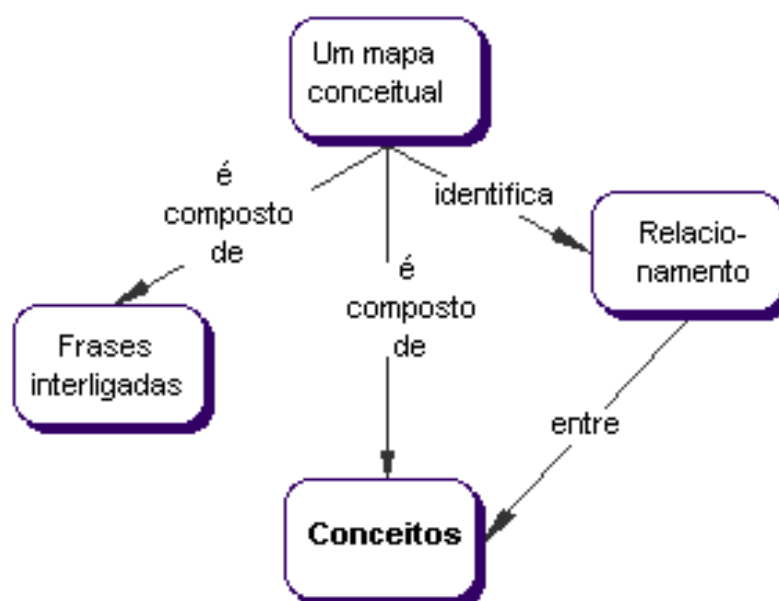


Figura 2: Exemplo de um mapa conceitual
 Fonte: (NUNES, at al., 2005)

Joseph Novak criou os mapas conceituais em 1972. Essa ferramenta técnica ou recurso didático, segundo ele, surgiu da necessidade de acompanhar o desenvolvimento cognitivo de crianças no processo de ensino aprendizagem do ensino fundamental. Ele se baseou na teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel e vê os mapas conceituais como “representações significativas para relacionar conceitos em forma de proposições” (NOVAK, 1984, p. 15).

Os mapas conceituais funcionam como estratégias facilitadoras e podem ilustrar a estrutura conceitual do conhecimento do indivíduo acerca de um determinado conteúdo. É uma forma de transformar o texto escrito em uma linguagem visual, conforme explica Lima:

Uma forma de diagrama especificamente direcionado para fornecer uma linguagem visual parecida com as características da linguagem natural do texto, no sentido de que eles possam estar sujeitos às limitações sintática e semântica, e sua capacidade de representação



pode variar de uma forma muito informal a uma forma extremamente formal. (LIMA, 2004, p.2)

Como forma de conectar uma ideia a outra, o mapa conceitual muito se assemelha à ideia de rizoma proposta por Deleuze e Guattari (1995). Segundo os autores, o rizoma tem formas diversas e ramificadas, mas que “[...] qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro”(DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.15).

Os mapas conceituais também podem funcionar como um hipertexto o qual uma ideia ancorada em um conceito preexistente se conecta a outras dimensões. Complementa ainda Deleuze e Guattari (1995) que a principal característica do rizoma é conectar pontos:

[...] um rizoma é feito de platôs [...] que se comunicam uns com os outros através de microfendas, como num cérebro. Chamamos de “platô” toda multiplicidade conectável com outras hastes subterrâneas superficiais de maneira a formar e estender um rizoma [...]. Cada platô pode ser lido em qualquer posição e posto em relação com qualquer outro. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, pp. 32-33)

Mantendo-se ainda a ideia de hipertexto, Okada (2006) ilustra o mapa conceitual como sendo um “retrato hipertextual da mente”. Segundo o autor o pensamento humano não é linear, ele é construído por redes e associações no qual um novo saber se conecta com um saber já construído podendo atualizá-lo e até mesmo refutá-lo.

Tudo depende da nossa produção de sentidos e de que forma damos significados a eles. O mapa conceitual é um desenho cognitivo no qual expressa uma rede de pensamentos que num movimento dinâmico são externalizado e internalizado simultaneamente.

Há de se entender que não existe um mapa conceitual pré-determinado e pronto. Cada indivíduo desenvolve o seu de acordo com os subsunções preexistentes em sua estrutura cognitiva, de forma única e exclusiva baseando-se em suas experiências e na sua maneira de ver, sentir e agir frente ao tema proposto.



O objetivo do mapa conceitual não é classificar conceitos e sim hierarquizá-los envolvendo o cognitivo de quem o usa mantendo sua autenticidade sem limitar seu conhecimento de forma idiossincrática.

Hoje já existem aplicativos disponibilizados, gratuitamente, na internet para a confecção de mapas conceituais, como é o caso do *CmapTools*. A ferramenta oferece diversas funcionalidades semelhantes às de um organograma que facilitam o trabalho de diagramação do pensamento. Nele é possível criar as caixas com as ideias soltas e depois montar os vínculos entre elas. O *CmapTools* ainda possui uma boa interação com a internet. Permite ainda o acesso as coleções e mapas na rede que servem de exemplo ao seu próprio esquema além de gravar a estrutura final em formato *web* para ajudar na distribuição do arquivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se possível fosse fazer um desenho da teoria cognitivista ausubeliana, poder-se-ia chegar a conclusão de que, o mapa conceitual é a cartografia da hierarquia cognitiva do indivíduo. Mediante os conceitos e figuras apresentadas é possível visualizar na construção do mapa conceitual a forma como os subsunções interagem com novas informações num processo dinâmico e altamente organizado por meio das proposições.

Por essa razão, os mapas conceituais são importantes ferramentas capazes de identificar e simplificar o entendimento de um novo conceito de forma a externalizá-lo, modificá-lo e internalizá-lo novamente em sua estrutura cognitiva de maneira a torná-lo uma “âncora” para uma nova ideia, símbolo ou material potencialmente significativo. Mais do que uma ferramenta os mapas conceituais são também um recurso didático que podem ser usado por professores e estudantes como forma de avaliar os objetivos educacionais, sistematizar e organizar o material instrucional bem como articular os conhecimentos prévios aos conhecimentos novos.



REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D.P, NOVAK, J.D. & HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

LIMA, G.A.B. **Mapa conceitual como ferramenta para organização do conhecimento em sistema de hipertextos e seus aspectos cognitivos**. Belo Horizonte: Perspect. ciênc. inf., v.9 n.2, p.134-145, jul/dez, 2004.

MOREIRA, M. e MASINI, E. **Aprendizagem Significativa - A teoria de David Ausubel**. São Paulo: Editora Moraes, 1982.

MOLINA, A, et al. **Potencializar a capacidade de aprender e pensar**. São Paulo: Madras, 2006.

NOVAK, J.D. & GOWIN, D.B. **Learning how to learn**. New York: Cambridge University Press, 1984.

NUNES, S. da C.e COSTA, L. C. A. C. da. **Os mapas conceituais como organizadores de hipertextos para os ambientes de ensino a distância – EAD**. 2005. Disponível em: < <http://www.liberato.com.br/upload/arquivos/0131010717404016.pdf>> Acessado em 15 maio 2013.

OKADA, A.L.P. **Web Maps: um Guia para Construção do Conhecimento em Ambientes Virtuais de Aprendizagem**, 2002. Disponível em: <www.nuted.ufrgs.br/oficinas/criacao/webmaps.pdf> Acessado em 20 maio de 2013.
SOTO, B. D. G. **El uso de mapas conceptuales como técnica de aprendizaje en la algoritmia**. In: CANÑAS, A.J., NOVAK, J. D. E GONZÁLEZ, F. M., Concept Maps: Theory, Methodology, Technology. Proceeding of the First International Conference on Concept Mapping. volume 2, Pamplona, 2004.



PARTIDOS POLÍTICOS E PRESIDENTES NO BRASIL: NOTAS EXPOSITIVAS

Karina Melo Pessine¹
Luana Puppim Pratti²

Resumo

Este artigo tem como proposta apontar a gênese dos partidos políticos no Brasil a partir de leituras adotadas de teóricos da história e ciência política que tratam do assunto. Definiremos o conceito de partidos segundo alguns autores, entre eles Durverger e Michels. Uma segunda parte do trabalho consistirá em apontar com quais grupos partidários os presidentes brasileiros do período que vai da primeira república até o fim da ditadura militar estavam ligados, não se pretende fazer aqui uma análise conjuntural e as consequências de tais atos, mas fazer co-relações expositivas, bem como explicar sobre os partidos políticos no Brasil em seus aspectos mais gerais. Para viabilizar o trabalho analisaremos alguns governos presidenciais que foram mais emblemáticos do ponto de vista da atuação partidária.

Abstract

This article has proposed the genesis point to Brazil political parties from giving theoretical readings taken of History and political science of the discuss the matter. Define the concept of parties for some author, such as Michels and Durverger. A second part will consist in the work aiming presidents which Brazilians supporters groups of the first period republic goes until the end of the military dictatorship or were linked, not here to make an analysis conjuncture and the intended consequences of such acts do more co-relations exhibition, and the grading on political parties in Brazil will work more on their general aspects. For this we analyze

¹ Advogada, Professora Coordenadora do grupo de estudos em Instituições, Violência e Cidadania e o Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas do Centro Universitário São Camilo - ES; Mestranda em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. karinapessine@gmail.com.

² Socióloga, Mestranda em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.



some presidential governments that were most emblematic point of view of party action.

INTRODUÇÃO

Os partidos políticos surgem como organização institucional no século XIX. Seu surgimento está vinculado aos acontecimentos da Revolução Francesa e a ordem democrática liberal, os quais emergiram na Europa no mesmo período. Em sua formação o objetivo dos partidos políticos consistia em alcançar (ou preencher) os quadros partidários disponíveis no parlamento, sendo assim, só se organizavam em períodos próximos as eleições. Dentre os primeiros partidos políticos existentes podemos destacar o partido de notáveis, cuja única finalidade eram as eleições; e os partidos de organização das massas (ou operários), cujo objetivo não era meramente eleitoral, mas consistia em educar seus membros e prepara-los para lutas políticas.

Segundo Durverger (1970) os partidos políticos, podem apresentar duas origens: a) origem eleitoral e parlamentar – gênese do partido se encontra dentro do ciclo eleitoral e parlamentar, sua estrutura forma-se pela relação direta eleitor-partido, denominam-se **partidos de origem interna**; e b) origem exterior: nasce de segmentos externos dos quadros parlamentares e eleitorais (nasce em movimentos sociais, instituições, organizações etc), denominam-se **partidos de origem externa**. Para Michels (1982) os partidos políticos almejam aumentar o número de adeptos. Assim a organização partidária se dá devido a necessidade das massas de serem representadas, visto seu desinteresse na participação de assuntos de ordem coletiva, assim delegam representatividade a certos líderes capacitados .

A proposta elitista de Schumpeter (1984) alega que os partidos políticos são uma marca³, e seu objetivo final é a luta competitiva pelo poder político. Algumas características fundamentais da proposta schumpeteriana são a restrição da

³ No sentido de que os partidos defendem algumas posições e ideologias de maneira que o mesmo possa criar uma identidade para os eleitores.



participação popular e uma supervalorização do mecanismo de representação. O modelo elitista apresenta restrições na forma de participação e, conseqüentemente, uma limitação da autonomia do cidadão no processo decisório. Na medida em que o modelo não insere o cidadão como tomador de decisões políticas, a autonomia do cidadão é substituída por um método político eleitoral, através do qual a maioria participa. Schumpeter (1984) radicaliza a ausência de participação e de autonomia do povo no processo decisório, isto porque percebe que a participação ampliada é um processo que prejudica o equilíbrio do sistema político, que se dá exatamente na medida em que líderes políticos fossem eleitos em um processo competitivo e atenderiam as demandas de seus grupos de interesses originais e nesse sentido uma participação ampliada geraria uma dificuldade.

Dessa maneira podemos concluir, resumidamente, que os partidos políticos são instituições que visam ocupar o poder político, são responsáveis por organizar processos eleitorais e governos, dando a esfera governamental maior ou menor possibilidade de executar determinadas políticas (Meneguello, 2000).

1 Os primeiros anos da República: cidadania e participação política no Brasil (1889-1930)

Os partidos brasileiros começam a organizar-se em meados do século XIX, após a indenpendência do Brasil, ainda sob a vigência do regime monárquico. Para as disputas as vagas no parlamento dois partidos entram em cena: Liberal X Conservador, temos nesse período um sistema político bipartidário. Não podemos acreditar numa disputa política pelas vagas no parlamento como autônoma e livre de interferências, pois existia um poder “supra partidário” que influenciava a composição do parlamento: o poder moderador. Segundo Carvalho (2008) a existência do poder moderador irá dificultar a consolidação dos partidos no Brasil. Após a Proclamação da República em 1889, os partidos são únicos em quase todos os estados (Lamounier, 2005) . Nos anos entre 1889 e 1930 o Partido Republicano vai dominar a disputa política no Brasil. A ausência de partidos políticos no período,



não significa dizer que inexistia disputa pelo poder. O sistema político brasileiro nesse período era organizado dentro da lógica do liberalismo oligárquico e do federalismo (Resende, 2003). As oligarquias cafeeiras disputavam o poder na esfera local conduta conhecida por política dos governadores, contudo existia um acordo tácito das oligarquias a política café-com-leite a nível federal.

Os anos de 1920 são marcados por um período de efervescência política, cultural, social e econômico. Dentre os acontecimentos marcantes no período podemos destacar a Semana de Arte Moderna ocorrida em 1922. No mesmo ano temos ainda a criação do Partido Comunista e o movimento tenentista. Ao longo da década de 20 as tensões entre as elites paulistas e mineiras, as discordâncias das oligarquias cafeeiras sobre as política econômicas a serem adotadas, a organização dos trabalhadores urbanos e do operariado proporcionam as bases para a formação da Reação Republicana⁴.

A Revolução de 1930 desestruturou a hegemonia política da oligarquia cafeeira, levando à presidência da República Getúlio Vargas que implanta o governo provisório (1930-1934). Lamounier (2005) dirá que é um período no qual os partidos políticos são numerosos e instáveis, contudo observa-se um aumento significativo na importância e força política de partidos extremistas, por exemplo o partido comunista e integralista.

2 A Era Vargas: o não direito político e o direito trabalhista

Os anos entre 1930-1945 foi um divisor de águas na política brasileira, o período ficou conhecido com “Era Vargas”. Podemos dividir a Era Vargas da seguinte maneira: a)1930-1934: chega ao poder com apoio dos militares e fazendo uma campanha de denúncias das eleições fraudulentas; b)1934-1937: foi eleito

⁴ Reação Republicana: insatisfação das oligarquias de segunda grandeza ante a dominação de Minas-São Paulo. O que propocionará a formação de um novo cenário político no Brasil com a emergência de novas lideranças, principalmente na figura de Getúlio Vargas. (Ferreira, 2006)



presidente; e c) 1937-1945: continua como presidente depois de um golpe de estado, formula uma nova constituição. Inicialmente Vargas ficaria no poder por quatro anos chefiando um governo provisório, mas em 1937 com um “autogolpe” instaura o Estado Novo (1937-1945)⁵. Os quinze anos do período Vargas é caracterizado pelo regime autoritário, nacionalismo, fortalecimento do Estado (centralismo), apoio ao desenvolvimento econômico voltado para o mercado interno e supressão dos partidos políticos existentes. Deve-se destacar alguns feitos do presidente nesse período: instauração de duas novas constituições (1934 e 1937), ampliação dos direitos trabalhistas (criação da CLT), ampliação do sufrágio universal, fundação da CSN, entre outros.

As medidas de Getúlio Vargas remodelaram o estado e beneficiaram a classe operária, embora, subordinando-a ao Ministério do Trabalho, mas não modificaram a estrutura produtiva nem as relações sociais, e estavam longe de satisfazer àqueles que desejavam mudanças mais radicais (Vianna, p.68).

Após o período autoritário de Vargas o Brasil, volta em 1945-1964, com a eleição de Dutra, o Regime Democrático. Em 1946 uma nova Constituição é editada, dentre os pontos principais desta constituição destacam-se: a democracia liberal e o pluripartidarismo. Nesse período os partidos voltam a legalidade, exceção do Partido Comunista. Podemos destacar a atuação de três partidos na cena política brasileira: o PSD, a UDN e o PTB (partido varguista). Têm-se nesse momento um período intenso de conflitos entre getulistas e antigetulista.

Vargas volta ao poder em 1951, mas suas medidas populistas e a estatização do setor petrolífero geraram insatisfação. Além disso a UDN fazia oposição ao presidente, soma-se a isso o posicionamento da imprensa contra o varguismo. Com um clima tenso e prevendo um golpe ao seu mandato (Vargas estava prestes a ser deposto) o presidente em 1954 suicida-se.

3 Uma breve experiência democrática 1945-1964

⁵ Vargas apoiado nos boatos de que os comunistas tomariam o poder (Plano Cohen) decretou estado de guerra contra os comunistas editou uma nova Constituição (1937) e criou o Estado Novo, que garantiu a sua permanência no poder até 1945.



Esse período é marcado pela volta do pluripartidarismo e pela idéia de desenvolvimento da economia e indústria nacional (principalmente nos governos Dutra e Juscelino). Para dar condições a esse desenvolvimento o governo federal preocupa-se em criar infra-estrutura para incentivar os investimentos econômicos (por exemplo: aumento da geração de energia e construção de rodovias). Tem-se eleições diretas para presidente da República, sendo eleitos: Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubistchek (1956-1961) e Jânio Quadros (1961); Jânio Quadros renuncia em 1961 colocancando a frente do congresso nacional seu vice João Goulart (1961-1964).

É importante destacarmos a atuação dos partidos nesse período, por isso faremos uma breve descrição dos três principais partidos ativos no período: a UDN, o PTB e o PSD. Em 1945 a Lei Agamenon obriga as instituições partidárias a organizar-se a nível nacional, ou seja, um partido não poderia existir em apenas um estado, a organização deveria ter um diretório nacional e registro em pelo menos cinco estados da federação. Tal medida contribuiu para a diminuição da influência das oligarquias estaduais na composição do cenário político no Brasil, o que dá espaço para o surgimento e crescimento de agremiações partidárias.

Como já foi dito, o período é marcado por apoio ao getulismo e aí temos a aliança entre PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PSD (Partido Social Democrático), e anti getulismo com a oposição da UDN(União Democrática Nacional), este último nasce em 1945 em um movimento contra o Estado Novo e consegue depor Getúlio Vargas.

O PSD⁶ foi um partido habilidoso no sentido da negociação política. Suas bases estruturais estavam presentes na máquina pública, bem como na dominação oligárquica dos estados. O partido foi fundamental na polarização getulistas X anti getulistas, visto que as raposas (como seus membros eram conhecidos) ocupavam boa parte dos cargos públicos e eleitorais.

⁶ Para saber mais sobre a atuação do PSD no cenário político brasileiro ver Hipólito (1985).



Por fim o PTB era o partido varguista. Suas bases fundamentavam-se no getulismo, trabalhismo, reformismo e nacionalismo. Seus membros estavam ligados aos sindicatos de trabalhadores e operários. Diferentemente dos outros partidos o PTB era o único partido com uma proposta programática.

Independentemente do partido a característica mais marcante das lideranças políticas nesse momento, principalmente dos presidentes da República é a marca do populismo, herança deixada pela administração e modelo varguista. Não podemos reduzir o populismo, nesse contexto, a mera persuasão, manipulação e repressão das massas⁷, aqui ele é entendido como a aproximação do governante com o povo, sendo suas ações junto com povo e para o povo.

4 O golpe de 1964 e o bipartidarismo no Brasil

Para entender o golpe de 1964 é necessário retomar o cenário das eleições de 1960, nas quais Jânio Quadros é eleito presidente pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) – coligado com o PDC e com o apoio da UDN. Apesar da aliança entre os partidos antivarguistas elegerem o presidente, o PTB consegue eleger o vice João Goulart. O governo de Jânio ficou marcado pelo caráter populista do presidente e da sua independência partidária. A derrocada de Jânio se deu primeiro pela ferranha oposição do Congresso Nacional e constantes ataques da imprensa a sua personalidade, segundo por sua aproximação – e pela alusão que fazia – aos princípios comunistas. As pressões das “forças ocultas” que estavam contra ele fizeram com que o presidente renunciasse⁸, assumindo a presidência seu vice João Goulart eleito pelo PTB.

João Goulart eleito pela segunda vez vice presidente governa de 1961-1964. Inicialmente o governo de Jango não apresentava ameaça a ordem política

⁷ O conceito de populismo visto como manipulação, repressão e persuasão das massas só serão desenvolvidos a partir da década de 1970 (ver Ferreira, 2001). É um conceito que sofre modificações de tempos em tempos, por isso estamos deixando claro, como era visto o populismo nas décadas de 1950/1960.

⁸ Jânio Quadros não acreditava realmente que o Congresso Nacional aceitaria a sua renúncia. A recusa da renúncia de Jânio tornaria seu governo mais forte, o que não aconteceu, visto que o vice João Goulart assume o poder (ver Barbeiro & Cantele, 2008, e Lamounier, 2005).



instituída, todavia o presidente aproximou-se de grupos radicais de esquerda, perdendo o apoio dos grupos de centro. Segundo Ferreira (2006) o governo de Jango é marcado pela presença da imprensa, seja no apoio a sua posse, ou nas pressões para a sua renúncia. A queda desse governo se dá por diversos fatores que co-relacionados, sendo eles: crise econômica, crise política, orientações ideológicas e atuação da imprensa (Ferreira, 2006). Em 1964 havia rumores de que o presidente dissolveria o congresso e instauraria um governo autoritário no país. A derrubada de Jango foi uma ação preventiva a fim de evitar um processo de radicalização esquerdista. Dessa maneira, os militares tomam o poder em 1964 alegando um governo provisório para garantir a normalidade da democracia.

Em 1965 Castelo Branco promulga o AI 2 o qual prevê o aumento dos poderes presidenciais, a extinção dos partidos políticos e as eleições indiretas para presidente, sendo que a escolha do presidente seria feita pelo congresso nacional. No mesmo ano é decretado o Ato Complementar 4 (AC4), que define o novo sistema político brasileiro que passa a ser bipartidário. Somente são reconhecidos como legais os partidos: ARENA (partido do governo) X MDB (oposição). Cabe-nos nesse momento do texto fazer uma explanação sobre a atuação desses partidos no período militar, visto que as disputas internas entre os membros de cada um desses partidos será um dos motivos para as pressões políticas em prol da abertura política no final da década de 1970.

A ARENA⁹ foi criada em 1965 para fornecer a sustentação do governo militar. É formado a partir da aliança entre udenistas e pessedistas. Seus membros são provenientes das elites políticas que dominaram a cena política nos anos anteriores. No período militar compreendido entre os anos de 1964-1985 o partido domina o cenário político brasileiro, obtendo representação hegemônica no Congresso Nacional, bem como elegendo a maior parte dos governadores nos estados brasileiros. Devido ao caráter elitista do partido as disputas eleitorais tornam-se disputas pessoais localizadas, e não disputas ideológicas.

⁹ Não vamos nos ater aqui a discutir os pormenores da formação e atuação do partido no período militar, mas apenas situar historicamente o papel do partido em seus aspectos mais gerais.



O MDB é “formado” em 1964 após o golpe dos militares. A criação do partido foi com a intencionalidade de dar a aparência da existência de uma oposição ao regime militar. Entretanto o MDB era um partido artificial sem raízes na sociedade, articulado para sustentar o governo (Motta, 2007). A existência do MDB dava uma ar de legitimidade ao jogo político. Seus quadros eram oriundos do PTB, PCB, do PSB e dos cristãos progressistas (provenientes do campo). Durante o regime militar o MDB, não representava ameaça as forças do regime, tampouco era visto como partido de oposição, apesar do partido se definir como “única” força de oposição ao militarismo (Ferreira, 2002).

Um dos aspectos importantes do partido é o seu crescimento paulatino nas eleições, principalmente a partir de 1974. Dentre os motivos dos ganhos eleitorais do partido pode-se considerar a adesão dos membros oriundos do PCB ao MDB: o MDB não estava se tornando um partido de esquerda, mas os líderes do PCB viam no partido uma maneira legítima de enfrentar a ditadura e seguir com a idéia de uma frente democrática.

5 Crise da ditadura militar e redemocratização

O regime autoritário no Brasil apossou-se do poder de maneira obscura, apesar do discurso de legitimidade proferido pelos militares. A interferência dos militares na vida política do país deveria ser provisória com o intuito de afastar a ameaça comunista e fortalecer a ordem democrática. Contudo o que se viu foi a instalação de um regime militar, com o endurecimento do mesmo sobre o controle da vida política e econômica do país logo nos primeiros meses de atuação (vide a instauração dos Atos Institucionais).

As medidas autoritárias do regime começaram a gerar ao longo dos anos insatisfação de vários setores da sociedade. Na década de 1970 o regime militar vive seu auge e sua decadência. Nos anos de 1969-1973 o Brasil passa pelo período do “milagre econômico”, entretanto logo em seguida o país tem um grande



aumento na sua dívida externa. Em 1974 a crise mundial do petróleo agrava ainda mais a situação financeira do país, o que gera o aumento dos juros e da inflação.

Além da decadência econômica, as forças de sustentação do regime militar sofrem constantemente com perdas políticas e eleitorais (vide o crescimento do MDB) e com as pressões constantes dos movimentos sociais que começam a emergir no Brasil. Soma-se a esses fatores o contexto político externo na América Latina com a queda de regimes ditatoriais.

As eleições de 1978 são emblemáticas no que diz respeito ao abrandamento do regime militar, visto que nesse pleito o MDB (e as lideranças do PCB que aderiram ao partido) conseguem compor a maioria das cadeiras no Congresso Nacional. Para evitar uma ruptura política bruta com a perda total do poder e da influência política que tinha, os militares começam um processo de abertura política realizado pelo então presidente Figueiredo.

A reforma partidária, realizada pelo governo Figueiredo através da Lei nº. 6767/79 (de 20/12/1979), que pôs fim ao bipartidarismo, possibilitou a emergência dos seguintes partidos: PDS (Partido Democrático Social) e PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) oriundos da extinta ARENA e MDB; e ainda PP (Partido Popular), PT (Partido dos Trabalhadores), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PDT (Partido Democrático Trabalhista)¹⁰. A reorganização dos partidos tornou o cenário político mais competitivo, contudo isso não significou equidade nas relações do poder político, visto que a transição democrática foi realizada de forma lenta, gradual e “controlada” beneficiando os partidos vigentes no período militar, a ARENA e o MDB.

¹⁰ Para saber sobre os partidos citados ver Lamounier 2005.



CONCLUSÃO

Na conceitualização sobre partidos políticos observamos que o objetivo do partido é chegar e manter-se no poder, para tal utiliza-se do aparato institucional da organização.

Percebe-se ao longo do texto acima desenvolvido, que no caso do Brasil, existe uma grande instabilidade política no país, isso se deve, principalmente, ao enfraquecimento das organizações partidárias, no sentido de que os partidos no Brasil são controlados por elites políticas. Os interesses das oligarquias sobrepõe-se a organização partidária.

Muitas vezes a existência de um partido dependeu da força política/eleitoral de seus membros e não necessariamente de propostas ideológicas ou programas partidários. Os partidos no Brasil foram organizados, articulados e desmembrados de acordo com os interesses dos governantes.

Só a partir da Constituição de 1988 que existe uma regulamentação mais nítida sobre o sistema político brasileiro, bem como a regulamentação do sistema partidário. Mesmo com o fim do bipartidarismo e abertura política para um regime democrático, não podemos dizer que os partidos no Brasil estão consolidados por ideologias. Com algumas exceções os partidos brasileiros seguem a lógica eleitoreira para alcançar o poder.

Referências

BARBEIRO, Heródoto; CANTELE, Bruna. **O livro dos políticos**. São Paulo: Ediouro, 2008.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro das Sombras**: a política imperial. 4 edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008. pp 391- 424.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. "Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia" In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida



Neves Delgado (org.), **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003

DUVERGER, M. **Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In; FERREIRA Jorge. (Org). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart**: entre memória e história (Coord.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta** . Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): Getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). **As Esquerdas no Brasil**. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRINBERG, Lucia. Partido Político ou Bode Expiatório. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (1965-1979) – Arena. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

MARAN, Sheldon. Juscelino Kubitschek e a política presidencial. In: GOMES, Ângela de Castro. **O Brasil de JK**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar. **Da Independência a Lula**: dois séculos de política brasileira. São Paulo: Augurium Editora, 2005.

MENEGUELLO, R. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra. 1998.

MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O MDB e as Esquerdas*. . In: FERREIRA, Jorge;

REIS, Daniel Aarão (org.). Revolução e democracia (1964...). **As Esquerdas no Brasil**. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ FVG, 1996.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”, In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida



Neves (orgs.). **O Brasil republicano**, vol. 1, O tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. p. 243-282. **O Brasil Republicano**. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as insurreições de 1935. IN: In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**, vol.2. O tempo do nacional – estadismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.



NOVO INSTITUCIONALISMO E ANÁLISES DO PODER LEGISLATIVO¹

PESSINE, Karina Melo²

Resumo

Trata-se de estudo que possui o escopo de construir um corpo teórico para a posterior análise da organização legislativa da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, seus efeitos no comportamento parlamentar e na produção legislativa durante a 16ª Legislatura. A organização parlamentar possui implicações no processo decisório e gera efeitos na produção de leis, visto que o processo decisório é resultado da convergência entre as regras impostas pelas instituições políticas e o comportamento dos parlamentares como atores políticos pertencentes a uma determinada arena parlamentar. Para realizar a mencionada empreitada e traçar os contornos institucionais da ALES, necessário se faz tecer algumas considerações sobre o Novo Institucionalismo (pressuposto analítico adotado para apreciações de arenas parlamentares), bem como identificar as influências deste movimento teórico na análise do jogo político, entre outros aspectos a serem abordados no transcórreo do texto.

Abstract

It was a study that has the scope to build a theoretical framework for further analysis of the legislative organization of the Legislative Assembly of the Espírito Santo, their effects on legislative behavior and legislative output during the 16th Legislature. The parliamentary organization has implications in decision making and generates effects in the production of laws, since the decision process is a result of the convergence of the rules imposed by political institutions and behavior of parliamentarians as political actors belonging to a specific parliamentary arena. To accomplish the above-mentioned works and trace the contours of institutional ALES, make necessary some considerations about the New Institutionalism (assumption adopted for analytical assessments of parliamentary arenas), as well as identify the influences of this movement in the theoretical analysis of the political game, among other aspects to be addressed in the course of the text.

¹ Esse trabalho constitui-se parte do capítulo teórico de minha pesquisa de mestrado.

² Advogada; Professora do Centro Universitário São Camilo – ES, onde coordena o grupo de estudos em Instituições, Violência e Cidadania e o Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas; Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. karinapessine@gmail.com



INTRODUÇÃO

O Novo institucionalismo (teoria e parâmetro de análise do comportamento de indivíduos em ambientes normatizados) parte do pressuposto de que as regras do jogo restringem a atuação dos atores políticos e, como consequência, os resultados possíveis. O novo institucionalismo de escolha racional inclui o contexto institucional (regras) para explicar o comportamento dos atores políticos. As instituições reduzem os custos de transação com o estabelecimento das regras necessárias à coordenação da ação coletiva, trazendo, assim, o equilíbrio necessário à manutenção das instituições em si.

Com o objetivo de estabelecer um corpo teórico para as posteriores análises propostas na presente dissertação, este capítulo se divide da seguinte forma: na primeira seção apresenta-se a evolução histórica do novo institucionalismo na ciência política, bem como a importância desse movimento teórico nos estudos das Casas Legislativas; Na segunda seção discute-se a influência do novo institucionalismo de escolha racional nas análises do jogo político, dando ênfase ao enfoque da escolha racional e à estabilidade das decisões coletivas; A terceira seção é dedicada às considerações acerca dos três modelos de organização parlamentar segundo o novo institucionalismo de escolha racional; Na quarta seção discute-se o desenvolvimento do novo institucionalismo nos estudos legislativos no Brasil. Por último, são apresentadas as considerações finais.



1 O Novo Institucionalismo

1.1 Evolução Histórica do Novo Institucionalismo na Ciência Política

O *novo institucionalismo de escolha racional* é uma vertente contemporânea da ciência política que pressupõe a possibilidade de desvendamento da dinâmica das decisões coletivas em ambientes institucionalizados, notadamente em arenas parlamentares. As análises nesta vertente enfocam as chamadas “regras formais do jogo”, isto é, as normas constitucionais e regimentais que definem poderes e atribuições dos representantes. O pressuposto geral dessa abordagem é o de que, para além de delinear e racionalizar os procedimentos decisórios, as regras do jogo político estabelecem padrões de distribuição do poder que afetam a dinâmica da representação e, por essa via, a qualidade das políticas públicas.

O termo Novo Institucionalismo deve-se à necessidade de contraste com o Velho Institucionalismo, principal movimento teórico na Ciência Política até meados dos anos de 1940. O Velho Institucionalismo detinha o foco de interpretação na estrutura das instituições, sem, no entanto, tentar esclarecer a conexão entre os estudos das leis e os atores participantes do processo de elaboração legislativa, isto é, do processo decisório. A ênfase estava nas leis e nos costumes, na medida em que leis estruturam a dinâmica política (PERES, 2008).

No caso da política, os estudiosos preocupavam-se mais em analisar criticamente “a letra” das constituições de cada nação, com a intenção de modificá-las de acordo com princípios gerais [...]. Devido a tal postura, esses estudiosos preocupavam-se muito mais em estabelecer modelos prescritivos de “desenho constitucional”, sob uma ótica normativa do que *deveria ser* a política (PERES, 2008, p. 55, *grifos acrescentados*)

As análises normativas das estruturas institucionais tornaram-se insuficientes para explicações satisfatórias dos novos fenômenos políticos da época (nazismo, crises do liberalismo, entre outros). Assim, pesquisadores passaram a concentrar seus esforços na tentativa de identificar “[...] a dinâmica ‘real’ da política, com ênfase



na investigação factual, na proposição de hipóteses testáveis e na busca por generalizações empíricas” (PERES, 2008, p. 55).

O “comportamentalismo” (movimento de rejeição ao antigo institucionalismo) surge na tentativa de identificar pontos comuns do comportamento humano nas mais variadas disciplinas de estudo. A “revolução comportamentalista” na Ciência Política foi caracterizada por dois pontos fundamentais. O primeiro refere-se à crítica à abordagem institucionalista vigente até então, propondo, em oposição, uma observação empírica do comportamento dos indivíduos. O segundo ponto, trata-se da proposta de utilização de abordagens metodológicas de ciências “vizinhas”, como a sociologia, a antropologia e a psicologia (PERES, 2008).

No que se refere ao primeiro ponto, podemos destacar que “o comportamentalismo - ou behaviorismo- direciona a sua atenção para a ação política das pessoas em vez de voltar-se para instituições, acontecimentos ou ideologias [...]” (Redford *apud* PERES, 2008, p. 58). O comportamento do indivíduo passa a ser fator preponderante no processo decisório. As preferências individuais dos atores políticos passam a ser uma variável considerada na construção do processo de tomadas de decisões.

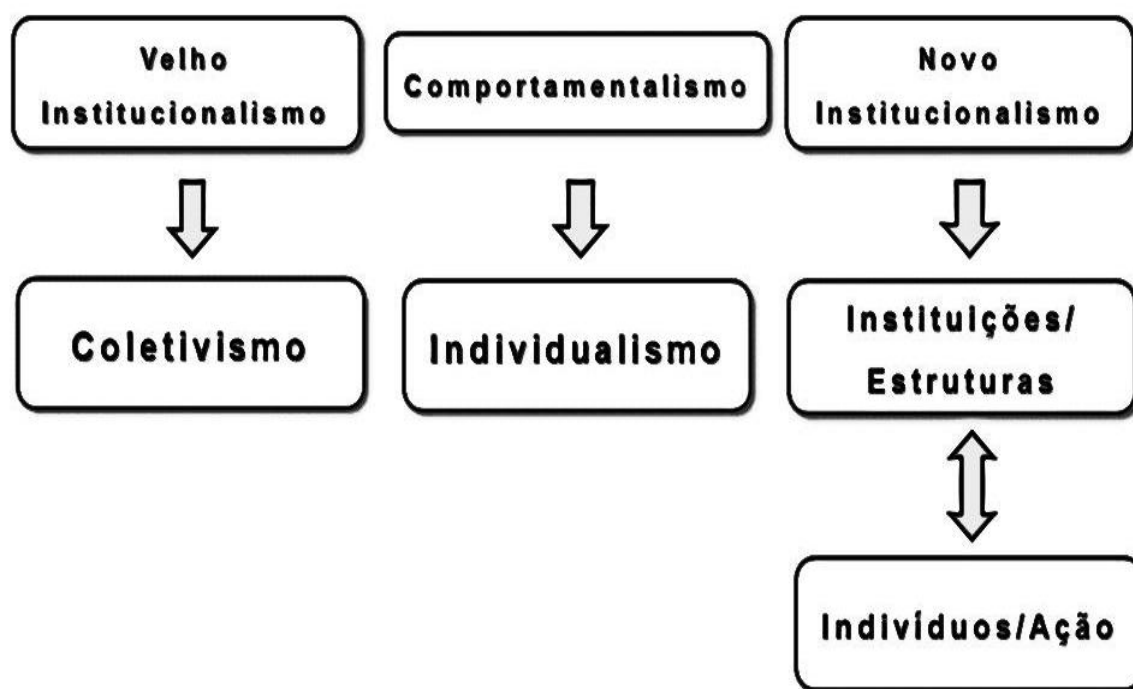
O segundo posicionamento é caracterizado pela busca por maior cientificidade na execução de pesquisas sociais na Ciência Política como campo de conhecimento. A inclusão de metodologias de investigação mais refinadas e de teorias empiricamente verificáveis, advindas das outras áreas de conhecimento, resultou bastante prolífica na efetivação de uma espécie de “refinamento metodológico” no ramo Ciência Política.

O novo institucionalismo difere do behaviorismo, na medida em que os estudiosos do novo institucionalismo “deslocam” do foco investigativo da análise das preferências individuais para as instituições, para o exame de processos políticos. “As variáveis independentes mais relevantes passam ser as instituições, em lugar das preferências dos atores políticos” (LIMONGI, 1994, p. 3). Desta forma, a ação do

indivíduo é considerada, mas com as devidas restrições impostas pelas próprias instituições. Há um contexto a partir do qual a ação deve ser observada.

Segue figura explicativa da evolução do novo institucionalismo na ciência política, apontando, assim, os argumentos acima apresentados:

Figura 1 Elaboração própria. Figura baseada no texto: PERES, P. S. Comportamento ou Instituições? A evolução do neo-institucionalismo na ciência política. RBCS, vol. 23, n. 68, 2008.



O estudo dos processos decisórios no interior dos legislativos constituiu-se uma das áreas mais influenciadas pelos estudos neoinstitucionalistas. A observação das premissas neoinstitucionalistas encontrou terreno fértil nas análises de desempenho das arenas parlamentares (inicialmente no Congresso Americano), *locus* ideal de concepção de regras institucionalizadas (LIMONGI, 1994).



2 O Novo Institucionalismo de Escolha Racional³

O novo institucionalismo de escolha racional surgiu no intuito de suprir algumas lacunas deixadas pelos mecanismos de interpretação das teorias até então adotadas e, assim, responder a questões como, por exemplo, aquelas relativas à estabilidade⁴, à manutenção e à reprodução da ordem política.

Se os atores políticos são múltiplos e as preferências desses atores são as mais diversas, por que existe tanta estabilidade nos ambientes políticos institucionais quando o previsto, conforme a teoria da escolha racional pura, seria a instabilidade das decisões coletivas desses indivíduos?

A lacuna a ser superada pelo novo institucionalismo, qual seja, a instabilidade⁵ das decisões coletivas é facilmente constatada quando verificamos o processo institucional característica típica do jogo em uma arena parlamentar. É necessário considerar que, na arena parlamentar, a tomada de decisões como um conjunto de

³ O Novo Institucionalismo não constitui corrente de pensamento unificada, ao contrário, há pelo menos três métodos de análise diferentes. “Designaremos essas três escolas de pensamento como institucionalismo histórico, institucionalismo sociológico e institucionalismo de escolha racional” (HALL;TAYLOR, 1996,p.193). O Institucionalismo Histórico surgiu como críticas às análises estruturo-funcionalistas que dominavam a ciência política nos anos 60 e 70. As instituições delimitam o comportamento do indivíduo, todavia tanto as instituições como as decisões tomadas pelos atores políticos são frutos de um processo histórico. A construção de um arranjo em torno de uma decisão no presente é condicionada por decisões construídas/desencadeadas no passado, assim, é indutivo concluir que a avaliação da forma de constituição de uma determinada instituição passa pela avaliação das decisões anteriores formuladas pelos atores históricos desta mesma Instituição. Assim, o institucionalismo histórico concentra suas análises das instituições no estudo da estrutura organizacional de uma determinada comunidade política formal, com ênfase nas relações de poder e, consequentemente, na distribuição assimétrica de recursos que faz com que certos atores tenham preponderância estratégica e maior influência no processo decisório que outros. As análises adotadas no Novo Institucionalismo Sociológico “concentra-se no modo como as instituições influenciam o comportamento ao fornecer esquemas, categorias e modelos cognitivos indispensáveis à ação, mesmo porque, sem eles, seria impossível interpretar o mundo e o comportamento dos outros atores” (HALL;TAYLOR, 1996, p. 210). As instituições fornecem matrizes cognitivas a partir das quais os indivíduos aprendem comportamentos adequados, legítimos, aceitos e não maximizadores.

⁴ Nascimento (2010, p.366), se apropriando dos conceitos utilizados por Jonh Elster, nos traz que: “[...] equilíbrio é o estado no qual os planos das pessoas são consistentes entre si e há um mínimo de previsibilidade da ação humana, ou seja, espera-se que, ao interagirmos com alguém, consequências não-intencionais não ocorram. O convívio social exige, por parte dos indivíduos, um juízo, ainda que incerto, sobre o que vai acontecer ao interagirmos com alguém”.

⁵ A pesquisa ora proposta não enseja o aprofundamento e discussão do conceito. Para melhor entendimento do tema, vale conferir Elster, Nascimento (2010) e Anastasia (2002).



decisões de vários atores que formam esta arena, ou seja, as decisões são coletivas e, como toda decisão coletiva, pressupõe o dilema da instabilidade.

Elster (*apud* ANASTASIA, 2002) propondo uma espécie de “tipologia de atores” e como esses atores interagem para produzir uma decisão, analisa as preferências como variáveis endógenas e importantes na produção da estabilidade das decisões coletivas. As normas sociais traduzem um importante tipo de motivação para ação que é irredutível à racionalidade ou qualquer outra forma de mecanismo otimizador. O neoinstitucionalismo de escolha racional inova ao verificar que a estabilidade das decisões coletivas decorre da imposição das regras (como variáveis exógenas) à tomada de decisões.

Shepsle e Weingast (1998) contribuíram efetivamente para o desenvolvimento do novo institucionalismo de escolha racional ao constatarem, por exemplo, a insuficiência da aplicação da regra majoritária no desvendamento da estabilidade política instituída nos ambientes institucionalizados até então analisados (ANASTASIA, 2002). Assim, a mencionada estabilidade dos resultados passou a ser explicada pela “combinação de ação racional e contexto institucional, num casamento bem sucedido entre instituições e condições (ANASTASIA, 2002, p 16)”. No novo institucionalismo de escolha racional é reservado um grande espaço à intencionalidade (inerente à racionalidade humana) na determinação das situações políticas sob a forma do cálculo estratégico, sem deixar, no entanto, de reservar as explicações do papel fundamental estabelecido pelas variáveis estruturais (instituições).

As pesquisas desenvolvidas pelos novos institucionalistas são marcadas pela importância das regras na produção da estabilidade e na constatação de que essas mesmas regras influenciam os resultados políticos (LIMONGI, 1994).

A versão disposta pelo novo institucionalismo de escolha racional teve papel importante no sentido de descortinar a interação estratégica entre atores políticos.

A abordagem da escolha racional centra-se nas coerções impostas aos atores racionais – as instituições de uma sociedade. Parece paradoxal que o enfoque da escolha racional não esteja preocupado com os indivíduos ou atores e centre sua atenção nas instituições políticas e sociais. A razão desse



paradoxo é simples: assume-se que a ação individual é uma adaptação ótima a um ambiente institucional e se sustenta que a interação entre os indivíduos é uma resposta otimizada na relação recíproca de ambos. Assim, as instituições predominantes (as regras do jogo) determinam o comportamento dos atores, os quais, por sua vez, produzem resultados políticos (TSEBELIS, 1998, p. 51).

O novo institucionalismo de escolha racional pode ser utilizado como parâmetro de diagnóstico das decisões em ambientes com regras normatizadas, claras, com ampla adesão do conjunto de atores pertencentes a um determinado espaço propício às possibilidades de ganhos e recompensas (*payoffs*⁶). “[...] Com efeito, algumas das mais bem-sucedidas aplicações do enfoque da escolha racional dizem respeito à instituições, normas e comportamentos do Congresso e da burocracia dos Estados Unidos” (TSEBELIS, 1998, p.46).

As análises do neoinstitucionalismo de escolha racional encontrou terreno fértil nos estudos sobre o funcionamento do Congresso norte-americano, revelando que “[...] as estruturas organizacionais do Legislativo são compostas por mecanismos que garantem a cooperação, a estabilidade das escolhas coletivas, a minimização da incerteza e dos custos de transação, permitindo, assim, que os indivíduos maximizem suas preferências” (ARAÚJO, 2011).

Os *payoffs* alcançados são o resultado da conexão entre as regras e movimentação estratégica. Considerando que regras institucionais “moldam” o comportamento dos atores, é preciso se ater ao fato de que tais regras “[...] não são estáticas, e sim resultado de preferências adotadas a partir de fluxos de renda esperados” (TSEBELIS, 1998, p.46).

Os estudos neoinstitucionalistas acrescentam um novo dado na construção de suas hipóteses: a escolha social está atrelada às instituições. “As instituições têm papel autônomo, próprio. Não apenas ‘induzem’ ao equilíbrio, como também influenciam diretamente na determinação do resultado político substantivo” (LIMONGI, 1994, p. 7).

⁶ O ator racional atua orientado pelo **conjunto de recompensas (*payoffs*)** que pretende obter. Portanto, o *payoff* seria a retribuição que o ator recebe por ter atuado de determinada forma.



O que a literatura sugere é que regras, leis, procedimentos, normas, arranjos institucionais e organizacionais implicam a existência de constrangimentos e limites ao comportamento. Em última análise, estes constrangimentos e limites acabam por explicar os próprios resultados do comportamento (LIMONGI, 1994, p. 8).

Nesse sentido, o desenvolvimento do novo institucionalismo de escolha racional trouxe vários parâmetros de análise passíveis de “[...] tornar inteligíveis as decisões legislativas e compreender melhor as dinâmicas decisórias que as engendram” (PILIATTI, 2006, p. 28).

Os regimentos internos das casas legislativas, bem como as regras constitucionais e infraconstitucionais, ou seja, as “regras formais do jogo”, se destacam no estabelecimento de variáveis estruturais e procedimentais que condicionam a participação dos parlamentares no processo legislativo. Os regimentos internos, ao estabelecerem, por exemplo, o modo de funcionamento interno do poder legislativo, como são criadas e quais são as comissões, como são eleitos os líderes, entre outros aspectos, definem o processo decisório, bem como a distribuição de poderes e atribuições entre os representantes.

As regras estabelecidas nos regimentos internos das arenas parlamentares, por exemplo, são normas estruturantes do trabalho legislativo e, assim, como normas, estruturam os trabalhos legislativos e, por sua vez, condicionam o resultado do jogo político e da produção legislativa. A importância do estudo dos regimentos internos das arenas parlamentares encontra respaldo e sentido nas análises do novo institucionalismo, na medida em que este movimento avalia como as regras estruturam os trabalhos e condicionam a produção, sendo as regras, dentro da arena parlamentar, são traçadas pelos regimentos internos de cada arena.

2.1 O Enfoque da Escolha Racional

A teoria da escolha racional é instrumento de análise das ações coletivas. O comportamento individual é racional, autônomo e dotado de propósito, e a ação



humana, é, portanto, orientada pela *intencionalidade* e pela *racionalidade*, que são pressupostos fundamentais da teoria da escolha racional (ARAÚJO, 2011).

No momento da ação, a existência de alternativas implica a escolha, ou seja, o abandono de uma ou algumas alternativas, em detrimento da preferida. Indivíduos racionais buscam recompensas e evitam percas, assim, buscam os melhores caminhos para alcançar os fins pretendidos. Nessa esteira, indivíduos devem ser analisados a partir dos objetivos que pretendem atingir e, assim, atores racionais são aqueles capazes de ajustar de forma adequada os meios disponíveis aos fins por eles almejados (ARAÚJO, 2011).

Portanto, os indivíduos racionais, na tentativa de maximizar o próprio bem-estar, atuam no interior de um conjunto de regras sociais, formais e informais, que estabelecem parâmetros para a ação individual. A teoria da escolha racional “[...] afirma que, dentro desse contexto institucional geral, o indivíduo é capaz de estabelecer uma associação ótima entre os meios disponíveis conhecidos e os fins colimados” (ARAÚJO, 2011, p. 104).

Grosso modo, um jogador ao participar de um determinado jogo (estabelecido por regras) deve se comportar de acordo com as regras pré-estabelecidas para a sua movimentação no jogo. O mesmo funciona com os jogos políticos. Ao jogador (ator político) é exigida uma adequação comportamental às regras.

O enfoque da escolha racional trouxe uma maior clareza teórica em relação a outras teorias, na medida em que os estudos serem dispostos em torno de instituições concretas, identificáveis. Além disso, a capacidade de realização de testes empíricos mais rigorosos garante uma maior consistência científica para os estudos da escolha racional. Com a consequente sofisticação metodológica não empregada em outras teorias até então utilizadas na Ciência Política (TSEBELIS, 1998).



2.2 Jogos ocultos, múltiplas arenas, projeto institucional e estabilidade das decisões coletivas

Atores, como seres racionais, sendo a racionalidade aqui entendida como “uma correspondência ótima entre fins e meios” (TSEBELIS, 1998, p 33), buscam a realização de seu objetivo, procurando fazer escolhas ótimas.

Tsebelis (1998) lembra que uma das razões de existir das escolhas aparentemente subótimas (as que não são as melhores) está no fato de que podemos estar atentos ao jogo executado em somente uma arena, enquanto o jogo ocorre em múltiplas arenas. Exemplificando: o jogador pode estar envolvido simultaneamente em dois jogos distintos, um jogo na arena parlamentar, outro na arena intrapartidária do partido ao qual o jogador pertence. Uma jogada que aparentemente não é ótima aos olhos do observador da arena parlamentar (Arena 1), pode ser considerada ótima quando observadas também as consequências da jogada na Arena 2 (estratégias interpartidárias). Nestes termos, uma visão ampla do jogo revelaria uma espécie de “estratégia ótima global” nas palavras de Tsebelis (1998, p.20).

É necessário portanto analisar a rede de jogos em que os atores estão envolvidos no intuito de compreender o comportamento dos mesmos. Existe uma lógica na escolha aparentemente subótima, visto que o comportamento racional é um comportamento otimizador (TSEBELIS, 1998).

Situações de escolhas aparentemente subótimas podem ser nada mais quesituações de discordância entre o ator e o observador dos jogos. Caso a informação do observador seja adequada e mesmo assim a escolha de um ator lhe parece subótima, pode ser porque a perspectiva do observador está incompleta. O observador centra a sua atenção em apenas um jogo, sendo que o ator está envolvido em uma rede de jogos, rede esta denominada por Tsebelis (1998) de *jogos ocultos*.



Quando o ator está envolvido em jogos de diversas arenas, mas o observador centra sua atenção na arena principal, podemos dizer que “[...] esse caso de *jogos ocultos* são os jogos em *múltiplas arenas*” (TSEBELIS, 1998, p.23).

Para Tsebelis,

A contribuição substancial desse exame dos jogos em *múltiplas arenas* é que ele apresenta uma maneira sistemática de levar em conta os fatores contextuais (a situação em outras arenas). Tais fatores contextuais influenciam os *payoffs* dos atores numa arena, levando à escolha de estratégias diferentes. Assim, os resultados do jogo são diferentes quando se levam em conta os fatores contextuais [...] os fatores contextuais determinam as variações dos *payoffs* e são refletidos por eles. O *payoff* do jogo da arena principal varia de acordo com a situação prevalecente nos últimos jogos, e os atores maximizam a sua ação quando levam em conta esses *payoffs* variáveis (TSEBELIS, 1998, p.24/25)”.

Tsebelis (1998) formula também a ideia de outro jogo, qual seja, o *projeto institucional*. Quando o ator procura aumentar as opções disponíveis para sua jogada ele pode modificar as regras do jogo que definem as opções que cada jogador dispõe. Aqui, o observador acaba por não se atentar ao fato de que o ator está envolvido não apenas num jogo da arena principal, mas também num “jogo sobre as regras do jogo” (TSEBELIS, 1998, p.23). “[...] O jogo na arena principal está inserido num jogo maior quando as próprias regras do jogo são variáveis; nesse jogo, o conjunto de opções disponíveis é consideravelmente maior do que no jogo original” (TSEBELIS, 1998, p.23).

Em síntese, segundo Tsebelis:

Um ator racional procura aumentar o número de alternativas, ampliando desse modo o seu espaço estratégico. Em vez de limitar-se a uma escolha entre estratégias disponíveis, ele redefine as regras de todo o jogo, escolhendo entre uma gama maior de opções. Desta maneira, as mudanças institucionais podem ser explicadas como planejamento consciente pelos atores envolvidos. No caso do *projeto institucional*, a discordância entre ator e observador deriva do fato de que o observador não antecipa a inovação política efetuada pelo ator. Tivesse o observador sabido que existiam opções adicionais, ele teria concordado em que uma das novas opções era ótima. Desse modo, o *projeto institucional* fornece uma maneira sistemática de pensar a respeito das instituições políticas. As instituições não são



consideradas somente como coerções herdadas, mas possíveis objetos da atividade humana (TSEBELIS, 1998, p. 24).

Assim, escolhas aparentemente subótimas feitas por atores adequadamente informados seriam explicadas por um dos tipos de jogos ocultos, o de múltiplas arenas ou o projeto institucional (TSEBELIS, 1998). A partir do enfoque de escolha racional e, “[...] admitindo que haja informação adequada, o conceito de jogos ocultos é a única explicação para a escolha de estratégias aparentemente subótimas” (TSEBELIS, 1998, p.25).

Dada a proposta específica desta pesquisa, qual seja, a de identificar os desenhos institucionais que envolvem a elaboração das leis, que expressam nos padrões organizacionais das casas legislativas, particularmente, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo, entendemos a melhor adequação do novo institucionalismo de escolha racional como referencial teórico adequado à elucidação dos problemas inerentes ao estudo proposto.

3 As três formas de organização parlamentar segundo o novo institucionalismo de escolha racional

A análise da produção e da organização legislativa nos EUA desenvolveu-se, especialmente com base em três modelos teóricos distintos: o modelo partidário (McCubbins e Cox, 1993), o distributivista (Shepsle & Weingast, 1995) e o informacional (Khreibel, 1991). Todos esses modelos de organização parlamentar possuem consequências distintas na análise da dinâmica parlamentar e, por decorrência, na interpretação do resultado do jogo político (CARVALHO, 2003).

Os estudos da organização legislativa, conforme mencionado em tópico anterior do texto, partem do pressuposto da construção da ação coletiva, o chamado dilema da ação coletiva: como indivíduos racionais e auto-interessados constroem “contratos” em prol do bem comum? Como atores políticos chegam a uma decisão coletiva em um ambiente de tantas preferências individuais como uma arena legislativa?



O pressuposto inicial das análises dos modelos de organização legislativa parte da constatação de que parlamentares são indivíduos racionais e possuem objetivos a serem atingidos. Assim, a arena política deve ser tomada como uma arena de jogo tanto de ganho como de perda.

Um ponto de convergência entre os três modelos analíticos refere-se à questão da instabilidade das decisões e o quanto as instituições políticas podem assegurar esta estabilidade, possibilitando decisões coletivas estáveis. O ponto de divergência está na análise da natureza dos interesses atingidos através das decisões coletivas: se é de cunho mais particularista (*pork barrel*) ou mais coletivo (*informação*) (NASCIMENTO, 2010).

O modo de organização do legislativo “[...] é essencial para as oportunidades geradas no seu interior. Tais oportunidades dependem da forma como se estrutura a divisão do trabalho nas comissões e o modo como ocorre o recrutamento para elas” (MÜLLER, 2009, p. 118).

Ao organizar o processo de elaboração de leis com base num sistema de comissões, os trabalhos legislativos tornaram-se mais funcionais, na medida em que a concentração das tarefas em um único órgão tornava o processo lento e superficial (LE MOS, 2006). As comissões, a partir da interação face a face dos membros parlamentares, permitem empregar, para além do voto, outros métodos de tomada de decisão, como a negociação e a deliberação (MENDES DA ROCHA; BARBOSA, 2008).

Resumidamente, as três perspectivas analíticas diferenciadas “[...] possuem ‘núcleos’ explicativos próprios e autores centrais. A diferença entre os modelos, grosso modo, é o grau de autonomia com que os membros parlamentares atuam nas comissões” (MÜLLER, 2009, p. 116).



3.1 Modelo distributivista

O modelo distributivista propõe a prática de políticas paroquialistas, com a consequente alocação de verbas governamentais para as bases como garantia de bons dividendos eleitorais visando à reeleição dos parlamentares.

A aplicação do modelo distributivista na análise do processo legislativo antevê a negociação em torno da alocação de benefícios políticos para as bases eleitorais deles (Shepsle & Weingast, 1995). Atores políticos possuem preferências distintas, tornado possível a construção de um “mercado de votos”: parlamentares fazem concessões em matérias menos relevantes para sua *constituency*, esperando que outros façam o mesmo com relação aos temas de importância para os eleitores que representam, numa espécie de troca de apoio na forma de votos (numa espécie de formação de “contrato”), o que na literatura chamamos de *logroll* (MENDES DA ROCHA; BARBOSA, 2008).

Inferindo a ideia de conexão eleitoral, temos que se o parlamentar não adere à possibilidade de alocar recursos para sua base, possivelmente, não conseguirá se reeleger. Sendo assim, a atuação dentro dos moldes clientelistas acaba sendo quase uma obrigação, uma forma do ator político sobreviver na arena parlamentar. Comissões visam a divisão interna do trabalho legislativo, através do qual o plenário (grupo), transpõe tarefas (divididas por matérias) a subgrupos: as comissões parlamentares.

Na versão distributivista, “[...] as comissões estruturam e permitem a ocorrência estável das trocas de apoio necessárias à aprovação de políticas distributivistas”. Duas características do sistema de comissões são essenciais no desempenho deste papel: “[...] o processo através do qual os congressistas são distribuídos pelas diferentes comissões e os poderes legislativos a elas garantidos” (LIMONGI, 1994, p.9).

O mecanismo de distribuição dos membros de uma casa legislativa nas diferentes comissões é fundamental na determinação dos resultados dos trabalhos legislativos. Para a versão distributivista, os interesses pessoais dos parlamentares



são decisivos na alocação dos mesmos nas comissões, na medida em que congressistas irão procurar ocupar comissões com que tenham identificação e que possam buscar recursos para suas bases. Exemplificando: se a base eleitoral de um determinado parlamentar é eminentemente rural, a participação deste parlamentar na comissão de agricultura propiciaria importantes dividendos eleitorais, portanto, seria a mais indicada.

No que se refere aos poderes conferidos às comissões, cabe ressaltar que, no Congresso dos Estados Unidos, é de atribuição das comissões a apreciação em primeira instância de toda e qualquer matéria que recaia sobre sua jurisdição. Comissões podem decidir a sorte da maioria das matérias, pois possuem a capacidade de selecionar, entre as várias proposições existentes, quais devem ser enviadas a plenário após serem objeto de estudos e aperfeiçoamento (LIMONGI, 1994).

Para que as comissões permitam ganhos de troca, elas precisam possuir direitos parlamentares especiais. É assim que o plenário, por exemplo, cede poderes às comissões no intuito de que a vontade das comissões sejam ratificada pelo plenário.

A limitação da capacidade do plenário em emendar matérias aprovadas nas comissões, implica não somente que as preferências das comissões prevalecerão sobre as do plenário; “[...] mais do que isto, garante a própria estabilidade do pacote distributivista arrumado no interior da comissão” (LIMONGI, 1994, p.13).

O modelo distributivista possui uma estreita relação com o imperativo da conexão eleitoral, na medida em que “[...] a centralidade da dimensão geográfica do voto e seu impacto sobre a natureza das políticas implementadas”, acarreta a alocação de benefícios para os distritos ou bases dos parlamentares com vista à conquista de eleitores ou à manutenção do apoio das bases eleitorais (CARVALHO, 2003, p. 20).

A lógica do parlamento e, conseqüentemente, da produção legislativa, nessa perspectiva, só pode ser compreendida, portanto, a partir da visualização da conexão eleitoral.



Importando o modelo distributivista de análise parlamentar estaduniense para a análise do Legislativo brasileiro, o comportamento parlamentar se direcionaria a proposição e aprovação, prioritariamente, de leis com custos difusos e benefícios concentrados (alocação de recursos para bases), visando a reeleição.

3.2 Modelo Partidário

A linha partidária atribui aos partidos, por intermédio de seus líderes, o papel de arbitrar os conflitos coletivos (Cox e McCubbins, 1993). O pressuposto inicial foi o de revisar as vertentes informacional e distributivista com o objetivo de avaliar a atuação dos partidos na arena parlamentar, na produção legislativa, atuação esta subestimada pelas vertentes informacional e distributivista. No modelo partidário as comissões também ocupam papéis centrais, todavia como meio pelo qual os partidos políticos, especialmente o majoritário, exercem controle sobre a agenda de trabalhos legislativos, aprovando, assim, políticas de sua preferência (MENDES DA ROCHA, 2010).

Em sua primeira análise, Cox e McCubbins partiram da ideia de necessidade de reinterpretação das evidências tradicionalmente usadas para provar a fraqueza dos partidos norte-americanos (LIMONGI, 1994).

Cox e McCubbins (1993) a partir das transformações estabelecidas no cenário político Congresso norte americano no século XX, passaram a identificar a importância dos partidos na arena parlamentar. O papel exercido pelo partido majoritário, pelos líderes partidários e pelo presidente do Congresso (*Speaker*), fizeram Cox e McCubbins perceberem a real importância do partido na arena parlamentar, com vistas aos seus poderes regimentais (institucionais) para interferir na produção de leis.

Comissões são arenas que propiciam a realização de interesses partidários, nesse sentido, as lideranças são atores centrais do processo, haja vista que



possuem papel primordial na elaboração da agenda parlamentar e na busca pela coesão interna do partido (MENDES DA ROCHA, 2008).

Cox e McCubbins (1993) passaram a interpretar as comissões como uma arena do governo partidário. A leitura por eles proposta é a de que os partidos agem por intermédio das comissões. Outra questão de destaque: os autores revisitam as análises de votações nominais (na medida em que é uma forma de verificar a coesão partidária) no intuito de verificar se a importância do partido está ou não em declínio.

Neste ponto os autores fazem a distinção dos tipos de votação de partidos: as votações que envolvem temas no interior da agenda partidária e aquelas referidas a temas de fora dessa agenda. “[...] A inclusão de uma votação na agenda partidária depende da atuação das lideranças partidárias. Uma votação deve ser tomada como relevante para medir a unidade partidária quando suas lideranças de alguma forma se envolvem e atuam no sentido de influenciar o resultado” (LIMONGI, 1994, p.27).

Cox e McCubbins (1993) assumem como indicadores do envolvimento com o partido os percentuais de votos dos parlamentares conforme orientação de seus líderes. Se os parlamentares de um mesmo partido votam na direção indicada pelo líder, o voto será considerado parte da agenda partidária. Os autores realizaram testes empíricos no intuito de confirmar, ou não, o pressuposto mencionado. Assim, concluíram que há coesão partidária, indicando que os partidos não são desimportantes na dinâmica legislativa.

Os autores identificaram que os partidos detêm a capacidade de controlar a agenda decisória (determinar quanto e o que será objeto de decisão) através de seus líderes no interior da casa legislativa. É dessa característica que advém sua força. A liderança partidária garante a estabilidade em torno de uma agenda, explicando, em certa medida, a coesão que os partidos demonstram em sua atuação intraparlamentar.

Partidos políticos funcionam como mecanismos possuidores de recursos para a solução de dilemas da ação coletiva. Membros parlamentares quando atuam



individualmente não possuem força, juntos conseguem capturar ganhos potenciais. Os partidos devem ser tomados como variável explicativa central (não as comissões como no modelo informacional, por exemplo). Os partidos são agentes capazes de aperfeiçoar o bem-estar dos legisladores, portanto, como variável explicativa central não as comissões, como no modelo informacional (NASCIMENTO, 2010).

Cox e McCubbins (1993) inovaram ao identificar que os partidos, quando atuantes nas casas parlamentares, funcionam como uma espécie de cartel legislativo, tirando o poder de fazer leis do Congresso e repassando-o para os membros do partido. A força destes cartéis está no poder que estes membros possuem de dominar, no âmbito do parlamento, a agenda de trabalhos.

Em suma, o modelo partidário busca compreender: “ [...] como funcionam os sistemas de delegação entre o partido, a burocracia e o executivo, como as leis interagem com a estrutura das comissões e como podem influenciar o processo legislativo e a produção de políticas públicas” (NASCIMENTO, 2010, p.386).

A ampliação dos ganhos do parlamentar individual pode ser concebida a partir da atuação dos líderes partidários. Estes, por sua vez, irão coordenar a ação coletiva da arena parlamentar é o que sustenta a teoria escolha racional, quando busca interpretar a atuação dos partidos (e do líder partidário) no parlamento. Nascimento (2010) destaca que a ênfase analítica sobre os partidos não negligencia as racionalidades dos indivíduos nem os limites da ação coletiva.

Os líderes partidários são capazes de construir mecanismos de cooperação institucionais, como, por exemplo – “ [...]a autoridade das comissões, o processo de indicação para uma comissão, a produção e o planejamento dos produtos finais de uma comissão, o controle das deliberações sobre o plenário, entre outros”, com o objetivo de garantir ganhos a todos membros do partido e, como via de consequência, garantir a estabilidade das decisões no ambiente em questão (NASCIMENTO, 2010, p.338).

Nascimento (2010), se apropriando dos ensinamentos de Cox e McCubbins informa que, para o modelo partidário, os partidos são tomados enquanto coalizões



processuais, que em alguns momentos atuam como ator unitário. Quanto mais homogêneo o partido, maior sua capacidade de ação coordenada.

3.3 Modelo Informacional

O trabalho de Krehbiel (1991) é referência central nas análises informacionais. Krehbiel destaca, entre outros aspectos importantes a incerteza das decisões, na medida em que parlamentares decidem sem saber quais serão os resultados das políticas que aprovam. O pressuposto é o de que a informação é distribuída de forma assimétrica entre os membros da Casa, a informação e a especialização não são uniformemente distribuídas entre os atores do processo legislativo.

A assimetria de informações implica a existência de espaço para o uso estratégico desta informação. Indivíduos racionais, com suas preferências particulares, podem optar por não fazer públicas as informações de que dispõem” (LIMONGI, 1994, p.21).

Alguns membros possuem maior conhecimento que outros sobre os efeitos de políticas em determinadas áreas. A *expertise* dos membros parlamentares passa a figurar como elemento primordial no exame da dinâmica do processo legislativo juntamente com o sistema de comissões, na medida em que comissões são divididas por área de especialidades, e constituem, portanto, ambientes propensos para a formação de atores especialistas, detentores de um maior volume de informações em determinados assuntos, no interior de uma comissão. As comissões são vistas como arenas para a formação de especialistas.

Especialistas(*experts*) são pessoas bem informadas sobre determinados assuntos ou com amplo potencial para aprender sobre os mesmos devido a sua formação escolar e/ou profissional e/ou sua experiência anterior em outros cargos (SANTOS; ALMEIDA, 2005).

A eficiência e a organização de uma arena parlamentar, quando analisadas pela capacidade informativa das comissões, que em muito é representada pela inclusão de especialistas que possuem informação adequada acerca do tema a ser



debatido, resulta de um pressuposto central do modelo de Khreibiel: “[...] a incerteza quanto ao resultado das políticas. A redução da incerteza se afigura como um bem coletivo a ser alcançado, por intermédio de artifícios institucionais que estimulem e recompensem a especialização” (CARVALHO, 2003, p. 39).

A informação influencia diretamente a qualidade da decisão: quanto maior a quantidade de informação para subsidiar o processo decisório, menor a incerteza e maior as chances de uma proposição legislativa adequada aos moldes democráticos. Note-se que, para o parlamento tomado como um todo, as comissões serão mais eficazes quando parlamentares tornarem públicas as informações. Quanto maior a quantidade de informação tornada pública, via debate e deliberação, tanto melhor a qualidade da decisão.

Nas palavras de Fernando Limongi:

A assimetria de informações implica a existência de espaço para o uso estratégico desta informação. Instituições serão tanto mais eficientes quanto mais induzirem os portadores de informações a torná-las públicas, reduzindo, assim, a incerteza ou, o que é o mesmo dito de outra forma, garantir que decisões sejam tomadas com base no maior volume de informação disponível, assegurando, assim, que os ganhos advindos da maior especialização de seus membros sejam realizados. Em uma palavra: uma organização será dita eficiente se for capaz de estimular e retribuir a especialização. Para a perspectiva informacional o sistema de comissões é o eixo estruturador da atividade legislativa (LIMONGI, 1994, p. 22).

Somada à presença de especialistas, o legislativo necessita criar outros estímulos para a especialização dos parlamentares como, por exemplo, a regra de antiguidade (*seniority*), “praticada no Congresso norte-americano, segundo a qual os presidentes das comissões são os membros mais antigos do partido majoritário. Essa norma desestimula a troca de comissões e é um incentivo à especialização dos legisladores” (MENDES DA ROCHA; BARBOSA, 2008, p 95).

A informação vista como capital político importante a ser adquirido influencia, a redução da incerteza das jogadas do ator político, a coordenação da ação coletiva em uma arena parlamentar, e amplia a qualidade democrática, já que quanto mais bem informada uma decisão, mais qualificada ela será.



4 O novo institucionalismo e os estudos legislativos no Brasil

Os Estudos Legislativos configuram subárea primordial da Ciência Política. O acúmulo de informações sobre o Congresso norte-americano através do olhar atento de pesquisadores, forneceu subsídios para a construção de uma agenda de pesquisa voltada para o funcionamento do Legislativo como Instituição. “Há debates consolidados, avanço na sofisticação metodológica da investigação empírica, desenvolvimento teórico e refutação de hipóteses, o debate, assim, atende, [...] aos requisitos daquilo que Thomas Kuhn chama de “ciência normal”, de uma pesquisa fundamentada em realizações científicas do passado” (INÁCIO; RENNÓ, 2009, p. 17).

A constituição e a existência da área de estudo no Brasil é, sem dúvida, uma importação dos estudos norte-americanos. Contudo, estamos longe de ter assistido a um processo de assimilação ou incorporação acrítica de um modelo.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 “[...] modificou as bases institucionais do sistema político nacional, alterando radicalmente seu funcionamento” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p. 82). Materializada a democracia e superado o debate sobre a consolidação da mesma, os estudiosos voltaram seu olhar para funcionamento do Poder Legislativo, bem como para sua relação com o Executivo.

O estudo do processo de redemocratização brasileira revelou um diagnóstico de inviabilidade, pelos teóricos, devido a combinação explosiva entre instituições políticas como o presidencialismo, um sistema partidário pouco institucionalizado, somado às características da legislação eleitoral pátria (que, entre outros institutos, previa o princípio proporcional e as listas abertas). Desta forma, a lógica do sistema institucional brasileiro tenderia a um sistema inoperante.

Ames (2001) observou que, devido ao formato de nossas instituições (multipartidarismo, presidencialismo, federalismo, sistema eleitoral de listas abertas, entre outras características), que a combinação entre dispersão do poder e baixa



efetividade de governo constituiriam a base de um sistema institucional que teria dificultado as reformas no período posterior à transição para a democracia. Lado oposto, autores como Figueiredo e Limongi (1999), fundadores da área de estudo no Brasil, rebatem a ideia de ingovernabilidade (devido à combinação explosiva do presidencialismo com partidos pulverizados) com o argumento de que o Executivo tem inúmeros recursos institucionais, como, por exemplo, a prerrogativa de urgência, as competências legislativas, poder de editar medidas provisórias, que podem ser usados como instrumentos de controle da agenda por parte do executivo, viabilizando a governabilidade e, consequentemente os estudos das instituições governamentais (CARVALHO, 2003).

A consolidação da democracia brasileira inspirou importantes pesquisas acerca do sistema político nacional. Consolidada a democracia, passou-se à necessidade de estudos voltados para o funcionamento da ordem democrática no país, do “lado de dentro do sistema”. O quadro institucional consolidado a partir da promulgação da Constituição de 1988, perceptivelmente, está longe de ser o vislumbrado pelos especialistas do tema. A carta magna alterou de forma significativa as bases institucionais do sistema político nacional.

Entre outros aspectos, um ponto importante desta mudança refere-se ao aumento dos poderes legislativos do presidente e, a consequente preponderância legislativa do executivo. Outro ponto se dá a partir da ampliação, pelos regimentos internos das casas legislativas, dos recursos disponíveis aos líderes partidários para os mesmos comandarem suas bancadas. O sistema institucional que tendia a ser inoperante, devido à combinações institucionais em princípio incompatíveis, ganha corpo e operacionalidade ao centralizar o processo decisório no executivo, bem como concentrar a articulação dos trabalhos nas mãos dos líderes partidários.

Percebe-se que “o padrão organizacional do legislativo brasileiro é bastante diferente do norte-americano” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1998, p. 85), na medida em que, no Brasil, os trabalhos legislativos são centralizados nas mãos dos partidos e o executivo possui grande expressividade na arena legislativa com seus amplos



poderes para legislar, o que não ocorre no congresso estadunidense. A separação dos poderes, no Brasil deve ser tratada de forma diferenciada.

CONCLUSÃO

O estudo comparado entre os legislativos brasileiro e norte-americano traz questões importantes a serem observadas: “ variáveis organizacionais próprias à estruturação dos trabalhos legislativos podem e devem ser tomadas como variáveis independentes” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1998, p. 85). Em outros termos: nas análises do legislativo brasileiro não se pode deixar de considerar os poderes do executivo para legislar. Quando essas variáveis não são analisadas os dados tendem a ser deturpados. Desta forma, a implicação teórica dos estudos do congresso norte- americano fica prejudicada quando aplicada ao congresso brasileiro: variáveis determinantes não são consideradas nas análises (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1998).

Avanços e constatações à parte, há um terreno fértil a ser explorado. Há uma lacuna (que está sendo suprida) nos estudos dos legislativos na América Latina, que tem o Brasil como representante com o legislativo mais estudado, apesar de a área de estudo ser recente. Destaco a inovação iniciada por Figueiredo, Limongi e Santos no que se refere aos estudos legislativos no Brasil. A partir da análise da Câmara dos Deputados, Figueiredo e Limongi (1998) constataram que os partidos, na arena parlamentar, funcionam com especial disciplina, atuando conforme o posicionamento de seus líderes, bem como o presidencialismo de coalizão e a formação de uma base governista possibilitam o funcionamento (governabilidade) de uma democracia que antes, conforme mencionado, estava fadada ao fracasso, nas palavras de Ames.



REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro**. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 31, 1988.
- AMES, B. **Negócios, acordos e eleitores: o que motiva os deputados?** In: AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- ARAÚJO, Paulo Magalhães. **Racionalidade, instituições e normas: uma análise sobre a ação coletiva e a estabilidade das escolhas sociais**. *Isegoria - Ação Coletiva em Revista*, v. 01, 2011.
- COUTO, C. G. **Negociação, Decisões e Governo: padrões interativo nas relações executivo-legislativo e o caso paulistano**. IN: ANDRADE, R. C. *O processo de governo no município e no estado*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1998.
- DOMINGUES, Mauro Petersem. **Espírito Santo: produção legal e relações entre os Poderes Executivo e Legislativo entre 1995 e 1998**. In: SANTOS, F. *O poder legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- FIGUEIREDO, A. E LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- FIGUEIREDO, A. E LIMONGI, F. **Poder de Agenda e Políticas Substantivas**. In: *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada/Magna Inácio, Lucio Rennó, organizadores*. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- HALL, P. e TAYLOR, R. **As três versões do neo-institucionalismo**. *Revista Lua Nova*, n. 58, 2003.
- INÁCIO, M. E RENNÓ, LUCIO. **Estudos Legislativos no Brasil**. In: *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada/Magna Inácio, Lucio Rennó, organizadores*. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- KHREBIEL, Keith (1991). **Information and legislative organization**. Ann Arbor: The University of Chicago Press.
- LEMONS, Leany Barreiro (2001). **“O Congresso Brasileiro e a Distribuição de benefícios sociais no período 1988–1994: uma análise distributivista”**. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 44.
- LIMONGI, F. **Estudos Legislativos**. In: LESSA, Renato (org). *Horizontes das Ciências Sociais*. Anpocs, 2010.



LIMONGI, F. **O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente.** BIB, Rio de Janeiro, n. 37, 1994.

MÜLLER, G. **Representação Política: Neoinstitucionalismo em perspectiva comparada.** Revista Brasileira de Ciências Sociais-vol.24, nº69, 2009.

PASSOS, M. C. **Governos de coalizão em unidades sub-nacionais: os casos do Paraná e Rio Grande do Sul: uma discussão preliminar.** Trabalho apresentado no Seminário Nacional de Sociologia e Política, UFPR, 2009.

PEREIRA, A. R. **Sob a ótica da delegação: governadores e assembleias no Brasil pós-1989.** In: SANTOS, F. O poder legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

PEREIRA, C. & MUELLER, B. 2000. **Uma teoria da preponderância do poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 45-67.

PERES, P. S. **Comportamento ou Instituições? A evolução do neo-institucionalismo na ciência política.** RBCS, vol. 23, n. 68, 2008.

POLSBY, Nelson. **The institutionalization of U.S. House of Representatives.** In: *American Political Sciences Review*. Vol. 62, n. 3, 1968.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **Por dentro do Processo Decisório: como se fazem as leis.** Brasília: DIAP, 2006.

ROCHA, M. e BARBOSA, Cássio. **Regras, Incentivos e Comportamento: as comissões parlamentares nos países do Cone Sul.** *Revista de Sociologia Política*, Vol. 16, 2008.

SANTOS, F. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão.** Belo Horizonte: UFMG/Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes (org.). **O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

TOMIO, F. e RICCI, P. **Conexão Eleitoral, Processo Legislativo e Estratégias Parlamentares nas Assembleias Legislativas Estaduais.** Unicamp, 2008 (Trabalho apresentado no 6º Encontro da ABCP)

TSEBELIS, G. **Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada.** São Paulo: Edusp, 1998.



MORTES NO TEMPO: ANÁLISE DAS PERMANÊNCIAS HISTÓRICAS DE ASPECTOS POTENCIALIZADORES DO CRIME DE HOMICÍDIO EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, ES

Luan Tofano Elias¹
Marco Aurélio Borges Costa²

Resumo:

O objetivo do artigo é evidenciar as permanências de fatores potencializadores do crime do homicídio em dois momentos distintos historicamente, no início do século XX e início do século XXI. Utilizando dados coletados diretamente em delegacias e documentos judiciais do início do século, propõe-se uma análise comparativa entre os padrões do crime de assassinato, assim como as motivações e o perfil da vítima, observando-se que diversos aspectos se equiparam nos dois momentos estudados evidenciando a manutenção de padrões de violência específica ao longo da história do país, no contexto do campo delimitado para a pesquisa, que é o município de Cachoeiro de Itapemirim. Palavras-Chave: Homicídios; Vítimização; Violência.

INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno que sempre acompanhou a humanidade, influenciando as formações culturais e políticas. Dotada de um caráter histórico, constitui-se como um eixo de análise da evolução e transformação social.

Com o objetivo de compreender esse fenômeno no tempo e no espaço, o Grupo de Estudos e Pesquisas do Centro Universitário São Camilo-ES desenvolveu uma pesquisa que consistiu na análise e registro dos inquéritos policiais dos

¹ Graduado em Licenciatura Plena em História no Centro Universitário São Camilo – ES e Professor do Centro Educacional São Camilo. - luantofano@hotmail.com

² Professor do Centro Universitário São Camilo – ES, onde coordena o grupo de pesquisas em Instituições, Violência e Cidadania e o Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais; Doutorando em Ciências Humanas - Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (capes 7); marcobcosta@gmail.com



homicídios dolosos ocorridos no município nos anos de 2005 a 2010 sob a guarda da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) da Polícia Civil do município de Cachoeiro de Itapemirim/ES. O intuito foi registrar e catalogar dados e informações para posterior utilização em produções e análises científicas. Tais análises não se restringiram ao aspecto quantitativo, uma vez que a cidade contabiliza um número de homicídios não muito acima das médias nacionais, constituindo, em relação à população, um valor absoluto de ocorrências que permitem uma análise mais aprofundada.

Complementarmente, o Fórum Horta de Araújo – do mesmo município – autorizou o acesso do grupo ao seu arquivo “morto”, no qual foram encontrados processos criminais do final do século XIX e de todo século XX – valendo ressaltar que foi recolhida apenas uma pequena amostragem da enorme quantidade de documentos que lá se encontram disponíveis. Tais processos estão depositados no Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais (LAPHIS) do Centro Universitário São Camilo-ES, disponíveis como fontes primárias de estudos diversos.

Dessa forma, tomou-se como base as fontes históricas primárias (processos), compreendendo uma amostragem dos anos de 1900 até 1920, comparando com as 46 vítimas registradas pela DCCV no ano de 2012.

1 A VIOLÊNCIA

O conceito de violência assumido nesse artigo vai além do dilema sócio-filosófico se a mesma é encontrada na natureza do ser humano – desde seu nascimento – ou se é a sociedade que o corrompe. Segundo Michel Misse, a violência “(...) significa o emprego da força ou da dominação sem legitimidade, isto é, na impossibilidade do conflito ou da resistência”. Ressalta o autor que a violência é um termo descritivo, nunca neutro, sempre aplicado a um “outro”.

Não somente o assassinato, violência máxima aplicada a outro ser humano e foco desse trabalho, mas qualquer ato violento decorre de uma característica



humana, manifestando — se provocada por fatores externos e internos. Constitui-se em um fenômeno bio-psico-sócio-cultural, ou um fato social total, como diria Marcel Mauss (1974, p. 41).

Nesses fenômenos sociais "totais", como nos propomos chamá-los, exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais - estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas - supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes, de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições.

Emmanuel Renault (2008), sustentando-se na Teoria do Reconhecimento desenvolvida por Axel Honneth (2003), chama a atenção para a influência de um ambiente de desrespeito social na construção de um contexto de violência.

As diversas formas de negação do reconhecimento e de feridas morais que os autores conceituam em termos como desrespeito, invisibilidade, sofrimento, desprezo social, dentre outros, causam prejuízos no apoio social dos indivíduos, provocando processos de desunião social, aumentando a vulnerabilidade e predispondo para um contexto de violência. (p. 323).²

Assim, a violência pode ser percebida de forma plural e total ao mesmo tempo, sendo necessária uma análise de diferentes lados e pontos de vista para buscar entender a totalidade de fatores condicionadores que levam o ato e a sua existência histórica no meio social e, além disso, como tal fenômeno foi, aos poucos, se adaptando e se moldando às diferentes sociedades, cuja evolução³ – com relação a valores, princípios, imaginários, culturas, economias e bases estruturais – também dita à forma de manifestação da violência. Durkhéim (2002), quando se refere ao homicídio em seu livro “Lições de Sociologia”, o assassinio (ponto ápice da violência), por exemplo, ganha diferentes valores em diferentes sociedades e diferentes épocas. Segundo ele, na sociedade europeia da época em que a Igreja

² Tradução livre.



dominava a economia e o imaginário das pessoas, a morte do outro incomodava, gerando o medo e o desconforto.

Esse caso exemplificado por Durkhéim mostra que, com o tempo e com as transformações sociais, a violência vai se moldando e se adaptando às novas características, valores e cenários. Desse modo, é percebida de forma, ao mesmo tempo, igual – levando em conta às pessoas mais sujeitas a sofrerem e/ou praticarem o ato violento – e diferente – observando as diferentes formas de como a violência é manifestada, além dos diferentes fatores que a proporcionam.

Vale lembrar que a violência – enquanto conceito geral – difere-se da violência urbana – esta que seria um recorte diferenciado daquela. A violência engloba toda imposição ilegítima sustentada na força, enquanto a violência urbana é um recorte dessa violência relativa a elementos potencializadores urbanos, que fazem com que a violência se manifeste de forma característica ao ambiente urbano.

A partir disso a pesquisa propõe uma análise sócio-histórica de índices de homicídio, levando em conta as formas como o mesmo se manifesta em diferentes épocas e contextos, considerando cenário que, com o passar do tempo foi se alterando, onde os campos, roças e grandes fazendas, aos poucos, foi dando lugar a casas, ruas, empresas, estradas, lojas, bairros, favelas, etc. Tal cenário, nesse caso, é o município de Cachoeiro de Itapemirim, de cujo processo de ocupação e urbanização iniciou-se no século XIX e intensificou-se aceleradamente em meados do século XX – bem como boa parte do Brasil. Desse modo, com a urbanização acelerada, diferentes problemas sociais surgiram e/ou se intensificaram, e diferentes problemas sociais que já pairavam sobre o município desde a época em que a maior parte do mesmo era composta pela paisagem rural tradicional.

No decorrer do artigo, ao apresentar os dados coletados sobre a pesquisa, tais afirmações serão postas em evidência. Antes disso, para que se tenha uma base conceitual em relação ao tema proposto, é importante saber que, com o passar do tempo, o homicídio começa a se proliferar pelas sociedades urbanas, uma vez que a urbanização facilita as oportunidades para que um indivíduo – seja por fatores



externos ou internos – queira se privar da existência do outro por qualquer motivo. Isto é notado de forma semelhante na história de Cachoeiro. Seja pelos mercados ilícitos – como a droga hoje em dia - seja por dívidas de barganhas – no início do século XX - um fator presente nesses dois casos proporciona para que o homicídio ocorra: a honra. Assim, o objetivo é mostrar que a violência, ainda que se manifeste de formas e em quantidades diferenciadas, apresenta-se com características estreitas quando relacionadas à sua gênese.

A pesquisa também propõe a análise sobre quem está morrendo – além das motivações aparentes. Segundo Elias, por exemplo, as elites têm seus próprios costumes e possui o acesso mais fácil à justiça, enquanto as classes marginalizadas – sendo caracterizadas assim tanto pela urbanização, quanto pela diferença e exclusão social presente intensa e historicamente no Brasil, não sendo diferente nos ambientes menores como é o caso de Cachoeiro – deve, muitas vezes, recorrer a meios próprios e individuais que, mesmo indo de encontro à moralidade, para resolver seus assuntos inacabados e, muitas vezes, tais assuntos acabam ou um indivíduo privando-se da existência do outro, e às vezes até “culminando em verdadeiras batalhas em logradouros públicos.” (ELIAS, 1994, p.197). Não quer dizer que a violência limita-se às classes marginais ou menos favorecidas, mas sim que os que compõem tais classes estão mais sujeitos ao ambiente violento. A violência entre as elites e da elite para com as classes social e financeiramente inferiores também existe e de forma significativa, ajudando a agravar o cenário violento da sociedade. Desse modo, a exclusão social e o preconceito são fatores históricos e acumuladores da violência, uma vez que estão presentes na sociedade rural e acabam transpostos para o ambiente urbano com a intensa transformação da distribuição populacional que ocorre no Brasil principalmente após os anos 70.

Adorno também indica alguns fatores relacionados ao contexto de violência urbana que afeta o país nos dias atuais, mas que possuem raízes no fim do século XIX e se intensificam no período autoritário que é também o de maior migração do ambiente rural para o urbano.



A sociedade brasileira convive com amplas parcelas de sua população excluídas dos direitos, a despeito da reconstrução da normalidade democrática após duas décadas de vigência do regime autoritário (1964-1984). Diferentes clivagens contribuem para este cenário social: situação ocupacional, carência de profissionalização, baixa escolaridade, gênero, origem regional, idade e, acima de tudo, cor. Negros -- homens e mulheres, adultos e crianças -- encontram-se situados nos degraus mais inferiores das hierarquias sociais na sociedade brasileira, como vêm demonstrando inúmeros estudos e pesquisas. (ADORNO, 1996, p. 1)

O recorte temporal confirmou no campo delimitado o amplo conhecimento que se tem de que a maior parte das pessoas vitimadas no crime de homicídio é de classe social desfavorecida. Habitantes de um a realidade onde se acumulam fatores sociais de reforço da violência e onde predomina a negação do reconhecimento social. Um ambiente de invisibilidade social (HONNETH, 2004) no qual se prolifera uma sociabilidade violenta, na qual a mediação por meio da força física se torna regra (MACHADO, 1999)

2 – Os homicídios em Cachoeiro de Itapemirim em 2010.

Parte da presente pesquisa desenvolveu-se estudando os inquéritos policiais da Delegacia de Crimes Contra a Vida de Cachoeiro de Itapemirim (DCCV). O trabalho consistiu numa coleta de dados empíricos, retirados diretamente da fonte, referentes aos homicídios dolosos ocorridos no município entre os anos de 2005 e 2010. Tal procedimento foi uma iniciativa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura Violência e Cidadania do Centro Universitário São Camilo, que compreende integrantes dos cursos de Psicologia, Direito e História, visando um estudo – tanto bibliográfico quanto de campo – sobre os temas que dão nome ao mesmo.

Os dados coletados são referentes a diferentes itens ligados ao homicídio – como características da vítima, características do homicídio, formas, locais e



horários das execuções, os acontecimentos pós fato, etc. Tais informações foram registradas pelo grupo por meio de um questionário semiaberto – com locais de marcação de opções e de preenchimento de informações encontradas apenas com a leitura do inquérito policial. Os dados utilizados para esta análise remetem-se apenas às características das vítimas – para apresentar quem está morrendo e o perfil do crime – como e porque são vitimadas. Dessa forma, propõe-se uma discussão as motivações aparentes que levaram ao ato e a classe e situação social da qual faz parte tendo como base os marcos teóricos já apresentados e estabelecidos..

Os dados que serão apresentados a seguir não visam uma leitura meramente quantitativa, mas sim, um esclarecimento quanto ao desenvolvimento da violência no município de Cachoeiro, levando em conta as teorias expressas anteriormente e os diferentes contextos socioculturais vividos pelo mesmo, apresentando assim, um fragmento da história da violência na região, como a mesma se dá e se deu com o passar do tempo, e com o transformar do meio físico e social, levando em conta as formas pelas quais tal fenômeno se manifestou.

Antes de iniciar, é importante ressaltar que o inquérito policial é um instrumento administrativo, onde são expostas informações do ocorrido. Tais informações servem de base para a abertura do processo, portanto, é a investigação do caso que resulta nas informações que irão compor o inquérito, este que abre as portas do ajuizamento por parte do Ministério Público. Entretanto, as informações coletadas nos inquéritos são, ao mesmo tempo, objetivas e subjetivas. Objetivas no que se refere às necessidades burocráticas informativas que compõem o corpo do documento, e subjetivas pois, tais informações podem ser tendenciosas e/ou apresentar contrapontos – uma informação apresentada no início do documento, pode ser encontrada com sentido totalmente diferente no final do mesmo – e, além disso, algumas informações presentes em alguns inquéritos podem não aparecer em outros, por tanto, como será percebido mais a frente, muitas informações e dados podem não constar no inquérito, o que auxilia, de certa forma, na existência de



lacunas informativas com relação a alguns dados extraídos na pesquisa e utilizados na análise.

Com relação ao gênero, o homem é o mais sujeito a ser vitimado. O ano de 2010 contabilizou 46 vítimas de homicídio doloso resultando assim, proporcionalmente, 23 homicídios para cada 100 mil habitantes – levando em conta uma média estimada, segundo a própria delegacia, de 200 mil habitantes para o município de Cachoeiro de Itapemirim. Dessas 46 vítimas, 44 compreendendo o gênero masculino.

Além de o gênero masculino ser o mais afetado, os pardos são os mais vitimados das 46 vítimas. Na pesquisa, foram contabilizadas 23 vítimas pardas, 13 vítimas de cor de pele branca e nove negros – sendo que a identificação de cor de pele de uma vítima não fora encontrada no inquérito. Desse modo nota-se que, até aqui, homens pardos são os que mais são envolvidos no ambiente violento e, muitas vezes, sofrem as consequências de tal meio.

A faixa etária também é um fator vital a ser contabilizado, analisado e exposto, uma vez que deixa claro o perfil vitimológico e dos personagens que compõem o cenário violento. Dentre o total de vítimas, indivíduos de 18 a 25 e 26 a 35 anos são os mais vitimados.

Tabela 1

Faixa Etária	
0-17	3
18-25	14
26-35	15
36-45	8
46-55	3
56 +	2
Não consta	1

Fonte: Grupo de Estudo e Pesquisa “Cultura, Violência e Cidadania”.



Também é importante frisar que alguns dados podem não ser encontrados ou não constarem no Inquérito. Com relação à análise da faixa etária das vítimas, foi encontrado um inquérito cuja informação da idade não constava.

Outro dado importante refere-se ao estado civil. O maior índice de homicídios comporta o grupo dos solteiros perante o Estado. Como foi percebido no desenrolar da pesquisa, tal grupo compreende boa parte de amasiados – conviventes – e namorados, uma vez que boa parte dos homicídios é causada por ciúmes, ou seja, o envolvimento com relações afetivas – entretanto, isso será melhor explicitado mais a diante. Os números que traduzem os homicídios por estado civil compõem a tabela abaixo, ainda lembrando que alguns dados não foram encontrados em alguns inquéritos durante a pesquisa.

Tabela 2

Estado Civil das Vítimas	
Casado	8
Separado	1
Solteiro	31
Outros	4
Não identificado	2

Fonte: Grupo de Estudo e Pesquisa “Cultura, Violência e Cidadania”.

O ultimo aspecto que compõe a construção das características das vítimas talvez seja o mais significativo com relação ao papel social que as mesmas empenham em seu meio, o que pode proporcionar um contexto violento: os homicídios por atividade; ou seja, levando em conta a profissão da vítima. Nota-se que os indivíduos assassinados comportam uma classe social pouco privilegiada, uma vez que sua maioria compreende profissões de baixo nível, com pouca remuneração e pouco reconhecimento social, o que novamente nos remete a Honneth e Renault. Sujeitam-se a um ambiente sem reconhecimento social e de trabalho precário, potencializando um contexto de desorganização e sofrimento



social que somados aos problemas históricos que afetam essas populações, contribuem para a formação de uma configuração social que se utiliza largamente da violência como mediação social.

Dentre as diferentes profissões encontradas, as de baixo reconhecimento social – como as de pedreiro, ajudante de pedreiro, trabalhador do campo, etc. – são as que mais se repetem entre as vítimas de homicídio. O fato do leque de atividades ser muito variado trouxe a necessidade de uma classificação das atividades desenvolvidas. Tal classificação, que será apresentada abaixo, já se relaciona com o número de homicídios de vítimas que ocupam, pela atividade que exercia em vida, tal classe.

Tabela 3

<u>Homicídios por Atividade</u>	
Profissão	Nº de Vítimas
Membros superiores do poder público, dirigentes de organização de interesse público e de empresa e gerentes	0
Profissionais das ciências e das artes	1
Técnicos de nível médio	0
Trabalhadores de serviços administrativos	0
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	7
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	3
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	13
Desocupado	3
Trabalhadores de reparação e manutenção	5
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0
Ocupações mal definidas ou não declaradas	11



Desempregado	2
Do Lar	0
Aposentado	1

Fonte: Grupo de Estudo e Pesquisa "Cultura, Violência e Cidadania".

Percebe-se que os serviços classificados como ocupações mal definidas ou não declaradas, trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, e trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados são os que mais se repetem. Nota-se que tais profissões são, em suma, pouco reconhecidas socialmente, carregando consigo a influência da negação do reconhecimento como fator determinante. Vale lembrar que um dos Inquéritos pesquisados não constava a profissão que a vítima exercia, reforçando a ideia de que os dados podem ser objetivos e subjetivos ao mesmo tempo, havendo algumas lacunas numéricas. É importante esclarecer que, referindo-se a tabela acima, a diferença atribuída entre "desocupado e desempregado" se deve pelo fato de que o primeiro possui a ideia de um indivíduo que nunca trabalhou na vida – como menores por exemplo -, e o segundo a ideia de que o sujeito já tenha em sua história uma determinada ocupação e, porém, não exercia nenhuma na época do ocorrido.

Outros fatores referentes às características da vítima, como a motivação aparente dos homicídios também auxiliam na abstração com relação aos elementos pelos quais levaram o acontecimento do fato.

No desenrolar da pesquisa, dados referentes à motivação aparente do homicídio foram coletados e, depois, classificados com relação à gênese motivacional do fato, ou seja, o que levou ao assassinato. A diversidade de formas e causas de execução é extremamente plural, portanto, foi necessária uma classificação para que a análise mantivesse-se mais organizada. É importante deixar claro que as causas estudadas e que serão apresentadas são aparentes, ou seja, não são as motivações de fato, mas sim, as que aparentam ser de acordo com o



desenvolvimento e a conclusão presentes no inquérito policial estudado. Dentre as motivações aparentes ao homicídio encontradas na pesquisa, têm-se as classificações como:

Tabela 4

Homicídio causado por:	Nº de Homicídios
Brigas entre amigos	4
Motivos acidentais	4
Brigas de Bar	2
Dívidas	5
Brigas de Família	4
Tráfico de Drogas	21
Não constam	6

Fonte: Grupo de Estudo e Pesquisa "Cultura, Violência e Cidadania".

Para deixar clara a classificação, as motivações foram distribuídas isoladamente entre si, de forma que uma não entrasse no campo elementar da outra. Os homicídios causados pela briga entre amigos, além de ser autoexplicativo, não englobam motivações referentes a dívidas, dívidas com drogas – ou qualquer motivação - ou briga de bar. Os homicídios por motivos acidentais englobam os homicídios tidos no inquérito policial como passionais e/ou afirmados e reafirmados como acidente, mesmo que a perícia defina como intencional. Os homicídios relacionados a dívidas não se relacionam com as drogas, mas compõem-se dívidas comerciais legais, como barganhas, comércio, etc.

Desse modo, percebe-se que as brigas de família, dívidas e o tráfico de drogas (principalmente) são os principais fatores que propiciam o homicídio. O



tráfico de drogas e as dívidas – não relacionadas ao mesmo – são os principais fatores potencializadores da violência. Os homicídios relacionados ao tráfico levam em conta somente o consumo, mas incluem o comércio e disputas por território, ou seja, pontos de venda e clientela. A questão notada a partir da análise dos processos e é, na maioria dos casos, o indivíduo mata o devedor ou o concorrente não o faz estritamente devido ao dinheiro, mas sim, a preservação da honra atrelada a resolução particular de problemas nos quais a mediação do Estado está excluída, tornando-se um fator essencial para a potencialização da violência.

Com relação à violência urbana, os fatores que sugerem um contexto violento potencializam a vitimização e as causas motivacionais do assassinato.

Além da violência urbana, também são encontrados casos de violência no ambiente rural. Quatro homicídios registrados ocorreram nos distritos do município, e envolviam pessoas pardas, lavradores, de 26 a 35 anos, e relacionadas a brigas de família e dívidas. Tais motivações aparentes e perfis vitimológicos também são percebidos na análise dos homicídios dolosos do município no início do século XX como será apresentado a seguir.

3 HOMICÍDIOS EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Os homicídios registrados nos processos analisados do início do século XX da comarca de Cachoeiro de Itapemirim assemelham-se com os inquéritos policiais estudados, no que se refere ao perfil das vítimas e motivações aparentes. Para comprovar convergência dos fatos, serão apresentados os dados coletados na pesquisa documental. Propõe-se evidenciar que a violência, mesmo que se manifeste de forma mais intensa e diferente, não se modificou totalmente, mas sim, trocou de “figurino”, uma vez que as causas da mesma permanecem historicamente ainda presentes.

A pesquisa foi realizada no Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais do Centro Universitário São Camilo, com documentos cedidos pelo fórum da Comarca



de Cachoeiro de Itapemirim. Tais documentos compreendem processos criminais entre o século XIX e XX, de 1880 até 1970, entretanto, fora conseguido ainda, apenas, uma pequena amostragem documental, uma vez que o arquivo morto do fórum possui um grande número de caixas repletas de documentos antigos, tornando complexo o trabalho de transporte, recuperação e análise dos materiais. Atualmente, a transferência dos documentos está sendo realizada aos poucos, uma vez que dependem da disponibilidade de ambas as instituições.

Como se tem uma pequena amostragem documental com relação aos processos criminais a de processos sobre homicídios dolosos é ainda menor. Mesmo tendo sido analisados um número pequeno de casos, é possível traçar o perfil e as motivações dos homicídios, que equivalem em muitos aspectos aos de 2010.

Os processos compreendem os anos de 1908, 1915, 1918 e 1919, época que o município de Cachoeiro compunha-se em sua maior parte por zona rural. Os fatores relacionados ao assassinato ajudam a traduzir a realidade da época e se equiparam com os presentes hoje em dia.

O primeiro documento estudado foi o processo nº 27 de 1918, no qual um homem, negro, com faixa etária compreendendo de 30 a 40 anos, lavrador, foi morto esfaqueado, estando envolvido em uma briga em uma festa.

O segundo foi um processo do ano de 1915 cujo número não fora encontrado do mesmo (bem como o Livro de Tombo). O documento refere-se há uma quadrilha de assaltantes de residências que, ao invadir a casa de um casal de idosos e assassinar o mesmo, foram perseguidos pela polícia e dois integrantes da quadrilha foram executados pelos policiais. As características das vítimas não foram encontradas no documento, entretanto, tirando uma das quatro vítimas, as demais são homens e, como já pode ser notado, inseridos num contexto de marginalização e arbitrariedade estatal, uma vez que optam pela ilegalidade para a resolução de problemas particulares.



O terceiro processo, cujo número também não foi encontrado bem como o próximo processo que será apresentado, refere-se a um fato ocorrido no ano de 1919, referindo-se uma briga de família, onde um homem, pardo, ateou fogo no próprio filho. E o ultimo processo, ocorrido em 1909, um homem, pardo, “de cabelo ordinário” – como é descrito no documento - matou outro a tiros de espingarda, pelo fato deste acusar aquele de roubo. Desse modo, a injúria e a honra ainda estão fortemente presentes – bem como nos documentos estudados de 2010.

Com base nas informações identificadas, nota-se a semelhança nas características com das vítimas e na operação do crime. O ambiente rural pós abolição no qual os eventos descritos se deram e suas influencias, como preconceito, marginalização, honra e brigas são notados em ambas análises. Desse modo, percebe-se que as teorias aqui discutidas encaixam-se nos dois períodos analisados, possibilitando a compreensão de que a violência é apresentada de formas e índices semelhantes, uma vez que sua gênese, motivos, sujeições e vítimas, ainda permanecem presentes e pouco alterados, sendo condicionados apenas pela época e cenários pelos quais se manifesta.

4 - CONCLUSÃO

A partir do trajeto seguido, percebeu-se estreita relação entre os perfis vitimológicos e características do homicídio em ambos os períodos e cenários. Nota-se que há uma padronização e uma permanência histórica com relação a tais elementos. Desse modo, é possível traçar uma série de características presentes historicamente na vida social do município de Cachoeiro de Itapemirim, que comungam com as teorias socioantropológicas acerca da violência, ou seja, a análise do micro comprova de certo modo a do macro, fazendo com que se completem.

Acredita-se ter deixado evidente que os aspectos que concorrem para o crime de homicídio presentes no início do século XX ainda são claramente observáveis no



início do século XXI. A análise dos dados sob a luz das teorias reforçam a ideia de que há uma permanência histórica de elementos causadores e potencializadores do crime de homicídio, comprovando que a violência manifesta-se com roupagens diferentes com o passar do tempo, levando em conta as formas de organização da sociedade bem como seus conceitos morais.

Essa análise é de suma importância para que a sociedade compreenda o meio pela qual se insere e, ainda, contribui para as políticas de segurança pública, uma vez que esta passa a ter uma base histórica, teórica e conceitual acerca do seu foco de trabalho, abrangendo uma série de medidas que podem ser exploradas para que sejam minorados os problemas relacionados à violência, em especial, a que se manifesta com mais intensidade: a violência urbana.

Muito se têm estudado acerca da violência, bem como suas causas, consequências, motivações e desenvolvimento histórico. Entretanto, muito ainda se tem a estudar sobre sua contextualização no meio social, levando em conta propostas de solução dos problemas pelos quais a mesma proporciona. A partir desta pesquisa e análise, pode-se propor uma nova linha de estudo, compreendendo os fenômenos encontrados nas sociedades de menor expressividade demográfica e econômica. Desse modo, compreendendo o micro e levantando possíveis propostas de resoluções dos problemas, pode-se desencadear uma série de análises e iniciativas para, no mínimo, reduzir os problemas causados pela violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 18, 1996.

COSTA, Marco Aurelio Borges; ELIAS, Luan Tofano; LINS, Marcelle Ferreira. Desrespeito e Homicídios em Cachoeiro de Itapemirim – Impressões iniciais. **Cadernos Camilliani.** Cachoeiro de Itapemirim - ES, v. 12, n. 2-3, p. 83-92, mai./dez. 2011.



DURKHEIM, Émile. Lições de Sociologia. SP: Martins Fontes, 2002.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador - Uma história dos costumes**. 1ª Ed. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1994.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano – A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2ª ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**, a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. Visibilité et invisibilité. Sur l'épistémologie de la "reconnaissance". In **Revue du Mauss**. Nº23. De la reconnaissance. Don, identité et estime de soi. Paris, 2004.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MACHADO DA SILVA, L.A. Criminalidade violenta. Por uma nova perspectiva de análise. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, **13**, p. 115-124, nov. 1999. P 115-124.

MISSE, Michel. **Cinco teses equivocadas sobre Criminalidade Urbana no Brasil**. (Dissertação). Professor-adjunto de Sociologia do departamento de Sociologia – IFCS -UFRJ.

_____. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006

_____. **Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**.

RENAULT, Emmanuel. **Souffrances sociales**. Philosophie, psychologie et politique. Editions La Decouverte, Paris, 2008.

RAMÃO, Fernanda Pamplona; WADI, Yonissa Marmitt. Espaço Urbano e Criminalidade Violenta: Análise da distribuição espacial dos homicídios no Município de Cascavel/PR. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 207-230, fev. 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência III**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.



_____. **Mapa da Violência IV** . Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2004.

Documentos processuais da comarca de Cachoeiro de Itapemirim Espírito Santo, depositados no acervo do Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais do Centro Universitário São Camilo- ES campus I.



DIREITO

Resumo Expandido



QUAL A VERDADE SOBRE A VIOLÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO?

COSTA, Marco Aurélio Borges¹

INTRODUÇÃO

O Espírito Santo vem figurando já faz alguns anos no topo dos rankings nacionais de homicídios, popularizados pelos “Mapas da Violência”². Perdendo apenas para o estado do Alagoas, o estado é considerado por essas publicações o segundo mais violento do país e algumas de suas cidades como dos locais mais violentos do mundo. Os números são aterrorizantes e de nenhuma forma nos propomos a minimizar a gravidade do caso capixaba no que se refere à violência letal. Contudo, as afirmações categóricas sobre a “violência”, e mesmo sobre a violência letal, cuja mensuração é considerada das mais confiáveis pela suposta impossibilidade de se esconder o resultado do crime, o cadáver, são sempre problemáticas. Normalmente esbarram na já questionável qualidade dos dados sob os quais se constroem as estatísticas, e em especial os rankings que vem se tornando populares na grande mídia, que se utilizam de ferramentas estatísticas e fontes de dados extremamente amplas, generalizadas e, portanto, pouco confiáveis.

DESENVOLVIMENTO

Ao se visitar uma cidade como Vitória, capital capixaba, não se vê a violência que os números dizem a não ser que se visite certas áreas periféricas da cidade. O que a opinião geral ignora é que a disparidade entre os índices de violência entre os

¹ Professor do Centro Universitário São Camilo – ES, onde coordena o grupo de estudos em Instituições, Violência e Cidadania e o Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas; Doutorando em Ciências Humanas – Sociologia, pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (capes 7); Pesquisador associado Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (UFRJ); bolsista Cnpq. marcobcosta@gmail.com

² Publicação coordenada pelo sociólogo Jacob Waiseilfz, cujos documentos são disponibilizados via internet no site www.mapadaviolencia.org.br. Não deixam de ser importante contribuição estatística, mas acabaram por se tornar fonte de desinformação em função da maneira como foram utilizados pela mídia em geral.



bairros de uma mesma cidade são uma realidade inegável que, novamente, comprometem a interpretação dos dados. Para Beato (1998, p.15) esses Mapas da Violência que popularizam os rankings de violência entre os estados e cidades terminam “(...) sendo uma curiosidade para o público leigo, ou material de análise de uma sociologia semi leiga”. Complementaria afirmando que é material pseudo científico amplamente utilizado pela mídia sensacionalista e desinteressada na discussão dos verdadeiros problemas nacionais, contribuindo para construir o “fantasma” da violência (MISSE, 1999, 2006).

Um exemplo claro é o município de Simões Filho, na Bahia. Apontado pelo Mapa da Violência 2012 como “a cidade com o maior índice de assassinatos do país”, recebeu amplo destaque no jornal Bom Dia Brasil de 27 de junho de 2012³. Uma análise pouco mais aprofundada do caso indicou que o fato de a cidade se localizar muito próximo a Salvador e apresentar áreas de matagal, descampadas, sem iluminação, tornou-se um local preferencial para a desova de cadáveres. A simples atitude de catalogar os corpos encontrados já reduziu 40% dos “homicídios” na cidade.⁴ As fragilidades naturais de se usar taxas por 100 mil habitantes em um país que as populações estaduais e principalmente municipais variam de forma extremamente significativa somam-se à sempre duvidosa forma de coleta de dados. Existem diversos outros casos relatados de acintosos equívocos provocados por interpretações precipitadas desses dados.

Mesmo sendo o crime de homicídio menos propenso a manipulações não existem motivos para confiar plenamente em nenhuma das fontes que os registram, seja nas etapas policiais, de saúde ou judiciais. Marcelo Durante aponta que existem 27 sistemas estaduais diferentes de classificação de delitos, compostos normalmente por duas estruturas independentes de registro, uma da Polícia Militar e outro da Polícia Civil. Sem falar na baixa rotinação dos processos e mesmo o cuidado com o registro (2011). Segundo depoimento contido no Anuário de

³ <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/06/simoes-filho-ba-e-cidade-com-o-maior-indice-de-assassinatos-do-pais.html>. Acesso em 08/11/2012.

⁴ <http://eleicoes.uol.com.br/2012/uol-pelo-brasil/2012/08/30/lider-em-assassinatos-no-pais-simoes-filho-ba-questiona-fama-de-capital-da-morte-mas-tem-violencia-como-mote-eleitoral.htm>. Acesso em 08/11/2012.



Segurança Pública 2012 publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública “(...) o Espírito Santo não separa os tipos penais de acordo com a legislação vigente, Homicídio Doloso, Homicídio Culposo no Trânsito, Homicídio Culposo. Segundo a Gestora Estadual, todos são agrupados apenas como homicídios (2012).” Outro dado que chama a atenção nos anos recentes em termos de violência letal, o aumento dos óbitos por causas externas na região nordeste, “(...) acompanhou um processo realizado pelo Ministério da Saúde que aprimorou a qualidade dos registros de óbitos. Portanto, o crescimento do número de homicídios na região Nordeste pode ser explicado, ainda que parcialmente, pela melhoria na qualidade do registro da informação (BRASIL, 2012).”

O estado do Espírito Santo experimentou, durante vários anos, uma desorganização institucional na área de segurança que gerou como consequência, uma enorme desinformação sobre a verdadeira situação de violência no estado. Além disso, publicações ou estatísticas como as dos Mapas da Violência, que se utilizam das taxas de homicídio por 100 mil habitantes como índice pecam por ignorarem a enorme disparidade populacional entre as diversas cidades, e, incluindo dentro do estado, na hora de estabelecer a “média” estadual.

Um estudo que serve como referência para se analisar a violência no Espírito Santo que é, porém, pouco conhecido e menos ainda utilizado como base para as reportagens da mídia (justamente por não ser sensacionalista) é o Atlas da Criminalidade no Espírito Santo, resultando do esforço de diversos pesquisadores coordenados pelo geógrafo e professor da Universidade Federal do Espírito Santo Cláudio Zonateli (2011), com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Espírito Santo, FAPES. Nele o professor e os demais autores levam em consideração a alta instabilidade das taxas brutas de homicídio, que se explica pelas flutuações aleatórias que comumente surgem quando a população de risco é relativamente pequena (Ib,p25). Para superar essas limitações, os autores desenvolveram uma taxa municipal de homicídios corrigida, que é obtida

Considerando-se, além dos homicídios do município em questão, os homicídios daqueles que são vizinhos ao mesmo. E esse estimador é



uma ponderação entre a taxa bruta e taxa bruta local, essa última sendo obtida para a região de vizinhança, incluindo-se o próprio município em análise (Ib, p.26).

A fórmula proposta permite diminuir os efeitos deformadores das significativas diferenças populacionais do estado, ainda com municípios extremamente desabitados e a utilização de várias fontes de dados tornam o estudo mais próximo do que se poderia chamar realidade, considerando que a contabilidade de homicídios no estado chegam a raridade de mostrar mais homicídios registrados na Polícia Civil do que no DATASUS entre 1999 e 2004 situação tão inédita que exige estudos posteriores. Nos últimos anos é notória a melhora na qualidade dos dados e a aproximação dos números das diferentes fontes que contabilizam os homicídios no estado. Na ausência de um sistema nacional que determine os critérios de inclusão/exclusão do que seja um homicídio, cada estado segue contabilizando da forma como lhe apraz, não sendo injusto imaginar que seja comum o instrumento da manipulação de dados para evitar figurações negativas na mídia nacional.

Tais fatos nos levam a algumas questões? O Espírito Santo é realmente o segundo estado mais violento do país ou sua forma de contabilizar os homicídios o coloca nessa posição em função das opções metodológicas dos produtores de rankings?

Essa é uma questão que exigiria um empreendimento extremamente amplo para ser respondida adequadamente. Mas os dados indicados nos permitem com justiça duvidar dessa realidade tal qual apresentada, embora não indique, de nenhuma maneira, que o estado capixaba não experimente um dos piores momentos de sua história no que se refere à violência e aos homicídios.

De acordo com Zonatelli e sua equipe (2011, p.80), a acentuação do problema dos homicídios no estado aconteceu em meados dos anos 80, seguindo, inclusive, um padrão nacional. Houve a partir daí uma generalização dos assassinatos por quase todos os municípios do estado do Espírito Santo a partir do fim dos anos 90, sendo a zona litorânea e o norte do estado os lugares com maiores taxas brutas.



Independentemente da posição ocupada pelo Espírito Santo nos nada confiáveis rankings nacionais, o problema da morte por homicídio no estado é grave e persistente. Os anos recentes indicaram pequenas oscilações nas taxas, mas que ainda perseveram altíssimas seja na forma bruta ou corrigida. Entender o porquê dessa permanência é uma importante tarefa para os pesquisadores capixabas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364 ano 6 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Coordenação de Documentação e Informação – Brasília: MP, 2012.p 36/37. 64 p.: il. color.

DURANTE, Marcelo. **Implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal: resultados e perspectivas**. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Seminário “Segurança pública e democracia nos 20 anos da Constituição de 1988”, realizado nos dias 26 e 27 de novembro de 2008. Segurança pública e democracia. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 135 p. – (Série ação parlamentar ; n. 441). ISBN 978-85-736-5841-5 (e-book). Disponível em http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6124/seguranca_publica_democracia.pdf?sequence=1. Acesso em 08/11/2012.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil Contemporâneo**. Ensaios de sociologia do crime e da violência. Lúmen Juris. Rio de Janeiro, 2006.300p.

_____. **Malandros, marginais & vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese doutorado Rio de Janeiro.IUPERJ, 1999.

ZONATELLI, Cláudio Luiz. et al. **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. Annablume/FAPES, São Paulo/Vitória, 2011.



A QUESTÃO DA UTILIZAÇÃO DE TERMOS TÉCNICOS PROCESSUAIS PENAIS POR DETENTOS SOB A ÓTICA DA SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA

MARQUES, Bruna Moraes⁵
VARGAS, Leila Alves⁶
LUQUETTI, Eliana Crispim França⁷

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetivou ressaltar a utilização de termos técnicos jurídicos de cunho processual penal, por detentos da Cadeia Pública da cidade de Tombos/MG. Tomou-se como embasamento teórico, sobretudo, as orientações da Sociolinguística. O *corpus* consistiu-se dos resultados de questionário aplicado aos internos. As análises apontaram para o fato de que a variação não ocorre de forma desordenada, a linguagem é suscetível à influência do meio e que o detento usa da variação e consequente compreensão da linguagem, notadamente dos termos técnico-jurídicos, para se valerem de institutos beneficentes ao cumprimento de sua pena.

O estudo apresenta a utilização do vocabulário jurídico processual penal por internos da cadeia pública da cidade de Tombos/MG, tendo em vista as variações utilizadas, pautadas em bases da Sociolinguística.

A escolha do tema levou em consideração o fato de que há diversos estudos que demonstram a variação lexical e semântica da linguagem de detentos, no entanto, a maioria aborda negativamente tal mudança. Desta forma, o presente artigo pretende enfatizar um lado positivo da modificação ocorrida no vocabulário

⁵ Mestranda em Cognição e Linguagem do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – brunatombos@hotmail.com;

⁶ Mestranda em Cognição e Linguagem do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – leilinhaalves@yahoo.com.br;

⁷ Professora orientadora: Doutora, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, elinaff@gmail.com



dos reeducandos, ou seja, aqueles que cumprem uma pena devido a uma sentença penal condenatória, os quais passam a utilizar termos técnicos jurídicos habitualmente empregados por estudantes e aplicadores do Direito, durante o período de detenção.

Buscou-se analisar a utilização de termos processuais penais, a fim de reforçar a ideia de surgimento das variações linguísticas por influência do fator social no qual estão inseridos. Nesse sentido, cabem algumas considerações sobre o contexto no qual os presos estão inseridos.

A cadeia pública de Tombos foi inaugurada em 1º de janeiro de 1946 e abriga, atualmente, 21 internos, sendo 15 aguardando julgamento e seis condenados. O estabelecimento penal abriga internos das cidades de Tombos, Pedra Dourada/MG e ainda alguns distritos localizados nas proximidades destas. O nível de escolaridade dos internos, no geral, é de Ensino Fundamental incompleto (primeira à quarta série), sendo que a data mais antiga de prisão é de 02 julho de 2002 e os crimes mais comuns entre as condenações são por furto e homicídio.

Tendo em vista o objetivo apontado, em síntese: destacar o uso de termos de cunho processual penal pelos internos, procurando enfatizar a importância do estudo da sociolinguística para verificar e valorizar as variações de linguagem, sobretudo as que ocorrem dentro de ambientes de segregação, tais como a cadeia pública de Tombos/MG, utilizou-se juntamente com as pesquisas bibliográficas sobre o assunto, a coleta do *corpus*: termos técnicos processuais penais compreendidos e utilizados pelos internos. A coleta ocorreu por questionário, aplicado entre os dias 20 e 26 de março de 2013. Os pesquisados foram escolhidos aleatoriamente dentro da cadeia pública.

O questionário inclui desde perguntas pessoais: idade, tempo de detenção, grau de escolaridade e seis termos jurídicos penais a serem marcados de acordo com a compreensão e utilização.



MATERIAL, MÉTODOS E RESULTADOS

A partir de leituras sobre a Sociolinguística e do resultado da pesquisa de campo realizada na cadeia pública de Tombos/MG, destacam-se algumas variações linguísticas ocorridas entre os reeducandos quanto ao uso e entendimento de termos jurídicos.

Cabe informar que o questionário aplicado aos dez reeducandos envolveu termos de cunho técnico processual penal, que são normalmente apenas usados entre os estudantes e operadores do direito. São eles: remição de pena, saída temporária, livramento condicional, sentença condenatória transitada em julgado, progressão de regime e casa do albergado.

De maneira geral o que se observou, é que os reeducandos, mesmo aqueles com pouca instrução escolar, compreendem e passam a utilizar tais termos normalmente, notadamente aqueles que visam ser agraciados com algum tipo de benefício no cumprimento da pena.

Notou-se que a grande maioria, quase em unanimidade, entende o significado de termos definidos pela Lei de Execuções Penais, nº 7.210/84, como por exemplo, remição, como sendo a diminuição de um dia de pena para cada três dias trabalhados. Sabem ainda que saída temporária, significa autorização para sair do estabelecimento em que cumprem pena, por até sete dias, desde que respeitado o intervalo de quarenta e cinco dias. Compreendem livramento condicional como a antecipação de liberdade do condenado, desde que cumpridas determinadas condições durante um certo tempo. Além de terem conhecimento de que sentença condenatória transitada em julgado é aquela para a qual não é cabível nenhum recurso. Têm ciência de que progressão de regime denota passar de um regime mais rigoroso, tal como o regime fechado, para um menos rigoroso, por exemplo, para o regime semiaberto. E ainda que casa do albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto e limitação de fim de semana.



Aqueles que não estão inseridos em meios de segregação, normalmente não conseguem alcançar tais significados, visto que não são termos utilizados habitualmente no meio em que se encontram, a teoria variacionista sociolinguística consegue explicar tal compreensão pelos detentos tendo em vista o meio social em que se encontram, muitas vezes, tendo que se comunicar com operadores do direito, tais como advogados, promotores e juízes, passando a ter contato com termos novos para ter, então, seu modo de se expressar, mas que passam a ter maior importância no cumprimento de sua pena, daí a necessidade de compreender tais termos processuais penais.

De maneira geral, as análises apontaram para o fato de que a língua não varia de forma desestruturada, há uma explicação para a variação, e ainda de que termos de uso tão restrito dos operadores do direito passam a ser corriqueiros entre aqueles que têm sua liberdade restringida, e é possível notar que mesmo entre leigos, há o uso de tais termos extremamente técnicos, causando um despercebido enriquecimento vocabular dos reeducandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas durante a produção deste artigo apontaram para a seguinte questão: a linguagem é suscetível à influência do meio.

A variação da língua dos internos prova que o contexto muda a linguagem, pelo olhar sociolinguístico observa-se que o homem é historicamente situado. O detento usa tal variação enriquecida por termos técnicos jurídicos de cunho processual penal, a fim de se inteirar dos benefícios e punições que pode receber durante o cumprimento de sua pena.

A linguagem é influenciada pelo contexto, no caso dos presidiários, observa-se que a privação da liberdade acaba por induzir à utilização de termos jurídicos, que são, em sua grande maioria, de desconhecimento total da grande parte da sociedade.



Pode-se afirmar que tal artigo visou realizar algumas observações acerca da linguagem dos presos, principalmente com enfoque ao vocabulário processual penal.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 1990. (título original, 1939).

FIGUEROA, E. **Sociolinguistic metatheory**. Oxford: Pergamon, 1996.

LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1972 [Padrões Sociolinguísticos. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.]

MOLLIKA, M. C.; BRAGA M. L. **Introdução a Sociolinguística**: o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MARTELOTTA, M. E. **Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção leituras introdutórias em linguagem).

MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez, 2001.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística geral**. São Paulo, Cultrix, 1977. (título original, 1916).

TARALLO, Fernando. **A pesquisa Sócio-Lingüística**. 4ª. Edição. Ática. 1994

TOMASELLO, Michael. **Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition**. Cambridge/ London: Harvard University Press, 2003.



A PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL (OU NÃO) NOS CRIMES DE HOMICÍDIOS EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES, DE 2007 A 2010.

PEREIRA, Carla Vicente¹

COSTA, Marco Aurélio Borges²

PESSINE, Karina Melo³

INTRODUÇÃO

O trabalho das instituições de segurança pública e de justiça penal tem sido alvo de diversos estudos nos últimos anos. Em geral, vem se apontando as dificuldades inerentes ao modelo brasileiro de funcionamento e de relacionamento entre os órgãos, em especial Polícia, Ministério Público e Judiciário. Dentre as diversas dificuldades encontradas, uma das principais é a ambiguidade de atribuições tanto entre as polícias quanto entre essa e o Ministério Público, gerando dificuldades no processamento e conseqüentemente um alto grau de impunidade para crimes como o de homicídio que, em outros países apresenta uma alta taxa de resolução e condenação. Na linha desses trabalhos, o presente estudo enfoca a prestação jurisdiccional em relação ao crime de homicídio em Cachoeiro de Itapemirim, no interior do Espírito Santo, procurando exemplificar em uma cidade média fora dos centros metropolitanos o que diversos estudos vêm apontando em áreas mais urbanizadas.

¹ Graduanda do curso de Direito do Centro Universitário São Camilo ES, carlavicente@live.com

² Professor orientador, Doutorando em Ciências Humanas – Sociologia, pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (capes 7); Pesquisador associado Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (UFRJ); bolsista Cnpq. Professor do Centro Universitário São Camilo – ES, onde coordena o grupo de estudos em Instituições, Violência e Cidadania e o Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas; marcobcosta@gmail.com

³ Professora Orientadora, Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, pesquisadora do grupo de estudos e pesquisas em Instituições, Violência e Cidadania do Centro Universitário São Camilo – ES. karinapessine@gmail.com



MÉTODOS

A ênfase da pesquisa é o curso do processo de incriminação, desde o evento inicial até a condenação. No período de 2007 a 2010, apenas parte dos crimes chegou ao conhecimento do Poder Judiciário. Os demais se encontram “depositados”.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em um levantamento de informações diretamente nos inquéritos policiais sob a condução da Delegacia de Crimes Contra a Vida de Cachoeiro de Itapemirim. Posteriormente, os inquéritos foram verificados no Poder Judiciário por meio de consultas eletrônicas e verificações documentais, considerando que no período analisado o Fórum da cidade não contava com plena informatização. O escopo era acompanhar a continuidade do processo. Durante as inserções na delegacia, a observação etnográfica indicou o desinteresse dos policiais pela investigação de certas mortes, normalmente as atribuídas ao “tráfico”, rubrica ampla e subjetiva que abarca a maior parte dos casos. Observou-se que há situações onde as relações entre vítimas e algozes são significativas, chegando a haver mais de um processo encerrado por conta de o acusado ter sido vítima de outro assassinato. Nos últimos anos, após algumas reorganizações, a Delegacia de Crimes Contra a Vida de Cachoeiro de Itapemirim afirma ter ampliado sobremaneira sua capacidade de resolução dos crimes de homicídio, chegando ao percentual de 85% dos casos em 2012⁴, o que ainda não foi verificado por outras fontes.

DESENVOLVIMENTO

Chama a atenção o fato de que do total de 175 homicídios ocorridos de 2007 a 2010, apurados diretamente no estudo de campo na Delegacia de Crimes Contra a Vida, apenas 83 foram recebidos pela justiça, conforme verificado diretamente no

⁴ http://www.folhadoes.com/site/pagina_interna.asp?nID=21035&tp=1. Acesso em 02/05/2013.

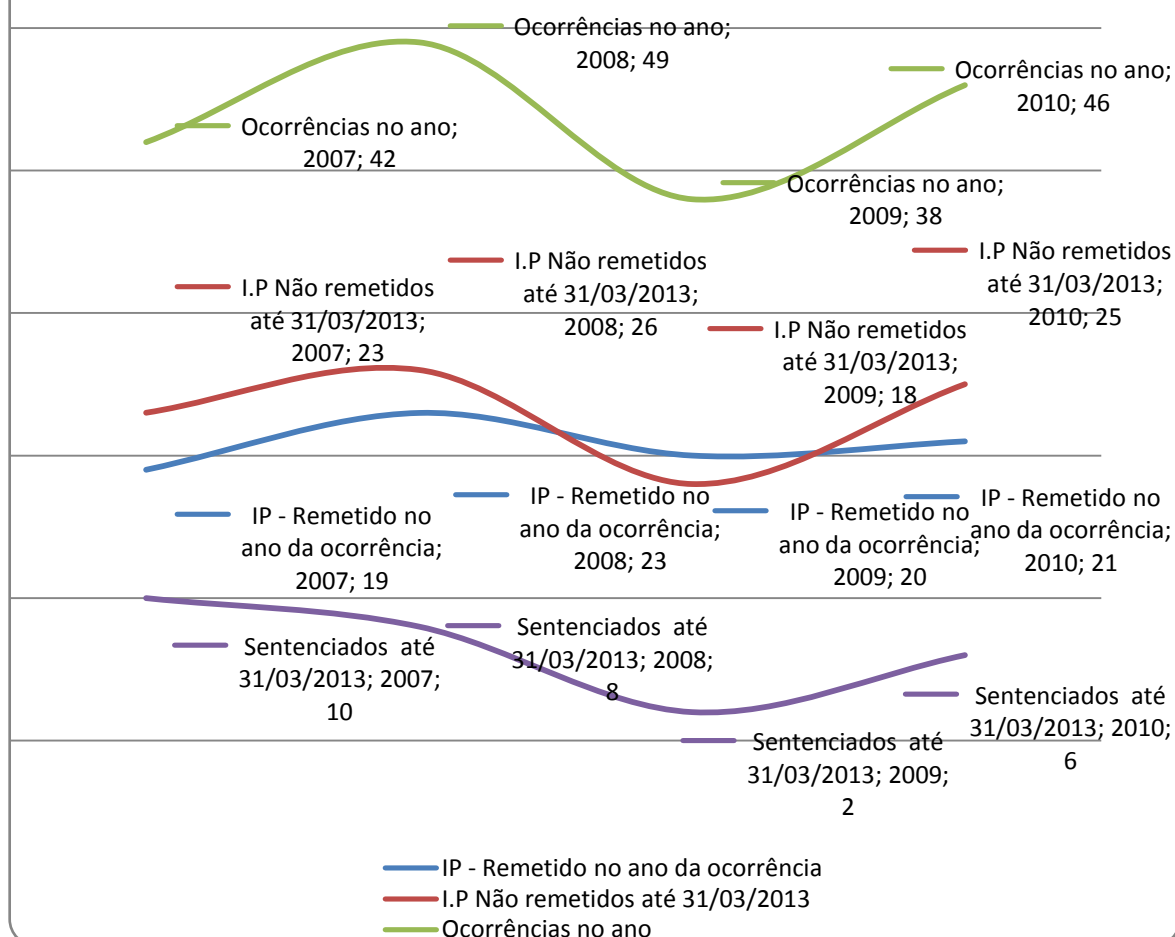


livro Tombo, que registra o recebimento dos inquéritos no único Fórum da cidade. Ou seja, cerca de 47% dos inquéritos, quase a metade do total do período, ainda não chegou ao conhecimento formal da justiça. Dos recebidos, nem todos constam no sistema eletrônico, tendo havido a necessidade de apurar alguns dados manualmente.

	2007	2008	2009	2010	Total
Homicídios apurados	42	49	38	46	175
Inquéritos remetidos à Justiça até 31 de março de 2013	19	23	20	21	83
Inquéritos não remetidos à Justiça até 31 de março de 2013	23	26	18	25	92

Os 92 inquéritos policiais que não foram recebidos pela Justiça não puderam ser analisados pelo simples fato de que o sistema judiciário sequer possui conhecimento da instauração destes. Tal fato constitui situação de profundo interesse, já que, somado ao fato de que apenas 26 dos 83 inquéritos recebidos pela justiça terem sido sentenciados com trânsito em julgado, se observa que aproximadamente 15% dos casos de homicídio no período de quatro anos – 2007 a 2010 tiveram sua prestação jurisdicional completa, até o dia 31 de março de 2013, data do fechamento dos dados. Edmundo Campos Coelho (2005) preleciona que os indivíduos de nível econômico mais baixo são preferidos para a inserção no sistema judiciário e observando-se o perfil dos acusados e suspeitos de homicídios, questiona-se o porquê não haver um maior interesse em acelerar esses processos e agregar novos indivíduos de maneira mais permanente no sistema prisional. Não há indicativos de plena eficiência desse procedimento, pois dos 83 inquéritos que chegaram às mãos do Ministério Público, ignorados os 92 que sequer foram encaminhados, 64 se converteram em ações penais e 26 chegaram à fase de condenação, seja ela qual for.

PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL DO CRIME DE HOMICÍDIO EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES



Considera-se que os problemas administrativos relativos ao funcionamento do sistema de justiça criminal, em especial as ambiguidades já analisadas por Misse e colaboradores (2010) sobre o inquérito policial, são uma hipótese com amplo poder explicativo desse caso, ainda mais se somado às condições infraestruturais da delegacia responsável por investigar os crimes de homicídio no município estudado. Contudo, no pano de fundo dessas explicações, propõe-se que esses mortos constituem o alvo de um tipo de estado de exceção, onde não se pode matar a não ser em certas circunstâncias e em nome de uma vaga noção de “segurança”. Assim, em que pese à presença dos aspectos relacionados aos dramas administrativos em especial voltados à questão da ineficiência do misto modelo brasileiro de inquérito



policial, das condições do trabalho investigativo e da persecução penal dividindo as tarefas da PM, da Polícia Civil e do Ministério Público, fragmentando a investigação e tornando-a cada vez mais ineficaz e demais aspectos apontados, observamos que de maneira implícita, há a presença de uma concepção criminológica de fundo pseudo antropológico que se utiliza de interpretações morfológicas para avaliar a periculosidade do indivíduo e sua predisposição inata para o crime (KANT de LIMA, 1995, p.57) tanto na polícia quando nos próprios operadores de formação comum na área de Direito, que induz à concepção da inutilidade de qualquer tentativa de recuperação ou “ressocialização” restando como única alternativa, ainda que de forma implícita e a “margem” da oficialidade, deixar os incivilizados encontrarem seu próprio destino em um ciclo inevitável de auto extermínio que ainda traz em si o mérito de deixar as ruas com menos criminosos. Como se esses, os do “tráfico” constituíssem o que Agamben (2002) chama de *homo sacer*, o banido, que vive em bandos, bandido, que não é de nenhuma forma sacrificável como herói, porém é matável, não incorrendo aquele que o mata em crime. Desta forma, não se entende que tal realidade constitua uma falha do sistema, mas antes “(...) a adesão, ainda que implícita, a um outro sistema de administração de conflitos e produção da verdade, de caráter inquisitorial, próprio de sociedades segmentadas, holistas e hierárquicas” (KANT DE LIMA, MISSE e MIRANDA, 2000,p52). O sistema da exceção, o sistema da permissão implícita para o extermínio dos indesejáveis ainda que a lei não o permita num patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo tão típico da história brasileira e que vem se tornando paradigma de governo dominante na política contemporânea (AGAMBEN, 2004, p13).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012



COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Record. Rio de Janeiro, 2005.

KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. BIB – **Rev.Bras. de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, n50, 2 sem, 45-123,2000.

MISSE, Michel. (org). **Inquérito Policial no Brasil**. Uma pesquisa empírica. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ/ Booklink, 2010.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil Contemporâneo**. Ensaios de sociologia do crime e da violência. Lúmen Juris. Rio de Janeiro, 2006.300p.

SINHORETTO, Jacqueline. **Ir aonde o povo está**. Etnografia de uma reforma da justiça. 2006, 418f. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SUDNOW, David. Normal crimes: sociological features of the penal code in a public defender office. **Social problems**. Vol. 12, Nº 3 (Winter, 1965), 255-276.



O IPTU PROGRESSIVO (INSTRUMENTO DA POLÍTICA URBANA): UMA ANÁLISE DE SUA UTILIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO

RAMOS, José Eduardo Silvério¹

INTRODUÇÃO

A tutela constitucional ao meio ambiente ecologicamente, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida (art. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), abrange o meio ambiente natural, cultural, do trabalho artificial. Esse último está relacionado ao espaço construído pelo homem, especialmente as cidades. O Poder Constituinte inseriu em nossa Carta Política um capítulo dedicado especialmente à Política Urbana (art. 182 a 183, CRFB/1988), estabelecendo as diretrizes que devem observadas pelo poder público para assegurar o desenvolvimento sustentável das cidades e o bem-estar de seus habitantes. Entre os instrumentos previstos no texto constitucional, a serem utilizados pelos Municípios, para alcançar tais desígnios encontra-se o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano progressivo. Esse instrumento tributário urbanístico foi objeto de pesquisa do autor durante o Programa de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito de Campos, baseada em referenciais teóricos (legislação, doutrina e jurisprudência), resultando na dissertação intitulada “Tributação Ambiental: O IPTU e o Meio Ambiente Urbano” e em livro publicado em com o mesmo título. Nessa pesquisa foi apresentada proposta de sistematização de teoria acerca da Tributação Ambiental no Brasil (utilização dos tributos como instrumento de preservação do meio ambiente) e especificamente da utilização do IPTU. A partir desse referencial teórico, se desdobrou um novo trabalho em

¹ Professor Pesquisador e Coordenador da Linha de Pesquisa “Meio Ambiente e Mineração”, do Grupo de Pesquisa e Estudos (GEP) “Constitucionalização dos Direitos”, vinculado ao LAPHIS do Centro Universitário São Camilo-ES. Mestre em Direito, na área de Políticas Públicas e Processo (FDC) e Pós-Graduado em Direito Tributário (IBET). joseramos@saocamilo-es.br; Curso de Graduação em Direito. Cachoeiro de Itapemirim-ES, maio de 2013.



andamento no Grupo de Estudos e Pesquisas em “Constitucionalização dos Direitos”, na linha de pesquisa “Meio Ambiente e Mineração”, no âmbito do Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas – LAPHIS, com o objetivo de compreender a utilização do IPTU progressivo pelos municípios capixabas será iniciada pesquisa de campo acerca da utilização do IPTU progressivo pelos municípios capixabas.

METODOLOGIA

Sustentados nos referenciais teóricos já identificados, a pesquisa de campo nos 34 municípios inseridos na região de abrangência do Centro Universitário São Camilo – ES consiste no levantamento das legislações municipais, identificando quais estabelecem a previsão legal para a cobrança do IPTU progressivo e a adequabilidade dessas legislações às sistematizações que emergem a partir dos referenciais teóricos. Na segunda etapa da pesquisa, nos casos onde a modalidade progressiva for identificada, serão verificados dados quantitativos e realizadas inserções qualitativas com o objetivo de avaliar os resultados produzidos pela opção progressiva, confirmando ou não as hipóteses formuladas a partir das pesquisas teóricas e suas proposições.²

DESENVOLVIMENTO

A tutela constitucional ao meio ambiente abrange meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho. O meio ambiente artificial é compreendido pelo

² O Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo abrange menos cinco regiões do Espírito Santo: Região Pólo Cachoeiro (Castelo, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim, Rio Novo do Sul, Jerônimo Monteiro, Muqui, Atílio Vivácqua, Bom Jesus do Norte, Apiacá, Mimoso do Sul e Presidente Kennedy); Região Caparaó (Ibatiba, Irupi, Iúna, Muniz Freire, Ibitirama, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Alegre e São José do Calçado); Região Metropolitana Expandida Sul (Alfredo Chaves, Iconha, Piúma, Anchieta, Itapemirim e Marataízes) e Região Sudoeste Serrana (Laranja da Terra, Brejetuba, Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante, Domingos Martins e Marechal Floriano), totalizando trinta e quatro municípios e 753.441 (setecentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e quarenta e um habitantes) – senso do IBGE de 2007.



espaço urbano construído. A política urbana traçada pelo poder constituinte, a ser executada pelo Poder Público municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, em conformidade com a política constitucional urbana regulamentada pelo Estatuto da Cidade. O Poder Público Municipal deve estabelecer sua política de desenvolvimento urbano em seu plano diretor.

A tributação ambiental é um dos instrumentos de que dispõe o Poder Público Municipal para dar efetividade a seu plano de desenvolvimento urbano, desenvolvendo as funções sociais da cidade e garantindo o bem-estar de seus habitantes. Para utilizar a tributação ambiental os entes federativos deverão observar o sistema tributário e ambiental traçados pelo poder constituinte de 1988. A interpretação sistemática desses sistemas, com a observância obrigatória dos princípios pertinentes, culmina na sistematização do direito tributário ambiental brasileiro. O direito tributário ambiental brasileiro, diante da rigidez do sistema constitucional tributário, que define as materialidades possíveis para instituição de tributos e distribui as competências tributárias aos entes da federação, não permite a criação de tributos. A única exceção, já admitida pelo poder constituinte originário de 1988, é a competência residual da União para instituir outros impostos, além daqueles já discriminados no texto constitucional, bem como outras fontes de custeio para a seguridade social. Como consequência dessa rigidez constitucional, o que se admite é a utilização dos tributos já existentes como instrumentos de intervenção na economia e no comportamento da sociedade, por meio da elaboração de políticas fiscais com o fim de alcançar as metas traçadas pelas políticas públicas ambientais. Admite-se a criação de tributos apenas por meio do exercício da competência residual da União. Mas não é aconselhável a utilização dessa competência residual para a criação de tributos ditos ecológicos, porque a carga tributária brasileira já atingiu patamares absurdos que, infelizmente, são concomitantes com os péssimos serviços públicos prestados pela Administração Pública.



Os tributos ambientais devem observar os princípios tributários, não havendo exceção por se tratar de tributos cujo fundamento é a preservação ou a proteção do meio ambiente. As espécies tributárias deverão obedecer a seus regramentos específicos. Os tributos ambientais terão duas características marcantes. A primeira é que serão delimitados com motivação na efetivação da garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Essa motivação poderá ser verificada em qualquer dos critérios da regra-matriz de incidência tributária. A segunda característica é a extrafiscalidade manifestada por meio do caráter finalístico do tributo, cujo objetivo é intervir na atividade econômica e buscar uma transformação nas condutas sociais, sempre a favor do meio ambiente ecologicamente equilibrado. No caso dos impostos, não se admite a vinculação de receitas, por expressa vedação constitucional. Eles somente poderão ser utilizados como instrumentos das políticas públicas ambientais, uma vez que não podem gerar receitas vinculadas ao meio ambiente. A característica marcante dos impostos ambientais que serão utilizados para coibir condutas ambientalmente incorretas e estimular as condutas em prol do meio ambiente será a extrafiscalidade.

Os municípios poderão utilizar o IPTU progressivo como instrumento da política urbana, na busca do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da garantia do bem-estar de seus habitantes.

A utilização do IPTU progressivo no tempo deverá observar os seguintes requisitos: 1) plano diretor urbano; 2) lei específica exigindo que o proprietário do solo urbano, situado em área incluída no plano diretor, não edificado, subutilizado ou não utilizado, promova seu adequado aproveitamento; 3) notificação exigindo que o proprietário promova o adequado aproveitamento, parcelando ou edificando o imóvel, estabelecendo o prazo e as condições a serem observadas; 4) não atendida a notificação, poderá ser cobrado o IPTU progressivo no tempo; 5) o valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado na lei específica que determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, não podendo exceder duas vezes o valor



referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento; 6) atingida a alíquota máxima, a cobrança somente poderá persistir por cinco anos, sob pena de ficar caracterizado o tributo com efeito de confisco; 7) após o quinto ano consecutivo de cobrança progressiva na alíquota máxima, sem que o proprietário promova a edificação ou o parcelamento compulsórios, o município deverá desapropriar o imóvel com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

O IPTU progressivo em razão do valor do imóvel (art. 156, §1º, inciso I) e aquele com alíquotas diferenciadas de acordo com a localização e o uso do imóvel (art. 156, §1º, inciso II), instituídos pela EC nº 29/2000, também poderão ser utilizados pelos municípios, desde que a legislação municipal tenha sido editada posteriormente à EC nº 29/2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa que o IPTU progressivo é um importante instrumento para intervir no uso da propriedade urbana, para que essa cumpra sua função social, na segunda etapa da pesquisa, serão verificados dados quantitativos e realizadas inserções qualitativas com o objetivo de avaliar os resultados produzidos pela opção progressiva, confirmando ou não as hipóteses formuladas a partir das pesquisas teóricas e suas proposições.

REFERÊNCIAS

BALEEIRO, Aliomar. **Limitações constitucionais ao poder de tributar**. 7. ed. atual. por Mizabel de Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 2003.



BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças**. 16. ed. atual. por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do direito tributário**. 3. ed. São Paulo: Lejus, 1998.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 07 abr. 2013.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 21 jul. 2005.

BRASIL. IBGE. **Censu 2007**. Disponível em <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 maio 2011.

RAMOS, José Eduardo Silvério. **Tributação ambiental: o IPTU e o meio ambiente urbano**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.



A TEORIA DA JUSTIÇA SEGUNDO JOHN RAWLS: DA CONCEPÇÃO À APLICABILIDADE SOCIAL

SILVA, Gêssica Bitencourt da Silva¹
QUAGLIOZ, Flaviano²

INTRODUÇÃO

No início deste novo milênio percebe-se que ainda se está longe de encontrar desate na discussão, operada principalmente nos meios acadêmicos, sobre se é possível ou não a elaboração de um conceito de justiça que se mostre racional e objetivo, e que esteja, desta forma, fundado em princípios que aspirem a uma validade universal. Esta tarefa – a busca de uma concepção de justiça universalmente válida e objetiva – apresenta-se, porém, muitas vezes dotada de certo grau de frustração, bem como se afigura um tanto inglória, já que sempre retorna ao pensamento dos espíritos argutos a constatação de que o conceito de justiça se apresenta como um dado historicamente condicionado, centrado nas contingências e particularidades da comunidade que o formula.

Ao longo de todos esses anos diversas têm sido as teorias da justiça, aventadas por brilhantes pensadores, que foram e continuam sendo colocadas sob intenso debate. O objetivo deste artigo é proceder a uma sucinta análise de uma das teorias contemporâneas mais influentes sobre o tema, desenvolvida pelo pensador americano John Rawls em sua obra *Uma Teoria da Justiça*, pública em 1970, e verificar a sua aplicabilidade social. Sabe-se que a questão da justiça encontra-se intimamente vinculada ao tema do direito, comprovando esta assertiva o fato de que se fala, recorrentemente, em lei injusta; ato legal, mas injusto; direito justo etc.

Dentre as várias perspectivas através das quais o direito pode ser estudado, por exemplo, direito como sistema de normas, como fato social, como direito subjetivo e como ciência, sobrepõe a modalidade que o focaliza como uma

¹ Graduanda do Curso de Direito do Centro Universitário São Camilo-ES, bitencourt@gmail.com;

² Professor Orientador: Mestre em Direito, Centro Universitário São Camilo-ES, flavianoquaglio@saocamilo-es.br.



exigência da justiça. Por isso é necessário observar as características, elementos, e espécies de justiça que foram objeto de sistematização pela axiologia jurídica. No que tange, especificamente, à doutrina rawlsiana, afirmou-se que esta objetivou conceber um novo contrato social, muito mais generalizado e abstrato, por meio do qual seriam instituídos princípios de justiça cuja função é a de regular a estrutura básica da sociedade, consubstanciada nas suas instituições mais importantes. A justiça, assim concebida, erige-se, primitivamente, em virtude social, opondo-se à sua concepção tradicional de atributo moral prioritariamente regulador da ação individual.

MATERIAL E MÉTODOS

Diante dos conjuntos das questões que se podem levantar em relação à teoria evidenciada por John Rawls, que concilia a ideia de igualdade social na execução da sentença nos processos judiciais, centra-se na condição de que o ato de justiça oferecido na sentença pelo magistrado, em determinada posição, estava presente nos autos executados entre as décadas de 20 e 70 nas Comarcas de Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim.

O procedimento da pesquisa empírica consistiu na análise de na análise de doze autos de processos entre as décadas citadas, cedidos pelas comarcas dos municípios de Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo, Brasil, depositados no Laboratório de Pesquisa Históricas e Sociais do Centro Universitário São Camilo. A pesquisa ainda está em andamento e uma amostragem analisada não permite conclusões finais, mas já é possível observar que as sentenças dos autos processuais perquiridos conduziam a evidência de que alguns processos traziam a concepção da justiça em seu teor.



A TEORIA DA JUSTIÇA SEGUNDO JOHN RAWLS: DA CONCEPÇÃO À APLICABILIDADE SOCIAL

A palavra direito não constitui termo unívoco, sendo, na realidade, vocábulo que expressa uma pluralidade de significações, cada uma delas se referindo a realidades distintas. É por isso que se diz ser o vocábulo direito um termo análogo, podendo ser utilizado com, pelo menos, cinco significações diversas: norma, faculdade, ciência, fato social e exigência da justiça. Acima de tudo, deve a norma visar à justiça, aquilo que é justo, pois é a noção de justiça que se erige em fundamento de todo o edifício jurídico, muito embora haja grandes divergências quanto à identificação do direito com a justiça. Argumenta Rawls³ que “não há razão para que os benefícios maiores de alguns não devam compensar as perdas menores de outros; ou, mais importante, para que a violação da liberdade de alguns não possa ser justificada por um bem maior partilhado por muitos”.

A concepção de justiça em Rawls operou com a noção aristotélica deste atributo moral, vê-se que o primeiro filósofo não identifica essa virtude com as duas espécies de justiça particulares expostas acima, isto é, como primitivamente reguladora de relações particulares e bilaterais. Ela é, primeiramente, regedora das instituições sociais, incidindo, de maneira prioritária, sobre a estrutura básica da sociedade para que a divisão dos bens resultantes da cooperação dos seus membros seja feita de maneira justa.

A concepção de justiça em Rawls operou com a noção aristotélica deste atributo moral, vê-se que o primeiro filósofo não identifica essa virtude com as duas espécies de justiça particulares expostas acima, isto é, como primitivamente reguladora de relações particulares e bilaterais. Ela é, primeiramente, regedora das instituições sociais, incidindo, de maneira prioritária, sobre a estrutura básica da sociedade para que a divisão dos bens resultantes da cooperação dos seus membros seja feita de maneira justa.

³ RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 25.



Através da pesquisa realizada no LAPHIS foi possível observar que os magistrados, das Comarcas de Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim, faziam uso dos princípios que compreendem a equidade, antes mesmo do conhecimento da Teoria de Rawls. Rawls trouxe uma forma mais conclusa do conceito de justiça; porém, o que gostaríamos de apresentar neste resumo, é que, a justiça já estava presente nas sentenças proferidas pelos juizes destas comarcas, entre as décadas de 20 e 70.

Em um processo criminal⁴, por exemplo, cujo crime fora de subtração de coisa alheia praticado durante o repouso noturno, previsto no Código Penal brasileiro, no teor do artigo 155, parágrafo primeiro, o juiz competente da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim julgou como procedente a denúncia, e condenou o réu pelo furto. Como defesa, o réu justificou a atitude por está desempregado e passando necessidades. O réu trata-se de um homem de 22 anos, cuja cor não vem descrita no processo; que de acordo com o Juiz não se encaixa na possibilidade de contrair para si coisa alheia com a justificativa de suprir uma de suas necessidades básicas, que é a alimentação. Haja vista que “certo, existe o fenômeno do desemprego no país; mas para um jovem de 22 anos, de boa saúde, que queixa, realmente, trabalhar, nunca falta serviço”⁵.

Em torno deste fato, foi possível observar que na concepção da sentença o juiz fez jus ao princípio da isonomia ao mencionar que este caso não se aplicava a hipótese de furto famélico pelo fato do réu ser um jovem; no que presume-se que se ele fosse um senhor de idade mais avançada, o qual não tivera mais oportunidade para trabalhar e sem condições de se manter, pratica-se o crime, seria então absolvido por tal justificativa. Além da ação exposta, há outros casos que confirmam a presença da justiça, segundo a Teoria de John Rawls; conforme dados obtidos através da pesquisa laboratorial.

⁴ CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. Ação Criminal. Cachoeiro de Itapemirim: LAPHIS, 03 de março 1970. p. 33.

⁵ CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. Ação Criminal. Cachoeiro de Itapemirim: LAPHIS, 03 de março 1970. p. 34.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nestas informações instiga-se a debater se a ideologia apontada por John Rawls indica originalidade ou aperfeiçoamento de proposições que já eram adotadas pela sociedade. Pois, através das pesquisas realizadas nos processos, foi possível observar que os magistrados aplicavam métodos precisos para que a sentença atendesse a razão conforme a justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange, especificamente, à doutrina rawlsiana, afirmou-se que esta objetivou conceber um novo contrato social, muito mais generalizado e abstrato, por meio do qual seriam instituídos princípios de justiça cuja função é a de regular a estrutura básica da sociedade, consubstanciada nas suas instituições mais importantes. A justiça, assim concebida, erige-se, primitivamente, em virtude social, opondo-se à sua concepção tradicional de atributo moral prioritariamente regulador da ação individual. Restou patente que Rawls teve como intenção contrapor sua teoria ao pensamento utilitário dominante, que postula ser justa a ação que tem por objetivo a maximização da felicidade e do sistema de desejos individuais, sendo possível que tal princípio seja estendido à sociedade.

Conclui-se, portanto, em congruência com o que foi afirmado inicialmente. Muito embora não se possa negar o mérito e a grande contribuição das atuais teorias sobre a justiça, percebe-se que o debate sobre as concepções desta virtude, neste início de milênio, continua em aberto, não tendo sido, se é que um dia chegará a ser, objeto de consenso por parte, sobretudo, de filósofos comprometidos com a elaboração de uma doutrina que justifique a existência de um ordenamento político-jurídico.



REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BRASIL. **Lei Nº 11.106, de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940** – Código Penal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm>. Acesso em: 23 mai. 2013.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Ação Criminal. Cachoeiro de Itapemirim**: LAPHIS, 03 de março 1970.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Ação Criminal. Cachoeiro de Itapemirim**: LAPHIS, 31 de março de 1970.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Acervo Processual. Cachoeiro de Itapemirim**: LAPHIS, 2013.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **“O construtivismo kantiano na teoria moral.”** In: *Justiça e Democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Justiça como Equidade: uma concepção política, não metafísica.** In: *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, nº 25, 1992.



PADRÕES DE ORGANIZAÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL: A RELAÇÃO ENTRE EXECUTIVO, LEGISLATIVO, PRESIDENTES E SISTEMA PARTIDÁRIO

SOUZA, Wainny de Almeida¹
VIEIRA, Nuriele Ávila²
CONTAEFER, Taylor das Neves³
PESSINE, Karina Melo⁴

INTRODUÇÃO

Com a reinstauração da democracia no Brasil, o poder legislativo foi revigorado como arena de representação política e voltou a figurar como arena decisória de peso na elaboração das políticas públicas nos planos federal, estadual e municipal.

Essa revitalização da representação parlamentar teve, no plano acadêmico, a consequência de instigar o desenvolvimento entre estudiosos brasileiros de uma agenda de pesquisa, já consagrada em âmbito internacional, voltada para a organização e o funcionamento interno do poder legislativo e suas imbricadas relações com outras arenas de poder político – especialmente o poder executivo (Vide Lemos, 2001; Figueiredo e Limongi, 1999).

O presente estudo visa construir um corpo teórico, a partir da literatura existente tanto em nível internacional como em nível nacional, capaz de propiciar as posteriores análises sobre os padrões de organização legislativa no Brasil, notadamente sobre a relação entre os poderes executivo e legislativo.

¹ Acadêmica do curso de Direito. wainnyalmeida@hotmail.com

² Acadêmica do curso de Direito. karinapessine@gmail.com

³ Acadêmico do curso de Direito. taylor_contaefer@hotmail.com

⁴ Professora Orientadora Coordenador do grupo de estudos em Instituições, Violência e Cidadania e o Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas do Centro Universitário São Camilo - ES; Mestranda em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. karinapessine@gmail.com



MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa ora proposta encontra-se em andamento no âmbito do Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas do Centro Universitário São Camilo – ES e sustenta-se, com base na literatura especializada, no argumento de que no Brasil – como em outras democracias contemporâneas – os incentivos para uma produção legislativa mais informada, baseada numa matriz plural de preferências e perspectivas, que convêm ao regime democrático, decorrem do desempenho das funções parlamentares nos espaços decisórios (Figueiredo e Limongi, 1998; 1999; Santos, 2003).

Após as constatações trazidas pelo suporte teórico pertinente ao tema, será construído um Banco de Dados (programa estatístico para tratamento de dados SPSS) com o objetivo de identificar quais atores dominam o processo legislativo nas arenas intraparlamentares, como se dá a divisão do trabalho legislativo e, por fim, quais as consequências desse arranjo institucional na dinâmica decisória e na produção de leis na Assembleia Legislativa do Espírito Santo durante a 16ª Legislatura.

DESENVOLVIMENTO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 “[...] modificou as bases institucionais do sistema político nacional, alterando radicalmente seu funcionamento” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p. 82). Materializada a democracia e superado o debate sobre a consolidação da mesma, os estudiosos voltaram seu olhar para funcionamento do Poder Legislativo, bem como para sua relação com o Executivo. As vertentes de análises do processo decisório brasileiro demonstram a



interdependência entre a preponderância legislativa do Executivo, e o padrão centralizado dos trabalhos e a disciplina partidária.

O executivo possui recursos, inclusive sanções, para impor uma disciplina em torno de suas votações, agregando assim apoio da coalisão. Este padrão decorre do cenário institucional consolidado pela Constituição de 1988, que conferiu uma gama de competências legislativas ao presidente. Soma-se à competência legislativa constitucional do executivo a importância do “partidarismo” como a base para a eficiência do executivo no seu padrão de interação com o legislativo. A atuação dos líderes partidários na formação da coalizão (com o consequente oferecimento de cargos na administração, pastas ministeriais, entre outros), garante, com a formação da base governista, a aprovação das propostas do executivo e, assim, a capacidade governativa do sistema. Como os estudos de Figueiredo e Limongi, o partido ganha centralidade na análise da arena legislativa, não somente com a atuação dos líderes partidários como detentores institucionais do poder de agenda no processo legislativo, mas também como interlocutores da relação estabelecida entre executivo e legislativo no processo decisório.

O contexto partidário, na arena parlamentar, é bastante diferenciado do contexto da arena eleitoral. Na arena eleitoral, a atuação dos partidos é dispersa. Os partidos são pulverizados. Grande parte do recurso político utilizado na seara eleitoral cabe à atuação do ator político como ator individual (o parlamentar). Tanto é que, grosso modo, eleitores se identificam e votam na pessoa do político, não do partido. Não podemos deixar de destacar que, na maioria das vezes, o eleitor mediano sequer consegue distinguir as nuances ideológicas existentes (se existentes) entre vários partidos políticos possíveis de votação em uma determinada eleição. No cenário parlamentar, a lógica se inverte e o referencial passa a ser o partido e não o parlamentar (há coesão partidária), ou seja, no desenrolar do processo decisório os partidos são sim unidades de referência. Limongi e Figueiredo (1998), em seus estudos, indicaram que não foram encontrados índices elevados de indisciplina partidária no Congresso Nacional, muito menos que o



congresso funcionasse como um veto institucional, barrando as propostas do executivo.

Importante destacar o reconhecimento formal do Colégio de Líderes pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados, potencializando o papel dos líderes partidários com inúmeras atribuições, entre elas: o importante papel na definição da pauta dos trabalhos (que é feita juntamente pela mesa e pelos líderes), a aprovação do requerimento de urgência (alterando o ritmo da tramitação da matéria e limitando a capacidade de emendamento), a possibilidade de retirada das matérias das comissões para enviá-las diretamente ao plenário.

Contrariando a literatura comparada, já que a aplicação da teoria tenderia a uma indisciplina partidária, os partidos no congresso brasileiro se comportam de forma disciplinada, atuando, inclusive, de forma coesa junto ao executivo na estruturação dos trabalhos legislativos.

Vejamos: num sistema presidencialista, multipartidário, composto por três grandes poderes, entre outros aspectos, a melhor estratégia, teoricamente, seria que somente os parlamentares pertencentes ao partido do presidente cooperassem na consecução do programa de governo. Assim, governos presidencialistas multipartidários não poderiam contar com o apoio dos congressistas e tenderiam à paralisia, à ingerência. Contudo, Figueiredo e Limongi (1998) ao analisarem os dados obtidos no Congresso Nacional, visualizaram uma realidade diversa: encontraram disciplina partidária e, inclusive, uma estrutura exógena de incentivos à cooperação dos parlamentares na aprovação das propostas do executivo. Incentivos estes, determinados, entre outros aspectos, pela participação direta do partido (representado por seus membros) no governo, com a respectiva distribuição de cargos na administração pública direta e indireta.

Grosso modo, se o presidente possui uma base de apoio ampla ele não terá dificuldades para governar, se ele controlar as cadeiras do congresso não terá dificuldades de aprovar sua agenda. A capacidade de determinar a agenda consiste na capacidade de se determinar o que será proposto e quando será proposto. O



controle da agenda permite a formação de maiorias / blocos partidários e minimiza o problema da ação coletiva em plenário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere à interação executivo/legislativo, algumas constatações devem ser feitas. A primeira é que a mesma relação é afetada diretamente pela capacidade legislativa do executivo. O desempenho legiferante do executivo incide sobre a preferência dos parlamentares, afetando, assim, a estrutura de incentivos presidenciais e, assegurando capacidade de impor sua agenda unilateralmente. “Um presidente dotado de amplos poderes legislativos é capaz de ditar a agenda dos trabalhos legislativos e, desta forma, induzir parlamentares à cooperação” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1998, p.89). Inclusive, com a possibilidade de o executivo de controlar o acesso aos postos de governo, como, por exemplo, as pastas ministeriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na literatura especializada, é possível identificar que o desempenho de uma Casa Legislativa está atrelado à lógica do sistema político nos moldes definidos pelas instituições, pelas regras do “jogo político” que regulam a atuação dos representantes, em qualquer nível de governo. A análise do desempenho das funções nos espaços decisórios nos conduz à própria análise da qualidade da representação, bem como da qualidade das políticas públicas adotadas em um determinado contexto institucional. Desta forma, para a maior compreensão do poder legislativo é necessário o entendimento da importante



atuação do executivo, bem como da centralidade dos partidos (Colégio de Líderes, coalisão) no processo decisório (INÁCIO; RENNÓ, 2009).

A Assembléia capixaba, enquanto integrada à institucionalidade democrática brasileira, tem seu desempenho representativo condicionado pelas regras do jogo político, ou seja: pela competência constitucional para legislar, pela importante atuação do executivo, bem como pela centralidade dos partidos. Isso significa que estudar a conformação dessas normas, bem como suas consequências sobre o comportamento parlamentar e a produção legislativa lançará luz às bases institucionais da atuação parlamentar voltada aos interesses dos cidadãos do Estado do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, A. E LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

INÁCIO, M. E RENNÓ, LUCIO. **Estudos Legislativos no Brasil**. In: **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**/Magna Inácio, Lucio Rennó, organizadores.- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

LEMONS, Leany Barreiro (2001). **“O Congresso Brasileiro e a Distribuição de benefícios sociais no período 1988–1994: uma análise distributivista”**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 3, n. 44.

LIMONGI, F. **O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente**. BIB, Rio de Janeiro, n. 37, 1994.

SANTOS, F. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Belo Horizonte: UFMG/Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

1^o CONGRESSO ESTADUAL DE **PÓS-GRADUAÇÃO** 2013

Saúde, Educação e Gestão: Desafios e perspectivas



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SÃO CAMILO

1º CONGRESSO ESTADUAL DE **PÓS-GRADUAÇÃO** 2013

Saúde, Educação e Gestão: Desafios e perspectivas



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SÃO CAMILO

DIREITO

Artigo Completo



A VALORAÇÃO DO PRECEITO DA BUSCA PELA FELICIDADE ENQUANTO AXIOMA DE INSPIRAÇÃO DO DIREITO DAS FAMÍLIAS

FARIAS, Karina dos Reis¹

VERDAN, Tauã Lima²

TEIXEIRA, Eriane Araújo³

RAMOS, José Eduardo Silvério⁴

Resumo

Ao se analisar a adoção do preceito da busca pela felicidade, enquanto valor intrínseco do superprincípio da dignidade da pessoa humana, no cenário pátrio, se revela como robusto instrumento de concreção das potencialidades de cada indivíduo. Neste aspecto, verifica-se que a adoção do cânone supramencionado pelo entendimento jurisprudencial, precipuamente pelas Cortes Superiores, demonstra o relevo do tema, em decorrência da valoração, com a promulgação da Constituição da República Federativa de 1988 e irradiado pelo Código Civil de 2002, do afeto como núcleo sensível a conceder a tônica aos arranjos e estruturas familiares, abandonando, de maneira definitiva, o aspecto essencialmente patrimonialista contido no Estatuto Civilista de 1916 que impregnou a ótica adotada no cenário pátrio. Nesta esteira, a busca pela felicidade passou a ser desfraldado como elemento de legitimação dos arranjos familiares contemporâneos, refletindo, desse modo, os anseios apresentados pela sociedade.

1 Bacharela em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, k.arinareis@hotmail.com;

2 Bolsista CAPES. Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), linha de Pesquisa Conflitos Urbanos, Rurais e Socioambientais. Especializando em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Gama Filho. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, taua_verdan2@hotmail.com;

3 Bacharela em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, erianeateixeira@gmail.com;

4 Professor de Direito Constitucional e Tributário do Curso de Direito do Centro Universitário São Camilo – ES, onde atua como Coordenador da linha de pesquisa em Meio Ambiente e Mineração, no GEP de Constitucionalização dos Direitos. Advogado sócio do escritório Ramos – Araujo Advogados. Mestre em Direito, na área de Políticas Públicas e Processo pela FDC/RJ, Pós-Graduado em Direito Material e Processual Tributário pelo IBET, joseramos@saocamilo-es.br e joseeduardo@ramosaraujo.com.br.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, março de 2013.



Palavras-chave: Dignidade da Pessoa Humana; Busca pela Felicidade; Arranjos Familiares Contemporâneos.

1 A Construção da Dignidade da Pessoa Humana a partir de um recorte evolutivo: Comentários Inaugurais

Ao se dispensar um olhar analítico acerca do tema, impende sublinhar que a acepção originária de dignidade rememora a um passado remoto, tendo seu sentido sofrido evolução, de maneira íntima, com o progresso do ser humano. Em sua origem, os axiomas conceituais da dignidade se encontravam sustentados em uma reflexão pautada em um âmbito filosófico, proveniente de um ideal estoico e cristão. Quadra anotar que o pensamento estoico, ao edificar reflexões no que tange ao tema, propunha que “a dignidade seria uma qualidade que, por ser inerente ao ser humano o distinguiria dos demais. Com o advento do Cristianismo, a ideia grande reforço, pois, a par de ser característica inerente apenas ao ser humano” (BERNARDO, 2006, p. 231). No mais, ainda nesta trilha de raciocínio, não se pode olvidar que o pensamento cristão, em altos alaridos, propugnava que o ser humano fora criado à imagem e semelhança de Deus.

Ora, salta aos olhos que aviltar a dignidade da criatura, em último estágio, consubstanciaria, a partir da perspectiva originária da acepção conceitual, violação à própria vontade do Criador. Com efeito, a mensagem, inicialmente, anunciada pelo pensamento cristão sofreu, de maneira paulatina e tímida, um sucedâneo de deturpações que minaram o alcance de suas balizas, maiormente a partir da forte influência engranzada pelos interesses políticos. Desta sorte, uma gama de violações e abusos passou a encontrar respaldo e, até mesmo, argumentos justificadores, tendo como espora rotunda o pensamento cristão, subvertido e maculado pelas ingerências da ganância dos detentores do poder. Neste aspecto, os interesses políticos passaram a inquinare deturpar os feixes que irradiavam a moldura da dignidade.



Nessa esteira, imperioso se faz frisar que o significado da dignidade da pessoa foi, de maneira progressiva, objeto de construção doutrinária, sendo imprescindível sublinhar as ponderações, durante a Idade Média, de São Tomás de Aquino que, na festejada obra *Summa Theologica*, arquitetou significativa contribuição, precipuamente quando coloca em evidência que “a dignidade da pessoa humana encontra fundamento na circunstância de que o ser humano fora criado à imagem e semelhança de Deus” (SCHIAVI, 2013, p; 04), norteados pela capacidade intrínseca do indivíduo de se autodeterminar. Resta evidenciado, a partir do cotejo das informações estruturadas, que o ser humano é livre, orientando-se segundo a sua própria vontade.

Ainda no que se refere ao desenvolvimento dos axiomas edificadores da acepção da dignidade da pessoa humana, durante o transcurso dos séculos XVII e XVIII, cuida conceder destaque a atuação de dois pensadores, quais sejam: Samuel Pufendorf e Immanuel Kant. Aduzia Samuel Pufendorf que incumbia a todos, abarcando o monarca, o respeito da dignidade da pessoa humana, afigurando-se como o direito de se orientar, atentando-se, notadamente, para sua razão e agir em consonância com o seu entendimento e opção. Immanuel Kant, por sua vez, “talvez aquele que mais influencia até os dias atuais nos delineamentos do conceito, propôs o seu imperativo categórico, segundo o qual o homem é um fim em si mesmo” (BERNARDO, 2006, p. 234). Destarte, não pode o homem nunca ser coisificado ou mesmo empregado como instrumento para alcançar objetivos.

Ao lado disso, destacar faz-se necessário que as coisas são dotadas de preço, já que podem ser trocadas por algo que as equivale; as pessoas, doutro modo, são dotadas de dignidade, sendo vedada a estruturação de uma troca que objetive a troca por algo similar ou mesmo que se aproxime. Com enfoque, Martins (2008, p. 07) leciona, em conformidade com os ideários irradiados pelo pensamento kantiano, que todas as ações norteadas em favor da redução do ser humano a um mero objeto, como instrumento a fomentar a satisfação de outras vontades, são defesas, eis que afronta, de maneira robusta, a dignidade da pessoa humana. No



intento de fortalecer as ponderações estruturadas até aqui, há que se trazer o magistério de Schiavi:

No âmbito do pensamento jusnaturalista dos séculos XVII e XVIII, a concepção da dignidade da pessoa humana, assim como a idéia do direito natural em si, passou por um processo de racionalização e laicização, mantendo-se, todavia, a noção fundamental da igualdade de todos os homens em dignidade e liberdade. A dignidade da pessoa humana era considerada como a liberdade do ser humano de optar de acordo com a sua razão e agir conforme o seu entendimento e opção, bem como – de modo particularmente significativo – o de Immanuel Kant, cuja concepção de dignidade parte da autonomia ética do ser humano, considerando esta (a autonomia) como fundamento da dignidade do homem, além de sustentar o ser humano (o indivíduo) não pode ser tratado – nem por ele próprio – como objeto. É com Kant que, de certo modo, se completa o processo de secularização da dignidade, que, de vez por todas, abandonou suas vestes sacrais. Sustenta Kant que o Homem e, duma maneira geral, todo ser racional, existe como um fim em si mesmo, não simplesmente como meio para uso arbitrário desta ou daquela vontade (SCHIAVI, 2013, p. 04).

Não é possível perder de vista que, em decorrência da sorte de horrores perpetrados durante a Segunda Grande Guerra Mundial, os ideários kantianos foram rotundamente rememorados, passando a serem detentores de vultosos contornos, vez que, de maneira realista, foi possível observar as consequências abjetas provenientes da utilização do ser humano como instrumento de realização de interesses. Além disso, há que se salientar que “os direitos humanos foram extremamente suprimidos pelo fanatismo nazista e a dignidade da pessoa humana foi reduzida a um mero e utópico conceito, sem qualquer atuação, tendo como limite imposto, a vontade de um governante” (VERDAN, 2012). A fim de repelir as ações externadas durante o desenrolar da Segunda Grande Guerra Mundial, o corolário da dignidade da pessoa humana foi maciçamente hasteado, passando a ser alçada como flâmula orientadora da atuação humana, restando positivado em volumosa parcela das Constituições promulgadas no pós-guerra, mormente os Textos Constitucionais do Ocidente, tal como na Declaração Universal das Nações Unidas, em seu artigo 1º que dicciona: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (BRASIL, 2013c).



2 A Valoração dos Princípios: A Influência do Pós-Positivismo no Ordenamento Brasileiro

A partir da perspectiva apresentada acima, é possível evidenciar que, em consonância com a valoração do ser humano, enquanto ser dotado de dignidade e plurais potencialidades a serem exploradas, os princípios, também, passaram a gozar de proeminência, sendo içados à condição de gênese, a pedra angular da existência de algo, *in casu* a tábua de sustentação do ordenamento jurídico. À sombra do exposto, verifica-se que os princípios são hasteados como verdades fundamentais, que assegurar ou mesmo consagram a certeza de uma diversidade multifacetada de juízos e valores que orientam a aplicação do arcabouço normativo, quando confrontado com situações concretas, promovendo o diálogo e adequação do texto abstrato e genérico às particularidades ostentadas pela do ser humano nas relações fluídas da contemporaneidade. Com a valoração dos princípios, denota-se que o escopo essencial descansa em obstar a exacerbação equivocada do texto legal, imprimindo-lhe dinamicidade ao apreciar as questões colocadas em exame.

Com arrimo em tais ideários, patente faz-se destacar que os dogmas, valorados pelas linhas do pós-positivismo, na condição de doutrina abraçada pelo Ordenamento Jurídico, são responsáveis por fundar e atuar como normas vinculantes, verdadeiras flâmulas desfraldadas na interpretação dos diplomas normativos. Desta sorte, insta obtemperar que conhecer os princípios é adentro no âmago da realidade jurídica. “Toda sociedade politicamente organizada baseia-se numa tábua principiológica, que varia segundo se altera e evolui a cultura e modo de pensar” (MARQUESI, 2004). Ao lado disso, em razão do aspecto essencial que apresentam, os preceitos podem variar, de maneira robusta, adequando-se a realidade vigorante em cada Estado, ou seja, os corolários são resultantes dos anseios sociais e necessidades apresentados por cada população. Todavia, o que



mantém a característica fundante dos axiomas está atrelado ao fato de estarem fincados na condição de cânone escrito, positivado pelos representantes de determinada nação ou mesmo decorrentes de regramentos consuetudinários, aderidos, de maneira democrática, pela população.

Nesta senda, os dogmas que são salvaguardados pela Ciência Jurídica passam a ser erigidos à condição de elementos que compreendem em seu bojo oferta de uma abrangência mais versátil, contemplando, de maneira singular, as múltiplas espécies normativas que integram o ordenamento pátrio. Ao lado do apresentado, com fortes cores e traços grossos, há que se evidenciar que tais mandamentos passam a figurar como super-normas, isto é, “preceitos que exprimem valor e, por tal fato, são como pontos de referências para as demais, que desdobram de seu conteúdo” (VERDAN, 2009). Os corolários passam a figurar como verdadeiros pilares sobre os quais o arcabouço teórico que compõe o Direito estrutura-se, segundo a brilhante exposição de Tovar (2005). Com efeito, essa concepção deve ser estendida a interpretação das normas que integram ao ramo Civilista da Ciência Jurídica, mormente o Direito das Famílias e o aspecto afetivo contido nas relações firmadas entre os indivíduos.

Em decorrência de tais lições, destacar é crucial que a Lei N° 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, que institui o Código Civil, deve ser interpretada a partir de uma luz emanada pelos valores de maciça relevância para a Constituição Federal de 1988. Isto é, cabe ao Arquiteto do Direito observar, de forma imperiosa, a tábua principiológica, considerada como essencial e exaltada como fundamental dentro da Carta Magna do Estado Brasileiro, ao aplicar a legislação abstrata ao caso concreto. A exemplo de tal afirmativa, pode-se citar tábua principiológica que orienta a interpretação das normas atinentes ao Direito das Famílias. Com o alicerce no pontuado, salta aos olhos a necessidade de desnudar tal assunto, com o intento de afasta qualquer possível desmistificação, com o fito primordial de substancializar um entendimento mais robusto acerca do tema.



3 A Valoração do Preceito da Busca pela Felicidade enquanto axioma de Inspiração do Direito das Famílias

A República Federativa do Brasil, ao estruturar a Constituição Cidadã, concedeu, expressamente, relevo ao princípio da dignidade da pessoa humana, sendo colocada sob a epígrafe “dos princípios fundamentais”, sendo positivado no inciso III do artigo 1º. Com avult, o aludido preceito passou a gozar de *status* de pilar estruturante do Estado Democrático de Direito, toando como fundamento para todos os demais direitos. Nesta trilha, também, há que se enfatizar que o Estado é responsável pelo desenvolvimento da convivência humana em uma sociedade norteada por caracteres pautados na liberdade e solidariedade, cuja regulamentação fica a encargo de diplomas legais justos, no qual a população reste devidamente representada, de maneira adequada, participando e influenciando de modo ativo na estruturação social e política. Ademais, é permitida, inda, a convivência de pensamentos opostos e conflitantes, sendo possível sua expressão de modo público, sem que subsista qualquer censura ou mesmo resistência por parte do Ente Estatal.

Nesse alarim, verifica-se que a principal incumbência do Estado Democrático de Direito, em harmonia com o ventilado pelo dogma da dignidade da pessoa humana, está jungido na promoção de políticas que visem a eliminação das disparidades sociais e os desequilíbrios econômicos regionais, o que clama a perseguição de um ideário de justiça social, ínsito em um sistema pautado na democratização daqueles que detém o poder. Ademais, não é possível olvidar que “não é permitido admitir, em nenhuma situação, que qualquer direito viole ou restrinja a dignidade da pessoa humana” (RENON, 2009, p. 19), tal ideário decorre da proeminência que torna o preceito em comento em patamar intocável e, se porventura houver conflito com outro valor constitucional, aquele há sempre que prevalecer.



Frise-se, por carecido, que a dignidade da pessoa humana, em razão da promulgação da Carta de 1988, passou a se apresentar como fundamento da República, sendo que todos os sustentáculos descansam sobre o compromisso de potencializar a dignidade da pessoa humana, fortalecido, de maneira determinante, como ponto de confluência do ser humano. Com o intuito de garantir a existência do indivíduo, insta realçar que a inviolabilidade de sua vida, tal como de sua dignidade, se faz proeminente, sob pena de não haver razão para a existência dos demais direitos. Neste diapasão, cuida colocar em saliência que a Constituição de 1988 consagrou a vida humana como valor supremo, dispensando-lhe aspecto de inviolabilidade.

Evidenciar faz-se necessário que o princípio da dignidade da pessoa humana não é visto como um direito, já que antecede o próprio Ordenamento Jurídico, mas sim um atributo inerente a todo ser humano, destacado de qualquer requisito ou condição, não encontrando qualquer obstáculo ou ponto limítrofe em razão da nacionalidade, gênero, etnia, credo ou posição social. Nesse viés, o aludido bastião se apresenta como o maciço núcleo em torno do gravitam todos os direitos alocados sob a epígrafe “fundamentais”, que se encontram agasalhados no artigo 5º da Constituição Cidadã. Ao se perfilhar à umbilical relação mantida entre a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais, pode-se tanger dois aspectos basais. O primeiro se apresente como uma ação negativa, ou passiva, por parte do Ente Estatal, a fim de evitar agressões ou lesões; já a positiva, ou ativa, está atrelada ao “sentido de promover ações concretas que, além de evitar agressões, criem condições efetivas de vida digna a todos” (BERNARDO, 2006, p. 236).

Comparato (1998, p. 176) alça a dignidade da pessoa humana a um valor supremo, eis que “se o direito é uma criação humana, o seu valor deriva, justamente, daquele que o criou. O que significa que esse fundamento não é outro, senão o próprio homem”, sendo em sua dignidade substância da pessoa, ao passo que as especificações individuais e grupais são sempre secundárias. A própria estruturação



do Ordenamento Jurídico e a existência do Estado, conforme as ponderações aventadas, só se justificam se erguerem como axioma maciço a dignidade da pessoa humana, dispensando esforços para concretizarem tal dogma. Mister faz-se pontuar que o ser humano sempre foi dotado de dignidade, todavia, nem sempre foi (re)conhecida por ele. O mesmo ocorre com o sucedâneo dos direitos fundamentais do homem que, preexistem à sua valoração, descobre-os e passa a dispensar proteção, variando em decorrência do contexto e da evolução histórico-social e moral que condiciona o gênero humano. Não é possível perder de vista o corolário em comento é a síntese substantiva que oferta sentido axiológico à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, determinando, consequentemente, os parâmetros hermenêuticos de compreensão.

A densidade jurídica do princípio da dignidade da pessoa humana no sistema constitucional há de ser, deste modo, máxima, afigurando-se, inclusive, como um corolário supremo no trono da hierarquia das normas. A interpretação conferida pelo corolário em comento não é para ser procedida à margem da realidade. Ao reverso, alcançar a integralidade da ambição contida no bojo da dignidade da pessoa humana é elemento da norma, de modo que interpretações corretas são incompatíveis com teorização alimentada em idealismo que não as conforme como fundamento. Atentando-se para o princípio supramencionado como estandarte, o intérprete deverá observar para o objeto de compreensão como realidade em cujo contexto a interpretação encontra-se inserta. Quadra trazer à baila o magistério do Ministro Marco Aurélio, ao julgar a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 46/DF, quando, ao analisar a interpretação das normas, pontuou:

Interpretar significa apreender o conteúdo das palavras, não de modo a ignorar o passado, mas de maneira a que este sirva para uma projeção melhor do futuro. Como objeto cultural, a compreensão do Direito se faz a partir das pré-compreensões dos intérpretes. Esse foi um dos mais importantes avanços da hermenêutica moderna: a percepção de que qualquer tentativa de distinguir o sujeito do objeto da interpretação é falsa e não corresponde à verdade. A partir da ideia do “Círculo Hermenêutico” de Hans Gadamer, evidenciou-se a função coautora do hermeneuta na medida



em que este compreende, interpreta as normas de acordo com a própria realidade e as recria, em um processo que depende sobremaneira dos valores envolvidos (BRASIL, 2013e).

Ao lado disso, nenhum outro dogma é mais valioso para assegurar a unidade material da Constituição senão o corolário em testilha. Como bem salientou Sarlet (2002, p. 83), “um Estado que não reconheça e garanta essa Dignidade não possui Constituição”. Ora, considerando os valores e ideários por ele abarcados, não é possível perder de vista que as normas, na visão garantística consagrada no Ordenamento Brasileiro, reclamam uma interpretação em conformidade com o preceito em destaque. Nesta toada, entalhadas tais lições, ao se direcionar uma interpretação para o Direito de Famílias, cuida ter uma visão pautada em valores sensíveis, em razão dos próprios sentimentos que impregnam as relações afetivas.

Trata-se de ramificação da Ciência Jurídica em que é possível contemplar a materialização dos ideários de afeto e de busca pela felicidade. Nesta esteira, ainda, infere-se que o afeto apresenta-se como a verdadeira moldura que enquadra os laços familiares e as relações interpessoais, impulsionadas por sentimentos e por amor, com o intento de substancializar a felicidade, postulado albergado pelo superprincípio da pessoa humana. Ao lado disso, tal preceito encontra-se hasteada como flâmula a orientar a interpretação das normas, inspirando sua aplicação diante do caso concreto, dando corpo a um dos fundamentos em que descansa a ordem republicana e democrática, venerada pelo sistema de direito constitucional positivo.

Nessa linha de exposição, conforme tem-se colhido em atuais entendimentos jurisprudenciais, notadamente os consolidados pelo Supremo Tribunal Federal, o afeto e a busca pela felicidade passaram a ser reconhecidos como valores jurídicos imersos em natureza constitucional, apresentando-se como novos paradigmas que informam e inspiram a formulação da própria acepção de entidade familiar. Ora, os reconhecimentos do afeto e da busca pela felicidade encontram robusto descanso na extensa rubrica de direitos compreendidos pelo superprincípio da dignidade da pessoa humana. Para tanto, cuida trazer a lume o seguinte aresto:



Ementa: União Civil entre pessoas do mesmo sexo - Alta relevância social e jurídico-constitucional da questão pertinente às uniões homoafetivas - Legitimidade Constitucional do reconhecimento e qualificação da união estável homoafetiva como entidade familiar: Posição consagrada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADPF 132/RJ e ADI 4.277/DF) - [...] A dimensão constitucional do afeto como um dos fundamentos da família moderna. - O reconhecimento do afeto como valor jurídico impregnado de natureza constitucional: um novo paradigma que informa e inspira a formulação do próprio conceito de família. Doutrina. Dignidade da Pessoa Humana e Busca pela Felicidade - O postulado da dignidade da pessoa humana, que representa - considerada a centralidade desse princípio essencial (CF, art. 1º, III) - significativo vetor interpretativo, verdadeiro valor-fonte que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente em nosso País, traduz, e democrática consagrada pelo sistema de direito constitucional positivo. Doutrina. - O princípio constitucional da busca da felicidade, que decorre, por implicitude, do núcleo de que se irradia o postulado da dignidade da pessoa humana, assume papel de extremo relevo no processo de afirmação, gozo e expansão dos direitos fundamentais, qualificando-se, em função de sua própria teleologia, como fator de neutralização de práticas ou de omissões lesivas cuja ocorrência possa comprometer, afetar ou, até mesmo, esterilizar direitos e franquias individuais. - Assiste, por isso mesmo, a todos, sem qualquer exclusão, o direito à busca da felicidade, verdadeiro postulado constitucional implícito, que se qualifica como expressão de uma idéia-força que deriva do princípio da essencial dignidade da pessoa humana. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e da Suprema Corte americana. Positivização desse princípio no plano do direito comparado [...] (Supremo Tribunal Federal – Segunda Turma/ RE 477554 AgR/ Relator Ministro Celso de Mello/ Julgado em 16.08.2011/ Publicado no DJe-164/ Divulgado em 25.08.2011/ Publicado em 26.08.2011). (destaque nosso)

Por oportuno, torna-se forçoso o reconhecimento que o novel ideário, no âmbito das relações familiares, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, com o fito de estabelecer direito e deveres decorrentes de vínculo familiar, consolidando na existência e no reconhecimento do afeto, tal como pela busca da felicidade. Consoante se extrai do entendimento jurisprudencial coligido, os preceitos mencionados algures, decorrem do feixe principiológico advindo da dignidade da pessoa humana, sendo dotados de proeminência e maciço destaque na caminhada pela afirmação, gozo e ampliação dos direitos fundamentais. Ao lado disso, não é possível olvidar que sobreditos paradigmas se revelam como instrumentos aptos a neutralizar práticas ou omissões lesivas que comprometem os direitos e franquias



individuais. Nesta senda de exposição, “o direito de família é o único ramo do direito privado cujo objeto é o afeto” (CALHEIRA, 2012).

Forçoso, ainda, colocar em destaque que o direito à busca da felicidade representa derivação do superprincípio da dignidade da pessoa humana, apresentando-se como um dos mais proeminentes preceitos constitucionais implícitos, cujas raízes imergem, historicamente, na própria Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, de 04 de julho de 1776. Ao lado disso, em ordem social norteadas pelo racionalismo, em modo expressivo, um dos fundamentos em que se assenta, entre nós, a ordem republicana consonância com a teoria iluminista, o Estado “existe para proteger o direito do homem de ir em busca de sua mais alta aspiração, que é, essencialmente, a felicidade ou o bem-estar” (DRIVER, 2006, p. 32). O homem tem sua atuação motivada pelo interesse próprio, o qual, corriqueiramente, se materializada na busca pela felicidade, competindo à sociedade, enquanto construção social destinada a proteger cada indivíduo, viabilizando a todos viver juntos, de forma benéfica.

No mais, ao se considerar o escopo fundamental da República, consistente na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, que o reconhecimento do direito à busca da felicidade, na condição de ideia-norma que decorre, diretamente, do preceito constitucional da dignidade da pessoa humana, autorizando, via de consequência, o rompimento dos obstáculos que impedem a tutela jurídica dos arranjos familiares contemporâneos. Nesta esteira de exposição, não é possível esquecer que todo indivíduo tem o direito de constituir uma célula, notadamente em sua função de nascedouro da realização pessoal e refúgio, independente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. As famílias existem em plurais manifestações, não sendo possível permitir discriminações ancoradas na orientação sexual ou identidade de gênero de qualquer dos seus integrantes.

Impostergável é o reconhecimento do afeto e da busca pela felicidade, enquanto valores impregnados de juridicidade, porquanto abarcam a todos os



indivíduos, suplantando qualquer distinção, promovendo a potencialização do superprincípio em destaque. Ademais, em se tratando de temas afetos ao Direito de Família, o relevo deve ser substancial, precipuamente em decorrência da estrutura das relações mantidas entre os atores processuais, já que extrapola a rigidez jurídica dos institutos consagrados no Ordenamento Pátrio, passando a se assentar em valores de índole sentimental, os quais, conquanto muitas vezes sejam renegados a segundo plano pela Ciência Jurídica, clamam máxima proteção, em razão das peculiaridades existentes. O patrimônio, *in casu*, não é material, mas sim de ordem sentimental, o que, por si só, inviabiliza qualquer quantificação, sob pena de coisificação de seu detentor e aviltamento à própria dignidade da pessoa humana.

4 Ponderações Finais

O ser humano tem sua atuação norteadada pela satisfação do interesse próprio, o qual, costumeiramente, recebe concreção na busca pela felicidade, precipuamente em decorrência das realizações de cunho pessoal, incumbindo à sociedade, enquanto construção social orientada a proteger o indivíduo em suas singularidades e multifacetadas potencialidades. Nesta seara, o reconhecimento conferido ao afeto e à busca pela felicidade, enquanto valores sensíveis e impregnados de juridicidade, eis que compreende a todos os indivíduos, suprimindo as distinções, apresentando-se como instrumento de substancialização do superprincípio da dignidade da pessoa humana, notadamente da contemporaneidade, em que as relações passam a gozar de dinamicidade e fluidez substanciais.

Ao lado disso, ao se debruçar sobre os temas atrelados ao Direito de Família, insta conceder relevo substancial às relações mantidas entre os atores processuais, notadamente as pautadas nos liames afetivos e seu desdobramento na busca pela felicidade, eis que ultrapassam a rigidez jurídica dos institutos



consagrados no Ordenamento Pátrio, passando a se assentar em aspetos dotados de moldura sentimental, os quais muitas vezes sejam lançados a patamares inferiores pela Ciência Jurídica, vindicam máxima proteção, em razão das nuances e peculiaridades caracterizadores. Neste aspecto, o reconhecimento do princípio constitucional implícito da busca pela felicidade se revela como um importante vetor hermenêutico relativo a temas de direitos fundamentais, objetivando assegurar a concreção da satisfação do indivíduo contemporâneo e, por extensão, a materialização da dignidade da pessoa humana. A acepção da busca pela felicidade imprimiu considerável expansão para, a partir da exegese de dispositivo consubstanciador desse direito inalienável, estendê-lo a situações envolvendo a proteção da intimidade e a garantia do direito de casar-se com pessoa de outra etnia ou do mesmo gênero, de ter a custódia dos filhos menores ou, ainda, de conferir tutela jurídica a situações característica da contemporaneidade,

Referências:

ASSIS JÚNIOR, Pedro Prazeres. **A Inconstitucionalidade da Monogamia**. 28f. Monografia (Especialista em Direito) – Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.emerj.rj.gov.br>>. Acesso em 28 ago. 2012.

BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Novo Direito Civil. Breves Reflexões. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, ano VII, nº 08, p. 229-267, junho de 2006. Disponível em: <<http://fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista08>>. Acesso em 28 mar. 2013.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 28 mar. 2013a.

_____. **Lei Nº. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2013b.

_____. **Ministério da Justiça**. Declaração Universal das Nações Unidas. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em 28 mar. 2013c.



_____. **Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em 28 mar. 2013d.

_____. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em 28 mar. 2013e.

CALHEIRA, Luana Silva Os princípios do direito de família na Constituição Federal de 1988 e a importância aplicada do afeto: o afeto é juridicizado através dos princípios?. **Boletim Jurídico**, Uberaba/MG, a. 5, no 229. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1791>> Acesso em: 28 ago. 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. Fundamentos dos direitos humanos. *In*: **Direito Constitucional**. José Janguê Bezerra Diniz (coordenador). 1ª Ed. Brasília: Editora Consulex, 1998.

DIAS, Maria Berenice. A Homoafetividade como direito *In*: Novos Direitos. Mauro Nicolau Júnior (coordenador). Curitiba: Editora Juruá, 2007.

DRIVER, Stephanie Schwartz. **A Declaração de Independência dos Estados Unidos**. Tradução Mariluce Pessoa. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.

MARQUESI, Roberto Wagner. Os Princípios do Contrato na Nova Ordem Civil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 513, 2 dez. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5996>>. Acesso em 28 mar. 2013.

MARTINS, Flademir Jerônimo Belinati. **Dignidade da Pessoa Humana: Princípio Constitucional Fundamental**. 6 tir. Curitiba: Editora Juruá, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2002.

SCHIAVI, Mauro. **Proteção Jurídica à Dignidade da Pessoa Humana do Trabalhador**. Disponível em: <www.lacier.com.br>. Acesso em 28 mar. 2013.

STRAUSS, C. Levi. **A Família**. Disponível em: <<http://www.bernardojablonski.com>>. Acesso em 28 ago. 2012.

RENON, Maria Cristina. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e sua relação com a convivência familiar e o direito ao afeto**. 232f. Dissertação (Mestre em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br>>. Acesso em 28 mar. 2013.



TOVAR, Leonardo Zehuri. O Papel dos Princípios no Ordenamento Jurídico. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 696, 1 jun. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6824>>. Acesso em 28 mar. 2013.

VERDAN, Tauã Lima. Princípio da Legalidade: Corolário do Direito Penal. **Jurid Publicações Eletrônicas**, Bauru, 22 jun. 2009. Disponível em: <<http://jornal.jurid.com.br>>. Acesso em 28 ago. 2012.

_____. O Princípio da Humanidade: O repúdio a um passado vergonhoso. **Boletim Conteúdo Jurídico**, Brasília, 11 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br>>. Acesso em 28 mar. 2013.



O PRECEITO CONSTITUCIONAL DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO ENQUANTO VETOR DE CONFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FARIAS, Karina dos Reis¹

VERDAN, Tauã Lima²

TEIXEIRA, Eriane Araújo³

RAMOS, José Eduardo Silvério⁴

Resumo

Impende sustar que a Administração Pública é norteada por uma gama de princípios gerais, cujo escopo está assentado na orientação da ação do administrador na prática dos atos administrativos. Cuida destacar que o preceito da supremacia do interesse público encontra assento tanto durante a fase procedimental de elaboração dos diplomas normativos, como também pela execução concreta da Administração Pública, inspirando e conformando a atuação. Ora, a sobreposição da supremacia do interesse público sobre o interesse privado se apresenta como bastião sustentador do Direito em qualquer sociedade. Com efeito, a valoração do interesse público, neste aspecto, se apresenta como *conditio sine qua non* para a manutenção e preservação da ordem social.

Palavras-Chave: Administração Pública; Supremacia do Interesse Público; Corolário de Orientação.

1 Bacharela em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, k.arinareis@hotmail.com;

2 Bolsista CAPES. Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), linha de Pesquisa Conflitos Urbanos, Rurais e Socioambientais. Especializando em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Gama Filho. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, taua_verdan2@hotmail.com;

3 Bacharela em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, erianeateixeira@gmail.com;

4 Professor de Direito Constitucional e Tributário do Curso de Direito do Centro Universitário São Camilo – ES, onde atua como Coordenador da linha de pesquisa em Meio Ambiente e Mineração, no GEP de Constitucionalização dos Direitos. Advogado sócio do escritório Ramos – Araujo Advogados. Mestre em Direito, na área de Políticas Públicas e Processo pela FDC/RJ, Pós-Graduado em Direito Material e Processual Tributário pelo IBET, joseramos@saocamilo-es.br e joseeduardo@ramosaraujo.com.br. Cachoeiro de Itapemirim-ES, abril de 2013.



1 A Tábua Principiológica do Direito Administrativo: Comentários Doutrinários à Proeminência dos Corolários no Ordenamento Brasileiro

Salientar, inicialmente, faz-se necessário que o princípio jurídico é um enunciado de aspecto lógico, de característico explícito ou implícito, que, em decorrência de sua generalidade, goza de posição proeminente nos amplos segmentos do Direito, e, por tal motivo, de modo implacável, atrela o entendimento e a aplicação das normas jurídicas à sua essência. Com realce, é uma flâmula desfraldada que reclamada a observância das diversas ramificações da Ciência Jurídica, vinculando, comumente, aplicação das normas abstratas, diante de situações concretas, o que permite uma amoldagem das múltiplas normas que constituem o ordenamento aos anseios apresentados pela sociedade. Gasparini (2012, p. 60), nesta toada, afirma que “constituem os princípios um conjunto de proposições que alicerçam ou embasam um sistema e lhe garantem a validade”.

Nesta senda, é possível analisar a prodigiosa tábua principiológica a partir de três órbitas distintas, a saber: onivalentes ou universais, plurivalentes ou regionais e monovalentes. Os preceitos acampados sob a rubrica princípios onivalentes, também denominados universais, têm como traço peculiar o fato de ser comungado por todos os ramos do saber, como, por exemplo, é o caso da identidade e da razão suficiente. É identificável uma aplicação irrestrita dos cânones às diversificadas área do saber. Já os princípios plurivalentes (ou regionais) são comuns a um determinado grupo de ciências, no qual atuma como agentes de informação, na medida em que permeiam os aportes teórico-doutrinários dos integrantes do grupo, podendo-se citar o princípio da causalidade (incidente nas ciências naturais) e o princípio do *alterum non laedere* (assente tanto nas ciências naturais quanto nas ciências jurídicas).

Os princípios classificados como monovalentes estão atrelados a tão somente uma específica seara do conhecimento, como é o caso dos princípios



gerais da Ciência Jurídica, que não possuem aplicação em outras ciências. Com destaque, os corolários em comento são apresentados como axiomas cujo sedimento de edificação encontra estruturado tão somente a um segmento do saber. Aqui, cabe pontuar a importante observação apresentada por Di Pietro (2010, p. 62-63) que, com bastante ênfase, pondera “há tantos princípios monovalentes quantas sejam as ciências cogitadas pelo espírito humano”. Ao lado disso, insta destacar, consoante entendimento apresentado por parte da doutrina, que subsiste uma quarta esfera de princípios, os quais são intitulados como “setoriais”. Prima evidenciar, com bastante destaque, que os mandamentos abarcados pela concepção de dogmas setoriais teriam como singular aspecto o fato de informarem os múltiplos setores que integram/constituem uma determinada ciência. Como robusto exemplo desse grupo, é possível citar os princípios que informam apenas o Direito Civil, o Direito Penal, o Direito Administrativo, dentre outros.

Tecidas estas ponderações, bem como tendo em conta as peculiaridades que integram a ramificação administrativa da Ciência Jurídica, ponderar é necessário que “os princípios administrativos são postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública. Representam cânones pré-normativos” (CARVALHO FILHO, 2010, p. 20), orientando a conduta do Ente Estatal, quando pratica as atividades administrativas. Assim, na vigente ordem inaugurada pela Carta da República de 1988, revela-se imperiosa a observação dos corolários na construção dos institutos administrativos. Pois, olvidar-se de tal, configura-se verdadeira aberração jurídica, sobremaneira, quando resta configurado o aviltamento e desrespeito ao sucedâneo de baldrames consagrados no texto constitucional e os reconhecidos pela doutrina e jurisprudência pátrios.

Urge salientar que a Constituição Cidadã, ao contrário das Cartas que a antecederam, trouxe, de forma expressa e clara, os princípios informadores da Administração Pública, assinalando a incidência de tais preceitos a todos os entes da Federação, bem como os elementos estruturantes da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes constituídos. Para tanto, como fértil



sedimento de estruturação, é possível transcrever o *caput* do artigo 37 que, em altos alaridos, diciona que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 2013a). Nesta toada, quadra, também, destacar que:

Trata-se, portanto, de princípios incidentes não apenas sobre os órgãos que integram a estrutura central do Estado, incluindo-se aqui os pertencentes aos três Poderes (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário), nas também de preceitos genéricos igualmente dirigidos aos entes que em nosso país integram a denominada Administração Indireta, ou seja, autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações governamentais ou estatais (SERESUELA, 2002).

É verificável, desta sorte, que os preceitos em comento, dada à proeminência alçada pelo texto constitucional, passam a atuar como elementos que norteiam e, corriqueiramente, conformam a atuação dos entes federativos, bem como as estruturas, tais como autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações, que constituem a Administração Indireta. Em razão de estarem entalhados nas linhas que dão corpo à *Lex Fundamentallis* do Estado Brasileiro, a doutrina convencionou chamá-los de “Princípios Constitucionais Explícitos” ou “Princípios Expressos”. São considerados como verdadeiras diretrizes que norteiam a Administração Pública, na medida em que qualquer ato por ela emanado só será considerado válido se estiver em consonância com tais dogmas.

De outra banda, tem-se por princípios reconhecidos aqueles que, conquanto não estejam taxativamente contemplados no texto constitucional, de modo explícito, permeiam, por conseguinte, toda a ramificação do Direito Administrativo. Isto é, são corolários que encontram descanso, mais evidente e palpável, na atividade doutrinária e jurisprudencial, que, por meio dos seus instrumentos, colaboram de forma determinante na consolidação e conscientização de determinados valores, tidos como fundamentais, para o conhecimento e a interpretação das peculiaridades e nuances dos fenômenos jurídicos, advindos dessa ramificação da Ciência Jurídica. “Os princípios são mandamentos nucleares



de um sistema, seu verdadeiro alicerce, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas” (GASPARINI, 2012, p. 61).

No mais, ao se ter em visão, a dinamicidade que influencia a contínua construção do Direito, conferindo, via de consequência, mutabilidade diante das contemporâneas situações apresentadas pela sociedade, é possível salientar que a construção da tábua principiológica não está adstrita apenas aos preceitos dispostos nos diplomas normativos e no texto constitucional. Ao reverso, é uma construção que também encontra escora no âmbito doutrinário, tal como no enfrentamento, pelos Tribunais Pátrios, das situações concretas colocadas sob o alvitre. Afora isso, “doutrina e jurisprudência usualmente a elas se referem, o que revela sua aceitação geral como regras de proceder da Administração” (CARVALHO FILHO, 2010, p. 34). Em razão de tal aspecto, os corolários são classificados como reconhecidos, buscando acentuar exatamente a aceitação pela doutrina.

2 A Acepção Conceitual da Administração Pública

Possível faz-se evidenciar que a Administração Pública comporta uma pluralidade de sentidos, o que é impulsionado, sobremaneira, pela extensa e complexa gama de tarefas e atividades que compõem o escopo do Ente Estatal. Em uma feição objetiva, o verbo *administrar* faz alusão a gerir, zelar, enfim uma atuação dinâmica de supervisão. Já o adjetivo *pública* pode significar algo atrelado ao Poder Público, como também à coletividade ou ao público, de maneira geral. “O sentido objetivo, pois, da expressa – que aqui deve ser gravada com iniciais minúsculas – deve consistir na própria atividade administrativa exercida pelo Estado por seus órgãos e agentes” (CARVALHO FILHO, 2010, p. 10), sendo aspecto caracterizador da função administrativa, abrangendo, inclusive, os delineamentos intrínsecos das atividades que exerce. Neste passo, trata-se da própria gestão dos interesses públicos executada pelo Estado, seja por meio da prestação de serviços públicos,



seja por sua organização interna, ou ainda pela intervenção no campo privado, algumas vezes até de maneira restritiva, a exemplo do poder de polícia.

Independentemente da hipótese da administração da coisa pública (*res publica*), é inafastável a conclusão de que a destinatária última dessa gestão há de ser a sociedade, mesmo que a atividade beneficie, de forma imediata, o Ente Estatal. Ora, não é possível conceber o destino da função pública que não seja volvido aos indivíduos, com o escopo de promover a proteção, a segurança e bem-estar. Gasparini (2012, p. 97), ao estruturar o seu magistério, pontua que a administração pública, a partir de um viés objetivo, consiste em “um complexo de atividades concretas e imediatas desempenhadas pelo Estado sob os termos e condições da lei, visando o atendimento das necessidades coletivas”. Trata-se, neste aspecto, da concreção da pluralidade de atividades praticadas pelo Ente Estatal, com o escopo de satisfazer as necessidades da sociedade.

Doutro modo, a partir de uma ótica subjetiva, a expressão também pode traduzir-se como o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas que tenham a incumbência de conferir materialização das atividades administrativas. Empresta-se, neste cenário, o *sujeito* da função administrativa, isto é, aquele que exerce de fato a atividade. “Para diferenciar em sentido da noção anterior, deve a expressão conter as iniciais maiúsculas: Administração Pública” (CARVALHO FILHO, 2010, p. 11). Com efeito, não é possível confundir, a partir de um viés subjetivo, a Administração Pública com qualquer dos Poderes estruturais do Estado, notadamente o Poder Executivo, ao qual, comumente, se atribui a função administrativa. Para a assimilação de sua extensão, necessário faz-se pontuar que a *função administrativa em si*, e não o Poder em que é ela exercida. Conquanto, por excelência, seja o Poder Executivo o administrador, há, ainda, nos Poderes Legislativo e Judiciário inúmeras tarefas que constituem atividade administrativa, a exemplo daquelas que tocam a organização interna dos seus serviços e dos seus servidores.

Desta sorte, todos os órgãos e agentes que, em qualquer desses Poderes, estejam no pleno exercício da função administrativa, serão considerados



como integrantes da Administração Pública. Os órgãos e agentes que integram as entidades estatais, isto é, aquelas que compõem o sistema federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Porém, existem algumas pessoas jurídicas incumbidas por elas de execução da função administrativas. Neste passo, tais pessoas também são incluídas no sentido de Administração Pública, compreendendo, deste modo, as autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações públicas. No primeiro, tem-se a Administração Direta, responsável pelo desempenho das atividades exercidas de forma centralizada; já a outra é denominada de Administração Indireta, conferindo concreção as entidades integrantes da função administrativa descentralizante.

3 A Concreção do Princípio da Supremacia do Interesse Público enquanto Vetor de Conformação da Administração Pública

Em sede de comentários introdutórios acerca do corolário em comento, impende sustar que a Administração Pública é norteada por uma gama de princípios gerais, cujo escopo está assentado na orientação da ação do administrador na prática dos atos administrativos. De outro passo, aludidos dogmas asseguram uma boa administração, que se materializa na correta gestão dos negócios públicos e do manejo dos recursos públicos, entendidos como dinheiro, bens e serviços, visando o interesse coletivo, com o qual se assegura administrados o seu direito a práticas administrativas consideradas honestas e probas. É cediço, arrimando-se nas ponderações vertidas acima, que os princípios explicitados no *caput* do artigo 37 são os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Entrementes, outros defluem dos incisos e parágrafos do mesmo dispositivo, como a da licitação, da prescritibilidade dos ilícitos administrativos e o da responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público.



Nesta toada, ainda, como bem destacou o Ministro Luiz Fux, ao relatoriar o Agravo Regimental no Recurso Especial N° 880.955/RS, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não se apresenta como um mero objeto de ornamentação nem tão pouco um museu de princípio ou um conjunto inócuo de preceitos e mandamentos. Ao reverso, em decorrência de seus axiomas e bastiões alicerçantes, a Lei Maior reivindica a real efetividade de suas normas. “Destarte, na aplicação das normas constitucionais, a exegese deve partir dos princípios fundamentais, para os princípios setoriais. E, sob esse ângulo, merece destaque o princípio fundante da República” (BRASIL, 2013b), sendo conferida especial proteção à dignidade da pessoa humana. Verifica-se, desta maneira, que os preceitos e corolários positivados no Texto Constitucional, tal como os dispositivos que ambicionam a promoção do superprincípio da dignidade da pessoa humana reclama concretude de atuação, notadamente no que concerne aos direitos fundamentais do indivíduo.

Cuida destacar que o preceito da supremacia do interesse público encontra assento tanto durante a fase procedimental de elaboração dos diplomas normativos, como também pela execução concreta da Administração Pública, inspirando e conformando a atuação. Bem destaca Di Pietro (2010, p. 64), em especial quando pontua que o preceito “está presente tanto no momento da elaboração da lei com no momento de sua execução em concreto pela Administração Pública. Ele inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação”. Destarte, apesar de não estar expressamente positivado na redação do artigo 37, *caput*, da Constituição Cidadã, tem amplo reconhecimento pela doutrina nacional, como também atua alicerçando inúmeros julgados emanados pelos Tribunais de Justiça, em especial as Cortes Superiores.

No que tange à atuação do princípio da supremacia do interesse público, como vetor de inspiração na confecção das normas, mister faz-se destacar, com cores fortes e acentuados tracejos, que uma das distinções que bem delineia o direito privado do público, cinge-se ao interesse que busca proteger; “o direito



privado contém normas de interesse individual e, o direito público, normas de interesse público” (DI PIETRO, 2010, p. 64). Ora, a sobreposição da supremacia do interesse público sobre o interesse privado se apresenta como bastião sustentador do Direito em qualquer sociedade. Com efeito, a valoração do interesse público, neste aspecto, se apresenta como *conditio sine qua non* para a manutenção e preservação da ordem social.

Neste sedimento, tal como dito acima, em que pese a inexistência de expressa menção do postulado em comento pelo texto constitucional, é plenamente observável sua manifestação na redação dos dispositivos que constituem a Carta de 1988. Dentre estes, é plenamente aludir a redação do dispositivo 170, o qual, em seus incisos, desfralda como flâmulas orientadoras preceitos associados à função social da propriedade, da defesa do consumidor ou mesmo do meio ambiente. Nesta esteira, sobrelevar anotar que o corolário se apresenta como pressuposto lógico do convívio social. Nesta senda de raciocínio, impende destacar, com o realce que o tema carece, que “as atividades administrativas são desenvolvidas pelo Estado para benefício da coletividade. Mesmo quando age em vista de algum interesse estatal imediato, o fim último de sua atuação deve ser voltado para o interesse público” (CARVALHO FILHO, 2010, p. 35). Destarte, o corolário da supremacia do interesse público ostenta, como núcleo sensível, a busca pela promoção e alcance dos interesses da coletividade, sobrepujando, por via de extensão, o interesse particular. Doutro modo, não estando presente o escopo primevo contido no cânone em exposição, o ato administrativo estará, irremediavelmente, inquinado de vício.

À luz destas considerações, bem como tendo como linha diretiva o espancado na redação do art. 170, maiormente seus incisos III, V e VI, da Constituição Cidadã, é plenamente possível verificar que a atividade administrativa não se destina a um indivíduo e os interesses privados apresentados; ao reverso, objetiva o atendimento do interesse coletivo, sendo a sociedade o destinatário final da atividade estatal. Com efeito, é possível destacar o entendimento firmado pela Desembargadora Matilde Chabar Maia, ao relatoriar a Apelação Cível Nº.



70038958245, “no Direito Administrativo, vige o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, segundo o qual a atuação do administrador deve priorizar os interesses da sociedade” (RIO GRANDE DO SUL, 2013), e não os interesses particulares, sob pena de obstar a prestação do serviço público. Tal fato decorre da premissa que, em sede de sistema constitucional brasileiro, inexistem garantias ou direitos revestidos de caráter absoluto, porquanto as razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do postulado de convivência das liberdades dá azo, ainda que de maneira excepcional, a adoção por parte dos órgãos estatais, de medidas dotadas de aspecto restritivo das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que sejam observados os marcos limítrofes estabelecidos no Texto Constitucional.

No mais, em consonância com os ditames arvorados no estatuto constitucional das liberdades públicas, ao estabelecer o regime jurídico a que estas estão condicionadas, considerando o sedimento ético que atua como pilar de sustentação, é permitido que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, com o fito, de um lado, salvaguardar a integridade do interesse social. Doutro viés, as liberdades públicas buscam, também, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, eis subsiste óbice para os direitos ou garantias sejam exercidos em detrimento da ordem pública ou mesmo aviltando os direitos e garantias de terceiros. Pela dicção deste dogma, é plenamente observável que o Estado abandona a feição individualista, vigente, sobretudo, no modelo de Estado liberal, à medida que adota uma feição de Estado social/bem-estar, ambicionando atender os interesses públicos. Sem embargos, importante destacar que:

[...] o Ente estatal passa a privilegiar uma postura de Estado-social, ou seja, adota como objetivo fundamental assegurar aos indivíduos que o integram as condições materiais tidas por seus defensores como imprescindíveis para que, desta feita, possam ter o pleno gozo dos direitos oriundos da primeira geração. Desenvolvendo, dessa monta, uma tendência de exigir do Ente Estatal intervenções na esfera social, mediante critérios de justiça distributiva. Opondo-se diretamente a posição de Estado liberal, ou seja, o ente estatal alheio à vida da sociedade e que, por consequência, não intervinha na sociedade. [...] as normas integrantes das Cartas Políticas e que possuem em seu bojo esses direitos determinam ao Estado uma



atuação considerada como positiva, haja vista que por meio de ações concretas e que visem favorecer o indivíduo. Devido a tal fato, essa geração é denominada também de direitos positivos ou ainda direitos de prestação. (VERDAN, 2009).

Com efeito, há que se evidenciar que, em determinadas circunstâncias, as relações sociais vão dar azo a um conflito entre o interesse de cunho privado e o público, devendo, por critério de lógica, prevalecer esse em detrimento daquele. Vislumbra-se, neste cenário, a imperiosa prevalência do interesse público, pois como dito alhures e, nesta oportunidade, repetido, o destinatário final da atividade administrativa não é um indivíduo, mas sim a coletividade. Tais interesses de cunho privado não podem ser aproximados com os direitos sociais, ao contrário, devem ser afastados de tal dimensão de direitos fundamentais, posto que uma vez a Administração Pública, ao atender as ambições da coletividade, consubstancia o lastro dos direitos da segunda dimensão (direitos sociais).

Com realce, a supremacia do interesse público, no contemporâneo Direito Público, se apresenta como axioma dotado de substancial relevância, pois proclama a superioridade do interesse da coletividade, consolidando a prevalência dele sobre o do particular, como condição de manutenção deste último. Ao lado disso, o cânone em análise consubstancia o pressuposto de uma ordem social estável, na qual todos e cada um possam estar garantidos e resguardados. No que concerne ao campo da Administração, decorrem deste preceito as seguintes consequências, quais sejam: “a) posição privilegiada do órgão encarregado de zelar pelo interesse público e de exprimi-lo, nas relações com os particulares; b) posição de supremacia do órgão nas mesmas relações” (MELLO, 2010, p. 58-59). Por vezes, a posição da supremacia é muitas vezes manifestada metaforicamente por meio da afirmação de que subsiste a verticalidade nas relações entre Administração e particulares; ao contrário da horizontalidade, característica das relações existentes entre estes últimos.

Como visto acima, é o dogma em exame que atribui a “desigualdade” jurídica entre a Administração Pública e seus administrados. Diante de tal



construção, pelo princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, é determinado que, sempre que constatado que um ato tenha sido expedido em desconformidade com a lei, ou que se encontra em rota de colisão com os interesses públicos, tenham os agentes públicos a prerrogativa administrativa de revê-los, colocando, assim, os interesses da Administração Pública em sobreposição aos interesses particulares. O princípio constitucional da supremacia do interesse público, como modernamente compreendido, “impõe ao administrador ponderar, diante do caso concreto, o conflito de interesses entre o público e o privado, a fim de definir, à luz da proporcionalidade, qual direito deve prevalecer sobre os demais”, como bem explicitou o Ministro Jorge Mussi, ao relatoriar o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança Nº 24.428/GO (BRASIL, 2013b). Neste passo, insta trazer à colação o entendimento jurisprudencial que abaliza as ponderações arvoradas até o momento:

Ementa: Administrativo. Mandado de segurança. Dilação probatória. Desnecessidade. Matéria exclusivamente de direito. Contrato temporário de trabalho. Rescisão unilateral pela administração. Possibilidade. Precedentes do STJ. Segurança denegada. (...) 2. “Firmado sob os princípios de direito público, entre os quais o da supremacia do Poder Público, o contrato temporário de trabalho ajustado pelo Estado com o particular pode ser motivadamente rescindido a qualquer tempo, se extinto o interesse público na permanência da contratação” (RMS 8.827/PA, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, Sexta Turma, DJ 4/8/03). (...) Segurança denegada. (Superior Tribunal de Justiça – Primeira Seção/ (MS 16.753/DF/ Relator: Ministro Arnaldo Esteves Lima/ Julgado em 08.08.2012/ Publicado no DJe em 17.08.2012).

Negrite-se, ainda, que “não se pode confundir interesse público com interesse individual do Estado ou com interesse do agente público” (FUJITA, 2013). Por tais palavras, não é possível compreender o interesse individual do Ente Estatal como sinônimo do interesse do agente público, pois como é cediço o agente não pode se prevalecer de uma conduta que satisfaça seu próprio interesse. O Estado, quando atestada a sua responsabilidade, revela-se tendente ao adimplemento da correspectiva indenização, coloca-se na posição de atendimento ao “interesse público”. Ao revés, quando visa a evadir-se de sua responsabilidade no afã de



minimizar os seus prejuízos patrimoniais, persegue nítido interesse secundário, subjetivamente pertinente ao aparelho estatal em subtrair-se de despesas, engendrando locupletamento à custa do dano alheio. Destarte, é assente na doutrina e na jurisprudência que indisponível é o interesse público, e não o interesse da administração.

4 Considerações Finais

À sombra das ponderações anotadas, imperioso se faz evidenciar que os feixes principiológicos consagrados no *caput* do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foram içados à condição de flâmula norteadora da Administração Pública, apregoando a substancialização da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Entrementes, outros defluem dos incisos e parágrafos do mesmo dispositivo, como a da licitação, da prescritibilidade dos ilícitos administrativos e o da responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público. Nesta linha, é possível observar que, conquanto o corolário objeto de análise não esteja expressamente insculpido na redação do dispositivo constitucional, salta aos olhos que tal corolário encontra-se implicitamente consagrado, sendo considerado como importante flâmula a orientar a atuação da Administração Pública. Verifica-se, desta maneira, que os preceitos e corolários positivados no Texto Constitucional, tal como os dispositivos que ambicionam a promoção do superprincípio da dignidade da pessoa humana reclama concretude de atuação, notadamente no que concerne aos direitos fundamentais do indivíduo.

Trata-se, com efeito, de materializar a *mens legis*, buscando conformar a atuação da Administração Pública, a fim de assegurar a satisfação dos interesses coletivos. Neste passo, é inadmissível confundir o interesse individual do Ente Estatal como sinônimo do interesse do agente público, porquanto não é possível que



esse venha a utilizar de seus interesses pessoais para macular o exercício da atividade administrativa, a fim de satisfazer seus anseios e ambições pessoais. Assim, no embate entre o interesse público e o particular, há de prevalecer aquele, já que, corriqueiramente, reflete os anseios da coletividade. Com destaque, não é possível cogitar que situação reversa fosse admitida, ou seja, o interesse de um ou de um grupo específico possa suplantar o interesse de toda coletividade. Neste aspecto, é assente na doutrina e na jurisprudência que indisponível é o interesse público, e não o interesse da administração, conformando, por via de consequência, a atuação da Administração Pública, notadamente quando afixa balizas robustas a serem observada, suprimindo os mesquinhos interesses de seus agentes.

Referências:

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 07 abr. 2013a.

_____. **Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em 07 abr. 2013b.

_____. **Supremo Tribunal Federal.** Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em 07 abr. 2013c.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 24 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 23 ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2010.

ESPÍRITO SANTO. **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.** Disponível em: <www.tjes.jus.br>. Acesso em 07 abr. 2013.



FUJITA, Cristiane. O Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Interesse Privado e suas consequências. **Portal do Direito**. Disponível em: <<http://www.portaldodireito.com.br>>. Acesso em 07 abr. 2013.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 38 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.

MELLO, Celso Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Malheiros, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em 07 abr. 2013.

SERESUELA, Nívea Carolina de Holanda. Princípios constitucionais da Administração Pública. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/3489>>. Acesso em 07 abr. 2013.

TOVAR, Leonardo Zehuri. O Papel dos Princípios no Ordenamento Jurídico. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 696, 1 jun. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6824>>. Acesso em 07 abr. 2013.

VERDAN, Tauã Lima. Princípio da Isonomia: A Igualdade Consagrada como Estandarte pela Carta de Outubro. **Jurid Publicações Eletrônicas**, Bauru, 03 ago. 2009. Disponível no sítio eletrônico: <<http://jornal.jurid.com.br>>. Acesso em 07 abr. 2013.

_____. Princípio da Legalidade: Corolário do Direito Penal. **Jurid Publicações Eletrônicas**, Bauru, 22 jun. 2009. Disponível em: <<http://jornal.jurid.com.br>>. Acesso em 07 abr. 2013.



NOTAS AO MEIO AMBIENTE CULTURAL: O IMPACTO DO EMPREENDIMENTO HUGO AMORIM RESIDENCIAL NA AMBIÊNCIA DA IGREJA NOSSO SENHOR DOS PASSOS

VERDAN, Tauã Lima¹

TEIXEIRA, Eriane Araújo²

FARIAS, Karina dos Reis³

ARAÚJO, André⁴

Resumo

A cultura brasileira é o resultado daquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos. Nesta toada, ao se analisar o meio ambiente cultural, enquanto complexo macrossistema, é perceptível que é algo incorpóreo, abstrato, fluído, constituído por bens culturais materiais e imateriais portadores de referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira. O conceito de patrimônio histórico e artístico nacional abrange todos os bens moveis e imóveis, existentes no País, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da História pátria ou por seu excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico e ambiental. Neste passo, o presente busca analisar as alterações no patrimônio cultural do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, em especial na ambiência da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, em razão das modificações no traçado urbano, advindos do Empreendimento Hugo Amorim Residencial.

Palavras-chave: Meio Ambiente Cultural; Ambiência Urbana; Igreja de Nosso Senhor dos Passos.

1 Bolsista CAPES. Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), linha de Pesquisa Conflitos Urbanos, Rurais e Socioambientais. Especializando em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Gama Filho. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, taua.verdan2@hotmail.com;

2 Bacharela em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, erianeateixeira@gmail.com;

3 Bacharela em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, k.arinareis@hotmail.com;

4 Professor Orientador. Coordenador da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, andrearaujo@saocamilo-es.br;

Cachoeiro de Itapemirim-ES, março de 2013.



1 Ponderações Inaugurais: A Edificação do Meio Ambiente Cultural em consonância com o entendimento doutrinário

Em sede de comentários introdutórios, cuida salientar que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, cuja acepção compreende aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, fossilífero, turístico, científico, refletindo as características de uma determinada sociedade. Ao lado disso, quadra anotar que a cultura identifica as sociedades humanas, sendo formada pela história e maciçamente influenciada pela natureza, como localização geográfica e clima. Assim, o meio ambiente cultural decorre de uma intensa interação entre homem e natureza, porquanto aquele constrói o seu meio, e toda sua atividade e percepção são conformadas pela sua cultura. “A cultura brasileira é o resultado daquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos” (BROLLO, 2006, p. 15-16). Desta maneira, a proteção do patrimônio cultural se revela como instrumento robusto da sobrevivência da própria sociedade.

Nesta toada, ao se analisar o meio ambiente cultural, enquanto complexo macrossistema, é perceptível que se trata de patrimônio incorpóreo, abstrato, fluído, constituído por bens culturais materiais e imateriais portadores de referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira. Meirelles (2012, p. 634), em suas lições, anota que “o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional abrange todos os bens moveis e imóveis, existentes no País, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da História pátria” ou ainda em razão do proeminente valor artístico, arqueológico, bibliográfico, etnográfico e ambiental. Quadra anotar que os bens compreendidos pelo patrimônio cultural compreendem tanto as realizações



antrópicas como obras da Natureza; preciosidades do passado e obras contemporâneas.

Nesta esteira, é possível subclassificar o meio ambiente cultural em duas espécies distintas, quais sejam: uma concreta e outra abstrata. Neste passo, o meio ambiente cultural concreto, também denominado material, se revela materializado quando está transfigurado em um objeto classificado como elemento integrante do meio ambiente humano. Assim, é possível citar os prédios, as construções, os monumentos arquitetônicos, as estações, os museus e os parques, que albergam em si a qualidade de ponto turístico, artístico, paisagístico, arquitetônico ou histórico. Os exemplos citados alhures, em razão de todos os predicados que ostentam, são denominados de meio ambiente cultural concreto. Acerca do tema em comento, é possível citar o robusto entendimento jurisprudencial firmado pelo Ministro Ruy Rosado de Aguiar, ao apreciar o Recurso Especial N° 115.599/RS:

Ementa: Meio Ambiente. Patrimônio cultural. Destruição de dunas em sítios arqueológicos. Responsabilidade civil. Indenização. O autor da destruição de dunas que encobriam sítios arqueológicos deve indenizar pelos prejuízos causados ao meio ambiente, especificamente ao meio ambiente natural (dunas) e ao meio ambiente cultural (jazidas arqueológicas com cerâmica indígena da Fase Vieira). Recurso conhecido em parte e provido. (Superior Tribunal de Justiça – Quarta Turma/ REsp 115.599/RS/ Relator: Ministro Ruy Rosado de Aguiar/ Julgado em 27.06.2002/ Publicado no Diário da Justiça em 02.09.2002, p. 192).

Diz-se, de outro modo, o meio ambiente cultural abstrato, chamado, ainda, de imaterial, quando este não se apresenta materializado no meio ambiente humano, sendo, deste modo, considerado como a cultura de um povo ou mesmo de uma determinada comunidade. Da mesma maneira, são alcançados por tal acepção a língua e suas variações regionais, os costumes, os modos e como as pessoas relacionam-se, as produções acadêmicas, literárias e científicas, as manifestações decorrentes de cada identidade nacional e/ou regional. Neste sentido, é possível colacionar o entendimento firmado pelo Tribunal Regional Federal da Segunda Região, quando, ao apreciar a Apelação Cível N° 2005251015239518, firmou



entendimento que “expressões tradicionais e termos de uso corrente, trivial e disseminado, reproduzidos em dicionários, integram o patrimônio cultural de um povo” (BRASIL, 2013f). Esses aspectos constituem, sem distinção, abstratamente o meio ambiente cultural. Consoante Brollo (2006, p. 33) anota, “o patrimônio cultural imaterial transmite-se de geração a geração e é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente”, decorrendo, com destaque, da interação com a natureza e dos acontecimentos históricos que permeiam a população.

O Decreto Nº. 3.551, de 04 de Agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências, consiste em instrumento efetivo para a preservação dos bens imateriais que integram o meio ambiente cultural. Como bem aponta Brollo (2006, p. 33), em seu magistério, o aludido decreto não instituiu apenas o registro de bens culturais de natureza imaterial que integram o patrimônio cultural brasileiro, mas também estruturou uma política de inventariança, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Ejeta-se, segundo o entendimento firmado por Fiorillo (2012, p. 80), que os bens, que constituem o denominado patrimônio cultural, consistem na materialização da história de um povo, de todo o caminho de sua formação e reafirmação de seus valores culturais, os quais têm o condão de substancializar a identidade e a cidadania dos indivíduos insertos em uma determinada comunidade. Necessário faz-se salientar que o meio ambiente cultural, conquanto seja artificial, difere-se do meio ambiente humano em razão do aspecto cultural que o caracteriza, sendo dotado de valor especial, notadamente em decorrência de produzir um sentimento de identidade no grupo em que encontra inserido, bem como é propiciada a constante evolução fomentada pela atenção à diversidade e à criatividade humana.



2 O Instituto do Tombamento Cultural enquanto mecanismo de Preservação da Identidade do Povo Brasileiro

Cuida salientar que o tombamento apresenta-se, em sede de meio ambiente cultural, como um dos instrumentos utilizáveis, pelo Poder Público, com o escopo de se tutelar e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Neste sentido, já firmou entendimento o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (2013) que “o tombamento é ato administrativo que visa à preservação do patrimônio histórico, artístico ou cultural das cidades, de modo a impedir a destruição ou descaracterização de bem a que for atribuído valor histórico ou arquitetônico”. Fiorillo (2012, p. 428-429) anuncia, com bastante propriedade, que “dizemos tombamento ambiental, porquanto este instituto tem a finalidade de tutelar um bem de natureza difusa, que é o bem cultural”. Desta sorte, a utilização do tombamento como mecanismo de preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro permite o acesso de todos à cultura, substancializando verdadeiro instrumento de tutela do meio ambiente.

Com realce, o instituto em comento se revela, em sede de direito administrativo, como um dos instrumentos criados pelo legislador para combater a deterioração do patrimônio cultural de um povo, apresentando, em razão disso, maciça relevância no cenário atual, notadamente em decorrência dos bens tombados encerrarem períodos da história nacional ou, mesmo, refletir os aspectos característicos e identificadores de uma comunidade. À luz de tais ponderações, é observável que a intervenção do Ente Estatal tem o escopo de proteger o patrimônio cultural, busca preservar a memória nacional. Ao lado disso, o tombamento permite que o aspecto histórico seja salvaguardado, eis que constitui parte da própria cultura do povo e representa a fonte sociológica de identificação de vários fenômenos sociais, políticos e econômicos existentes na atualidade. *“A escolha do bem de patrimônio cultural que será tombado com precedência aos demais se relaciona com o juízo de conveniência e oportunidade, e não é passível de análise judicial”*, como



decidiu a Desembargadora Denise Oliveira Cezar, ao julgar a Apelação Cível Nº 70033392853 (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Desta feita, o proprietário não pode, em nome de interesses particulares, usar ou fruir de maneira livre seus bens, se estes se traduzem em interesse público por atrelados a fatores de ordem histórica, artística, cultural, científica, turística e paisagística. “São esses bens que, embora permanecendo na propriedade do particular, passam a ser protegidos pelo Poder Público, que, para esse fim, impõe algumas restrições quanto a seu uso pelo proprietário” (CARVALHO FILHO, 2011, p. 734). Os exemplos de bens a serem tombados são extremamente variados, sendo os mais comuns os imóveis que retratam a arquitetura de épocas passadas na história pátria, dos quais podem os estudiosos e pesquisadores extrair diversos meios de conhecimento do passado e desenvolver outros estudos com vistas a proliferar a cultura do país. Além disso, é possível evidenciar que é corriqueiro o tombamento de bairros ou até cidades, quando retratam aspectos culturais do passado. Com o escopo de ilustrar o expandido, mister faz-se colacionar os arestos jurisprudenciais que acenam:

Ementa: Direito Constitucional - Direito Administrativo - Apelação - Preliminar de não conhecimento - Inovação Recursal - Ausência de Documentos Indispensáveis para propositura da Ação - Não Configuração - Pedido de Assistência Judiciária - Indeferimento - Ação Civil Pública - Dano ao Patrimônio Histórico e Cultural - Edificação em imóvel localizado no Conjunto Arquitetônico de Ouro Preto - Tombamento - Aprovação do IPHAN - Inexistência. (...) - O Município de Ouro Preto foi erigido a Monumento Nacional pelo decreto nº. 22.928, de 12/06/33, e inscrito pela UNESCO na lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural em 21/09/80, e a cidade teve todo o seu Conjunto Arquitetônico tombado. Trata-se de fato notório, conhecido pela apelante e por qualquer pessoa, de forma que não se pode afirmar que o processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico do referido Município seja um documento indispensável para a propositura da presente ação civil pública. - O imóvel que faz parte do Conjunto Arquitetônico de Ouro Preto, e integra o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da cidade, deve ser conservado por seu proprietário, e qualquer obra de reparo de tal bem deve ser precedida de autorização do IPHAN, sob pena de demolição. (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Quarta Câmara Cível/ Apelação Cível 1.0461.03.010271-3/001/ Relator: Desembargador Moreira Diniz/ Julgado em 12.06.2008/ Publicado em 26.06.2008).



Ementa: Ação popular. Instalação de quiosques no entorno de praças municipais. Tombamento preservado. Inocorrência de ofensa ao patrimônio ambiental cultural. O fato de as praças municipais serem tombadas, como partes do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Paraisópolis, não podendo, conseqüentemente, serem ocupadas ou restringidas em sua área, para outras finalidades (Lei Municipal n. 1.218/89) não impede a instalação, ao redor delas, de quiosques de alimentação, porquanto o tombamento se limitou às praças, e não ao entorno delas. Assim, não há ofensa ao patrimônio ambiental cultural. A instalação dos referidos quiosques não configura abalo de ordem ambiental, visto que não houve lesão aos recursos ambientais, com conseqüente degradação - alteração adversa - do equilíbrio ecológico do local. (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Quinta Câmara Cível/ Apelação Cível/Reexame Necessário Nº 1.0473.03.000617-4/001/ Relatora: Desembargadora Maria Elza/ Julgado em 03.03.2005/ Publicado em 01.04.2005).

É verificável que a proteção dos bens de interesse cultural encontra respaldo na Constituição da República Federativa do Brasil, que impõe ao Estado o dever de garantir a todos o exercício de direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional. Doutro modo, nela se define o patrimônio cultural brasileiro, “composto de bens materiais e imateriais necessários à exata compreensão dos vários aspectos ligados os grupos formadores da sociedade brasileira” (CARVALHO FILHO, 2011, p. 735). O Constituinte, ao insculpir, a redação do §1º do artigo 216 da Carta de Outubro estabeleceu que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. Independentemente do tombamento, “o patrimônio cultural e histórico merece proteção, e, neste caso, ainda que precária - até definitiva solução da questão em exame - essa proteção, se não for dada, inviabilizará qualquer ação futura, pois a demolição é irreversível”, consoante se manifestou o Desembargador Wander Marotta, ao apreciar o Agravo de Instrumento Nº 1.0183.06.120771-2/001 (MINAS GERAIS, 2013).

Resta patentemente demonstrado que o tombamento é uma das múltiplas formas utilizadas na proteção do patrimônio cultural brasileiro. “Tombamento é a declaração do Poder Público do valor histórico, artísticos, paisagístico, turístico, cultural ou científico de coisas ou locais que, por essa razão, devam ser



preservados, de acordo com a inscrição em livro próprio” (MEIRELLES, 2012, p. 635). O tombamento é um dos institutos que têm por objeto a tutela do patrimônio histórico e artístico nacional, que implica na restrição parcial do imóvel, conforme se verifica pela legislação que o disciplina. Ao lado disso, com o escopo de explicitar a proeminente natureza do instituto em comento, é possível transcrever os arestos que se coadunam com as ponderações estruturadas até o momento:

Ementa: Constitucional e Administrativo. Mandado de segurança. Imóvel. Valor histórico e cultural. Declaração. Município. Tombamento. Ordem de demolição. Inviabilidade. São deveres do Poder público, nos termos dos arts. 23, III e IV; 30, I e IX e 216, §1º, da Constituição Federal, promover e proteger o patrimônio cultural, artístico e histórico, por meio de tombamento e de outras formas de acautelamento e preservação, bem como impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de bens de valor histórico, artístico e cultural. Demonstrada, no curso do mandado de segurança, a conclusão do procedimento administrativo de tombamento do imóvel, com declaração do seu valor histórico e cultural pelo Município, inviável a concessão de ordem para sua demolição. Rejeita-se a preliminar e nega-se provimento ao recurso. (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Quarta Câmara Cível/ Apelação Cível 1.0702.02.010330-6/001/ Relator: Desembargador Almeida Melo/ Julgado em 15.04.2004/ Publicado em 18.05.2004).

Ementa: Tombamento - Patrimônio Histórico e Cultural - Imóvel reputado de valor histórico pelo município onde se localiza - Competência Constitucional dele para aferi-lo e tombá-lo. Nada impede que o Município, mediante tombamento, preserve imóvel nele situado e que considere de valor histórico-cultural, "ex vi" do art. 23, inciso III, da Lei Fundamental da República, que a ele - Município, atribui a competência para fazê-lo. Ademais, a cada comunidade, com seus hábitos e culturas próprios, cabe aferir, atendidas as peculiaridades locais, acerca do valor histórico-cultural de seu patrimônio, com o escopo, inclusive, de também preservá-lo. (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Quarta Câmara Cível/ Embargos Infringentes 1.0000.00.230571-2/001/ Relator: Desembargador Hyarco Immesi/ Julgado em 09.10.2003/ Publicado em 03.02.2004)

O diploma infraconstitucional, que versa acerca do tombamento, é o Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, trazendo à baila as disposições elementares e a fisionomia jurídica do instituto do tombamento, inclusive no que toca aos registros dos bens tombados. Sobreleva anotar que o diploma ora aludido traça tão somente as disposições gerais aplicáveis ao fato jurídico-administrativo do



tombamento. Entrementes, este se consumará por meio de atos administrativos específicos, destinados a propriedades determinadas, atento às particularidades e peculiaridades do bem a ser tombado.

3 Anotações à Natureza Jurídica do Tombamento Cultural

Acalorados são os debates que discutem a natureza jurídica do instituto do tombamento, entretanto, a doutrina mais abaliza sustenta que se trata de instrumento especial de intervenção restritiva do Estado na propriedade privada, dotado de fisionomia própria e impassível de confusão com as demais espécies de intervenção. Afora isso, apresenta natureza concreta e específica, motivo pelo qual, diversamente das limitações administrativas, se apresenta como uma restrição ao uso da propriedade. Neste alar, é forçoso frisar que a natureza jurídica do tombamento é a de se qualificar como meio de intervenção do Estado, consistente na restrição ao uso de propriedades determinadas.

No que se refere à natureza do ato, em que pesem às ponderações que orbitam acerca de ser ele vinculado ou discricionário, cuida fazer uma clara distinção quanto à natureza do ato e quanto aos motivos do ato. Sob o aspecto de que o tombamento deve apresentar como pressuposto a defesa do patrimônio cultural, o ato revela-se como sendo vinculado, porquanto o autor do ato não pode praticá-lo ostentando motivo distinto. Desta sorte, o ato está vinculado à razão nele constante. Entrementes, no que concerne à valoração da qualificação do bem como de natureza histórica, artística, cultural, paisagística, etc. e da necessidade de sua proteção, o ato é discricionário, eis que essa avaliação é privativa da Administração. Consoante entendimento firmado pela Desembargadora Denise Oliveira Cezar, ao apreciar a Apelação Cível Nº 70033392853, “a escolha do bem de patrimônio cultural que será tombado com precedência aos demais se relaciona com o juízo de conveniência e oportunidade, e não é passível de análise judicial” (RIO GRANDE



DO SUL, 2013). Assente é o entendimento jurisprudencial que sedimenta as ponderações vertidas até o momento:

Ementa: Mandado de Segurança - Tombamento de bem imóvel - Ilegitimidade ativa - Constituição há menos de um ano - Artigo 5º, LXX, alínea 'b' da Constituição Federal - Poder discricionário da Administração para decretar o tombamento - Processo extinto - Art. 267, VI do CPC. (...). O tombamento de prédio considerado de interesse histórico, artístico ou cultural, é ato discricionário do Administrador, sendo descabida a intervenção do Poder Judiciário no processo de tombamento, quando não demonstrada a ilegalidade do mesmo. Apelo improvido. (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Segunda Câmara Cível/ Apelação Cível 1.0145.03.094392-5/003/ Relator: Desembargador Jarbas Ladeira/ Julgado em 14.12.2004/ Publicado em 30.12.2004).

Ementa: Agravo. Liminar em mandado de segurança. Tombamento de bem imóvel. O poder discricionário da autoridade administrativa vale, na medida em que o ordenamento jurídico concede ao administrador a prerrogativa de agir movido pelos critérios de oportunidade e conveniência, sopesados com parcimônia para que o fim último seja alcançado. Descabimento da intervenção do Judiciário no processo de tombamento, indemonstrada, ""prima facie"", irregularidade no mesmo. Agravo provido, para cassar a liminar. (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Segunda Câmara Cível/ Agravo de Instrumento 1.0145.03.094392-5/001/ Relator: Desembargador Jarbas Ladeira/ Julgado em 03.02.2004/ Publicado em 20.02.2004).

Da mesma forma, é cabível, ainda, a observação de que o tombamento constitui um ato administrativo, sendo imperioso, por via de consequência, que apresente todos os elementos necessários para materializar a moldura de legalidade. O tombamento, enquanto instituto do direito administrativo, não acarreta a produção de todo um procedimento; ao contrário, é efetivamente um ato só, um ato administrativo único. O que ocorre é que aludido ato resulta necessariamente de procedimento administrativo e corresponde ao desfecho de toda a sua tramitação. Assim, o ato não pode ser perpetrado em uma única ação, ao revés, reclama todo um sucedâneo de formalidades prévias.



4 O Impacto do Empreendimento Hugo Amorim Residencial na Ambiência da Igreja de Nosso Senhor Dos Passos

À sombra dos argumentos expendidos, cuida salientar que a Igreja Nosso Senhor dos Passos foi tombada pelo Conselho Estadual de Cultura por meio da Resolução Nº 04, publicada em 30 de agosto de 1985, estando inscrito no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico, os quais constituem o Livro do Tombo do Patrimônio Cultural. A edificação foi erigida no ano de 1882, quando “o capitão Francisco de Souza Monteiro, pai do governador Jerônimo Monteiro e do primeiro bispo nascido no Espírito Santo, D. Fernando de Souza Monteiro, tomou a iniciativa de erguer uma Igreja” (ESPÍRITO SANTO, 2013). Cuida salientar que a edificação religiosa recebeu a denominação de "Senhor dos Passos", nome que permanece até os dias de hoje. Com efeito, é o único exemplar da arquitetura religiosa do século XIX ainda erguido em Cachoeiro de Itapemirim, apresentando antigas imagens da Capela de São João, demolida em 1884, conforme dados extraídos do Relatório Técnico CHI Nº 001/2012, confeccionado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2013).



Figura 01 – Interior da Igreja de Nosso Senhor dos Passos.

Fonte: Cachoeiro de Itapemirim, 2013.

A arquitetura religiosa, durante o período colonial do Brasil, representou importante elemento edificado caracterizador da paisagem, sobressaindo-se em escala e forma em relação às tímidas vilas que se formavam em seu entorno. A influência do urbanismo português era preponderante para as elevações dos templos religiosos, encontrando como argumento justificador não apenas a possibilidade de defesa contra invasores e pela observação privilegiada, mas também por materializar a importância da Igreja na vida social colonial, fortalecendo, desta maneira, a influência da religião, enquanto elemento integrante da vida colonial. Ao ambientar o patrimônio cultural em comento, construído ao final do século XIX, no período imperial, é possível destacar o traço caracterizador do urbanismo português praticado no Brasil colônia. “Durante muito tempo a Igreja constituiu a única opção de prática do culto católico em Terras do Itabira. Nela foi oficiado o Bispo D. Pedro Maria de Lacerda, em 02 de março de 1886”, conforme informações apresentadas pela Secretaria Estadual de Cultura do Espírito Santo (2013).



É de se reconhecer que o edifício encerra o que mais marcante existe na arquitetura e arte religiosas locais. A igreja localiza-se ao final de uma ladeira com sua fachada frontal volvida para o Largo Senhor do Passos, espaço residual do traçado viário e que, de alguma maneira, resiste minimamente às pressões exercidas pelo adensamento e modernização que incorrem nos ambientes urbanos. Em que pese o Largo Senhor dos Passos não assumir, em razão das alterações sofridas ao longo do transcurso do tempo, tal como pela suplantação da referência do conjunto do entorno, de modo efetivo, a importância, enquanto espaço que nutre a identidade da população local, tal como ambiente o observador com os aspectos característicos refletidos na construção, o templo religioso goza de destaque em razão dos característicos simbólicos que ostenta, consoante informações ejetadas do Relatório Técnico CHI Nº 001/2012, confeccionado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2013).



Figura 02 – Igreja de Nosso Senhor dos Passos. Fonte: Cachoeiro de Itapemirim, 2013.

É cediço, ainda, que as cidades contemporâneas, diariamente, são convertidas em estruturas, ressalvadas as peculiaridades, semelhanças, em razão de um capitalismo avançado em que o controle do território está sustentado em uma lógica essencialmente mercadológica. Não é possível perder de vista, ainda, que as paisagens monótonas das cidades, notadamente nos grandes centros, esvaziam o sentido do lugar na medida em que perdem as referências atreladas a valores simbólico-culturais. Ora, os lugares de memória desaparecem, isto é, os sinais e marcos inscritos na duração, os ancoradouros históricos, que estruturam a identidade social coletiva. A modernidade, em razão da fluidez das relações interpessoais, suplanta a idade cultural, aspecto tão arraigado nas vilas e bairros



tradicionais. Neste aspecto, a Igreja de Nosso Senhor dos Passos personifica um bastião histórico na paisagem, correndo o risco de ser devorado em meio à lógica contemporânea de mercado, notadamente pelo expansionismo imobiliário.

Com supedâneo na Carta de Washington de 1987, a preservação de patrimônio cultural material só se justifica quando há preservação da ambiência mínima para que o espaço possa ser compreendido, valorando, desta maneira, o contexto histórico-cultural, externado pelo tecido urbano e edificado. Desta feita, os valores a preservar, em sede de meio ambiente cultural, estão cingidos ao caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que determinam os contornos imagéticos, em especial: o traçado urbano caracterizado pela malha fundiária e pela rede viária, tal como as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres. Nesta toada, a inserção de novas estruturas na área de entorno da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, a exemplo das apresentadas pelo Empreendimento Hugo Amorim Residencial, devem estar em consonância com a ambiência do patrimônio tombado, traduzida pela rede viária e pela escala do conjunto edificado.

“O não respeito às especificidades do patrimônio em questão certamente anulará a compreensão e o significado do bem para a sociedade”, como bem aponta o Relatório Técnico CHI Nº 001/2012, confeccionado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2013). De forma demasiada, o Empreendimento Hugo Amorim Residencial afasta-se de qualquer relação harmônica com o Patrimônio Cultural Material, eis que estabelece uma nova hierarquia na paisagem que tem o condão de desnaturar a ambiência da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, de maneira que a edificação tombada perde sua referência no traçado urbano. De igual modo, não é possível esquecer que o Plano Diretor Urbano do Município de Cachoeiro de Itapemirim, em seu artigo 25, que o gabarito máximo permitido no é de oito pavimentos-tipo, mais três de embasamento, observadas as distinções de cada bairro. Ao lado disso, o §1º do mencionado dispositivo anota que fica facultado o



acréscimo de gabarito para até dez pavimentos-tipo, mais três ou quatro de embasamento, desde que mantidas duas unidades residenciais por pavimento.

Em razão de tais aspectos, causa espécie, notadamente em decorrência da suplantação da ambiência caracterizadora do meio ambiente cultural local, a aprovação de empreendimento que não ao critério elencado no Plano Diretor Urbano, já que apresenta estrutura de quinze pavimentos quando, conforme mencionado alhures, o máximo permitido seria quatorze pavimentos com a condição de duas unidades por pavimento. Ora, não se trata de desestruturação dos avanços decorrentes do expansionismo imobiliário, mas sim conformar as edificações às nuances e aos aspectos caracterizadores reclamados para a preservação da estrutura fundamental do meio ambiente cultural, em especial a sutileza ostentada pela Igreja de Nosso Senhor dos Passos e a relação mantida com a população local.

5 Considerações Finais

Em harmonia com todo o escólio apresentado, prima colocar em destaque que a construção do meio ambiente cultural sofreu maciça contribuição com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. cuida salientar que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, cuja acepção compreende aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, fossilífero, turístico, científico, refletindo as características de uma determinada sociedade. Ao lado disso, quadra anotar que a cultura identifica as sociedades humanas, sendo formada pela história e maciçamente influenciada pela natureza, como localização geográfica e clima. Com efeito, o meio ambiente cultural decorre de uma intensa interação entre homem e natureza, porquanto aquele constrói o seu meio, e toda sua atividade e percepção são conformadas pela sua cultural.



O Empreendimento Hugo Amorim Residencial interfere significativamente na ambiência da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, afigurando-se como robusta ameaça à percepção deste patrimônio. Ao lado disso, em que pese o expansionismo imobiliário mercadológico propiciado pelo empreendimento em comento, imperioso se revela a delimitação da área do entorno que influencia diretamente no aspecto histórico-cultural do Patrimônio Cultural tombado e, juntamente com essa delimitação, a elaboração de diretrizes da ocupação dessa área, as quais reclamam ampla divulgação, com o escopo de assegurar a participação da sociedade, eis que aquele consagra e preserva a identidade cultural da população. Desta feita, não se trata de desestruturação dos avanços decorrentes do expansionismo imobiliário, mas sim conformar as edificações às nuances e aos aspectos caracterizadores reclamados para a preservação da estrutura fundamental do meio ambiente cultural, em especial a sutileza ostentada pela Igreja de Nosso Senhor dos Passos e a relação mantida com a população local.

REFERÊNCIAS

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: < <http://www.secult.es.gov.br> >. Acesso em 24 mar. 2013

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 24 mar. 2013a.

_____. **Decreto Nº 3.551, de 04 de Agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 24 mar. 2013b.



_____. **Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 24 mar. 2013c.

_____. **Lei N°. 6.938, de 31 de Agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 24 mar. 2013d.

_____. **Supremo Tribunal Federal.** Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em 24 mar. 2013e.

_____. **Tribunal Regional Federal da Segunda Região.** Disponível em: <www.trf2.jus.br>. Acesso em 24 mar. 2013f.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (MUNICÍPIO). **Secretaria de Cultura do Município de Cachoeiro de Itapemirim.** Disponível em: <www.cachoeiro.es.gov.br>. Acesso 24 mar. 2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 24 ed, rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 13 ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro,** 38 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.

MINAS GERAIS (ESTADO). **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.** Disponível em: <www.tjmg.jus.br>. Acesso em 24 mar. 2013.

MOTTA, Sylvio; DOUGLAS, Willian. **Direito Constitucional – Teoria, Jurisprudência e 1.000 Questões** 15 ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2004.

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em 24 mar. 2013.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional.** São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental: Conforme o Novo Código Florestal e a Lei Complementar 140/2011.** 2 ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2012.



VERDAN, Tauã Lima. Princípio da Legalidade: Corolário do Direito Penal. **Jurid Publicações Eletrônicas**, Bauru, 22 jun. 2009. Disponível em: <<http://jornal.jurid.com.br>>. Acesso em 24 mar. 2013.



O DIREITO MINERÁRIO COMO POTENCIALIZAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

VERDAN, Tauã Lima⁵

ARAÚJO, André⁶

Resumo

Contemporaneamente, em especial a partir da segunda metade do século XX, desenvolveu-se maciça preocupação com a preservação do meio ambiente, inclusive como instrumento de preservação da existência da vida humana, ensejando a construção de diversos tratados internacionais, a exemplo do Protocolo de Estocolmo (1972), considerado o ponto germinal do tema. Sensível a problemática apresentada, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou, em sua redação, múltiplos dispositivos que buscam a preservação do meio ambiente. Ao lado disso, é possível destacar que a atividade mineradora, no cenário pátrio, se revela dotada de robusta proeminência, sendo em distintos municípios, a exemplo de Cachoeiro de Itapemirim-ES, um importante instrumento de desenvolvimento econômico. Neste aspecto, o presente debruça-se em explicitar o diálogo existente entre a atividade mineradora e o meio ambiente, com vistas a promover o princípio da dignidade humana, através da estruturação de uma atividade pautada na sustentabilidade e na gestão ambiental.

Palavras-chave: Direito Minerário; Meio Ambiente; Dignidade da Pessoa Humana.

1 Comentários Introdutórios: A Valoração do Pós-Positivismo no Ordenamento Pátrio

Inicialmente, ao se dispensar um exame acerca do tema colocado em tela, patente faz-se arrazoar que a Ciência Jurídica, enquanto um conjunto multifacetado

5 Bolsista CAPES. Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), linha de Pesquisa Conflitos Urbanos, Rurais e Socioambientais. Especializando em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Gama Filho. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, taua_verdan2@hotmail.com

6 Professor Orientador. Coordenador da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, andrearaujo@saocamilo-es.br;

Cachoeiro de Itapemirim-ES, agosto de 2012.



de arcabouço doutrinário e técnico, assim como as robustas ramificações que a integram, reclama uma interpretação alicerçada nos plurais aspectos modificadores que passaram a influir em sua estruturação. Neste alarim, lançando à tona os aspectos característicos de mutabilidade que passaram a orientar o Direito, tornou-se imperioso salientar, com ênfase, que não mais subsiste uma visão arrimada em preceitos estagnados e estanques, alheios às necessidades e às diversidades sociais que passaram a contornar os Ordenamentos Jurídicos. Ora, infere-se que não mais prospera o arcabouço imutável que outrora sedimentava a aplicação das leis, sendo, em decorrência dos anseios da população, suplantados em uma nova sistemática.

Com espreque em tais premissas, cuida hastear como flâmula de interpretação o “brocardo jurídico 'Ubi societas, ibi jus', ou seja, 'Onde está a sociedade, está o Direito', tornando explícita e cristalina a relação de interdependência que esse binômio mantém” (VERDAN, 2009a). Destarte, com clareza solar, denota-se que há uma interação consolidada na mútua dependência, já que o primeiro tem suas balizas fincadas no constante processo de evolução da sociedade, com o fito de que seus Diplomas Legislativos e institutos não fiquem inquinados de inaptidão e arcaísmo, em total descompasso com a realidade vigente. A segunda, por sua vez, apresenta estrutural dependência das regras consolidadas pelo Ordenamento Pátrio, cujo escopo primevo é assegurar que não haja uma vingança privada, afastando, por extensão, qualquer ranço que rememore priscas eras em que o homem valorizava a Lei de Talião (“Olho por olho, dente por dente”), bem como para evitar que se robusteça um cenário caótico no seio da coletividade.

Ademais, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, imprescindível se fez adotá-la como maciço axioma de sustentação do Ordenamento Brasileiro, precipuamente quando se objetiva a amoldagem do texto legal, genérico e abstrato, aos complexos anseios e múltiplas necessidades que influenciam a realidade contemporânea. Como bem pontuado até o momento, o fascínio da Ciência Jurídica está justamente na constante e imprescindível



mutabilidade que apresenta decorrente do dinamismo que reverbera na sociedade e orienta a aplicação dos Diplomas Legais. Ao lado disso, há que se citar o voto magistral voto proferido pelo Ministro Eros Grau, ao apreciar a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº. 46/DF:

[...] o direito é um organismo vivo, peculiar porém porque não envelhece, nem permanece jovem, pois é contemporâneo à realidade. O direito é um dinamismo. Essa, a sua força, o seu fascínio, a sua beleza [...] É do presente, na vida real, que se toma as forças que lhe conferem vida. E a realidade social é o presente; o presente é vida --- e vida é movimento. Assim, o significado válidos dos textos é variável no tempo e no espaço, histórica e culturalmente. A interpretação do direito não é mera dedução dele, mas sim processo de contínua adaptação de seus textos normativos à realidade e seus conflitos (BRASIL, 2012f).

Ainda neste substrato de exposição, pode-se evidenciar que a concepção pós-positivista que passou a permear o Direito, ofertou, por via de consequência, uma rotunda independência dos estudiosos e profissionais da Ciência Jurídica. Aliás, há que se citar o entendimento de Verdan, “esta doutrina é o ponto culminante de uma progressiva evolução acerca do valor atribuído aos princípios em face da legislação” (VERDAN, 2009a). Desta sorte, a partir de uma análise profunda dos sustentáculos que abalizam a ótica supramencionada, infere-se que o ponto central da corrente pós-positivista cinge-se à valoração da robusta tábua principiológica do Direito e, por conseguinte, do arcabouço normativo passando a figurar, nesta tela, como normas de cunho vinculante, flâmulas hasteadas a serem adotadas na aplicação e interpretação do conteúdo das leis. A fim de robustecer as ponderações apresentadas, cuida, ainda, trazer à colação o prodigioso magistério de Barroso (2006, p. 27-28):

O pós-positivismo é a designação provisória e genérica de um ideário difuso, no qual se incluem a definição das relações entre valores, princípios e regras, aspectos da chamada nova hermenêutica e a teoria dos direitos fundamentais. [...] O Direito, a partir da segunda metade do século XX, já não cabia mais no positivismo jurídico. A aproximação quase absoluta entre Direito e norma e sua rígida separação da ética não correspondiam ao estágio do processo civilizatório e às ambições dos que patrocinavam a causa da humanidade. Por outro lado, o discurso científico impregnara o



Direito. Seus operadores não desejavam o retorno puro e simples ao jusnaturalismo, aos fundamentos vagos, abstratos ou metafísicos de uma razão subjetiva. Nesse contexto, o pós-positivismo não surge com o ímpeto da desconstrução, mas como uma superação do conhecimento convencional. Ele inicia sua trajetória guardando deferência relativa ao ordenamento positivo, mas nele reintroduzindo as ideias de justiça e legitimidade. O constitucionalismo moderno promove, assim, uma volta aos valores, uma reaproximação entre ética e Direito.

Nesta trilha, tendo como pilares de apoio as lições apresentadas por Marquesi (2004) que, com substancial pertinência, dicciona que os postulados e dogmas se afiguram como a gênese, o ponto de partida ou mesmo o primeiro momento da existência de algo. Ao lado do expendido, há que se gizar, com bastante ênfase, que os princípios se apresentam como verdades fundamentais, que suportam ou asseguram a certeza de uma gama de juízos e valores que norteiam as aplicações das normas diante da situação concreta, adequando o texto frio, abstrato e genérico às nuances e particularidades apresentadas pela interação do ser humano.

Nesta trilha, há que citar as ponderações de Bonavides (2007, p. 264), notadamente quando, em altos alaridos, destaca, com ênfase, que “as novas Constituições promulgadas acentuam a hegemonia axiológica dos princípios, convertidos em pedestal normativo sobre o qual se assenta todo o edifício jurídico dos novos sistemas constitucionais”. Verifica-se, deste modo, que as Cartas Políticas promulgadas, notadamente a partir da segunda metade do século XX, a exemplo da Constituição Brasileira, ressoando os inovadores ideários pós-positivistas, passaram a abarcar, em seus dispositivos, os dogmas e princípios, concedendo-lhes importância maciça.

Além disso, o princípio é, em uma acepção conceitual, “mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito” (MELLO, 1993, p. 408-409), assim como atuando como critério para sua exata compreensão e inteligência, eis que, de maneira exata, define a lógica e a racionalidade do arcabouço normativo, conferindo-lhe a tônica e atribuindo-lhe o harmônico sentido. Objetiva, por conseguinte, com a valoração dos corolários e princípios, vedar a exacerbação



errônea do texto da lei, atribuindo-lhe interpretação em descompasso com os preceitos orientadores da formulação do arcabouço normativo, mas sim lhe conferindo dinamicidade ao apreciar as questões colocadas em análise.

Com supedâneo em tais ideários, salientar faz-se patente que os dogmas, fortemente valorados a partir do fortalecimento do pós-positivismo, são responsáveis por fundar o Ordenamento Jurídico e atuar como normas vinculantes, verdadeiras flâmulas desfraldadas na interpretação do Ordenamento Jurídico. Desta sorte, insta obtemperar que “conhecê-los é penetrar o âmago da realidade jurídica. Toda sociedade politicamente organizada baseia-se numa tábua principiológica, que varia segundo se altera e evolui a cultura e modo de pensar” (MARQUESI, 2004). Ao lado disso, em razão do aspecto essencial que apresentam, os preceitos podem variar, de maneira robusta, adequando-se a realidade vigorante em cada Estado, ou seja, os corolários são resultantes dos anseios sagrados em cada população.

Ademais, infere-se que os princípios, antes do advento do pós-positivismo, já usufruíam de juridicidade, uma vez que, ainda que em caráter subsidiário, se encontravam insertos no Ordenamento Jurídico, afigurando-se como mera fonte subsidiária de direito. “Atualmente, aos princípios foi agregado o predicado da normatividade, ou seja, foi-lhe atribuída a capacidade de vincular, de conformar condutas” (MARANHÃO, 2012, p. 04). Afora isso, concomitantemente com o recebimento da forte carga de normatividade, os corolários foram projetados ao ápice do arcabouço legal, sendo alocado nas tramas que substancializam a Constituição Federal de 1988. Desta feita, além de reunir os aspectos característicos da juridicidade e da normatividade, os dogmas passaram a serem detentores de supremacia na órbita jurídica, na proporção em que integram a própria estrutura da Carta de Outubro.

Denota-se, a partir das ponderações apresentadas, que, ao galgarem o patamar de normas jurídicas e integrarem a Constituição Federal de 1988, os princípios romperam os grilhões que os prendiam a anacrônica concepção que gozavam tão somente de valia ética, passando a assumirem plena vinculatividade



jurídica. Ao lado do apresentado, com fortes cores e traços grossos, há que se evidenciar que tais mandamentos passam a figurar como super-normas, isto é, “preceitos que exprimem valor e, por tal fato, são como pontos de referências para as demais, que desdobram de seu conteúdo” (VERDAN, 2009a). Os corolários passam a figurar como verdadeiros pilares sobre os quais o arcabouço teórico que compõe o Direito estrutura-se, segundo a brilhante exposição de Tovar (2005). Com efeito, essa concepção deve ser estendida a interpretação das normas que integram o ramo minerário da Ciência Jurídica, notadamente em razão das discussões que se assentam em relação à preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

2 O Superprincípio da Dignidade da Pessoa Humana como Vetor Maior de Interpretação

Inicialmente, impende assinalar que as discussões a respeito da dignidade, assim como acerca de seu conceito, sofreram maciças modificações atreladas à evolução do ser humano. Em sua origem, a acepção de dignidade estava adstrita a um ideário subjetivo, proveniente da reflexão filosófica e originária de um ideal estóico e cristão. Com efeito, segundo o entendimento alicerçado pelos estoicos, a dignidade seria uma qualidade que, por ser inerente ao ser humano o distinguiria dos demais. “Com o advento do Cristianismo, a ideia grande reforço, pois, a par de ser característica inerente apenas ao ser humano” (BERNARDO, 2006, p. 231), porquanto este, conforme o entendimento cristão, fora criado à imagem e semelhança de Deus.

Deste modo, a partir das singelas lições colacionadas, denota-se que violar a dignidade da criatura seria, em uma última análise, violação à própria vontade do Criador. Pontue-se, com destaque, que a mensagem originariamente propalada pelo pensamento cristão sofreu maciça deturpação, notadamente a partir da influência



introduzida pelo poder político nos grupamentos religiosos. Passou-se, deste modo, a se justificar um sucedâneo de abusos e violações, tendo como amparo o próprio pensamento cristão, deturpado e maculado pela influência dos valores políticos.

Nesse viés, urge salientar que a concepção de dignidade da pessoa humana foi, de maneira paulatina, construída doutrinariamente, verificando-se, durante a Idade Média, a singular contribuição apresentada por São Tomás de Aquino, em sua célebre obra *Summa Theologica*, segundo a qual “a dignidade da pessoa humana encontra fundamento na circunstância de que o ser humano fora criado à imagem e semelhança de Deus” (SCHIAVI, 2012, p. 04), conjugado com a capacidade inerente do ser humano de autodeterminar. Ora, colhe-se a partir do colacionado que o ser humano é livre por sua natureza, existindo, destaque-se, em decorrência de sua própria vontade.

Nos séculos XVII e XVIII, ainda no que tange ao desenvolvimento das bases estruturantes da dignidade da pessoa humana, há que se conceder maciço destaque a dois pensadores, a saber: Samuel Pufendorf e Immanuel Kant. Pufendorf arrazoava que competiam a todos, incluindo-se ao monarca, respeitar a dignidade da pessoa humana, sendo considerada como o direito de se orientar em observância à sua razão e agir segundo o seu entendimento e opção. “Já Immanuel Kant, talvez aquele que mais influencia até os dias atuais nos delineamentos do conceito, propôs o seu imperativo categórico, segundo o qual o homem é um fim em si mesmo” (BERNARDO, 2006, p. 234), logo, o homem não pode nunca ser coisificado ou mesmo utilizado como instrumento de obtenção de qualquer objetivo.

Além disso, há que se anotar, até mesmo que as coisas possuem preço, eis que podem ser trocadas por algo que as equivale; as pessoas, por seu turno, são dotadas de dignidade, não sendo possível a estruturação de uma permuta que ambicione a substituição por algo equivalente. Conforme arrazoa Martins (2008, p. 07), verifica-se no pensamento kantiano que todas as ações que orientam para a coisificação do ser humano, como um instrumento de satisfação de outras vontades,



são defesas por absoluta afronta à dignidade da pessoa humana. Impende trazer à baila o magistério de Schiavi:

No âmbito do pensamento jusnaturalista dos séculos XVII e XVIII, a concepção da dignidade da pessoa humana, assim como a idéia do direito natural em si, passou por um processo de racionalização e laicização, mantendo-se, todavia, a noção fundamental da igualdade de todos os homens em dignidade e liberdade. A dignidade da pessoa humana era considerada como a liberdade do ser humano de optar de acordo com a sua razão e agir conforme o seu entendimento e opção, bem como – de modo particularmente significativo – o de Immanuel Kant, cuja concepção de dignidade parte da autonomia ética do ser humano, considerando esta (a autonomia) como fundamento da dignidade do homem, além de sustentar o ser humano (o indivíduo) não pode ser tratado – nem por ele próprio – como objeto. É com Kant que, de certo modo, se completa o processo de secularização da dignidade, que, de vez por todas, abandonou suas vestes sacrais. Sustenta Kant que o Homem e, duma maneira geral, todo ser racional, existe como um fim em si mesmo, não simplesmente como meio para uso arbitrário desta ou daquela vontade. (SCHIAVI, 2012, p. 04.)

Com os horrores praticados durante as Grandes Guerras Mundiais, maiormente a Segunda, o pensamento kantiano foi maciçamente rememorado, ganhando delimitados contornos e vitalidade extrema, já que, de maneira concreta, pode se verificar as nefandas consequências da utilização do ser humano como meio de realização de interesses, tanto na esfera política como econômica. Cuida sublinhar, que “os direitos humanos foram extremamente suprimidos pelo fanatismo nazista e a dignidade da pessoa humana foi reduzida a um mero e utópico conceito, sem qualquer atuação, tendo como limite imposto, a vontade de um governante” (VERDAN, 2012). Com o escopo de repudiar os comportamentos praticados durante a Segunda Guerra Mundial, o corolário da dignidade da pessoa humana restou positivado em grande parte das Constituições do pós-guerra, precipuamente no Ocidente, assim como na Declaração Universal das Nações Unidas, em seu artigo 1º, que estabelece que “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (BRASIL, 2012e).

Diverso não ocorreu no Brasil, sendo que a Constituição Cidadã, expressamente, concedeu substancial ênfase ao superprincípio da dignidade da



pessoa humana, sendo alocada sob o título “dos princípios fundamentais”, restando consagrado no inciso III do artigo 1º. Trata-se, com destaque, de bastião sustentador da base do Estado Democrático de Direito, afigurando-se, inclusive, como fundamento para todos os demais direitos. Ademais, o aludido Estado é responsável por realizar a convivência humana em uma sociedade orientada por aspectos característicos de liberdade e solidariedade, regulamentada por diplomas legais justos, no qual o povo é representado, de forma adequada, participando de maneira ativa da organização social e política. *Plus ultra*, é permitido, ainda, a convivência de ideias opostas e conflitantes, podendo ser expressas publicamente, sem que haja, em razão disso, qualquer censura ou mesmo combate por parte do Ente Estatal.

Nessa tela, observa-se que a principal atribuição do Estado Democrático de Direito, em ressonância com o princípio da dignidade da pessoa humana, é a implementação de políticas que objetivem a eliminação das desigualdades sociais e os desequilíbrios econômicos regionais, o que reclama a perseguição de um ideal de justiça social, inserto em um sistema democrático do exercício do poder. No que tange ao dogma em apreço, “não é permitido admitir, em nenhuma situação, que qualquer direito viole ou restrinja a dignidade da pessoa humana” (RENON, 2009, p. 19), tal fato deflui da primazia que o torna intocável e, em havendo conflito com outro valor constitucional, há sempre que prevalecer. Urge obtemperar que a dignidade da pessoa passou a figurar, com a promulgação da Carta de 1988, como fundamento da República, ou seja, o Estado Brasileiro repousa todos os seus alicerces sobre o compromisso de realização da dignidade humana, o qual passa a ser robustecido como ponto de convergência do ser humano.

Assim, com o escopo de se assegurar a existência do indivíduo humano, mister faz-se que reste assegurado a inviolabilidade de sua vida, assim como de sua dignidade, sob pena de não subsistir razão para a existência de todos os demais direitos. Afora isso, a Constituição Cidadã sagra a vida humana como valor supremo, conferindo-lhe aspecto de inviolabilidade. Ao lado disso, cuida assinalar que o corolário em comento não é encarado como um direito, eis que não é conferida pelo



Ordenamento Jurídico. Trata-se, com efeito, de um atributo inerente a todo ser humano independente de qualquer requisito ou condição, não encontrando qualquer termo limitante em decorrência de nacionalidade, sexo, etnia, credo ou posição social. A dignidade da pessoa humana se apresenta como o robusto axioma que sustenta a Carta de Outubro. Logo, por este prisma de análise, pode-se identificar o sobredito baldrame como o núcleo em torno do qual orbitam os direitos tidos como fundamentais, salvaguardados, expressamente, no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Com destaque, ao reconhecer a íntima vinculação entre a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais, restaram materializados dois aspectos essenciais, a saber: “uma ação negativa (passiva), por parte do Estado, no sentido de evitar agressões; e uma ação positiva (ativa), no sentido de promover ações concretas que, além de evitar agressões, criem condições efetivas de vida digna a todos” (BERNARDO, 2006, p. 236). Comparato (1998, p. 76) eleva a dignidade da pessoa humana a um valor supremo, sustentando que “se o direito é uma criação humana, o seu valor deriva, justamente, daquele que o criou. O que significa que esse fundamento não é outro, senão o próprio homem, considerando em sua dignidade substância da pessoa”, sendo que as especificações individuais e grupais são sempre secundárias. A própria estruturação do Ordenamento Jurídico e a existência do Estado, segundo as lições acima, só se justificam se erigirem como coluna robusta a dignidade da pessoa humana, dispensando esforços para concretizarem tal dogma.

Há que se salientar que o ser humano sempre foi dotado de dignidade, entretanto, nem sempre foi (re)conhecida por ele. O mesmo ocorre com a gama dos direitos fundamentais do homem que, preexistem à sua valoração, os descobre e passa a dispensar proteção, oscilando, com efeito, em razão do contexto e da evolução histórico-social e da evolução moral que condiciona o gênero humano. Não há que se olvidar que o corolário em apreço é a síntese substantiva que confere sentido axiológico à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,



determinando, conseqüentemente, os parâmetros hermenêuticos de compreensão. À luz das informações ventiladas, salta aos olhos a proeminência do princípio da dignidade da pessoa humana como verdadeiro norte informador, inspirando e norteando a interpretação do arcabouço normativo vigente.

A densidade jurídica do princípio da dignidade da pessoa humana no sistema constitucional há de ser, deste modo, máxima, afigurando-se, inclusive, como um corolário supremo no trono da hierarquia das normas. A interpretação conferida pelo corolário em comento não é para ser procedida à margem da realidade. Ao reverso, alcançar a integralidade da ambição contida no bojo da dignidade da pessoa humana é elemento da norma, de modo que interpretações corretas são incompatíveis com teorização alimentada em idealismo que não as conforme como fundamento. Atentando-se para o princípio supramencionado como estandarte, o intérprete deverá observar para o objeto de compreensão como realidade em cujo contexto a interpretação encontra-se inserta. Quadra trazer à baila o magistério do Ministro Marco Aurélio, ao julgar a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 46/DF, quando, ao analisar a interpretação das normas, pontuou:

Interpretar significa apreender o conteúdo das palavras, não de modo a ignorar o passado, mas de maneira a que este sirva para uma projeção melhor do futuro. Como objeto cultural, a compreensão do Direito se faz a partir das pré-compreensões dos intérpretes. Esse foi um dos mais importantes avanços da hermenêutica moderna: a percepção de que qualquer tentativa de distinguir o sujeito do objeto da interpretação é falsa e não corresponde à verdade. A partir da ideia do “Círculo Hermenêutico” de Hans Gadamer, evidenciou-se a função coautora do hermeneuta na medida em que este compreende, interpreta as normas de acordo com a própria realidade e as recria, em um processo que depende sobremaneira dos valores envolvidos. (BRASIL, 2012f).

Ao lado disso, nenhum outro dogma é mais valioso para assegurar a unidade material da Constituição senão o corolário em testilha. Como bem salientou Sarlet (2002, p. 83), “um Estado que não reconheça e garanta essa Dignidade não possui Constituição”. Ora, considerando os valores e ideários por ele abarcados, não é possível perder de vista que as normas, na visão garantística consagrada no



Ordenamento Brasileiro, reclamam uma interpretação em conformidade com o preceito em destaque.

3 O Direito Minerário à Luz da Dignidade da Pessoa Humana

Tendo por baliza as ponderações apresentadas, impende anotar que o direito minerário usufrui de sedimento constitucional antiga, sendo, na contemporaneidade, consolidado e detalhado. Tal assertiva encontra descanso, gize-se, em razão do sucedâneo de dispositivos entalhados na Constituição Cidadã que tratam de maneira específica da questão mineraria. “O direito minerário encontra sua expressão máxima na Constituição Federal (CF). É ela que delimita a quem pertence à propriedade dos recursos minerários” (HABER, 2012, p. 01), assim como normatizando e regulando, com as especificidades inerentes e as obrigações decorrentes da exploração dos recursos. Destaque-se que a propriedade dos recursos minerários, incluindo-se os do subsolo, é da União Federal, como destaca, expressamente, a redação do artigo 20, inciso IX, da Constituição Federal: “**Art. 20.** São bens da União: [omissis] **IX** - os recursos minerais, inclusive os do subsolo” (BRASIL, 2012a).

Ao explicitar a localização dos recursos minerais, aprovou ao constituinte realçar a dicotomia entre a propriedade mineraria e a propriedade do solo, a fim de que, de modo definitivo, não subsista o entendimento que se só serão recursos minerais caso se encontrem no subsolo ou, ainda, para que não subsista qualquer confusão entre a propriedade do subsolo e a propriedade mineraria. Ao lado do exposto, cuida assinalar que a propriedade sobre os recursos minerários compreende as jazidas, em lavra ou não, assim como os demais recursos minerais, constituindo propriedade distinta do solo. Cuida anotar os comentários de William Freire:



Os recursos minerais (não apenas as reservas minerais) e as jazidas são domínio da União. Isso impõe classificar os recursos minerais e as jazidas em categorias à parte dos bens dominicais e dos bens de uso especial, porque inclui sob o domínio da União tanto os recursos minerais conhecidos quanto os potenciais. Essa distinção se justifica, ainda, porque os recursos minerais são destinados à exploração e exploração exclusivamente pelo minerador e são exauríveis – o que lhes acrescenta uma característica de temporalidade – não se mantendo inteiros e perpetuamente no domínio estatal. Essa característica, só encontrável nos recursos minerais não exauríveis, cria um equilíbrio sutil: enquanto algumas reservas se exaurem, outras são descobertas (FREIRE, 2009, p. 61).

No mais, cuida anotar que a propriedade não renovável da União com aspectos característicos especiais é tão somente comercializada pelo concessionário, sob sua conta, tendo, inclusive, que suportar os riscos e intempéries da atividade exploratória. Ao lado disso, há que se salientar que o concessionário tem como propriedade o produto retirado da lavra e não ela em si mesma. O sistema de direito constitucional em vigor, acerca do tema em debate, instituiu verdadeira separação jurídica entre a propriedade do solo e a propriedade mineral, que incide sobre os recursos minerais existentes no imóvel, atribuindo, por conseguinte, a titularidade da propriedade mineral à União Federal, para o fito específico de exploração econômica ou de aproveitamento industrial das respectivas jazidas. Com efeito, a propriedade mineral, que contempla as jazidas, minas e os recursos minerais de maneira geral, submete-se ao regime da dominialidade pública. Os bens que integram a aludida propriedade, tanto os expostos nas superfícies quanto os existentes no subsolo, qualificam-se como bens públicos dominicais, encontrando-se constitucionalmente integrados à União Federal.

“Em outras palavras, a propriedade dos recursos minerais se transfere da União para os concessionários da lavra após tais recursos serem retirados do solo e/ou do subsolo onde jaziam e, quando necessário, submetidos a beneficiamento” (RIBEIRO, 2006, p. 21). Denota-se que o título de concessão da lavra assegura a posse direta da propriedade minerária ao detentor daquele, todavia, este dela não se aproveita como possessor, mas se afigura na condição de proprietário do produto retirado da lavra. Ao lado disso, já decidiu o Supremo Tribunal Federal, no que



concerne a possibilidade de concessão que “a distinção entre atividade e propriedade permite que o domínio do resultado da lavra das jazidas de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos possa ser atribuída a terceiros pela União” (BRASIL, 2012f).

Lançadas tais lições, no que tange à possibilidade de exploração dos recursos minerários, são considerados como essenciais ao interesse nacional, notadamente em razão de serem instrumentos aptos a assegurar o desenvolvimento econômico do país. Ao lado disso, ao se considerar a participação nos resultados ou ainda compensação financeira pela exploração dos recursos minerais, cuja criação deu-se no Texto Constitucional de 1988, por parte aos Municípios, entes federativos mais carentes e despidos de receita robusta, como resta consagrado no artigo 20, §1º, denota-se a possibilidade, a partir de estruturação de políticas públicas, de assegurar a dignidade de seus munícipes, em especial a parcela mais carente da população, que padece dos direitos basilares e imprescindíveis ao seu desenvolvimento, como, por exemplo, moradia, educação, lazer e cultura, sem olvidar de tantos outros que constituem a extensa rubrica dos direitos fundamentais.

4 O Direito Minerário e o Princípio do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: A Preponderância de Valores

4.1 Comentários ao Princípio do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado

Ab initio, ao se abordar o recorrente tema do meio ambiente, cujas discussões foram fortalecidas, de maneira maciça, a partir da segunda metade do século XX, denota-se que a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 em Estocolmo, na Suécia, foi a primeira a trazer discussões, em um âmbito global, direcionada especificamente para o meio ambiente, sendo, em razão disso, considerada como um marco histórico político internacional, decisivo para o surgimento de políticas de



gerenciamento ambiental, orientando a atenção das nações para as questões de cunho ambiental. Ao lado disso, a nova visão inaugurada culminou com proposições que demandaram o engajamento comprometido das Nações, com a cooperação internacional, em matéria ambiental, incorporando, por via de consequência, no sistema jurídico nacional dos Estados uma nova ordem, alicerçada na proteção ao meio ambiente. Dentre os princípios consagrados na aludida Conferência, é possível destacar que o primeiro princípio, de maneira expressa, sagrou o princípio ao meio ambiente ecologicamente equilibrado:

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o apartheid, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira são condenadas e devem ser eliminadas. (BRASIL, 2012d) (grifo-nosso).

Em harmonia com a nova ótica consolidada, a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, em seu artigo 225, *caput*, expressamente consagrou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo considerado, em razão de sua essência, como um direito integrante do manancial dos direitos difusos, “vez que pertence a todos e é considerado como um direito humano fundamental, coadunando, assim, com a sistemática na qual o meio-ambiente integra o rol dos direitos fundamentais de terceira geração/dimensão” (VERDAN, 2012). Há que se registrar que aludido direito se revela como elemento essencial, intrínseco à constituição da dignidade da pessoa humana. Com efeito, há que se trazer à colação o entendimento firmando pelo Ministro Celso de Mello, ao relatoriar a Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 1.856/RJ:

Trata-se, consoante já o proclamou o Supremo Tribunal Federal (RTJ 158/205-206, Rel. Min. Celso de Mello), com apoio em douta lição expendida por Celso Lafer (“A Reconstrução dos Direitos Humanos”, p. 131/132, 1988, Companhia das Letras), de um típico direito de terceira geração (ou de novíssima dimensão), que assiste, de modo subjetivamente



indeterminado, a todo o gênero humano, circunstância essa que justifica a especial obrigação - que incumbe ao Estado e à própria coletividade (Paulo Affonso Leme Machado, "Direito Ambiental Brasileiro", p. 138/141, item n. 3, 19ª ed., 2011, Malheiros) - de defendê-lo e de preservá-lo em benefício das presentes e futuras gerações, evitando-se, desse modo, que irrompam, no seio da comunhão social, os graves conflitos intergeracionais marcados pelo desrespeito ao dever de solidariedade na proteção da integridade desse bem essencial, comum a todos quantos compõem o grupo social (BRASIL, 2012f).

Nesse aspecto, por sua própria natureza, tem o meio ambiente tutela jurídica respaldada por princípios específicos que lhe asseguram especial proteção, eis que, de maneira difusa, alcança todos os integrantes dos grupamentos sociais, restando consagrado o princípio da solidariedade e constituem, em razão disso, um momento singular no processo de expansão do reconhecimento dos direitos humanos, qualificados, enquanto integrantes da extensa rubrica de valores fundamentais indisponíveis, como prerrogativas imersas em natureza essencialmente inexaurível. consoante as ponderações aventadas pela redação do inciso I do artigo 3º da Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências (BRASIL, 2012c), preceitua meio ambiente como o conjunto de condições, leis e influências de ordem química, física e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Ao examinar o conceito legal ofertado acerca do meio ambiente, salta aos olhos que a aceção legislativa compreende tanto fatores abióticos (ordem química e física) como bióticos (ordem biológica). Nesta esteira, o conceito jurídico de meio ambiente encontra-se assentado em um ideário jurídico indeterminado, com o escopo primordial de ampliar, de maneira irrestrita, a incidência do texto legal. Afora isso, é possível, também, observar que o meio ambiente encontra íntima relação com tudo aquilo que circunda o ser humano, eis que o comportamento deste influi, de maneira determinante, naquele, enquanto um conjunto complexo e multifacetado de fatores que guardam uma tênue harmonia. Em relação ao presente, denota-se que o tema em comento se apresenta sustentado por quatro pilares distintos,



robustos e singulares que, em conjunto, dão corpo a toda tábua ideológica e teórica que assegura o substrato de edificação da ramificação ambiental.

Em decorrência do tratamento dispensado pelo artífice da Constituição Federal, o meio ambiente é um direito de todos, presentes e futuras gerações, sendo, em razão disso, considerado como pertencentes a toda coletividade, logo, inadmite-se o emprego de qualquer destinação entre brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro, destacando-se, sim, a necessidade de preservação, conservação e não-poluição. O artigo 225, devido ao cunho de direito difuso que possui, extrapola os limites territoriais do Estado Brasileiro, não ficando centrado, apenas, na extensão nacional, compreendendo toda a humanidade. O termo “todos”, mencionado na redação do dispositivo legal supramencionado, faz menção aos já nascidos (presente geração) e ainda aqueles que estão por nascer (futura geração), cabendo àqueles zelar para que esses tenham a sua disposição, no mínimo, os recursos naturais que hoje existem. Pode-se considerar como um direito transgeracional, ou seja, ultrapassa as gerações, logo, é viável afirmar que como um direito de todos, o meio ambiente é um direito público subjetivo.

Assim, em razão de tal aspecto, produz efeito erga omnes, sendo, portanto, oponível contra a todos, incluindo pessoa física/natural ou jurídica, de direito público interno ou externo, ou mesmo de direito privado, como também ente estatal, autarquia, fundação ou sociedade de economia mista. Impera, também, evidenciar que, como um direito difuso, não subsiste a possibilidade de quantificar quantas são as pessoas atingidas, pois a poluição não afeta tão só a população local, mas sim toda a humanidade, pois a coletividade é indeterminada. Com a nova sistemática entabulada pela redação do artigo 225 da Carta Maior, o meio ambiente passou a ter autonomia, tal seja não está vinculada a lesões perpetradas contra o ser humano para se agasalhar das reprimendas a serem utilizadas em relação ao ato perpetrado. Figura-se, ergo, como bem de uso comum do povo o segundo pilar que dá corpo aos sustentáculos do tema em tela.



O axioma em comento está atrelado o meio-ambiente como vetor da sadia qualidade de vida, ou seja, manifesta-se na salubridade, precipuamente, ao vincular a espécie humana está se tratando do bem-estar e condições mínimas de existência. Igualmente, o sustentáculo em análise se corporifica também na higidez, ao cumprir os preceitos de ecologicamente equilibrado, salvaguardando a vida em todas as suas formas (diversidade de espécies). Por derradeiro, o quarto pilar é a corresponsabilidade, que impõe ao poder público o dever geral de se responsabilizar por todos os elementos que integram o meio ambiente, assim como a condição positiva de atuar em prol de resguardar. Igualmente, tem a obrigação de atuar no sentido de zelar, defender e preservar, asseverando que o meio ambiente permaneça intacto. Aliás, este último diferencia-se de conservar que permite a ação antrópica, viabilizando melhorias no meio ambiente, trabalhando com as premissas de desenvolvimento sustentável, aliando progresso e conservação. Por seu turno, o cidadão tem o dever negativo, que se apresenta ao não poluir nem agredir o meio ambiente com sua ação. Além disso, em razão da referida corresponsabilidade, são titulares do meio ambiente os cidadãos da presente e da futura geração.

Como bem Facin (2002) assinala, “o direito ao ambiente como um dos direitos fundamentais da pessoa humana é um importante marco na construção de uma sociedade democrática, participativa e socialmente solidária”. Desta sorte, a Constituição de 1988, visando efetivar o exercício do direito ao meio-ambiente sadio, fixou o tema em comento como direitos públicos subjetivos, os quais podem ser exercidos a qualquer momento, e que se possa exigir do Estado e dos particulares a proteção devida ao ambiente. Deste modo, a proteção ao meio ambiente tornou-se tema de extrema relevância, na proporção que é importante a preservação da natureza da própria subsistência da vida humana.

Resulta, pois, da norma constitucional, o sentido revelador do vínculo que o constituinte quis estabelecer ao dispor o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, alçando-o à condição inafastável de subsistência e preservação do meio ambiente em que vivem os próprios seres humanos. Evidente, desse modo, a



Íntima conexão que há entre o dever ético-jurídico de do meio ambiente, de um lado, e a própria subsistência do gênero humano em um meio ambiente ecologicamente equilibrado, de outro. Daí a enorme importância de que se reveste os preceitos inscritos no artigo 225 da Carta Política que traduz, na concreção de seu alcance, a consagração constitucional no sistema de direito positivo brasileiro, de uma das mais expressivas prerrogativas asseguradas às formações sociais contemporâneas. Essa prerrogativa, que se qualifica por seu caráter de metaindividualidade, consiste no reconhecimento de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, atuando este como verdadeiro instrumento para se potencializar e alcançar a própria acepção contida no princípio da dignidade da pessoa humana.

A preocupação dispensada ao meio ambiente que, em razão das contemporâneas discussões, transcende o plano das presentes gerações, passa a figurar também em favor das gerações futuras, sendo, em razão desse aspecto, objeto de regulações normativas e de um sucedâneo de proclamações jurídicas. Ao lado disso, cuida reconhecer que a preocupação ao tema em debate extrapola os pontos limítrofes do território nacional de cada Estado soberano, projetando-se no plano internacional, culminando na confecção de declarações internacionais, que abarcam, em sua expressão concreta, o compromisso firmado pelas Nações com o respeito ao direito fundamental que assiste a toda a humanidade.

Desta maneira, o meio ambiente é um conceito hoje geminado com o de saúde pública, saúde de cada indivíduo, sadia qualidade de vida, diz a Constituição, sendo conceitualmente geminado com o próprio desenvolvimento. Se outrora se dizia que o meio ambiente é compatível com o desenvolvimento, atualmente verbaliza-se, a partir da Constituição de Outubro de 1988, tecnicamente, que não pode haver desenvolvimento senão com o meio ambiente ecologicamente equilibrado.



4.2 A Atividade Mineradora e o Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: Preponderância de Valores em prol do Desenvolvimento Econômico

Tendo por sedimento as ponderações vertidas alhures acerca do meio ambiente ecologicamente equilibrado, não é possível olvidar que a atividade mineradora, de maneira geral, tem sido, de modo recorrente, alvo de ferrenhas críticas, notadamente por parte de ambientalistas, uma vez que a degradação produzida nas áreas exploradas é de difícil reparação. Entrementes, há que se salientar que a atividade mineradora está umbilicalmente ligada, em razão da própria Constituição Federal, conforme se extrai do inciso IX do artigo 170 que se encontra alocado sob a rubrica “Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica”, e do §2º do artigo 225:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [omissis] VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; [destaque nosso]

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. [omissis] §2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. [destaque nosso] (BRASIL, 2012a)

Sobreleva anotar que, em decorrência da redação contida no §2º do artigo 225, subsiste uma presunção constitucional que a atividade mineradora causa impacto ambiental com danos, eis que impõe a obrigação de recuperar o meio ambiente que fora degradado em decorrência da prática da atividade exploratória. Não existe qualquer incompatibilidade entre a prática da mineração e a preservação do meio ambiente, “a despeito das atividades minerárias serem geralmente degradadoras do Meio Ambiente e, às vezes, localmente poluidoras” (RIBEIRO, 2006, p. 333). É prevista, no Texto Constitucional, uma reparação por intermédio de



recuperação do meio ambiente degradado, enfocando uma solução técnica a ser exigida pelo órgão público competente, atentando-se para os regramentos fixados no ordenamento. Há possibilidade da coexistência entre a atividade mineradora e a proteção do meio ambiente, desde aquela seja desenvolvida de maneira racional e responsavelmente orientada, respeitando as normas técnicas.

Ora, conquanto subsista aparente colidência entre os interesses econômicos que orbitam em torno da atividade mineradora e a preservação ambiental, há que se trazer a lume postulados de razoabilidade e preponderância de valores. Nesta toada, não subsiste qualquer óbice para a exploração mineral, desde que esta seja desenvolvida de maneira sustentável, atentando-se para a necessidade da estruturação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), documento dotado de tecnicidade apresentado pelo empreendedor, e o qual será analisado pelo órgão ambiental competente. No mais, a convivência entre a mineração e o meio ambiente é de suma importância para a humanidade, já que, se por um lado o homem necessita do meio ambiente ecologicamente equilibrado para uma existência sadia e promoção de sua dignidade, por outro teria uma existência tida como precária sem a mineração. Neste sentido, cuida trazer à colação o seguinte magistério:

Quando, naquele remoto passado, iniciou-se o aproveitamento dos recursos minerais, convertendo pedras em ferramentas e em armas, com elas o homem superou sua fragilidade ou sua desvantagem física, podendo resistir a seus predadores e até caçá-los, deixando, enfim, de ser caça, transformando-se em eficiente caçador. A mineração, ao permitir essa inversão, propiciou uma nova dimensão ao homem, transmitindo-lhe a superioridade que alavancou o desenvolvimento que hoje ostenta. Desde então, foi cada vez mais imprescindível à sobrevivência e ao desenvolvimento da humanidade. Sem a mineração é impossível, por exemplo, a produção de alimentos. Dela provêm os corretivos de solos e os fertilizantes, que tornam produtivos terrenos impróprios a essa produção ou solos que perderam a fertilidade em função de sua utilização continuada (RIBEIRO, 2006, p. 333).

Com efeito, não se trata do desenvolvimento da atividade mineradora de maneira desenfreada e despida de qualquer respaldo técnico-jurídico, mas sim a estruturação de uma atividade sedimentada por pareceres técnicos, desenvolvido por profissionais competentes. Afora isso, em razão da evolução tecnológica, pode-



se limitar aos estritos limites da área minerada a degradação ambiental, decorrente das atividades mineradoras responsáveis e racionalmente desenvolvidas, impedindo sua extrapolação para áreas vizinhas. Igualmente, é possível, quase sempre, a recuperação satisfatória do meio ambiente degradado, após o término da atividade mineradora desenvolvida. Ao lado disso, não é possível esquecer que a atividade mineradora é responsável por geração de postos de trabalho, gerando cerca de um milhão e setecentas mil (1,7 milhão) novas vagas, diretas e indiretamente, tão somente no ano de 2006. Igualmente, a atividade mineradora é responsável por alimentar a economia das comunidades em que está instalada, levando renda à população local, ou, ainda, atraindo a população para o seu entorno.

O total de mão-de-obra empregada (empregos diretos) na Mineração em 2006 foi de 131 mil trabalhadores. Estudos feitos pelo Serviço Geológico Brasileiro mostram que o efeito multiplicador de empregos é de 1:13 no setor mineral, ou seja, para cada posto de trabalho da mineração são criados 13 outras vagas ao longo da cadeia produtiva, então podemos considerar que o setor mineral, em 2006, gerou cerca de 1,7 milhão de empregos, sem considerar os empregos gerados nas fases de pesquisa, prospecção e planejamento e a mão-de-obra proveniente de garimpos. (BRASIL, 2012b).

Desta feita, conquanto pesem robustas e diversificadas críticas ao desenvolvimento da atividade mineradora, não é possível olvidar que se trata de atividade dotada de grande importância, porquanto auxilia em uma gama de outros setores, como, por exemplo, agricultura, no que concerne ao fornecimento de fertilizantes e corretivos de solo. Nesta trilha, também, em se tratando do Estado Brasileiro, desempenha papel proeminente na economia, eis que, conforme estudo, “a indústria da mineração está presente em aproximadamente 1.500 cidades. De acordo com estudo do geólogo Cláudio Scliar, esses municípios apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior que o de seus respectivos estados” (BRASIL, 2012b). Ao lado disso, há que se considerar a substancial contribuição para o produto interno bruto (PIB) brasileiro, equivalendo, no ano de 2007, a 5,17% (cinco vírgula dezessete por cento), alcançando o valor de US\$ 1,35 trilhão (um



trilhão e trezentos e cinquenta bilhões de dólares) (BRASIL, 2012b). Há que se trazer à colação a seguintes informações:

Município - UF	Substância Mineral	IDH Estado	IDH Município
Itabina - MG	Ferro	0,766	0,798
Araxá - MG	Nióbio	0,766	0,799
Nova Lana - MG	Ouro	0,766	0,821
Catalão - GO	Fosfato	0,773	0,610
Cachoeiro de Itapemirim - ES	Rocha Ornamental	0,767	0,770
Criciúma - SC	Carvão	0,840	0,823
Parauapebas - PA	Ferro	0,720	0,740
Barcarena - PA	Bauxita	0,720	0,789
Presidente Figueiredo - AM	Cassiterita	0,713	0,742

Tabela 1 – Comparativo de IDH dos Municípios que exploram a atividade mineradora e seus Estados.
Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), 2012.

À luz do expandido, ao se examinar as informações coligidas, salta aos olhos a importância da atividade mineradora, desempenhando, por vezes, papel de grande relevância em diversos Municípios, sendo elemento preponderante na economia daqueles, projetando, inclusive, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em níveis superiores ao dos Estados em que se encontram alocados. Nesta esteira, dada a proeminência da atividade mineradora, na atual conjuntura, impende dispensar uma abordagem multifacetada, assegurando uma conjugação de valores, com o escopo de garantir o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente, recuperando as áreas degradadas, com o objetivo de promoverem a dignidade da pessoa humana, notadamente daqueles que se encontram no raio de alcance da atividade mineradora.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em harmonia com todo o escólio apresentado, prima colocar em destaque que as contemporâneas discussões acerca da exploração do meio ambiente e as consequências maléficas para sua utilização irracional e desmedida merecem pleno descanso, em especial quando se tem em mente que o meio ambiente ecologicamente equilibrado se revela como maciço baldrame que integra a acepção de dignidade da pessoa humana. Trata-se de direito de terceira geração, no qual restam substancializados os ideários de solidariedade, alcançando a coletividade, de maneira geral, sendo, em razão disso, inexorável. Ao lado disso, tendo como vetor maior de interpretação a dignidade da pessoa humana, superprincípio que fundamenta o Estado Democrático de Direito Brasileiro, robustece a importância de sagrar o meio ambiente, combatendo uma exploração cega, despida de tecnicidade e que não esteja comprometida com a recuperação das áreas degradadas.

Há que se salientar, conquanto subsista uma aparente colidência entre o desenvolvimento da indústria mineradora e a conservação do meio ambiente, esta não prospera, eis que verifica que a exploração de recursos minerais, quando abalizada de estudos técnicos e comprometimento com o fomento da dignidade da pessoa humana, se revela benéfica. Tal afirmação encontra pleno descanso quando se compara em Municípios que a atividade mineradora goza de grande relevância o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) superior ao dos Estados em que se encontram. Ora, a visão de preservação do meio ambiente como único instrumento para se assegurar a sadia qualidade de vida e, por extensão, a própria dignidade dos indivíduos se revela a muito superada. Na contemporaneidade, mister se faz o desenvolvimento econômico conjugado com a preservação e recuperação das áreas ambientais degradadas, com o escopo primordial de se assegurar a dignidade da pessoa humana, proporcionando a população renda e o desenvolvimento, por parte do Poder Público, de políticas aptas a suprir as carências e mazelas sociais existentes.



REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro (Pós-modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo). *In: A Nova Interpretação Constitucional: Ponderação, Direitos Fundamentais e Relações Privadas*. Luís Roberto Barroso (organizador). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2006.

BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Novo Direito Civil. Breves Reflexões. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, ano VII, nº 08, p. 229-267, junho de 2006. Disponível em: <<http://fdc.br>>. Acesso em 18 ago. 2012.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 21ª Ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 18 ago. 2012a.

_____. **Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)**. Produção PIB Mineral. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br>>. Acesso em 19 ago. 2012b.

_____. **Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 19 ago. 2012c.

_____. **Ministério do Meio Ambiente**. Declaração da ONU no Ambiente Humano. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em 19 ago. 2012d.

_____. **Ministério da Justiça**. Declaração Universal das Nações Unidas. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em 18 ago. 2012e.

_____. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em 18 ago. 2012f.

BRITO, Fernando de Azevedo Alves. A hodierna classificação do meio-ambiente, o seu remodelamento e a problemática sobre a existência ou a inexistência das classes do meio-ambiente do trabalho e do meio-ambiente misto. **Boletim Jurídico**,



Uberaba, ano 5, n. 968 Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br>>. Acesso: 18 ago. 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. Fundamentos dos direitos humanos. In: **Direito Constitucional**. José Janguê Bezerra Diniz (coordenador). 1 ed. Brasília: Consulex, 1998.

FACIN, Andréia Minussi. Meio Ambiente e os direitos humanos. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br>>. Acesso em 19 ago. 2012.

FREIRE, William. **Código de Mineração Anotado**. 4ª Ed. Belo Horizonte: Editora Mandamentos, 2009.

HABER, Lilian Mendes. **Aspectos Constitucionais do Direito Minerário**. Disponível em: <<http://www.pge.pa.gov.br>>. Acesso em 18 ago. 2012.

MARANHÃO, Ney Stany Moraes. **O Fenômeno Pós-Positivista: Considerações Gerais**. Disponível em: <<http://www.anamatra.org.br>>. Acesso em 18 ago. 2012.

MARQUESI, Roberto Wagner. Os Princípios do Contrato na Nova Ordem Civil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 513, 2 dez. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br>>. Acesso em 18 ago. 2012.

MAITAN, Elise Mirisola. Ensaio do Direito Ambiental e sua abordagem principiológica. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1528, 7 set. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br>>. Acesso: 19 ago. 2012.

MARTINS, Flademir Jerônimo Belinati. **Dignidade da Pessoa Humana: Princípio Constitucional Fundamental**. 6 tir. Curitiba: Editora Juruá, 2008.

MOURA, Danieli Velela. Os princípios gerais do Direito Ambiental. **Jus Vigilambus**. Disponível em: <<http://jusvi.com>>. Acesso: 18 ago. 2012.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 4 Ed. São Paulo: Editora Malheiros, 1993.

RENON, Maria Cristina. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e sua relação com a convivência familiar e o direito ao afeto**. 232f. Dissertação (Mestre em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br>>. Acesso em 18 ago. 2012.

RIBEIRO, Carlos Luiz. **Direito Minerário: Escrito e Aplicado**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006.



SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SCHIAVI, Mauro. **Proteção Jurídica à Dignidade da Pessoa Humana do Trabalhador**. Disponível em: <www.lacier.com.br>. Acesso em 18 ago. 2012.

TOVAR, Leonardo Zehuri. O Papel dos Princípios no Ordenamento Jurídico. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 696, 1 jun. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6824>>. Acesso em 18 ago. 2012.

VERDAN, Tauã Lima. O Princípio da Humanidade: O repúdio a um passado vergonhoso. **Boletim Conteúdo Jurídico**, Brasília, 11 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br>>. Acesso em 18 ago. 2012.

_____. Princípio da Legalidade: Corolário do Direito Penal. **Jurid Publicações Eletrônicas**, Bauru, 22 jun. 2009. Disponível em: <<http://jornal.jurid.com.br>>. Acesso em 18 ago. 2012a.

_____. Princípios do Direito Ambiental: A Progressiva Construção de um Direito Difuso. **Boletim Conteúdo Jurídico**, Brasília, 09 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br>>. Acesso em 19 ago. 2012b.



O MEIO AMBIENTE CONSOANTE A ÓTICA JURÍDICA: A CONCREÇÃO DOS DIREITOS DE TERCEIRA DIMENSÃO

TEIXEIRA, Eriane Araújo¹

VERDAN, Tauã Lima²

FARIAS, Karina dos Reis³

SANTOS, Elissandra Mendonça⁴

Resumo

É denotável que a constitucionalização do meio ambiente no Brasil viabilizou um verdadeiro salto qualitativo, no que concerne, especificamente, às normas de proteção ambiental. Tal fato decorre da premissa que os robustos corolários e princípios norteadores foram alçados ao patamar constitucional, assumindo colocação eminente, ao lado das liberdades públicas e dos direitos fundamentais. Superadas tais premissas, aprouve ao Constituinte, ao entalhar a Carta Política Brasileira, ressoando os valores provenientes dos direitos de terceira dimensão, insculpir na redação do artigo 225, conceder amplo e robusto respaldo ao meio ambiente como pilar integrante dos direitos fundamentais. É possível destacar que a incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem manter dependência de motivações de âmbito essencialmente econômico, notadamente quando estiver presente a atividade econômica, considerada as ordenanças constitucionais que a norteiam, estando, dentre outros corolários, subordinadas ao preceito que privilegia a defesa do meio ambiente, que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral.

Palavras-chave: Meio Ambiente Natural; Meio Ambiente Artificial; Meio Ambiente Cultural; Meio Ambiente do Trabalho.

1 Bacharela em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, erianeateixeira@gmail.com;

2 Bolsista CAPES. Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), linha de Pesquisa Conflitos Urbanos, Rurais e Socioambientais. Especializando em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Gama Filho. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, taua_verdan2@hotmail.com;

3 Bacharela em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, k.arinareis@hotmail.com;

4 Professora Orientadora. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, elissandrasantos@saocamilo-es.br; Cachoeiro de Itapemirim-ES, março de 2013.



1 Ponderações Introdutórias: A construção teórica do Direito Ambiental

Inicialmente, ao se dispensar um exame acerca do tema colocado em tela, patente faz-se arrazoar que a Ciência Jurídica, enquanto um conjunto multifacetado de arcabouço doutrinário e técnico, assim como as robustas ramificações que a integram, reclama uma interpretação alicerçada nos plurais aspectos modificadores que passaram a influir em sua estruturação. Neste alar, lançando à tona os aspectos característicos de mutabilidade que passaram a orientar o Direito, tornou-se imperioso salientar, com a ênfase reclamada, que não mais subsiste uma visão arrimada em preceitos estagnados e estanques, alheios às necessidades e às diversidades sociais que passaram a contornar os Ordenamentos Jurídicos. Ora, em razão do burilado, infere-se que não mais prospera o arcabouço imutável que outrora sedimentava a aplicação das leis, sendo, em decorrência dos anseios da população, suplantados em uma nova sistemática.

Com espreque em tais premissas, cuida hastear, com bastante pertinência, como flâmula de interpretação o “prisma de avaliação o brocardo jurídico *'Ubi societas, ibi jus'*, ou seja, 'Onde está a sociedade, está o Direito', tornando explícita e cristalina a relação de interdependência que esse binômio mantém” (VERDAN, 2009). Destarte, com clareza solar, denota-se que há uma interação consolidada na mútua dependência, já que o primeiro tem suas balizas fincadas no constante processo de evolução da sociedade, com o fito de que seus Diplomas Legislativos e institutos não fiquem inquinados de inaptidão e arcaísmo, em total descompasso com a realidade vigente. A segunda, por sua vez, apresenta estrutural dependência das regras consolidadas pelo Ordenamento Pátrio, cujo escopo primevo é assegurar que não haja uma vingança privada, afastando, por extensão, qualquer ranço que rememore priscas eras em que o homem valorizava a Lei de Talião (“Olho por olho, dente por dente”), bem como para evitar que robusteça um cenário caótico no seio da coletividade.



Ademais, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, imprescindível se fez adotá-la como maciço axioma de sustentação do Ordenamento Brasileiro, precipuamente quando se objetiva a amoldagem do texto legal, genérico e abstrato, aos complexos anseios e múltiplas necessidades que influenciam a realidade contemporânea. Ao lado disso, há que se citar o voto magistral proferido pelo Ministro Eros Grau, ao apreciar a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº. 46/DF, “o direito é um organismo vivo, peculiar porém porque não envelhece, nem permanece jovem, pois é contemporâneo à realidade. O direito é um dinamismo. Essa, a sua força, o seu fascínio, a sua beleza” (BRASIL, 2012f). Como bem pontuado, o fascínio da Ciência Jurídica jaz, justamente, na constante e imprescindível mutabilidade que apresenta, decorrente do dinamismo que reverbera na sociedade e orienta a aplicação dos Diplomas Legais e os institutos jurídicos neles consagrados.

Ainda neste substrato de exposição, pode-se evidenciar que a concepção pós-positivista passou a permear o Direito, ofertou, por via de consequência, uma rotunda independência dos estudiosos e profissionais da Ciência Jurídica. Aliás, há que se citar o entendimento de Verdan, “esta doutrina é o ponto culminante de uma progressiva evolução acerca do valor atribuído aos princípios em face da legislação” (VERDAN, 2009). Destarte, a partir de uma análise profunda dos mencionados sustentáculos, infere-se que o ponto central da corrente pós-positivista cinge-se à valoração da robusta tábua principiológica que Direito e, por conseguinte, o arcabouço normativo passando a figurar, nesta tela, como normas de cunho vinculante, flâmulas hasteadas a serem adotadas na aplicação e interpretação do conteúdo das leis, diante das situações concretas.

Nas últimas décadas, o aspecto de mutabilidade tornou-se ainda mais evidente, em especial, quando se analisa a construção de novos que derivam da Ciência Jurídica. Entre estes, cuida destacar a ramificação ambiental, considerando como um ponto de congruência da formação de novos ideários e cânones, motivados, sobretudo, pela premissa de um manancial de novos valores adotados.



Nesta trilha de argumentação, de boa técnica se apresenta os ensinamentos de Fernando de Azevedo Alves Brito que aduz, “com a intensificação, entretanto, do interesse dos estudiosos do Direito pelo assunto, passou-se a desvendar as peculiaridades ambientais, que, por estarem muito mais ligadas às ciências biológicas, até então era marginalizadas” (BRITO, 2013). Assim, em decorrência da proeminência que os temas ambientais vêm, de maneira paulatina, alcançando, notadamente a partir das últimas discussões internacionais envolvendo a necessidade de um desenvolvimento econômico pautado em sustentabilidade, não é raro que prospere, mormente em razão de novos fatores, um verdadeiro remodelamento ou mesmo uma releitura dos conceitos que abalizam a ramificação ambiental do Direito, com o fito de permitir que ocorra a conservação e recuperação das áreas degradadas, primacialmente as culturais.

Ademais, há de ressaltar ainda que o direito ambiental passou a figurar, especialmente, depois das décadas de 1950 e 1960, como um elemento integrante da farta e sólida tábua de direitos fundamentais. Calha realçar, com cores quentes, que mais contemporâneos, os direitos que constituem a terceira dimensão recebe a alcunha de direitos de fraternidade ou, ainda, de solidariedade, contemplando, em sua estrutura, uma patente preocupação com o destino da humanidade (MOTTA; DOUGLAS, 2004, p. 68). Ora, daí se verifica a inclusão de meio ambiente como um direito fundamental, logo, está umbilicalmente atrelado com humanismo e, por extensão, a um ideal de sociedade mais justa e solidária. Nesse sentido, ainda, é plausível citar o artigo 3º, inciso I, da Carta Política de 1988 que abriga em sua redação tais pressupostos como os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direitos: “Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária” (BRASIL, 2013a).

Ainda nesta esteira, é possível verificar que a construção dos direitos encampados sob a rubrica de terceira dimensão tende a identificar a existência de valores concernentes a uma determinada categoria de pessoas, consideradas enquanto unidade, não mais prosperando a típica fragmentação individual de seus



componentes de maneira isolada, tal como ocorria em momento pretérito. Com o escopo de ilustrar, de maneira pertinente as ponderações vertidas, insta trazer à colação o entendimento do Ministro Celso de Mello, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade N°. 1.856/RJ, em especial quando coloca em destaque que:

Cabe assinalar, Senhor Presidente, que os direitos de terceira geração (ou de novíssima dimensão), que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos, genericamente, e de modo difuso, a todos os integrantes dos agrupamentos sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem, por isso mesmo, ao lado dos denominados direitos de quarta geração (como o direito ao desenvolvimento e o direito à paz), um momento importante no processo de expansão e reconhecimento dos direitos humanos, qualificados estes, enquanto valores fundamentais indisponíveis, como prerrogativas impregnadas de uma natureza essencialmente inexaurível (BRASIL, 2013f).

Bonavides (2007, p. 569), ao discorrer acerca dos aspectos característicos dos direitos de terceira dimensão, coloca em destaque que os mencionados “têm primeiro por destinatários o gênero humano mesmo, num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de existencialidade concreta”. Com efeito, os direitos de terceira dimensão, dentre os quais se inclui o meio ambiente ecologicamente equilibrado, positivado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, emerge com um claro e tangível aspecto de familiaridade, como ápice da evolução e concretização dos direitos fundamentais.

2 Comentários à concepção de Meio Ambiente

Em uma primeira plana, ao lançar mão do sedimentado jurídico-doutrinário apresentado pelo inciso I do artigo 3º da Lei N°. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, salienta que o meio ambiente consiste no conjunto e conjunto de condições, leis e influências de



ordem química, física e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. Pois bem, com o escopo de promover uma facilitação do aspecto conceitual apresentado, é possível verificar que o meio ambiente assenta-se em um complexo diálogo de fatores abióticos, provenientes de ordem química e física, e bióticos, consistentes nas plurais e diversificadas formas de seres vivos. Consoante os ensinamentos de Silva, considera-se meio ambiente como “a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas” (SILVA, 2009, p. 20).

Nesta senda, ainda, Fiorillo (2012, p. 77), ao tecer comentários acerca da aceção conceitual de meio ambiente, coloca em destaque que tal tema assenta-se em um ideário jurídico indeterminado, incumbindo, ao intérprete das leis, promover o seu preenchimento. Dada à fluidez do tema, é possível colocar em evidência que o meio ambiente encontra íntima e umbilical relação com os componentes que cercam o ser humano, os quais são de imprescindível relevância para a sua existência. O Ministro Luiz Fux, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade N°. 4.029, salientou, com bastante pertinência, que:

(...) o meio ambiente é um conceito hoje geminado com o de saúde pública, saúde de cada indivíduo, sadia qualidade de vida, diz a Constituição, é por isso que estou falando de saúde, e hoje todos nós sabemos que ele é imbricado, é conceitualmente geminado com o próprio desenvolvimento. Se antes nós dizíamos que o meio ambiente é compatível com o desenvolvimento, hoje nós dizemos, a partir da Constituição, tecnicamente, que não pode haver desenvolvimento senão com o meio ambiente ecologicamente equilibrado. A geminação do conceito me parece de rigor técnico, porque salta da própria Constituição Federal (BRASIL, 2013f).

É denotável, desta sorte, que a constitucionalização do meio ambiente no Brasil viabilizou um verdadeiro salto qualitativo, no que concerne, especificamente, às normas de proteção ambiental. Tal fato decorre da premissa que os robustos corolários e princípios norteadores foram alçados ao patamar constitucional, assumindo colocação eminente, ao lado das liberdades públicas e dos direitos fundamentais. Superadas tais premissas, aprovou o Constituinte, ao entalhar a Carta Política Brasileira, ressoando os valores provenientes dos direitos de terceira



dimensão, insculpir na redação do artigo 225, conceder amplo e robusto respaldo ao meio ambiente como pilar integrante dos direitos fundamentais. Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, “as normas de proteção ambiental são alçadas à categoria de normas constitucionais, com elaboração de capítulo especialmente dedicado à proteção do meio ambiente” (THOMÉ, 2012, p. 116). Nesta toada, ainda, é observável que o *caput* do artigo 225 da Constituição Federal de 1988 está abalizado em quatro pilares distintos, robustos e singulares que, em conjunto, dão corpo a toda tábua ideológica e teórica que assegura o substrato de edificação da ramificação ambiental.

Primeiramente, em decorrência do tratamento dispensado pelo artífice da Constituição Federal, o meio ambiente foi içado à condição de direito de todos, presentes e futuras gerações. É encarado como algo pertencente a toda coletividade, assim, por esse prisma, não é admissível o emprego de qualquer distinção entre brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro, destacando-se, sim, a necessidade de preservação, conservação e não-poluição. O artigo 225, devido ao cunho de direito difuso que possui, extrapola os limites territoriais do Estado Brasileiro, não ficando centrado, apenas, na extensão nacional, compreendendo toda a humanidade. Neste sentido, o Ministro Celso de Mello, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade N° 1.856/RJ, destacou que:

A preocupação com o meio ambiente - que hoje transcende o plano das presentes gerações, para também atuar em favor das gerações futuras (...) tem constituído, por isso mesmo, objeto de regulações normativas e de proclamações jurídicas, que, ultrapassando a província meramente doméstica do direito nacional de cada Estado soberano, projetam-se no plano das declarações internacionais, que refletem, em sua expressão concreta, o compromisso das Nações com o indeclinável respeito a esse direito fundamental que assiste a toda a Humanidade (BRASIL, 2013f).

O termo “todos”, aludido na redação do *caput* do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, faz menção aos já nascidos (presente geração) e ainda aqueles que estão por nascer (futura geração), cabendo àqueles zelar para que esses tenham à sua disposição, no mínimo, os recursos



naturais que hoje existem. Tal fato encontra como arrimo a premissa que foi reconhecido ao gênero humano o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao gozo de condições de vida adequada, em ambiente que permita desenvolver todas as suas potencialidades em clima de dignidade e bem-estar. Pode-se considerar como um direito transgeracional, ou seja, ultrapassa as gerações, logo, é viável afirmar que o meio ambiente é um direito público subjetivo. Desta feita, o ideário de que o meio ambiente substancializa patrimônio público a ser imperiosamente assegurado e protegido pelos organismos sociais e pelas instituições estatais, qualificando verdadeiro encargo irrenunciável que se impõe, objetivando sempre o benefício das presentes e das futuras gerações, incumbindo tanto ao Poder Público quanto à coletividade considerada em si mesma.

Assim, decorrente de tal fato, produz efeito *erga omnes*, sendo, portanto, oponível contra a todos, incluindo pessoa física/natural ou jurídica, de direito público interno ou externo, ou mesmo de direito privado, como também ente estatal, autarquia, fundação ou sociedade de economia mista. Impera, também, evidenciar que, como um direito difuso, não subiste a possibilidade de quantificar quantas são as pessoas atingidas, pois a poluição não afeta tão só a população local, mas sim toda a humanidade, pois a coletividade é indeterminada. Nesta senda, o direito à integridade do meio ambiente substancializa verdadeira prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, ressoando a expressão robusta de um poder deferido, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas num sentido mais amplo, atribuído à própria coletividade social.

Com a nova sistemática entabulada pela redação do artigo 225 da Carta Maior, o meio ambiente passou a ter autonomia, tal seja não está vinculada a lesões perpetradas contra o ser humano para se agasalhar das reprimendas a serem utilizadas em relação ao ato perpetrado. Figura-se, *ergo*, como bem de uso comum do povo o segundo pilar que dá corpo aos sustentáculos do tema em tela. O axioma a ser esmiuçado, está atrelado o meio ambiente como vetor da sadia qualidade de vida, ou seja, manifesta-se na salubridade, precipuamente, ao vincular



a espécie humana está se tratando do bem-estar e condições mínimas de existência. Igualmente, o sustentáculo em análise se corporifica também na higidez, ao cumprir os preceitos de ecologicamente equilibrado, salvaguardando a vida em todas as suas formas (diversidade de espécies).

Por derradeiro, o quarto pilar é a corresponsabilidade, que impõe ao Poder Público o dever geral de se responsabilizar por todos os elementos que integram o meio ambiente, assim como a condição positiva de atuar em prol de resguardar. Igualmente, tem a obrigação de atuar no sentido de zelar, defender e preservar, asseverando que o meio ambiente permaneça intacto. Aliás, este último diferencia-se de conservar que permite a ação antrópica, viabilizando melhorias no meio ambiente, trabalhando com as premissas de desenvolvimento sustentável, aliando progresso e conservação. Por seu turno, o cidadão tem o dever negativo, que se apresenta ao não poluir nem agredir o meio ambiente com sua ação. Além disso, em razão da referida corresponsabilidade, são titulares do meio ambiente os cidadãos da presente e da futura geração.

Em tom de arremate, é possível destacar que a incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem manter dependência de motivações de âmbito essencialmente econômico, notadamente quando estiver presente a atividade econômica, considerada as ordenanças constitucionais que a norteiam, estando, dentre outros corolários, subordinadas ao preceito que privilegia a defesa do meio ambiente, que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral. O corolário do desenvolvimento sustentável, além de estar impregnado de aspecto essencialmente constitucional, encontra guarida legitimadora em compromissos e tratados internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro, os quais representam fator de obtenção do justo equilíbrio entre os reclamos da economia e os da ecologia, porém, a invocação desse preceito, quando materializada situação de conflito entre valores constitucionais e proeminentes, a uma condição inafastável, cuja



observância não reste comprometida nem esvaziada do aspecto essencial de um dos mais relevantes direitos fundamentais, qual seja: o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações.

3 Notas ao Meio Ambiente Natural

Em sede de comentários inaugurais, cuida salientar que o meio ambiente natural, também denominado de físico, o qual, em sua estrutura, agasalha os fatores abióticos e bióticos, considerados como recursos ambientais. Nesta esteira de raciocínio, cumpre registrar, a partir de um viés jurídico, a acepção do tema em destaque, o qual vem disciplinado pela Lei Nº. 9.985, de 18 de Julho de 2000, que regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, em seu artigo 2º, inciso IV, frisa que recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. Nesta esteira, o termo fatores abióticos abriga a atmosfera, os elementos afetos à biosfera, as águas (inclusive aquelas que se encontram no mar territorial), pelo solo, pelo subsolo e pelos recursos minerais; já os fatores bióticos fazem menção à fauna e à flora, como bem assinala Fiorillo (2012, p. 78). Em razão da complexa interação entre os fatores abióticos e bióticos que ocorre o fenômeno da homeostase, consistente no equilíbrio dinâmico entre os seres vivos e o meio em que encontram inseridos.

Consoante Rebello Filho e Bernardo (1998, p. 19), o meio ambiente natural “é constituído por todos os elementos responsáveis pelo equilíbrio entre os seres vivos e o meio em que vivem: solo, água, ar atmosférico, fauna e flora”. Nesta senda, com o escopo de fortalecer os argumentos apresentados, necessário faz-se



colocar em campo que os paradigmas que orientam a concepção recursos naturais como componentes que integram a paisagem, desde que não tenham sofrido maciças alterações pela ação antrópica a ponto de desnaturar o seu aspecto característico. Trata-se, com efeito, de uma conjunção de elementos e fatores que mantêm uma harmonia complexa e frágil, notadamente em razão dos avanços e degradações provocadas pelo ser humano. É possível colacionar o entendimento jurisprudencial que:

Ementa: Ambiental e processual civil. Ação civil pública. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Unidade de proteção integral. Suspensão de atividades agressoras ao meio ambiente. Recuperação do dano causado. Possibilidade. Preliminares de incompetência, decadência e nulidade processual rejeitadas. Agravo retido desprovido. [...] IV - O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é área de conservação da natureza, a merecer proteção integral, nos termos da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, tendo como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É uma área de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei, e a visitação pública e a pesquisa científica, estão sujeitas às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento, hipótese não ocorrida, na espécie. V - Na hipótese dos autos, o imóvel descrito na petição inicial está localizado no interior de Área de Preservação Permanente - APP, encravado na Zona de Amortecimento do PARNA dos Lençóis Maranhenses (unidade de conservação da natureza de proteção integral), no Município de Barreirinhas, no Estado do maranhão, integra o patrimônio da União, em zona costeira, devendo ser demolido, no prazo de 60 (sessenta) dias, por inobservância das determinações legais pertinentes, com as medidas de precaução e de prevenção do meio ambiente, adotadas na sentença recorrida, sob pena de multa coercitiva, no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por dia de atraso no cumprimento desta decisão mandamental. VI - Apelação, remessa oficial e agravo retido desprovidos. Sentença confirmada. (Tribunal Regional Federal da Primeira Região – Quinta Turma/ AC 0002797-29.2006.4.01.3700/MA/ Relator: Desembargador Federal Souza Prudente/ Publicado no DJe em 12.06.2012, p. 173).

Ao lado do esposado, faz-se carecido pontuar que os recursos naturais são considerados como tal em razão do destaque concedido pelo ser humano, com o passar dos séculos, conferindo-lhes valores de ordem econômica, social e cultural.



Desta feita, tão somente é possível à compreensão do tema a partir da análise da relação homem-natureza, eis que a interação entre aqueles é preponderante para o desenvolvimento do ser humano em todas as suas potencialidades. Patente faz-se ainda, em breves palavras, mencionar a classificação dos recursos naturais, notadamente em razão da importância daqueles no tema em testilha. O primeiro grupo compreende os recursos naturais renováveis, que são os elementos naturais, cuja correta utilização, propicia a renovação, a exemplo do que se observa na fauna, na flora e nos recursos hídricos.

Os recursos naturais não-renováveis fazem menção àqueles que não logram êxito na renovação ou, ainda, quando conseguem, esta se dá de maneira lenta em razão dos aspectos estruturais e característicos daqueles, como se observa no petróleo e nos metais em geral. Por derradeiro, os denominados recursos inesgotáveis agasalham aqueles que são “infindáveis”, como a luz solar e o vento. Salta aos olhos, a partir das ponderações estruturadas, que os recursos naturais, independente da seara em que se encontrem agrupados, apresentam como elemento comum de caracterização o fato de serem criados originariamente pela natureza. O meio ambiente natural encontra respaldo na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 225, caput e §1º, incisos I, III e IV.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; [...]

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (BRASIL, 2013a).



Ora, como bem manifestou o Ministro Carlos Britto, ao se manifestar na Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade N° 3.540, “não se erige em área de proteção especial um espaço geográfico simplesmente a partir de sua vegetação, há outros elementos. Sabemos que fauna, flora, floresta, sítios arqueológicos concorrem para isso” (BRASIL, 2013f). Verifica-se, assim, que o espaço territorial especialmente protegido do direito constitucional ao meio ambiente hígido e equilibrado, em especial no que atina à estrutura e funções dos diversos e complexos ecossistemas. As denominadas “unidades de conservação”, neste aspecto de afirmação constitucional, enquanto instrumentos de preservação do meio ambiente natural, configuram áreas de maciço interesse ecológico que, em razão dos aspectos característicos naturais relevantes, recebem tratamento legal próprio, de maneira a reduzir a possibilidade de intervenções danosas ao meio ambiente.

4 Ponderações ao Meio Ambiente Artificial

O meio ambiente artificial, também denominado humano, se encontra delimitado no espaço urbano construído, consistente no conjunto de edificações e congêneres, denominado, dentro desta sistemática, de espaço urbano fechado, bem como pelos equipamentos públicos, nomeados de espaço urbano aberto, como tão bem salienta Fiorillo (2012, p. 79). Cuida salientar, ainda, que o meio ambiente artificial alberga, ainda, ruas, praças e áreas verdes. Trata-se, em um primeiro contato, da construção pelo ser humano nos espaços naturais, isto é, uma transformação do meio ambiente natural em razão da ação antrópica, dando ensejo à formação do meio ambiente artificial. Além disso, pode-se ainda considerar alcançado por essa espécie de meio ambiente, o plano diretor municipal e o zoneamento urbano. É possível ilustrar as ponderações estruturadas utilizando o paradigmático entendimento jurisprudencial que direciona no sentido que:



Ementa: Administrativo. Conflito negativo de competência. Ação civil pública. Propaganda eleitoral. Degradação do meio ambiente. Ausência de matéria eleitoral. Competência da Justiça Estadual. [...] 4. A pretensão ministerial na ação civil pública, voltada à tutela ao meio ambiente, direito transindividual de natureza difusa, consiste em obrigação de fazer e não fazer e, apesar de dirigida a partidos políticos, demanda uma observância de conduta que extravasa período eleitoral, apesar da maior incidência nesta época, bem como não constitui aspecto inerente ao processo eleitoral. 5. A ação civil pública ajuizada imputa conduta tipificada no art. 65 da Lei 9.605/98 em face do dano impingido ao meio ambiente, no caso especificamente, artificial, formado pelas edificações, equipamentos urbanos públicos e comunitários e todos os assentamentos de reflexos urbanísticos, conforme escólio do Professor José Afonso da Silva. Não visa delimitar condutas regradas pelo direito eleitoral; visa tão somente a tutela a meio ambiente almejando assegurar a função social da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, nos termos do art. 182 da Constituição Federal. 6. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Maceió - AL, ora suscitado. (Superior Tribunal de Justiça – Primeira Seção/ CC 113.433/AL/ Relator: Ministro Arnaldo Esteves Lima/ Julgado em 24.08.2011/ Publicado no DJe em 19.12.2011).

Ementa: Processual civil e administrativo. Ação civil pública. Praças, jardins e parques públicos. Direito à cidade sustentável. Art. 2º, incisos I e IV, d Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade). Doação de bem imóvel municipal de uso comum à União para construção de agência do INSS. Desafetação. Competência. Inaplicabilidade da súmula 150/STJ. Exegese de normas locais (Lei Orgânica do Município de Esteio/RS). [...] 2. Praças, jardins, parques e bulevares públicos urbanos constituem uma das mais expressivas manifestações do processo civilizatório, porquanto encarnam o ideal de qualidade de vida da cidade, realidade físico-cultural refinada no decorrer de longo processo histórico em que a urbe se viu transformada, de amontoado caótico de pessoas e construções toscas adensadas, em ambiente de convivência que se pretende banhado pelo saudável, belo e aprazível. 3. Tais espaços públicos são, modernamente, objeto de disciplina pelo planejamento urbano, nos termos do art. 2º, IV, da Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade), e concorrem, entre seus vários benefícios supraindividuais e intangíveis, para dissolver ou amenizar diferenças que separam os seres humanos, na esteira da generosa acessibilidade que lhes é própria. Por isso mesmo, fortalecem o sentimento de comunidade, mitigam o egoísmo e o exclusivismo do domínio privado e viabilizam nobres aspirações democráticas, de paridade e igualdade, já que neles convivem os multifacetários matizes da população: abertos a todos e compartilhados por todos, mesmo os "indesejáveis", sem discriminação de classe, raça, gênero, credo ou moda. 4. Em vez de resíduo, mancha ou zona morta - bolsões vazios e inúteis, verdadeiras pedras no caminho da plena e absoluta explorabilidade imobiliária, a estorvarem aquilo que seria o destino inevitável do adensamento -, os espaços públicos urbanos cumprem, muito ao contrário, relevantes funções de caráter social (recreação cultural e esportiva), político (palco de manifestações e protestos populares), estético (embelezamento da paisagem artificial e natural), sanitário (ilhas de tranquilidade, de simples contemplação ou de escape da algazarra de multidões de gente e veículos) e ecológico (refúgio para a biodiversidade local). Daí o dever não discricionário do administrador de instituí-los e



conservá-los adequadamente, como elementos indispensáveis ao direito à cidade sustentável, que envolve, simultaneamente, os interesses das gerações presentes e futuras, consoante o art. 2º, I, da Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade). [...] 8. Recurso Especial não provido. (Superior Tribunal de Justiça – Segunda Turma/ REsp 1.135.807/RS/ Relator: Ministro Herman Benjamin/ Julgado em 15.04.2010/ Publicado no DJe em 08.03.2012)

O domínio em apreço é caracterizado por ser fruto da interferência humana, logo, “aquele meio-ambiente trabalhado, alterado e modificado, em sua substância, pelo homem, é um meio-ambiente artificial” (BRITO, 2013). Como robusto instrumento legislativo de tutela do meio ambiente artificial, pode-se citar a Lei Nº. 10.257, de 10 de Julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, conhecido como “Estatuto da Cidade”, estabelece os regramentos e princípios influenciadores da implementação da política urbana. Nesta esteira, cuida trazer à colação o entendimento firmado por Fiorillo (2012, p. 467), em especial quando destaca que o diploma legislativo em apreço “deu relevância particular, no âmbito do planejamento municipal, tanto ao plano diretor (art. 4º, III, a, bem como arts. 39 a 42 do Estatuto) como à disciplina do parcelamento, uso e ocupação do solo”.

Com efeito, um dos objetivos da política de desenvolvimento urbano previsto no artigo 182 da Constituição Federal, são as funções sociais da cidade, que se realizam quando consegue propiciar ao cidadão qualidade de vida, com concretização dos direitos fundamentais, e em consonância com o que disciplina o artigo 225 da Carta Magna, que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. E as funções sociais da cidade se concretizam quando o Poder Público consegue dispensar ao cidadão o direito à habitação, à livre circulação, ao lazer e ao trabalho. Ora, “dado ao conteúdo pertinente ao meio ambiente artificial, este em muito relaciona-se à dinâmica das cidades. Desse modo, não há como desvinculá-lo do conceito de direito à sadia qualidade de vida”



(FIORILLO, 2012, p. 549), tal como o direito á satisfação dos valores da dignidade humana e da própria vida.

Nesta esteira, o parcelamento urbanístico do solo tem por escopo efetivar o cumprimento das funções sociais da sociedade, fixando regramentos para melhor aproveitamento do espaço urbano e, com isso, a obtenção da sadia qualidade de vida, enquanto valor agasalhado pelo princípio do meio ecologicamente equilibrado, preceituado na Carta de 1988. Neste sentido, colacionar se faz premente o entendimento jurisprudencial que:

Ementa: Apelação Cível. Direito Público. Município de Caxias do Sul. Planejamento Urbanístico. Estatuto da Cidade. Plano Diretor. Código de Posturas Municipal. Construção de Passeio Público. Meio Ambiente Artificial. O passeio público deve estar em conformidade com a legislação municipal, sobretudo com o Código de Posturas do Município e o Plano Diretor. Tal faz parte da política de desenvolvimento municipal, com o adequado planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano, nos exatos termos em que disciplina a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional que regulamenta a matéria. A prova pericial carreada aos autos demonstra a total viabilidade de adequação do passeio público de frente à residência dos autores, não se podendo admitir que eventual prejuízo causado aos demais réus, moradores vizinhos, que utilizam a área para acesso à sua residência, venha a ser motivo para a não regularização da área, de acordo com o planejamento municipal em termos de desenvolvimento urbano. Eventual desgaste entre os autores e seus vizinhos deverá ser resolvido em demanda própria que não esta. Se os vizinhos dos demandantes utilizam o passeio público em frente à residência dos autores como entrada de suas casas, terão que deixar de fazê-lo e também se adequarem ao que disciplina a lei. O que não pode é o Município ser proibido de fiscalizar e de fazer cumprir com legislação que é, ou deveria ser, aplicável a todos. Recurso Provido. (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Primeira Câmara Cível/ Apelação Cível Nº 70038560991/ Relator: Desembargador Carlos Roberto Lofego Canibal/ Julgado em 11.05.2011).

Ementa: Administrativo. Poluição Visual. Propaganda em meio aberto (frontlights, moving signs, outdoors). Ilegalidade. 1. Cabe ao Município regular e policiar a propaganda em meio aberto, seja qual for o veículo (frontlights, moving signs, outdoors), pois tal atividade é altamente nociva ao meio ambiente artificial e, no caso da cidade de Porto Alegre, provocou grosseira poluição visual, de acordo com a prova técnica. É necessária prévia licença para expor propaganda no meio aberto e a prova revelou que as empresas exploradoras dessa atividade econômica não se ocuparam em cumprir a lei. Demonstrado o dano ao meio ambiente, devem os responsáveis indenizá-lo, fixando-se o valor da reparação pecuniária em



valor módico. Por outro lado, mostra-se prematura a fixação de multa ante a necessidade de examinar caso a caso as hipóteses de remoção na execução. 2. Apelações das rés desprovidas e apelação do município provida em parte. (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Quarta Câmara Cível/ Apelação Cível Nº 70011527215/ Relator: Desembargador Araken de Assis/ Julgado em 30.11.2005).

Assim, é plenamente possível traçar um íntimo liame entre o conceito de cidade e os próprios paradigmas integrantes do meio ambiente artificial. Ora, não é possível olvidar que o meio ambiente artificial é o local, via de regra, em que o ser humano se desenvolve, enquanto indivíduo sociável, objetivando-se a sadia qualidade de vida nos espaços habitados. Deste modo, temas como a poluição sonora ou mesmo visual se revelam dotados de grande relevância, eis que afetam ao complexo equilíbrio existente no meio ambiente urbano, prejudicando, direta ou indiretamente, a saúde, a segurança e o bem-estar da população, tal como a criar condições adversas às atividades dotadas de cunho social e econômico ou mesmo afetando as condições estéticas ou sanitárias em que são estabelecidas.

5 Comentários ao Meio Ambiente Cultural

Em sede de comentários introdutórios, cuida salientar que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, cuja acepção compreende aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, fossilífero, turístico, científico, refletindo as características de uma determinada sociedade. Quadra anotar que a cultura identifica as sociedades humanas, sendo formada pela história e maciçamente influenciada pela natureza, como localização geográfica e clima. Com efeito, o meio ambiente cultural decorre de uma intensa interação entre homem e natureza, porquanto aquele constrói o seu meio, e toda sua atividade e percepção são conformadas pela sua cultura. “A cultura brasileira é o resultado daquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e



escravos africanos” (BROLLO, 2006, p. 15-16). Desta maneira, a proteção do patrimônio cultural se revela como instrumento robusto da sobrevivência da própria sociedade.

Nesta toada, ao se analisar o meio ambiente cultural, enquanto complexo macrossistema, é perceptível que é algo incorpóreo, abstrato, fluído, constituído por bens culturais materiais e imateriais portadores de referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira. Meirelles anota que “o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional abrange todos os bens moveis e imóveis, existentes no País, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da História pátria ou por seu excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico e ambiental” (MEIRELLES, 2012, p. 634). Quadra anotar, por imperioso, que os bens compreendidos pelo patrimônio cultural compreendem tanto as realizações antrópicas como obras da Natureza; preciosidades do passado e obras contemporâneas.

Nesta esteira, é possível subclassificar o meio ambiente cultural em duas espécies distintas, quais sejam: uma concreta e outra abstrata. Neste passo, o meio ambiente cultural concreto, também denominado material, se revela materializado quando está transfigurado em um objeto classificado como elemento integrante do meio ambiente humano. Assim, é possível citar os prédios, as construções, os monumentos arquitetônicos, as estações, os museus e os parques, que albergam em si a qualidade de ponto turístico, artístico, paisagístico, arquitetônico ou histórico. Os exemplos citados alhures, em razão de todos os predicados que ostentam, são denominados de meio ambiente cultural concreto. Acerca do tema em comento, é possível citar o robusto entendimento jurisprudencial firmado pelo Ministro Ruy Rosado de Aguiar, ao apreciar o Recurso Especial N° 115.599/RS:

Ementa: Meio Ambiente. Patrimônio cultural. Destruição de dunas em sítios arqueológicos. Responsabilidade civil. Indenização. O autor da destruição de dunas que encobriam sítios arqueológicos deve indenizar pelos prejuízos causados ao meio ambiente, especificamente ao meio ambiente natural (dunas) e ao meio ambiente cultural (jazidas arqueológicas com cerâmica indígena da Fase Vieira). Recurso conhecido em parte e provido. (Superior



Tribunal de Justiça – Quarta Turma/ REsp 115.599/RS/ Relator: Ministro Ruy Rosado de Aguiar/ Julgado em 27.06.2002/ Publicado no Diário da Justiça em 02.09.2002, p. 192).

Diz-se, de outro modo, o meio ambiente cultural abstrato, chamado, ainda, de imaterial, quando este não se apresenta materializado no meio ambiente humano, sendo, deste modo, considerado como a cultura de um povo ou mesmo de uma determinada comunidade. Da mesma maneira, são alcançados por tal acepção a língua e suas variações regionais, os costumes, os modos e como as pessoas relacionam-se, as produções acadêmicas, literárias e científicas, as manifestações decorrentes de cada identidade nacional e/ou regional. Neste sentido, é possível colacionar o entendimento firmado pelo Tribunal Regional Federal da Segunda Região, quando, ao apreciar a Apelação Cível N° 2005251015239518, firmou entendimento que “expressões tradicionais e termos de uso corrente, trivial e disseminado, reproduzidos em dicionários, integram o patrimônio cultural de um povo” (BRASIL, 2013h). Esses aspectos constituem, sem distinção, abstratamente o meio-ambiente cultural. “O patrimônio cultural imaterial transmite-se de geração a geração e é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente” (BROLLO, 2006, p. 33), decorrendo da interação com a natureza e dos acontecimentos históricos que permeiam a população.

O Decreto Nº. 3.551, de 04 de Agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências, consiste em instrumento efetivo para a preservação dos bens imateriais que integram o meio ambiente cultural. Como bem aponta Brollo (2006, p. 33), em seu magistério, o aludido decreto não instituiu apenas o registro de bens culturais de natureza imaterial que integram o patrimônio cultural brasileiro, mas também estruturou uma política de inventariança, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Ejeta-se, segundo o entendimento firmado por Fiorillo (2012, p. 80), que os bens que constituem o denominado patrimônio cultural consiste na materialização da história de um povo, de todo o caminho de sua formação e reafirmação de seus



valores culturais, os quais têm o condão de substancializar a identidade e a cidadania dos indivíduos inseridos em uma determinada comunidade. Necessário faz-se salientar que o meio ambiente cultural, conquanto seja artificial, difere-se do meio ambiente humano em razão do aspecto cultural que o caracteriza, sendo dotado de valor especial, notadamente em decorrência de produzir um sentimento de identidade no grupo em que encontra inserido, bem como é propiciada a constante evolução fomentada pela atenção à diversidade e à criatividade humana.

6 Anotações ao Meio Ambiente do Trabalho

Inicialmente, o homem passou a integrar, de maneira plena, o meio ambiente no percurso para o desenvolvimento sustentável consagrado pela nova ordem ambiente mundial. Com efeito, consequência disto está alicerçada na consideração de que o meio ambiente do trabalho integra também o conceito abrangente de ambiente, de maneira que deve ser considerado como bem que reclama proteção dos diplomas normativos para que o trabalhador possa usufruir de uma melhor qualidade de vida. Trata-se de concreção dos direitos do trabalhador o de ter minorado os riscos inerentes ao trabalho, por meio de ordenanças de saúde, higiene e segurança, demonstrando uma contemporânea posição em relação ao tema, de modo que as questões atinentes ao meio ambiente do trabalho ultrapassam a questão de saúde dos próprios trabalhadores, inundando toda a sociedade.

O meio ambiente do trabalho, doutrinariamente reconhecido, é o local em que os indivíduos desempenham suas atividades laborais, independente dessas serem remuneradas ou não, cujo equilíbrio encontra-se estruturado na salubridade do ambiente e na ausência de agentes que possam comprometer a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores, independente da condição que apresentem. Cuida salientar, com bastante ênfase, que, consoante as ponderações de Brollo (2006, p.



17), “o meio ambiente do trabalho configura o conjunto das condições de produção nas quais a força de trabalho e o capital se transformam em mercadorias e benefícios”. Ao lado disso Fiorillo (2012, p. 614), com bastante pertinência, evidencia que “no tocante à matéria relativa ao meio ambiente do trabalho, continua ela a ser basicamente regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho e pela Portaria n. 3.214/78, que aprova diversas normas regulamentadoras”, estabelecendo, via de consequência, normas que regem a segurança e medicina do trabalho.

Ora, salta aos olhos que o cerne da questão do aspecto em comento encontra arrimo na premissa que o ambiente laboral é o lugar em que o trabalhador passa considerável parte de sua existência e, portanto, a higidez daquele influencia, de maneira determinante a sadia qualidade da vida humana. Denota-se, desta sorte, que o meio ambiente laboral ambiciona garantir a sadia qualidade de vida, o qual se desdobra em saúde e segurança do trabalhador, sendo que o enfoque constitucional dispensado ao tema em testilha ostenta aspecto essencialmente preventivo, já que objetiva reduzir riscos à saúde e à segurança. “Nesse caso, o ambiente do trabalho a ser preservado é aquele que não represente risco nem à saúde, nem à segurança do trabalhador e que, acima de tudo, assegure a sua dignidade” (2006, p. 17).

Inferre-se que a Carta da República de 1988, ao dispor acerca do meio ambiente e seus distintos aspectos, adotou dois objetos diversos, a saber: um imediato consistente na manutenção da qualidade do meio ambiente e de todos os plurais elementos que o constituem, e outro mediato que se manifesta na saúde, segurança e bem-estar do cidadão, expressado, de maneira robusta, nas locuções vida em todas as suas formas e em qualidade de vida, consagrados nas redações do artigo 3º, inciso I, da Lei Nº. 6.938/1981 e artigo 225, *caput*, da Constituição Federal. No mais, a acepção que deve envolver o meio ambiente laboral deve ser ampla e irrestrita, vez que alcança todo trabalhador, remunerada ou não, o qual detém proteção constitucional de um ambiente de trabalho adequado e seguro, sendo elemento indispensável à digna e sadia qualidade de vida.



No mais, o bem ambiental alcança a vida do trabalhador como pessoa e integrante da sociedade, devendo ser preservado por meio da estruturação de instrumentos adequados referentes a condições de trabalho, higiene e medicina do trabalho. Incumbe, primeiramente, ao empregador a obrigação de salvaguardar e proteger o meio ambiente laboral e, ao Estado e à sociedade, promover a fiscalização carecida para materializar a incolumidade desse bem. Ora, como fundamentos do Estado Democrático de Direito e da ordem econômica, não é possível olvidar que o Texto Constitucional coloca em realce os valores sociais do trabalho, a dignidade da pessoa humana e o respeito ao meio ambiente, em sentido amplo e abrangente.

Não obstante a proteção constitucional ao meio ambiente do trabalho, no plano internacional, o Brasil também é signatário da Convenção nº 162 da Organização Internacional do Trabalho, a qual adota medidas de proteção e prevenção, a fim de possibilitar a utilização do asbesto/amianto com segurança. Esta convenção impõe restrições ao uso do amianto e sugere a sua substituição por materiais que não causem danos à saúde. Trata-se de norma internacional, de recepção supralegal no ordenamento jurídico pátrio, aplicada a todas as atividades que exponham trabalhadores ao amianto no desempenho de suas tarefas. A título de *obiter dictum*, deve-se levar em conta que o meio ambiente laboral seguro e saudável bem como a preservação da integridade física do trabalhador são direitos que encontram amparo no próprio texto constitucional, passando, por extensão, a conformar a aplicação dos diplomas normativos, com o escopo de materializar tal proteção.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À sombra das ponderações estruturadas até o momento, denota-se que a acepção conceitual do vocábulo meio ambiente, no ordenamento jurídico pátrio,



apresenta fluidez e dinamicidade, em razão dos múltiplos aspectos que sustentam a visão dispensada acerca do tema. Dada à fluidez do tema, é possível colocar em evidência que o meio ambiente encontra íntima e umbilical relação com os componentes que cercam o ser humano, os quais são de imprescindível relevância para a sua existência. Trata-se da conjunção de diversas facetas de um mesmo assunto, as quais apresentam aspecto de interdependência entre si, notadamente com o escopo de projetar a concreção da dignidade da pessoa humana, tal como o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo. Ora, compete ao Poder Público, desta feita, envidar esforços para a preservação e manutenção do meio ambiente em suas plurais manifestações (natural, artificial, cultural e laboral), a fim de possibilitar o desenvolvimento pleno do ser humano, inclusive suas potencialidades.

Tal fato encontra como arrimo a premissa que foi reconhecida ao gênero humano o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao gozo de condições de vida adequada, em ambiente que permita desenvolver todas as suas potencialidades em clima de dignidade e bem-estar. Pode-se considerar como um direito transgeracional, ou seja, ultrapassa as gerações, logo, é viável afirmar que o meio ambiente é um direito público subjetivo. Desta feita, o ideário de que o meio ambiente substancializa patrimônio público a ser imperiosamente assegurado e protegido pelos organismos sociais e pelas instituições estatais, qualificando verdadeiro encargo irrenunciável que se impõe, objetivando sempre o benefício das presentes e das futuras gerações, incumbindo tanto ao Poder Público quanto à coletividade considerada em si mesma, reclamando proteção para a preservação do indivíduo.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 21 ed. atual. São Paulo: Editora Malheiros Ltda., 2007.



BRASIL. **Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16 abr. 2013a.

_____. **Decreto Nº 3.551, de 04 de Agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16 abr. 2013b.

_____. **Lei Nº. 6.938, de 31 de Agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16 abr. 2013c.

_____. **Lei Nº. 10.257, de 10 de Julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 abr. 2013d.

_____. **Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em 16 abr. 2013e.

_____. **Supremo Tribunal Federal.** Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em 16 abr. 2013f.

_____. **Tribunal Regional Federal da Primeira Região.** Disponível em: <www.trf1.jus.br>. Acesso em 16 abr. 2013g.

_____. **Tribunal Regional Federal da Segunda Região.** Disponível em: <www.trf2.jus.br>. Acesso em 16 abr. 2013h.

BRITO, Fernando de Azevedo Alves. A hodierna classificação do meio-ambiente, o seu remodelamento e a problemática sobre a existência ou a inexistência das classes do meio-ambiente do trabalho e do meio-ambiente misto. **Boletim Jurídico**, Uberaba, ano 5, n. 968. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br>>. Acesso em 16 abr. 2013

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 13 ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**, 38 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.



MINAS GERAIS (ESTADO). **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>. Acesso em 16 abr. 2013

MOTTA, Sylvio; DOUGLAS, Willian. **Direito Constitucional – Teoria, Jurisprudência e 1.000 Questões** 15 ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2004.

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em 16 abr. 2013

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental: Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental: Conforme o Novo Código Florestal e a Lei Complementar 140/2011**. 2 ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2012.

VERDAN, Tauã Lima. Princípio da Legalidade: Corolário do Direito Penal. **Jurid Publicações Eletrônicas**, Bauru, 22 jun. 2009. Disponível em: <<http://jornal.jurid.com.br>>. Acesso em 16 abr. 2013.



O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO ORDENAMENTO BRASILEIRO: A CONSOLIDAÇÃO DOS VALORES DE VULNERABILIDADE

TEIXEIRA, Eriane Araújo¹

VERDAN, Tauã Lima²

FARIAS, Karina dos Reis³

ARAÚJO, André⁴

Resumo

É possível salientar que a inclusão da proteção do consumidor no Texto Constitucional reflete a influência dos preceitos axiológicos irradiados pelos direitos de terceira dimensão, objetivando conferir àquele a proteção como um direito fundamental, implicitamente, reconheceu a vulnerabilidade do consumidor na relação de consumo. Foi, justamente, no princípio da vulnerabilidade do consumidor que o movimento consumerista se baseou para chegar a atual legislação protetora. Trata-se de sedimento axiológico utilizado para aplicar as normas consumeristas de maneira harmoniosa com a realidade concreta, conferindo-lhe instrumentalidade para iluminar a aplicação daquelas de modo protetivo e reequilibrado, promovendo a igualdade e a justiça equitativa. Com efeito, a proteção e defesa do consumidor, no atual cenário de garantismo propiciado pelo Texto Constitucional, se revelam como mecanismo de materialização de salvaguarda dos direitos difusos e coletivos.

Palavras-Chave: Proteção do Consumidor; Princípio da Vulnerabilidade; Influência dos Direitos de Terceira Dimensão.

1 Bacharela em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, erianeateixeira@gmail.com;

2 Bolsista CAPES. Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), linha de Pesquisa Conflitos Urbanos, Rurais e Socioambientais. Especializando em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Gama Filho. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, taua_verdan2@hotmail.com;

3 Bacharela em Direito pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Integrante da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, k.arinareis@hotmail.com;

4 Professor Orientador. Coordenador da Linha de Pesquisa “Mineração e Meio Ambiente” do Grupo de Pesquisa e Estudos “A Constitucionalização dos Direitos” do Centro Universitário São Camilo-ES, andrearaujo@saocamilo-es.br;

Cachoeiro de Itapemirim-ES, março de 2013.



1 A Valoração dos Princípios no Ordenamento Brasileiro: Comentários à proeminência da Doutrina Pós-Positivista na Interpretação e Aplicação dos Diplomas Legislativos

Em sede de ponderações introdutórias, ao se esmiuçar a influência do fenômeno pós-positivista, nos ordenamentos jurídicos, imperioso faz-se lançar mão dos ensinamentos apresentados por Marquesi (2004), em especial quando assinala que os postulados e dogmas se afiguram como a gênese, o ponto de partida ou mesmo o primeiro momento da existência de algo. Ao lado disso, salientar faz-se necessário que os princípios se apresentam como verdades fundamentais, que suportam ou asseguram a certeza de uma gama de juízos e valores que norteiam as aplicações das normas diante da situação concreta, adequando o texto frio, abstrato e genérico, às nuances e particularidades apresentadas pela interação e dinamismo propiciado pelo ser humano nos arranjos complexos da contemporaneidade. Objetiva, por conseguinte, com a valoração dos princípios vedar a exacerbação errônea do texto da lei, conferindo-lhe dinamicidade ao apreciar as questões colocadas em análise. Desta maneira, os corolários e cânones se apresentam como instrumentos que visam manter a contemporaneidade do ordenamento jurídico aos fatos concretos apresentados pela sociedade.

Com supedâneo em tais ideários, salientar faz-se patente que os dogmas, valorados pelas linhas do pós-positivismo, são responsáveis por fundar o Ordenamento Jurídico e atuar como normas vinculantes, verdadeiras flâmulas desfraldadas na interpretação do Ordenamento Jurídico. Desta sorte, insta obtemperar que “conhecê-los é penetrar o âmago da realidade jurídica. Toda sociedade politicamente organizada baseia-se numa tábua principiológica” (MARQUESI, 2004), que sofre maciça alteração e evolução, influenciada, de maneira determinante, pelos aspectos culturais e o pensamento que norteia a sociedade. Nesta toada, em razão do aspecto essencial que apresentam, os preceitos podem variar, de maneira robusta, adequando-se à realidade vigorante em



cada Estado, ou seja, os corolários são resultantes dos anseios explicitados em cada população, refletindo os anseios sociais e as carências vivenciadas pela população, em determinado período histórico. Entrementes, o que assegura a característica fundante dos axiomas é o fato serem alçados ao patamar de preceito basilar, escrito pelos representantes da nação ou, ainda, adotados como regramento costumeiro, aderido, democraticamente, pela população.

Nesta senda, os dogmas que são salvaguardados pela Ciência Jurídica passam a ser erigidos à condição de elementos que compreendem em seu bojo oferta de uma abrangência mais versátil, contemplando, de maneira singular, as múltiplas espécies normativas que integram o ordenamento pátrio. Ao lado do apresentado, com fortes cores e traços grossos, há que se evidenciar que tais mandamentos passam a figurar como super-normas, isto é, “preceitos que exprimem valor e, por tal fato, são como pontos de referências para as demais, que desdobram de seu conteúdo” (VERDAN, 2009). Os corolários passam a figurar como verdadeiros pilares sobre os quais o arcabouço teórico que compõe o Direito estrutura-se, segundo a brilhante exposição de Tovar (2005). Com efeito, tais valores são fortemente observados na elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que, ao abarcar um sucedâneo de princípios e corolários, buscou acampar temas diversos, dotados de proeminência e importância no ordenamento pátrio, dentre os quais é possível colocar em evidência a proteção e defesa do consumidor, enquanto reflexo dos direitos humanos de terceira dimensão.

2 Breve Esboço Histórico acerca da Construção dos Direitos Humanos: Consolidação dos Direitos de Primeira e Segunda Dimensão

Ao ter como sedimento as ponderações estruturadas até o momento, notadamente às concernentes à proteção e defesa do consumidor, enquanto bastião sustentador do ordenamento brasileiro, necessário se faz abordar, de maneira maciça, a evolução dos direitos humanos, os quais deram azo ao manancial de



direitos e garantias fundamentais. Sobreleva salientar que os direitos humanos decorrem de uma construção paulatina, consistindo em uma afirmação e consolidação em determinado período histórico da humanidade. “A evolução histórica dos direitos inerentes à pessoa humana também é lenta e gradual. Não são reconhecidos ou construídos todos de uma vez, mas sim conforme a própria experiência da vida humana em sociedade”, como bem observam Siqueira e Piccirillo (2009). À sombra de tais comentários, cuida destacar que aludida construção não se encontra finalizada, ao reverso, a marcha evolutiva rumo à conquista de direitos está em pleno desenvolvimento, fomentado, de maneira substancial, pela difusão das informações propiciada pelos atuais meios de tecnologia, os quais permitem o florescimento de novos direitos, alargando, com bastante substância, deste modo, a rubrica dos temas associados aos direitos humanos.

Neste passo, ao se estruturar uma análise histórica à construção dos direitos humanos, é possível rememorar ao terceiro século antes de Cristo, no antigo Egito e na Mesopotâmia, quando eram difundidos determinados direitos, inerentes a todos os indivíduos, cujo escopo era imunizar o homem contra as vontades arbitrárias daqueles que detinham o poder. Tal direito era superior e anterior às leis escritas, estava acima da vontade e jactância dos soberanos, pois se tratava de um direito natural, patrimônio de todos os serem humanos, como bem observa, em suas ponderações, Alexandre de Moraes (2003, p. 25). Ainda nesta toada, nas *polis* gregas, notadamente na cidade-Estado de Atenas, é verificável, também, a edificação e o reconhecimento de direitos basilares ao cidadão, dentre os quais sobressai a liberdade e igualdade dos homens. Deste modo, é observável o surgimento, na Grécia, da concepção de um direito natural, superior ao direito positivo, ancorado na distinção entre lei e particular, “sendo aquela que cada povo dá a si mesmo e lei comum que consiste na possibilidade de distinguir entre o que é justo e o que é injusto pela própria natureza humana” (SIQUEIRA; PICCIRILLO, 2009). Quadra assinalar, doutra maneira, que os direitos reconhecidos não eram



estendidos aos escravos e às mulheres, pois eram dotes destinados, exclusivamente, aos cidadãos homens, como bem evidencia Moraes (2003, p. 25), cuja acepção excluía aqueles.

O período medieval, por sua vez, foi caracterizado pela maciça descentralização política, isto é, a coexistência de múltiplos centros de poder, influenciados pelo cristianismo e pelo feudalismo, motivado pela dificuldade de praticas atividade comercial. A sociedade, no medievo, estava dividida em três estamentos, quais sejam: o clero, cuja função primordial estava assentada na oração e pregação; os nobres, a quem incumbiam à proteção dos territórios; e, os servos, com a obrigação de trabalhar para o sustento de todos. Neste período, é observável a difusão de documentos escritos reconhecendo direitos a determinados estamentos, mormente por meio de forais ou cartas de franquia. Dentre estes documentos, é possível mencionar a *Magna Charta Libertati* (Carta Magna), outorgada, na Inglaterra, por João Sem Terra, em 15 de junho de 1215, decorrente das pressões exercidas pelos barões em razão do aumento de exações fiscais para financiar a estruturação de campanhas bélicas, como bem explicita Comparato (2003, p. 71-72). A Carta de João sem Terra acampou uma série de restrições ao poder do Estado, conferindo direitos e liberdades ao cidadão, como, por exemplo, restrições tributárias, proporcionalidade entre a pena e o delito e devido processo legal.

Na Inglaterra, durante a Idade Moderna, outros documentos, com clara feição humanista, foram promulgados, dentre os quais é possível mencionar o *Petition of Right*, de 1628, que estabelecia limitações ao poder de instituir e cobrar tributos do Estado, tal como o julgamento pelos pares para a privação da liberdade e a proibição de detenções arbitrárias, como bem observa Ferreira Filho (2004, p. 12). Por sua vez, o *Habeas Corpus Act*, de 1679, lei que criou o *habeas corpus*, determinando que um indivíduo que estivesse preso poderia obter a liberdade através de um documento escrito que seria encaminhado ao lorde-chanceler ou ao juiz que lhe concederia a liberdade provisória, ficando o acusado, apenas,



comprometido a apresentar-se em juízo quando solicitado. Cuida salientar que aludida norma foi fonte de inspiração para maciça parte dos ordenamentos jurídicos contemporâneos, como bem enfoca Comparato (2003, p. 89-90). Enfim, múltiplos foram os documentos surgidos no velho continente que trouxeram o refulgir de novos dias, estabelecendo, aos poucos, os pilares de uma transição entre o autoritarismo e o absolutismo estatal para uma época de reconhecimento dos direitos humanos fundamentais, segundo pondera Moraes (2003, p. 25-27).

As treze colônias inglesas, instaladas no recém-descoberto continente americano, em busca de liberdade religiosa, organizaram-se e desenvolveram-se social, econômica e politicamente. Neste cenário, foram elaborados diversos textos que objetivavam definir os direitos pertencentes aos colonos, dentre os quais é possível realçar a Declaração do Bom Povo da Virgínia, de 1776. O mencionado texto é farto em estabelecer direitos e liberdade, pois limitou o poder estatal, reafirmou o poderio do povo, seu verdadeiro detentor, e trouxe certas particularidades como a liberdade de imprensa, por exemplo. Como bem destaca Comparato (2003, p. 49), a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia afirmava que os seres humanos são livres e independentes, possuindo direitos inatos, tais como a vida, a liberdade, a propriedade, a felicidade e a segurança, registrando o início do nascimento dos direitos humanos na história. “Basicamente, a Declaração preocupa-se com a estrutura de um governo democrático, com um sistema de limitação de poderes”, como bem anota José Afonso da Silva (2004, p 155).

Diferente dos textos ingleses, que, até aquele momento preocupavam-se, essencialmente, em limitar o poder do soberano, proteger os indivíduos e exaltar a superioridade do Parlamento, esse documento, trouxe avanço e progresso marcante, pois estabeleceu a viés a ser alcançada naquele futuro, qual seja, a democracia. Em 1791, foi ratificada a Constituição dos Estados Unidos da América. Inicialmente, o documento não mencionava os direitos fundamentais, todavia, para que fosse aprovado, o texto necessitava da ratificação de, pelo menos, nove das



treze colônias. Estas concordaram em abnegar de sua soberania, cedendo-a para formação da Federação, desde que constasse, no texto constitucional, a divisão e a limitação do poder e os direitos humanos fundamentais, conforme obtempera Silva (2004, p. 155). Assim, surgiram as primeiras dez emendas ao texto, acrescentando-se a ele os seguintes direitos fundamentais: igualdade, liberdade, propriedade, segurança, resistência à opressão, associação política, princípio da legalidade, princípio da reserva legal e anterioridade em matéria penal, princípio da presunção da inocência, da liberdade religiosa, da livre manifestação do pensamento, como bem anota Moraes (2003, p. 28), em seu magistério.

No século XVIII, é verificável a instalação de um momento de crise no continente europeu, porquanto a classe burguesa que emergia, com grande poderio econômico, não participava da vida pública, pois inexistia, por parte dos governantes, a observância dos direitos fundamentais, até então construídos. Ao lado disso, cuida destacar que os burgueses, por meio da tributação, eram obrigados a sustentar os privilégios das minorias que detinham o poder. Com efeito, a disparidade existente, aliado ao achatamento da nova classe que surgia, em especial no que concerne aos tributos cobrados, produzia uma robusta insatisfação na órbita política, consoante sublinha Cotrim (2010, p. 146-150). Tal situação também era verificada com a população pobre, que, vinda das regiões rurais, passa a ser, nos centros urbanos, explorada em fábricas, morava em subúrbios sem higiene, era mal alimentada e, do pouco que lhe sobejava, tinha que tributar à Corte para que esta gastasse com seus supérfluos interesses. Essas duas subclasses uniram-se e fomentaram o sentimento de contenda contra os detentores do poder, protestos e aclamações públicas tomaram conta da França.

Em meados de 1789, em meio a um cenário caótico de insatisfação por parte das classes sociais exploradas, notadamente para manterem os interesses dos detentores do poder, implode a Revolução Francesa, que culminou com a queda da Bastilha e a tomada do poder pelos revoltosos, os quais estabeleceram, pouco tempo depois, a Assembleia Nacional Constituinte. Esta suprimiu os direitos das



minorias, as imunidades estatais e proclamou a Declaração dos Direitos dos Homens e Cidadão que, ao contrário da Declaração do Bom Povo da Virgínia, que tinha um enfoque regionalista, voltado, exclusivamente aos interesses de seu povo, foi tida com abstrata, segundo ensinamento de Silva (2004, p. 157), e, por isso, universalista. Ressalta-se que a Declaração Francesa possuía três características: intelectualismo, mundialismo e individualismo. A primeira pressupunha que as garantias de direito dos homens e a entrega do poder nas mãos da população era obra e graça do intelecto humano; a segunda característica referia-se ao alcance dos direitos conquistados, pois, apenas, eles não salvaguardariam o povo francês, mas se estenderiam a todos os povos. Por derradeiro, a terceira característica referia-se ao seu caráter, iminentemente individual, não se preocupando com direitos de natureza coletiva, tais como as liberdades associativas ou de reunião. No bojo da declaração, emergidos nos seus dezessete artigos, estão proclamados os corolários e cânones da liberdade, da igualdade, da propriedade, da legalidade e as demais garantias individuais.

Com o advento da Revolução Industrial, é verificável no continente europeu, precipuamente, a instalação de um cenário pautado na exploração do proletariado. O contingente de trabalhadores não estava restrito apenas a adultos, mas sim alcançava até crianças, os quais eram expostos a condições degradantes, em fábricas sem nenhuma, ou quase nenhuma, higiene, mal iluminadas e úmidas. Salienta-se que, além dessa conjuntura, os trabalhadores eram submetidos a cargas horárias extenuantes, compensadas, unicamente, por um salário miserável. O Estado Liberal absteve-se de se imiscuir na economia e, com o beneplácito de sua omissão, assistiu a classe burguesa explorar e “coisificar” a massa trabalhadora, reduzindo seres humanos a meros objetos sujeitos a lei da oferta e procura. O Capitalismo selvagem, que operava, nessa época, enriqueceu uns poucos, mas subjugou a maioria (COTRIM, 2010, p. 160). A massa de trabalhadores e desempregados vivia em situação de robusta penúria, ao passo que os burgueses ostentavam desmedida opulência.



Na vereda rumo à conquista dos direitos fundamentais, econômicos e sociais, surgiram alguns textos de grande relevância, os quais combatiam a exploração desmedida propiciada pelo capitalismo. É possível citar, em um primeiro momento, como proeminente documento elaborado durante este período, a Declaração de Direitos da Constituição Francesa de 1848, que apresentou uma ampliação em termos de direitos humanos fundamentais. “Além dos direitos humanos tradicionais, em seu art. 13 previa, como direitos dos cidadãos garantidos pela Constituição, a liberdade do trabalho e da indústria, a assistência aos desempregados” (SANTOS, 2003). Posteriormente, em 1917, a Constituição Mexicana, em seu texto, como bem observa Moraes (2003, p. 30), limitou a carga horária diária do trabalho, além de estabelecer a obrigatoriedade da educação primária básica.

A Constituição Alemã de Weimar, datada de 1919, trouxe grandes avanços nos direitos socioeconômicos, pois previu a proteção do Estado ao trabalho, a liberdade de associação, melhores condições de trabalho e de vida e o sistema de seguridade social para a conservação da saúde, capacidade para o trabalho e para a proteção à maternidade. Além dos direitos sociais expressamente insculpidos, a Constituição de Weimar apresentou robusta moldura no que concerne à defesa dos direitos dos trabalhadores, primordialmente “ao instituir que o Império procuraria obter uma regulamentação internacional da situação jurídica dos trabalhadores que assegurasse ao conjunto da classe operária da humanidade, um mínimo de direitos sociais” (SANTOS, 2003), tal como estabelecer que os operários e empregados seriam chamados a colaborar com os patrões, na regulamentação dos salários e das condições de trabalho, bem como no desenvolvimento das forças produtivas.

No campo socialista, destaca-se a Constituição do Povo Trabalhador e Explorado, elaborada pela antiga União Soviética, como explicita Ferreira Filho (2004, p. 46-47). Esse Diploma Legal possuía ideias revolucionárias e propagandistas, pois não enunciava, propriamente, direitos, mas princípios, tais



como a abolição da propriedade privada, o confisco dos bancos, dentre outras. A Carta do Trabalho, elaborada pelo Estado Fascista Italiano, em 1927, trouxe inúmeras inovações na relação laboral. Dentre as inovações introduzidas, é possível destacar a liberdade sindical, magistratura do trabalho, possibilidade de contratos coletivos de trabalho, maior proporcionalidade de retribuição financeira em relação ao trabalho, remuneração especial ao trabalho noturno, garantia do repouso semanal remunerado, previsão de férias após um ano de serviço ininterrupto, indenização em virtude de dispensa arbitrária ou sem justa causa, previsão de previdência, assistência, educação e instrução sociais.

Nota-se, assim, que, aos poucos, o Estado saiu da apatia e envolveu-se nas relações de natureza econômica, a fim de garantir a efetivação dos direitos fundamentais econômicos e sociais. Como se percebe, a marcha dos direitos humanos fundamentais rumo às sendas da História é paulatina e constante. Ao lado disso, a doutrina dos direitos fundamentais apresenta uma ampla capacidade de incorporar desafios, tanto é assim que “sua primeira geração enfrentou problemas do arbítrio governamental, com as liberdades públicas, a segunda, o dos extremos desníveis sociais, com os direitos econômicos e sociais”, como bem evidencia Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2004, p. 47).

3 A Concreção da Proteção do Consumidor na Constituição de 1988: A Inspiração dos Direitos de Terceira Dimensão

Conforme fora visto, os direitos humanos originaram-se ao longo da História e permanecem em constante evolução, haja vista o surgimento de novos interesses e carências da sociedade. Por esta razão, alguns doutrinadores, dentre eles Bobbio (1997, p. 03), os consideram direitos históricos, sendo divididos, tradicionalmente, em três gerações ou dimensões. Dessas, a que importa ao presente estudo é a terceira, a qual se fundamenta no ideal da fraternidade



(solidariedade) e tem como exemplos o direito ao meio ambiente equilibrado, à saudável qualidade de vida, ao progresso, à paz, à autodeterminação dos povos, a proteção e defesa do consumidor, além de outros direitos considerados como difusos, conforme bem pontua, em seu magistério, Moraes (2003, p. 45).

Ainda nesta esteira, é possível verificar que a construção dos direitos encampados sob a rubrica de terceira dimensão tende a identificar a existência de valores concernentes a uma determinada categoria de pessoas, consideradas enquanto unidade, não mais prosperando a típica fragmentação individual de seus componentes de maneira isolada, tal como ocorria em momento pretérito. Os direitos de terceira dimensão são considerados como difusos, porquanto não têm titular individual, sendo que o liame entre os seus vários titulares decorre de mera circunstância factual. Com o escopo de ilustrar, de maneira pertinente as ponderações vertidas, insta trazer à colação o robusto entendimento explicitado pelo Ministro Celso de Mello, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade N°. 1.856/RJ, em especial quando destaca:

Cabe assinalar, Senhor Presidente, que os direitos de terceira geração (ou de novíssima dimensão), que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos, genericamente, e de modo difuso, a todos os integrantes dos agrupamentos sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem, por isso mesmo, ao lado dos denominados direitos de quarta geração (como o direito ao desenvolvimento e o direito à paz), um momento importante no processo de expansão e reconhecimento dos direitos humanos, qualificados estes, enquanto valores fundamentais indisponíveis, como prerrogativas impregnadas de uma natureza essencialmente inexaurível (BRASIL, 2013c).

Nesta feita, importa acrescentar que os direitos de terceira dimensão possuem caráter transindividual, o que faz abranger a toda a coletividade, sem quaisquer restrições a grupos específicos. Neste sentido, é possível evidenciar que pautaram Motta e Barchet (2007, p. 152), ao afirmarem que “os direitos de terceira geração possuem natureza essencialmente transindividual, porquanto não possuem destinatários especificados, como os de primeira e segunda geração, abrangendo a coletividade como um todo”. Desta feita, são direitos de titularidade difusa ou



coletiva, alcançando destinatários indeterminados ou, ainda, de difícil determinação. Os direitos em comento estão vinculados a valores de fraternidade ou solidariedade, sendo traduzidos de um ideal intergeracional, que liga as gerações presentes às futuras, a partir da percepção de que a qualidade de vida destas depende sobremaneira do modo de vida daquelas.

Dos argumentos expendidos, percebe-se que o caráter difuso de tais direitos permite a abrangência às gerações futuras, razão pela qual, a valorização destes é de extrema relevância. “Têm primeiro por destinatários o gênero humano mesmo, num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de existencialidade concreta” (BONAVIDES, 2007, p. 569). A respeito do assunto, Motta e Barchet (2007, p. 153) ensinam que os direitos de terceira dimensão surgiram como “soluções” à degradação das liberdades, à deterioração dos direitos fundamentais em virtude do uso prejudicial das modernas tecnologias e desigualdade socioeconômica vigente entre as diferentes nações. Insta salientar, neste cenário, que a defesa e proteção do consumidor, expressamente introduzido nos dispositivos que integram o Texto Constitucional, explicita a robusta preocupação do constituinte com o tema em comento, fortemente influenciado pelos valores que irradiam dos direitos de solidariedade.

Salta aos olhos, desta sorte, o relevo indiscutível que reveste o Direito do Consumidor, sendo considerada, inclusive, como irrecusável importância jurídica, econômica e política, sendo dotado de caráter absolutamente inovador, eis que elevou a defesa do consumidor à posição eminente de direito fundamental, atribuindo-lhe, ainda, a condição de princípio estruturador e conformador da própria ordem econômica. Verifica-se, portanto, que com as inovações apresentadas no Texto Constitucional erigiram os consumidores como detentores de direitos constitucionais fundamentais, conjugado, de maneira robusta, com o relevante propósito de legitimar todas as medidas de intervenção estatal necessárias e a salvaguardar as disposições entalhadas na Carta de 1988. Em decorrência de tais lições, destacar é crucial que o Código de Defesa do Consumidor, enquanto diploma



que apresenta em sua redação conjunto de normas responsáveis por traçar mecanismos de proteção e defesa do consumidor, deve ser interpretado a partir de uma luz emanada pelos valores de maciça relevância para a Constituição Federal de 1988, consubstanciando verdadeiro reflexo dos direitos de terceira dimensão.

4 A Vulnerabilidade do Consumidor enquanto espinha dorsal de sustentação do Sistema Protecionista inaugurado pela Lei Nº. 8.078/1990

É cediço que a Constituição Federal de 1988 determinou, de maneira expressa, a proteção do consumidor e a elevou a categoria de direito fundamental e princípio a ser obedecido no referente à estabilidade da ordem econômica, conforme se depreende dos artigos 5º, inciso XXXII e 170, inciso V. O artigo 5º do Texto Constitucional, ao estabelecer que o Estado deve promover a defesa do consumidor, com clareza solar, assegura ao cidadão essa proteção como um direito fundamental, implicitamente, reconheceu a vulnerabilidade do consumidor na relação de consumo. Foi, justamente, no princípio da vulnerabilidade do consumidor que o movimento consumerista se baseou para chegar a atual legislação protetora, tendo sido, inclusive, expressamente burilado no inciso I do artigo 4º do Código de Defesa do Consumidor. Como bem acentua Almeida (2009, p. 17), o princípio da vulnerabilidade “é a espinha dorsal da proteção ao consumidor, sobre o qual se assenta toda a linha filosófica do movimento”.

O dogma em comento considera o consumidor a parte mais fraca da relação de consumo, uma vez que o consumidor submete-se ao poder de quem dispõe o controle sobre bens de produção para satisfazer suas necessidades de consumo. Em outras palavras, o consumidor é renegado às condições que lhes são impostas no mercado de consumo. Trata-se de técnica utilizada para aplicar as normas consumeristas de maneira harmoniosa com a realidade concreta, conferindo-lhe instrumentalidade para iluminar a aplicação daquelas de modo



protetivo e reequilibrado, promovendo a igualdade e a justiça equitativa. É possível fazer alusão ao entendimento explicitado pelo Ministro Massami Uyeda, ao relatoriar o Recurso Especial N° 1.293.006/SP, em especial quando salienta que “a relação jurídica estabelecida entre as partes é de consumo e, portanto, impõe-se que seu exame seja realizado dentro do microssistema protetivo instituído pelo Código de Defesa do Consumidor”, conferindo a vulnerabilidade material e a hipossuficiência processual do consumidor especial destaque.

Com efeito, a vulnerabilidade está relacionada a um estado do indivíduo, uma situação inerente de risco ou um sinal de excessiva confrontação de interesses identificados no mercado, podendo ensejar um cenário provisório ou permanente. “Todo consumidor é sempre vulnerável, característico intrínseca à própria condição de destinatário final do produto ou serviço”, como bem sublinham, em seu magistério, Flávio Tartuce e Daniel Amorim Assumpção Neves (2012, p. 30). Verifica-se, desta sorte, que o consumidor, por sua natureza, está envolto no princípio da vulnerabilidade. A figura da vulnerabilidade, outrossim, para fins de aplicação das normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor, tanto pode ser a econômica, a jurídica, a social, a técnica e outras mais. Neste sentido, oportunamente, colaciona-se o entendimento jurisprudencial construído pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme se extrai:

Ementa: Consumidor. Definição. Alcance. Teoria finalista. Regra. Mitigação. Finalismo aprofundado. Consumidor por equiparação. Vulnerabilidade. 1. A jurisprudência do STJ se encontra consolidada no sentido de que a determinação da qualidade de consumidor deve, em regra, ser feita mediante aplicação da teoria finalista, que, numa exegese restritiva do art. 2º do CDC, considera destinatário final tão somente o destinatário fático e econômico do bem ou serviço, seja ele pessoa física ou jurídica. 2. Pela teoria finalista, fica excluído da proteção do CDC o consumo intermediário, assim entendido como aquele cujo produto retorna para as cadeias de produção e distribuição, compondo o custo (e, portanto, o preço final) de um novo bem ou serviço. Vale dizer, só pode ser considerado consumidor, para fins de tutela pela Lei nº 8.078/90, aquele que exaure a função econômica do bem ou serviço, excluindo-o de forma definitiva do mercado de consumo. 3. A jurisprudência do STJ, tomando por base o conceito de consumidor por equiparação previsto no art. 29 do CDC, tem evoluído para uma aplicação temperada da teoria finalista frente às pessoas jurídicas, num processo que a doutrina vem denominando finalismo aprofundado, consistente em se



admitir que, em determinadas hipóteses, a pessoa jurídica adquirente de um produto ou serviço pode ser equiparada à condição de consumidora, por apresentar frente ao fornecedor alguma vulnerabilidade, que constitui o princípio-motor da política nacional das relações de consumo, premissa expressamente fixada no art. 4º, I, do CDC, que legitima toda a proteção conferida ao consumidor. 4. A doutrina tradicionalmente aponta a existência de três modalidades de vulnerabilidade: técnica (ausência de conhecimento específico acerca do produto ou serviço objeto de consumo), jurídica (falta de conhecimento jurídico, contábil ou econômico e de seus reflexos na relação de consumo) e fática (situações em que a insuficiência econômica, física ou até mesmo psicológica do consumidor o coloca em pé de desigualdade frente ao fornecedor). Mais recentemente, tem se incluído também a vulnerabilidade informacional (dados insuficientes sobre o produto ou serviço capazes de influenciar no processo decisório de compra). 5. A despeito da identificação in abstracto dessas espécies de vulnerabilidade, a casuística poderá apresentar novas formas de vulnerabilidade aptas a atrair a incidência do CDC à relação de consumo. Numa relação interempresarial, para além das hipóteses de vulnerabilidade já consagradas pela doutrina e pela jurisprudência, a relação de dependência de uma das partes frente à outra pode, conforme o caso, caracterizar uma vulnerabilidade legitimadora da aplicação da Lei nº 8.078/90, mitigando os rigores da teoria finalista e autorizando a equiparação da pessoa jurídica compradora à condição de consumidora [...]. 7. Recurso especial a que se nega provimento. (Superior Tribunal de Justiça – Terceira Turma/ REsp 1.195.642/RJ/ Relatora: Ministra Nancy Andrighi/ Julgado em 13.11.2012/ Publicado no DJe em 21.11.2012).

Nessa esteira, Cláudia Lima Marques (2002, p. 370-373) obtempera acerca da existência de três espécies de vulnerabilidade, a saber: técnica, na qual o consumidor não é detentor do conhecimento específico a respeito do objeto que está adquirindo, sendo, em decorrência disso, suscetível de ser enganado mais facilmente, no que tange às características ou, ainda, quanto à unidade do bem ou do serviço prestado. A segunda espécie de vulnerabilidade é a jurídica ou científica, cujo aspecto característico está arrimado na ausência de conhecimento jurídico específicos, de contabilidade ou mesmo de economia. Ademais, a terceira espécie de vulnerabilidade é denominada de fática ou socioeconômica, atrelada à posição de monopólio, fático ou jurídico, por meio do qual o fornecedor, que em razão de sua posição de monopólio, fático ou jurídico, abalizado em seu grande poder econômico ou mesmo em decorrência da essencialidade do serviço, impõe a sua superioridade a todos que contratam com ele.



Nessa senda, ainda, cuida salientar que a concepção estruturante da vulnerabilidade técnica é presumida para o consumidor não-profissional, como também pode ser estendido, de forma excepcional, ao profissional, destinatário fático do bem ou do serviço. A vulnerabilidade jurídica, conquanto seja presumida para o consumidor não-profissional e para a pessoa natural, “para os profissionais e para as pessoas jurídicas, vale a presunção em sentido contrário, presume-se que possuem conhecimentos jurídicos e econômicos mínimos, ou que possam consultar advogados e profissionais” (CARVALHO, 2008, p. 08), antes de firmarem a obrigação. No que concerne à vulnerabilidade fática, há que se frisar, com cores quentes, que subsiste uma presunção em favor do consumidor não-profissional, entretanto, tal conjectura não prospera em relação ao consumidor profissional e para o consumidor pessoa jurídica.

Importante ressaltar ainda que a doutrina tem convergido no sentido de que há a possibilidade de a pessoa jurídica, mesmo não sendo a destinatária final do produto ou serviço adquirido, receber a proteção das normas inseridas no Código de Defesa do Consumidor quando provar, na concretude do caso, a sua situação de vulnerabilidade frente ao fornecedor. Com efeito, é possível elencar a vulnerabilidade técnica, isto é, ausência de conhecimentos específicos sobre o produto ou serviço adquirido, podendo, em função disso, ser mais facilmente iludido, a vulnerabilidade jurídica, ou seja, a ausência de conhecimentos jurídicos que o auxiliariam a melhor portar-se na relação negocial, a vulnerabilidade fática, qual seja, a situação de desvantagem real, seja pelo grande poderio do fornecedor, sua situação econômica, seja pela essencialidade do bem, do qual necessita, impreterivelmente, o consumidor e por fim, a vulnerabilidade informacional, que decorre da especial importância das informações recíprocas prestadas no bojo das relações negociais, que, em regra, revelam-se deficitárias quanto ao consumidor.

Colhe-se o seguinte precedente jurisprudencial, proveniente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, o qual :



Ementa: Agravo Interno na Apelação Cível – Preliminar de não conhecimento do recurso em razão da ausência de dialeticidade - Rejeitada – Código de Defesa do Consumidor - Inaplicabilidade – Critério do Consumidor Final – Recurso a que se nega provimento. [...] 2- A priori, não somente as pessoas físicas, como também as jurídicas, podem figurar como consumidoras em uma relação comercial e, portanto, desfrutar da proteção regulamentada pela lei 8078/90, devendo o intérprete, ao proceder a tal identificação, atentar-se à dicção do artigo 2º do mencionado diploma, que nos mostra como aspecto caracterizador de consumidor a sua posição como destinatário final do objeto negocial. 3- Deste modo, tem-se que para que o consumidor seja considerado destinatário econômico final, o produto ou o serviço não pode guardar qualquer relação, direta ou indireta, com a atividade econômica por ele exercida, devendo, assim, ser utilizado para o atendimento de uma necessidade própria, pessoal do consumidor, o que não fora demonstrado no caso em comento. 5- Importante ressaltar ainda que a doutrina tem convergido no sentido de que há a possibilidade de a pessoa jurídica, mesmo não sendo a destinatária final do produto ou serviço adquirido, receber a proteção das normas inseridas no CDC quando provar, no concretude do caso, a sua situação de vulnerabilidade frente ao fornecedor. 5- Assim, percebe-se que a agravante não demonstrou a existência do estado de vulnerabilidade que pudesse ensejar à aplicação do Código de Defesa do Consumidor. 6- Recurso a que se rejeita a preliminar e no mérito, nega-se provimento. (Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo – Quarta Câmara Cível/ Agravo Interno - (Arts. 557/527, II CPC) em Apelação Cível Nº. 24070327713/ Rel. Desembargador Maurílio de Almeida de Abreu/ Julgado em 17.08.2010/ Publicado em 05.10.2010)

Mister faz-se aduzir que não há que confundir a vulnerabilidade, enquanto princípio orientador para a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, com a denominada hipossuficiência econômica ou técnica da parte autora, eis que, em razão dos corolários emanados pelo aludido dogma, nem todo consumidor deverá ser coberto pelo véu da hipossuficiência, mesmo sendo sempre vulnerável. *Plus ultra*, dado ao aspecto geral da vulnerabilidade, verifica-se que as flâmulas por ela hasteadas deflui da simples situação de consumidor, ao passo que a hipossuficiência, ao reverso, reclama a presença de condições pessoais e relativas a cada consumidor, devendo-se, por extensão, confrontá-las com as condições pessoais do respectivo fornecedor.

Com efeito, a vulnerabilidade reveste-se de presunção, quando o consumidor for pessoa natural, enquanto a vulnerabilidade da pessoa jurídica deve ser demonstrada e será aferida, quando o magistrado analisar a situação concreta trazida a Juízo. O Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, ao relatoriar o Agravo



Regimental no Agravo de Instrumento N° 1.409.273/RS, manifestou que a “incidência do Código de Defesa do Consumidor somente nas hipóteses em que a pessoa jurídica apresenta-se em situação de vulnerabilidade” (BRASIL, 2013b). Com efeito, em não sendo demonstrada a vulnerabilidade, pela pessoa jurídica, inaplicável é o corolário em comento, assim como as disposições alocadas no diploma protecionista. Ao lado disso, acinzele-se que a hipossuficiência reclama um exame acurado, analisando cada caso, já a vulnerabilidade do consumidor é inerente à sua própria condição. No mais, o princípio em estudo é traço universal de todos os consumidores, independente de sua condição econômica ou grau de instrução, motivo pelo qual seu ponto de espora está alicerçado na ausência de conhecimento técnico para a elaboração do produto ou para a prestação do serviço.

5 Considerações Finais

À sombra das ponderações explicitadas, verifica-se que a construção dos direitos humanos reflete a assimilação das lutas e anseios da sociedade, configurando verdadeiro processo de robustecimento e alargamento do rol das garantias e direitos fundamentais. Neste aspecto, é possível colocar em realce os direitos de primeira e segunda dimensão, os quais foram o ápice de um sucedâneo de lutas, tanto contra o Estado absolutista, no caso daquele, e quanto contra o Estado liberal, no que pertine a esse. Ao lado disso, os direitos de terceira dimensão conferiram concreção aos aspectos de valores abalizados em vetores de solidariedade, tal como direitos transindividuais. É possível verificar que a construção dos direitos encampados sob a rubrica de terceira dimensão tende a identificar a existência de valores concernentes a uma determinada categoria de pessoas, consideradas enquanto unidade, não mais prosperando a típica fragmentação individual de seus componentes de maneira isolada, tal como ocorria em momento pretérito. Ao lado disso, os direitos de terceira dimensão são



considerados como difusos, porquanto não têm titular individual, sendo que o liame entre os seus vários titulares decorre de mera circunstância factual.

O Código de Defesa do Consumidor, enquanto diploma que apresenta em sua redação conjunto de normas responsáveis por traçar mecanismos de proteção e defesa do consumidor, deve ser interpretado a partir de uma luz emanada pelos valores de maciça relevância para a Constituição Federal de 1988, consubstanciando verdadeiro reflexo dos direitos de terceira dimensão, tal como os princípios estruturantes da ordem econômica. Isto é, cabe ao Arquiteto do Direito observar, de forma imperiosa, a tábua principiológica, considerada como essencial e exaltada como fundamental dentro da Carta Magna do Estado Brasileiro, ao aplicar a legislação abstrata ao caso concreto. Trata-se, consoante os entendimentos jurisprudenciais consolidados no cenário jurídico, de confirmação dos instrumentos imprescindíveis à proteção daqueles que se apresentam, em sede de relação consumerista, vulneráveis, em razão de não disporem de mecanismos ou mesmo conhecimento técnico, econômico ou jurídico eficiente para combater práticas abusivas ou indevidas estruturadas pelos fornecedores. Com efeito, a proteção e defesa do consumidor, no atual cenário de garantismo propiciado pelo Texto Constitucional, se revelam como mecanismo de materialização de salvaguarda dos direitos difusos e coletivos.

Referências:

ALMEIDA, João Batista de. **A Proteção Jurídica do Consumidor**. 7ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 21 ed. atual. São Paulo: Editora Malheiros Ltda., 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 31 mar. 2013a.

_____. **Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em 31 mar. 2013b.



_____. **Supremo Tribunal Federal.** Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em 31 mar. 2013c.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CARVALHO, José Carlos de Maldonado de. **Direito do Consumidor: Fundamentos Doutrinários e Visão Jurisprudencial.** 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.** 3 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

COTRIM, Gilberto. **História Global – Brasil e Geral.** 1 ed. vol. 2. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.** Disponível em: <www.tjes.jus.br>. Acesso em 31 mar. 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves, **Direitos Humanos Fundamentais.** 6 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: O novo regime das relações contratuais.** 4 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

MARQUESI, Roberto Wagner. Os Princípios do Contrato na Nova Ordem Civil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 513, 2 dez. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5996>>. Acesso em 31 mar. 2013.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais, Teoria Geral, Comentário dos art. 1º ao 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Doutrina e Jurisprudência.** 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MOTTA, Sylvio; BARCHET, Gustavo. **Curso de Direito Constitucional.** Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2007.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. O papel dos direitos humanos na valorização do direito coletivo do trabalho. **Jus Navigandi**, Teresina, [ano 8](#), [n. 157](#), [10 dez. 2003](#). Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/4609>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; PICCIRILLO, Miguel Belinati. Direitos fundamentais: a evolução histórica dos direitos humanos, um longo caminho. In: **Âmbito Jurídico**,



Rio Grande, XII, n. 61, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br>>. Acesso em 31 mar. 2013.

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito do Consumidor: Direito Material e Processual**. Volume único. São Paulo: Editora Método, 2012.

TOVAR, Leonardo Zehuri. O Papel dos Princípios no Ordenamento Jurídico. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 696, 1 jun. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6824>>. Acesso em 31 mar. 2013.

VERDAN, Tauã Lima. Princípio da Legalidade: Corolário do Direito Penal. **Jurid Publicações Eletrônicas**, Bauru, 22 jun. 2009. Disponível em: <<http://jornal.jurid.com.br>>. Acesso em 31 mar. 2013.



A (IM)POSSIBILIDADE DA FUNGIBILIDADE DO PEDIDO DAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

SANTOLINI, Ricardo Benevenuti ¹

Resumo

O presente trabalho possui como escopo a realização de um estudo acerca da aplicabilidade do princípio da fungibilidade dentro dos processos de natureza previdenciária, trazendo como forma de estudo os conceitos básicos e jurisprudências em vigor nos Tribunais Superiores a respeito da disciplina. Serão abordados ainda os momentos que será necessário a aplicação deste princípio, tendo em vista sua desnecessidade em determinados casos, conforme será analisado ao longo do presente estudo.

Palavras-chave: direito previdenciário; fungibilidade; jurisprudência; pedido.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos últimos anos, com a evolução da sociedade novos ramos jurídicos estão surgindo para serem estudados com afincamento no ordenamento jurídico brasileiro: em primeiro lugar, com o crescimento desordenado das regiões metropolitanas surgiu a necessidade de criação de normas a fim de regulamentar e organizar estas regiões, que foi através do Estatuto das Cidades, mais precisamente a Lei 10257/2001; a grande devastação do meio ambiente natural gerou consequências graves para o equilíbrio do bioma, fazendo com que animais da fauna e flora brasileiras permanecessem bem vulneráveis a extinção. Com isso foi necessário a criação pelo legislador da Lei 9605/98 para regulamentar os crimes contra o meio ambiente.

¹ – Pós Graduando em Direito Previdenciário pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário São Camilo – ES. santolini-benevenuti@hotmail.com



Com o direito previdenciário não acontece diferente, uma vez que sua linha de estudo e pesquisa também é bem recente, tendo previsão legal na Carta Magna de 1988, bem como nas Lei 8212/91, que dispõe acerca do Plano de Custeio, bem como a Lei 8213/91, que trata sobre os benefícios previdenciários.

Em consequência a esta recente aplicabilidade da norma dentro do contexto social existem questões que possuem grande discussão até o presente momento. Dentre as discussões existentes está a que diz respeito acerca da possibilidade de fungibilidade do pedido nas ações previdenciárias, conforme será objeto de estudo ao longo deste trabalho.

2 CONCEITO DE BEM FUNGÍVEL E A SUA APLICABILIDADE NO PEDIDO A LUZ DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Antes de realizar qualquer análise de mérito acerca da fungibilidade no processo civil, é necessário trazer o conceito em vigor de bem fungível, segundo o dicionário online michaelis:

fungível
fun.gí.vel
adj (lat fungibile) 1 Que se gasta, que se consome com o primeiro uso. 2 Dir Diz-se das coisas móveis que, por convenção das partes, podem ser substituídas por outras da mesma espécie, qualidade e quantidade, como o dinheiro, os cereais, o vinho etc.²

O próprio Código Civil de 2002 traz em si o conceito de um bem fungível, que traz em seu texto legal, mais precisamente em seu artigo 85 como sendo “fungíveis

² Michaelis. Dicionário online. Conceito de fungível. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=fun%EDvel%20&CP=969604&typeToSearchRadio=exactly&pagRadio=50>>. Acesso em: 04 mai. 2013.



os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade”.³

Importante mencionar ainda o entendimento de Eduardo de Avelar Lamy a respeito do princípio da fungibilidade:

O grande objetivo do processo clássico era o atingimento do status jurídico formado pela coisa julgada material acerca da declaração a respeito de qual das partes possuía razão no mérito, pois supunha-se que através daquela compor-se-iam as lides. Hoje, entretanto, tem se aceitado possuírem, os meios processuais, o objetivo de proporcionarem o fim constituído pelo respeito ao ordenamento jurídico através de uma prestação da justiça tempestiva e necessariamente adequada ao direito material, sem a qual não há que se falar em tutela jurisdicional, pois tão ou mais importante que a declaração dos direitos é a sua satisfação, sua efetividade.⁴

Com isso, importante mencionar que um bem será considerado fungível quando um determinado objeto puder ser substituível por outrem sem causar prejuízos. Um exemplo seria quando A compra um carro X na concessionária Y, mas que o veículo possui algum tipo de vício, em tese este bem poderá ser substituído por outrem sem que haja qualquer prejuízo para o proprietário.

Com isso, também existe o entendimento de fungibilidade dentro do direito processual civil, mais precisamente no que tange o pedido da inicial, uma vez que este é plenamente válido que uma pessoa realize um pedido alternativo em determinadas ações. Relevante mencionar alguns entendimentos jurisprudenciais a respeito do tema:

TJSP - Apelação: APL 238308320098260000 SP 0023830-83.2009.8.26.0000 - AÇÃO MONITÓRIA. Contrato de confissão de dívida. Entrega de coisa fungível ou equivalente em dinheiro. Admissibilidade do pedido alternativo. Alternatividade prevista no art. 627 do CPC. Recurso provido. -HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Monitória. Honorários fixados no Primeiro Grau em R\$400,00. Majoração para 10% do valor da condenação,

³ BRASIL. Lei 10406/2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 04 mai. 2013.

⁴ LAMY, EDUARDO DE AVELAR. Princípio da Fungibilidade no Processo Civil, São Paulo: Dialética, 2007. Pag.35.



nos termos do art. 20, § 4º, do CPC. Recurso provido. Processo: APL 238308320098260000 SP 0023830-83.2009.8.26.0000. Relator(a): Erson T. Oliveira. Julgamento: 03/10/2012. Órgão Julgador: 17ª Câmara de Direito Privado. Publicação: 10/10/2012.⁵

TJMS - Apelação Cível: AC 9290 MS 2007.009290-1 - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - PEDIDO INICIAL E PROVA ESCRITA - ENTREGA DE BEM FUNGÍVEL - SEMOVENTES - EVOLUÇÃO DE ERA - EVOLUÇÃO NATURAL E BIOLÓGICA DO REBANHO - REMUNERAÇÃO DO CAPITAL - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. Processo: AC 9290 MS 2007.009290-1. Relator(a): Des. Paulo Alfeu Puccinelli. Julgamento: 04/07/2007. Órgão Julgador: 3ª Turma Cível. Publicação: 26/07/2007. Parte(s): Apelante: Paulo César de Arruda Cangussu. Apelado: Euler Campos Coelho.⁶

Um exemplo relevante a ser mencionado acontece nas ações de cobrança, uma vez que o requerente pode mencionar em seu pedido tanto o cumprimento da obrigação, que seria o pagamento em dinheiro ou, no descumprimento da obrigação principal, que determine a devolução do bem.

3 O PROCESSO PREVIDENCIÁRIO E A FUNGIBILIDADE COMO REAL (IM)POSSIBILIDADE JUNTO AOS PROCEDIMENTOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIAS

Como já foi mencionado anteriormente é possível a fungibilidade dos pedidos juntos aos processos de natureza civil. Contudo, neste momento será necessário efetuar um estudo municioso junto ao direito previdenciário a fim de verificar os momentos que serão possíveis aplicar o instituto da fungibilidade nos procedimentos de tal natureza.

⁵ SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22481463/apelacao-apl-238308320098260000-sp-0023830-8320098260000-tjsp>>. Acesso em: 04 mai. 2013.

⁶ MATO GROSSO DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6053859/apelacao-civel-ac-9290-ms-2007009290-1-tjms>>. Acesso em: 04 mai. 2013.



Para melhor análise desta fungibilidade é necessário analisar a natureza do benefício: caso o benefício decorrer de incapacidade para o trabalho o pedido formulado será considerado fungível; na contramão deste entendimento, caso a necessidade do benefício não decorra de qualquer incapacidade para o trabalho, o pedido formulado no processo previdenciário deverá ser considerado infungível.

Com isso é necessário um exemplo para ilustrar tal possibilidade: um trabalhador A exerce atividades laborativas na empresa X e, em decorrência da alta periculosidade do serviço prestado, acaba sofrendo um acidente de trabalho. Com isso, este trabalhador deu entrada junto ao órgão do INSS a fim de requerer o benefício de aposentadoria por invalidez devido a gravidade da lesão, sendo negado tal pedido. Desta forma, o mesmo ingressou com uma ação judicial a fim de pleitear o benefício da aposentadoria por invalidez. Porém, o órgão jurisdicional entendeu que não era motivo de atribuir o caso do requerente A a uma aposentadoria por invalidez, mas sim um auxílio-doença, uma vez que chegou ao entendimento, junto as provas carreadas nos autos que a lesão ocasionada é reversível. Desta forma, relevante trazer os entendimentos jurisprudenciais a respeito do tema:

TRF4 – IUJEF 5000441-55.2012.404.7103/RS - INCIDENTE REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. FUNGIBILIDADE. BENEFÍCIOS DECORRENTES DE INCAPACIDADE LABORATIVA. 1. Os benefícios previdenciários que decorrem de incapacidade laborativa são fungíveis, cabendo ao julgador, diante da espécie de incapacidade constatada, conceder aquele que for adequado, ainda que o pedido tenha sido limitado a outro tipo de benefício, desde que preenchidos os requisitos legais para tanto. 2. Pedido de uniformização provido. IUJEF 5000441-55.2012.404.7103/RS, TRF 4ª, Juiz Federal Relator Osório Ávila Neto, 28.05.2012.⁷

AUXÍLIO-DOENÇA E AUXÍLIO-ACIDENTE. FUNGIBILIDADE DOS BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE. LESÕES CONSOLIDADAS. ACIDENTE OCORRIDO EM PERÍODO DE DESEMPREGO DO SEGURADO. POSSIBILIDADE. 1. Os benefícios que decorrem de incapacidade laborativa são fungíveis, cabendo ao julgador, diante da espécie de incapacidade constatada, conceder aquele que for adequado,

⁷ COMBERLATO CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA. Fungibilidade dos benefícios decorrentes de incapacidade laborativa. Disponível em: <<http://comberlato.blogspot.com.br/2012/07/fungibilidade-dos-beneficios.html>>. Acesso em: 05 mai. 2013.



ainda que o pedido tenha sido limitado a outro tipo de benefício, não se configurando julgamento ultra ou extra petita. 2. O segurado inscrito como empregado, avulso ou especial, faz jus ao auxílio-acidente quando preenchidos os requisitos impostos pela lei, desde que não haja a perda da qualidade de segurado, ainda que o acidente tenha ocorrido durante período de desemprego. 3. O artigo 104, §7 da Lei 8231/91, ao vedar a concessão do auxílio-acidente ao segurado desempregado, extrapolou os limites meramente regulatórios, contendo vício de legalidade neste aspecto. 1ª Turma Recursal do Paraná. Recurso nº. 2007.70.55.000596-9. Rel. Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo.⁸

TJSE - APELAÇÃO CÍVEL : AC 2011201818 SE - Apelação Cível - Acidente de Trabalho - Perícia Médica que constata a inexistência de incapacidade - Ausência de configuração dos requisitos para a concessão do auxílio-doença pleiteado - Princípio da fungibilidade dos benefícios previdenciários - Possibilidade - Ausência de requisitos, no caso, para a concessão de benefício diverso- Recurso conhecido e improvido. I - Não tendo sido constatada a incapacidade temporária do autor para o trabalho, incabível a concessão do auxílio-acidente. II-A existência de laudo pericial, não infirmado, que não atesta a incapacidade do Autor para o trabalho, constitui prova robusta que dá suporte ao indeferimento do benefício pleiteado. III- Sentença mantida. Processo: AC 2011201818 SE. Relator(a): DESA. MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA. Julgamento: 20/06/2011. Órgão Julgador: 1ª.CÂMARA CÍVEL. Parte(s): Apelante: MANOEL GOMES NETO. Apelado: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- INSS.⁹

Importante ressaltar ainda que a jurisprudência entende que podem ser considerado fungíveis quando existirem os pedidos inerentes a aposentadoria por invalidez, auxílio-doença ou auxílio-acidente, uma vez que todos os três benefícios podem ser concedidos em consequência a um acidente de trabalho. A diferença entre estes três institutos irá ser analisada de acordo com a prova pericial juntada aos autos pelo médico especialista, que irá relatar qual a real situação do requerente e sobre qual benefício o mesmo será amparado.

Insta mencionar que nas ações de natureza acidentária, a prova testemunhal em si não possui grande relevância, uma vez que o objeto do litígio será a lesão existente

⁸ COMBERLATO CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA. Fungibilidade dos benefícios decorrentes de incapacidade laborativa. Disponível em: <<http://comberlato.blogspot.com.br/2012/07/fungibilidade-dos-beneficios.html>>. Acesso em: 05 mai. 2013.

⁹ SERGIPE. Tribunal de Justiça. Apelação. Disponível em: <<http://tj-se.jusbrasil.com/jurisprudencia/22866337/apelacao-civel-ac-2011201818-se-tjse>>. Acesso em: 05 mai. 2013.



no empregado, bem como o laudo médico comprovando o grau e a possibilidade de reversão desta lesão.

A primeira turma recursal – Juízo A da seção judiciária do Paraná, através do Juiz Federal Relator Dr. José Antonio Savaria entende que esta fungibilidade dos pedidos inerentes ao procedimento previdenciário pode causar dois efeitos de grande relevância: em um primeiro momento denota-se da ligação que deve existir entre o pedido formulado na esfera administrativa e o pedido que será formulado na petição inicial na esfera judicial, devendo os pedidos serem idênticos, para que possa assim demonstrar o direito que fora indeferido nesta esfera administrativa. Em segundo plano deve-se analisar a pretensão existente na inicial e uma possível sentença proferida pelo douto magistrado, a fim de se observar qual direito que será entregue para o postulante.¹⁰

Por outro lado, pode acontecer de B, trabalhador regularizado as normas da CLT, exerce atividade laborativa na empresa Y. Contudo, fora do expediente de trabalho, B se envolve em uma confusão com C, desferindo cinco disparos de arma de fogo, levando o último a óbito. Desta forma, os familiares de B ingressaram com pedido junto ao INSS a fim de obter o auxílio-reclusão para provimento de necessidades básicas. Todavia, neste caso não cabe o princípio da fungibilidade, uma vez que o dano causado já permanece explícito e de fácil compreensão, não resultando qualquer tipo de incapacidade laborativa, devendo ser postulado neste caso o pedido de auxílio-reclusão.

4 ASPECTOS FINAIS

Ao longo de todo o estudo realizado, observa-se que é possível aplicar o princípio da fungibilidade nos procedimentos em que versar sobre aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente, uma vez que todos podem ser

¹⁰ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Voto – Juizado Especial Federal. Disponível em: <www5.jfpr.jus.br/arquivos_ndoc/tr/200770620011631.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2013.



decorrentes de acidentes de trabalho, devendo ser aplicado cada benefício de acordo com a prova pericial que segue nos autos.

Contudo, também existem os momentos em que não deve ser aplicado o princípio da fungibilidade, pois a própria natureza do benefício já é caracterizada sem qualquer contestação dentro do ordenamento jurídico, como ocorre nos demais benefícios presentes na Lei 8213/91.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei 10406/2002. **Institui o Código Civil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 04 mai. 2013.

BRASIL. **Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Voto** – Juizado Especial Federal. Disponível em: <www5.jfpr.jus.br/arquivos_ndoc/tr/200770620011631.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2013.

COMBERLATO CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA. **Fungibilidade dos benefícios decorrentes de incapacidade laborativa.** Disponível em: <<http://comberlato.blogspot.com.br/2012/07/fungibilidade-dos-beneficios.html>>. Acesso em: 05 mai. 2013.

LAMY, EDUARDO DE AVELAR. **Princípio da Fungibilidade no Processo Civil**, São Paulo: Dialética, 2007. Pag.35.

MATO GROSSO DO SUL. **Tribunal de Justiça. Apelação Cível.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6053859/apelacao-civel-ac-9290-ms-2007009290-1-tjms>>. Acesso em: 04 mai. 2013.

Michaelis. **Dicionário online. Conceito de fungível.** Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=fung%EDvel%20&CP=969604&typeToSearchRadio=exactly&pagRadio=50>>. Acesso em: 04 mai. 2013.



SÃO PAULO. **Tribunal de Justiça. Apelação.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22481463/apelacao-apl-238308320098260000-sp-0023830-8320098260000-tjsp>>. Acesso em: 04 mai. 2013.

SERGIPE. **Tribunal de Justiça. Apelação.** Disponível em: <<http://tj-se.jusbrasil.com/jurisprudencia/22866337/apelacao-civel-ac-2011201818-se-tjse>>. Acesso em: 05 mai. 2013.



A VARIÁVEL POLÍTICA NA ACUMULAÇÃO SOCIAL DA VIOÊNCIA – UMA AGENDA DE PESQUISAS¹

COSTA, Marco Aurélio Borges²

Resumo

Este artigo pretende uma agenda de pesquisas com o objetivo de melhor explicar o papel das variáveis políticas nas tendências dos índices de assassinatos ao longo do tempo, tomando como caso o Espírito Santo, um estado pobre, localizado na região mais rica do Brasil, mas, afetado por vários problemas da violência e assassinatos. A pesquisa é baseada na perspectiva da sociologia histórica, iniciando-se a partir de 1889, com a proclamação da República e estabelecendo 2003 como prazo final, com o assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho, avaliando em cada momento politicamente relevante da história do estado a influência dos eventos políticos marcantes no número de homicídios e outras expressões de violência.

Abstract

This article want to show a schedule of the research with objective of the better explain the paper of the politics variables in the trends of the indices of the murders the long of the time. Taking how case the Espírito Santo state, a poor state localized in the much richer region of the Brazil but affected by several problems of the violence and murders. The research is based in the historical sociology perspective, beginning in the 1889, with republic proclamation and the ended in 2003, with murder of the judge Alexandre Martins de Castro Filho, assessing in the each moment

¹ Esse trabalho constitui-se em um programa geral de minha pesquisa de doutoramento.

² Professor do Centro Universitário São Camilo – ES, onde coordena o grupo de estudos em Instituições, Violência e Cidadania e o Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas; Doutorando em Ciências Humanas – Sociologia, pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (capes 7); Pesquisador associado Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (UFRJ); bolsista Cnpq. marcobcosta@gmail.com



politically relevant of the state history the influence of the politics events under number of the homicide and other violence expressions.

INTRODUÇÃO

Dois objetivos básicos constituíram a meta inicial das pesquisas as quais tenho me dedicado em nível de doutorado e no cotidiano do Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais Aplicadas do Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo. O primeiro, mais específico, tratava de compreender como certas regiões do estado do Espírito Santo, em especial a região norte e central, acumularam altíssimas taxas de violência letal nos últimos anos, enquanto outras, como a região sul, onde se situa Cachoeiro de Itapemirim, permaneceram com taxas comparáveis às médias nacionais e bem abaixo das taxas estaduais. O segundo objetivo, decorrente do primeiro, era apresentar uma explicação para a suposta explosão de violência que assolou o estado capixaba no início do século XXI, quando chegou à posição de segundo estado mais violento do país segundo os rankings de homicídios que se tornaram extremamente populares nos últimos anos. Na busca de compreender essas realidades, percebi que as tendências de aumento de homicídios observadas no Espírito Santo acompanhavam o crescimento a nível nacional e que a distribuição desigual da violência letal em uma dada região são fatos bastante comuns em diversos contextos nacionais e internacionais. Por outro lado, ao longo da pesquisa me chamou a atenção o papel exercido pelo Aparelho Regional de Estado e as repercussões da relação deste com o poder central, produzindo circunstâncias que se vinculavam aos dois objetivos primariamente estabelecidos: o crescimento significativo da violência letal no estado e sua distribuição desigual ao longo da história.

A importância das variáveis políticas no aumento ou na distribuição regional das taxas de homicídios já foi foco de outras análises conforme nos revela Gláucio



Soares (2005), citando diversos estudos que normalmente focam mudanças políticas e ou de regime abruptas, como da União Soviética, e outras menos abruptas como as ocorridas na América Latina. O recorte que proponho, por outro lado, é histórico e de média duração, empreendendo um tipo de história social da violência, buscando as raízes dos diferentes padrões de sociabilidade que estão no pano de fundo da violência letal nas diferentes regiões do estado em diferentes épocas, assim como a intensificação desses padrões nos dias atuais.

Isso porque entendo que a situação atual que coloca o estado do Espírito Santo como o “segundo mais violento do país” resulta de uma “(...) acumulação cíclica de padrões, experiências sociais e continuidades ‘subculturais’ (...)” cujos efeitos passaram a ser representados como uma novidade quando, ao contrário, esses padrões de sociabilidade inter e intra classe já estavam dados desde o início do século XX (MISSE, 1999, p.34), sendo a atuação do Aparelho Regional de Estado e suas decisões no âmbito do pacto oligárquico de dominação local e em relação ao pacto de dominação nacional refletidas nas transformações macro sociais que produziram efeitos de diferenciação e hierarquização sociais (ZORZAL E SILVA, 1995, p.9) ao longo de todo o processo histórico, catalisando condições de intensificação dos padrões de sociabilidade violenta que se adensam em áreas de concentração de desvantagens (SAMPSON, 2012, p.174) que, somados aos contextos mais amplos a nível de modernização do país e do mundo nas mais diversas formas, constituíram o que se diz ser a novidade da violência.

A especificidade do Espírito Santo como caso que mereça uma análise mais aprofundada não vem do fato de ser hoje considerado um dos estados mais violentos da federação, já que essa não é uma informação tão relevante a se considerar os graves problemas da contabilidade oficial dos homicídios no país e a metodologia extremamente generalizante que é utilizada, sacrificando a confiabilidade dos ditos “Mapas da Violência”. Consiste, por outro lado, nas variáveis políticas percebidas em sua história *sui generis*, marcada pela constante fragilidade diante dos rumos desenvolvimentistas nacionais, trazendo a tona uma reflexão sobre



as consequências da estrutura federativa brasileira em suas idas e vindas de centralização e descentralização para uma região incapaz de colocar-se nas decisões nacionais que lhe são impostas, sem considerar suas peculiaridades, somado à ânsia das elites governantes de “modernizar” a qualquer custo para abandonar a posição subalterna na federação e mais ainda na região sudeste, sem perder seus privilégios.

Parto do entendimento de que a tese de acumulação social da violência proposta por Misse em diversos trabalhos (1999, 2006, etc) é plenamente aplicável no Espírito Santo como em outras realidades e pode ser periodizada em três grandes ciclos. No caso capixaba, tão importante quanto o fim do Império, a abolição da escravatura ou a Proclamação da República, é pensar o Espírito Santo a partir da derrubada definitiva da “barreira verde”³ e da ascensão das atividades cafeeiras, principalmente no sul do estado. Ainda assim, o marco inicial mais apropriado é a Proclamação da República e a constituição de 1891, que estabeleceu o contraditório federalismo republicano no Brasil⁴, deixando o Espírito Santo à própria sorte de sua fraqueza. Consideramos mais proveitoso estabelecer o início do segundo ciclo no Espírito Santo em 1930. O modelo da Primeira República estava fortemente enraizado entre os capixabas e a rejeição a mudanças era já muito forte e se expressou na violenta repressão ao comício da Aliança Liberal em 13 de fevereiro de 1930, considerado um dos mais brutais daquela campanha. Um tiroteio no largo do

³ Barreira verde é o termo que se refere à decisão do governo colonial e imperial de manter intacta a mata atlântica na altura do estado do Espírito Santo visando evitar que invasores tivessem acesso às minas e outras regiões de riqueza do país. Essa estratégia governamental atrasou o ingresso da região no mercado nacional tanto em termos econômicos quanto políticos, mantendo o estado em segundo plano durante um período significativo da formação nacional. Outras decisões de caráter governamental, como a expulsão dos jesuítas da região, assim como a proximidade com os grandes centros de produção do país, foram alguns dos fatores que contribuíram para que a região demorasse a iniciar seu ciclo de desenvolvimento. Ver MACEDO, MAGALHÃES, 2011. e TALLON, 1999.

⁴ Em documento enviado pelo Apostolado Positivista do Brasil ao Congresso Constituinte de 1890 são feitas diversas críticas que nos mostram as contradições vividas pela mudança de regime. No documento, os positivistas, historicamente identificados com os valores republicanos clássicos, criticam o projeto de Constituição pela adoção do modelo norte americano, que não seria uma referência adequada dadas as diferenças históricas entre os dois países, além de incitar aos constituintes a instituírem na carta a plena liberdade espiritual, a plena liberdade industrial e uma “digna autonomia local”. LEMOS, MENDES, 1935 (idêntico ao original de dezembro de 1890). Mimeo.



Carmo em Vitória deixou mais de 100 feridos, dentre eles cinco mortos (NETO, 2012, p.104; ACHIAMÉ, 2010, p.104). Apesar da recepção conflituosa à campanha varguista, o governo estadual rapidamente se rendeu após a eclosão do movimento contestatório. Mesmo com representantes das antigas oligarquias aderindo ao novo regime que mantém as tradicionais estruturas de cooptação política, mudanças drásticas ocorreram na estrutura regional de poder, na hierarquia das cidades e, consequente, nos padrões de sociabilidade e de gestão do Aparelho Regional de Estado.⁵ Do mesmo modo, consideramos apropriado demarcar o início do terceiro ciclo capixaba a partir de 1966, quando o ciclo autoritário se inicia de fato no Espírito Santo com a renúncia do governador eleito Francisco Lacerda de Aguiar por pressões do novo regime e quando já atuavam no estado grupos de extermínio e outras organizações criminosas intimamente ligadas a autoridades públicas, políticas e judiciárias, situação que irá marcar o estado durante um longo período. Esse quadro só dá sinais de recuo a partir do assassinato do advogado Marcelo Denadai em 15 de abril de 2002, e do Juiz Alexandre Martins de Castro Filho em 24 de março 2003, ambos atribuídos a personagens conhecidos do crime organizado no estado. Apesar disso, as taxas oficiais de homicídio continuam extremamente altas.

Caminhos em curso

Em razão do próprio pressuposto de que a situação atual da violência no Espírito Santo que se revela de forma mais evidente nas taxas de homicídio extremamente altas é resultante de uma acumulação social da violência, percebeu-se a necessidade de ampliar o olhar para observar como a “violência” se comporta no decorrer dos três ciclos de acumulação periodizados para a realização das pesquisas cujos indícios iniciais aqui se apresentam, assumindo, em especial no terceiro ciclo, o crime de homicídio como indicador do ponto máximo dessa

⁵ Não se nega que as oligarquias da antiga república logo se acertaram e acomodaram no novo regime de poder, mas, ainda assim, em condições muito diferentes e desvantajosas em relação ao poder fortemente concentrado na figura do Interventor Federal, elemento estranho à política local e com delegação direta de Getúlio Vargas (ACHIAMÉ, 2010, p.254)



acumulação e a ampla disseminação da percepção do Espírito Santo dentro e fora do estado como um dos estados mais violentos da federação, em razão, também, da popularização dos rank's de homicídios publicados por institutos de pesquisa.

Mostrou-se como possibilidade extremamente elucidativa “narrar” a história da violência no Espírito Santo, trazendo desde o fim do século XIX até os dias atuais e, no decorrer dessa história, apresentar interpretações do fenômeno que se adequassem ao tempo e as circunstâncias em foco, adotando uma postura sociológica histórica interpretativa

Interpretive historical sociologists- the label I want to give practitioners of this second strategy-are skeptical of the usefulness of either applying theoretical models to history or using a hypothesis-testing approach to establish causal generalizations about large-scale structures and patterns of change (SKOCPOL, 1994, p.368).

O trabalho não se sustenta em um modelo teórico fundamental – uma moldura – para enquadramento dos dados, visando ao teste da hipótese de maneira formal, tão ao gosto de certas correntes sociológicas. A proposta consiste em aproveitar a riqueza de análises histórico-sociológicas disponíveis e das diversas interpretações sobre o Brasil com enorme potencial para elucidação do problema proposto, para a compreensão do problema que se coloca.

O objetivo é apontar para os limites das generalizações quando aplicadas a áreas de espaço reduzido, como é o caso do Espírito Santo em relação ao restante do Brasil. De dialogar com teses que explicam fenômenos e processos macro históricos e sociais, nacionais e mesmo mundiais, observando como se comportam em realidades mais específicas. Não se trata de resumir o Brasil ao Espírito Santo, mas, ao contrário, a partir da compreensão das peculiaridades do processo de desenvolvimento da sociedade capixaba, apontar para a grande diversidade nos processos de formação social dentro do Brasil, colocando em tela as generalizações correntes acerca da modernização, da evolução da cidadania, do desenvolvimento político e econômico em geral, dos padrões de relação social, da violência, evidenciando a contribuição de uma sociologia histórica para a compreensão das diversidades nacionais em diversos termos, principalmente em termos de violência urbana e criminalidade em geral. Como Geertz, podemos afirmar que buscamos



descobrir as contribuições que a compreensão de uma "paróquia" podem trazer para as interpretações gerais, quais descobertas podem produzir. (1971,p vii).

Não está colocada uma análise das performances institucionais das regiões do estado à moda de Putnam (1993), tomando como causa de menores níveis de violência uma intensa vida cívica e pessoas que acumularam certo capital social e níveis de confiabilidade mútua que permitem excluir as mediações violentas, ou, ao menos, utilizá-las de forma menos indiscriminada. A nosso ver, por mais que se consinta a importância da ação individual e coletiva no desenvolvimento histórico de uma determinada região, não podemos tomá-las como determinantes diante de estruturas econômicas e sociais resultantes das relações políticas mais amplas, como província/Estado que pressionavam pesadamente o Espírito Santo já desde o período Imperial, fruto da combinação entre a fraqueza econômica da região e as oscilações nas tendências de centralização/descentralização que marcaram a formação do estado brasileiro (FAORO, 2001). A região muito mais lidava com as consequências das decisões nacionais do que as influenciava. Já no fim do século XIX, impunha-se o debate autonomia versus centralização, que ocupou diversos intérpretes da sociedade brasileira.

Com empenho, digno de melhor emprego, procuram distintos publicistas tornar o actual governo único responsável do que é merecedor de crítica e censura.

O desleixo na maior parte dos trabalhos práticos é o productur do verdadeiro obstáculo à iniciativa e ao emprehendimento de novos desde já. As leis, reformas e regulamentos que em sua quase totalidade são adstrictos aos interesses de momento ou ás commodidades do filhotismo são coefficientes, ainda não removidos, da paralsia na marcha regular do nosso progresso.

Os legisladores até 15 de novembro conseguiram a approvação de ideias justas e de grande alcance que jamais tiveram curso senão na collecção da legislação, e os próprios administradores esforçaram-se em methodisar os serviços públicos, ***mas o systema centralisador, sugando todos os nossos mais directos rendimentos e amortecendo os sentimentos autonômicos, forçava o Estado do Espírito Santo á caminhar vagaroso e tímido – e tudo que de melhor aqui produziu-se está entregue ás traças dos archivos.***(grifo meu)

Seja enérgico o governador; confie nos invejáveis elementos d´este Estado e aproveite, no grande manancial do que já está feito e não executado, o que existir de útil; inicie a applicação sensata dos preceitos da grande e



difficil sciencia de bem dirigir os povos – que a nossa prosperidade será certa e o orgulho de pertencermos á este Estado – digno e respeitado.⁶

Nosso foco vem se concentrando mais incisivamente nas relações de interdependência estabelecidas entre os atores, num processo de desenvolvimento não intencional, não planejado, que preferimos tratar como configuração social, um tipo de abrangência relacional (ELIAS, 1999, p.141-142), ou resultados não intencionais de ações individuais ou coletivas. Embora nosso trabalho não esteja no âmbito exclusivamente econômico, entendemos como Bendix que “(...) as estruturas e atitudes sociais persistem muito tempo depois que as condições que as originaram desapareceram, e essa persistência pode ter consequências positivas e também negativas para o desenvolvimento econômico (...)” (1996, p.43), devidamente advertidos pelo autor do uso de categorias como “modernidade”, “tradição”, percebendo, inclusive, a aplicabilidade de seus cuidados quanto a esses termos no caso em estudo.

Na busca de compreender a constituição de diferentes configurações sociais nos diferentes ciclos de acumulação da violência conforme delimitados, o trabalho de campo vem se orientando por questões como a distribuição de terra entre as regiões; ritmo da urbanização, ritmo do desenvolvimento econômico; nível de atividade da sociedade civil; nível de organização e participação em atividades coletivas e políticas em geral; aspectos discerníveis de uma sociabilidade violenta herdada ou absorvida (estatísticas criminais); disponibilidade de informação; existência de partidos políticos; número de eleitores nas diversas regiões do estado; indicativos de autoritarismo de diversos tipos; indicativos dos modelos culturais que informavam o comportamento social, políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento, tanto estaduais quanto nacionais, dentre outras. As evidências coletadas são distribuídas em variáveis atitudinais, quando se referem à ação racional individual, consciente, intencional e coletiva na busca da formação de redes

⁶ Editorial de O Cachoeirano da edição de 18 de junho de 1890. Disponível no Laboratório de Pesquisas Históricas e Sociais do Centro Universitário São Camilo – ES em parceria com a Biblioteca da Loja Maçônica Fraternidade e Luz e no Arquivo Público Estadual.



de solidariedade entre os grupos sociais, consolidando a comunidade política, como associações religiosas, culturais ou civis, partidos políticos (na medida em que sejam voluntários), dentre outros; e variáveis estruturais, relativas às condições estruturais de vida, modo de produção, distribuição da terra, tamanho das propriedades, formato das atividades econômicas, estruturais culturais que se impõe ao comportamento social, dentre outras.

Consta no escopo desse esforço reconstruir a emergência do “fantasma” da violência no estado, coletando, tratando e analisando dados que serviram como indicadores dessa acumulação, como estatísticas criminais, livros de relatos, notícias na imprensa, produções culturais e quaisquer outros documentos úteis para identificar as representações da violência no contexto estadual, principalmente produzidas no último ciclo, em um contexto de expansão geral da violência urbana e de suas representações.

As informações coletadas até agora permitiram a análise das relações de autoridade e solidariedade entre os atores que se fizeram presentes nos *momentum* de eventos passados que, junto à diversidade de estruturas sociais propiciadas por diferentes formas de relação com a natureza e outras estruturas macro ao longo da história conduziram a diferentes caminhos de desenvolvimento entre as regiões estudadas.⁷

A proposta em andamento contempla ainda a análise de instituições fundamentais para a compreensão da violência no Espírito Santo, como a polícia, partidos, associações, diversas organizações sociais, políticas, e econômicas que compõe esse cenário no qual ações individuais e coletivas sustentaram posturas voltadas ora para o ganho individual dos atores, ora para o ganho mais amplo de um coletivo de atores na preservação de suas condições ou na luta por melhorias nessas condições.

Analisar a influencia do Estado como variável na produção das taxas de violência exige considerar o que é o Estado, suas formas de dominação e direta e

⁷ Adaptação ao contexto de BENDIX, 1996,p.35.



indireta e a relação deste com a sociedade. Até mesmo porque, ao assumirmos a concepção clássica atribuída a Trotsky por Weber (2007, p.56) de que “(...) todo Estado se funda na força”, discutir a influencia desta na produção de taxas de violência poderia levar a contradições. O que se coloca em questão é, ainda tomando a noção clássica de Estado, a incompletude do monopólio da violência e seu uso ilegítimo como produtores de circunstâncias nas quais se intensificam padrões de sociabilidade violenta que retornam na forma de um cada vez mais amplo questionamento da natureza do Estado, fato obscurecido por sombrias ideologias de uma normalização inadequada ou um déficit do processo civilizador que transformam objetos da violência em sujeitos de violência, retroalimentando a ilegitimidade do uso da força, ao invés de sua legitimação, e mantendo amplo espaço aberto no campo da violência privada. A tensão gerada pelo esforço de implementação do monopólio da violência por parte do Estado e a ausência de sua percepção de legitimidade dada os diferentes caminhos de normalização decorrentes das condições históricas, geográficas, culturais e mesmo pela resistência aos modelos implantados de cima para baixo e suas falhas, evidenciadas principalmente na corrupção dos próprios agentes do Estado, acabam por retardar, em especial em algumas áreas e em algumas populações, o alcance do Estado enquanto mediador e catalisador da violência legítima.

Para dar conta dessa realidade, propôs-se sistematizar duas percepções da violência, que atuam de forma independente tanto quanto se entrelaçam, interagem e interdependem. A primeira, denominamos **violência política**, referente aos atos relativos à conquista, manutenção, controle, administração e implementação das políticas do Estado, nesse caso representando por sua unidade federativa, o Espírito Santo. Essa percepção está relacionada, naturalmente, aos modelos políticos que predominam no Brasil em cada ciclo estudado e que se transpõe à realidade local, seja nos ciclos autoritários ou intervalos democráticos, onde se revelam mais explicitamente as disputas (raramente pacíficas) pelo controle do Aparelho Regional de Estado, que também ocorrem nos ciclos autoritários, porém, menos necessitadas



dos “eleitores”. À segunda percepção denominamos **violência cotidiana**, inspirado principalmente no conceito de sociabilidade violenta de Machado da Silva⁸ (1993-1997), tomando-o não como uma novidade radical, mas como uma realidade que se acumula mesmo antes que seja percebida (MISSE, 2005, p.257). Essa acumulação apresenta dois picos de intensificação, com os processos de expulsão violenta de camponeses, posseiros, indígenas no âmbito da constituição dos latifúndios do norte do estado por volta dos anos 30-50 e de des-ruralização e industrialização implementados a partir dos anos 60, que provocam intensos processos migratórios de populações em situação precária. Surgem ilhas de concentração de desvantagens (SAMPSON, 2012) ao redor das cidades médias do interior e principalmente das cidades maiores no entorno da capital que geram e reforçam ciclos que intensificam a acumulação dessa sociabilidade violenta. Em geral, a partir dos anos 30 e se intensificando com o passar do tempo, a ânsia de “civilizar”, de “modernizar” tornam essas “ilhas” cada vez mais alvo da ação “corretiva” da polícia e da atitude excludente da “boa sociedade”.

Violência no Espírito Santo: História ou histórias?

Pode-se dizer que o Espírito Santo, espremido entre as poderosas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, tendo servido de “barreira verde” no conjunto do projeto de sentido colonizador⁹ durante a maior parte da colônia e do Império, experimentou um processo de construção histórica que o diferenciou em vários aspectos dos demais estados brasileiros, em especial da região sudeste, adentrando tardiamente no cenário nacional em meio aos seus poderosos vizinhos.

⁸ A característica mais essencial da sociabilidade violenta como a transformação da força, de meio de obtenção de interesses, no próprio princípio de regulação das relações sociais estabelecidas.

⁹ “No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes.” (PRADO JR., 1996, p. 31.)



Cachoeiro de Itapemirim, principal cidade da região sul do estado, manteve fortes ligações com o Rio de Janeiro quando esta era a capital federal por conta da linha férrea cujo objetivo era escoar a produção cafeeira exportadora no fim do século XIX e primeira metade do Século XX. Tal fato se deu por conta de condições de ordem estrutural, já que o aumento da produção de café na região exigiu portos mais estruturados para a exportação do produto. A opção pelo Rio de Janeiro foi também uma opção política de manutenção de poder político por parte das oligarquias locais em contrapeso às oligarquias que controlavam a região central do estado e exportavam pelo porto de Vitória (SALLETO, 1996, p114). A distribuição de terra na região sul se deu de forma peculiar, inclusive, ao restante do Brasil, permitindo a existência de colônias de pequenos proprietários¹⁰ que, embora não se envolvessem nas questões políticas dos coronéis, de alguma forma limitavam a dependência da população regional em relação aos mesmos e, inclusive, em relação aos contextos nacionais e estaduais, já que muito de sua produção se voltava para subsistência. Além das colônias, as fazendas da região eram sobremaneira extensas, contudo, apenas uma pequena parte era cultivada. Nas crises cíclicas do café comuns no período, a existência de imigrantes predispostos a se tornarem proprietários e prontos ao sacrifício para acumular capital para esse fim e a necessidade de capital dos fazendeiros descapitalizados gerou uma fragmentação de grandes fazendas, uma maior demanda de mão de obra assalariada e uma distribuição de terra menos assimétrica (Ib,p.127) Surgia algo que poderíamos definir precariamente como “classe média” ou “classe intermediária”, composta de pequenos proprietários de terra, em geral imigrantes ou nativos brancos que passaram a existir na região sul, cujos filhos puderam obter um alto grau de instrução e acúmulo de capital cultural estudando na capital federal a um custo bem

¹⁰ Nesse ponto faço ressalvas a algumas observações de Achiamé (2010) de que a propriedade média era característica do Espírito Santo como um todo, sem discriminar as regiões. Na verdade, na Primeira República, como o próprio Achiamé adverte, o norte e noroeste do estado ainda era extremamente desabitado não cabendo falar, naquele contexto, ainda, de distribuição de propriedades. Tanto que, nas décadas que se sucedem, violentos conflitos vinculados a questões de terra eclodem no norte/noroeste entre latifundiários e posseiros, fatos que não ocorreram no sul. Assim, cremos na existência de um “protótipo” de classe média no sul a partir de um grupo intermediário menos dependente dos coronéis, e sua ausência no norte.



reduzido a considerarmos o mesmo sacrifício em outras regiões do estado. Os que voltavam reforçavam o intercambio cultural e político com a capital federal.

Tal configuração emerge da combinação não intencional de condições econômicas, naturais e ações “de cima para baixo” com pouca ou nenhuma participação efetiva dos atores regionais, ainda orientados pelo agronegócio exportador que dominava a concepção econômica nacional, mas nunca chegou a se tornar altamente lucrativo no estado, ainda que tenha se tornado a base econômica de toda a região por quase um século. Ainda no contexto da “classe média” ou “intermediária” se incluíam profissionais liberais, comerciantes e operários melhor remunerados oriundos das intensas atividades de serviços e comércio centralizadas em Cachoeiro de Itapemirim que se mantinha como um importante entroncamento fluvial e ferroviário.

Não há nenhum motivo para acreditar que contexto fortemente marcado pelo coronelismo e pelas disputas políticas intra-oligárquicos polarizadas em Cachoeiro de Itapemirim não gerassem um contexto de extrema violência. Cremos que a detalhada descrição dada por Lira Neto (2012) acerca do contexto no qual cresceu Getúlio Vargas em São Borja, no interior do Rio Grande do Sul, marcado pela corrupção do judiciário no sentido de proteger as elites dos custos de seus crimes, de uma criminalização da pobreza e da violência disseminada tanto no cotidiano quanto na vida política sirva para ilustrar com razoável fidedignidade o contexto da região sul do Espírito Santo no fim do século XIX e no começo do Século XX. A observação da imprensa da época, em especial o Jornal “O Cachoeirano”, indica que os crimes que vinham a público (e à justiça), normalmente eram crimes contra pessoas “de bem”, ou crimes ligados a facções políticas.¹¹ João Gualberto, em seu “A invenção do Coronel” (1995), um exemplo de obra analítica e crítica sobre a história do Espírito Santo, permite um vislumbre do contexto violento da região sempre mergulhada nos conflitos intra-oligárquicos pela predominância no controle político do estado.

¹¹ Observei diversos anos entre 1900 e 1925, registrando as notícias de assassinatos no âmbito de outros trabalhos de pesquisa em andamento.



A representatividade política e econômica da região que era predominante no estado no início do século XX reduziu-se de forma muito significativa. Cachoeiro de Itapemirim, que já chegou a ser responsável por um terço do PIB estadual no início do século passado, faz algumas que décadas que nunca contribui com mais de 4%. Em termos políticos, a cidade e a região que ofereceram ao estado presidentes de província, senadores, deputados e líderes atuantes nos tempos econômicos áureos, nos dias atuais amarga constantemente uma reduzida minoria parlamentar quase sempre queixosa das condições desvantajosas em angariar benefícios para suas localidades de origem¹². Enquanto no norte capixaba existem quatro cidades médias e de porte equiparável (São Mateus, Linhares, Aracruz e Colatina), na região sul, a segunda maior cidade tem menos de um quarto da população da principal cidade.

Se a proximidade com a capital federal favoreceu o desenvolvimento de uma sociedade dinâmica econômica, cultural, social e politicamente na região sul do Espírito Santo durante o fim do século XIX e início do século XX, os sinais de desgaste já se apresentavam no fim da década de vinte. A década de 30 marcou o deslocamento definitivo da centralidade política e econômica no estado. Várias razões podem ser evocadas para explicar esse deslocamento, das quais destacamos: as disputas políticas fratricidas no âmbito interno da oligarquia Monteiro; o deslocamento das exportações para Vitória pela ampliação da rede ferroviária, fortalecendo a capital e enfraquecendo os vínculos do sul com a capital federal; a ocupação do norte do estado, produzindo grandes latifundiários e potentados poderosos a concorrer com os fazendeiros do sul com certa vantagem já que, na ausência de qualquer coisa que se assemelhasse a uma classe intermediária entre os totalmente excluídos e os grandes fazendeiros, esses puderam implementar um domínio total e absoluto sobre a população, em especial no âmbito político eleitoral.

¹² Em 2012, antes das eleições municipais, eram três deputados da região sul e dez da região norte, em um total de 30 deputados. Depois das eleições municipais, a região metropolitana perdeu duas cadeiras que foram ocupadas por suplentes originários da região sul, especificamente Cachoeiro de Itapemirim.



A liderança política do estado do Espírito Santo no período eleitoral de 1930 alinhava-se com os interesses de São Paulo, comprometido com a candidatura a presidência de Julio Prestes, sustentada pelo então presidente da república Washington Luís. Ao lado dos derrotados na ruptura varguista, foi inevitável a substituição das elites governantes, provocando uma alteração na composição de forças políticas e na hierarquia regional de poder consolidando o enfraquecimento político e financeiro da região polarizada por Cachoeiro de Itapemirim, que entra em um período de desaceleração econômica e perda de influência nos rumos do estado.¹³ Mesmo o antes poderoso oligarca Jerônimo Monteiro tendo disposto certo suporte aos varguistas, viu seu domínio político fragmentado nos novos tempos.

Os “Coronéis” capixabas, com em todo Brasil, são enfraquecidos, dentre outros motivos, pela atitude tomada logo em seguida à instalação de Getúlio Vargas no poder central, que foi de desarmar totalmente os potentados locais, dando um passo fundamental para a consolidação do monopólio da violência nas mãos do estado. Desprovidos dos meios para perpetrar o poder pela força, muito maior se torna a dependência do poder local ao poder central, além de que se faz despejar a vida nua e totalmente sem controle ou fonte de renda uma leva de assalariados da violência, os antigos membros dos exércitos particulares dos fazendeiros (FACÓ, 2009,p.212). Preenchendo o vazio, a polícia será amplamente fortalecida, institucionalizada e investida de um espírito, de uma ideologia, de um papel fundamental no Estado Novo que emergia na História, responsável pela fiscalização e implementação em nível das massas do projeto político que se instaurara, desde os mínimos detalhes aos mais amplos, voltado para a glorificação do trabalho como único caminho para o enobrecimento do homem e a punição severa de qualquer aspecto que fuja a esse projeto totalizante, iniciando a perspectiva ideológica que

¹³ “Tendo apoiado a candidatura Júlio Prestes, o situacionismo capixaba continuava solidário com o presidente Washington Luís e, dentro das suas possibilidades, enfrentou os que pegaram em armas contra a legalidade. As circunstâncias em que se desenvolveram os acontecimentos no âmbito nacional e a vizinhança do Estado de Minas – cujo governo chefiava a Revolução no centro do país – tornaram difícil a posição do executivo espírito-santense.” (OLIVEIRA, 2008 p.450) Embora essa obra apresente muitas limitações de ordem interpretativa e historiográfica, é boa fonte de informações sobre a história do estado, por se sustentar, preferencialmente, sobre fontes primárias disponíveis no Arquivo Público Estadual.



marca a polícia até hoje na atuação seletiva quanto a tipos morfológicos e sociais (CANCELLI, 1991, p.52). A questão dos capangas e da polícia se tornarão aspectos fundamentais da violência que se implantará nos anos posteriores no estado.

Todos os instrumentos de coerção social e política antes disseminados entre os coronéis locais passam a se concentrar nas mãos do Interventor Federal (ACHIAMÉ, 2010, p.150), que, desprovido de legitimidade local e alçado à função por uma ruptura da ordem, deles fará uso totalmente discricionário, conforme lhe faculta sua posição, consolidando as estratégias de uso político das forças de segurança que, no Espírito Santo como em outros estados, se perpetuariam por muitas décadas a frente. Essa é passagem do primeiro para o segundo ciclo de acumulação social da violência.

Enquanto na Primeira República a região sul mantinha controle sobre os rumos do estado, na região norte ainda era terra a se “conquistar” dos índios “bravos” e “ferozes”. Esse quadro também começa a mudar a partir dos anos 30. Com a perda de prestígio do sul e o deslocamento do eixo político e econômico para a capital, a região passou a ser uma “(...) ideia fixa para a elite capixaba, a ponto de essa ‘marcha para o norte’ garantir o futuro estadual (...)” (Ib,p.62). Pode-se perceber com muita clareza no Espírito Santo do Estado Novo o quadro que José Maurício Domingues (2004, p.190) considera típico em todo o processo de desenvolvimento brasileiro, de uma “modernização conservadora”.

Esse conceito foi desenvolvido por Barrington Moore JR para explicar os processos de modernização observados pelo autor na Alemanha e no Japão que se fizeram sob o controle das elites agrárias antes dominantes (1973, p.438)¹⁴. A preservação de massas rurais no norte do Estado; a associação do novo regime, ainda que em outros termos, às oligarquias agrárias predominantes da República Velha e a submissão a seus termos, são apenas alguns aspectos que sustentam essa interpretação. Apesar das resistências locais à modernização, o poder central impunha sua agenda. A política federal de erradicação dos cafezais nos anos 60

¹⁴ (...) conservative modernization, these semiparliamentary governments tried to preserve as much of the original social structure as they could, fitting large sections into the new building wherever possible.



somada à idéia de que a industrialização seria a única forma de redenção do estado do Espírito Santo de sua situação de inferioridade causou a desagregação definitiva das oligarquias, a falência de pequenas e médias propriedades e, conseqüentemente, a intensificação da migração para os centros urbanos (LOBINO, 2008; SILVA, 1995). Em algumas áreas rurais ao norte do estado houve uma ainda maior concentração de terras nas mãos de latifundiários¹⁵. Na região metropolitana e nas cidades principais surgem periferias urbanisticamente precárias. Mais adiante, já no período militar, os investimentos se concentram na capital e no norte. Como vemos no quadro abaixo elaborado por José Teixeira de Oliveira (2008 p.491), apenas um grande empreendimento para a região sul, a ser instalado no município de Anchieta.

GRANDES PROJETOS	Grupos empresariais	Localização	INVESTIMENTO FIXO (em 10 milhões de US\$ de 1973)		Escala final de produção	Fase atual
			1.ª fase 1974/78	2.ª fase 1979/83		
COMPLEXO SIDERÚRGICO						
Usina de semi-acabados	Companhia Siderúrgica de Tubarão	Grande Vitória	1 900,0	520,0	6.000.000 t/ano	início da obra março/75
Usina de acabados não planos	Cofavi + Associados estrangeiros	“ “	720,0	510,0	2.600.000 t/ano	em estudo
Usina de acabados planos	Siderbras + Republic Steel	“ “	110,0	–	1.500.000 t/ano	em negociação
Novas usinas de pelotização	Itabasco – Inibras – Nipobras	“ “	200,0	–	12.000.000 t/ano	em implantação
Usina de pelotização ¹⁶	Samarco	Anchieta	70,0	–	5.000.000 t/ano	em implantação
COMPLEXO PARA-QUÍMICO						
Fábrica de celulose	Aracruz Celulose S/A	Aracruz	227,0	153,0	800.000 t/ano	em implantação
Fábrica de celulose	Flonibra	S. Mateus	93,0	417,0	800.000 t/ano	em projetamento
Usina de minerais físeis	CBTN + Associados estrangeiros	Aracruz	80,0	–		em estudo
COMPLEXO NAVAL						
Estaleiro de reparos	Renave + Lisnave	Grande Vitória	250,0	–	navios até 400.000 TPB	em projeto de engenharia
Estaleiro de construção		“ “	100,0	–	navios até 250.000 TPB	contatos preliminares
Estaleiro de desmonte	Nisibra	“ “	0,6	–	navios até 80.000 TPB	em implantação
COMPLEXO PORTUÁRIO						
Porto de Vitória-Tubarão ¹⁷	Administração do Porto de Vitória	Grande Vitória	143,0	179,5	navios até 270.000 TPB	(III)
Porto de Ubu	DNPVN + Samarco	Anchieta	30,0	–	navios até 100.000 TPB	em estudo
Porto de Baía de Vitória	DNPVN + Samarco	Aracruz	15,0	–	navios até 60.000 TPB	em estudo
Porto de Linhares	DNPVN + Flonibra	S. Mateus	80,0	150,0	navios até 100.000 TPB	em estudo
Porto Siderúrgico	DNPVN + Cia. Siderúrgica de Tubarão	Grande Vitória	120,0	–	navios até 100.000 TPB	em projetamento
COMPLEXO TURÍSTICO						
Cidade do Sol	Emcatur	Guarapari	85,0	90,0		projeto final em estudo
Parque Juparanã		Linhães	–	–		

¹⁵ Embora o Espírito Santo seja considerado um caso atípico no cenário nacional em termos de distribuição de terra, a generalização ignora a especificidade. Como temos argumentado aqui, a distribuição de terras mais igualitária se concentra na região sul. A região norte é marcada por uma concentração de terras e vive uma tendência ainda maior de concentração. Um excelente estudo pode ser consultado nesse respeito. BERNARDO NETO, 2009.



Apesar de ter se tornado obsessão estadual desde os anos 30, dos empreendimentos industriais e das descobertas de petróleo que trouxeram investimentos vultuosos nas cidades litorâneas da região, acompanhados de um crescimento urbano intenso, a evidente precariedade econômica e social dessa região do Espírito Santo foi argumento para que os municípios ali localizados fossem incluídos pela lei 9.690 de 15 de julho de 1998 na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE¹⁶. O rápido e abrupto desenvolvimento econômico e urbano da região produziu campo fértil para o desenvolvimento de relações sociais mediadas pela força, em um contexto de desorganização e desigualdade social.

A ocupação do norte do estado se deu a custo de muita violência. Um exemplo claro do clima da região até os anos 60 é o episódio protagonizado por Udelino Alves de Matos, um tipo de Antonio Conselheiro capixaba de tempos tardios, que fundou o Estado da União de Jeovah, aproveitando o clima produzido pelos intensos conflitos entre latifundiários, posseiros e índios. Os relatos de crueldade e de massacres de ambos os lados são fartos e ilustram um pouco de como se deu essa “marcha para o norte” (SOUZA, 1998). As marcas desse modelo de ocupação mantêm-se presente na região em personagens que povoam a crônica policial capixaba, tais como pistoleiros, assassinos profissionais e vítimas de conflitos de terra.

A partir dos anos 60 as elites urbanas do estado, concentradas principalmente na capital e nas regiões metropolitanas absorvem o temor pelo “fantasma” da violência urbana, da subversão e do “perigo social” apregoado principalmente pela mídia e pelo regime ditatorial que se instalou em 64, que se dissemina em todas as regiões do estado em diferentes intensidades. O terceiro ciclo do da acumulação social da violência no Espírito Santo é marcado pela emergência de personagens típicos desse processo, como grupos de extermínio, bandidos temidos, eventos cinematográficos, na esteira da intensificação de conflitos ligados ao comércio de

¹⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9690.htm



mercadorias ilegais, principalmente entorpecentes. Nos ciclos anteriores, a utilização do aparato repressivo do Estado se dava sob o argumento de “manter a ordem”. A expansão de formas de organização criminosa e uma vinculação dos agentes do Estado muito forte com o crime propriamente dito, com os interesses exclusivamente privados e a utilização (não a “confusão”) dos recursos públicos, principalmente de justiça e segurança, para a proteção dos interesses puramente econômicos de âmbito ilegal, marcando assim a transformação de ilicitudes em mercadorias políticas (MISSE, 2006, p.211-228).

Diversos são os casos de autoridades de alta patente do estado envolvidas com situações criminosas, como o irmão do ex-governador Christiano Dias Lopes, José Dias Lopes, indicado como líder de um dos mais famosos grupos de extermínio do estado nos anos 60 (GUIMARÃES, 1978), diversos magistrados, coronéis da Polícia Militar, policiais civis e chegando a parlamentares e até a presidência da Assembleia Legislativa.

Esse processo se intensificou nos anos dos governos militares e eclodiu definitivamente no período de redemocratização. O estado chegou à instabilidade política quase total, quando foi assolado por assassinato de juízes, advogados, denúncias de corrupção com valores estratosféricos, pagamentos de servidores atrasados, dentre tantos outros graves problemas. Já desde o assassinato do advogado Marcelo Denadai, em 2002, o governo federal estava pressionado por um pedido de intervenção no estado governado por um político aliado e do mesmo partido do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Contornando a intervenção propriamente dita, FHC enviou uma missão especial com o objetivo de combater a corrupção, dando início a um processo de recuperação institucional. O Juiz Alexandre Martins, que fazia parte dessa equipe e acumulou inimizades por denunciar um grave esquema de vendas de sentenças na Vara de Execuções Penais, foi assassinado quando chegava a uma academia, num raro momento em que se encontrava sem escolta policial. Sua morte teria sido encomendada por um consórcio de personalidades criminosas que ele teria contribuído para levar à prisão,



que consistiam em coronéis, outros juízes e políticos¹⁷. Os julgamentos do Coronel Ferreira e do Juiz Antonio Leopoldo, principais acusados de “encomendarem” o assassinato seguem a passos lentos e sempre polêmicos. Os executores foram rapidamente presos após o crime. Cabe frisar, entretanto, que existem outras versões para o crime. Segundo a principal delas, dada pelo jornalista Rogério Medeiros, ex militante político, responsável pelo site jornalístico Século Diário e experiente em coberturas na área criminal o crime em nada teria vínculo com o ambiente institucional da época, tendo sido uma ocorrência de latrocínio causada pela tentativa de reação do jovem juiz ao assalto de seu automóvel. A repercussão dada ao caso tratou-se uma oportunidade para criar um “mártir” e produzir novas formas de extorsão¹⁸. São muitas as teorias conspiratórias em torno do assassinato do juiz.

De 2003 para cá os acontecimentos indicam uma reversão da crise institucional. Enquanto todo esse cenário se desenrolava desde os anos 60, em certas áreas periféricas das grandes e médias cidades intensificaram-se o surgimento de bairros, comunidades e regiões nas quais, diante da incapacidade do aparelho regional de Estado de responder adequadamente às conseqüências da rápida urbanização e des-ruralização do estado, ampliou-se sobremaneira a concentração de desvantagens, produzindo um ambiente cujos padrões de sociabilidade violenta se intensificaram atraindo uma mais intensa ação repressiva e extorsiva dos operadores de segurança e a exploração de mercados ilegais dada a incapacidade de absorver essas populações no mercado de trabalho fosse por razões econômicas ou pelas tradicionais ideologias excludentes. Principalmente na

¹⁷ Uma fonte de informações sobre esse período pode ser encontrada no livro “Espírito Santo”, escrito por Luiz Eduardo Soares, Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, colega do juiz assassinado e Rodney Rocha Miranda, secretário de segurança da época. Particularmente, faço ressalvas à obra pelo tom ufanista acerca da contribuição do governo Paulo Hartung para a recuperação institucional do estado. Alguns aspectos são romantizados. É preciso lembrar que a gestão do ex-governador Paulo Hartung, embora tenha sido importante para a reestruturação econômica e institucional do estado, foi, para alguns, um desastre em termos de Direitos Humanos, com inúmeros problemas nas prisões, recordes em taxas de homicídios, dentre outros problemas. Além de quê, alguns jornalistas capixabas apontam o próprio Paulo Hartung como suspeito de mandar assassinar o juiz, e o livro seria uma estratégia para acobertar o caso.

¹⁸ Entrevista concedida ao autor e ao Prof.Dr.Pedro Ernesto Fagundes na sede do site Século Diário, em janeiro de 2013.



capital e na região metropolitana surgem bolsões cujas altíssimas taxas de violência letal parecem ser um fenômeno extremamente circunscrito. Ilhas de mortes desprezadas cercadas por contextos urbanos que, a menos em nível municipal, são reconhecidos como de razoável renda, desenvolvimento e qualidade de vida.

CONCLUSÃO

Esse texto é parte de um projeto em andamento e considera que ainda existem diversas lacunas nas hipóteses propostas assim como na própria estrutura teórica em desenvolvimento para sustentação das hipóteses apresentadas. Por outro lado, as evidências empíricas sobre as influências das variáveis políticas na violência e, em especial na violência letal nos parecem suficientes para investir nessa direção, buscando uma explicação mais profunda para números frios e duvidosos que clamam por interpretações mais adequadas. De início, podemos sugerir que a relação descentralização/centralização percebida ao longo da história do Brasil entre poder central e poderes regionais e as reações dos poderes regionais diante dos movimentos modernizantes impostos pelo poder central ao Espírito Santo foram uma variável importante na formação de ambiências favoráveis à expansão da violência letal tanto no interior quanto nas áreas mais urbanizadas. A reestruturação da polícia promovida nos anos Vargas vem me suscitando questões, principalmente em relação aos papéis fundamentais que essa instituição vai assumir no decorrer da história da acumulação social da violência em ciclos posteriores. Parece-nos razoavelmente óbvio, inclusive, sugerir que os ciclos autoritários afetaram como variável política o problema da violência no estado capixaba, restando muito mais avaliar como esses efeitos se fizeram sentir e se há alguma relação entre a transição do regime autoritário para o democrático no ambiente de profunda desorganização institucional que se instaurou no Espírito Santo na década de 90, e mesmo em comparação ao interregno democrático anterior ao golpe militar de 64. Por fim, é preciso verificar se os “recordes” nas taxas de homicídio alcançados pelo estado nos



famigerados rankings, principalmente na primeira década do século XXI refletem uma situação de agravamento de aspectos relativos à violência e criminalidade em si ou a reestruturação institucional dos poderes públicos e, conseqüentemente, seus recursos gerenciais e de controle de dados. Essa é agenda que tenho perseguido nos últimos anos e com a qual pretendo contribuir para uma mais ampla teorização da acumulação social da violência em diversos contextos e o papel do Estado como esse “monopolizador” da violência que consente com a existência de “margens” e “exceções” em sua exclusividade.

REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)**. Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro. FGV, 2010.167p. (p 104)

BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**. Edusp. São Paulo, 1996.401p.43

BERNARDO NETO, Jaime. **Pequenas propriedades rurais e estrutura fundiária no Espírito Santo**: uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Geografia. Vitória, 2009.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência. Repressão e Estado policial na Era Vargas (1930-1945)**. Tese apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual de Campinas para obtenção de título de Doutor em História. Campinas, 1991.p 52.

DOMINGUES, José Maurício. **Ensaio de Sociologia**. Teoria e pesquisa .Editora UFMG. Belo Horizonte, 2004.262p. p188

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa, Edições 70, 1999, pp. 141-142.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Gênese e lutas. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 2009. p.212

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 3ª Ed.Rio de Janeiro. Globo, 2001.



GEERTZ, Clifford. **Islã observed**. Religious development in Marroco and Indonesia. Phoenix Editions, 1971. Tradução livre.

GUALBERTO, João. **A invenção do coronel**. Ensaio sobre o imaginário político brasileiro. Vitória. SPDC/UFES, 1995.233p.

GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. **A chancela do crime**. A verdadeira história do esquadrão da morte. Rio de Janeiro. Âmbito Cultural Edições, 1978.441p.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 7ª Ed. Cia das Letras. São Paulo, 2012.

LEMOS, Miguel, MENDES, R.Teixeira. **Representação enviada ao Congresso Nacional propondo modificações no projeto de Constituição apresentado pelo governo**. 2ª Ed. Igreja Positivista do Brazil. Rio de Janeiro, 1935 (idêntico ao original de dezembro de 1890). Mimeo.

LOBINO, Camilla Ferreira. **As entidades associativas não governamentais e o monocultivo do eucalipto no Espírito Santo**. Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

MACEDO, Fernando Cezar. MAGALHÃES, Diego Franco. Formação econômica do espírito santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. **Revista de História Regional** 16(1): 61-99, Verão, 2011.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2005, p 257

MISSE, Michel. **Malandros, marginais & vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado Rio de Janeiro. IUPERJ, 1999.

MOORE, Barrington. **Social origins of dictatorship and democracy**. Lord and peasant in the making of the modern world. Penguin University Books. Great Britain, 1973.571p.

NETO, Lira. **Getúlio**. 1882-1930. Dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo Cia das Letras, 2012, 629p.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. 3 ed. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Cultura. Vitória – ES, 2008



PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1996

PUTNAM, Robert P. **Make democracy work**. Civic traditions in modern Italy. Princeton University Press, 1993.

SALLETO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo**. Edufes, Vitória, 1996.

SAMPSON, Robert J. **Great american city**. Chicago and enduring neighborhood effect. The University Chicago Press. Chicago, 2012.

SKOCPOL, Theda. Emerging Agendas and Recurrent Strategies in Historical Sociology. In SKOCPOL, Theda. **Vision and method in historical sociology**. Cambridge University Press. 1994.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. As co-variáveis políticas das mortes violentas. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, Vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 192-212

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não matará**s. Desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo (et al). **Espírito Santo**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2009.

SOUZA, André Luiz Gomes de. **União do Estado União de Jeovah**. IHGES, Vitória, 1998.

TALLON, M. D. **História do Espírito Santo – ensaio sobre sua formação histórica e econômica**. Vitória: IHGES, 1999.

WALBERG, Peter. **Economic change, crime, and mortality crisis in Russia: regional analysis**. BMJ VOLUME 317 1 AUGUST 1998

ZORZAL EVSILVA, Marta. **Espírito Santo: Estado, interesse e poder**. FCAA/SPDC: UFES. Vitória/ ES, 1995.

WEBER, Max. **Ciência e política duas vocações**. 20ª Ed. 2007.





PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA DO CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO: A INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 45 E 46, DA LEI 8212/91

SANTOLINI, Ricardo Benevenuti ¹

Resumo

O trabalho possui como finalidade efetuar um estudo acerca da prescrição e decadência como forma de extinção do crédito previdenciário. Contudo, é necessário abordar ainda as diferenças básicas existentes entre os dois institutos dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, importante mencionar a evolução das normas de prescrição e decadência inerentes ao direito previdenciário, uma vez que existiam grandes discussões jurisprudenciais a respeito da constitucionalidade dos institutos previstos na Lei 8212/91 e atualmente encontra-se previsto junto ao Código Tributário Nacional, mais precisamente nos artigos 173 e 174.

Palavras-chave: prescrição; decadência; crédito tributário; direito; ação.

1 SÍNTESE INTRODUTÓRIA

O estudo do direito previdenciário brasileiro é bastante recente, tendo surgido de fato no ano de 1991, com a promulgação das Leis 8212, que trata sobre o regime jurídico das contribuições previdenciárias e 8213, que dispõe sobre os benefícios previdenciários. Esta legislação previdenciária vem sofrendo significativas alterações desde sua vigência.

Será analisado ainda ao longo do presente trabalho as diferenças existentes entre os institutos da prescrição e decadência e as alterações existentes dentro da Lei 8212/91 acerca da matéria, demonstrando qual norma que rege estes institutos previdenciários atualmente.

¹ Pós Graduando em Direito Previdenciário pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário São Camilo – ES. – santolini-benevenuti@hotmail.com



2 DIFERENÇAS BÁSICAS ENTRE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

A seguir será realizado um estudo minucioso acerca das diferenças existentes entre a prescrição e a decadência previdenciárias.

2.1 A aplicabilidade do instituto da prescrição dentro do ordenamento jurídico previdenciário

Antes de realizar um estudo minucioso acerca da prescrição no âmbito previdenciário, é necessário informar o conceito de prescrição pela doutrina de forma ampla. Com isso, o entendimento de Damásio de Jesus é de que a prescrição é “a perda do poder-dever de punir do Estado pelo não exercício da pretensão punitiva ou da pretensão executória durante certo tempo”².

Porém, tal conceito acima mencionado de prescrição não interessa para o direito previdenciário, mas sim é relevante para tal matéria o conceito existente no artigo 189, do Código Civil, que trata da seguinte forma:

Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.

O doutrinador Humberto Theodoro Junior ainda elenca como imprescindíveis as seguintes elementares para a existência da prescrição, conforme se segue:

- a) exista o direito material da parte a uma prestação a ser cumprida, a seu tempo, por meio de ação ou omissão do devedor;
- b) ocorra a violação desse direito material por parte do obrigado, configurando o inadimplemento da prestação devida;
- c) surja, então, a *pretensão*, como consequência da violação do direito subjetivo, isto é, nasça o *poder de exigir a prestação* pelas vias judiciais; e, finalmente;

² JESUS, Damásio Evangelista de. Prescrição Penal. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.



d) se verifique a *inércia* do titular da pretensão em fazê-la exercitar durante o prazo extintivo fixado em lei.³

O instituto da prescrição dentro da esfera previdenciária deve estar atrelada a um direito processual, sendo que o mesmo versa sobre a perda da ação existente e não do direito propriamente dito.

Para que esta prescrição ocorra, é necessário que uma das partes manifeste e comprove a existência deste instituto dentro do processo em estudo, não podendo a existência da prescrição ser alegada de ofício pelo magistrado.

Insta dizer ainda que no caso da prescrição a mesma pode, a qualquer momento do processo, ser suspensa ou interrompida, de acordo com cada caso especificamente.

2.2 A decadência e sua incidência no âmbito previdenciário

Como já foi mencionada anteriormente, a prescrição e a decadência possuem sua linha de entendimento bem próxima, gerando assim um grande conflito no entendimento entre suas diferenças básicas.

A decadência incide sobre o direito material que se busca naquele processo em específico, e não sobre as normas de direito processual, como acontece dentro do instituto da prescrição. Em outras palavras, o que se perde neste caso é o direito o qual é buscado pelo requerente naquele processo específico.

A decadência ainda poderá ser arguida de ofício pelo magistrado, não dependendo que qualquer das partes realize uma análise e se manifeste especificamente pela extinção do feito.

³ THEODORO JÚNIOR, Humberto. Comentários ao novo Código Civil: Dos defeitos do negócio jurídico ao final do Livro III – arts. 185 a 232. Rio de Janeiro: Forense, 2003. 3 v, p. 132.



Enquanto na prescrição pode ser realizada sua interrupção ou suspensão, na decadência não existe a possibilidade de ocorrer qualquer paralização do prazo processual.

Assim como na prescrição, também existem os entendimentos doutrinários acerca da decadência, conforme explicita a doutrinadora Maria Helena Diniz em sua obra Curso de Direito Civil brasileiro “é a extinção do direito pela inação de seu titular que deixa escoar o prazo legal ou voluntariamente fixado para seu exercício”⁴

3 A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 45 E 46, DA LEI 8212/91

Como já mencionado anteriormente, a Lei 8212/91 foi criada com o intuito de dispor acerca do Plano de Custeio das Contribuições Previdenciárias. Desta forma, os artigos 45 e 46 da referida lei tratavam acerca da prescrição e decadência do crédito previdenciário, conforme se afigure abaixo a antiga redação:

Art. 45. O direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.

§ 1º Para comprovar o exercício de atividade remunerada, com vistas à concessão de benefícios, será exigido do contribuinte individual, a qualquer tempo, o recolhimento das correspondentes contribuições.

§ 2º Para apuração e constituição dos créditos a que se refere o parágrafo anterior, a Seguridade Social utilizará como base de incidência o valor da média aritmética simples dos 36 (trinta e seis) últimos salários-de-contribuição do segurado.

§ 3º No caso de indenização para fins da contagem recíproca de que tratam os arts. 94 a 99 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a base de incidência será a remuneração sobre a qual incidem as contribuições para o regime específico de previdência social a que estiver filiado o interessado, conforme dispuser o regulamento, observado o limite máximo previsto no Art. 28 desta Lei.

⁴ DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 1 v, p. 395.



§ 4º Sobre os valores apurados na forma dos §§ 2º e 3º incidirão juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento.

§ 5º O direito de pleitear judicialmente a desconstituição de exigência fiscal fixada pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS no julgamento de litígio em processo administrativo fiscal extingue-se com o decurso do prazo de 180 dias, contado da intimação da referida decisão.

§ 6º O disposto no §4º não se aplica aos casos de contribuições em atraso a partir da competência abril de 1995, obedecendo-se, a partir de então, às disposições aplicadas às empresas em geral.

Art. 46. O direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma do artigo anterior, prescreve em 10 (dez) anos.⁵

Porém, com o passar do tempo, o posicionamento jurisprudencial era de que os artigos 45 e 46, da Lei 8212/91 deveriam ser declarados inconstitucionais, já que o entendimento constitucional é no sentido de que as contribuições sociais devem seguir o mesmo critério de regime prescricional e decadencial aplicáveis ao direito tributário. Com isso, é relevante mencionar julgados para melhor compreensão:

STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL: AgRg no REsp 1000691 RS 2007/0256478-8 - EXECUÇÃO FISCAL PRESCRIÇÃO ADESAO AO REFIS INOVAÇÃO EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO TRIBUNAL DE ORIGEM ARTIGO 3º, I, DA LEI N. 9.964/2000 FALTA DE PREQUESTIONAMENTO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 46 DA LEI N. 8.212/91 RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E IMPROVIDO. Em suas razões, alega a agravante que: a) "muito embora não se tenha sido suscitado anteriormente, o art. 3º da Lei 9964/00, o foi na primeira oportunidade que a Fazenda Nacional tinha para fazê-lo"; b) "o acórdão recorrido deixa de aplicar o art. 46 da Lei 8212/91, com amparo em Arguição de Inconstitucionalidade, acolhida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, acerca do art. 45 da mesma lei. Ora, observando-se que não se trata do mesmo dispositivo legal, resta evidente o erro da decisão agravada, devendo, caso se entenda inconstitucional o art. 46 da Lei 8212/91, ser argüida a inconstitucionalidade de tal dispositivo na Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministro Humberto Martins. Agravante: Fazenda Nacional. Procurador: Luiz fernando Jucá Filho e outro. Advogado: Carlos de Souza Gomes e outro.⁶

⁵ BRASIL. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Lei 8212/91. Disponível em: <www.daf.uerj.br/documents/sides_b/8212.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2013.

⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7090176/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1000691-rs-2007-0256478-8-stj/relatorio-e-voto>>. Acesso em: 19 abr. 2013.



TRF3 - APELAÇÃO CÍVEL - 444465: AC 92368 SP 98.03.092368-4 - PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE A REMUNERAÇÃO PAGA A AVULSOS, AUTÔNOMOS E ADMINISTRADORES. LEI 7787/89, ARTIGO 3º, INCISO I. RESOLUÇÃO Nº 14 DO SENADO FEDERAL. LEI 8212/91, ARTIGO 22, INCISO I. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. CONHECIMENTO DE OFÍCIO. SUPERVENIÊNCIA DA LEI N. 11.280/06. REPETIÇÃO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. [...] Os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/91 não se aplicam à espécie, quanto aos prazos decadencial e prescricional dos indébitos, pois a CF/88 devolveu às contribuições previdenciárias a natureza de tributo, ex vi do caput do seu artigo 149. A natureza da contribuição em tela implica submissão às normas de direito tributário. Processo: AC 92368 SP 98.03.092368-4. Relator(a): JUIZ ANDRE NABARRETE. Julgamento: 30/04/2007. Publicação: DJU DATA:13/06/2007 PÁGINA: 340.⁷

STJ - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO: EDcl no AgRg no Ag 784390 SP 2006/0126536-0 - PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. ARTS. 45 E 46 DA LEI Nº 8.212/91. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. 1. O Tribunal a quo negou a pretensão da agravante sob ótica essencialmente constitucional, de competência do STF e, portanto, fora do âmbito de apreciação do recurso especial. 2. Embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos. Relator: Ministro Carlos Meira. Embargante: Mannesmann Dematic LTDA. Advogado: Luciana Vilardi Vieira de Souza e outros. Embargado: Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Procurador: Carlos Alberto Lima de Loureiro e outros.⁸

Desta forma, tendo em vista sucessivas jurisprudências declarando a constitucionalidade dos artigos 45 e 46, da Lei 8212/91, uma vez que somente poderá ser instituído qualquer tipo de lei a respeito de prescrição e decadência tributária mediante lei complementar, conforme previsão legal do artigo 146, III, “b”, da Constituição Federal. No caso em tela, a lei que regulamentava a decadência e prescrição previdenciárias era através a Lei 8212/91, que é uma lei ordinária e que encontra-se em vigor até o presente momento, sendo revogado somente a parte que dispunha sobre os artigos 45 e 46, da Lei.

⁷ BRASIL. Tribunal Regional Federal. Apelação Cível. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2171835/apelacao-civel-444465-ac-92368-sp-9803092368-4-trf3>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/9017396/embargos-de-declaracao-no-agravo-regimental-no-agravo-de-instrumento-edcl-no-agrg-no-ag-784390-sp-2006-0126536-0-stj/inteiro-teor>>. Acesso em: 19 abr. 2013.



Devido a este vício contido na norma foi editado a súmula vinculante 8, editada pelo STF no ano de 2008, que estabeleceu a matéria da seguinte forma:

São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.⁹

Com isso, a partir do momento da entrada em vigor desta súmula vinculante as matérias inerentes a prescrição e decadência dos benefícios previdenciários foram pacificadas pelo Supremo Tribunal Federal como inconstitucionais, devendo agora ser regidas pela legislação tributária.

Porém, não basta que a súmula vinculante exista para que os artigos inconstitucionais desapareçam do ordenamento jurídico brasileiro era necessário a edição de uma lei complementar. Desta forma, no dia 19 de dezembro de 2008 foi editada a Lei Complementar nº. 128/2008 que revogou os artigos 45 e 46 da Lei 8212/91, conforme consta em seu artigo 13, inciso I, alínea “a”:

Art. 13. Ficam revogados:

I – a partir da data de publicação desta Lei Complementar:

a) os arts. 45 e 46 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;¹⁰

Desta forma, as matérias de prescrição e decadência previdenciárias que antes permaneciam a cargo da Lei 8212/91 agora estava sendo regidas através do Código Tributário Nacional, mais precisamente através dos artigos 173 e 174.

⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante 8. Disponível em: <http://www.dji.com.br/normas_inferiores/regimento_interno_e_sumula_stf/0008vinculante.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.

¹⁰ BRASIL. Receita Federal. Lei Complementar 128, de 19 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2008/leicp128.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2013.



4 A APLICABILIDADE DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA DE CRÉDITOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

O artigo 173 do Código Tributário Nacional vem dispondo acerca da decadência tributária e previdenciária, que é o prazo determinado para que a Fazenda Pública constitua um crédito desta natureza. O prazo para a decadência do crédito tributário é de cinco anos, que pode ser iniciado em duas situações que estão previstas nos incisos do artigo supra mencionado:

- I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.¹¹

O inciso I do artigo 173 relata acerca do entendimento de que já existe o fato gerador, mas que o lançamento já poderia ter sido efetuado, porém, não ocorreu. O prazo decadencial que a legislação tributária prevê são de cinco anos.

Além disso, ainda pode acontecer do lançamento previdenciário ter sido realizado, mas que encontra-se em discussão algum tipo de vício neste lançamento. Nesta decisão que anular o lançamento tributário transitar em julgado será desfeito o lançamento e o prazo decadencial se inicia, através previsão legal do inciso II do artigo 173, do CTN.

Relevante mencionar ainda os entendimentos jurisprudenciais a respeito do referido tema:

TRF1 - APELAÇÃO CÍVEL: AC 2 BA 2006.33.05.000002-8 - TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DÉBITO NO PERÍODO POSTERIOR À CONSTITUIÇÃO DE 1988. DECADÊNCIA. PRAZO QUINQUENAL. ART. 173, DO CTN. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 45 E 46, DA LEI N. 8.212/91 DECLARADA PELO STF. 1. A

¹¹ BRASIL. Lei 5172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.



Súmula Vinculante 8 do Supremo Tribunal Federal declarou que são inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei 1.569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário. 2. A constituição de créditos tributários previdenciários rege-se pelo art. 173 do CTN, extinguindo-se no prazo de 5 (cinco) anos, sujeitando-se o tributo também ao prazo prescricional de 5 anos do art. 174 do CTN para a cobrança judicial. Caso tivesse ocorrido o pagamento da contribuição, a constituição do crédito tributário ficaria sujeita ao disposto no § 4º do art. 150 do CTN, logo, se ultrapassado o prazo de cinco anos do pagamento, sem a manifestação da autoridade fazendária, a mesma decairia do direito de constituir o crédito em face da ocorrência da homologação tácita. Não verificado o pagamento, incide a norma do art. 173, I, do CTN, assim, a decadência do direito de constituição do crédito. 3. No caso sob exame, o lançamento fiscal diz respeito a contribuição previdenciária referente à competência de maio de 1996, cujo lançamento pela notificação fiscal de débito se deu em 11/9/2003. Portanto, a decadência fez perecer o direito de constituir o crédito tributário na hipótese. 4. Apelação provida. Processo: AC 2 BA 2006.33.05.000002-8. Relator(a): JUIZ FEDERAL SAULO JOSÉ CASALI BAHIA. Julgamento: 29/05/2012. Órgão Julgador: 7ª TURMA SUPLEMENTAR. Publicação: e-DJF1 p.1117 de 27/07/2012.¹²

STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL: AgRg no AREsp 246032 PE 2012/0217849-6 - TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LANÇAMENTO POR ARBITRAMENTO. PRAZO DECADENCIAL QUINQUENAL. ART. 173, I, DO CTN. VÍCIO FORMAL DO INCISO II DO ART. 173 DO CTN AFASTADO PELA CORTE DE ORIGEM. VERIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.1. O art. 173, II, do CTN versa sobre a decadência do direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário quando sobrevém decisão definitiva, judicial ou administrativa, que anula o lançamento anteriormente efetuado, em face da verificação de vício formal. Nesse caso, o marco decadencial inicia-se na data em que se tornar definitiva a aludida decisão anulatória. 2. In casu, o Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, ao dar provimento ao recurso de apelação da contribuinte e ao apreciar os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional, afastou a configuração da hipótese prevista no inciso II do art. 173 do CTN, por entender que o equívoco do agente fiscal, no lançamento anterior (NFLD 35.387.001-3), o qual ensejou sua nulidade e substituição por outro (NFLD 35.446.272-5), não configura vício formal a atrair a aplicação da referida disposição legal. 3. Modificar o acórdão recorrido, como pretende a recorrente, no sentido da configuração do vício formal, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte em vista do óbice da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido. Processo: AgRg no AREsp 246032 PE 2012/0217849-6. Relator(a): Ministro

¹² BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação Cível. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21998607/apelacao-civel-ac-2-ba-20063305000002-8-trf1>>. Acesso em: 20 abr. 2013.



HUMBERTO MARTINS. Julgamento: 05/02/2013. Órgão Julgador: T2 - SEGUNDA TURMA. Publicação: DJe 19/02/2013.¹³

Além da decadência tributária, existe ainda o dispositivo da prescrição tributária que rege as contribuições previdenciárias brasileiras. Este instituto encontra-se previsto no artigo 174, do Código Tributário Nacional e relata que o prazo para requerer a cobrança de um determinado crédito tributário será de cinco anos, mesmo lapso temporal aplicável a decadência.

O parágrafo único do artigo 174 vem trazendo uma característica exclusiva da prescrição, que é a possibilidade de interrupção deste prazo. Com isso, os incisos do tipo legal acima mencionado vem trazendo quando é possível a ocorrência desta interrupção, conforme se vislumbra abaixo:

- I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; (Redação dada pela Lcp nº 118, de 2005)
- II - pelo protesto judicial;
- III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.¹⁴

Analisando com afinco a decadência e a prescrição tributária, denota-se que aplica-se o mesmo entendimento já mencionado no presente trabalho, momento em que a prescrição cessa o direito de cobrança de um crédito tributário que tenha um prazo superior a cinco anos, podendo requerer o cumprimento somente deste lapso temporal. Porém na decadência tributária acontece o inverso, e de acordo com a previsão do parágrafo único do artigo 173, do CTN denota-se que, cessados os cinco anos previstos no tipo legal, o direito de lançamento do crédito tributário se extingue por completo.

¹³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23053357/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-246032-pe-2012-0217849-6-stj>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

¹⁴ BRASIL. Lei 5172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista todos os entendimentos e argumentações acima descritas, fica nítido que a prescrição e decadência previdenciários estavam em vigor até o ano de 2008 de forma inconstitucional, uma vez que Constituição atual prevê a exigência de lei complementar para alteração de normas de cunho tributário e previdenciário, conforme previsão do artigo 146, inciso I, da Constituição Federal.

Desta forma, com a entrada em vigor da súmula vinculante 8, editada pelo STF no ano de 2008, bem como a Lei Complementar 128/2008 remontou todo o entendimento acerca da prescrição e decadência do direito previdenciário, não sendo mais aplicável a caracterização do instituto conforme a antiga redação dos artigos 45 e 46, da Lei 8212/91, mas sim os artigos 173 e 174, do Código Tributário Nacional, sendo reconhecidos os institutos da prescrição e decadência na mesma forma que o direito tributário.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei 5172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.

BRASIL. **Receita Federal. Lei Complementar 128, de 19 de dezembro de 2008.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2008/leicp128.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23053357/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-246032-pe-2012-0217849-6-stj>>. Acesso em: 20 abr. 2013



BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/9017396/embargos-de-declaracao-no-agravo-regimental-no-agravo-de-instrumento-edcl-no-agrg-no-ag-784390-sp-2006-0126536-0-stj/inteiro-teor>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7090176/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1000691-rs-2007-0256478-8-stj/relatorio-e-voto>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante 8.** Disponível em: <http://www.dji.com.br/normas_inferiores/regimento_interno_e_sumula_stf/0008vinculante.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.

BRASIL. **Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação Cível.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21998607/apelacao-civel-ac-2-ba-20063305000002-8-trf1>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRASIL. **Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Apelação Cível.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2171835/apelacao-civel-444465-ac-92368-sp-9803092368-4-trf3>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

BRASIL. **Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Lei 8212/91.** Disponível em: <www.daf.uerj.br/documents/sides_b/8212.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil.** 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 1 v, p. 395.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Prescrição Penal.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Comentários ao novo Código Civil: Dos defeitos do negócio jurídico ao final do Livro III – arts. 185 a 232.** Rio de Janeiro: Forense, 2003. 3 v, p. 132.



ENGENHARIA

Resumo Expandido



RESPOSTAS BIOMÉTRICAS DE *Zea mays* L SOB DIFERENTES CONDIÇÕES DE LUMINOSIDADE.

SILVA, Willian Batista¹
PETRY, Detony José C²
ALMEIDA, Luciana Venturotti Braun de³
SANTOS, Paulo Cesar⁴
FREITAS, Tatiane Pires⁴
CAMPOSTRINI, Eliemar⁵

INTROUÇÃO

A luz é um dos fatores ambientais que, segundo Lacerda et al. (2010) afetam de forma significativa a produção de culturas tais como o milho (*Zea mays* L.) e podendo ainda, sofrer influência da temperatura do ar, umidade relativa do ar e da velocidade dos ventos.

A adaptação das plantas às divergências ambientais tais como a luz dependerá da adaptação do ajuste de seu aparelho fotossintético, de forma que se utiliza eficientemente a luminosidade do ambiente (Braun et al. 2007). Gondim et al. (2007) e Lima et al. (2008) observaram mudanças significativas na morfologia das plantas ao longo do ciclo submetidas a baixas irradiâncias da luz fotossinteticamente ativa (PAR), promovendo um alongamento dos pecíolos, aumento da área foliar.

Considerando a importância da cultura e da influência dos efeitos ambientais sobre as plantas, o presente estudo objetivou avaliar os efeitos do tempo de exposição a diferentes condições de luminosidade no desenvolvimento de plantas de milho.

¹ Mestrando em Produção Vegetal pela UENF, CCTA/LMGV. Campos dos Goytacazes-RJ. williambatistadasilva@gmail.com

² Eng. Agrônomo Técnico pela UENF, Campos dos Goytacazes-RJ

³ Doutoranda em Produção Vegetal pela UENF, CCTA/LMGV, Campos dos Goytacazes-RJ

⁴ Doutorando em Produção Vegetal pela UENF, CCTA/LFIT, Campos dos Goytacazes-RJ

⁵ Professor Doutor pela UENF, LMGV/CCTA. Campos dos Goytacazes-RJ



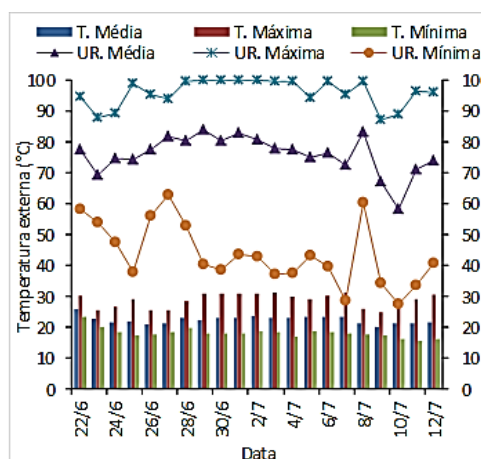
MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi realizado na área experimental do Centro de Ciência e Tecnologia Agropecuária (CCTA) da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (21°44'47" S e 41°18'24" W e 10 m de altitude). Foram semeados três sementes de milho por vaso, de capacidade de 500 mL contendo substrato comercial Vivatto®. Foram irrigados diariamente com 50 mL. Aos onze dias após semeadura foi realizado o desbaste por meio da secção de duas plântulas, deixando a mais vigorosa em cada vaso, constituindo-se assim uma unidade experimental. O experimento, desde a semeadura, foi composto de tratamento controle interno, cujas plantas foram mantidas numa estrutura montada com lâmpadas fluorescentes nas cores azul e vermelho, com fotoperíodo de 10 horas e tratamento controle externo, em que as plantas foram mantidas no ambiente externo ao ar livre; e tratamento mudança de local, em que as plantas permaneceram na estrutura montada com lâmpadas fluorescentes, no ambiente interno, até o dia das análises, quando a partir das 9 horas da manhã foram transferidas para o ambiente externo, ao ar livre. O delineamento experimental foi do tipo inteiramente casualizado, sendo três tratamentos e quatro repetições. Nos dois ambientes (externo e interno) os dados climatológicos de temperatura ($T\text{ }^{\circ}\text{C}$), umidade Relativa do ar (UR%) e o fluxo de fótons fotossintéticos (FFF) foram monitorados com auxílio de estação meteorológica modelo 450, *Spectrum Technologies, nc., Illinois, USA*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As características altura, diâmetro e relação fotossíntese/massa foliar específica das plantas de milho produzidas ao final dos 20 dias, diferenciaram estatisticamente entre os tratamentos, exceto para o diâmetro da planta.

A



B

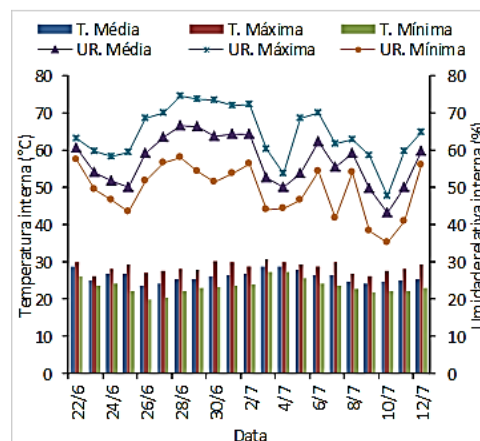


Grafico 1 - Dados climatológicos (temperatura e umidade relativa do ar) nos ambientes interno e externo ao longo de todo o experimento.

Segundo Poorter et al. (1990), pode existir correlação entre fotossíntese e massa foliar específica, devido à relação causa-efeito quanto ao ganho diário de biomassa.

Segundo Buchanan et al. (2000), quando uma planta é colocada em baixa intensidade luminosa provoca a desorganização das membranas, fenômeno este chamado de estiolamento.

A relação fotossíntese/massa foliar específica não diferiu entre os tratamentos mudança de local e controle externo, apresentando respectivamente 0,51 e 0,67. Com relação ao diâmetro, as plantas responderam igualmente entre os tratamentos com respectivas médias, 4,09; 4,58 e 5,21 (Tabela 1).

Os maiores valores médios da altura e menores no diâmetro nas plantas de feijão e milho produzidas em condições de baixa luminosidade podem estar associadas ao fator luz, causando, provavelmente o estiolamento. Esse ocorre pela síntese de hormônios que faz com que o caule cresça excessivamente. Nesse caso, as vesículas do proplastídeos agregam-se para formar um ou vários corpos prolamelares, os quais podem desenvolver-se em grana quando expostos à luz



(Buchanan et al., 2000).

Tabela 1: Altura (cm); diâmetro (mm); massa foliar específica - MFE (g m^{-2}); relação fotossíntese massa foliar específica - A/MFE ($\mu\text{mol g}^{-1} \text{s}^{-1}$), estimativa do medidor portátil de clorofila (MPC) e eficiência do uso da água – EUA ($\text{gCO}_2 \text{ kg}^{-1}\text{H}_2\text{O}$) em plantas de *Zea mays*, avaliadas em diferentes ambientes aos 20 dias após a semeadura.

Ambientes	Variáveis analisadas					
	Altura	Diâmetro	MFE	A/MFE	MPC	EUA
Mudança de local	12,12 a	4,09 a	17,83 b	0,51ab	33,04 a	5,98 a
Controle interno	12,00 a	4,58 a	12,71 c	0,44 b	30,67 a	5,37 a
Controle externo	7,22 b	5,21 a	26,31 a	0,67a	22,77 b	5,83 a
Médias	10,45	4,62	18,96	0,54	28,16	5,73
CV(%)	19,13	13,9	13,0	19,3	15,5	17,2

As médias seguidas pela mesma letra na coluna não diferem entre si pelo teste de Tukey (5%).

A agricultura é basicamente um sistema de exploração da energia solar por meio da fotossíntese, visto que este processo é responsável pelo acúmulo de toda a matéria orgânica das plantas. Qualquer fator que interfira na eficiência deste processo interferirá no desenvolvimento da planta (Lopes et al.,2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUCHANAN, B. B., GRUISSEM, W. and Jones, R. L. **Biochemistry and Molecular Biology of Plants**. Am. Soc. of Plant Physiol., Rockville, MD. 2000.

BRAUN, H.; ZONTA, J. H.; SOUZA LIMA, J. S. de.; REIS, E. F. de. **Produção de mudas de café 'conilon' propagadas vegetativamente em diferentes níveis de sombreamento**. Idesia, 25(3): 85-91, 2007.



GONDIM, A. R. de O.; PUIATTI, M.; CECON, P. R.; FINGER, F. L. **Crescimento, partição de fotoassimilados e produção de rizomas de taro cultivado sob sombreamento artificial.** Horticultura Brasileira, 25(3): 418-428, 2007.

LACERDA, F. C.; CARVALHO, C. M. de.; VIEIRA, M. R.; NOBRE, J.G.A.; NEVES, A.L.R.; RODRIGUES, C.F. **Análise de Crescimento de Milho e Feijão sob Diferentes Condições de Sombreamento.** Ver. Bras. Cienc. Agr. 5(1):18-24, 2010.

LIMA, J. D.; SILVA, B. M. da S. e.; MORAES, W. da S. DANTAS, V. A. V.; ALMEIDA, C. C. **Efeitos da luminosidade no crescimento de mudas de *Caesalpinia ferrea* Mart. ex Tul. (Leguminosae, Caesalpinoideae).** Acta Amazônica, 38(1): 5-10, 2008.

LOPES, J. P. *et al.* **Análise de crescimento e trocas gasosas na cultura de milho em plantio direto e convencional** Bragantia, Campinas, 68(4): 839-848, 2009.

POORTER, H., REMKES, C. e LAMBERS, H. **Carbon and nitrogen economy of 24 wild species differing in relative growth rate.** Plant Physiology 94: 621-627, 1990.



RESPOSTAS ECOFISIOLÓGICAS DE Zea mays L SOB DIFERENTES CONDIÇÕES DE LUMINOSIDADE.

SILVA, Willian Batista¹
BRAGA, Antônio Carlos²
MEDEIROS, Bruna Pintor³
GUIMARÃES, Cynthia Pires⁴
RODRIGUES, Weverton Pereira⁵
CAMPOSTRINI, Eliemar⁶

INTROUÇÃO

A luz solar é a fonte primária de energia da biosfera, na qual é convertida em energia química por intermédio da fotossíntese (Araujo et al. 2009). Esse benefício torna surpreendente que a mesma luz possa influenciar de forma prejudicial para a fotossíntese (Araujo et al. 2009.; Taiz e Zeiger 2009).

A adaptação das plantas às divergências ambientais tais como a luz dependerá da adaptação do ajuste de seu aparelho fotossintético, de forma que se utiliza eficientemente a luminosidade do ambiente (Braun et al. 2007). Gondim et al. (2007) e Lima et al. (2008) observaram mudanças significativas na morfologia das plantas ao longo do ciclo submetidas a baixas irradiâncias da luz fotossinteticamente ativa (PAR), promovendo um alongamento dos pecíolos, aumento da área foliar.

A exposição excessiva das plantas a altas irradiâncias poderá levar ao fenômeno da fotoinibição, esse fenômeno segundo Araújo et al. (2009) viabiliza o declínio fotossintético envolvendo o oxigênio e o excesso de radiação solar (Jiang et al., 2004; Adams & Adams, 1996)

Considerando a importância da cultura e da influência dos efeitos ambientais

¹ Mestrando em Produção Vegetal pela UENF, CCTA/LMGV. Campos dos Goytacazes-RJ. williambatistadasilva@gmail.com

² Doutorando em Produção Vegetal . Campos dos Goytacazes-RJ

³ Mestranda em Biociências e Biotecnologia pela UENF, LBCT/CBB. Campos dos Goytacazes-RJ.

⁴ Doutorando em Produção Vegetal . Campos dos Goytacazes-RJ

⁵ Doutorando em Produção Vegetal . Campos dos Goytacazes-RJ

⁶ Professor Doutor, UENF - CCTA/LMGV, Campos dos Goytacazes-RJ;



sobre as plantas, o presente estudo objetivou avaliar os efeitos do tempo de exposição a diferentes condições de luminosidade no desenvolvimento ecofisiológico de plantas de milho e feijão, tais como: biometria, trocas gasosas e fluorescência da clorofila a.

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi realizado na área experimental do Centro de Ciência e Tecnologia Agropecuária (CCTA) da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (21°44'47" S e 41°18'24" W e 10 m de altitude). milho por vaso, de capacidade de 500 mL contendo substrato comercial Vivatto®. Foram irrigados diariamente com 50 mL. Aos onze dias após semeadura foi realizado o desbaste por meio da secção de duas plântulas, deixando a mais vigorosa em cada vaso, constituindo-se assim uma unidade experimental. O experimento, desde a semeadura, foi composto de tratamento controle interno, cujas plantas foram mantidas numa estrutura montada com lâmpadas fluorescentes nas cores azul e vermelho, com fotoperíodo de 10 horas e tratamento controle externo, em que as plantas foram mantidas no ambiente externo ao ar livre; e tratamento mudança de local, em que as plantas permaneceram na estrutura montada com lâmpadas fluorescentes, no ambiente interno, até o dia das análises, quando a partir das 9 horas da manhã foram transferidas para o ambiente externo, ao ar livre. O delineamento experimental foi do tipo inteiramente casualizado, sendo três tratamentos e quatro repetições. Nos dois ambientes (externo e interno) os dados climatológicos de temperatura (T °C), umidade Relativa do ar (UR%) e o fluxo de fótons fotossintéticos (FFF) foram monitorados com auxílio de estação meteorológica modelo 450, Spectrum Technologies, nc., Illinois, USA.

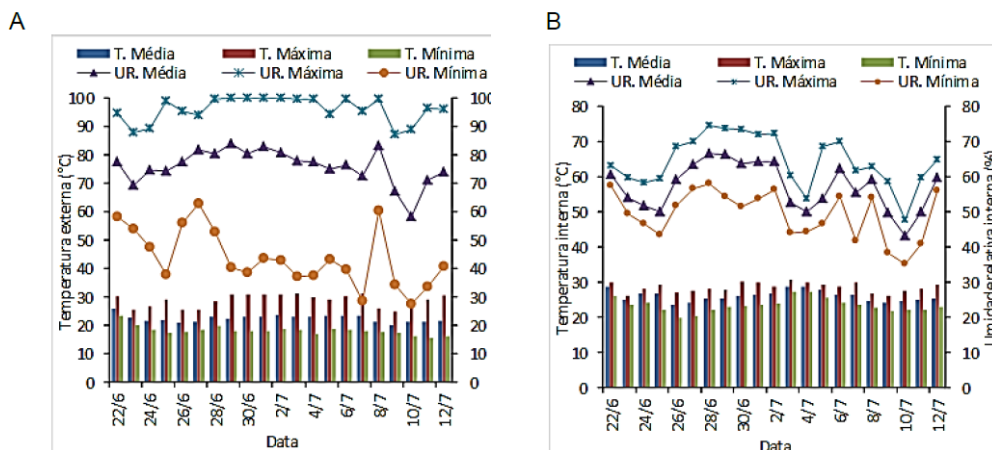


Gráfico 1 - Dados climatológicos (temperatura e umidade relativa do ar) nos ambientes interno e externo ao longo de todo o experimento.

As características de taxa fotossintética, condutância estomática, transpiração e concentração interna de CO₂ foram avaliadas no vigésimo dia após a semeadura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As plantas de milho, o controle externo apresentou maior taxa fotossintética em todos os horários de avaliação, quando comparado com os tratamentos mudança de local e o controle interno, o que também foi observado nos valores de condutância estomática (Gráfico 2 A, B). Carvalho et al.,(2009) observaram que os valores de condutância estomática obtidos para a cultura do milho em ambiente protegido podem ser considerados baixos em comparação com os valores de condutância que são típicos para a cultura, sendo que alguns fatores podem influenciar esses valores como o fato do experimento ser conduzido fora da melhor condição para o desenvolvimento do milho.

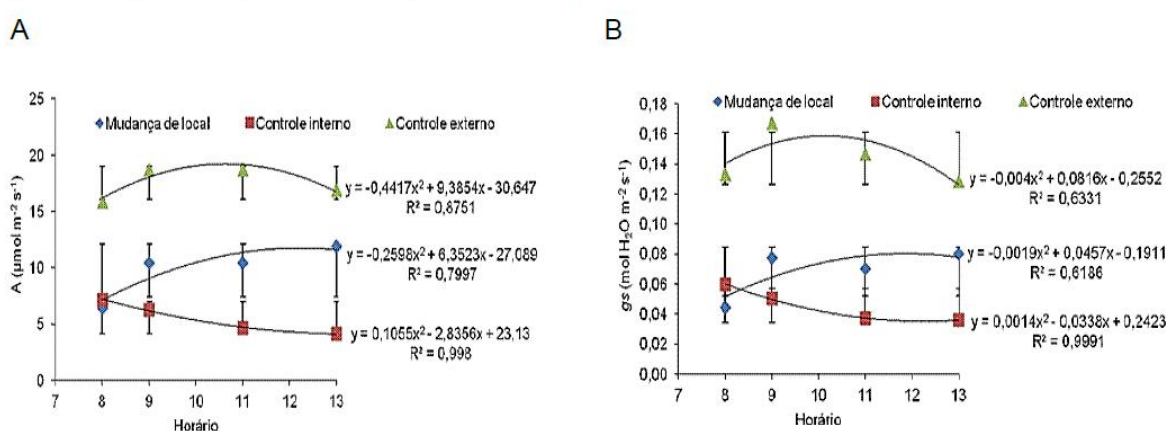
Plantas de milho do tratamento mudança de local, a partir da avaliação de 9 horas, apresentaram aumento na absorção de CO₂ em decorrência da maior luminosidade, enquanto que as plantas do controle interno permaneceram baixos níveis fotossintéticos (Gráfico 1 A).

Quando foram desenvolvidas no ambiente com alta luminosidade (controle

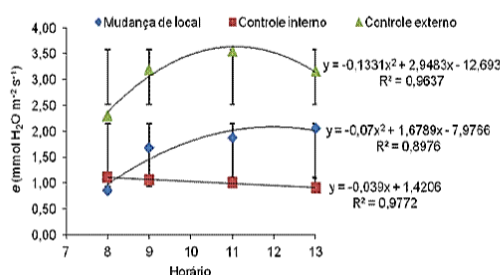
externo), e aquelas do tratamento mudança de local, obtiveram o mesmo padrão de aumento na assimilação de CO₂, condutância estomática e transpiração até as 11 horas (Gráfico 1 A, C e D). A partir dessa análise, houve decréscimo na assimilação de CO₂ devido o excesso de luminosidade, aumento de temperatura e queda da umidade relativa o qual, ocasionaram redução na condutância estomática e transpiração no controle externo (Gráfico 1B e C). Isso pode ser explicado segundo Maggiotto (1996) o qual, quando há um aumento na temperatura, a taxa fotossintética pode não ser suficiente para repor o carbono usado como substrato na respiração e como consequência, as reservas de carboidratos diminuem.

As plantas que foram transferidas para o ambiente externo tal redução não foi tão evidente, provavelmente pelo alto valor de intensidade do verde, estimado pelo MPC (dados não apresentados), o qual está diretamente relacionado ao teor de clorofila, molécula responsável também por dissipar excesso de energia.

A concentração interna de CO₂ (Gráfico 1 D) pode ser explicado por Machado e Lagoa (1994), que estudando com trocas gasosas e condutância estomática em três espécies de gramíneas, afirmam que o aumento da taxa de fotossíntese provoca queda na concentração interna de CO₂, exercendo forte efeito retorativo podendo, conseqüentemente, provocar queda na taxa de fotossíntese.



C



D

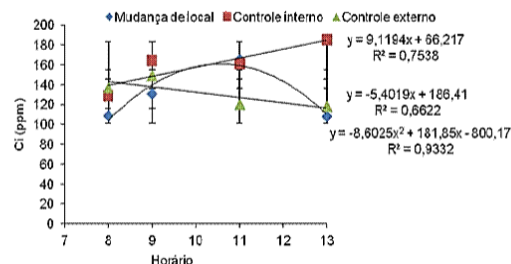


Gráfico 2 – Capacidade fotossintética do milho (*Zea mays* L.) em três ambientes distintos: Mudança de local, controle interno e controle externo. A $\mu\text{mol m}^{-2} \text{s}^{-1}$ (fotossíntese); $\text{gs mol H}_2\text{O m}^{-2} \text{s}^{-1}$ (condutância estomática); $\text{e mmol H}_2\text{O m}^{-2} \text{s}^{-1}$ (transpiração) e Ci (concentração interna de CO_2).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, D.B.; ADAMS, W.W.N. **The role of xanthophylls cycle carotenoids in the protection of photosynthesis**. Trends in Plant Science Reviews, v.1, n.1, p.21-26, 1996.
- ARAÚJO, S. A. Do C., DEMINICIS, B. B. **Fotoinibição da fotossíntese**. R. Bras. Bioci., Porto Alegre, 7(4): 463-472, 2009.
- BRAUN, H.; ZONTA, J. H.; SOUZA LIMA, J. S. de.; REIS, E. F. de. **Produção de mudas de café „conilon” propagadas vegetativamente em diferentes níveis de sombreamento**. Idesia, 25(3): 85-91, 2007.
- CARVALHO, C. M., LACERDA, C.F., VIEIRA, M. R., RODRIGUES, C. F., AMÉRICO, J. G., NEVES, A. L. R. **Comportamento ecofisiológico das culturas de milho e feijão-de-corda sob diferentes condições de cultivo**. Pesquisa Aplicada & Agrotecnologia . 2(2): 75- 83, 2009.
- GONDIM, A. R. de O.; PUIATTI, M.; CECON, P. R.; FINGER, F. L. **Crescimento, partição de fotoassimilados e produção de rizomas de taro cultivado sob sombreamento artificial**. Horticultura Brasileira, 25(3): 418-428, 2007.
- JIANG, A.C.D.; GAOB, H.Y.; ZOUB, Q.; JIANGA, G.M.; LIA, L. H. **Leaf orientation, photorespiration and xanthophyll cycle protect young soybean leaves against high irradiance in field**. Environmental and Experimental Botany, p.1-10, 2004.



LIMA, J. D.; SILVA, B. M. da S. e.; MORAES, W. da S. DANTAS, V. A. V.; ALMEIDA, C. C. **Efeitos da luminosidade no crescimento de mudas de *Caesalpinia ferrea* Mart. ex Tul. (Leguminosae, Caesalpinoideae).** Acta Amazônica, 38(1): 5-10, 2008.

MACHADO, E. C., LAGOA, A.M.M.A. **Trocas gasosas e condutância estomática em três espécies de gramíneas.** Bragantia 52(2): 141-149, 1994.

MAGGIOTTO, S. R. **Estimativa da evapotranspiração de referência pelo uso da termometria ao infravermelho.** Piracicaba, SP: Esalq-USP, p.71, 1996.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia vegetal.** 4. ed. Porto Alegre. Artmed. 848p. 2009.



CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Resumo Expandido



EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MICROCORREDOR BURARAMA-PACOTUBA-CAFUNDÓ E BACIA DO RIO ITAPEMIRIM, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES.

SILVA, Marilene Dilem da ¹
LOBATO, Aline Roberta Queiroz ²
ALMEIDA, Deborah Sampaio de ³

INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável foi despertada com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, conhecida como Eco 92 ou Rio 92. Conhecidos os problemas da devastação indiscriminada, em nome do progresso, e despertada a consciência da importância da preservação da natureza e de seu caráter transnacional e transtemporal, surge a Educação Ambiental como única maneira de se formarem cidadãos que promovam o crescimento econômico com mínimas repercussões nocivas à população, sem a degradação ambiental (MARQUES, 2001).

Considerando toda essa importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, sobressaem-se as escolas, como espaços privilegiados na implementação de atividades que propiciem essa reflexão, sendo necessárias ações orientadas em projetos e em processos de participação que levem à autoconfiança, a atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental implementados de modo interdisciplinar (DIAS, 1992).

No entanto, implementar a Educação Ambiental nas escolas tem se mostrado uma tarefa exaustiva. Existem grandes dificuldades nas atividades de sensibilização e formação, na implantação de atividades e projetos e, principalmente, na

¹Coordenadora e Professora do Curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário São Camilo - ES. mdilem@saocamilo-es.br

²Bióloga, mestranda em Ecologia Aplicada pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e técnica da Floresta Nacional de Pacotuba. alinerqlobato@hotmail.com

³Graduanda do Curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário São Camilo - ES. deborahsampaio12@gmail.com



manutenção e continuidade dos já existentes. Contornar estes obstáculos e atuar de forma contínua a partir de jovens e crianças é fundamental para que exista uma convivência harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que habitam o planeta (NARCIZO, 2009).

Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo desenvolver ações de educação ambiental para alunos e professores de escolas públicas municipais e estaduais situadas no Microcorredor Ecológico Burarama-Pacotuba-Cafundó e em áreas de relevante interesse ambiental no entorno da Bacia do rio Itapemirim, a fim de promover a sensibilização quanto à proteção da biodiversidade e sustentabilidade socioambiental das populações na região.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a execução do projeto, foi firmado um Termo de Reciprocidade (TR) com a finalidade de promover cooperação mútua entre a AAMOL, o Centro Universitário São Camilo - ES e a Flona de Pacotuba - ICMBio, compreendendo o desenvolvimento de programas e atividades de conservação, preservação e educação ambiental em comunidades inseridas no Microcorredor Ecológico Burarama-Pacotuba-Cafundó e em áreas específicas próximas ao rio Itapemirim no município de Cachoeiro de Itapemirim – ES.

O projeto de Educação Ambiental no Microcorredor Burarama-Pacotuba-Cafundó e entorno da Bacia do Rio Itapemirim foi iniciado em outubro de 2011 e contou com a parceria das Secretarias de Educação e Meio Ambiente do município. No decorrer do projeto, foram realizadas visitas técnicas, cursos de capacitação, além de palestras e oficinas.

As ações do projeto tiveram como base legal, a Constituição Federal – Capítulo VI; a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99 e Decreto nº 4.281/02); o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.895/00 e



Decreto nº. 4.340/02); o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e as Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – ENCEA, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o projeto, acadêmicos do curso de Ciências Biológicas foram capacitados como “Agentes Ambientais” para atuarem durante sua execução. Os tópicos abordados foram: Fundamentos de Educação Ambiental, Florestas e Biodiversidade, Legislação ambiental, Recursos Hídricos, Gestão de resíduos líquidos e sólidos e noções de planejamento de atividades.

No ano de 2012, o projeto foi inserido nas ações do projeto Escola, Comunidade, Ambiente e Responsabilidade – ECOAR do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA. A Escola Família Agrícola – EFACI foi escolhida como escola-piloto, sendo que o planejamento das ações nessa escola foi iniciado no curso de capacitação do grupo de sustentabilidade – GS, formado por professores das escolas envolvidas e colaboradores do projeto. Dentre as atividades planejadas, foi realizada a aplicação de questionário socioambiental com alunos e professores da EFACI, oficinas de jardinagem e pintura ecológica e respectiva implantação de unidades demonstrativas na estrutura física da escola.

Além das ações na escola-piloto, foram realizadas visitas técnicas na Central de Tratamentos de Resíduos da AAMOL e na Floresta Nacional de Pacotuba. Cerca de 300 alunos participaram das visitas, que teve como objetivo discutir a importância do tratamento de resíduos do setor de rochas para a conservação da biodiversidade na região.

No ano de 2013, a próxima etapa do projeto é a realização de capacitação com os professores das escolas envolvidas e replicação das ações nas demais escolas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento das ações foi possível verificar a importância da participação de acadêmicos do curso de Ciências Biológicas no projeto. Cabe salientar, que estes acadêmicos, serão no futuro professores e auxiliarão diretamente na formação da personalidade dos alunos e de sua postura frente a um planeta que requer cuidados mais do que especiais.

Para o sucesso das ações em Educação Ambiental, é necessário planejar em conjunto com a equipe das escolas, demonstrando a importância de não trazer somente mais um projeto, e sim, somar com os projetos já existentes em cada instituição, fazendo com que a mesma se aproprie da ideia.

Aliado ao planejamento em conjunto, é importante o estabelecimento de ações contínuas de educação ambiental na região, principalmente nas escolas situadas nas comunidades do entorno da Floresta Nacional de Pacotuba e que exercem influência direta na conservação dos recursos ali existentes.

AGRADECIMENTOS

Às escolas participantes do projeto, à Secretaria Municipal de Educação – SEME, Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, às empresas associadas e aos que contribuíram direta ou indiretamente com a execução do projeto.

REFERÊNCIAS:

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo: Gaia, 1992.

MARQUES, M. F.; PINHEIRO, A. C. D. **Educação Ambiental nas Escolas Públicas**. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_educacao/educacao_ambiental.pdf>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2013.



NARCIZO Kaliane Roberta dos Santos - Uma Análise sobre a Importância de Trabalhar Educação Ambiental nas Escolas. **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2009. Disponível em <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol22/art6v22.pdf>> Acesso em 30 de janeiro de 2013.



BIODIVERSIDADE DE CRISOPÍDEOS (NEUROPTERA: CHRYSOPIDAE) NA ILHA DOS MEIRELLES NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, ESPÍRITO SANTO (BRASIL).

ATAIDE, Julielson Oliveira de¹

SALES-JUNIOR, Fernando Cavalcanti¹

TEIXEIRA, Cíntia Cristina Lima²

RABELLO, Helimar³

SILVA-FILHO, Gilson⁴

INTRODUÇÃO

Crisopídeos são insetos predadores que atuam na manutenção do equilíbrio dinâmico nas comunidades de insetos, pois são predadores de topo de cadeia (MURCIA 1995). A família Chrysopidae é considerada a segunda maior família de Neuroptera no mundo (BROOKS & BARNARD, 1990). Os estudos sobre a biodiversidade deste grupo estão mais concentrados na tribo Chrysopini, típicas de agroecossistemas, (FREITAS & PENNY 2001). Poucos são os trabalhos com espécies pertencentes à tribo Leucochrysini, representadas em sua maioria por espécies típicas de florestas. Os trabalhos eram restritos a levantamentos sobre a biodiversidade de crisopídeos na floresta Amazônica (ADAMS & PENNY 1987) e levantamentos esporádicos em algumas cidades do interior de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina no Brasil (FREITAS & PENNY 2001). Nos últimos anos, alguns estudos foram realizados avaliando a influência da complexidade da forma de

¹ Graduando em Ciências Biológicas, Centro Universitário São Camilo, Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim

² Doutoranda em Produção Vegetal (UENF) - Profa. do Colegiado de Ciências Biológicas do Centro Universitário São Camilo, Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim.

³ Prof. . do Colegiado de Ciências Biológicas do Centro Universitário São Camilo, Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim.

⁴ Dr. Em Ecologia e Recursos Naturais (UENF) – Prof. do Colegiado de Ciências Biológicas do Centro Universitário São Camilo, Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim. (e-mail: gilsonsilva@saocamilo-es.br)



distintas áreas sobre a diversidade de Chrysopidae e a avaliação de suas taxocenoses na região de Minas Gerais (COSTA *et al.* 2010).

Vários fatores como a complexidade da forma dos fragmentos florestais, os fatores climáticos e as relações de associação com as plantas, seus artrópodes-presas e predadores e parasitóides são, em geral, limitantes da riqueza e abundância de crisopídeos (SZENTKIRÁLYI 2001, DUELLI *et al.*, 2002; COSTA *et al.*, 2010). As variações climáticas podem atuar como mediadores para o aumento ou redução da sua diversidade. Os crisopídeos florestais geralmente não apresentam dispersão para colonização de outros habitats na busca de presas, pois o estágio carnívoro destas espécies restringe-se ao estágio larval, geralmente limitado a uma ou poucas espécies de árvores (PRINCIPI & CANARD 1984; STELZL & DEVETAK 1999).

Na última década tem aumentado o interesse sobre a biodiversidade de *Chrysopidae*, principalmente para avaliações sobre os aspectos taxonômicos, de ecologia predatória e as interações tritróficas deste grupo (TAUBER *et al.*, 2000; MCEWEN *et al.*, 2001). Entretanto, mesmo com o aumento do interesse na biodiversidade deste grupo, os trabalhos ainda são muito restritos devido ao conhecimento incipiente da taxonomia da família *Chrysopidae*, principalmente das espécies florestais da Mata Atlântica. O maior conhecimento da fauna de *Chrysopidae* no bioma Mata Atlântica poderá proporcionar subsídios para estudos futuros de biologia, necessária para implementação de programas de controle biológico de pragas. Também, proporcionar avaliações sobre a qualidade e a importância dos remanescentes florestais para a preservação deste grupo. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo avaliar a diversidade, abundância e de *Chrysopidae* na Ilha do Meirelles, ambiente com elevado grau de antropização.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido na maior das ilhas fluviais do Rio Itapemirim, com



cerca de 1(um) hectare de extensão, possui grande variedade de fauna e flora, no perímetro urbano do município de Cachoeiro de Itapemirim, ES, localizada a 20° 50'56" S e 41 06 46 W – Datum – SAD 69.

Os Chrysopidae adultos foram coletados uma vez por mês, de março de 2012 a junho de 2012. As coletas foram realizadas durante três dias consecutivos com 60 armadilhas, confeccionadas de garrafas PET com volume de 2 (dois) litros, contendo 2 (duas) aberturas laterais quadradas de 3 cm x 3 cm, iscadas com melado de cana-de-açúcar diluído em água a 5% (SILVA-FILHO 2011). Os exemplares capturados foram identificados ao menor nível taxonômico possível.

Foram avaliados quanto à sua frequência de ocorrência (FO) e Abundância relativa (AR). Este tipo de avaliação já foi realizado para inventários de outros grupos de insetos (BUSCHINI 2006; SILVA-FILHO 2011). A FO é igual ao número de amostras com a espécie *i* dividido pelo número total de amostras e multiplicado por 100. Se $FO \geq 50\%$, a espécie é considerada como muito frequente (mf); se $FO < 50\%$ e $\geq 25\%$, a espécie é considerada como frequente (f), e se $FO < 25\%$, a espécie é considerada como pouco frequente (pf). A AR foi calculada como a abundância da espécie *i* dividida pela abundância total e multiplicado por 100. Quando $AR \geq 5\%$, a espécie é considerada abundante (ab); se $AR < 5\%$ e $\geq 2,5\%$, a espécie é considerada acessória (ac), e quando $AR < 2,5\%$, a espécie é considerada ocasional (o). Os estimadores FO e AR, analisados conjuntamente, podem ser usados para agrupar as espécies em três categorias de ocorrência (CTO): comum (C), intermediária (I) e rara (R). A diversidade de Chrysopidae foi mensurada mediante a utilização do índice de Shannon, $H' = -\sum p_i \ln p_i$, onde: p_i = proporção de indivíduos da espécie *i* representados na amostra, $\ln$ = logaritmo neperiano. A riqueza foi obtida pelo índice de Margalef, $D_{mag} = (S-1) / \ln N$, onde: S = número de espécies e N é o número total de indivíduos. Tanto a diversidade de Shannon quanto a riqueza de Margalef foram calculadas com auxílio do programa Past.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo de 3 (três) meses de amostragem, foram capturados 230 adultos de Chrysopidae, distribuídos em dois gêneros e 12 morfoespécies, pertencentes às tribos Chrysopini e Leucochrysini. Destas, 10 foram identificadas em nível específico: *Ceraeochrysa cincta* (Navás), *Ceraeochrysa cornuta* (Navás), *Ceraeochrysa cubana* (Hagen), *Leucochrysa (Nodita) azevedoi* Navás, *Leucochrysa (Nodita) cruentata* (Schneider), *Leucochrysa (Nodita) digitiformis* Tauber & Albuquerque, *Leucochrysa (Nodita) lenora* Banks, *Leucochrysa (Nodita) paraquaria* (Navás), *Leucochrysa (Nodita) rodriguezi* Navás, *Leucochrysa (Nodita) marquesi* Navás. As 2 restantes *Leucochrysa (Nodita)*, foram identificadas somente em nível genérico e provavelmente se tratam de espécies novas (Tabela 1). Nessa, também está evidência que das espécies capturadas 3 foram consideradas comuns *L. (N) cruentata*, *L. (N) paraquaria* e *L. Nodita* sp1. As demais espécies são intermediárias. As espécies comuns podem ser consideradas como resistentes às pressões dos impactos antrópicos, pois embora a esteja em processo de regeneração o impacto é visível, e esta espécie foi capturada frequentemente e abundantemente durante os meses de coleta. Resultado similar foi evidenciado por Silva-Filho (2012) em seu trabalho de doutoramento que, na área mais impactada e com dossel menos denso, estas espécies também foram capturadas em todos os meses e com elevada abundância.

Durante o período de coleta pode ser constatado uma diversidade de $H' = 1,6$ com uma equabilidade de 0,4128 e riqueza de Margalef igual a 2,023. Estes índices demonstram que a diversidade desta área, com 1 hectare, são similares e até superiores aos evidenciados em outros trabalhos como no estudo da biodiversidade de Chrysopidae em Minas Gerais (COSTA *et al.*, 2010), no Rio de Janeiro (SILVA-FILHO 2011). Segundo Magurran (2004), quando a curva apresenta distribuição assintótica, o esforço amostral é suficiente para fornecer o valor mais próximo possível do número real de espécies. Tanto a riqueza quanto a abundância



específica em áreas com elevada riqueza e baixa abundância ou mais equitativas tendem a apresentar índices de diversidade maiores do que áreas com elevada riqueza e elevada abundância (MAGURRAN 2004). Durante o período verificamos que a abundância reduziu com o aumento da umidade relativa (Figura 1a) e reduziu com a redução da temperatura (Figura 1b).

Costa *et al.* (2010) e Gitirana-Neto *et al.* (2001) constataram relações positivas entre a temperatura e a abundância e riqueza de crisopídeos, pela observação do maior número de indivíduos e espécies nos meses de temperaturas mais elevadas (22-23°C) e menor número nos meses mais frios (16-18°C). A temperatura e umidade são os fatores climáticos que mais influenciam a distribuição sazonal de várias espécies de insetos (TAUBER e TAUBER 1983). Entretanto as variáveis climáticas não são os únicos fatores limitantes da flutuação das taxocenoses, pois outros fatores abióticos e bióticos, como a heterogeneidade do habitat e a disponibilidade de recursos alimentares, podem exercer influência (STELZL & DEVETAK 1999; SPEIGHT *et al.*, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi evidenciado um número elevado de espécies e indivíduos durante o período de coleta, quando comparado com outros trabalhos na região do Rio de Janeiro e na ReBio de Sooretama no Espírito Santo durante um ano de pesquisa.

Estes resultados sugerem que as espécies comuns sejam resistentes às pressões dos impactos antrópicos presentes na ilha, e que as espécies intermediárias são resilientes. Também que a Ilha é uma área estratégica para a preservação de espécimes de insetos, principalmente Chrysopidae, predadores de topo de cadeia, e sua presença local garante a estabilidade do ecossistema.

Para maiores conclusões e que estas sejam persistentes e para entender a dinâmica das espécies florestais encontradas na ilha, já que não tem outra com vegetação arbórea no seu entorno, mas áreas de pasto e a cidade, sugere-se que



seja acompanhada a biodiversidade de Chrysopidae na Ilha dos Meirelles no município de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo por, pelo menos mais seis 9 meses.

Tabela 1. Composição das espécies de Chrysopidae na Ilha dos Meirelis Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo e sua frequência de ocorrência (FO: mf = muito frequente, f = frequente, pf = pouco frequente), abundância relativa (AR: ma = abundante, a = abundante, pa = pouco abundante), classes de abundância (CA: a = abundante, c = comum, r = rara) no período de março a junho de 2012. (índices avaliados conforme Silva-Filho, 2011).

Espécies	FO	AR	CA	Total	% Abundância
Tribo Chrysopini					
<i>Ceraeochrysacornuta</i>	mf	a	i	13	5,7
<i>Ceraeochrysacincta</i>	f	o	i	2	2,6
<i>Ceraeochrysa cubana</i>	f	o	i	6	0,9
Tribo Leucochrysini					
<i>Leucochrysa (N) cruentata</i>	mf	ma	c	90	39,1
<i>Leucochrysa (N) paraquaria</i>	mf	ma	c	62	27,0
<i>Leucochrysa Nodita</i> sp ¹	mf	ma	c	42	18,3
<i>Leucochrysa (Nodita) marquesi</i>	mf	a	i	8	3,5
<i>Leucochrysa (Nodita) digitiformis</i>	mf	pa	i	2	0,9
<i>Leucochrysa (Nodita) azevedoi</i>	f	pa	i	2	0,9
<i>Leucochrysa (Nodita) lenora</i>	f	pa	i	1	0,4
<i>Leucochrysa Nodita rodriguesi</i>	f	pa	i	1	0,4
<i>Leucochrysa Nodita</i> sp ²	f	pa	i	2	0,9
Abundância				230	100
Riqueza				12	

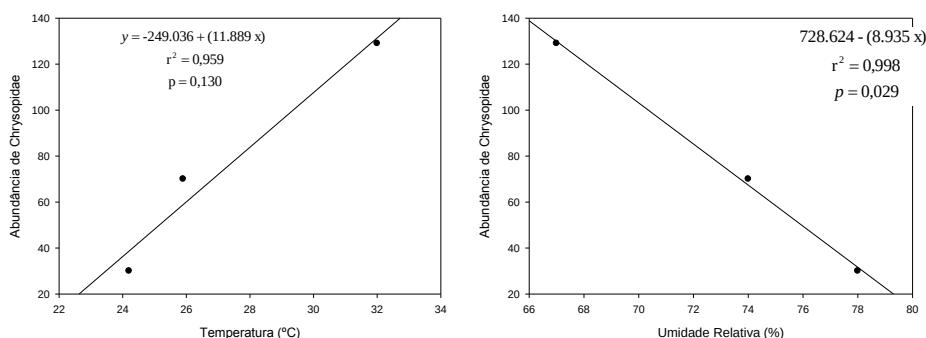


Figura 1. A- Relação entre a temperatura (°C) e a abundância e B - Relação entre umidade relativa (%) e a abundância de crisopídeos coletados com armadilha na Ilha dos Meirelles durante o período de março a junho de 2012.

REFERÊNCIAS

ADAMS, P.A., PENNY, N.D. **Neuroptera of the Amazon basin. Part 11a. Introduction and Chrysopini.** *Acta Amazonica*, 15: 413-479. 1987.

BROOKS, S.J., BARNARD, P.C. **The green lacewings of the world: a generic review (Neuroptera: Chrysopidae).** *Bulletin of the British Museum of Natural History (Entomology)*, 59: 117-286. 1990.

BUSCHINI, M.L.T. **Species diversity and community structure in trap-nesting bees in Southern Brazil.** *Apidologie*, 37: 58-66. 2006.

COSTA, R.I.F., SOUZA, B., FREITAS, S. **Dinâmica espaço-temporal de taxocenoses de crisopídeos (Neuroptera: Chrysopidae) em ecossistemas naturais.** *Neotropical Entomology*, 39: 470-475. 2010.

DUELLI, P., OBRIST, M.K., FLÜCKIGER, P.F. **Forest edges are biodiversity hotspots – also for Neuroptera.** *Acta Zoologica Academiae Scientiarum Hungaricae*, 48(Suppl. 2): 75–87. 2002.

FREITAS, S., PENNY, N.D. **The green lacewings (Neuroptera: Chrysopidae) of Brazilian agro-ecosystems.** *Proceedings of the California Academy of Sciences*, 52: 245-395. 2001.



GITIRANA-NETO, J., CARVALHO, C.F., SOUZA, B., SANTA-CECÍLIA, L.V.C **Flutuação populacional de espécies de *Ceraeochrysa* Adams, 1982 (Neuroptera: Chrysopidae) em citros, na região de Lavras - MG.** *Ciência e Agrotecnologia*, 25: 550-559. 2001.

MAGURRAN, A.E. **Measuring biological diversity.** Oxford: Blackwell Publishing, 256p. 2004.

McEWEN, P., NEW, T.R., WHITTINGTON, A.E. **Lacewings in the crop environment.** Cambridge: Cambridge University, 546p. 2001.

MURCIA, C. **Edge effects in fragmented forests: implications for conservation.** *Trends in Ecology&Evolution*, 10: 58-62. 1995.

PENNY, N.D. **A guide to the lacewings (Neuroptera) of Costa Rica.** *Proceedings of the California Academy of Sciences*, 53: 161-457. 2002.

PRINCIPI, M.M., CANARD, M. **Feeding habits.** In: Canard, M., Séméria, Y., New, T.R. (1984) *Biology of Chrysopidae*. The Hague: Dr. W. Junk Publishers, p. 76-92. 1984.

SCHOWALTER, T.D. **Insect ecology: an ecosystem approach.** 2ª ed. Amsterdam: Elsevier, 572p. 2006.

SILVA-FILHO, G. **Propriedades das taxocenoses de Chrysopidae (Insecta, Neuroptera) em remanescentes de mata atlântica nas regiões do Parque Estadual do Desengano e da Reserva Biológica União, RJ, e biologia de *Leucochrysa (Nodita) paraquaria* (Navás), espécie abundante nesse bioma.** Tese de Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes-RJ, 127p. 2011.

SPEIGHT, M.R., HUNTER, M.D., WATT, A.D. **Ecology of insects: concepts and applications.** Oxford: Blackwell Science, 350p. 2008.

STELZL, M., DEVETAK, D. **Neuroptera in agricultural ecosystems.** *Agriculture, Ecosystems and Environment*, 74: 305-321. 1999.



SZENTKIRÁLYI, F. **Ecology and habitat relationships**. In: McEwen, P., New, T.R., Whittington, A.E. (eds.) (2001). *Lacewings in the Crop Environment*. London: Cambridge Univ. Press, p. 82-115. 2001.

TAUBER, M.J., TAUBER, C.A. **Life history traits of *Chrysopacarnea* and *Chrysoparufilabris* (Neuroptera: Chrysopidae): influence of humidity**. *Annals of the Entomological Society of America*, 76: 282-285. 1983.

TAUBER, M.J., TAUBER, C.A., DAANE, K.M., HAGEN. K.S. **Commercialization of predators: recent lessons from green lacewings (Neuroptera: Chrysopidae: Chrysoperla)**. *American Entomologist*, 46: 26-38. 2000.



CIÊNCIAS EXATAS

Resumo Expandido



SELEÇÃO DE GENÓTIPOS DE FEIJÃO-CAUPI PARA A PRODUÇÃO DE GRÃOS VERDES ATRAVÉS DO ÍNDICE DE SELEÇÃO DE MULAMBA E MOCK

SILVA, Lígia Renata Almeida da¹
SILVA, Willian Batista²
SILVA, Glaucia Michele Cosme³
GOMES, Edilson Ramos⁴
ROCHA, Maurisrael de Moura⁵

INTRODUÇÃO

O feijão-caupi apresenta grande importância à sociedade brasileira, em função da sua plasticidade e estabilidade. Muitas empresas, privadas e públicas, têm executado trabalhos, visando melhorar a espécie e disponibilizar cultivares de feijão-caupi mais produtivas, tolerantes e estáveis visando a sua recomendação para todas as regiões de cultivo do país (Freire Filho et al., 2007).

A produção do feijão-verde é realizada intensamente por pequenos agricultores familiares, desprovidas de tecnologia. A comercialização é realizada, preferencialmente, em feiras livres vendido na forma de vagem ou debulhado. Na fase de colheita, os grãos apresentam em torno de 60 a 70% de umidade (Rocha, 2009).

Esse trabalho foi realizado com o objetivo de avaliar genótipos de feijão-caupi do Programa de Melhoramento da Embrapa Meio-Norte, que apresentem características favoráveis para a produção de grãos verdes.

¹ Mestranda em Genética e Melhoramento de Plantas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense, UENF-RJ, ligiarenata@agronoma.eng.br

² Mestrando em Irrigação e Drenagem pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, UNESP-SP

³ Mestrando em Irrigação e Drenagem pela Universidade Federal do Ceará, UFC-CE

⁴ Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal do Piauí, UFPI-PI

⁵ Professor Doutor da Universidade Federal do Piauí, UFPI, Campus Socopo - CCA. Teresina - PI



MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido no campo experimental da Embrapa Meio-Norte, em Teresina, PI, em blocos casualizados, com quatro repetições. Foram avaliados os seguintes caracteres: Número de dias para o início da floração (NDIF), Comprimento de vagem verde (COMPVV), Número de Grãos de Vagens Verdes (NGVV), Peso de 100 grãos verdes (P100GV), Produtividade de Grãos de Verdes (PGV), Índices de Grãos Verdes (IGV).

Os dados foram submetidos a análises de variância e as médias foram agrupadas pelo teste de Scott-knott ($P < 0,05$) (Cruz, 2001). Utilizou-se o índice da soma de classificação (Ij) proposto por Mulamba e Mock (1978), onde os genótipos foram classificados segundo os caracteres em estudo sendo atribuído a todos um número de classificação para cada caráter. Adotou-se o critério de padronização, atribuindo o número de classificação 1 para o melhor valor e assim sucessivamente.

O índice Ij tem a vantagem de ser de fácil aplicação, não necessitando ajustar as unidades das variáveis. Contudo, ao utilizar o índice Ij não é possível saber se as diferenças entre as médias são ou não significativas (Garcia e Souza Júnior, 1999).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de variância apresentou diferenças significativas para o efeito de tratamentos quanto aos caracteres IGV e NGVV e P100GV, logo indica a possibilidade de seleção de genótipos superiores para esses caracteres. As testemunhas diferiram entre si para os caracteres NGV e P100GV e PGV e IGV. Andrade (2010), avaliando um grupo de linhagens para caracteres relacionados à produção de feijão-verde, encontrou diferenças entre as testemunhas para esses caracteres, exceto para o P100GV.

No contraste “linhagem vs testemunhas”, houve diferenças significativas para os caracteres P100GV e IGV ($p < 0,01$) e COMPVV, NGV e PGV ($p < 0,05$).



(Tabela 1). Isso indica que o comportamento médio das linhagens foi diferente do comportamento médio das testemunhas, para esses caracteres.

Tabela 1. Resumo da análise de variância para o número de dias para o início da floração (NDIF), comprimento de vagens verdes (COMPVV), número de grãos por vagem verde (NGVV), peso de cem grãos verdes (P100GV), produtividade de grãos verdes (PGV) e índice de grãos verdes (IGV), obtido a partir da avaliação de 14 genótipos de feijão-caupi.

Fonte de Variação	G.L.	QUADRADOS MÉDIOS					
		NDIF	COMPVV	NGVV	P100GV	PGV	IGV
		(dias)	(cm)		(g)	(kg ha ⁻¹)	(%)
Tratamentos	13	10,989 ^{ns}	4,008 ^{ns}	4,973**	84,516**	1365134,2 ^{ns}	127,137*
Genótipos (L)	9	11,377 ^{ns}	4,781 ^{ns}	5,014**	59,277*	686,042,9 ^{ns}	78,303ns
Testemunhas (T)	3	9,083 ^{ns}	0,826 ^{ns}	5,378**	123,995**	2455320,1*	127,703 *
G vs T	1	13,207 ^{ns}	6,596 *	3,387*	193,229**	4206398,4*	534,946 **
Resíduo		10,575	1,564	0,654	22,691	877912,7	60,694
CV (%)		8,203	5,964	5,788	13,32	28,891	13,497

Para o comprimento de vagens verdes (COMPVV), as médias variaram de 19,13 cm (MNC05-835B-15) a 21,88 (MNC00-595F-27 e BRS Tumucumaque). Peksen (2004), avaliou esse caráter em genótipos de feijão-caupi, também para feijão-verde, e obtiveram médias com variação de 10,90 cm a 29,87 cm, sendo este intervalo maior do que o obtido nesse trabalho.

O número de grãos por vagem verde (NGVV) variou de 12 (MNC05-835B-16) a 16 (Olho de Pomba-10), aproximadamente. As médias foram agrupadas pelo teste de Scott-Knott ($P < 0,05$) em quatro grupos (A, B, C e D), sendo “A”, o grupo de materiais com o maior número de grãos por vagem verde com variação entre 15,61 e 15,28 cm, “B”, para aqueles que variaram entre 13,97a 14,49, “C”, contendo os genótipos com médias variando de 13,35 a 13,56 e “D” com variação de 11,72a 12,43 cm (Tabela 2).



Os genótipos com as três melhores classificações (1º, 2º, 3º) para os atributos de qualidade avaliados, segundo o índice da soma de classificação proposto por Mulamba e Mock (1978), foram respectivamente, BRS-Tumucumaque, BRS-Guariba e Sempre Verde, sendo os dois primeiros genótipos materiais já utilizados na produção de grãos verdes e o último genótipo um material testado pela primeira vez e que apresenta características viáveis para produção de grãos verdes.

Tabela 2 - Estimativas de médias para os caracteres número de dias para o início da floração (NDIF), reação a vírus (RV), comprimento de vagem verde (COMPVV), número de grãos por vagem verde (NGVV), peso de cem grãos verdes (P100GV), produtividade de vagens verdes (PVV), produtividade de grãos verdes (PGV), índice de grãos verdes (IGV), obtida a partir da avaliação de 10 linhagens e quatro testemunhas de feijão-caupi. Teresina.

GENÓTIPOS	NDIF (dias)	COMPV (cm)	NGVV	P100GV (g)	PGV (kg/ha)	IG (%)	Ij	Classificação
1 MNC00-303-09E	40,25(6)	21,72 a(4)	13,97 b(7)	44,71 a(1)	2.695,78(12)	48,92(14)	44	8º
2 MNC00-595F-2	41,25(10)	21,40 a(6)	14,18 b(6)	34,97 b(6)	3.637,85(3)	53,28(11)	42	6º
3 MNC00-595F-27	35,75(1)	21,88 a(2)	15,28 a(2)	32,38 b(11)	2.453,57(14)	51,67(13)	43	7º
4 MNC05-835B-15	41,50(11)	19,13 b(13)	11,72 d(13)	33,77 b(8)	3.342,96(7)	61,52(3)	55	14º
5 MNC05-835B-16	41,00(9)	20,81 a(8)	12,43 d(12)	32,04 b(13)	3.548,41(4)	60,63(4)	50	11º
6 MNC05-841B-49	39,50(5)	19,76 b(11)	13,56 c(8)	32,55 b(10)	3.072,72(8)	54,09(10)	52	12º
7 MNC05-847B-123	40,25(6)	19,26 b(12)	13,35 c(11)	33,81 b(7)	3.417,77(6)	58,92(7)	49	10º
8 MNC05-847B-126	40,75(8)	20,58 a(10)	14,49 b(5)	32,05 b(12)	2.564,97(13)	60,42(5)	53	13º
9 SEMPRE-VERDE	40,50(7)	20,76 a(9)	13,97 b(7)	32,86 b(9)	4.626,61(1)	69,46(1)	34	3º
10 Paulistinha	38,75(4)	22,25 a(1)	15,19 a(3)	36,75 b(5)	3.037,61(9)	51,91(12)	34	4º
11 BRS-Guariba ¹	38,25(3)	21,54 a(5)	13,38 c(9)	40,43 a(3)	3.849,88(2)	59,48(6)	28	2º
12 BRS-Tumucumaque	37,50(2)	21,88 a(2)	13,36 c(10)	43,72 a(2)	3.487,12(5)	65,21(2)	23	1º
13 MNC99-541F-15	41,00(9)	21,76 a(3)	15,08 a(4)	39,91 a(4)	2.742,23(11)	56,30(9)	40	5º
14 Olho-de-Pomba-10	38,75(4)	20,87 a(7)	15,61 a(1)	30,74 b(14)	2.926,18(10)	56,33(8)	44	9º

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, F. N. **Avaliação e seleção de linhagens de tegumento e cotilédono verde para o mercado de feijão-caupi verde**. 2010. 106p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina.

CRUZ, C. D. **Programa Genes** (versão Windows); 2001. Aplicativo computacional em genética e estatística. Viçosa: UFV, 648p.

FREIRE FILHO, F.R. et al. 2007. Novo gene produzindo cotilédono verde em feijão-caupi. **Revista Ciência Agrônômica**, Fortaleza, v.38, n.3, p.286-290, Jul-Set. Centro de Ciências Agrárias - Universidade Federal do Ceará.



GARCIA, A. A. F.; SOUZA JÚNIOR, C. L. 1999. Comparação de índices não paramétricos para seleção de cultivares. **Bragantia**, v. 58, n. 2 , p. 253-267.

MULAMBA, N. N.; MOCK, J. J. 1978. Improvement of yield potential of the Eto Blanco maize (*Zea mays* L.) population by breeding for plant traits. **Egyptian Journal of Genetics and Cytology**, v. 7, p. 40-51.

PEKSEN, A. Fresh pod yield and some pod characteristics of cowpea (*Vigna unguiculata* L. Walp.) genotypes from Turkey. **Asian Journal of Plant Science**, v. 03, n. 03, p. 269-293, 2004. ROCHA, M. M.; FREIRE FILHO, F. R.; DAMASCENO-SILVA, K. J.; BARRETO, A. L. H.; FRANCO, L. J. D.; SANTOS, A. M. F.; NUTTI, M. R.; CARVALHO, J. L. V.

Biofortificação do feijão-caupi no Brasil: estado atual e perspectivas. In: REUNIÃO ANUAL DE BIOFORTIFICAÇÃO NO BRASIL, 3., 2009, Aracaju, SE. Anais. Aracaju, SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos, 2009. 1 CD-ROM.



AVALIAÇÃO PÓS-COLHEITA DOS ATRIBUTOS DE QUALIDADE EM HÍBRIDOS DE MAMOEIRO

Fábio Ribeiro Barros¹
Willian Batista Silva²
Gláucia Michelle³
Lígia Renata Almeida da Silva⁴
Anderson Fernandes Souza⁵
Jurandi Gonçalves de Oliveira⁶

INTRODUÇÃO

O mamoeiro é uma das fruteiras mais cultivadas e consumidas nas regiões tropicais e subtropicais do mundo, sendo originada provavelmente da vertente oriental dos Andes, ou mais precisamente, na bacia Amazônica superior (Badillo, 1971). A manutenção da qualidade pós-colheita dos frutos é fundamental para o desenvolvimento da fruticultura brasileira. A vida pós-colheita economicamente útil de um fruto climatérico está diretamente relacionada com a manutenção das condições pré-climatérica. Dentre os vários fatores que contribuem para aumento da taxa respiratória destaca-se, dentre outros, o estágio de maturação no qual o fruto é colhido, sendo um dos fatores críticos que influenciam o amadurecimento e, conseqüentemente, a qualidade do fruto para o consumidor. Além disso, a conservação pós-colheita do mamão depende do manuseio adequado em toda a cadeia pós-colheita.

¹ Doutorando pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Av. Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia Campos dos Goytacazes, 28013-602.e-mail: fabio@agronomo.eng.br

² Mestrando pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Av. Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia Campos dos Goytacazes, 28013-602.

³ Doutoranda pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Av. Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia Campos dos Goytacazes, 28013-602.e-mail: fabio@agronomo.eng.br

⁴ Mestranda pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Av. Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia Campos dos Goytacazes, 28013-602.

⁵ Mestrando pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Av. Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia Campos dos Goytacazes, 28013-602.

⁶ Professor Dr. pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Av. Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia Campos dos Goytacazes, 28013-602.



MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido em delineamento de blocos casualizados com 4 repetição e 10 genótipos (7 tratamentos e 3 testemunhas), usando frutos de genótipos híbridos do programa de melhoramento genético da Universidade Estadual do Norte Fluminense-UNEF em parceria com empresa, Caliman Agrícola

S/A, que esta localizada no município de Linhares-ES. Os frutos foram colhidos no primeiro estágio de maturação fisiológica e armazenados em temperatura controlada a $(25^{\circ}\text{C} \pm 2^{\circ}\text{C})$ e umidade relativa $(80\% \pm 5\%)$ no laboratório de fisiologia e pós-colheita da UENF por 9 dias. Durante o período de armazenamento foi realizado amostragem dos frutos com intervalo de 1, 3, 5, 7 e 9 dias. As características avaliadas foram: Acidez titulavel (AT), Teor de sólidos solúveis (SST) e relação: Teor de sólidos solúveis por Acidez titulavel (SST/AT). Para determinar a acidez titulável da polpa dos frutos foi empregado o método nº 22.058 descrito na A.O.A.C (1984) com concentração de NaOH de 0,1N. Os teores de sólidos solúveis da polpa foram obtidos, utilizando amostra de tecido da polpa na região mediana do fruto. As leituras foram efetuadas em um refratômetro manual digital e os resultados expressos em ° brix. As análises estatísticas foram realizadas utilizando o programa computacional GENES (Cruz, 2006). Utilizou-se o teste de comparação de média (Tukey 5%) para compara os genótipos com 1, 3, 5, 7 e 9 dias pós-colheita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para característica acidez titulável (AT) não houve diferenças significativas para 5, 7, e 9 dias e houve diferenças significativas a 1% e 5% de probabilidade respectivamente para 1 e 5 dias de pós-colheita (Tabela 1). Na característica „° brix“ não diferiu estatisticamente para os tratamentos com 3 dias de pós-colheita, mas os tratamentos tiveram diferenças a 1% para 1, 5 e 9 e a 5% de probabilidade para 7 dias de pós-colheitas (Tabela 1). Para a relação entre o teor de sólidos solúveis e a



acidez titulável “Ratio” ocorreu diferenças significativas a 1% para os tratamentos com 9 dias de pós-colheita e diferenças não significativas para 1, 3, 5 e 7 dias de pós-colheita (Figura 1).

O teste de comparação de médias foi realizado em blocos comparando os genótipos no tempo de armazenamento individualmente, utilizando o programa genes (Cruz, 2006). Observa-se que para a acidez titulável (g/100g) de ácido cítrico na polpa do mamão avaliado no primeiro dia de pós-colheita a média do genótipo UENF01 diferiu do genótipo UENF07 ($p < 0,01$), sendo que, a maior média foi observada para o genótipo UENF 01. No terceiro dia de armazenamento o genótipo UENF03 (0,05 g/100g) diferiu do UENF08 (0,02 g/100g). Para os dias 5,7 e 9 dias de pós-colheita não foi observado diferenças significativas entre as médias dos tratamentos (Tabela 2).

Os genótipos UENF02, UENF06, UENF07 e o Tainung 01 apresentaram diferenças estatísticas dos demais genótipos, sendo que o UC01 destacou com média de sólidos solúveis de 11,3 °brix para o primeiro dia de avaliação. Quando comparados no quinto dia de pós-colheita o híbrido uenf/caliman 01 (UC01) foi significativamente diferente demais genótipos, exceto para UENF01. Para o sétimo e nono dia de pós-colheita, a cultivar Golden apresentou menores médias de sólidos solúveis quando comparados com os demais tratamentos, diferindo do UC01.

A relação SST/AT oscilou entre 122,8 e 309,3 sendo o maior valor encontrado para o híbrido UC01. O ratio quando avaliados nos dias 1, 3, 5 e 7 não diferiram estatisticamente. No nono dia de pós-colheita observa-se que o híbrido UC01 diferiu dos genótipos UENF01, UENF05, UENF07 e Golden.

Tabela 1. Estimativa da significância dos quadrados médios para os atributos de qualidade de frutos de genótipos de mamoeiro para as características de acidez titulável (AT), teor de sólidos solúveis (SST), relação teor de sólidos solúveis por acidez titulável (SST/ATT).

FV	GL	QM (AT)				
		1	3	5	7	9
Blocos	3	0.0002	0.0003	0.0002	0.0004	0.001
Tratamentos	10	0.0004**	0.0005*	0.0004ns	0.0002ns	0.0005ns
Resíduo	30	0.0001	0.0002	0.0003	0.0003	0.0002
Média		0.04	0.04	0.05	0.05	0.05
CV(%)		24.97	31.49	34.01	34.48	33.06
FV	GL	QM (° SST)				
Blocos	3	3.10	0.10	2.72	1.09	1.44
Tratamentos	10	3.0284**	1.6938ns	4.5189**	4.6179*	3.894**
Resíduo	30	0.53	0.89	0.64	1.58	0.77
Média		9.57	9.14	8.56	9.25	8.65
CV(%)		7.62	10.35	9.33	13.59	10.14
FV	GL	QM (Ratio)				
Blocos	3	7668.6	19808.9	1243.6	8844.0	16771.5
Tratamentos	10	10535.64ns	24300.14ns	10603.52ns	5871.54ns	10867.03**
Resíduo	30	7448.5	13319.7	8478.9	6353.8	3275.5
Média		238.24	274.93	190.29	203.63	193.94

CV(%) 36.23 41.98 48.39 39.14 29.51
** e * significativos a 1 e 5% de probabilidade; respectivamente; pelo teste F ns não-significativo; pelo teste F

Tabela 2. Teste de comparação de média (Tukey) para Acidez titulável (AT), Teor de sólidos solúveis (SST) e relação Acidez titulável por Teor de sólidos solúveis (SST/ATT) frutos de mamoeiro em diferentes estádios de amadurecimento.

	AT (g/100g)				
	1 (dia)	3 (dias)	5 (dias)	7 (dias)	9 (dias)
UENF01	0.05 a	0.04 ab	0.05 a	0.04 a	0.06 a
UENF02	0.04 ab	0.04 ab	0.04 a	0.04 a	0.03 a
UENF03	0.05 ab	0.05 a	0.05 a	0.05 a	0.03 a
UENF04	0.03 ab	0.04 ab	0.06 a	0.04 a	0.04 a
UENF05	0.04 ab	0.03 ab	0.06 a	0.05 a	0.05 a
UENF06	0.03 ab	0.03 ab	0.03 a	0.05 a	0.04 a
UENF07	0.03 b	0.03 ab	0.05 a	0.05 a	0.05 a
UENF08	0.04 ab	0.02 b	0.06 a	0.04 a	0.05 a
GOLDEN	0.05 ab	0.03 ab	0.04 a	0.05 a	0.05 a
UC01	0.05 a	0.05 ab	0.05 a	0.06 a	0.03 a
TAINUNG	0.04 ab	0.05 ab	0.03 a	0.06 a	0.05 a
	SST (° brix)				
	1 (dia)	3 (dias)	5 (dias)	7 (dias)	9 (dias)
UENF01	9.5 abc	9.7 a	9.3 abc	10.6 ab	9.2 abc
UENF02	9.1 c	9.2 a	8.4 bc	8.1 ab	8.1 abc
UENF03	11.0 ab	9.8 a	9.6 ab	10.6 ab	9.9 ab
UENF04	9.3 bc	8.9 a	8.7 bc	9.1 ab	8.5 abc
UENF05	9.4 bc	8.4 a	7.7 bc	9.1 ab	7.4 c
UENF06	8.4 c	9.0 a	8.2 bc	9.2 ab	8.5 abc
UENF07	8.9 c	8.8 a	7.3 c	8.6 ab	7.4 c
UENF08	9.4 bc	9.4 a	7.7 c	8.4 ab	8.1 abc
GOLDEN	9.3 bc	8.5 a	8.0 bc	7.6 b	7.8 bc
UC01	11.3 a	10.3 a	10.9 a	10.9 a	10.1 a
TAINUNG	9.1 c	8.1 a	7.9 bc	9.1 ab	9.6 ab
	SST/AT (Ratio)				
	1 (dia)	3 (dias)	5 (dias)	7 (dias)	9 (dias)
UENF01	158.7 a	226.5 a	169.4 a	258.1 a	163.6 b
UENF02	227.9 a	244.9 a	160.1 a	222.0 a	194.0 ab
UENF03	238.7 a	235.5 a	190.4 a	265.0 a	229.4 ab
UENF04	284.3 a	236.8 a	153.2 a	211.4 a	244.4 ab
UENF05	275.3 a	315.4 a	135.3 a	195.4 a	148.5 b
UENF06	278.6 a	266.3 a	239.9 a	189.7 a	186.0 ab
UENF07	325.0 a	310.9 a	154.2 a	175.5 a	122.8 b
UENF08	258.3 a	460.6 a	144.9 a	233.0 a	179.1 ab
GOLDEN	179.8 a	336.8 a	201.2 a	143.6 a	153.3 b
UC01	197.2 a	209.8 a	298.9 a	181.2 a	309.3 a
TAINUNG	196.4 a	180.3 a	245.2 a	164.5 a	202.3 ab



REFERÊNCIAS:

BADILLLO, V.M. **Monografia de la família Caricaceae.** Maracay, Venezuela: Editora Nuestra América C.A., 221p. 1971.

AWARD, M. **Fisiologia pós-colheita de frutos.** Nobel, 1993, v.1.

JACOMINO, A. P.; BRON, I. U.; KLUGE, R. A. **Avanços em tecnologia pós-colheita de mamão.** In: MARTINS, D.S. Papaya Brasil: qualidade do mamão para o mercado interno. Vitória – ES : INCAPER. p.277 – 289. 2003.

VIEIRA, G.; VIÉGAS, P. R. A.; NEVES, J. C. L.; AGNE S, E. L.; OLIVEIRA, F. A. de M. B. **Influência da cultivar e do estágio de maturação em algumas características de frutos de mamão durante a pós-colheita.** Revista Brasileira de Fruticultura, v. 22, n. 2, p. 244-247, 2000.

OLIVEIRA, M. A. B. de; VIANNI, R.; SOUZA, G. de; ARAÚJO, T. M. de R. **Caracterização do estágio de maturação do papaia „Golden” em função da cor.** Revista Brasileira de Fruticultura, Jaboticabal, v.24, n.2, 2002

GAYET, J. P.; BLEINROTH, E. W.; MATALLO, M.; GARCIA E. E.C.; GARCIA, A. E.; ARDITO, E. F. G.; BORDIN, M. R.. **Mamão para exportação: Procedimentos de colheita e pós-colheita,** Brasília: EMBRAPA – SPI, 1995. 38p (Série Publicações Técnicas FRUPEX, 14).



EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: FORMANDO SABERES

BARROSO, Poliana¹
CARARI Laucineia²
JUSTO, Eduardo Balliana³
SOUZA, Jefferson de Carvalho⁴
FRANCISCO, Alda Maria Silva⁵

INTRODUÇÃO

A educação matemática tem várias finalidades dentre elas o desenvolvimento dos alunos e dos indivíduos em sociedade, para que possam ultrapassar barreiras do seu desenvolvimento enquanto cidadão em termos de educação e o seu envolvimento crítico. Assim, discutimos a educação matemática numa perspectiva em que esta é encarada como fenômeno emergente que é finalidade da matemática escolar que é formando saberes, isto é, “educar matematicamente”. Tudo isso, como meio de criar condições que favoreçam certas formas participação e práticas, encarando o processo ensino e aprendizagem como elemento importante das práticas sociais e retirando daí implicações para o entendimento da educação matemática.

Nesta perspectiva, existem alguns desafios e possibilidades de desenvolvimento destas ideias tanto a nível curricular e quanto em nível da formação de professores de licenciatura em matemática.

Este trabalho surgiu do Grupo de estudos e Pesquisas (GEPs) do Colegiado de Matemática intitulado “Educação Matemática e seus desafios” cujo objetivo é estudar para reconhecer através das leituras a Educação Matemática como área de conhecimento e pesquisa; discutindo e analisando os processos de ensinar e aprender matemática, trabalhando perspectivas metodológicas, possibilitando professores e acadêmicos a compreensão de conceitos, procedimentos e

¹ Professora especialista Centro Universitário São Camilo Espírito Santo polianabarroso@samocamilo-es.br

² Professora mestre do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo anaritalouzada@saocamilo-es.br

³ Professor especialista do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo eduardoballiana@saocamilo-es.br

⁴ Professor especialista do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo jeffersoncarvalho@saocamilo-es.br

⁵ Professora orientadora ,Mestre do Centro Universitário São Camilo Espírito Santo aldamariaf@saocamilo-es.br



estratégias da educação matemática no contexto das ciências e das tecnologias e das atividades cotidianas.

MATERIAL E MÉTODOS

O GEPS do Colegiado de Matemática funciona já alguns anos com estudos mensais de textos com professores e grupos de acadêmicos do curso sobre educação matemática partindo inicialmente de distinguir entre ensinar matemática e educar matematicamente confrontando essas duas perspectivas: o ensino da matemática como incidindo essencialmente na tarefa de fazer com os alunos aprendam matemática, e a outra visão, é educar matematicamente fornecendo aos alunos fatos matemáticos contextualizados numa prática pedagógica que valorize sua aplicabilidade em outras disciplinas e sua utilidade na vida. Assim, este projeto realiza a interação entre todos os envolvidos por meio dos encontros, além de possibilitar aos acadêmicos discutir a realidade escolar para melhoria do processo ensino e aprendizagem da matemática.

A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E SEUS DESAFIOS

Hoje mais do que nunca, a educação é alvo de preocupações, debates e investimentos por parte dos governos, empresários e da sociedade como um todo. E se discute a importância de se repensar as práticas pedagógicas para enfrentar os desafios deste século. Neste contexto temos a questão da educação matemática e a formação de professores.

A educação matemática convive diferentes linhas de pensamento, cada qual abordando algumas dimensões da atividade matemática, tendo em vista a diversidade do fenômeno educativo onde somos levados a conviver com as diferentes escolhas teóricas e metodológicas.

A formação de professores de matemática inicial e continuada deve ir além do acúmulo de conhecimentos teóricos. É preciso oferecer ao professores do colegiado e aos acadêmicos do curso de matemática oportunidade de estudar e discutir teorias



que possam embasar sua prática escolar, que favoreça a construção de competências e habilidades relacionadas com a prática docente de um futuro professor, re - significando a formação inicial, promovendo as conexões entre os saberes que se constroem na universidade e os saberes produzidos no cotidiano escolar. De acordo com Pires (2002):

[...] atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende que venha a ser desempenhado nas suas práticas pedagógicas. Ninguém promove o desenvolvimento daquilo que não teve oportunidade de desenvolver em si mesmo. (PIRES, 2002, p.48)

Nesta linha de educação Matemática temos os Parâmetros Curriculares (PCN) de Matemática que é um documento norteador do ensino da Matemática no país que enfatizam a formação para a cidadania como uma das metas a serem trabalhadas em sala de aula e como uma das questões centrais do Ensino de Matemática por meio da contextualização do conteúdos matemáticos.

A Matemática não pode ser diferente. Ela deve ser considerada como um caminho que ao mesmo tempo possibilita a compreensão do mundo e cria formas de atuação. O conhecimento matemático deve ser o resultado da construção humana em sua interação constante, com o contexto natural, social e cultural. Assim, a Matemática não será uma ciência imutável e se transformará em uma disciplina em que novos conhecimentos são produzidos para resolver problemas científicos e tecnológicos, gerando saber para construir a cidadania. (PCN, 1998, p.58).

Nessa nova concepção, a educação matemática é uma oportunidade de contribuir para que o ensino de Matemática que seja experimental, sem ser superficial, seja contextualizado sem ser banalizado; mediado, atual e relevante para o século em que estamos vivendo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em nossos estudos destacamos que o saber matemático está associado ao problema da validação dos conteúdos aprendidos. A educação matemática é uma ciência que tem suas teorias estruturadas em um contexto próprio, em que as



situações didáticas deve envolver procedimentos práticos mais próximos do conhecimento. Porém a utilidade do saber permite ao sujeito um referencial capaz de gerar um olhar mais curioso, amplo e indagador, pois o sujeito passa a ter um domínio sobre um determinado saber, é possível desencadear uma ação mais transformadora, geradora de novos saberes.

A confiança e a reciprocidade entre os membros de uma equipe constituem condição essencial para o bom funcionamento de uma unidade social de trabalho, caracterizada a partir do desenvolvimento da ética entre os companheiros de trabalho e do espírito de credibilidade. (LUCK, 2010, p, 92).

Apesar dos estudos estarem em andamento, sugiru um grupo que vem discutindo o laboratório de matemática como metodologia no processo ensino e aprendizagem e Cálculo – questões gerais resolvidas e comentadas. Realizamos este ano a XI Semana da Matemática, com o tema “Educação Matemática: Formando Saberes”. Cujo objetivo foi discutir a formação dos saberes acadêmicos e pedagógicos do professor de matemática para o enfrentamento dos desafios da contemporaneidade, promovendo a troca de experiências e a articulação teoria e prática, por meio de palestras, oficinas, apresentação de pôsteres e atividades intercursos, além de uma mesa redonda com a temática “Educação Matemática e seus desafios” onde professores, acadêmicos e egressos discutiram os avanços e desafios na educação matemática no Brasil, no estado e a formação do professor de matemática na re - significação seus saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação matemática hoje visa despertar no aluno o hábito de fazer uso de seu raciocínio e de cultivar o gosto pela resolução de problemas e aprender a valorizar o raciocínio lógico e argumentativo.

Para isso é necessário investir na formação inicial e continuada dos professores matemática para que se possa proporcionar ao futuro docente, aquisição de novos conhecimentos de modo a enfrentar os desafios e as novas demandas que surgem para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.



A docência exige uma verdadeira construção de conhecimentos teóricos e pedagógicos para que se consiga desenvolver um trabalho didático-pedagógico de forma a articular teoria com a prática.

Nesta perspectiva, o GEP tem conseguido promover estudos teóricos, reflexões e discussões dos saberes e fazeres docentes, mostrar aos acadêmicos por meio da interlocução com os professores a importância de se atuar na linha da educação matemática pela tríade ensino, pesquisa e extensão, repensando a práxis pedagógica, pois são inúmeros os desafios enfrentados pelos acadêmicos e professores para que consigam se tornar um bom profissional, ultrapassando as barreiras, enfrentando os desafios, sendo articuladores e mediadores do processo ensino-aprendizagem nos espaços que ocupam. Luck (2010) afirma que:

Destaca-se que o trabalho de qualquer profissional da educação só ganha significado e valor na medida em que esteja integrado com os demais profissionais da escola em torno da realização dos objetivos educacionais, [...] dar unidade aos esforços pela interação de segmentos e construção de uma ótica comum, a partir de valores e princípios educacionais sólidos e objetivos bem entendidos. (LUCK, 2010, p.91).

Assim, todas as ações resultam em reflexão, análise e discussão para o aperfeiçoamento da prática pedagógica de forma a contribuir para o crescimento profissional dos envolvidos e para a melhoria da aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS:

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 8ªed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2010.

Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC, 1998.

PIRES, Célia Maria Carolina. **Currículo de matemática: da organização linear a idéia de rede**. São Paulo: FTD, 2000.

PONTES, J. P.(1994). **O desenvolvimento profissional do professor de Matemática. Educação e Matemática**. [www.educ.fc.ul.pt/...pt/94_Ponte\(Educ&Mat\).doc](http://www.educ.fc.ul.pt/...pt/94_Ponte(Educ&Mat).doc) Acessado pela Internet em 15/12/2012.



INFLUÊNCIA DA TEMPERATURA NO AMADURECIMENTO DA BANANA PRATA-ANÃ

SILVA, Gláucia Michelle Cosme¹
SILVA, Willian Batista²
SILVA, Lígia Renata Almeida da²
BARROS, Fábio Ribeiro¹
MIZOBUTSI, Gisele Polete³

INTRODUÇÃO

A banana, *Musa spp.*, é fruto climatérico, apresentando um aumento súbito na taxa respiratória e apresentando um pico na emissão do etileno, contribui para que ocorra uma série de transformações bioquímicas e fisiológicas durante seu amadurecimento.

Os frutos são colhidos ainda verdes, no estágio de completo desenvolvimento fisiológico indicado, nessa cultivar, pelo desaparecimento das quinas dos frutos (Bleinroth et al., 1992). Práticas de pós-colheita realizadas, muitas vezes, não são suficientes para garantir uma boa qualidade da fruta quando esta é comercializada em mercados mais distantes. Portanto, o desenvolvimento e a adaptação de tecnologias de refrigeração, retardadores de amadurecimento permitirão aos produtores e empresários alcançarem melhores condições e competitividade nos mercados nacional e internacional.

A refrigeração é a, técnica, mais eficaz, que conserva o produto com características desejáveis semelhantes a seu estado inicial, retardando o processo de maturação e senescência (Ashrae, 1994).

O armazenamento refrigerado consiste no principal meio de conservação dos vegetais, podendo ser aliado a outras técnicas de conservação. Entretanto, frutos

¹ Doutorandos pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes - RJ, e-mail: glaucia-michelle@hotmail.com.

² Mestrandos pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes-RJ.

³ Professora doutora pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Janaúba - MG



sensíveis ao "*chilling*" devem ser armazenados sob temperaturas acima das mínimas de segurança, ou seja, que não promovam a desordem fisiológica. As bananas 'Prata Anã' armazenadas a temperaturas abaixo de 12°C, por duas semanas, desenvolveram "*chilling*" (Lima et al., 2001). Não obstante, a sensibilidade ao frio depende do binômio tempo x temperatura, bem como da cultivar e fatores de pré-colheita, sendo que, a temperatura limite para a ocorrência de "*chilling*" em diferentes cultivar de banana varia, normalmente, de 10 a 14°C, podendo, entretanto bananas 'da Terra' serem armazenadas a 7,2°C por sete dias, sem sintomas visíveis da desordem fisiológica (Morrelli et al., 2003).

MATERIAL E METÓDOS

Os cachos da banana 'Prata-Anã' provenientes do pomar comercial localizado no município de Mocambinho, Norte de Minas Gerais, foram colhidos em idades bastante próximas de acordo com a coloração da casca e angulação das quinas dos frutos. Eles foram despencados e colocados em caixa de água com detergente por 30 minutos em seguida, levados ao laboratório de fisiologia de pós-colheita da UNIMONTES, situada no Município de Janaúba - MG, posteriormente separados em buquês de cinco frutos e selecionados para análises. Os frutos foram avaliados em duas temperaturas: refrigerada ($15 \pm 1^\circ\text{C}$) e ambiente ($25 \pm 1^\circ\text{C}$), com umidade relativa ($85\% \pm 5\%$), mantendo-se a máxima possível.

O delineamento utilizado foi o inteiramente casualizado (DIC). Para cada temperatura, foram avaliados em cinco tempos de armazenamento resultando num fatorial (5×2). Cada tratamento consistiu de 4 repetições sendo a unidade experimental formada por 2 buquês de 5 dedos de cachos diferentes, totalizando 10 frutos por repetição, totalizando 40 por tratamento.

Os frutos foram avaliados durante um período de 20 dias de armazenamento em condição refrigerada e em temperatura ambiente, sendo que as análises de pós-colheita e qualidade foram amostradas a cada 5 dias de armazenamento. As

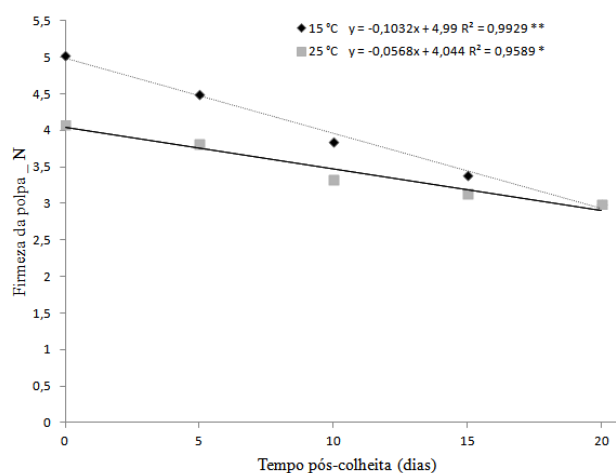


análises realizadas em cada de avaliação, bem como a realizada no dia da colheita foram: firmeza da polpa, determinada por meio de um penetrômetro digital (Lutron FG-5020) com ponta de prova de 8 mm, fazendo-se a leitura na região equatorial do fruto, sendo os resultados foram expressos em Newton, firmeza da casca – foi determinada por meio de um penetrômetro digital (Lutron FG-5020) com ponta de prova de 8 mm, fazendo-se a leitura no centro de cada fruto. Os resultados foram expressos em Newton, teor de sólidos solúveis – Utilizou um refratômetro digital (Atago Pal-1) e os resultados expressos em °brix.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se verificar (Gráfico 1) que, a firmeza da polpa foi significativo para ambos os tratamentos (15°C e 25°C), havendo regressão entre a variação do tempo de armazenamento e a firmeza dos frutos. Frutos de banana prata anã quando submetidas a temperaturas de 15°C manteve a firmeza do fruto superior até o décimo quinto dia, em relação à média apresentada pela temperatura de 25°C (ambiente), entretanto, no vigésimo dia, apresentaram firmeza similar (3,63N e 3,08N) respectivamente. Os valores encontrados para a cultivar Prata-Anã foram próximos aos obtidos por Damatto Jr. *et al.* (2005), de 3,94 N. A firmeza diminui com menor intensidade na temperatura de 15°C pelo fato de que, baixas temperaturas superior a mínima tolerável pelo fruto, reduz a atividade de enzimas que atuam na desmetilação e degradação da pectina presente na lamela média das células (Damatto Jr. *et al.* 2005).

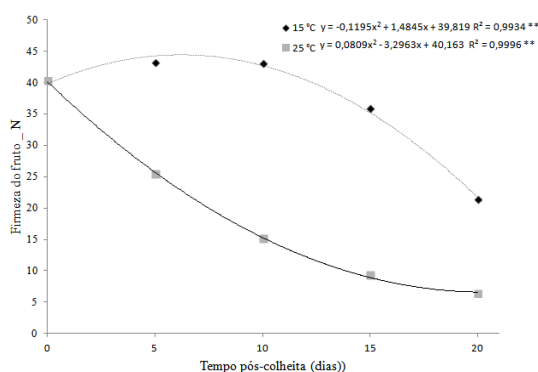
Gráfico 1 – Firmeza da polpa em Newton da banana prata anã em função do tempo de armazenamento (dias) submetido a duas temperaturas de armazenamento. * significativo pelo teste F ao nível de 5% de probabilidade, ** Significativo ao nível de 1% de probabilidade pelo teste F



A firmeza da polpa foi significativo para a regressão polinomial de segundo grau, observando diferença entre as temperaturas. Frutos mantidos em temperatura de 25°C mantiveram-se firmes apenas nos três primeiros dias de avaliação. (Gráfico 2). Os resultados indicam que as bananas 'Prata-Anã' armazenados a 25 °C já tinham começado o processo de amadurecimento durante o armazenamento, enquanto que os frutos a 15 °C pouco se alteraram.

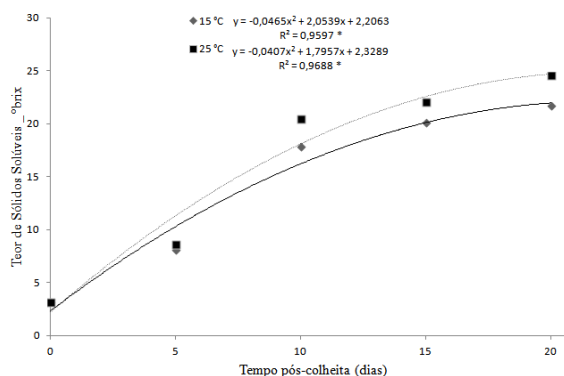
Segundo Awad (1993), essa diminuição da firmeza nos frutos, pode resultar de dois fatores: devido à perda de água e à diminuição da pressão de turgescência das células, quando o fruto é conservado em atmosfera com umidade relativa baixa, ou pode resultar da decomposição enzimática (poligalacturonase e pectinametilesterase) da lamela média e da parede celular. Damatto Junior et al. (2005), avaliando a produção e caracterização de frutos de bananeira 'Prata-Anã' e 'Prata-Zulu', também observaram uma diminuição significativa da firmeza até o 6º dia de armazenamento sendo que, a partir daí, esses valores não apresentaram diminuição significativa.

Gráfico 2 – Firmeza do fruto em Newton da banana prata anã em função do tempo de armazenamento (dias) submetido a duas temperaturas de armazenamento. * significativo pelo teste F ao nível de 5% de probabilidade, ** Significativo ao nível de 1% de probabilidade pelo teste F.



Com relação ao teor de sólidos solúveis, foi observado um aumento ao longo do período de armazenamento em temperatura de 25 °C e 15 °C, sendo que a partir do 3º dia, não houve diferença significativa nos teores de sólidos solúveis entre as temperaturas (FIGURA 3). Resultados estes concordam com Campos et al. (2003), onde também observaram um aumento nos teores de sólidos solúveis com o decorrer do amadurecimento em banana cv. nanicão climatizada.

Figura 3 – Teor de sólidos solúveis em °brix em função do tempo de armazenamento submetidas a diferentes temperaturas. * significativo pelo teste F ao nível de 5% de probabilidade, ** Significativo ao nível de 1% de probabilidade pelo teste F.





REFERÊNCIAS:

ASHRAE. **Methods of precooling fruits, vegetables, and cut flowers. Refrigeration Systems and Applications Handbook**. C. 10. Atlanta: American Society of Heating, Refrigerating and Air - Conditioning Engineers, 1994.

AWAD, M. **Fisiologia pós-colheita de frutos**. São Paulo: Nobel, 1993. p.22-30.94-78.

BLEINROTH, E. W., SIGRIST, J. M. M., ARDITO, E. de F. G. et al. **Tecnologia de pós-colheita de frutas tropicais**. 2. ed. rev. Campinas: ITAL, 1992. 203 p. (Manual Técnico, 9).

CAMPOS, R. P.; VALENTE, J. P.; PEREIRA, W. E. **Conservação pós-colheita de banana cv. Nanicão climatizada e comercializada em Cuiabá – MT**. Rev. Bras. Frutic. , Jaboticabal, v.25, n.1, 2003.

DAMATTO JUNIOR, E. R. et al. **Produção e caracterização de frutos de bananeira 'Prata-Anã' e 'Prata-Zulu'**. Rev. Bras. Frutic. , Jaboticabal, v.27, n.3, 2005..

MORRELLI, K. I.; PIERCE, B. M. H.; KADER, A. A. **Genotypic variation in chilling sensitivity of mature-green bananas and plantains**. Hortechonology, Davis, Apr./June 2003.

LIMA, L. C.; CASTRO, M. V.; DIAS, M. S. C.; MARTINS, R. N.; SILVA, D. F. P.; COSTA, S. M.; RIBEIRO JÚNIOR, P. M.; BRESISNSKI, T. L. **Conservação pós-colheita de banana 'Prata-anã' produzida na região Norte de Minas Gerais**. In: SIMPÓSIO NORTE MINEIRO SOBRE A CULTURA DA BANANA, 2001, Nova Porteirinha, MG. Resumos... Nova Porteirinha: Epamig-CTNM, 2001. p. 272-275.



QUALIDADE DE SEMENTES DE TRÊS GENÓTIPOS DE MARACUJAZEIRO

SILVA, Lígia Renata Almeida da¹

GOMES, Edilson Ramos²

BRAGA, Darlan Leão³

FEITOSA, Patrícia R. M⁴

SETÚBAL, José Walmar⁵

INTRODUÇÃO

A produção de maracujá vem ganhando importância no mundo, sendo o Brasil o maior consumidor mundial de maracujá (Silva et. al., 2011), seja para o consumo *in natura* quanto para a indústria de polpa de frutas. O país apresentou em 2009 uma produção de 718.798 toneladas, onde cerca de 73,61% da produção é oriunda da região Nordeste (SIDRA/IBGE, 2011).

A germinação do maracujazeiro é baixa e desuniforme, o que dificulta a obtenção de muda de qualidade. Os problemas de germinação são muito comuns até mesmo em maracujá amarelo (Meletti et. al., 2002).

As espécies e suas diferenças morfológicas e fisiológicas, assim como a presença do tegumento nas passifloráceas, que pode ser considerado um mecanismo de controle de entrada de água para o interior das sementes prejudicando diretamente a germinação e a emergência das plântulas (Silva et. al., 2011).

¹ Mestranda em Genética e Melhoramento de Plantas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense, UENF-RJ, ligiarenata@agronoma.eng.br

² Mestrando em Irrigação e Drenagem pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, UNESP-SP

³ Mestrando em Irrigação e Drenagem pela Universidade Federal do Ceará, UFC-CE

⁴ Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal do Piauí, UFPI-PI

⁵ Professor Doutor da Universidade Federal do Piauí, UFPI, Campus Socopo - CCA. Teresina - PI



A qualidade fisiológica das sementes é influenciada diretamente pelo genótipo (Alexandre et. al., 2004), apresentando seu máximo potencial germinativo no pico de maturação fisiológica. O processo germinativo é composto de três fases que consistem na embebição, ativação dos processos metabólicos e iniciação do crescimento do embrião (Castro et. al., 2004).

O trabalho teve o objetivo de avaliar a germinação e a velocidade de emergência de três cultivares de maracujá-doce (*Passiflora alata*), cultivares Rio Grande do Sul, Gold Star e Rosado.

MATERIAL E METODOS

O ensaio foi instalado na área experimental do departamento de fitotecnia da Universidade Federal do Piauí, em Teresina-PI, iniciado no laboratório de sementes e conduzido em ambiente protegido com sombrite de 50%.

Utilizou-se delineamento em blocos casualizados com quatro repetições, os tratamentos foram dispostos em esquema fatorial 1:1. A parcela experimental foi constituída de 10 unidades de cada cultivar. Foi utilizado o substrato na proporção de 1:1 (terra vegetal e esterco bovino curtido).

Foi utilizado três cultivares de maracujá (*Passiflora alata*) oriundo do cultivo comercial e de campos experimentais da UFPI/CCA. As sementes após abertura dos frutos foram retiradas e colocadas em placa de petri para fermentação por 72 horas para facilitar a retirada do arilo através da fricção em peneira de malha fina, em seguida foi efetuada a lavagem em água corrente e colocadas para secagem a sombra sobre papel toalha por três dias. Após a secagem foi realizada a contagem das sementes manualmente e acondicionadas em sacos de papel e submetido a um processo térmico com temperatura de 10°C por três dias.

O plantio foi realizado no dia 16 de março de 2009 utilizando-se 40 sementes de cada cultivar, totalizando 120 sementes, para avaliação do número de sementes



por fruto (NSF), peso de 1000 sementes (P1000S), número de sementes por grama (NSG), porcentagem de emergência (PE) e índice de velocidade de emergência (IVE).

O NSF foi determinado pela contagem manual das sementes presente em cada fruto utilizado, para a determinação do P1000S foi separado e contado manualmente ao acaso quatro sub-amostras de cada cultivar e pesada em balança de precisão de 0,1g e para a determinação do NSG foi pesado ao acaso uma grama de cada cultivar e pesada em balança de precisão de 0,1g.

Iniciou-se a avaliação da PE no décimo dia após a semeadura, data da emergência da primeira plântula, até o 15º dia realizando a contagem das plantas germinadas, o IVE foi calculado através da equação proposta por Maguire (1962).

$$\text{Equação 1. IVE} = \frac{(P_1 \times D_1) + (P_2 \times D_2) + \dots (P_n \times D_n)}{P_1 + P_2 + \dots + P_n}$$

onde:

IVE = índice de velocidade de emergência

D1 = numero de dias para primeira contagem após a semeadura

D2 = numero de dias para segunda contagem após a semeadura

P1 = numero de plântulas emergidas na primeira contagem

P2 = numero de plântulas emergidas na segunda contagem

Os dados PE e P100S foram submetidos à análise de variância e confrontada as médias pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cultivar Gold Star (média 226 g) apresentou peso médio dos frutos superior, seguida pela cultivar Rio Grande do Sul (média 166 g). A cultivar Rio Grande do Sul apresentou o número de sementes por fruto (média 419,5) superior (tabela 1), seguida pela Gold Star (média 334) e Rosado (média 298) iguais.



estatisticamente a 5% de probabilidade, tal fato pode ser explicado pela menor espessura do endocarpo e as sementes são relativamente mais finas em relação às demais cultivares.

Tabela 1. Média do número de sementes por fruto (NSF), peso de 1000 sementes (P1000S), número de sementes por grama (NSG), porcentagem de emergência (PE), índice de velocidade de emergência (IVE) para três cultivares de maracujá.

Cultivares	NSF	P1000S	NSG	PE	IVE
Rio Grande do Sul	419,5 ^a	21,38 ^b	47,5 ^a	19,25 ^b	0,96 ^a
Gold Star	334,0 ^b	24,91 ^a	40,75 ^b	55,50 ^a	0,73 ^b
Rosado	298,0 ^b	19,86 ^b	49,25 ^a	40,25 ^a	0,80 ^{ab}
Média	350,5	22,05	350,5	38,33	0,83

Médias seguida da mesma letra na coluna não diferem entre si estatisticamente pelo teste de Tukey à 5% de probabilidade.

Em relação ao peso de 1000 sementes a cultivar Rio Grande do Sul (média 21,38) se apresentou igual estatisticamente a Rosado (média 19,86), no entanto inferior a Gold Star (média 24,91), que por sua vez teve tal fato motivado pelo maior diâmetro e peso de fruto acarretando em maior peso por semente.

A cultivar Rosado apresentou a maior média (49,25) para o caráter NPG superando a Gold Star (média 40,75), no entanto, não se diferenciou da cultivar Rio Grande do Sul estatisticamente pelo teste de Tukey ($p > 5\%$), tal fato é explicado por à cultivar Rosado apresentar sementes de menor porte.

A maior velocidade de emergência foi obtida pela cultivar Gold Star (média 55,5) superando a Rio Grande do Sul (média 19,25), mas, não diferenciando-se estatisticamente ($p > 5\%$) da Rosado com média de 40,25.

A cultivar Rio Grande do Sul (média 0,96) se apresentou superior as demais cultivares no caráter índice de velocidade de emergência, porém igual estatisticamente a Rosado (média 0,80) que se igualou pelo teste de Tukey ($p > 5\%$) a Gold Star (média 0,73). Fato semelhante foi constatado por Alexandre et. al.



(2004) que relatam que o IVE pode ser influenciado diretamente pelos genótipos. Esses resultados superam os encontrados por Silva et.al. (2011), (média 18,39) que estudaram a germinação e crescimento inicial de mudas de cinco espécies de maracujá (*Passiflora spp.*) visando a obtenção de porta-enxerto.

O vigor das plântulas observado no campo pela habilidade da semente emergir e crescer rapidamente e vigorosamente, é um fator que pode influenciar diretamente a produtividade das culturas (Tekrony, 1991).

REFERÊNCIAS:

Alexandre, R.S.; Junior, A. W.; Negreiro, J.R.S.; Parizzotto, A.; Bruckner, C.H. (2004) **Germinação de sementes de genótipos de maracujazeiro**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v.39, n.12, p.1239-1245.

Ferreira, G.; Fogaça, L.A; Moro, E. (2001) **Germinação de sementes de *Passiflora alata* Dryander (maracujá-doce) submetidas a diferentes tempos de embebição e concentração de ácido giberélico**. Revista Brasileira de Fruticultura, Jaboticabal, v.23, n.1, p.160-163.

Magure, J.D. (1962) **Speed of germination AID in selection and evaluation for emergence and vigour**. Crop Science, v.2, p.176-177.

Meletti, L.M.M.; Furlani, P.R.; Àvares, V.; Soaresscott, M.D.;Bernacci, L.C;Azevedo Filho, J.A. (2002) **Novas tecnologias melhoram a produção de mudas de maracujá**. O Agrônomo, v.54, p.30-33.

SIDRA/IBGE – **Sistema IBGE de recuperação Automática/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Produção Agrícola Municipal de 2009: maracujá. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1613&z=p&o=22&i=P>. acesso em: 13 maio de 2011.

Silva, R.M.; Aguiar, A.V.M.; Cardoso, E.A.; Oliveira, L.A.A.; Lima, J.G.A. (2011) **Germinação e crescimento de mudas de cinco espécies de maracujá (*Passiflora spp.*) visando obtenção de porta-enxertos**. Revista Verde, v.6, n.1, p.131-135.

Tekrony, M.D.; Egli, D.B. (1991) **Relationship of seed vigour to crop uield: a review**. Crop Science, v.31, p.816-822.



EFEITO DA TEMPERATURA NA QUALIDADE PÓS-COLHEITA DE BANANA GENÓTIPO PA 42-44

SILVA, Gláucia Michelle Cosme¹
SILVA, Lígia Renata Almeida da²
SILVA, Willian Batista²
BARROS, Fábio Ribeiro¹
MIZOBUTSI, Gisele Polete³

INTRODUÇÃO

As qualidades alimentícias e comerciais da banana são influenciadas pelas condições de amadurecimento e armazenamento, sendo necessária a indução do amadurecimento em câmaras de maturação controlada, também denominada de climatização. O genótipo PA42-44 é um tetraplóide do grupo genômico AAAB desenvolvido pela EMBRAPA, apresenta resistência à sigatoka-amarela e negra e mal-do-panamá (Cordeiro et al., 2006), ao contrário da 'Prata Anã' que é suscetível às três doenças.

O armazenamento em baixas temperaturas é utilizado para retardar as reações químicas e a ação das enzimas, e atrasar ou inibir o crescimento e atividade dos microrganismos que se encontram nos alimentos. Quanto mais baixa a temperatura mais lenta serão as reações químicas, as ações enzimáticas e o crescimento microbiano (Honório, 1998; Cortez et al., 2002). Portanto, neste trabalho, o objetivo da pesquisa foi avaliar o genótipo de banana PA42-44 com o intuito de caracterizar sua qualidade pós-colheita, armazenado em temperaturas diferente.

¹ Doutorandos pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes-RJ, E-mail: Glaucia-michelle@hotmail.com

² Mestrandos pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes – RJ.

³ Professor Dr^a. Departamento de Agronomia pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Janúba-MG



MATERIAL E METODOS

Os frutos foram provenientes da Fazenda Experimental de Mocambinho (FEMO) pertencente à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG/CTNM), no Projeto Jaíba. Os cachos foram colhidos no estágio de desenvolvimento, definido visualmente pelo desaparecimento das quinas. Realizou o despencamento dos cachos, desprezando-se a primeira e a última penca. As pencas foram acondicionadas em caixas plásticas forradas e transportadas para o laboratório de fisiologia de pós-colheita de frutos da UNIMONTES. Os frutos foram lavados em água contendo 0,2% de detergente, posteriormente armazenados em temperaturas de $15 \pm 0,7$ °C e $25 \pm 0,6$ °C e umidade relativa 85%, consistindo nos tratamentos. Os frutos foram analisados a cada cinco dias, até o final da sua vida útil.

O trabalho foi submetido ao delineamento inteiramente ao acaso (DIC) no esquema fatorial (2 x 5) seguindo um modelo estatístico $Y_{ijk} = \mu + FA_i + FB_j + FAFB_{ij} + e_{ijk}$. O fatorial é explicado por duas temperaturas de armazenamento (25 °C e 15 °C) e cinco períodos de avaliação (0, 5, 10, 15 e 20 dias). Foram utilizadas quatro repetições e a unidade experimental foi constituída de cinco frutos. Os resultados foram submetidos à análise de variância e as médias foram comparadas pelo teste Tukey a 5% de probabilidade.

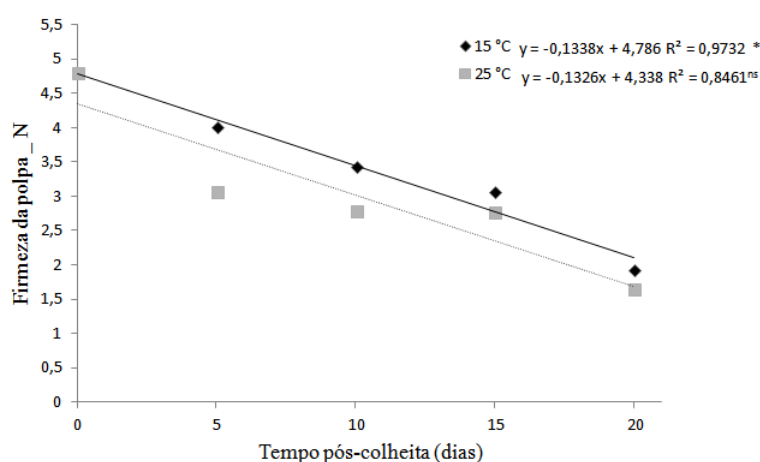
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A firmeza da polpa do fruto em função dos dias de armazenamento foi significativo para a temperatura de 15°C ao nível de 5% de probabilidade pelo teste F, havendo regressão linear (Gráfico 1). Quando os frutos foram submetidos à temperatura de 25°C na condição ambiente, não foi significativo, rejeitou a hipótese de que há regressão. Quando armazenados a 25 °C observou um decréscimo acentuado da firmeza no quinto dia de pós-colheita, estabilizando até o décimo

quinto dia, caindo novamente no vigésimo dia com média de 1,5N. A temperatura de 15 °C apresentou maior firmeza em função do dias de armazenamento quando comparados no armazenamento a 25 °C. Na temperatura de 15 °C, os frutos se mostraram mais firmes do que os de 25°C até o 15º dia de armazenamento. Ambos as temperaturas perderam a firmeza em decorrência do amadurecimento (Gráfico 1).

Segundo Pereira et al. (2004), frutos que apresentam baixa firmeza têm maiores possibilidades de serem suscetíveis ao amadurecimento efetivo, em detrimento da maior atividade de enzimas pectinolíticas tais como a pectinametilesterase e poligalacturonase, disponibilizando açúcares por meio da degradação da parede celular.

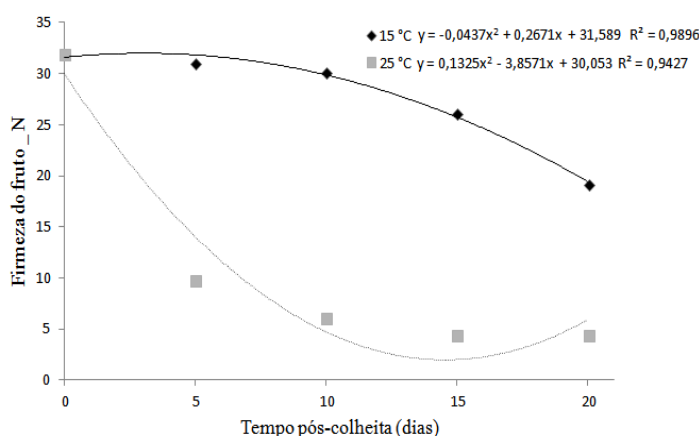
Gráfico 1 - Firmeza da polpa em Newton da banana genótipo PA 42-44 em função do tempo de armazenamento (dias) submetido a duas temperaturas de armazenamento * significativo pelo teste F ao nível de 5% de probabilidade, ** Significativo ao nível de 1% de probabilidade pelo teste F.



Quanto à firmeza dos frutos, foram observadas diferenças significativas entre as temperaturas de acondicionamento em função dos dias de avaliação, sendo que os maiores valores foram encontrados para a temperatura de 15°C. No presente trabalho, verificou-se que no armazenamento a 15 °C os frutos continuaram mais firmes quando comparados com os armazenados a 25°C (Gráfico 2). Estes

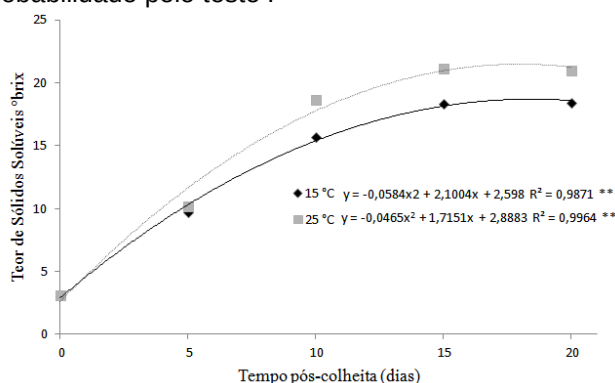
resultados podem indicar que, tanto a firmeza da polpa quanto a firmeza dos frutos, podem individualmente, sofrer influência de fatores ambientais tal como, a temperatura. Em trabalhos desenvolvidos por Pereira *et al.* (2004), foi avaliada a firmeza do fruto com casca. Considerando que a resistência do tecido vegetal está relacionada à estrutura da parede celular da casca na zona do pedúnculo, é esperado encontrar correlação desta característica com a firmeza do fruto (com casca), mas não necessariamente com a firmeza da polpa.

Gráfico 2 – Firmeza do fruto em Newton da banana genótipo PA 42-44 em função do tempo de armazenamento (dias) submetido a duas temperaturas de armazenamento. A: firmeza do fruto, B: Firmeza da Polpa.^{ns} Não significativo, * significativo pelo teste F ao nível de 5% de probabilidade, ** Significativo ao nível de 1% de probabilidade pelo teste F.



O teor de sólidos solúveis apresentou significância para regressão polinomial de segundo grau pelo teste F a 1% tanto para a temperatura de 15°C quanto para 25°C. As médias foram aumentadas em função dos dias de pós-colheita com médias menores para frutos acondicionados a 15°C. Os resultados apresentados no Gráfico 3 demonstra que, durante os dias de armazenamento os teores de sólidos solúveis das duas temperaturas aumentaram até atingir um pico máximo. Resultados semelhantes foram observados por Silva *et al.* (2004) em banana-Prata climatizada. Dadzie e Orchard (1997) explicam que em alguns híbridos, o conteúdo de sólidos solúveis aumenta até um pico e logo depois diminui devido à conversão do açúcar da polpa em álcool.

Gráfico 3 – Teor de sólidos solúveis em função do tempo de armazenamento submetidas a diferentes temperaturas. * significativo pelo teste F ao nível de 5% de probabilidade, ** Significativo ao nível de 1% de probabilidade pelo teste F



REFERÊNCIAS:

- CORDEIRO, Z. J. M. ; VIEIRA, J. F. ; MATOS, A. P. de ; SILVA, S. de O. e . **Resistência de Genótipos Tetraploides de Bananeira à Sigatoka-amarela**. In: REUNIÃO INTERNACIONAL ACORBAT, 17., 2006, Joinville. Anais... v. 2. p. 433-436.
- CORTEZ, L.A.B; HONÓRIO, S.L; MORETTI, C. L. (2002)- **Resfriamento de Frutas e Hortaliças**. EMBRAPA Hortaliças, 428p. , Brasília, DF.
- DADZIE, B. K.; ORCHARD, J. E. **Evaluación rutinaria postcosecha de híbridos de bananos y plátanos: criterios e métodos**. Roma: CIRPAC, IPGRI,1997. p.63. (Guias Técnicas Inibap, 2).
- HONÓRIO, S. L. **Fisiologia Pós-Colheita de Frutas e Hortaliças**. In: II Curso de Atualização em Tecnologia de Resfriamento de Frutas e Hortaliças, p. 1-9, Campinas, 1998.
- PEREIRA, M. C. T.; SALOMÃO, L. C. S.; SILVA, S. de O. **Suscetibilidade à queda natural e caracterização dos frutos de diversos genótipos de bananeiras**. Revista Brasileira de Fruticultura, Jaboticabal, v.26, n.3, p. 499-502 2004.
- SILVA, S. O.; ROCHA, S. A.; ALVES, E. J.; CREDICO, M. DI.; PASSOS, A. R. **Caracterização morfológica e avaliação de cultivares e híbridos de bananeira**. Revista Brasileira de Fruticultura, Jaboticabal - SP, v. 22, n. 2, p. 161-169, agosto, 2000.
- SILVA, S. O. *et al.* **Programa de melhoramento de bananeira no Brasil: resultados recentes**. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2004. 36 p.



GESTÃO

Resumo Expandido



FRUTICULTURA NORTE FLUMINENSE: UMA TENTATIVA DE REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA

BAHIENSE, Douglas Vianna¹
SOUZA, Paulo Marcelo de²

INTRODUÇÃO

A região Norte Fluminense é formada por nove municípios, sendo eles: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, Macaé, São Fidélis, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana. Uma de suas principais atividades econômicas é a indústria sucroalcooleira (BURLA et. al 2012).

Mesmo com as potencialidades deste setor, a Região Norte, de tradicional importância agrícola, tem vivenciado um processo de empobrecimento no campo, em parte devido às condições adversas do mercado de seu principal produto, a cana-de-açúcar (RIO DE JANEIRO, 2008). A produção de cana-de-açúcar na região retraiu-se nas últimas duas décadas, por efeito dos sucessivos planos econômicos, da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, da redução dos estímulos propiciados pelo Proálcool, bem como da baixa produtividade regional devido a baixos investimentos no setor sucroalcooleiro. Essas condições desfavoreceram a região, num contexto de acirramento da competição com outras regiões produtoras nacionais (AZEVEDO, 2004).

Segundo estudos feitos pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO (2010), o estímulo à fruticultura é uma importante alternativa para retomar o desenvolvimento da agricultura do estado.

Partindo desse princípio, e na intenção de reduzir a dependência da economia regional em relação ao setor sucroalcooleiro, vêm sendo adotados

¹ Mestrando do Curso de Produção Vegetal da Universidade Estadual Norte Fluminense-RJ, douglas.bahense@yahoo.com.br;

² Professor orientador: D.Sc. Economia Rural - Universidade Federal de Viçosa - MG. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- RJ, pmsouza@uenf.br
Campos dos Goytacazes, 15 de maio de 2013



incentivos ao desenvolvimento da fruticultura na região, particularmente através do Programa Frutificar, criado no ano de 2000. Conforme Ferreira e Nascimento (2007), este programa foi criado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, visando retomar a agricultura através da fruticultura e reduzir as desigualdades regionais. A proximidade dos centros consumidores, como as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e Vitória (ES) e as aptidões climáticas são propícios para o cultivo das culturas frutíferas e podem facilitar a prática da irrigação.

Avaliar os possíveis impactos desse programa na região Norte Fluminense é o objetivo principal desta pesquisa.

MATERIAL E MÉTODOS

Na análise, conduzida para os períodos antes do “Programa Frutificar” (1990 a 2000) e após esse programa (2000 a 2010), foi empregado o modelo *shift-share*, proposto por Yokoyama, Igreja e Neves (1989). Esta metodologia possibilita decompor a variação da área nos efeitos escala e substituição. As informações necessárias foram obtidas de dados publicados pelo SIDRA-IBGE através das 16 culturas selecionadas entre frutíferas e não frutíferas.

No modelo, admite-se que a variação da área total ocupada por um produto j qualquer ($j = 1, 2, \dots, n$), ocorrida no intervalo de tempo compreendido entre $t=0$ e $t=T$, pode ser representada pela expressão:

$$A_{jT} - A_{j0} = (\alpha A_0 - A_{j0}) + (A_{jT} - \alpha A_0) \quad (1)$$

Em que: $(\alpha A_0 - A_{j0})$ = efeito escala, expresso em hectares; $(A_{jT} - \alpha A_0)$ = efeito substituição, expresso em hectares.

Em (1), α é o coeficiente que mede a modificação na área total cultivada (AT) com todos os produtos considerados na análise (dimensão do sistema) entre os períodos inicial ($t=0$) e final ($t=T$), sendo ele obtido por:

$$\alpha = AT_T / AT_0 \quad (2)$$



Pretende-se também verificar em que medida as mudanças no sistema impactaram a produção, mediante decomposição da taxa de crescimento desta nos efeitos área e rendimento. Para tanto, foram calculadas as taxas anuais médias de variação na área (r_A), no rendimento (r_R) e na produção (r_Q) do j -ésimo produto, em percentagem ao ano, mediante as expressões

$$r_{A_j} = \left(\sqrt[t]{\frac{A_{jT}}{A_{j0}}} - 1 \right) \times 100 \quad r_{R_j} = \left(\sqrt[t]{\frac{R_{jT}}{R_{j0}}} - 1 \right) \times 100 \quad r_{Q_j} = \left(\sqrt[t]{\frac{Q_{jT}}{Q_{j0}}} - 1 \right) \times 100 \quad (3)$$

Em que, para t variando entre os anos inicial $t=0$ e final $t = T$: A_{jt} é área cultivada do j -ésimo produto no instante t ; R_{jt} é o rendimento do j -ésimo produto no instante t ; e Q_{jt} a produção total do j -ésimo produto no instante t .

DESENVOLVIMENTO

O Programa Frutificar possui três pilares básicos: a integração entre a produção e a indústria processadora da fruta; a concessão dos bancos públicos de empréstimos com juros subsidiados para financiar o projeto e a obrigatoriedade da irrigação por causa da irregularidade de chuvas na região (FRAGA, 2005).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o Quadro 1, no período antes da implantação do “Programa Frutificar” o efeito escala foi negativo, indicando uma perda em 46.755 hectares no sistema produtivo da região. As culturas que mais perderam área foram cana-de-açúcar, milho, arroz, mandioca, feijão e banana enquanto as culturas de tangerina, limão, goiaba e coco-da-baía tiveram perdas de menor intensidade. No efeito substituição, obtiveram melhores desempenhos as culturas da mandioca, coco-da-baía, banana, abacaxi e goiaba, que substituíram as demais. Em relação à taxa de crescimento anual da produção, os melhores resultados foram obtidos pelas culturas



frutíferas coco-da-baía e goiaba, além de abacaxi, devido às elevadas taxas de crescimento da área plantada.

Quadro 1 – Decomposição da variação da área (efeitos escala e substituição), em ha, e da taxa de crescimento da produção (efeitos área e rendimento), em %, das principais culturas na mesorregião Norte do Rio de Janeiro, período de 1990-2000

Culturas	Variação da área				Variação da produção		
	Variação total	Efeitos		%	Área	Rendim.	Total
		Escala	Substituição				
Abacaxi	288,0	-106,9	394,9	8,7	4,8	0,9	5,8
Arroz	-2.365,0	-832,6	-1.532,4	-33,8	-9,8	4,0	-5,7
Banana	-175,0	-701,6	526,6	11,6	-0,6	-0,8	-1,4
Batata-doce	-59,0	-29,7	-29,3	-0,6	-5,7	-0,2	-5,9
Café	-754,0	-221,1	-532,9	-11,8	-13,4	0,9	-12,5
Cana-de-açúcar	-42.275,0	-41.610,4	-664,6	-14,7	-2,6	6,1	3,4
Coco-da-baía	665,0	-1,3	666,3	14,7	61,4	5,0	66,4
Feijão	-2.005,0	-795,1	-1.209,9	-26,7	-7,9	-1,0	-8,9
Goiaba	104,0	-2,9	106,9	2,4	24,8	1,9	26,7
Laranja	-291,0	-111,5	-179,5	-4,0	-8,4	0,9	-7,5
Limão	-12,0	-5,4	-6,6	-0,1	-6,7	0,2	-6,5
Mandioca	2.008,0	-825,9	2.833,9	62,6	4,4	-0,8	3,6
Maracujá	-376,0	-293,4	-82,6	-1,8	-3,2	-3,9	-7,2
Milho	-1.449,0	-1.170,3	-278,7	-6,2	-3,3	4,6	1,3
Tangerina	-16,0	-5,8	-10,2	-0,2	-9,1	0,8	-8,4
Tomate	-43,0	-41,3	-1,7	0,0	-2,6	-0,2	-2,8

Fonte: elaborada pelo autor, a partir de dados do IBGE.

Os resultados do Quadro 2, relativos ao período do “Programa Frutificar”, também caracterizam efeito escala negativo, mas mostram que a perda da área foi menor do que no período anterior, equivalente a uma redução de 28.297 hectares. As culturas com perdas mais significativas na área foram cana-de-açúcar, mandioca, milho, banana, feijão e arroz. Além do efeito escala do período, essas culturas perderam área por substituição, que foram ocupadas, sobretudo por mandioca, abacaxi e coco-da-baía. De acordo com a taxa de crescimento anual da produção, as culturas que foram bem sucedidas foram a banana, por causa do rendimento, o abacaxi e o coco-da-baía, devido ao crescimento da área cultivada.



Quadro 2 – Decomposição da variação da área (efeitos escala e substituição), em ha, e da taxa de crescimento da produção (efeitos área e rendimento), em %, das principais culturas na mesorregião Norte do Rio de Janeiro, período de 2000-2010.

Culturas	Variação da área				Variação da produção		
	Variação total	Efeitos		%	Área	Rendim.	Total
		Escala	Substituição				
Abacaxi	2.073,0	-133,3	2.206,3	33,9	13,8	-3,0	10,8
Arroz	-1.080,0	-237,6	-842,4	-13,0	-14,5	0,5	-14,0
Banana	-369,0	-516,1	147,1	2,3	-1,5	25,9	24,4
Batata-doce	0,0	-12,9	12,9	0,2	0,0	-0,7	-0,7
Café	-128,0	-41,2	-86,8	-1,3	-7,5	1,0	-6,5
Cana-de-açúcar	-27.021,0	-25.067,9	-1953,1	-30,0	-2,1	0,6	-1,4
Coco-da-baía	1.074,0	-116,6	1.190,6	18,3	10,0	0,2	10,2
Feijão	-919,0	-270,9	-648,1	-10,0	-8,7	3,3	-5,4
Goiaba	60,0	-20,3	80,3	1,2	3,9	-15,6	-11,7
Laranja	14,0	-36,3	50,3	0,8	0,6	-14,0	-13,4
Limão	26,0	-2,1	28,1	0,4	10,8	-24,1	-13,2
Mandioca	1.792,0	-992,3	2.784,3	42,8	2,8	-0,9	1,9
Maracujá	-718,0	-163,2	-554,8	-8,5	-12,4	-15,5	-27,8
Milho	-3.009,0	-659,9	-2.349,1	-36,1	-14,9	4,4	-10,5
Tangerina	-1,0	-1,7	0,7	0,0	-1,0	-18,6	-19,5
Tomate	-91,0	-24,7	-66,3	-1,0	-9,8	1,7	-8,1

Fonte: elaborada pelo autor, a partir de dados do IBGE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos gerais, a agricultura Norte Fluminense tem reduzido a dimensão da área agrícola. No âmbito da fruticultura, vale ressaltar que a produção das culturas do abacaxi, da banana e do coco-da-baía estão em franco crescimento, alicerçado no aumento da área e do rendimento, possivelmente em decorrência dos estímulos do “Programa Frutificar”. Com melhores práticas de gerenciamento, esse resultado positivo pode vir a ser alcançado pelas demais culturas frutíferas, cuja produção declinou no período.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, H. J. Uma análise da cadeia produtiva da cana-de-açúcar na região Norte Fluminense. In: PESSANHA, R. M., SILVA NETO, R. (Org.) **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana de açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. 364 p.



BURLA, R. S.; SILVA NETO, R.; WERNECK, L. G.; MACIEL, C. P.; SILVA, A. R.; PESSANHA, H. M.; OLIVEIRA, V. P. S.; **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 6 n. 1, p. 85-113, jan. / jun. 2012

FERREIRA, A. S.; NASCIMENTO, D. C. O. **Análise do processo de modernização da fruticultura na região norte do estado do Rio de Janeiro**. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 27, 2007, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: ENEGEP, 2007. p. 1-10.

FRAGA, R. R. de O.; **Sustentabilidade Rural e Políticas Públicas – A Reestruturação Produtiva da Região Canavieira do Norte Fluminense**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Anais... São Paulo, SP, USP, 2005. p. 5388-5408.

PESAGRO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro. **Desafios Científicos e Tecnológicos**. In: PESAGRO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro Plano diretor 2010-2013. PESAGRO. Niterói, 2010. P. 14-23

RIO DE JANEIRO, Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. **Avaliação Social**. Projeto Rio Rural/BIRD. 2008: <<http://www.agricultura.rj.gov.br/pdf/AvaliacaoSocial.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2008.

YOKOYAMA, L. P., IGREJA, A. C. M., NEVES, E. M. **Modelo shift-share: uma readaptação metodológica e uma aplicação para o Estado de Goiás**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 27, Piracicaba, 1989. Anais... Brasília: SOBER, 1989. v.1, p. 63-68.

1º CONGRESSO ESTADUAL DE **PÓS-GRADUAÇÃO** 2013

Saúde, Educação e Gestão: Desafios e perspectivas



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SÃO CAMILO

GESTÃO

Artigo Completo



A IMPLANTAÇÃO DA CONTROLADORIA: BUSCA DE RESULTADOS PARA UMA ORGANIZAÇÃO, UTILIZANDO O PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE. UMA NECESSIDADE FUNDAMENTAL PARA AS ORGANIZAÇÕES.

CARREIRO JUNIOR, Elias Finamore¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral mostrar como é fundamental para alcance das metas, planejar para depois executar e controlar se todas essas ações foram realizadas E que é necessário um departamento independente e específico para realizar essa tarefa de maneira eficiente e técnica e esse departamento é a controladoria que fica sendo a responsável por implantar a gestão como processo na empresa. A controladoria é um órgão de consultoria que funciona como apoio ativo a diretoria nos controles das ações planejadas e do orçamento. Ou seja, ela tem um papel ativo nas três fases fundamentais que caracterizam um processo de gestão.

Palavra chave: Planejar; Executar; Controlar e Controladoria.

INTRODUÇÃO

É necessário subsidiar com informações os agentes de mercado responsáveis pela gestão da empresa, assim como apoiar e fornecer informações relevantes para a avaliação de desempenho e processo decisório contribuindo assim para uma maior eficiência organizacional e para continuidade da empresa.

Pois muitas vezes o crescimento das vendas em determinado volume em consequência de uma prática de descontos que acarreta uma redução na margem, não é suficiente para cobrir o aumento das despesas necessário para cobrir esse crescimento nas vendas (pessoal, marketing e etc.) e esse mesmo crescimento nas vendas vai gerar um crescimento nas despesas que pode ser maior que o planejado,

¹ Graduado em Ciências Contábeis e Especialista em Controladoria e Finanças Empresariais pelo Centro Universitário São Camilo, Espírito Santo.
Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, Junho de 2013



também vai fazer com que essa ação não gere o resultado esperado e previamente planejado.

As empresas são consumidas por muitas atividades/demandas operacionais e por isso os gestores precisam de uma assessoria na gestão técnica da empresa, que muitas vezes não é funcional quando é feita por esses próprios gestores que já são consumidos por essas outras demandas. Portanto, com base no exposto elaborou-se a seguinte questão-problema de pesquisa: **Como a implantação da controladoria pode gerar resultados para uma organização utilizando o planejamento, execução e o controle?**

O presente estudo tem como hipótese que a implantação de um departamento de controladoria que vai ser o responsável por toda gestão da empresa ao planejar, executar e controlar. E isso irá gerar resultados para a organização, previamente definidos por ações próprias, e com isso garantindo a continuidade da empresa ao longo do tempo. Ao final da pesquisa a presente hipótese poderá ser aceita ou rejeitada conforme aplicação dos estudos.

A presente pesquisa foi construída em cima do método científico fase dedutiva a fim de proporcionar um raciocínio lógico sobre a importância e relevância do tema, já que utiliza de estruturas lógicas por meio de relacionamento entre o antecedente e consequente (CERVO, 1996, p. 35).

.Fase dedutível é aquela que consiste em construir estruturas lógicas entre premissas e conclusão (CERVO, 1996, p.35) e essa fase fica explícita na pesquisa ao apresentar revisões bibliográficas sobre o tema, pesquisa exploratória que proporcionou apresentação de ferramentas relevantes ao tema transformando a mesma em uma pesquisa qualitativa.

O objetivo geral dessa pesquisa é mostrar de que forma a controladoria se torna relevante ao processo de gestão da empresa e entre seus objetivos específicos estão: apresentar sua evolução até se tornar uma ciência autônoma (PADOVEZE, 2003, p. 3) , desmistificar a utilização da controladoria pelas empresas, apresentar sua funcionalidade e mostrar as fases para sua implantação.



1. Conceito, objetivos e história.

1.1 Evolução da Ciência Contábil para Controladoria

A contabilidade surgiu pela necessidade dos registros do comércio. No começo o homem registrava tudo em sua memória, mas com aumento da demanda por conhecimento/memória causado pelo aumento da riqueza e em consequência do aumento de transações foi necessário desenvolver uma maneira mais eficiente de fazer os registros dessas transações.

As fases da contabilidade são citadas por Padoveze (2003 p.8) são:

Contabilidade do proprietário: Era basicamente o controle e registros da riqueza (propriedades, animais e permutas). Essa premissa foi seguida até a revolução industrial;

Contabilidade Financeira: Devido a evolução necessária em consequência do aumento nas operações comerciais depois da revolução industrial foi necessário um controle financeiros dessas operações.

Contabilidade Gerencial: Com o surgimento do capitalismo a contabilidade mudou o foco, passando dos registros e análise das informações contábeis para o foco em decisões sempre focadas em encontrar a solução.

Nos últimos 20 anos a Ciência Contábil evoluiu consideravelmente considerando que em consequência da evolução nos métodos quantitativos, na tecnologia da informação e nas ciências comportamentais fizeram com que a contabilidade mudasse de foco da teoria do lucro para a teoria da decisão (PADOVEZE, 2003, p. 5). No nosso entendimento a teoria do lucro visa acabar com problema, já que ele é bem objetivo ao tratar a continuidade de uma empresa apenas pela variável lucro. Se tiver lucro continua e investe para poder aumentar, se não tem lucro para com a operação da atividade para não perder mais. A teoria da decisão é um esforço em tentar explicar como as decisões acontecem visando o



menor prejuízo para organização já que ela objetiva a melhor solução possível (decisão ótima) do problema e não simplesmente acabar com o problema. Essa evolução na contabilidade fez surgir a necessidade de um órgão específico independente que controle e avalie essa solução.

Resultado histórico		
Exercício	Resultado	Meta
2008	500.000	300.000
2009	415.000	324.000
2010	280.000	349.920
2011	140.000	300.000
2012	- 15.000	150.000
Média	264.000	284.784

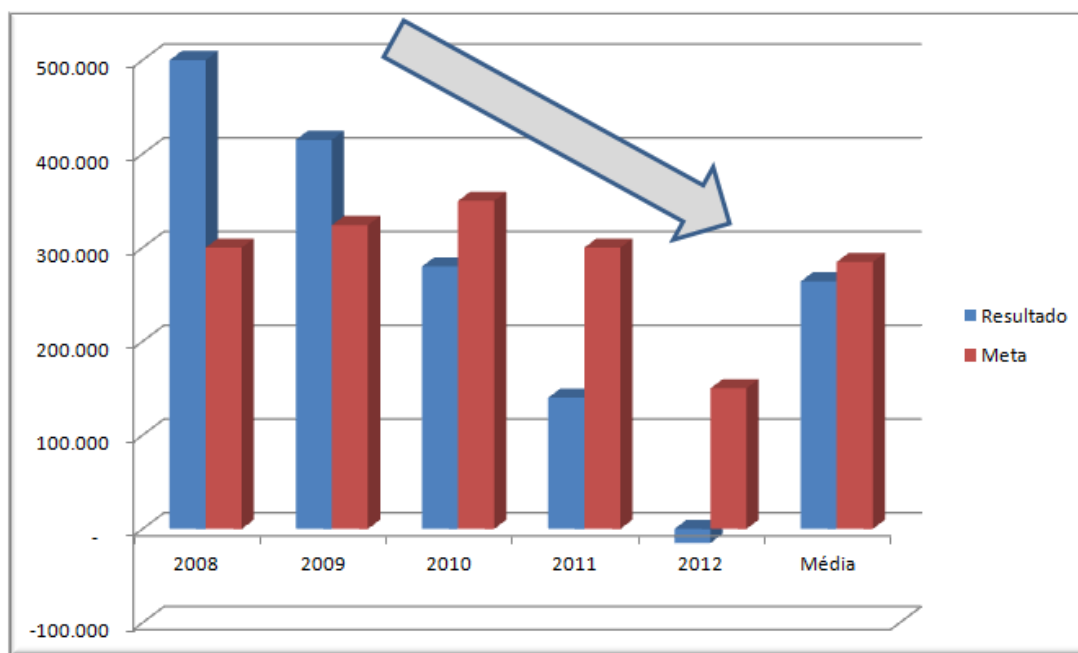


Figura 1 - Teoria da decisão A figura acima mostra como uma atividade poderiam ter duas soluções de acordo com a teoria utilizada para tomar a decisão. O quadro e o gráfico demonstram uma queda do resultado desde 2009 inclusive sobre o orçamento, apesar do resultado orçado também sofrer uma redução ao longo do período. Na teoria decisão não só a variável lucro seria vista, ela iria analisar o todo (custo, margem, despesas e processos) para depois sugerir a solução que menos traria prejuízo para empresa.



Observa-se que a contabilidade atinge outro estágio a partir do momento que ela não se limita apenas a ser uma ferramenta de registro, ela passa a ter um papel de consultoria a gestão das empresas sempre com o foco na solução e jamais no erro.

Com a contabilidade atingindo esse nível cria-se a demanda por um órgão independente e esse órgão é a controladoria surgiu como responsável por fazer a gestão de todas as ações da empresa que devem visar a continuidade da mesma (estratégico).

A contabilidade fica responsável com a parte operacional dos controles onde ela fica sendo a fornecedora de informações para a controladoria que passa a ser um cliente da contabilidade e passa ser uma consultoria da diretoria da empresa, fora da pirâmide organizacional da empresa zelando sempre pela continuidade da empresa.

Como a controladoria passa a ser um órgão de consultoria, ele acompanha e controla a execução daquilo que é planejado e sugere soluções técnicas os atos que resultaram em fatos contrários ao que foram anteriormente planejados.

A controladoria é muito preocupada com a exatidão e qualidade dos dados. A informação não precisa de quantidade e sim de qualidade e relevância e para que elas assumam a racionalidade total para a tomada de decisões é necessário algum órgão que planeje/analise/critique essas informações.

Esse controle vai ser muito eficiente se o órgão responsável por essa investigação tenha participado do processo de construção desse planejamento.

Assim entende-se como são importantes as três fases da gestão (planejar, executar e controlar – PADOVEZE, 2003, P. 26) estarem sendo geridas por um departamento só e independente. E esse departamento é a Controladoria.

Essa necessidade ainda mais demonstrada pela figura abaixo.

Novo cenário mundial

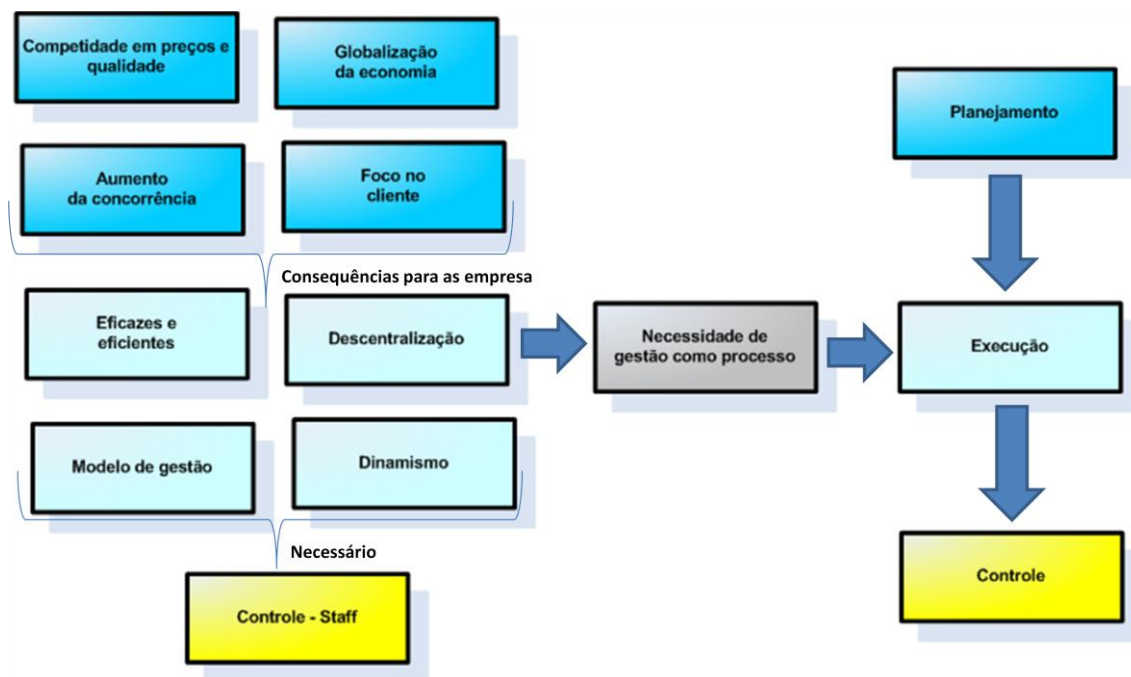


Figura 2: A figura acima demonstra como a Controladoria surge para atender a demanda de um novo cenário mundial onde devido a competitividade em preço e qualidade em consequência da globalização da economia e aumento da concorrência o foco passa a ser o cliente, e as empresas se veem obrigadas a serem eficientes e eficazes, descentralizadas, mas com um mesmo objetivo e dinamismo, e para fazer esse modelo de gestão é necessário um controle assessorado ativamente a direção da empresa de modo linear e funcional (*staff*) que passa a planejar o que executar para enfrentar esse novo cenário. E controle dos resultados e dessas soluções é feito pela Controladoria.

1.2 Controladoria

A controladoria segundo Nakagawa (1993, p. 13), é responsável por realizar a função de um controle especial, organizando e reportando dados relevantes para tomada de decisões.

E isso fica ainda mais enfatizado quando Junior, Pestana e Franco (1997, p. 37) cita que o papel da controladoria é assessorar a gestão da empresa de maneira

ativa fornecendo mensuração das alternativas de modo a otimizar os resultados econômicos da empresa.

Segundo Padoveze (2003, p. 3) a controladoria é uma ciência autônoma que utiliza pesadamente da Ciência Contábil, mas não se confunde com a Contabilidade. Segundo o mesmo Padoveze a Controladoria é a Ciência Contábil evoluída.

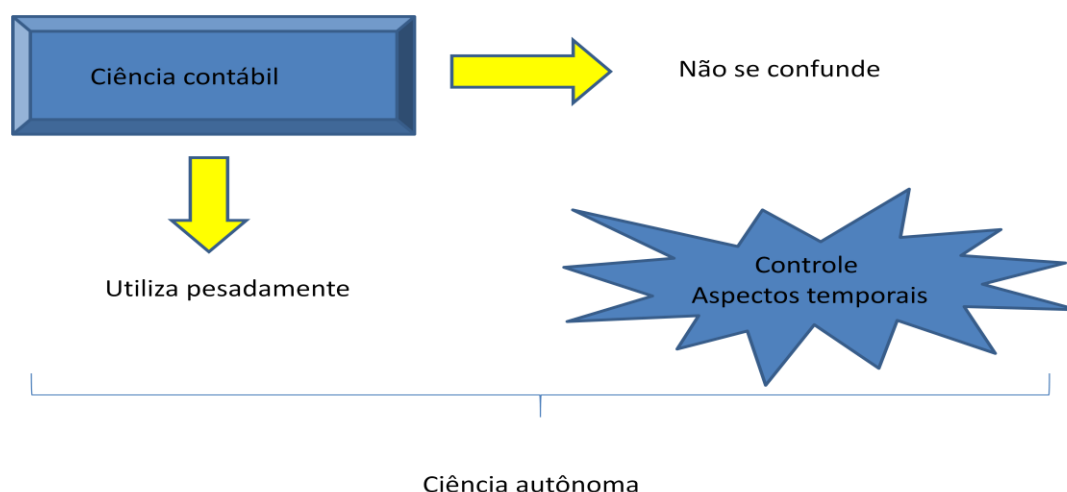


Figura 3: Essa figura nos mostra como ela utiliza pesadamente da contabilidade por utilizar os registros e os aspectos temporais, mas que não pode ser confundida e, portanto é uma ciência autônoma. FIGURA 3, ADAPTADO PADOVEZE P.3.

A busca pela interpretação do conceito da controladoria não é o mais importante tendo em vista que ele é interpretativo e visto de diferentes maneiras, para o leitor é importante ficar claro e bem sustentado a definição dos objetivos da controladoria relevantes a organização, e os objetivos da controladoria na organização são:

- Planejar;
- Executar;
- Controlar.

Utiliza pesadamente a Ciência Contábil, pois ela é a ciência do controle em aspectos temporais – passado, presente e futuro (PADOVEZZE, 2003, p.3).



Para Barreto (2008, p.3) o processo de planejamento e controle é inter-relacionado, pois não pode se falar em controle sem haver um planejamento elaborado e a controladoria contempla essas duas etapas.

Segundo Mosimann (1999, p.89) a missão da controladoria é garantir o cumprimento da missão e a continuidade da empresa com suas ações, que devem seguir o fluxo aonde se planeja o que será feito, se executar o que foi anteriormente planejado e diante do cumprimento dessas etapas prévias se controla a execução das ações anteriormente planejadas.

A controladoria responsável por implantar um processo de gestão.

No entendimento de vários autores a controladoria é um órgão de apoio/consultoria e não simplesmente de assessoria, pois ela tem um papel bem claro e definido na organização, que é o de subsidiar de informações relevantes o processo de gestão caracterizado por planejar, executar e controlar, e diante dessa função objetivo acaba sendo responsável por garantir informações adequadas para o processo decisório (MOSIMAN, 1999, p.89).

Portanto essa é a Ciência da Controladoria, que muitas vezes vista como uma coisa temida ou não aplicável nas empresas é fundamental.

1.3 Controladoria com Ferramenta de Gestão

Conforme Padoveze cita que processo de gestão constituída de três fases: planejar, executar e controlar (PADOVEZE, 2003 p.26).

O processo de gestão com a implantação da controladoria fica claro e estruturado para um funcionamento eficiente.

A controladoria é dividida em dois níveis. A Controladoria Operacional que é responsável pelos sistemas de informação e a Controladoria Estratégica que é responsável pelo processo decisório. A Controladoria Operacional alimenta a

Controladoria Estratégica. Com esse fluxo, esta se seguindo o processo de gestão onde se cumpre as três etapas do processo de gestão.

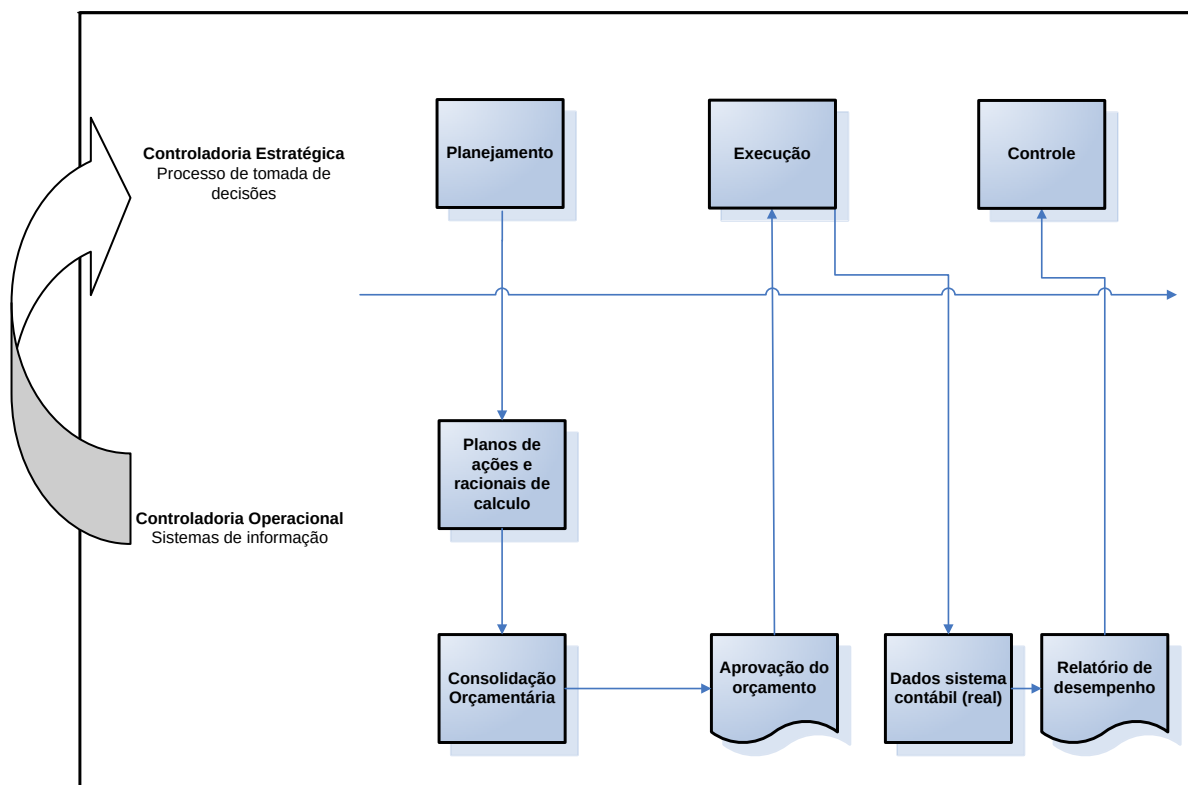


Figura 4: A figura nos mostra a controladoria e sua função de acordo com seus níveis e como o funcionamento dela é interligado e sequencial nas três fases da gestão. FIGURA 4, ADAPTADO NAKAGAWA p.14

Planejamento: é o começo de tudo, é quando se define o que e como será feito objetivando atingir um determinado resultado. Essa etapa é muito importante, pois ao se fazer um bom planejamento todas as outras fases da gestão ocorrem naturalmente, pois a medida que se planeja bem o que será feito a execução tende a ser boa e com isso o controle também, pois tudo deverá ocorrer como o planejado.

Planejamento é a definição de um plano para ligar uma situação desejada a uma situação atual (PADOVEZE, 2003, p.28).



Chiavenato (1990, p.23) cita que o planejamento é a função administrativa que determina antecipadamente quais objetivos devem ser atendidos e o que deve ser feito para atingi-los da melhor maneira possível. O planejamento sempre está voltado a continuidade da empresa e que por meio de suas ações deve garantir isso e, portanto focaliza o futuro.

Execução: É o momento que as coisas acontecem. Essa etapa depende diretamente do planejamento ser bem feito e com a correta definição dos atores (responsáveis), maneira como será feita e os prazos.

Controle: Um processo contínuo e recorrente (PADOVEZE, 2003, p. 28). Essa deve ser uma rotina contínua das empresas, para que nada ocorra fora do planejado. A Controladoria Estratégica visa sempre a solução propondo ações para aqueles pontos que ocorrem diferente do planejado e consequentemente geram um resultado diferente e assim cuidam da continuidade da empresa.

É importante frisar que a etapa do Planejamento é validado pela controladoria. Por isso o sucesso no controle, pois ela controla aquilo que “ajudou” a planejar e por isso tem um conhecimento prévio do objetivo a ser alcançado e controlado.

1.4 Missão da Controladoria

A missão da controladoria é ser e atuar como apoio para os diretores pela sua coordenação da gestão econômica da empresa por meio do seu controle e investigação de todas as informações integrantes de um determinado item de controle para o fornecimento de informações relevantes para tomada de decisões.

Segundo Mosimann (1999, pag. 88) a Controladoria tem como finalidade garantir informações adequadas ao processo decisório e assegurar a eficácia empresarial. Isso é possível por meio do controle de tudo que anteriormente é planejado e depois executado. A Controladoria se caracteriza por ser a ciência do controle (Padoveze 2003, parte VII) e dessa forma ele controla todas as ações que



tiveram um planejamento prévio (que se tornam itens de controle), de modo a assegurar que eles atinjam o resultado planejado e contribuindo assim para a continuidade da empresa.

Itens de controle são aquelas informações que geram um resultado relevante e que precisam ser acompanhados constantemente. A Controladoria age nesse acompanhamento desses itens de controle.

Dessa forma conceitua-se controle como sendo:

Quando é comparado realizado com o que foi planejado anteriormente, apontando o mais rápido possível a solução para as vezes que realizado tenha um pior resultado que o planejado.

Padoveze (2003 pag. 33) apud Heckert & Wilson (1963) cita que "a Controladoria não compete o comando do navio, pois essa é a tarefa do primeiro executivo, representa, entretanto o navegador que cuida dos mapas de navegação. É sua finalidade manter informado o comandante quanto a distância percorrida, ao local em que se encontra, a velocidade da embarcação, a resistência encontrada, os desvios de rota aos caminhos traçados nos mapas para que o navio chegue ao seu destino".

Com o uso dessa analogia, fica muito mais fácil entender e até visualizar a missão da controladoria e seu papel nas empresas.

Se a controladoria não compete o comando do navio (comando da empresa) e sim cuida das informações dos mapas de navegações (fornece informações para empresa decidir se vai continuar no mesmo caminho ou mudar), então ele auxilia com informações relevantes para a tomada de decisões. As empresas aprovam orçamentos para o ano seguinte (pode haver uma revisão), esse orçamento seria como se fosse o mapa de navegação que a empresa tem que seguir para alcançar o resultado planejado.



Por isso a controladoria é um órgão administrativo/consultoria ativo, tem como finalidade garantir informações adequadas ao processo decisório (MOSIMANN 1999 p.88), pois por meio de seu diagnóstico e solução proposta assegura que se alcance o planejado.

1.5 Controladoria na organização

Apesar da controladoria ser dividida em Controladoria Operacional e Controladoria Estratégica e as duas tenham focos diferentes, essa separação que se chama de níveis, não muda sua posição na organização já que ela é uma consultoria a alta administração da empresa. A controladoria é a responsável por filtrar todas as informações contábeis da empresa. Muito mais que selecionar as informações relevantes que devem ser passadas para alta administração (itens de controle), ela é responsável por investigar e garantir a racionalidade completa para a tomada de decisões, objetivando a decisão ótima.

Importante separar a Tesouraria da Controladoria Operacional. Apesar das duas serem responsáveis por funções operacionais, cada uma dentro de seu objetivo. A Tesouraria tem como objetivo fomentar as atividades da empresa de recursos e essa alimentação é apurada e evidenciada pela Controladoria Operacional que objetiva municiar a Controladoria Estratégica de informações (corretas – racionalidade total) como os valores que estão contemplados na DRE e demais demonstrações financeiras.

A controladoria operacional seria como os sensores que soma as rotações que saem da transmissão para calcular a velocidade

A Controladoria Estratégica seria o visor do velocímetro que apura a velocidade e o municia o primeiro executivo das informações necessárias para tomada de decisões de acordo com o cenário.

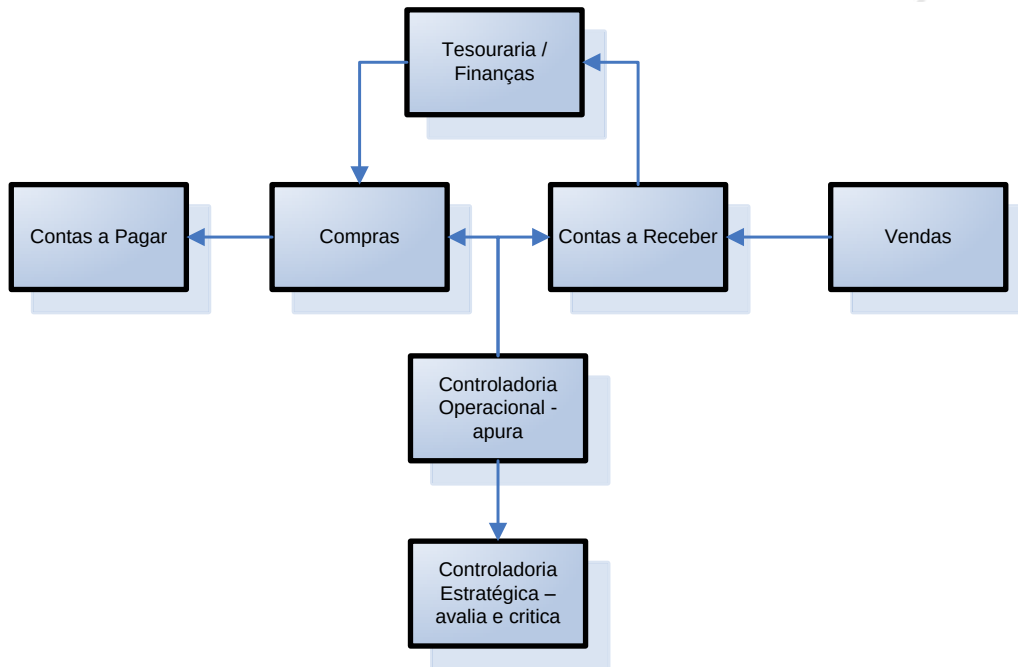


Figura 5: Essa figura demonstra como as atividades da Controladoria e Tesouraria estão numa relação de fornecedor para cliente, com objetivos diferentes e bem definidos.

Nota-se agora que a Tesouraria seria como um motor do carro, que fica responsável por fazer que ele não pare.

Por exemplo: assim como o motorista pode decidir por desacelerar um carro por verificar que se esta atingindo uma velocidade máxima, sabendo que vai sofrer uma multa por excesso de velocidade, cabe a controladoria comunicar e explicar por meio de Racionais de Cálculo na hora de planejar que aumento em 40% das vendas com uma redução no preço de venda em 10%, **não trará** um resultado favorável.

Importante frisar uma necessidade de total integração da empresa com a filosofia da empresa, o processo de planejamento, sistemas integrado de informações, processo de controle e a estrutura organizacional.



Três primeiras linhas e colunas destinadas para colocar o logotipo da empresa

Racional de Cálculos

Inserir dados

Documento :

RC-09-10-2012

Centro de custo :

1. Informações para controle

Linha :

custo sobre as vendas

Custo :

direto

Referência:

custo

Competência :

dez/12

Premissa :

O custo contábil só pode ser menor que o planejado para o ano quando o produto estiver avariado ou em estoque por mais de 90 dias

2. Cálculo

	Memória de Cálculo	
	planejado	com promoção
Quantidade	1000	1400
crescimento nas vendas		40,00%
preço unitário	1000	900
redução no preço de venda		-10,00%
faturamento	1.000.000,00	1.260.000,00
custo unitário	800	800
% custo unitário	80,00%	88,89%
impostos %	12,00%	12,00%
impostos \$	120.000,00	151.200,00
custo total	800.000,00	1.120.000,00
lucro bruto	80.000,00	- 11.200,00
% despesas variáveis s/vendas	1,00%	1,00%
margem de contribuição	7,00%	-1,89%
despesas fixas	30.000,00	32.000,00
resultado operacional	50.000,00	- 43.200,00

Figura 6. A figura acima é um racional de calculo utilizado pela controladoria para explicar ou criticar alguma ação dentro da empresa. Nesse caso ele foi utilizado para avaliar uma campanha de venda que foi apresentada como ação visando aumentar as vendas. Ele demonstra que tal ação não traria um resultado favorável no momento ao item de controle lucro operacional, visto que a queda na margem bruta de fato traria um crescimento em vendas, mas traria uma margem de contribuição menor que o crescimento nas despesas fixas causadas pelo aumento da operação para atender esse crescimento nas vendas.

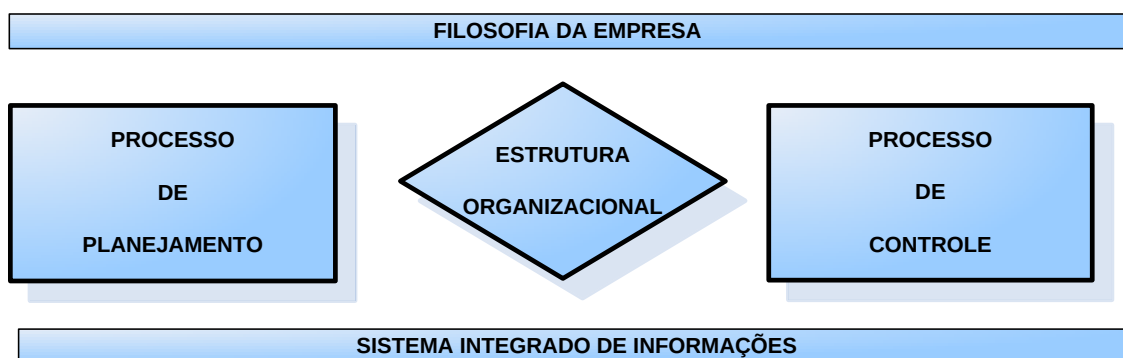


Figura 7: Por meio da figura o autor mostra como todos devem estar falando uma mesma língua, ou seja, totalmente integrados, a parte operacional tem que estar totalmente alinhada com quem planeja, pois só assim o planejamento terá sucesso. E para medir se isso ocorre vai ser necessário um entendimento do sistema integrado de informações para apurar os resultados tangíveis e tudo isso esta ligado a um processo de controle. FIGURA 7. NAKAGAWA p. 17



1.6 Fundamentos da Implantação da Controladoria

Esse capítulo nos mostra quais são os fundamentos e os elementos necessários para implantação de uma Controladoria eficaz. Parte-se de um pressuposto que não existe esse setor na empresa. Para implantação desse modelo de gestão conforme MOSIMAN (1993, pag. 99) é necessário:

- Palestra sobre o modelo: recomendável deixar claro para a alta administração da empresa o modelo conceitual deixando claro seus objetivos, conceitos chaves e princípios contidos no modelo (MOSIMAN, pag. 99).
- Estudo: Posterior a essa apresentação, a etapa inicial de todo trabalho a ser desenvolvido é um estudo prévio da organização. E um primeiro momento é importante uma pesquisa introdutória onde é necessário saber:
 - ❖ Fundação / Histórico;
 - ❖ Missão / Princípios / Valores;
 - ❖ Organograma;
 - ❖ Quadro Funcional (Apoio e Produtivo).

Essas informações iniciais são necessárias para um maior entendimento da empresa como instituição que vai ser criada a Controladoria e conseqüentemente todo um processo de controle.

Realizada essa pesquisa inicial parte-se para a pesquisa técnica que objetiva entender a empresa e sua operação onde é necessário saber:

Regime de tributação: é necessário entender e saber o tipo de tributação para os cálculos corretos do resultado da empresa;

- Unidades de negócio / Centros de Custo: em algumas empresas são formadas por várias filias e departamentos que são separados em Centros de Custo (departamentos) e em vários segmentos de negócio;

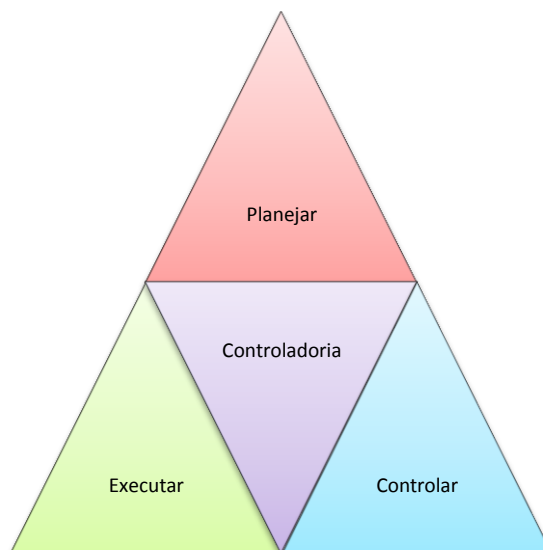


- Processos operacionais: saber e entender como funcionam os principais processos operacionais. Exemplo: a venda direta;
- Cultura orçamentária – identificar estágio: Identificar se existe na empresa uma cultura orçamentária ou se vai ser necessária criar;
- Relatórios contábeis: como Padoveze (2003, pag. 41) cita que “o foco em gestão econômica naturalmente implica a avaliação da empresa que suas partes estejam fundamentadas nos principais relatórios contábeis, que são o Balanço Patrimonial, Demonstração de resultados, o Fluxo de Caixa e Origens e Aplicações de Resultados”.
- Responsabilidades – itens / mapa de controle: saber o que se deve controlar e quem é responsável pelo o que;
- Plano de Contas: o entendimento e familiarização com o atual plano de contas da empresa;
- Alçadas para liberação de gastos: saber que é e quanto pode ser liberado de gasto cada nível de funcionário.



Na parte dois desse estudo, ele aborda e demonstra as ações e metodologia utilizada pela controladoria de modo a alcançar o seu objetivo de planeja, executar e controlar.

2. PLANEJAR, EXECUTAR E CONTROLAR



2 – Planejamento

2.1 Prioridades – G.U.T.

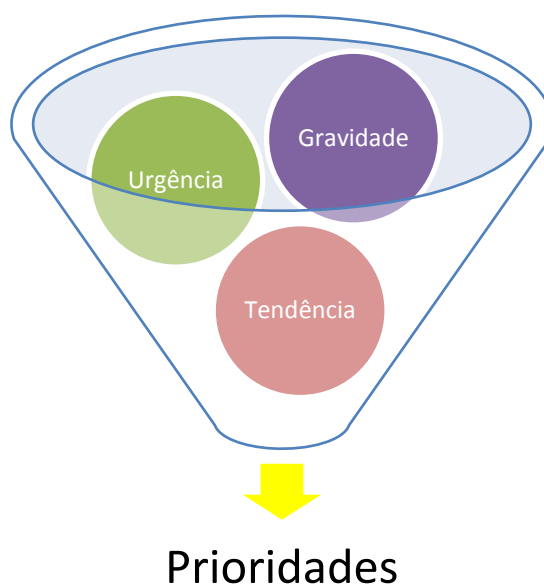


Figura 8: Essa figura demonstra quais são as características que devem ser levadas em conta para definição de uma prioridade segundo a ferramenta G.U.T.



Na vida de qualquer indivíduo, quer seja pessoal ou profissional, sempre irá existir muitas coisas importantes para fazer. Como são muitas as demandas, devido a essa quantidade surge o problema da definição de prioridades. Uma ferramenta simples e bem funcional é utilizar a matriz G.U.T. para definição de prioridades conforme sua Gravidade, Urgência e Tendência.



Figura 9: A figura demonstra esse cenário atual de muitas demandas e definição de prioridades conforme a mais alta Gravidade, Urgência e tendência.

Você descreve quais são suas demandas e a partir dela vai dando uma colocação (nota) para cada força.

Gravidade: é a nota do impacto se o evento acontecer naquele momento, sendo as notas:

1. Sem gravidade;
2. Pouco grave;
3. Grave;
4. Muito grave;
5. Extremamente grave.

Urgência: é a nota relacionada ao tempo que o problema vai ocorrer caso não se solucione esse evento, sendo as notas:



1. Pode esperar;
2. Pouco urgente;
3. O mais rápido possível;
4. Muito grave;
5. Extremamente Grave.

Tendência: essa é a nota responsável por sinalizar a proporção que ele irá piorar se não for solucionado, sendo as notas:

1. Não ira mudar;
2. Irá piorar a longo prazo;
3. Irá piorar;
4. Irá piorar em pouco tempo;
5. Irá piora em longo rapidamente.

Vai ser feito uma analogia da produção dessa monografia com as outras demandas do autor época da construção da mesma. Na época de quatro demandas levantadas como sendo importantes ela veio em segundo lugar para ser solucionada, por isso ela só começou ser executada após definição da primeira:

Definição de Prioridades - GUT

Inserir dados
 Documento : PD-03-10-2012 Centro de custo : Data: 15/09/2012

1. Informações para controle

Data Abertura : Gestor : Validador :

Sequência de implantações	Demandas	Numero da ação	Numero da estratégia	Priorização de estratégias			Prioridade
				G	U	T	
1ª	Recomeçar atividades de recuperação física	4	5	5	5	3	75
2ª	Elaborar Monografia da MBA	3	3	4	3		36
3ª	Trocar de emprego	1	3	1	3		9
4ª	Elaborar um plano de negócio e empreender	2	2	1	2		4
5ª							0

Figura 10: A figura anterior demonstra a definição de prioridades com a utilização da ferramenta G.U.T. onde foram analisadas quatro ações necessárias na época. Foram elas:



1. Trocar emprego;
2. Elaborar um plano de negócio e empreender;
3. Elaborar monografia da MBA;
4. Recomeçar atividades da recuperação física;

E ao colocar as ações e atribuir notas as ações e multiplicar as suas notas para Gravidade, Urgência e Tendência as demandas ganham as seguintes prioridades:

Sequência de implantações	Numero da ação	Numero da estratégia	Priorização de estratégias			Prioridade
			G	U	T	
1ª	4		5	5	3	75
2ª	3		3	4	3	36
3ª	1		3	1	3	9
4ª	2		2	1	2	4
5ª						0

Figura 11: Essa figura demonstra a memória de cálculo da obtenção da pontuação da prioridade seguindo o modelo de matriz G.U.T. (G x U x T).

2.2 Racionais

A utilização dos racionais passam a existir para cumprir o papel de explicar as decisões dentro da Teoria da decisão. Conforme Padoveze cita em seu livro “a teoria da decisão é o esforço para explicar como as decisões são atualmente tomadas” então uma ferramenta muito utilizada para isso são os racionais.

Um racional explica como aquele valor ou resultado foi alcançado e o desenho de um processo. As empresas utilizam racionais para aprovarem na parte financeira para orçamentos anuais, investimentos e justificarem campanhas de vendas e na parte operacional para mudarem procedimentos o apontar falhas no processo.

Então dentro da teoria da decisão esses Racionais ganham importância ainda maior, considerando que eles consigam justificar e explicar as decisões.



Um racional tem que ter um objeto de estudo, competência do estudo em que foi realizado o estudo e a afirmação para limitar o estudo (que ele quer provar). Esses racionais são extritamente técnicos. Existe uma necessidade de se definir o que é real e o que é uma simulação. Cumpre seu papel quando racional consegue provar sua afirmação.

Essa maior necessidade de “estudos técnicos” justifica a inclusão da controladoria nas empresas, pois como se ve ela tem papel fundamental no planejamento. Ao planejar bem (prevendo o máximo de problemas que podem acontecer que podem distanciar do seu objetivo) a execução é boa, mas para isso é necessário o controle para que tudo ocorra conforme o planejado.

Se planejar bem o que vai ser feito é muito mais importante que se fazer, por isso uma necessidade de especialização de tarefas, onde a controladoria fica com esse importante papel da gestão. Consequentemente ela controla a execução daquilo que ajudou a planejar.

2.3 Fluxogramas - Representação Esquemática

Fluxograma é um tipo de racional que utiliza da representação simbólica e esquemática para demonstrar de forma descomplicada a transição de informações/objetos/valores por meio dos elementos envolvidos muitas vezes representados por gráficos que representam um processo. É muito mais fácil de se compreender e de ser verificar em qual parte do processo está acontecendo algum erro, e atacar as oportunidades de melhoria de um determinado processo quando você mapeia como ele deve ocorrer. Também fica simples e muito próximo do exato se definir a quantidade necessária de profissionais envolvidos no cumprimento de um processo e os pontos críticos de um processo aonde podem acontecer falhas. O fluxograma é uma ferramenta de planejamento que logo após servirá na execução (instruções de como deve ocorrer) e consequentemente no controle.

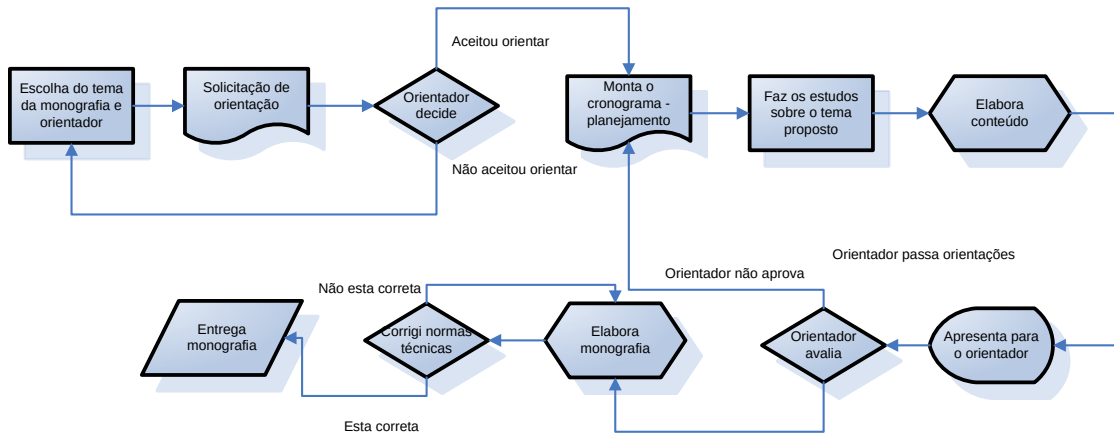


Figura 12: Na figura do fluxograma acima, cada figura significa um evento. Segue o significado de cada uma das figuras, o que facilita a compreensão do fluxograma (**fluxograma elaborado pelo autor para ilustrar a ferramenta**).

Segundo Oliveira (p.259, 2002) as informações básicas necessárias em todo fluxograma são:

- Tipos de operação ou trâmites;
- Sentido de circulação ou fluxo de informação;
- Unidades organizacionais em que cada operação é realizada;
- Volume das operações efetuadas;
- Níveis hierárquicos que intervêm na operação.

Oliveira (p.259, 2002) frisa que os dois últimos itens podem ser considerados como opcionais

Sua utilidade para utilização em sistemas de informação segundo Martin e McClure é limitada para criação de pequenos programas (1991, p. 247), mas por estimularem a visualização de problemas adaptamos sua metodologia para a utilização em gestão. Entre os benefícios da utilização dessa ferramenta originária de sistemas de informação em gestão estão:



- visualizar nitidamente a sequência de operações de um sistema;
- verificar se as operações estão sendo realizadas *eficientemente* pelos órgãos e pessoas adequados;
- verificar se há duplicidade na execução das atividades;
- identificar atividades críticas para o processo;
- auxiliar novos funcionários a entender o funcionamento da organização.

E para que seja atingido esse objetivo são parametrizadas as seguintes figuras para representas as devidas ações:



Representa um processo, Exemplo: Fazer estudos sobre o tema proposto.



Essa figura demonstra que uma escolha deve ser feita e essa escolha vai definir qual a próxima etapa. Exemplo: O orientador avalia o conteúdo da monografia. Se ele aprova segue para a confecção da monografia definitiva, se não o orientador passa as orientações e ele volta pra etapa dos estudos orientados, para posterior elaboração avaliação do orientador sobre o conteúdo da monografia.



Representa a entrega de um documento para algum elemento integrante do processo. Exemplo: Entrega da solicitação de orientação ao professor orientador.



Representa a passagem de determinados dados que vão ser transformadas em informações um elemento descrito no fluxograma do processo.



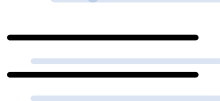
Demonstra o cumprimento de outro processo pré-definido dentro de outro processo.



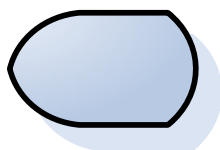
Essa figura representa o armazenamento de dados.



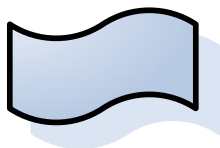
Representa um processo, ou uma ação. Exemplo: Fazer estudos sobre o tema proposto.



Quando é demonstrada essa figura representa que um modo paralelo a outra esta sendo seguido.



Representa que é necessário ou esta sendo feita uma exibição ou apresentação de algo.



Fita de papel.



Cartão.



Entrada manual.



Passagem de dados diretos.



Passagem de dados sequencias a etapa anterior do processo.



Com o significado de cada figura necessária no uso da gestão, fica simples entender “como funciona” o fluxograma de um determinado processo. Uma ferramenta de fácil utilização é Microsoft Visio que irá auxiliar na construção de fluxogramas, organogramas e formulários na hora de programar.

2.4 Plano Orçamentário

Este plano resulta em um controle fiel da empresa e do seu cenário econômico e financeiro. Ele é muito importante, pois retrata o que está acontecendo o que se espera que aconteça ao cumprir o que foi planejado e da maneira que foi. Ele cumpre a função de referência para controle de resultados. É fundamental quantificar por meio dos orçamentos o objetivo se espera alcançar. O orçamento se transforma no cenário projetado que empresa define como sendo ideal para ela dentro de sua realidade.

Segundo Padoveze “a base da controladoria operacional é o processo de planejamento e controle orçamentário, também denominado planejamento e controle dos resultados”.

Sendo assim o orçamento da empresa é a necessidade prioritária para se ter uma controladoria, pois é justamente por meio dele que se controla a realização do planejado assim como se mede a qualidade do que é planejado, pois o cumprimento do orçamento reflete em números todo o processo operacional da empresa.

Planejam-se todos os atos que irão gerar os resultados orçados no orçamento. Logo se a empresa não alcança esses resultados mesmo cumprindo toda execução planejada anteriormente, significa dizer que as ações não eram suficientes para o alcance daqueles resultados. Salvo acontecimentos de episódios macroeconômicos e episódios climáticos sem previsão de acontecimento.

Para o orçamento ter sucesso é necessário primeiramente ter uma cultura orçamentária já consolidada. Segundo autores são necessários três anos para solidificação desse processo dentro da empresa.



Vale frisar que o orçamento é uma ferramenta de gestão fundamental para a empresa independente do seu porte, pois ele é a peça que quantifica o alcance de resultados de uma empresa pública ou privada.

O orçamento pode ser feito por diversas maneiras dentre as quais destacamos a tendência e base zero.

Orçamento por tendência é o mais utilizado entre as empresas, pois são utilizados dados já acontecidos, e feito projeções diante do cenário que se apresenta. Esse orçamento não é uma simples reprodução dos eventos anteriormente planejados transportados para o futuro, pois será considerado a tendência, crescimento, estagnação ou declínio (PADOVEZE, 2003, p.192).

O orçamento base zero é conceito que não considera o passado nem os eventos anteriores. Ele parte de uma linha de raciocínio onde ele não vê obrigação em acontecer aquilo que já aconteceu anteriormente (PADOVEZE, 2003, p. 193).

Como diz o nome ele é base zero, onde o que são considerados são as necessidades reais de gastos de acordo com o tipo de operação e demonstrados segundos seus racionais de cálculo.

Agora fica muito mais claro o papel e a necessidade dos racionais para explicar as decisões. Essa ferramenta dá muito mais credibilidade e aumenta em muito a taxa de assertividade dessa ferramenta.

São tipos de orçamento o estático e o flexível. Onde o orçamento estático é aquele que não é permitido nenhuma alteração das peças orçamentárias. Esse orçamento considera que o nível de atividade vai se permanecer durante o exercício. Essa característica diminui a sua taxa de assertividade uma vez que empresa deve ser dinâmica as mudanças na economia onde essas mudanças podem definir o nível de produção ou vendas, ou seja, o nível de atividade da empresa.

Orçamento Flexível você trata os custos fixos de maneira tradicional e os custos variáveis são ajustados conforme o nível de atividade (PADOVEZE, 2003, p.192).



2.5 Orçamento Base Zero

Como o nome diz ele é Base Zero, portanto a sua base é nula, ou seja, todos os valores contidos no orçamento tem que ser devidamente explicado nos mínimos detalhes para que seja aprovado. A base dele para elaboração do orçamento é Zero e não os períodos anteriores como abordagem das variações definidas e justificadas pelos gestores de períodos anteriores. O papel da controladoria nesse processo é total, pois ela tem que validar os raciais de cálculo, consolidar os orçamentos das diferentes áreas e controlar todos os atos referente a realização de despesas contempladas no orçamento.

Uma das vantagens do Orçamento Base Zero, como não é feita nenhuma revisão é feita dos orçamentos anteriores item que se dizer exatamente o que vai gastar e com o que, e nessa construção você acaba vendo a necessidade de repensar o como esta sendo realizada a operação de modo que você só vai orçar o necessário (mantendo ou melhorando a qualidade do serviço prestado) objetivando sempre uma melhor lucratividade (sobre as vendas).

Para o funcionamento do OBZ (Orçamento Base Zero) é necessário que todos os gestores envolvidos na elaboração do orçamento estejam completamente comprometidos com a empresa e com a melhora de seu resultado.

Essa metodologia também estimula a equipe envolvida ao dar a ela um maior poder de decisão que conseqüentemente incentiva a criatividade dos envolvidos, que vão ter que explicar como chegaram aquela redução. Por isso a redução e despesa é relevante por ser real, pois de fato é conhecido como ela vai acontecer.

Na maioria das vezes é verificado que o consumo real nas empresas é muito maior do que o realmente necessário, esses “equívocos operacionais” são causados pela falta de planejamento prévio e controle. Por isso a importância da controladoria nas empresas, pois ela é um setor especializado nesse planejamento e controle.

Já foi citado nesse trabalho que com a evolução da contabilidade evoluímos para a teoria da decisão (Glattier) e que essa teoria é um esforço em explicar como



são tomada as decisões, e o Orçamento Base Zero obrigatoriamente cumpre essa missão, uma vez que todos valores calculados e sugeridos tem que ser devidamente explicados.

A seguir um exemplo de como são encontrados os valores no OBZ por meio dos racionais.

Três primeiras linhas e colunas destinadas para colocar o logotipo da empresa

Racional de Cálculos

Inserir dados

Documento :

RC-09-10-2012

Centro de custo :

1. Informações para controle

Linha :

Combustível

Custo :

direto

Referência:

despesa

Competência :

dez/12

Premissa :

Só serão aprovados gastos conforme apresentação da rota com contemplando objetivo, resultados e a distância necessária

2. Cálculo

Memória de Cálculo

Valor da Gasolina: R\$

2,75

Autonomia (km):

7,00

Demanda:

Atuação comercial através de visitas aos clientes

Cliente	Distância (km)	Visitas no mês	Km rodado	Média de vendas
A	10,00	4	40,00	5.020,00
B	10,00	4	40,00	4.907,60
C	16,00	4	64,00	4.944,00
D	4,00	4	16,00	1.832,88
E	12,00	4	48,00	5.498,64
F	28,00	4	112,00	12.830,16
G	30,00	4	120,00	13.746,60
H	4,00	4	16,00	1.832,88
I	8,00	4	32,00	3.665,76
J	6,00	4	24,00	2.749,32
L	20,00	4	80,00	9.164,40
M	10,00	4	40,00	4.582,20
N	16,00	4	64,00	7.331,52
O	12,00	4	48,00	5.498,64
P	4,00	4	16,00	1.832,88
Q	30,00	4	120,00	13.746,60

Distância rodada (km):

880,00

Autonomia do veículo (Km p/ Lt):

7,00

Litros necessários para a rota:

125,71

Margem de segurança (%):

10,00%

Margem de segurança (litros):

12,57

Litros necessários total:

138,29

Valor combustível necessário:

R\$ 380,29

* A margem de segurança serve para a utilização do veículo para demandas curtas não planejadas

Dados fictícios

Figura 13: Racional de Cálculo



Percebe-se que esse racional serve também como parâmetro para o controle de várias outras demandas (trabalho do gestor, consumo do veículo e as vendas por cliente).

Atualmente no mundo existe a competição entre as empresas que geram a necessidade de preços cada vez menores, e o Orçamento Base Zero é uma ótima ferramenta na busca de melhores preços sem ter que mecher na margem (última opção), gastando somente o suficiente para a operação.

Como a utilização do OBZ, uma das despesas mais relevantes nas empresas são as despesas com pessoal, e como essa é consequência da quantidade de empregados, essa “releitura” nos processos objetivando primeiro uma redução de despesas pode fazer com que a empresa revise seus processos, melhorando-os e cortando etapas afim de torna-los mais dinâmicos e com uma necessidade menor de funcionários para executar o mesmo que reduzir as suas despesas. As perguntas chaves para a eficiente utilização o OBZ é o por que e para que.

2.6 Orçamento de “Baixo Pra Cima”

Essa é uma forma feita em cima da utilização de todas teorias e conceitos contábeis. O objetivo dele é que ele te apresente um faturamento necessário considerando as despesa fixas e variáveis a faturamento e o lucro esperado. Ai você vai fazendo ajustes (volume de vendas, margem ou despesas) conforme o cenário apresentado (mercado ou fornecedor). Por tanto é um simulador orçamentário. Ele é muito dinâmico e lhe ajuda ao lhe mostrar claramente o que tem que ser feito para o alcance do resultado, restando ao gestor decidir com base nas informações passadas pela controladoria na construção do processo orçamentário.

Esse orçamento é feito em três etapas. Todas essas etapas serão feitas com o auxílio da ferramenta excel, mas ele poderia ser feito e qualquer ferramenta bastando (não é funcional) seguir as três fases.



Definição

Construção

Consolidação Orçamentária

2.6.1 Definição – Essa fase de definição do quadro de funcionários e com o status de cada despesa (variável ou fixa ao faturamento).

Nessa etapa também são definidos os percentuais de impostos e contribuições trabalhistas conforme regime de tributação de acordo com cada atividade. Também necessária a definição dos impostos sobre as vendas também conforme operação.

Funcionário sem insalubridade			
sem comissão		funcionário com comissão	
Remuneração	100,00%	Rem.Base	100,00%
		Rep. Rem.	15,38%
Remuneração	100,00%	Remuneração	115,38%
INSS	29,18%	INSS	33,67%
FGTS	8,00%	FGTS	9,23%
Prov. De Férias	11,11%	Prov. De Férias	12,82%
Prov. 13ºsalário	8,33%	Prov. 13ºsalário	9,62%
INSS s/provisões	5,41%	INSS s/provisões	7,55%
FGTS s/provisões	1,56%	FGTS s/provisões	2,07%
TOTAL	63,59%	TOTAL	90,35%

Figura 14: Encargos e Obrigações Trabalhistas.

Definidos esses percentuais, você define os cargos necessários (seguindo organograma montado conforme plano operacional) com quantidade para cada cargo, o salário base.



Necessário atribuir formula as células para que os cálculos dos valores fixos e os percentuais variáveis as vendas (encargos sobre comissões) que ai basta mudar a quantidade de empregados e o salário base que se altera os cálculos. Por isso a utilização do Excel de planilha eletrônica com ferramentas capacitadas de cálculo e construção de gráficos que torna tudo muito mais simples e correto.

Custo fixo com empregados:

1.0 Quadro de funcionários

Cargo	Nível	Quantidade	Custo Fixo Total por Cargo	Custo Salário Fixo por Cargo	Custo Fixo						
					Salário Fixo	INSS	FGTS	Prov. de Férias	Prov. 13ºsalário	INSS de Provisões	FGTS de provisões
Diretor Geral	Direção	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controller	Staff	1	5.725,48	5.725,48	3.500,00	1.021,30	280,00	388,88	291,67	189,19	54,44
Gerente de vendas	Gerencial	1	1.635,85	1.635,85	1.000,00	291,80	80,00	111,11	83,33	54,05	15,56
Vendedores Balcão	Operacional	8	7.852,09	981,51	600,00	175,08	48,00	66,67	50,00	32,43	9,33
Analista de crédito	Operacional	1	1.308,68	1.308,68	800,00	233,44	64,00	88,89	66,67	43,24	12,44
Faturista	Operacional	1	1.308,68	1.308,68	800,00	233,44	64,00	88,89	66,67	43,24	12,44
Caixa	Operacional	1	1.063,30	1.063,30	650,00	189,67	52,00	72,22	54,17	35,14	10,11
Auxiliar de limpeza	Operacional	1	-	1.063,30	650,00	189,67	52,00	72,22	54,17	35,14	10,11
TOTAL		14	18.894,09	13.086,81	8.000,00	2.334,40	640,00	888,87	666,67	432,44	124,44

Figura 15: É definida a quantidade de cargos e funcionários por cargo além de seu salário base. Os valores dos impostos e encargos trabalhistas foram definidos na etapa anterior e só pegar o salário base e multiplicar pelos devidos percentuais.

Custo variável com empregados:

Inserir dados:
Documento : PD-07-10-2012 Centro de custo :

1.0 Quadro de funcionários

Cargo	Nível	Quantidade	Custo Variável	Custo Variável										
				Comissão	Reposo rem.	Remuneração	INSS	FGTS	Prov. de Férias	Prov. 13ºsalário	INSS de Provisões	FGTS de provisões	Total INSS	Total FGTS
Diretor Geral	Direção	1	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Controller	Staff	1	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Gerente de vendas	Gerencial	1	0,55%	0,50%	0,08%	0,58%	0,17%	0,05%	0,06%	0,05%	0,04%	0,01%	0,21%	0,06%
Vendedores Balcão	Operacional	8	1,90%	1,00%	0,15%	1,15%	0,34%	0,09%	0,13%	0,10%	0,08%	0,02%	0,41%	0,11%
Analista de crédito	Operacional	1	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Faturista	Operacional	1	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Caixa	Operacional	1	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Auxiliar de limpeza	Operacional	1	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL		14	2,86%	1,50%	0,23%	1,23%	0,51%	0,14%	0,19%	0,14%	0,11%	0,03%	0,62%	0,17%

Figura 16: foi feito o mesmo com o custo variável, a diferença é que ao multiplicarmos um percentual, vamos encontrar outro percentual.

Muitas empresas utilizam no orçamento também as despesas pré-operacionais e investimentos. Essa ação é muito comum quando as empresas tem o crescimento planejado. Nesse exemplo contemplaremos os grupos de receitas (impostos sobre vendas como redutora da receita), custos e despesas. Você cria



duas colunas onde em uma você coloca o status da conta (fixa ou variável ao faturamento) e na outra a descrição da conta.

DESPESAS OPERACIONAIS		39.633,62	8,66%
VARIÁVEIS		10.773,97	8,16%
3.1 PESSOAL		4.432,59	3,36%
	Salários		
variável	Premio	660,56	0,50%
	Pro-Labore		
variável	Férias	254,06	0,19%
variável	13º Salário	190,55	0,14%
variável	INSS	816,91	0,62%
variável	FGTS	223,96	0,17%
	Aviso Prv. Indeniz		
	Gastos Div. Funcionários		
	Vale Transporte		
	Assist. Médica		
	Auxílio Alimentação		
variável	Comissões s/ Vendas	2.286,56	1,73%

Figura 17: Essa figura demonstra como seria a construção do orçamento. Na figura esta demonstrada o orçamento de despesas variáveis com pessoal. Somente as células pintadas de amarelo são alteradas, os outros valores apesar de serem variáveis sobre as vendas estão sendo encontrados através da multiplicação do faturamento pelos percentuais de outra planilha onde foram atribuídos os percentuais (impostos e contribuições previdenciárias e o percentual de comissão).

2.6.2 Construção – Construção e aprovação dos raciais de cálculo dos valores orçados.

Por meio dessa parte é demonstrado como se chegou ao valor orçado. Cada linha do orçamento necessita de diferentes informações que são relevantes para explicarem/provarem como um valor foi encontrado. Mas algumas informações são fundamentais para controle em todas as contas. São elas:



- Centro de Custo: Informa de qual centro de custo está sendo apresentado o cálculo;
- Linha: A qual linha do orçamento (conta) se refere aquele orçamento.
- Competência: Qual a competência desse orçamento. As empresas fazem orçamentos anuais e algumas fazem revisões semestrais. Mas sempre é importante destacar de qual competência esta se fazendo essa revisão.
- Premissa orçamentária: são as orientações que direcionam a construção de orçamentos assim como orientar as práticas orçamentárias,

No capítulo 2.6 que contempla orçamento base zero é demonstrado um exemplo de um racional de cálculo que atinge seu objetivo de explicar como foi encontrado um valor.

2.6.03 Consolidação

Nesta etapa é feita a consolidação de todos os números gerados e por meio dessa chegamos ao mapa orçamentário onde é descrito todos os números finais de cada linha do orçamento calculada por meio dos racionais além de fazer a consolidação dos centros de custo (departamento) e das empresas (se o orçamento feito é de um grupo de empresas). Essa informação gerada por essa consolidação é usada como um mapa de controle da empresa.

Nota-se que na fase de definição percentuais de valores sobre a venda são definidos. Esses percentuais sobre as vendas vai nos ajudar a encontrar a margem de contribuição total. Segundo Martins (2010 p. 179) a Margem de Contribuição é a diferença entre o preço de venda e os custos variáveis, ou seja, quanto “sobra” da venda para pagarmos as despesas fixas. Como preço de venda equivale a cem por cento do próprio preço basta diminuir ele dos percentuais variáveis sobre a venda que encontramos a margem de contribuição em percentual.



Sobre a venda	Descrição	Racional	
		Valor Fixo	% s/ vendas
variável	FATURAMENTO NECESSÁRIO	132.112,07	100,00%
variável	LUCRO OBJETIVO	-	0,00%
variável	IMPOSTOS SOBRE AS VENDAS	-	0,00%
variável	PIS sobre as vendas	-	
variável	COFINS sobre as vendas	-	
variável	ICMS sobre as vendas	-	
variável	CUSTO SOBRE AS VENDAS	92.478,45	70,00%
variável	LUCRO BRUTO	39.633,62	30,00%
variável	DESPESAS OPERACIONAIS	39.633,62	30,00%
variável	Despesas variáveis sobre a venda	11.434,53	8,66%
fixa	Despesas fixas sobre a venda	28.199,09	21,34%
variável	LUCRO OPERACIONAL	-	0,00%

Figura 18: por meio dessa figura o leitor consolida todo entendimento desse capítulo. É pego total de valores fixos ao faturamento (adquiridos pelos racionais) e divididos pela margem de contribuição encontrada por meio da subtração do preço de venda (que representa o 100% da venda) com os percentuais variáveis a venda. A margem de contribuição com base nas informações da figura vai ser de 21,34%. Desse modo encontra-se o faturamento necessário para o alcance do ponto de equilíbrio.

Vale frisar que quando o ICMS é recolhido por meio de substituição tributária, esse valor do imposto pago no produto é custo, pois ele é destacado antes do fato gerador (venda), onde você recolhe o imposto em cima de um percentual que o governo entende como sendo a margem bruta do produto (margem de valor agregado) e o PIS e COFINS são monofásicos (recolhidos uma vez só).

Com essa simulação os orçamentos são aprovados pelos diretores da empresa. A negociação dos valores é na etapa anterior onde são apresentados os devidos racionais que justificam os valores. Nesse momento de consolidação que os diretores analisam para decidir se as vendas estão altas e de acordo com o mercado. E nesse caso para alterar ela (a necessidade) ou você altera a margem ou você corta despesas fixas. A margem em parte é ditada pelo mercado, pois ainda podemos ter a ação de agregar valor ao serviço ou produto prestado e as despesas é apenas um corte.

Agregar valor é uma tarefa que depende de planejamento, execução e controle (gestão) e isso como foi mostrado é totalmente possível e necessário. Um



controller também como mostrado é uma necessidade vital de toda empresa. Pois ele participa de todas as fases do processo de gestão.

- O processo de gestão do sistema empresa: planejamento, execução, controle (PADOVEZE, 2003, pag. 26).
- A soma dos orçamentos dos mais variados departamentos e unidades e que se obtém o orçamento total.

3. Execução

3.1 Plano de ação 5W1H e ciclo PDCA

Nessa etapa já foi elaborado os fluxogramas de todos os processos, os racionais de cálculo e conseqüentemente os orçamentos da empresa, por tanto foi cumprida a etapa do planejamento operacional, mas agora como falta implantar tudo isso anteriormente planejado.

O plano de ação **5W1H** é basicamente um formulário para execução e controle de tarefas onde são atribuídas as responsabilidades e determinado como o trabalho deverá ser realizado, assim como o departamento, motivo e prazo para conclusão. Existe uma variação desse plano com o **5W2H** que tem a mesma idéia só que é acrescida de mais um H que significa How Much (quanto custará) que deverá ser utilizado quando ação tomada for custar algo. São ferramentas que comtemplam o planejamento e o controle.



Três primeiras linhas e colunas destinadas para colocar o logotipo da empresa

Plano de Ação 5W1H

Inserir dados
Documento: PD-04-10-2012 Centro de custo:

1. Informações para controle

Estratégia: 1 Ação: 1 Data Abertura: 11/11/2012 Gestor: Elias Validador: Hercules Freire

Estratégia: Monografia para a conclusão MBA Ação: Definir os assuntos abordados na monografia

Objetivo: Aprovar junto ao orientador para definição de cronograma para conclusão da monografia

2. Plano de Ação

O quê (What): Estudo/pesquisa sobre os conceitos da controladoria para definição dos assuntos abordados

Quem (Who): Elias Finamore Carreiro Junior

Onde (Where): Na biblioteca da São Camilo nos livros de controladoria disponíveis

Quando (When): 16/11/2012

Por que (Why): Necessário buscar sustentação teórica pinhas idéias criadas através de uma visão empirica e para apresentar para meu orientador aprovar um cronograma

Como (How): Partindo do conceito onde a gestão é planejar executar e controlar definir os assuntos que contemplam essas três fases

Figura 19: Na figura acima visualizamos como é um plano de ação 5W1H o de é contemplado o que (*what*) vai se feito, quem (*who*) quem irá fazer, onde (*where*) será feito, quando (*when*) vai ser feito, por que (*why*) será feito e o como (*how*).

Percebe-se que utiliza o plano de ação 5W1H e não o 5W2H devido essa ação não ter custo nenhum para desempenhar essa ação.

Dando prosseguimento a execução utiliza-se a ferramenta do ciclo PDCA que busca a melhoria contínua de processos. Assim como o 5W1H é de simples uso e fácil entendimento, isso porque são bem objetivos e diretos.

Segundo Campos (p.29, 1992) ciclo PDCA é formado pelas fases.

- **Plan** (planejamento): Estabelecer metas sobre os itens de controle. Definir o caminho e método para atingir as metas propostas.
- **Do** (execução): realizar, executar as atividades anteriormente planejadas..



- **Check** (verificação): Após planejar e executar você deve controlar se se tudo ocorre conforme planejado. Por isso é feita verificação da ação, para se algo der errado já orientar a solução.
- **Act** (ação): essa é a ação corretiva com base nos relatórios e verificações feitas. Muito importante frisar que um controle bem feito é aquele que não se limita em apontar o erro e sim em já sugerir a solução. É imprescindível que essa ação corretiva aconteça de uma maneira que esse problema jamais ocorra.



Figura 20: PDCA.

O método PDCA significa “caminho para se chegar a um ponto além do caminho” (CAMPOS, p.29, 1992) logo é para manter ou melhorar processos já existentes e o plano de ação 5W2H se refere a execução/implantação dos processos ou ações. Perceba-se que os dois têm a etapa do planejamento primeiro. O tempo é uma ferramenta cada vez mais escassa e por isso gastar melhor nosso tempo planejando bem nossas ações para investirmos o nosso tempo só uma vez nessa ação. Por isso a necessidade da controladoria para validar esse planejamento e controlar o cumprimento dele, pois o não cumprimento desse planejamento significa que esse tempo gasto com o planejamento não resultou em nada.

3.2 Utilização de Cronogramas de Implantação

Como vai ser preciso cumprir etapas prévias para implantação da controladoria ao longo do tempo é necessário criar um cronograma. Segundo Michel



(2009, p.97): “um cronograma deve especificar a ações, os tempos, responsáveis, documentos produzidos, entre outros controles que se fizerem necessários para o melhor gerenciamento do trabalho”.

Ela é uma amostra visual da execução/implantação que nos facilita, pois serve como um mapa que nos auxilia a gerenciar o trabalho e também serve como um controle dinâmico do cumprimento das etapas descritas no cronograma de implantação do projeto ou ação. Toda etapa descrita tem que ter um plano de ação para deixar claros os papéis de cada um na execução dessa tarefa.

Quando foi dado início a elaboração desta monografia também foi criado um cronograma para que pudesse controlar a construção desse material no que tange datas.

Três primeiras linhas e colunas destinadas para colocar o logotipo da empresa

Cronograma

1.0 Informações de controle

Aluno: Elias Finamore Carneiro Junior
Orientador: Hércules Vander de Lima Freire
Matrícula: 301348
Curso: MBA em controladoria e finanças empresariais
Turma: C
Objetivo: Montar cronograma para controlar a construção da monografia
Agora: 09/11/2012 15:58

% de conclusão da monografia

71,43%

Legenda
Etapa cumprida
Etapa p/ cumprir



Data que o cronograma foi montado

2.0 Cronograma

Capítulo	Descrição	Ação	Controle de datas		Dia da semana	Status	Data											
			Para finalizar	Finalizada			1ª q.	2ª q.	3ª q.	4ª q.	1ª q.	2ª q.	3ª q.	4ª q.	1ª q.	2ª q.	3ª q.	4ª q.
	Montar o pré-projeto	Planejamento	07/11/2012	07/11/2012	quarta-feira	Concluído												
	Elaborar cronograma	Planejamento	08/11/2012	09/11/2012	sexta-feira	Concluído												
1.1	Evolução da Ciência Contábil para Controladoria	Revisão Bibliográfica	11/11/2012	13/11/2012	terça-feira	Concluído												
1.1	Evolução da Ciência Contábil para Controladoria	Escrever capítulo	15/11/2012	15/11/2012	quinta-feira	Concluído												
1.2	Controladoria	Revisão Bibliográfica	20/11/2012	20/11/2012	terça-feira	Concluído												
1.2	Controladoria	Escrever capítulo	22/11/2012	22/11/2012	quinta-feira	Concluído												
1.3	Controladoria com Ferramenta de Gestão	Revisão Bibliográfica	27/11/2012	04/12/2012	terça-feira	Concluído												
1.3	Controladoria com Ferramenta de Gestão	Escrever capítulo	29/11/2012	06/12/2012	quinta-feira	Concluído												
1.4	Missão da controladoria	Revisão Bibliográfica	04/12/2012	11/12/2012	terça-feira	Concluído												
1.4	Missão da controladoria	Escrever capítulo	06/12/2012	13/12/2012	quinta-feira	Concluído												
1.5	Controladoria na organização	Revisão Bibliográfica	11/12/2012	18/12/2012	terça-feira	Concluído												
1.5	Controladoria na organização	Escrever capítulo	13/12/2012	20/12/2012	quinta-feira	Concluído												
1.6	Fundamentos da implantação da controladoria	Revisão Bibliográfica	18/12/2012	02/01/2013	quarta-feira	Concluído												
1.6	Fundamentos da implantação da controladoria	Escrever capítulo	20/12/2012	04/01/2013	sexta-feira	Concluído												
2.1	Definindo prioridades- Análise G.U.T.	Revisão Bibliográfica	12/02/2013	07/01/2013	segunda-feira	Concluído												
2.1	Definindo prioridades- Análise G.U.T.	Escrever capítulo	14/02/2013	09/01/2013	quarta-feira	Concluído												
2.2	Racionais	Revisão Bibliográfica	19/02/2013	11/01/2013	sexta-feira	Concluído												
2.2	Racionais	Escrever capítulo	21/02/2013	14/01/2013	segunda-feira	Concluído												
2.3	Fluxogramas - Representações Esquemáticas	Revisão Bibliográfica	26/02/2013	16/01/2013	quarta-feira	Concluído												
2.3	Fluxogramas - Representações Esquemáticas	Escrever capítulo	28/02/2013	18/01/2013	sexta-feira	Concluído												
2.4	Plano Orçamentário	Revisão Bibliográfica	05/03/2013	21/01/2013	segunda-feira	Concluído												
2.4	Plano Orçamentário	Escrever capítulo	07/03/2013	23/01/2013	quarta-feira	Concluído												
2.5	Orçamento base zero	Revisão Bibliográfica	14/03/2013	25/01/2013	sexta-feira	Concluído												
2.5	Orçamento base zero	Escrever capítulo	15/03/2013	28/01/2013	segunda-feira	Concluído												
2.6	Orçamento de baixo pra cima	Revisão Bibliográfica	18/03/2013	30/01/2013	quarta-feira	Concluído												
2.6	Orçamento de baixo pra cima	Escrever capítulo	20/03/2013	01/02/2013	sexta-feira	Concluído												
3.1	Plano de Ação SWH e ciclo PDCA	Revisão Bibliográfica	22/03/2013	04/02/2013	segunda-feira	Concluído												
3.1	Plano de Ação SWH e ciclo PDCA	Escrever capítulo	25/03/2013	06/02/2013	quarta-feira	Concluído												
3.2	Cronograma de implantação	Revisão Bibliográfica	27/03/2013	08/02/2013	sexta-feira	Concluído												
3.2	Cronograma de implantação	Escrever capítulo	01/04/2013	11/02/2013	segunda-feira	Concluído												
3.3	Implantação de uma controladoria	Revisão Bibliográfica	02/04/2013	11/02/2013	segunda-feira	Concluído												
3.3	Implantação de uma controladoria	Escrever capítulo	03/04/2013	12/02/2013	terça-feira	Concluído												
4.1	Documentos de Controle	Revisão Bibliográfica	04/04/2013	12/02/2013	terça-feira	Concluído												
4.1	Documentos de Controle	Escrever capítulo	05/04/2013	12/02/2013	terça-feira	Concluído												
4.2	Processo de Controle	Revisão Bibliográfica	06/04/2013	06/04/2013	quarta-feira	Concluído												
4.2	Processo de Controle	Escrever capítulo	09/04/2013	09/04/2013	sexta-feira	Concluído												
5.1	Demitificando a controladoria	Revisão Bibliográfica	22/04/2013	22/04/2013	sexta-feira	Concluído												
5.1	Demitificando a controladoria	Escrever capítulo	24/04/2013	24/04/2013	domingo	Concluído												
5.2	Conclusão	Revisão Bibliográfica	26/04/2013	26/04/2013	segunda-feira	Concluído												
5.2	Conclusão	Escrever capítulo	30/04/2013	30/04/2013	sexta-feira	Concluído												
	Correção das normas técnicas	Revisão do documento	02/05/2013	02/05/2013	domingo	Concluído												
	Entrega da Monografia		08/05/2013	08/05/2013	sexta-feira	Concluído												

Figura 21: Essa é uma figura de um cronograma e sua funcionalidade. São necessários contemplar as ações que devem ser executadas, as datas (limites) inicial e final para execução das ações e os status de cada uma das ações. Nessa figura além das informações necessárias foram contempladas o tipo de ação o dia da semana que cai o ultimo dia para execução além de uma representação geométrica das datas limites assim como as cores verde e vermelho para as cores do que estava concluído dentro do prazo e fora do prazo (por meio de formatações condicionais do Excel).



Perceba-se que para criação dessa monografia foi feita uma gestão do projeto onde foi planejado o que ia ser feito, foi executado tudo que foi previamente planejado inclusive com a definição de datas (meta) e depois feito o controle dessa execução. Ainda com base nesse cronograma, perceba-se que em novembro de 2012 aconteceu um atraso. E ao ter planejado antes foi muito mais fácil de encontrar a solução para este atraso não previsto (usar o mês dado de “segurança”).

Quando foi escrito esse capítulo já tinha recuperado o atraso, e devido a melhoria na produtividade com a utilização desse mês de segurança a monografia foi finalizada quarenta e nove dias adiantados em relação o planejamento. Muito mais que informar o que não esta ocorrendo de acordo com o planejado (foco no erro) a controladoria deve sugerir uma solução técnica para o que não estiver ocorrendo dentro do planejado (foco na solução).

3.3 Implantação de uma Controladoria

É necessário com base em tudo que já foi visto que se apresente um modelo para criação dessa controladoria funcional dentro da empresa. E para fazer isto, primeiro será demonstrado por meio de um fluxograma as suas etapas: Diagnóstico da Empresa e da Estruturação do Sistema Contábil Tradicional que são necessidades prévias fundamentais para a implantação da controladoria (adaptado PADOVEZE, 2003, p.40).

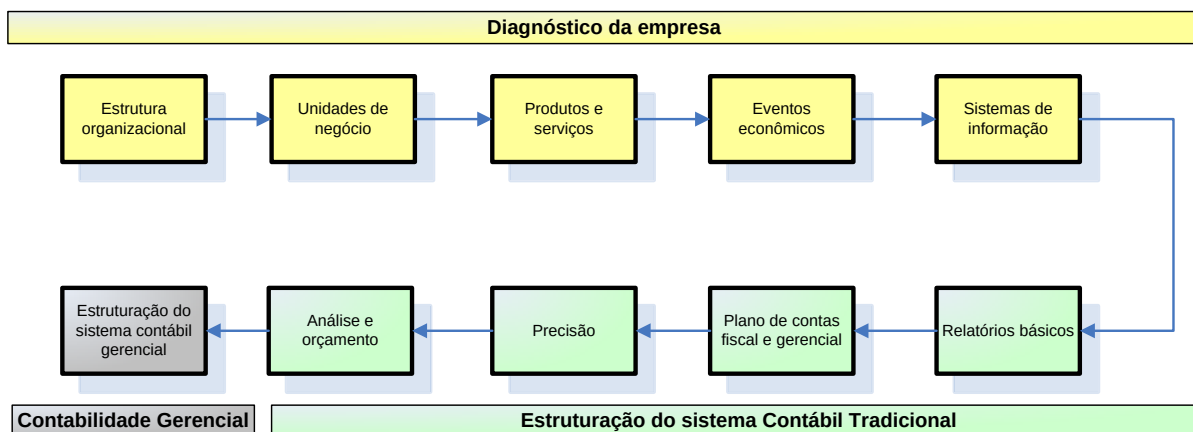


Figura 22: Essa figura é a transformação das explicações segundo PADOVEZZE acrescido da inclusão da etapa da **Estruturação do Sistema Contábil Gerencial** nas etapas para implantação da controladoria dentro da empresa.

Para começar o trabalho da controladoria o *Controller* tem que saber e conhecer o ambiente dentro do qual vai desempenhar seu trabalho vai ter que cumprir algumas fases. Elas são de pesquisa, levantamento de necessidades e ajustes de acordo com a necessidade. São elas:

Diagnóstico sobre a Empresa

Estrutura Organizacional: Muito importante entender como funciona a estrutura da empresa a ser controlada. Nesse momento é importante saber a hierarquia da empresa (horizontal ou vertical), os gestores, as responsabilidades de cada um.

Unidades de Negócios: Necessário identificar as unidades de negócios. Uma unidade de negócio é um determinado departamento ou setor que gera resultado. E uma visão contábil seria um centro de custo.

Produtos e serviços: Identificar quais são os produtos vendidos e entender suas políticas de vendas (prazo e descontos), margens, como é concedido crédito (análise de crédito).



Eventos econômicos: Necessário saber e identificar os eventos econômicos que impactam diretamente na empresa. Essas informações são necessárias para um entendimento dos resultados e para a formação de soluções para oportunidade de melhorias decorrentes do não alcance dos resultados planejados.

Sistemas de Informação: Não menos importante é conhecer e avaliar os sistemas de tecnologia de informação e comunicação existentes. Importante frisar que os sistemas de informação conduzem a empresa, pois por meio das informações que ele nos fornece vai ser feito a gestão da empresa. Importante deixar claro que o sistema de informação da empresa tem que atender a empresa e não a empresa se adaptar ao sistema. Por isso essa necessidade de avaliar, pois muitas vezes o sistema de informação da empresa não atende a uma gestão plena e efetiva e se for o caso planejar a troca do sistema. .

Concluída essa etapa de diagnóstico da empresa passa-se para Estruturação do Sistema Contábil Tradicional onde é necessário seguir as seguintes a seguir.

Estruturação do Sistema Contábil Tradicional

Relatórios básicos: Como o objetivo da controladoria é fazer o controle do que esta sendo executado por meio de resultados. E para isso é necessário ter a empresa com todos os principais relatórios contábeis em uso e adequados as normativas atualizadas da profissão, que são eles Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, o Fluxo de Caixa, Com esses relatórios (consolidados) temos a possibilidade de controlar “o numero” da empresa conforme planejado.

Plano de contas fiscal e gerencial: O plano de contas tem que atender a operação da empresa e se ajustando (de para) as necessidades fiscais e legais. Em



outras palavras, a estruturação deste plano deve privilegiar a parte gerencial, acoplando as necessidades legais, conforme frisa PADOVEZE (2003, p.41).

Precisão: As informações contidas nos mais variados relatórios contábeis e gerenciais são extremamente importantes, pois por meio dela que são tomadas as decisões e é fundamental que eles sejam precisos.

Análise e orçamento: É necessário que controladoria faça uma análise constante dos dados. Essa ação é necessária até para se garantir a precisão dos dados informados.

Estruturação do Sistema Contábil Gerencial

Consequente a essa estruturação do sistema contábil tradicional trará facilidades ao sistema contábil gerencial que só deve ter acrescido com informações que não são contempladas pela contabilidade tradicional

4. Controle

4.1 Processo de Controle

Esta monografia foi planejada e enviada para o orientador aprovar o projeto criado, para só então começar a ser executado conforme esse planejamento e aí foi só controlar se a execução estava acontecendo conforme planejado. Isso que aconteceu foi o processo de controle.

A missão da controladoria é atuar na linha de *staff* (*assessoria*) junto a diretoria comunicando e já apresentando uma solução para tudo que estiver gerando resultado diferente do planejado, de modo a assegurar que esta atinja seus objetivos.



Figura 24: Processo de Controle

Esse é um processo constante, pois dentro da empresa será necessário controlar as ações executadas. Todas as ações executadas foram planejadas. E o planejamento vai ser o padrão que será utilizado como base para controlar.. A seguir vai ser feito uma relação dele com o orçamento de uma empresa.

Planejar: A empresa planeja um orçamento para cumprir seus objetivos alcançando um resultado esperado.

Executar: A execução é das ações planejadas antes. Para atingir um crescimento de 10% nas vendas é necessário contratar mais dois vendedores, pois vai ser desenvolvida uma ação de venda que requer este aumento. No orçamento já esta contemplado esse aumento.

Resultado: Essa ação ou o não cumprimento dessa ação vai gerar um resultado, e esse resultado que deve ser controlado.



Controle: Muito mais do que uma simples conciliação de números entre a DRE e o Orçamento, o controle objetiva entender o que foi feito, para poder controlar a execução do que estava planejado previamente para alcançar o resultado alcançado.

Muito mais que uma simples conciliação de saldo a controladoria fica responsável por controlar tudo que foi planejado com o auxílio dela.

4.2 Documentos de Controle

Conforme Chiavenato (1990, p. 23) controle é a função administrativa que consiste em medir e corrigir o desempenho de modo assegurar que o planejamento inicial seja cumprido da melhor maneira possível.

Como foi falado no começo desse trabalho que Padoveze (2003 p.3) cita que a controladoria é uma ciência autônoma que utiliza pesadamente da Ciência Contábil e como Ciência Contábil é a ciência do controle em todos os aspectos temporais – passado, presente e futuro, esse controle deve ser oficial da empresa, função essa atribuída a controladoria, e essa comunicação deve ser feita por um documento padrão que deve contemplar e exigir informações técnicas sobre o desvio. Desvio entende-se como tudo que acontece em relação ao planejado.

Esse documento deve conter as seguintes informações:

Informações para controle

Data da comunicação: data em que foi emitido e enviado o documento.

Gestor: quem é o gestor responsável pelo item controlado.

Destinatário: nome da pessoa para quem está sendo enviada a comunicação, e consequentemente o responsável pela solução da mesma.



Data para solução: data que a controladoria definiu como data para solução. A definição pelo prazo hábil é sempre da controladoria, que fica responsável por avaliar necessidade de um prazo maior que no padrão como sendo de cinco dias úteis.

Acordo verbal: Se houve uma comunicação das datas para solução. Nesse acordo verbal é a oportunidade do destinatário pleitear um prazo maior, expondo o motivo par tal pedido.

Item de controle: Referente a qual item de controle que tal “desvio” de procedimento esta impactando de maneira negativa ao resultado final.

Procedimento: é a maneira/método como se faz algo objetivando um resultado. Por isso é necessário citar o que esta sendo feito que esta gerando desvio no resultado.

Demonstração do problema

Espaço livre para a demonstração técnica e exata para o problema. Por meio desse espaço o destinatário deve entender perfeitamente o que está sendo feito como desvio em relação ao o que foi anteriormente planejado

Solução do problema

Como a controladoria tem o foco na solução ela deve apresentar de maneira técnica a sugestão de solução no ato da emissão do documento de controle.

Solução aplicada

Necessariamente a solução aplicada não precisa ser a apresentada. Deve estar registrada essa solução.



Três primeiras linhas e colunas destinadas para colocar o logotipo da empresa

Documento de Controle

Inserir dados

Documento : PD-05-10-2012

Centro de custo :

1. Informações para controle

Data comunicação : 13/02/2013 Gestor : Manoel Destinatário : Claudio Data solução : 07/06/2012 Acordo verbal : sim

Item de controle : Resultado Operacional

Procedimento : Liberação de descontos em fechamento de vendas

2. Demonstração do problema

	Orçamento	Realizado no período					Resultado	Orçamento	Desvio
	mês	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	Acumulado	Ano	R-O
vendas	200.000,00	190.000,00	180.000,00	203.000,00	225.000,00	250.000,00	1.048.000,00	1.000.000,00	48.000,00
variação (R-O) - %		-5,00%	-10,00%	1,50%	12,50%	25,00%	4,80%		4,80%
impostos	16.000,00	15.200,00	14.400,00	16.240,00	18.000,00	20.000,00	83.840,00	70.000,00	13.840,00
custo	168.000,00	155.800,00	153.000,00	172.550,00	198.000,00	222.500,00	901.850,00	840.000,00	61.850,00
% custo	84,00%	82,00%	85,00%	85,00%	88,00%	89,00%	86,05%	84,00%	2,05%
lucro bruto	16.000,00	19.000,00	12.600,00	14.210,00	9.000,00	7.500,00	62.310,00	80.000,00	- 17.690,00
despesas	10.000,00	11.500,00	8.000,00	10.000,00	15.000,00	19.000,00	63.500,00	50.000,00	13.500,00
% de despesas	5,00%	6,05%	4,44%	4,93%	6,67%	7,60%	6,06%	5,00%	
lucro operacional	6.000,00	7.500,00	4.600,00	4.210,00	- 6.000,00	- 11.500,00	- 1.190,00	30.000,00	- 31.190,00
desvio		1.500,00	- 1.400,00	- 1.790,00	- 12.000,00	- 17.500,00	- 31.190,00		- 31.190,00
% desvio - R-O		0,79%	-0,78%	-0,88%	-5,33%	-7,00%	-2,98%		-12476000,00%

Evidência

Apesar das vendas estarem maiores 4,8% o resultado operacional esta menor R\$ 31.190 a menos que orçado. O resultado no período analisado é de -1.190 quando era pra ser de R\$ 30.000(orçamento acumulado). Isso se devido custo sobre as vendas corresponder 86,05% da venda (2,05 % maior que o orçamento) e as despesas operacionais estarem correspondendo a 1,06% sobre o faturamento a maior que o orçamento, numeros esse que mostram que o crescimento nos volumes não esta sendo vantajoso.

Solução apresentada :

Criação de alçada para conceder desconto conforme níveis hierárquicos propostos e criação da política de vendas

Cargo	Nível	Alçada %
Diretor	N1	Livre
Gerente	N2	5%
Vendedorr	N3	2%

Solução aplicada :

Os gestores explicaram que as alçadas iriam amarrar demais a operação e se comprometeram a treinar suas equipes de vendas de modo melhorar o conhecimento do produto para evitar usar o desconto para fechar o preço final.

Figura 23: Esta figura demonstra um documento de controle emitido pela Controladoria onde por meio dele a controladoria demonstra como os descontos dados para fechamento das vendas (antes do faturamento) tem prejudicado o resultado operacional. A Controladoria sugeriu uma ação de dar alçadas para conceder desconto de acordo com seu nível hierárquico na empresa. Essa ação não foi aplicada. Os gestores apresentaram uma ação que aperfeiçoar a equipe de vendas em conhecimento do produto. A Controladoria registrou essa ação para que ela controle essa solução apresentada e acatada pela diretoria da empresa. *Dados fictícios*



Percebe-se que o controle efetivo e dinâmico é o cenário ideal para toda empresa, mas esse precisa ser feito por um departamento técnico e independente com uma base científica em contabilidade, e é nessa necessidade em departamento com essas características que surge a controladoria. A controladoria permite uma gestão dinâmica (o mundo atual clama isso das empresas).

5. Conclusão

5.1 Desmistificando a Controladoria

O objetivo específico do trabalho era mostra o quanto pode ser funcional a utilização dessa ciência controladoria e maneira como ela pode auxiliar no alcance de resultados anteriormente planejados. Ele deve ser um departamento de assessoria responsável por fomentar os gestores de informações relevantes para um alcance da melhor eficácia. Existem níveis na controladoria: a operacional e a estratégica.

Um de nossos objetivos era o desmistificar essa imagem que muitos têm da controladoria e mostrar o quanto ela é relevante quando focada no seu objetivo, passando o operacional da controladoria que vai municiar a controladoria estratégica a tomar as melhores decisões disponíveis em cada problema (teoria da decisão). Essa é a demanda atual das empresas, pois no mais perto disso é que algumas empresas utilizam o controle orçamentário e a utilização plena dessa ferramenta vem em sequência a utilização dessa ferramenta como departamento independente e não apenas como um procedimento da contabilidade. Como foi visto o processo de controle visa salvaguardar o patrimônio e definir o rumo da empresa, garantindo sua continuidade e cumprimento de sua missão, e como também foi visto para esse processo é necessário planejar, executar e controlar.

O que foi mostrado é totalmente funcional e aplicável. Essa pesquisa jamais teve o interesse de esgota o assunto. Pois ele vai semear nos leitores a utilização da



controladoria nas empresas e consequentemente a gestão nas empresas. Essa pesquisa demonstra a maneira como é feito embasado na teoria da ciência controladoria.

Mas uma prova que as empresas estão se planejando melhor é o baixo índice de mortalidade das empresas em nosso país. Segundo o estudo Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil realizado pelo SEBRAE (2011, p. 14) de cada 100 empresas que abrem 73 sobrevivem (73% de sobrevivência) aos dois primeiros anos, tomando como base as empresas constituídas em 2006, porém esse percentual poderia ser bem **mais alto** com a utilização técnica do processo de controle e da controladoria (planejar, executar, controlar).

Ao observar o trabalho. Tem algo na pesquisa que fora do normal e da operacionalidade das empresas? Muitas empresas até utilizam procedimentos da ciência da controladoria, mas esses procedimentos quando utilizados de maneira padronizada e sistêmica, alcança resultados melhores para organização. Por isso esse objetivo do trabalho em desmistificar a utilização dessa ciência muito relevante a obtenção de resultados anteriormente planejados.

Diante do problema que originou a pesquisa, fica claro após a leitura dessa pesquisa que ao termos um departamento específico por cuidar da gestão como processo assessorando e auxiliando tecnicamente os gestores na busca por resultados fica muito mais fácil. O que nos leva um raciocínio lógico sobre a relevância da controladoria.

5.2 Conclusão

É redundante falar que para uma empresa não depender somente do mercado é necessário gestão.

A empresa é um sistema aberto formado por várias atividades que resulta em um fim. E esse fim precisa de gestão, que foi mostrado e despenhado pela ciência da controladoria. Foi demonstrada a controladoria como ciência, pois a utilização



dela tanto pode ser por meio de departamento formal ou no mínimo por uma aplicação de uma reunião de conceitos sobre gestão..

O trabalho sempre buscou relacionar a teoria com a realidade, e agora pode ser feito coro a afirmação de Padoveze onde ele transcreve as palavras de vários autores que a Controladoria é uma ciência autônoma e não se confunde com a Contabilidade.

As empresas necessitam de ter um departamento independente aos departamentos e de assessoria a diretoria que planeja tecnicamente as ações a serem feitas, inclusive com o planejamento da execução dessas ações e que ainda faz o controle dessa execução e apresentando sempre uma solução para o não cumprimento do planejado e ao mesmo tempo alimentando a alta gerência de informações necessárias para tomada de decisões, fazendo com o que o alcance das metas seja mais fácil.

Por isso o conhecimento da ciência controladoria é fundamental para todas as empresas, pois ao planejar diminuimos consideravelmente as chances de eventos que não se planeja, e quando os mesmos ocorrem, encontrar a solução é muito mais fácil e rápida.

Ou seja, torna-se dinâmica a gestão da empresa, conseqüentemente torna a controladoria nas empresas como sendo fundamental para o alcance de resultados e o alcance da eficácia da empresa e cumprimento de sua missão. E hoje em um mundo globalizado onde a concorrência por preços e qualidade é cada vez maior, a controladoria vai ser um diferencial.

Com base em tudo que foi apresentado conclui-se que a controladoria é responsável por uma gestão dinâmica, e que por meio dessa gestão garantir o futuro das empresas e o cumprimento de sua missão.



REFERÊNCIAS:

BARRETO, Maria da Graça Pitiá. **Controladoria na Gestão: A Relevância dos Custos da Qualidade**. São Paulo, Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz / BERVIAN, Pedro Alcino, **Metodologia Científica** São Paulo, Makron Books, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto, **Iniciação ao Planejamento e Controle de Produção**, São Paulo, McGraw Hill, 1990.

CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC Controle da Qualidade Total**, Belo Horizonte, Fundação Cristiano Ottoni, 1992.

FRANCO, Sergio Paulo Cintra / JUNIOR, José Hernandez Perez / PESTANA, Armando Oliveira. São Paulo, **Atlas**, 1997.

MARTIN, James / MCCLURE, **Carma Técnicas Estruturas e CASE**, São Paulo, McGraw Hill, 1991

MARTINS, Eliseu, **Contabilidade de Custos**, 10.e, São Paulo, Atlas, 2010.

MICHEL, Maria Helena, **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**, São Paulo, Atlas, 2009.

MOSIMANN, **Controladoria, Seu Papel na Administração das Empresas**, Clara Pellegrino e FISCH, Silvio, Florianópolis. Atlas, 1993.

MULLER, Mary Stela , **Normas e Padrões para Teses, Dissertações e Monografias**, Paraná, Eduel, 2007.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução a Controladoria: Conceitos, Sistema, e implementação**, São Paulo, Atlas, 1993.

OLIVEIRA, Djalma.P.R, **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos – estrutura – aplicação**. São Paulo, Thompson, 2003.

PELEIAS, Ivan Ricardo e outros, **O Processo de Planejamento e a Controladoria**, RBC, nº 77.



UNIÃO SOCIAL CAMILIANA. **Manual de Orientação para Trabalhos Acadêmicos.** 3º. ed. São Paulo: União Social Camiliana, 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Taxa de sobrevivência das Empresas no Brasil**, Brasília/DF, 2011